



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

SERVIÇO SOCIAL

Direitos Sociais
e Competências
Profissionais

ATENÇÃO:

- ✓ Essa é uma versão informal e sem fins lucrativos do livro “Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais” (CFESS, 2009) esgotado na editora e no comércio do ramo.
- ✓ Essa compilação digital foi composta a partir de fragmentos encontrados na internet.
- ✓ O conteúdo não foi revisado integralmente, mas parece estar de acordo com a versão original do livro.
- ✓ Preservou-se a mesma ordem do livro, porém a numeração das páginas é diferente (reinicia em cada capítulo).
- ✓ Essa versão não substitui a versão física.

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

**Serviço Social:
Direitos Sociais e Competências Profissionais**

Organizadores

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS

Diretoria - Presidente: Ivanete Salette Boschetti (DF); Vice-Presidente: Sâmbara Paula Francelino Ribeiro (CE); 1ª Secretária: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP); 2ª Secretária: Neile d'Oran Pinheiro (AM); 1ª Tesoureira: Rosa Helena Stein (DF); 2ª Tesoureira: Telma Ferraz da Silva (BA)
Conselho Fiscal: Silvana Mara de Moraes dos Santos (RN); Pedro Alves Fernandes (MG); Kátia Regina Madeira (SC) **Suplentes:** Edval Bernardino Campos (PA); Rodriane de Oliveira Souza (RJ); Marinete Cordeiro Moreira (RJ); Kênia Augusta Figueiredo (MG); Erivã Garcia Velasco (MT); Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PE); Maria Elisa dos Santos Braga (SP); Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS); Marylúcia Mesquita Palmeira (CE)

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

Presidente: Elaine Rossetti Behring – UERJ; Secretária: Alba Tereza Barroso de Castro – UERJ; Tesoureiro: Maurílio Castro de Matos – UERJ; Coordenação Nacional de Graduação: Sâmya Rodrigues Ramos – UERN; Coordenação Nacional de Pós-Graduação: Yolanda Demétrio Aparecido Guerra – UFRJ; Coordenação de Relações Internacionais: Carlos Montañó - UFRJ; Representante Discente Nacional de Graduação: Maria Aparecida Milanez Cavalcante - UFPI Suplente: Sheila Dias Almeida - Representante Discente Nacional de Pós-Graduação: Rosângela Oliveira Gonzaga de Almeida; **Suplente:** Sandra Oliveira Teixeira; **Suplente da Diretoria:** Marlene Teixeira Rodrigues – UnB; **Suplente da Diretoria:** Maria Lúcia Duriguetto – UFJF; **Vice Presidentes:** Regional Norte – Lília Penha Viana Silva – UFMA; Regional Nordeste Josiane Soares Santos – UFS; Regional Centro-Oeste - Regina Sueli de Sousa – UCG; Regional Leste - Cláudia Mônica Santos – UFJF; Regional Sul I - Alzira Maria Batista Lewgoy – PUCRS; Regional Sul II Maria Liduína de Oliveira e Silva – UNIFESP.

Produção editorial

Edição: CFESS e ABEPSS

**Apoio: Universidade de Brasília
Centro de Educação a Distância CEAD/UnB**

Reitor: José Geraldo de Sousa Junior

Vice-reitor: João Batista de Sousa

Diretor do CEAD: Athail Rangel Pulino Filho

Gerente de Produção: Rossana Beraldo

Revisão: Daniele Rosa e Marcela Passos

Projeto Gráfico: Juliana Duarte

Diagramação: Carla Clen

Tiragem: 10000 exemplares

Catálogo na Fonte: CFESS

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

SCS Quadra 2 Bloco C - Edf. Serra Dourada - Salas 312-318 - CEP: 70300-902 - Brasília/DF
Fone: (61) 3223.1652 Fax: (61) 3223.2420 - cfess@cfess.org.br – www.cfess.org.br

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)

Universidade de Brasília- ICC/Sul, Subsolo, BSS-099, Sala BSS-103/57
Asa Norte, Brasília/DF – abepss@gmail.com – www.abepss.org.br

APRESENTAÇÃO

Os textos apresentados nessa coletânea constituem o material pedagógico do Curso de Especialização *lato sensu* em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, realizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em conjunto com o Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (CEAD-UnB). O curso teve início em abril de 2009 e será concluído em setembro de 2010. Com esta publicação, socializamos os conteúdos que, até o momento, estavam disponíveis apenas aos alunos/as do curso.

O curso, e seu conteúdo, dá centralidade às competências e atribuições do assistente social nos diferentes espaços ocupacionais em que se efetivam, considerando a correlação de forças políticas em nível societário e as correspondentes expressões da luta pela hegemonia; as implicações do assalariamento no trabalho do assistente social e seu significado no processo de reprodução das relações sociais. Reconhece, ainda, as distintas inserções profissionais nas esferas do Estado, nas instâncias públicas de controle democrático, nas empresas capitalistas, nas organizações regidas por uma lógica não empresarial e nas organizações político-sindicais, identificando as competências profissionais nesses âmbitos, de modo a subsidiar a formulação de “projetos de intervenção” referenciados no projeto ético-político profissional. Portanto, esta publicação compõe uma estratégia de enfrentamento de um dos maiores desafios do projeto ético-político profissional que, neste ano de 2009, completa seus 30 anos: incidir cada vez mais no trabalho profissional cotidiano.

Trata-se de um curso que dá continuidade ao Programa de Capacitação Continuada a Distância, cujo primeiro curso foi oferecido em 1999, tendo como área de concentração Serviço Social e Política Social e contempla a preocupação das entidades em ofertar aos assistentes sociais a possibilidade de formação continuada, ante um universo dinâmico e em transformação, que requer permanente atualização profissional.

O curso, e agora a publicação de seu conteúdo, pretende proporcionar àqueles que estão exercendo a profissão, e aos estudantes, mais uma oportunidade de inserção no debate contemporâneo sobre o instrumental conceitual e operativo do Serviço Social, em sintonia com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Nesse sentido, o foco central do Curso e dos textos é a profissão de Serviço Social

no contexto da crise capitalista contemporânea, que impacta na organização da produção e distribuição de bens e serviços, nas relações de poder entre as classes e destas com o Estado, e na esfera sociocultural.

Na contratendência de um longo período de crise da economia mundial, o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, requerendo políticas de “ajustes estruturais” por parte dos Estados nacionais, como caminho único para animar o crescimento econômico, cujo ônus recai, sobretudo, na classe trabalhadora. Preconizadas pelos países centrais por intermédio dos organismos multilaterais, essas políticas dão livre curso ao capital especulativo financeiro, destituído de regulamentações, e à lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais. No contexto da mundialização financeira, correspondente ao novo estágio de internacionalização do capital oligopolizado, a re-estruturação produtiva, a radicalização do projeto neoliberal e a contrarreforma do Estado impulsionam a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, ampliando as desigualdades de classes, gênero, étnico-raciais, de geração e territoriais. Além disso, submetem, aos seus domínios e objetivos de acumulação, o conjunto das relações sociais: a economia, a política e a cultura, redimensionando as lutas sociais, as configurações do Estado e da sociedade civil. Em consequência, há a radicalização da questão social e uma nítida regressão dos direitos sociais e políticas públicas correspondentes, atingindo as condições sociais e os espaços ocupacionais em que se realiza a profissão.

Tal contexto sócio-histórico, refratário aos influxos democráticos, exige contraditoriamente a construção de uma nova forma de fazer política, comprometida com a prevalência do debate público e da participação democrática. Isso abrirá caminhos para que cidadãos organizados interfiram e deliberem nas questões de interesse coletivo, em busca de consensos possíveis para organizar e viver a vida livre da barbárie. Esse é o terreno que atualiza a luta por direitos, fundamental numa época em que a cidadania é associada ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias.

Pensar o projeto profissional nesses termos supõe articular uma dupla dimensão: a) de um lado, as condições macrosocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; b) e, de outro lado, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos sujeitos profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Tais respostas traduzem como os limites e possibilidades histórico-estruturais são analisados, apropriados, projetados e trabalhados pelos assistentes sociais.

Desejamos a todos/as excelente leitura e esperamos, com essa iniciativa, contribuir para a análise crítica do Serviço Social no âmbito das relações entre o capital e trabalho e o Estado e sociedade, no contexto da crise capitalista contemporânea e seus impactos na questão social e nos direitos de cidadania; subsidiar a qualificação das competências e atribuições das(os) assistentes sociais nas específicas condições e relações de trabalho vigentes no país, reconhecendo as forças políticas em luta pela hegemonia; contribuir para qualificar a ação profissional das(os) assistentes sociais nos processos de concepção, formulação, gestão, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos sociais; e disseminar o debate contemporâneo sobre o instrumental teórico, conceitual, técnico, ético e político do Serviço Social.

Brasília, novembro de 2009

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

Sumário

Unidade I – O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea

- 1.1 O Serviço Social na cena contemporânea 15**
Marilda Villela Iamamoto
- 1.2 Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista ..51**
Ana Elisabete Mota
- 1.3 Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil 69**
Elaine Rossetti Behring
- 1.4 Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática 87**
Ivete Simionatto
- 1.5 Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade 107**
Ivo Tonet

Unidade II – O Serviço Social no contexto das transformações societárias

- 2.1 O significado sócio-histórico da profissão 125**
Maria Carmelita Yazbek
- 2.2 Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social 143**
Maria Carmelita Yazbek
- 2.3 Fundamentos éticos do Serviço Social 165**
Maria Lúcia Silva Barroco
- 2.4 O projeto ético-político do Serviço Social 185**
Joaquina Barata Teixeira
Marcelo Braz
- 2.5 Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais 201**
Maria Marieta Koike

Unidade III – Produção e reprodução da vida social

- 3.1 O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade223**
Sara Granemann
- 3.2 Acumulação, trabalho e desigualdade sociais.....239**
Maria Augusta Tavares
- 3.3 Classe e lutas sociais255**
Celso Frederico
- 3.4 Questão social e direitos267**
Elaine Rossetti Behring
Silvana Mara Morais dos Santos
- 3.5 Estado, sociedade e esfera pública285**
Potyara Amazoneida Pereira Pereira
- 3.6 Política Social no contexto da crise capitalista301**
Elaine Rossetti Behring
- 3.7 A política da seguridade social no Brasil.....323**
Ivanete Boschetti

Unidade IV – O significado do trabalho do assistente social nos distintos espaços sócio-ocupacionais

- 4.1 Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.....341**
Marilda Villela lamamoto
- 4.2 O trabalho do assistente social na esfera estatal377**
Raquel Raichelis
- 4.3 O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático393**
Maria Inês Bravo
- 4.4 O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas411**
Angela Santana do Amaral
Monica Cesar
- 4.5 O trabalho do assistente social nas fundações empresariais.....429**
Angela Santana do Amaral
Monica Cesar

- 4.6 O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas449
Mônica Alencar
- 4.7 O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora.....461
Franci Gomes Cardoso
Josefa Batista Lopes

Unidade V – Atribuições privativas e competências do assistente social

- 5.1 Estudos socioeconômicos481
Regina Célia Mioto
- 5.2 Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias.....497
Regina Célia Mioto
- 5.3 Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica.....513
Maurílio Castro de Mattos
- 5.4 Supervisão em Serviço Social531
Yolanda Guerra
Maria Elisa Braga
- 5.5 Formulação, administração e execução de políticas públicas.....553
Joaquina Barata Teixeira
- 5.6 Avaliação de políticas, programas e projetos sociais.....575
Ivanete Boschetti
- 5.7 Mobilização social e práticas educativas593
Marina Maciel Abreu
Franci Gomes Cardoso
- 5.8 Instruções sociais de processos, sentenças e decisões609
Eunice Fávero
- 5.9 Magistério, direção e supervisão acadêmica637
Ney Luiz Teixeira de Almeida
- 5.10 Formulação de projeto de trabalho profissional.....651
Berenice Rojas Couto

Unidade VI – Pesquisa e produção do conhecimento na área do Serviço Social

- 6.1 Introdução ao método na teoria social.....667**
José Paulo Netto
- * **6.2 A dimensão investigativa no exercício profissional.....701**
Yolanda Guerra
- * **6.3 Elaboração de projetos de pesquisa719**
Mirtes Guedes Alcoforado

Unidade VII – Monografia final

- 7 Monografia 741**
Mirtes Guedes Alcoforado



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

O Serviço Social na cena contemporânea

Marilda Villela Iamamoto

Professora titular da Faculdade de
Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

“Esse país não é meu.
Nem vosso ainda, poeta.
Mas ele será um dia
O país de todo homem.”
C. D. Andrade. *América*.

O Serviço Social na cena contemporânea

Este texto, de caráter introdutório ao curso de especialização *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, propõe apresentar uma visão panorâmica do Serviço Social na atualidade, considerando esta temática central. Ele se compõe de quatro partes: a introdução analisa, sob um viés crítico, as competências profissionais, resguardadas pela legislação, no âmbito do projeto do Serviço Social brasileiro contemporâneo, comprometido com a defesa dos direitos; a segunda parte apresenta a análise do Serviço Social no âmbito das relações entre as classes sociais e destas com o Estado e o significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais; a terceira parte trata das relações entre trabalho, “questão social” e Serviço Social na era das finanças; a quarta parte aborda os direitos e competências profissionais no marco das tensas relações entre os princípios norteadores do projeto profissional e a condição de trabalhador assalariado do assistente social; finalmente, situa alguns desafios históricos que se apresentam aos assistentes sociais na cena contemporânea.

O ponto de partida da análise é o de que a luta pela afirmação dos direitos é hoje também uma luta contra o capital, parte de um processo de acumulação de forças para uma forma de desenvolvimento social, que possa vir a contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais. Esses são, também, dilemas do Serviço Social.

Introdução

Este curso, ao eleger *direitos sociais e competências profissionais* como eixos do debate sobre o Serviço Social na cena contemporânea, responde tanto a reais demandas da categoria profissional em seu labor cotidiano quanto cobre uma importante lacuna na literatura especializada recente sobre a temática das competências profissionais numa perspectiva histórico-crítica.

As competências aqui referidas não se confundem com o *discurso da competência* (CHAUI, 1989), institucionalmente permitido e autorizado pelas instâncias burocráticas dos organismos empregadores. Nessa estratégia de ocultamento e dissimulação do real, o poder aparece como se emanasse de uma racionalidade própria do mundo da burocracia, acoplado a um discurso neutro da cientificidade. São as exigências burocráticas e administrativas que têm de ser cumpridas, obedecendo a formas de ação pré-traçadas, que devem ser apenas executadas com eficácia. A competência é aí personificada no discurso do administrador burocrata, da autoridade fundada na hierarquia que dilui o poder sob a aparência de que não é exercido por ninguém.

Não é, pois, dessa competência que se trata, *mas do seu reverso: a competência crítica* capaz de desvendar os fundamentos conservantistas e tecnocráticos do discurso da competência burocrática. O discurso competente é crítico quando vai à raiz e desvenda a trama submersa dos conhecimentos que explica as estratégias de ação. Essa crítica não é apenas mera recusa ou mera denúncia do instituído, do dado. Supõe um diálogo íntimo com as fontes inspiradoras do conhecimento e com os pontos de vista das classes por meio dos quais são construídos os discursos: suas bases históricas, a maneira de pensar e interpretar a vida social das classes (ou segmentos de classe) que apresentam esse discurso como dotado de universalidade, identificando novas lacunas e omissões. Assim, a competência

crítica supõe: a) um diálogo crítico com a herança intelectual incorporada pelo Serviço Social e nas autorrepresentações do profissional, cuja porta de entrada para a profissão passa pela história da sociedade e pela história do pensamento social na modernidade, construindo um diálogo fértil e rigoroso entre teoria e história; b) um redimensionamento dos critérios da objetividade do conhecimento, para além daqueles promulgados pela racionalidade da burocracia e da organização, que privilegia sua conformidade com o movimento da história e da cultura. A teoria afirma-se como expressão, no campo do pensamento, da processualidade do ser social, apreendido nas suas mútuas relações e determinações, isto é, como “concreto pensado” (MARX, 1974). Esse conhecimento se constrói no contraponto permanente com a produção intelectual herdada, incorporando-a criticamente e ultrapassando o conhecimento acumulado. Exige um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico; atento para decifrar o não-dito, os dilemas implícitos no ordenamento epidérmico do discurso autorizado pelo poder; c) uma competência estratégica e técnica (ou técnico-política) que não reifica o saber fazer, subordinando-o à *direção do fazer*. Os rumos e estratégias de ação são estabelecidos a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a ação profissional. Uma vez decifradas, essas tendências podem ser acionadas pela vontade política dos sujeitos, de modo a extrair estratégias de ação reconciliadas com a realidade objetiva, de maneira a preservar sua viabilidade, reduzindo assim a distância entre o desejável e o possível. Essa perspectiva recusa tanto o *messianismo utópico* – que privilegia as intenções do sujeito profissional individual em detrimento da análise histórica do movimento do real, numa visão “heróica” e ingênua das possibilidades revolucionárias do exercício profissional – quanto o *fatalismo*, inspirado em análises que naturalizam a vida social e traduzido numa visão “perversa” da profissão. Como a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o assistente social encontrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico nada lhe restando a fazer. No máximo, caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais pelos demandantes da profissão (IAMAMOTO, 1992).

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais.

Esse processo de renovação crítica do Serviço Social é fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no país, com forte presença das lutas operárias, que impulsionaram a crise da ditadura militar: a ditadura do grande capital (IANNI, 1981). Foi no contexto de ascensão dos movimentos políticos das classes sociais, das lutas em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de Direito, que a categoria de assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil. E não ficou a reboque desses acontecimentos, impulsionando um processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador. Tal processo condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social, exigindo novas respostas profissionais, o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização político-corporativa dos assistentes sociais.

Nesse lapso de tempo, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. Ele adquire materialidade

no conjunto das regulamentações profissionais: *o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei da Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABESS/CEDEPSS, 1996, 1997a, 1997b; MEC-SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999; MEC-SESU, 2001).*

Os(as) assistentes sociais atuam nas manifestações mais contundentes da *questão social*, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relação com o bloco do poder e nas iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas.

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza.

Nesses espaços profissionais os(as) assistentes sociais atuam na sua formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência,

assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população. Sua atuação ocorre ainda na esfera privada, principalmente no âmbito do repasse de serviços, benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços. Mas eles(as) também marcam presença em processos de organização e formação política de segmentos diferenciados de trabalhadores (CFESS, 15/05/2008).

Nesses espaços ocupacionais esses profissionais realizam assessorias, consultorias e supervisão técnica; contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sociojurídico; realizam estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercem funções de magistério, direção e supervisão acadêmica.

Os assistentes sociais realizam assim uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais. Afirma o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais.

A Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, estabelece respectivamente nos seus artigos 4^a e 5^a *as competências¹ e atribuições² privativas do assistente social*. As *competências* expressam capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, pois são a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos

¹ Art. 4. Constituem competência do Assistente Social:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas, e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III – encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa dos direitos;

VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviço Sociais;

VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (CRESS-PR, 2007, p.7)

² Art. 5^o. Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I – coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na *área de Serviço Social*;

II – planejar, organizar e administrar programas e projetos em *Unidade de Serviço Social*;

III – assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, *em matéria de Serviço Social*;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre *matéria de Serviço Social*;

V. – assumir no magistério de Serviço Social tanto ao nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social;

IX – elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X – coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI – fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII – dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII – ocupar cargos ou funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional. (CRESS-PR, 2007, p.8) Grifos do autor.

profissionais³. As atribuições são prerrogativas exclusivas ao serem definidas enquanto *matéria, área e unidade* de Serviço Social⁴. Esse esclarecimento conduz à elucidação da concepção mesma de profissão de Serviço Social, uma vez que a autoqualificação da profissão é uma prerrogativa de seus agentes especializados e seus organismos representativos (IAMAMOTO, 2002). Todavia, este curso trata das competências profissionais no seu conjunto, englobando competências e atribuições.

Ao longo dos três últimos decênios, *o debate no Serviço Social foi polarizado por um duplo e contraditório movimento*: o mais representativo foi o *processo de ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens* – privilegiado neste texto – cujo marco inicial foi o movimento de reconceituação⁵ do Serviço Social latino-americano, em meados

³ TERRA, S. H. *Parecer Jurídico n. 27/98*. Assunto: Análise das competências do Assistente Social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei 8662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. São Paulo, 13/09/2001, 12 pp. O referido Parecer Jurídico apresenta uma criteriosa análise dos incisos do Art. 4º, no qual constam repetições das funções privativas contempladas no art. 5º da mesma lei, identificando visíveis dubiedades e contradições no art. 4, o que revela uma imperfeição do texto legal Assim, por exemplo, os incisos II, III e VIII e XI do Art. 4º, que tratam das competências (genéricas), são, de fato, atribuições privativas do assistente social, porque apresentam competências que também estão previstas no art. 5º na referida Lei concernente às atribuições privativas.

⁴ No sentido *etimológico*, segundo o Dicionário Caldas Aulete (1958), *a matéria* diz respeito “à substância ou objeto ou assunto sobre o que particularmente se exerce a força de um agente”. A *área* refere-se ao campo delimitado ou âmbito de atuação do assistente social e a *unidade* do Serviço Social não se reduz a uma visão administrativa enquanto *órgão* de uma entidade, definido em seu organograma, tal como se identifica no senso comum. Pode ser ainda compreendida como “a ação simultânea de vários agentes que tendem ao mesmo fim” ou “agrupamento de seres individuais, considerados pelas relações mútuas, que existem entre si, pelos seus caracteres comuns, suas mútuas dependência”. Em síntese, *a unidade de Serviço Social pode ser interpretada como o conjunto de profissionais de uma unidade de trabalho*.

⁵ O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina teve lugar no período de 1965 a 1975, impulsionado pela intensificação das lutas sociais que se refratavam na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, dentre outras expressões. Ele expressa um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais. Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um *Serviço Social latino-americano*: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social” e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em micro espaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional. Os assistentes sociais assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos

dos anos de 1960, movimento esse superado no processo de amadurecimento intelectual e político do Serviço Social brasileiro; *em sinal contrário, verificou-se o revigoreamento de uma reação (neo) conservadora aberta e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam*, como já indicou Netto (1996), apoiada nos lastros da produção pós-moderna e sua negação da sociedade de classes. Ela hoje atinge profundamente as políticas públicas, estruturadas segundo as recomendações dos organismos internacionais consoantes os preceitos neoliberais. Verifica-se a tendência de fragmentar os usuários dessas políticas segundo características de geração – jovens, idosos, crianças e adolescentes –, de gênero e étnico-culturais – mulheres, negros e índios –, abordados de forma transclassista e em sua distribuição territorial, o que ocorre em detrimento de sua condição comum de classe. Essas dimensões multiculturais e multiétnicas fundam efetivamente as assimetrias nas relações sociais, que potencializam as desigualdades de classes, necessitando ser consideradas como componentes da política da transformação das classes trabalhadoras em sujeitos coletivos. Mas, a fragmentação dos sujeitos, descoladas de sua base social comum, pode ser incorporada no âmbito do Serviço Social de forma acrítica em decorrência direta das classificações efetuadas pelas políticas públicas. É nesse contexto que a *família* passa a ocupar lugar central na política social governamental, tida como célula básica da sociedade, mediando a velha relação entre “homem e meio”, típica das formulações profissionais ultraconservadoras. Uma outra leitura desses processos pode ser encontrada ao longo das disciplinas deste curso.

trabalhadores e “marginalizados” na região. De base teórica e metodológica eclética, o movimento de reconceituação foi inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas. Em seus desdobramentos, especialmente a partir de 1971, este movimento representou as primeiras aproximações do Serviço Social à tradição marxista, haurida em manuais de divulgação do marxismo-leninismo, na vulgata soviética, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, além de outras influências de menor porte. Registra-se, entretanto, a ausência de uma aproximação rigorosa aos textos de Marx. Esse período coincide com a ditadura militar no Brasil, fazendo com que o debate aqui assumisse outras tonalidades e recebesse distintas influências, especialmente do vetor modernizador e tecnocrático, combinado com extratos da filosofia aristotélico-tomista no âmbito dos valores e princípios éticos. Verifica-se, no Brasil, nesse período, um pólo de resistência a esta vertente modernizadora, liderado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG), integrado aos rumos do movimento de reconceituação latino-americano, tal como se expressou nos países de língua espanhola. Ver Iamamoto (1998, p.201-250)

1 O Serviço Social e (re)produção das relações sociais

Desde a década de 1980, afirma-se (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982) que o Serviço Social é uma *especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social*, o que supõe afirmar o primado do *trabalho* na constituição dos indivíduos sociais. Ao indagar-se sobre *significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, tem-se um ponto de partida e um norte*. Este não é a prioridade do mercado, tão cara aos liberais. Para eles, a esfera privilegiada na compreensão da vida social é a esfera da distribuição da riqueza, visto que as leis históricas que regem a sua produção são tidas como assemelhadas àquelas da natureza, de difícil alteração por parte da ação humana.

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista na teoria social crítica é entendida como *reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições*: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social. O processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Envolve a reprodução da vida material e da vida espiritual, isto é, das formas de consciência social – jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e científicas – por meio das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção de vida material, pensam e se posicionam na sociedade.

Esse modo de vida implica contradições básicas: por um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio. Por outro lado, ao

crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador. Essa é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na gênese da “questão social” nessa sociedade.

Assim, o processo de reprodução das relações sociais não é mera repetição ou reposição do instituído. É, também, criação de novas necessidades, de novas forças produtivas sociais do trabalho em cujo processo aprofundam-se desigualdades e são criadas novas relações sociais entre os homens na luta pelo poder e pela hegemonia entre as diferentes classes e grupos na sociedade. Essa é uma noção aberta ao vir-a-ser histórico, à criação do novo, que captura o movimento e a tensão das relações sociais entre as classes e sujeitos que as constituem, as formas mistificadas que as revestem, assim como as possibilidades de ruptura com a alienação por meio da ação criadora dos homens na construção da história. Esse rumo da análise recusa visões unilaterais que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho *economicista, politicista ou culturalista*.

Reafirma-se, pois, a dimensão contraditória das demandas e requisições sociais que se apresentam à profissão, expressão das forças sociais que nelas incidem: tanto *o movimento do capital quanto os direitos, valores e princípios que fazem parte das conquistas e do ideário dos trabalhadores*. São essas forças contraditórias, inscritas na própria dinâmica dos processos sociais, que criam as bases reais para a renovação do estatuto da profissão conjugadas à intencionalidade dos seus agentes. O projeto profissional beneficia-se tanto da socialização da política conquistada pelas classes trabalhadoras quanto dos avanços de ordem teórico-metodológica, ética e política acumulados no universo do Serviço Social a partir dos anos de 1980. “O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das ‘sequelas’ da questão social”. Segundo essa proposta, a particularidade do Serviço Social no âmbito da divisão social e técnica do trabalho coletivo se encontra

“organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da ‘questão social’ e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154).

Assim as condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade – tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção *de projetos profissionais também diversos*, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais.

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.

Na perspectiva assinalada, a análise das experiências profissionais requer muito mais que o seu relato e a elaboração de manuais prescritos voltados ao como fazer. Exige uma análise crítica e teoricamente fundamentada do trabalho realizado na trama de interesses sociais que o polarizam; da construção de estratégias coletivas, articuladas às forças sociais progressistas, que permitam potencializar caminhos que reforcem os direitos nos diversos espaços ocupacionais em que atuamos: na saúde, na previdência e assistência social nas diversas instâncias do poder executivo; no poder judiciário, nas organizações empresariais etc. Assim, a perspectiva que move a ação não é a mera reiteração do instituído, mas o impulso ao protagonismo político dos sujeitos na articulação e defesa de suas necessidades e interesses coletivos na cena pública.

O Serviço Social é assim reconhecido como uma *especialização do trabalho*, parte das relações sociais que fundam a sociedade do capital. Estas são, também, geradoras da “questão social” em suas dimensões objetivas e subjetivas, isto é, em seus determinantes estruturais e no nível da ação dos sujeitos. As desigualdades e lutas sociais contra as mesmas se refratam na produção social, na distribuição desigual dos meios de vida e de trabalho, nas objetivações políticas e culturais dos sujeitos sociais. Reafirma-se a “questão social” como *base de fundação sócio-histórica da profissão*, salientando as respostas do *Estado, do empresariado e as ações das classes trabalhadoras no processo de constituição, afirmação e ampliação dos direitos sociais*. Este ângulo de análise exige decifrar as multifacetadas refrações da “questão social” no cotidiano da vida social, abrangendo suas manifestações universais, particulares e singulares, a objetividade e a subjetividade, os momentos econômicos, sociais, éticos, políticos e ideoculturais, que são a “matéria” do trabalho do assistente social (ABESS/CEDEPSS, 1997).

2 Trabalho, questão social e Serviço Social na era das finanças

Transformações históricas de monta alteraram a face do capitalismo e de nossas sociedades na América Latina nas últimas três décadas. Em resposta a uma onda longa de crise (MANDEL, 1985), o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, aprofundando o desenvolvimento desigual e combinado entre as nações e no seu interior entre classes e grupos sociais no âmago das relações dialéticas entre imperialismo e dependência⁶. Os países centrais passam a preconizar, por intermédio dos organismos multilaterais, “ajustes estruturais” por parte dos Estados nacionais: ajustes esses que dão livre curso ao capital especulativo financeiro destituído de regulamentações, voltado à lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais, o que exige um Estado forte – ao contrário do que é propalado pelo discurso neoliberal – para traduzir essas demandas em políticas nacionais e resistir à oposição e protestos de muitos (PETRAS, 2002).

A mundialização do capital tem profundas repercussões na órbita das políticas públicas, em suas conhecidas diretrizes de *focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho*. Ela também redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, as bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho por meio das quais se realiza o consumo dessa força de trabalho especializada. Ela afeta radicalmente as condições de vida, de trabalho, assim como as expressões políticas e culturais dos distintos segmentos de trabalhadores aos quais se dirige a atividade profissional, em decorrência da radicalização das desigualdades em um contexto de retração das lutas sociais ante os dilemas do desemprego, da desregulamentação das relações de trabalho e da (re)concentração da propriedade

⁶ Os conceitos *imperialismo e dependência*[...] são conceitos pares, gêmeos, reciprocamente necessários e determinados. Um produz o outro; e os dois se produzem e reproduzem um no outro. Eles correspondem a dois pólos complementares, interdependentes, diversos, antagônicos e dialéticos do sistema capitalista considerado como um todo. (IANNI, 1971, p.180)

fundiária aberta ao grande capital internacional. Verifica-se uma ampla investida ideológica por parte do capital e do Estado voltada à cooptação dos trabalhadores, agora travestidos em “parceiros” solidários aos projetos do grande capital e do Estado. Essa investida é acentuada pela “assistencialização” da pobreza *contra* o direito ao trabalho, transversal às políticas e programas sociais focalizados, dirigidos aos segmentos mais pauperizados dos trabalhadores, com marcantes incidências na capacidade de mobilização e organização em defesa dos direitos. Como as competências profissionais expressam a historicidade da profissão, elas também se preservam, se transformam, redimensionando-se ao se alterarem as condições históricas de sua efetivação.

Esse cenário avesso aos direitos nos interpela. Atesta, contraditoriamente, a urgência de seu debate e de lutas em sua defesa, em uma época que descaracterizou a cidadania ao associá-la ao consumo, ao mundo do dinheiro e à posse das mercadorias.

Mas, ao mesmo tempo, essa sociedade apresenta um terreno minado de resistências e lutas travadas no dia-a-dia de uma conjuntura adversa para os trabalhadores, as quais carecem de maior organicidade para terem força na cena pública. Poderiam ser citadas, entre muitas outras: as lutas dos trabalhadores sem terra pela reforma agrária; dos trabalhadores sem teto nas cidades; dos assalariados rurais e urbanos; o movimento das nações indígenas pela preservação de seu patrimônio material e cultural; dos quilombolas em defesa de suas terras e de sua identidade, das mulheres do campo e da cidade pelo reconhecimento de seus direitos; dos velhos trabalhadores, hoje aposentados; dos afrodescendentes, pela preservação de suas raízes e direitos; e as expressões culturais de contestação da juventude trabalhadora da periferia das grandes cidades.

Essa multiplicidade de sujeitos e de formas de luta tem uma *trama comum, oculta na diversidade de suas expressões: a trama dos destituídos de todas as formas de propriedade*

afora a sua força de trabalho – o conjunto dos membros das classes trabalhadores forjados na sociabilidade sob o comando do capital. A sua *sobrevivência depende da produção direta dos meios de vida ou da oferta de emprego pelo capital* – cada dia mais restrito e carente dos correspondentes direitos – para obtenção do equivalente necessário à sua sobrevivência e preservação de patrimônio cultural.

A *questão social* é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma *arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas*. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades *mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta a apropriação privada do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa *luta aberta e surda pela cidadania*. (IANNI, 1992), no embate pelo *respeito aos direitos civis, políticos e sociais*. Esse processo é denso de *conformismos e rebeldias*, expressando consciência e luta que acumulem forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais.

É na *tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, os quais não é possível abstrair – ou deles fugir –, pois tecem a trama da vida em sociedade*. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a *questão social* para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado no reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais, mediações fundamentais para o trabalho do assistente social.

Pensar a “questão social” nas particularidades brasileiras supõe reconhecer que a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista voltada à construção de um desenvolvimento capitalista interno autônomo. Ao contrário, essa transição foi marcada por uma forma de dominação burguesa, que Fernandes qualifica de “democracia restrita” – da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático (FERNANDES, 1975). Foi decisivo o papel do Estado nos caminhos trilhados pela modernização “pelo alto”, em que as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem. Evitou-se qualquer ruptura radical com o passado, conservando traços essenciais das relações sociais e a dependência ampliada do capital internacional, que assume novas características na América Latina. Os traços elitistas e antipopulares da transformação política e da modernização econômica no país se expressam na conciliação entre as frações das classes dominantes com a exclusão das forças populares, no recurso freqüente aos aparelhos repressivos e à intervenção econômica do Estado a favor dos interesses dominantes (COUTINHO, 2000). Elas hoje se atualizam na criminalização da “questão social” e das lutas dos trabalhadores (IANNI, 1992), na assistencialização das políticas sociais e no reforço do Estado Penal (WACQUANT, 2001).

Qual o sentido da questão social hoje? O que se encontra na base de sua radicalização?

Como lembra Husson (1999, p. 99), o processo de financeirização indica um *modo de estruturação da economia mundial*. Ele não se reduz à mera preferência do capital por aplicações financeiras especulativas em detrimento de aplicações produtivas. O fetichismo dos mercados apresenta as finanças como potências autônomas ante as sociedades nacionais, esconde o funcionamento e a dominação operada pelo capital transnacional e

pelos investidores financeiros, que contam com o efetivo respaldo dos Estados nacionais e das grandes potências internacionais.

A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito. Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar “ovos de ouro”, isto é, como se o capital-dinheiro tivesse o poder de gerar dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido.

O capital dinheiro aparece como coisa autocriadora de juro, dinheiro que gera dinheiro (D – D’), obscurecendo as cicatrizes de sua origem. O dinheiro tem agora “amor no corpo”, como cita o Fausto, de Goethe (MARX, 1985, p. 295, t. III, v. IV). A essa forma mais coisificada do capital, Marx denomina de *capital fetiche*. O juro aparece como se brotasse da mera *propriedade* do capital, independente da produção e da apropriação do trabalho não pago. A forma de *empréstimo* é peculiar à circulação do capital como mercadoria e marca a diferença específica do capital portador de juro. Sendo o juro parte da mais-valia, a mera divisão desta em lucro e juro não pode alterar sua natureza, sua origem e suas condições de existência.

A forma do *capital portador de juros* faz com que cada rendimento monetário regular apareça como juro de um capital, quer provenha ou não de um capital. No caso da dívida pública, o Estado tem que pagar aos credores o juro referente ao capital emprestado. O credor possui o título de dívida contra o Estado, que lhe dá direitos sobre as receitas anuais do Estado, produto anual dos impostos. Apesar dos títulos da dívida pública serem objeto de compra e venda, tem-se um *capital ilusório e fictício*, já que a soma emprestada ao Estado

já foi despendida – mas não como capital – e já não mais existe; e uma vez que esses títulos se tornem invendáveis desaparece a aparência de capital. Contudo, para o capitalista credor, a parte que lhe cabe dos impostos representa o juro de seu capital.

Outro contra-senso da concepção capitalista está *em conceber salário como juro e a força de trabalho como capital que proporciona esse juro*. Ao invés de explicar a valorização do capital pela exploração da força de trabalho, esta se torna uma coisa mística, passando a ser concebida como capital portador de juro, uma concepção irracional. Parece ser esse o malabarismo que se atualiza hoje com os “fundos de pensão” que fazem com que a centralização das poupanças do trabalho assalariado atue na formação de capital fictício, como capitalização (CHESNAIS, 1996, 1998, 2001; CHESNAIS et al, 2003; GRANEMANN, 2006).

A crescente elevação da taxa de juros favorece o sistema bancário e instituições financeiras, assim como a ampliação do *superávit primário* afeta as políticas públicas com a compressão dos gastos sociais, além do desmonte dos serviços da administração pública. Ela combina-se com a desigual distribuição de renda e a menor tributação de rendas altas, fazendo com que a carga de impostos recaia sobre a maioria dos trabalhadores.

Os principais agentes do processo de financeirização são os *grupos industriais transnacionais* e os *investidores institucionais* – bancos, companhias de seguros, sociedades financeiras de investimentos coletivos, fundos de pensão e fundos mútuos -, que se tornam proprietários acionários das empresas e passam a atuar independente delas. Por meio de operações realizadas no mercado financeiro, interferem no ritmo de investimentos dessas empresas, na repartição de suas receitas e na definição das formas de emprego assalariado e gestão da força de trabalho, no perfil do mercado de trabalho.

É preciso ressaltar o seguinte: os dois braços em que se apóiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas –, só sobrevivem com decisão política dos Estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Eles encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, com o efetivo impulso dos Estados nacionais: por um lado a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a mercantilização dos serviços, a chamada flexibilização da legislação protetora do trabalho; por outro lado a imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade, e com elas a reestruturação produtiva centrada menos no avanço tecnológico e fundamentalmente na redução dos custos do chamado “fator trabalho” com elevação das taxas de exploração. Daí a *desindustrialização* expressa no fechamento de empresas que não conseguem manter-se na concorrência com a abertura comercial, redundando: na redução dos postos de trabalho; no desemprego, na intensificação do trabalho daqueles que permanecem no mercado; na ampliação das jornadas de trabalho; da clandestinidade e da invisibilidade do trabalho não formalizado, entre outros aspectos.

O capital financeiro avança sobre o fundo público, formado tanto pelo lucro do empresariado, quanto pelo trabalho necessário dos assalariados, que são apropriados pelo Estado sob a forma de impostos e taxas.

Por outro lado, os investimentos especulativos em ações de empresas no mercado financeiro apostam *na extração da mais-valia presente e futura dos trabalhadores para alimentar expectativas de lucratividade futuras das empresas*, interferindo silenciosamente: nas políticas de gestão e de enxugamento da mão de obra; na intensificação do trabalho e no aumento da jornada; no estímulo à competição entre os trabalhadores num contexto recessivo, dificultando a organização sindical; na elevação da produtividade do trabalho com tecnologias poupadoras de mão de obra; nos chamamentos à participação e

consentimento dos trabalhadores às metas empresariais, além de uma ampla regressão dos direitos, o que se encontra na raiz das metamorfoses do mercado de trabalho (HARVEY, 1993; ALVES, 2000; ANTUNES, 1997, 1999; BHIR, 1999; SANTANA, e RAMALHO, 2003).

Esse processo afeta a cultura com mercantilização universal e indissociável descartabilidade, superficialidade e banalização da vida. Gera tremores e cismas nas esferas dos valores e da ética orientada por valores radicalmente humanos e atinge a cultura e contesta as interpretações que cultivam as “grandes narrativas”, alvos do pensamento pós-moderno.

A sugestão é que a mundialização financeira unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que tendem a ser tratados pelos intelectuais de forma isolada e autônoma: a “reforma” do Estado, a reestruturação produtiva, a *questão social*, a ideologia neoliberal e concepções pós-modernas.

A hipótese é que na raiz da “questão social” na atualidade, encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais, enquanto forças que capturam o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, que passam a assumir os ônus das chamadas “exigências dos mercados”. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos, nos campos monetário e financeiro, e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país, sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizarem na esfera financeira. Esse processo redimensiona a “questão social” na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações.

O capital financeiro ao subordinar toda a sociedade impõe-se em sua lógica de incessante crescimento, de mercantilização universal. Ele aprofunda desigualdades de toda a natureza e torna paradoxalmente invisível o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. Nesse contexto, a “questão social” é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a *banalização do humano*, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes majorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores submetidos a uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida), universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital.

Por outro lado, as múltiplas manifestações da *questão social*, sob a órbita do capital, tornam-se objeto de ações filantrópicas e de benemerência e de “*programas focalizados de combate à pobreza*”, que acompanham a mais ampla *privatização da política social pública*, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”. Ao mesmo tempo expande-se a compra e venda de bens e serviços, alvo de investimentos empresariais que avançam no campo das políticas públicas.

A atual desregulamentação das políticas públicas e dos direitos sociais desloca a atenção à pobreza para a iniciativa privada ou individual, impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetidas ao arbítrio do indivíduo isolado e ao mercado e não à responsabilidade pública do Estado, com claros chamamentos à sociedade civil.

As conquistas sociais acumuladas têm sido transformadas em causa de “gastos sociais excedentes” que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados. A contrapartida tem sido a difusão da idéia liberal de que o “bem-estar social” pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades. A intervenção do Estado no atendimento às

necessidades sociais é pouco recomendada, transferida ao *mercado e à filantropia*, como alternativas aos direitos sociais que só têm existido na comunidade política. Como lembra Yazbek (2001), o pensamento neoliberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, e opera uma profunda despolitização da “questão social” ao desqualificá-la como *questão pública, questão política e questão nacional*.

Acanda (2006), em seu competente e provocativo estudo sobre a sociedade civil, também destaca alta dose de controvérsia no uso teórico dessa noção, que tende hoje a ser empregada mais como metáfora do que como um conceito, segundo os mais diversos matizes e interesses políticos de direita e de esquerda. Nos países comunistas do Leste Europeu ela foi utilizada por aqueles que rejeitavam o Estado ultracentralizador e totalitário. Já pela nova direita dos países capitalistas desenvolvidos (especialmente Estados Unidos e Inglaterra) foi empregada como parte de uma ofensiva neoconservadora pelo controle e defesa do “Estado mínimo”, despojado de funções redistributivas, o que redundou no chamado “fortalecimento da sociedade civil”. Ela passa a ser apresentada como a “Terra Prometida”, uma invocação mágica capaz de exorcizar todo o mal. Para a esquerda latino-americana, nas décadas de setenta e oitenta, assume outro significado. A expansão das ditaduras militares no continente desarticula e elimina todas as formas de associativismo que expressavam lutas sociais de setores sociais explorados, tais como sindicatos, movimentos indígenas e camponeses. Nesse contexto, a sociedade civil é defendida em sua condição de protagonista na luta contra a dominação: uma nova força capaz de exigir do Estado a redução da repressão e maiores responsabilidades sociais.

No clima cultural dominante sob a inspiração ultraliberal, a sociedade civil tem sido definida por exclusão e em antítese ao Estado e à política, como um “espaço não político”, livre de coerções, aparecendo idealizada como um reino autônomo da associação e espontaneidade, materializado nas Organizações Não-Governamentais (ONGs). É, também,

tida com a guardiã do Estado, controlando-o para evitar intervenções espúrias nas relações interpessoais.

Como sugere Acanda (2006), o *boom* dessa noção é indissociável da crise de identidade política democrática e de esquerda revolucionária. Segundo o citado autor, o emprego da noção de sociedade civil vem redundando no fortalecimento da ideologia dominante: tudo o que não depende do Estado é tido como a um passo da emancipação social. Ao mesmo tempo aquela noção tende a encobrir as diferenças reais na vida social, desaparecendo, com ela, a percepção de fenômenos como: classes sociais, grupos de poder econômico, monopólios do capital, dentre outros. A sociedade civil tem sido usada como instrumento de canalizar o projeto político de enfraquecimento do Estado Social e para disfarçar o caráter de classe de muitos conflitos sociais.

3 Direitos e Competências profissionais: a tensão entre projeto profissional e trabalho assalariado

Os princípios éticos⁷ norteadores do projeto profissional⁸ estão fundados no ideário da modernidade, que apresenta *a questão central da liberdade do ser social* no coração da

⁷ Dentre eles, destacam-se:

- o reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o reconhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos;
- a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo;
- a defesa, aprofundamento e consolidação da cidadania e da democracia, entendida como socialização da participação política, da cultura e da riqueza produzida;
- o posicionamento a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a gestão democrática;
- o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo;
- o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores. (CRESS-7^a Região, 2000).

⁸ Nos termos de Netto, os projetos profissionais, construídos pela respectiva categoria:[...] apresentam a autoimagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos (técnicos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas

reflexão ética; ser social *que se constitui pelo trabalho e dispõe de capacidade teleológica consciente, afirmando-se como produto e sujeito da história.*

Mas é preciso considerar que a ordem burguesa é em seu cerne contraditória: ao mesmo tempo em que fornece as bases históricas para o desenvolvimento de demandas vinculadas à liberdade (direitos, garantias sociais e individuais, autonomia, auto-gestão), simultaneamente bloqueia e impede sua realização. Assim esse valor da liberdade passa a existir mais como *projeto, do que como uma realidade conquistada.* (PAIVA et alli, 1996, p.162).

O mesmo ocorre com o *valor da igualdade*: ainda que afirmada socialmente como requisito para a troca entre livres e iguais proprietários de mercadoria, – o que se refrata no ideário dos direitos de cidadania – ela é tensionada na dinâmica das relações entre as classes sociais: o alargamento do patamar dos direitos defronta-se inevitavelmente com os limites impostos pela lógica da acumulação, dilema esse já reconhecido por Marshal (1967) em seu estudo clássico sobre a cidadania.

Sabemos que a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre e não vem de cima para baixo, mas é resultado de lutas permanentes, travadas quase sempre a partir de baixo, pelas classes subalternas. As demandas de grupos e classes sociais prefiguram direitos que só são satisfeitos quando assumidos nas e pelas instituições do Estado, que asseguram uma legalidade positiva, atribuindo-lhe uma dimensão de universalidade.

para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições, públicas e privadas. (NETTO, 1999, p. 95)

Os direitos sociais foram negados durante muito tempo – o que se atualiza hoje pelos expoentes do neoliberalismo –, sob alegação de que estimulam a preguiça, violam o direito individual à propriedade e estimulam o paternalismo estatal. Como afirma P. Anderson (apud COUTINHO, 2000), a lógica capitalista se expressa essencialmente pela afirmação do mercado como forma suprema de regulação das relações sociais. Logo, tudo o que limita ou substitui o mercado em nome de um direito social – ou da justiça social –, é uma vitória da economia política do trabalho, isto é, uma outra lógica de regulação da vida social. Isso explica a atual reação dos neoliberais aos direitos sociais, que não interessam à burguesia. Ela pode tolerá-los e, inclusive usá-los a seu favor, mas procura limitá-los ou suprimi-los nos momentos de recessão, quando tais direitos se chocam com a lógica de ampliação máxima dos lucros. Por tudo isso, a *ampliação da cidadania* – esse processo progressivo e permanente de ampliação de direitos – termina por se chocar com a lógica do capital e expõe a contradição entre cidadania e classe social: a condição de classe cria *deficits* e privilégios, que criam obstáculos para que todos possam participar, igualmente, da apropriação de riquezas espirituais e materiais, socialmente criadas.

Essa consideração requer uma concepção de cidadania e de democracia *para além dos parâmetros liberais*. Como sustenta Coutinho (2000, p. 50), “a cidadania entendida como capacidade de todos os indivíduos, no caso de uma democracia efetiva, de se apropriarem dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado”. Nesta concepção abrangente, a democracia inclui a socialização da economia, da política e da cultura na direção da emancipação humana, isto é, da erradicação dos processos de exploração, dominação e alienação.

Isso confere à reflexão ética – *enquanto análise teórica dos fundamentos da moral* – a exigência de ir além do desvendamento dos fundamentos da moral contemporânea e as

contradições que a envolvem. “Cumpre-lhe destacar nessas contradições as possibilidades de sua superação, incorporando não só as demandas atualmente colocadas e não entendidas, mas, ainda, as demandas emergentes e a constituição de novos valores” (PAIVA e SALLES, 1996, p. 159). Ao debruçar-se sobre o *dever ser*, a reflexão ética não é neutra: é *sempre compromissada com valores que dizem respeito a determinadas projeções sociais, que têm protagonistas histórico-sociais efetivos*.

A efetivação desses princípios remete à luta, no campo democrático-popular, pela construção de uma nova ordem societária. E os princípios éticos, ao impregnarem o exercício cotidiano, indicam um *novo modo de operar o trabalho profissional*, estabelecendo balizas para a sua condução nas condições e relações de trabalho em que é exercido e nas expressões coletivas da categoria profissional na sociedade. Aquela efetivação condensa e materializa a firme recusa à ingenuidade ilusória do tecnicismo.

É nos limites desses princípios que se move o *pluralismo*, que não se identifica com a sua versão liberal, que mascara os desiguais arcos de influência que as diferentes tendências teórico-metodológicas exercem na profissão, os vínculos que estabelecem com projetos societários distintos e antagônicos, apoiados em forças sociais também diversas.

O que merece destaque é que o projeto profissional não foi construído numa *perspectiva meramente corporativa*, voltada à autodefesa dos interesses específicos e imediatos desse grupo profissional centrado em si mesmo. Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e desses trabalhadores especializados, o projeto os ultrapassa porque é dotado de “caráter ético-político”. Ele permite elevar esse projeto a uma dimensão de universalidade, a qual subordina, ainda que não elimine a dimensão técnico-profissional, porque estabelece um norte quanto à forma de operar o trabalho cotidiano, impregnando-o

de interesses da coletividade ou da “grande política”, como momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social.

Por que é um projeto com uma direção social de caráter ético-política?

A política, no sentido amplo, não se restringe ao Estado e nem à relação entre governados e governantes. Ela é tratada por Gramsci (apud COUTINHO, 1989, p. 183) como o “momento catártico”: o que permite aos homens ultrapassarem os determinismos econômicos que os constitui, incorporando-os e transformando-os em meio de sua liberdade. Isto é, redundando em investimentos voltados para criar *nova forma ético-política de vida em sociedade*, dando origem a novas iniciativas, permitindo a constituição de um sujeito histórico, graças à elaboração de uma vontade coletiva. Esta supõe articulação com um bloco histórico majoritário vinculado a uma classe nacional que aspira à hegemonia na sociedade e, portanto, dispõe de um projeto para a sociedade. Por isso, os projetos profissionais são indissociáveis de projetos societários, o que supõe impregnar o exercício profissional da “grande política”.

Nessa perspectiva, o trabalho profissional cotidiano passa a ser conduzido, segundo os dilemas universais relativos à re-fundação do Estado e sua progressiva absorção pela sociedade civil – o que se encontra na raiz da construção da esfera pública –; à produção e distribuição mais eqüitativa da riqueza; à luta pela ultrapassagem das desigualdades pela afirmação e concretização dos direitos e da democracia.

Sabe-se que a dimensão política da profissão não *se confunde com o partido político*, pois se trata de uma categoria profissional cravejada por diferenças sociais e ideológicas. Não se identifica também com as *relações de poder entre governados e governantes*, ainda

que o assistente social também possa exercer funções de governo; e nem o Serviço Social se confunde com a política social, esta uma atribuição do Estado e dos governos, sem menosprezar essa mediação essencial do trabalho profissional. É nesse sentido que se reclama *a autonomia do projeto profissional perante os partidos e os governos*. Mas não se trata também, de reduzir aquela dimensão política à “pequena política” ou à “contrapolítica” dos técnicos, que se pretende asséptica e neutra, mas afirma o instituído (NOGUEIRA, 2001). Isso também implica a decisão de ultrapassar a “pequena política do dia-a-dia”, tal como se expressa na competência permitida e autorizada pelas organizações, restrita à prática manipulatória imediata e à recepção passiva das informações. Esta se traduz no empirismo, nas rotinas, no burocratismo que reiteradamente se repõem no trabalho profissional.

Dessa forma, o caráter ético-político do projeto em questão tem consequências: supõe uma visão de mundo, articulada a uma ética correspondente e se liga à ação no sentido de interferir no comportamento dos homens no enfrentamento dos conflitos sociais. Por meio da luta hegemônica, os assistentes sociais enquanto cidadãos e trabalhadores tornam-se parte de um “sujeito coletivo”, que partilha concepções e realizam, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política.

O desafio atual é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de sua implementação efetiva. Para tanto, é necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que sustentam esse projeto com a realidade do trabalho cotidiano. Exige-se uma análise acurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, num radical esforço de integrar o “dever ser” com a objetivação desse projeto, sob o risco de se deslizar para uma proposta idealizada, porque abstraída da realidade histórica.

Isso exige caminhar da análise da profissão ao seu efetivo exercício, o que supõe articular o *projeto de profissão e o trabalho assalariado*. Ou, em outros termos, o *exercício da profissão nas condições sociais concretas de sua realização, mediadas pelo estatuto assalariado e pela organização política das classes em suas expressões coletivas*.

No lapso das duas últimas décadas, a fecunda literatura profissional no âmbito da renovação crítica do Serviço Social voltada aos fundamentos do Serviço Social tratou, sob diferentes ângulos, a natureza particular da profissão na divisão social e técnica do trabalho. A literatura especializada centrou sua análise no Serviço Social, enquanto *trabalho concreto (útil) dotado de qualidade determinada*, abordado sob focos distintos: a *tese do sincretismo da prática indiferenciada* (NETTO, 1991, 1992, 1996); a *tese da identidade alienada* (MARTINELLI, 1989); a *tese da correlação de forças* (FALEIROS, 1980, 1981, 1987, 1999a 1999b); a *tese da assistência social* (SANTOS, 1982; YAZBEK, 1993, 1999); a *tese da proteção social* (COSTA, 1995a, 1995b) e a *tese da função pedagógica do assistente social* (ABREU, 2002). Esses diferentes recortes temáticos na abordagem do Serviço Social e de seu exercício atestam a riqueza da produção acadêmica dessa área, alertando para questões que ora se complementam, ora de distanciam na totalização da leitura das particularidades da profissão e de seus agentes, enquanto trabalho útil que responde às necessidades sociais historicamente circunscritas.

Entretanto *a análise do processamento do trabalho do assistente social nem sempre adquiriu centralidade e nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações*. Os restritos investimentos nas implicações da mercantilização dessa força de trabalho especializada, inscrita na organização coletiva do trabalho das organizações empregadoras, comprometem a elucidação do significado social desse trabalho especializado no âmbito do trabalho coletivo na sociedade brasileira contemporâneas. São acentuadas as *diferenças* desse trabalho perante outras especializações do trabalho social; mas não adquire igual

visibilidade nessas análises sua *unidade* enquanto parte do trabalho social médio, comum ao conjunto dos trabalhadores assalariados que produzem valor e/ou mais valia.

O trânsito da análise da profissão ao seu efetivo exercício agrega um conjunto de determinações e mediações no trabalho profissional mediado pela compra e venda dessa força de trabalho especializada às instituições empregadoras de diferente natureza: estatais, empresariais, organizações privadas sem fins lucrativos e representações de trabalhadores. Essas relações estabelecidas com sujeitos sociais distintos condicionam o processamento do trabalho concreto cotidiano e significado social de seus resultados, ao mesmo tempo em que impregnam essa atividade dos constrangimentos do trabalho alienado. Eles restringem, em graus variados, a autonomia profissional na direção social desse exercício, com incidências na sua configuração técnico-profissional.

O Serviço Social foi regulamentado como uma “profissão liberal” dela decorrente os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional. Entretanto o exercício da profissão é *tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social*, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional. A condição assalariada – seja como funcionário público ou assalariado de empregadores privados, empresariais ou não – envolve, necessariamente, a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, consubstanciadas no contrato de trabalho. Eles estabelecem as condições em que esse trabalho se realiza: intensidade, jornada, salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Por outro lado os organismos empregadores definem a particularização de funções e atribuições consoante sua normatização institucional, que regula o trabalho coletivo. Oferecem, ainda, o *background* de recursos materiais, financeiros, humanos e técnicos indispensáveis à objetivação do trabalho e

recortam as expressões da “questão social” que podem se tornar matéria da atividade profissional. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores, no quadro da organização social e técnica do trabalho, também *materializam requisições, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas ao trabalho a ser empreendido no âmbito do trabalho coletivo, além de normas contratuais (salário, jornada, entre outras), que condicionam o conteúdo do trabalho realizado e estabelecem limites e possibilidades à realização dos propósitos profissionais.*

Transitar da análise da instituição Serviço Social para o seu exercício agrega, portanto, um complexo de novas determinações e mediações essenciais para elucidar o significado social do trabalho do assistente social. Sintetiza tensões entre o direcionamento socialmente condicionado que o assistente social pretende imprimir ao seu trabalho concreto, condizente com um projeto profissional coletivo, e as exigências que os empregadores impõem aos seus trabalhadores assalariados especializados. Em outros termos, estabelece-se “a tensão entre projeto ético-político e alienação do trabalho, indissociável do estatuto assalariado” (IAMAMOTO, 2007). Repõe-se, assim, nas particulares condições do trabalho do assistente social, o clássico dilema entre causalidade e teleologia, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito (*idem*).

A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da relativa autonomia de que dispõe o assistente social resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. Essa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados: no Estado (no Poder Executivo e Ministério Público, no Judiciário e no Legislativo); nas empresas capitalistas; nas

organizações político-sindicais; nas organizações privadas não lucrativas e nas instâncias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas e de Direitos, conferências, fóruns e ouvidorias). Nesses espaços ocupacionais os (as) assistentes exercem suas competências e atribuições profissionais resguardadas pela legislação, já anteriormente referidas. Essas distintas inserções profissionais condicionam: as condições em que se materializa a autonomia profissional o trabalho concreto realizado e seus efeitos no processo de reprodução das relações sociais. Isto porque são espaços ocupacionais de natureza, racionalidade e finalidades exclusivas. Forjam, assim, específicas condições e relações sociais por meio das quais se realiza o exercício profissional no mercado de trabalho, que necessitam elucidação.

Todavia, as atividades desenvolvidas sofrem outro vetor de demandas: as necessidades sociais dos cidadãos, que, condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos usuários dos serviços profissionais. É nesse terreno denso de tensões e contradições sociais que se situa o protagonismo profissional.

O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potenciando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação.

Mas a consideração unilateral das imposições do mercado de trabalho conduz a uma mera adequação do trabalho profissional às exigências alheias, subordinando a profissão ao mercado e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado. Resguardar a relativa autonomia na condução o exercício profissional supõe potenciá-la mediante um projeto profissional coletivo, com sustentação em forças sociais reais que partilham de um projeto comum para a sociedade. Esse é um desafio intelectual e histórico de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais e as lutas contra as mesmas; e para projetar formas de resistência e de defesa da vida e dos direitos, germinadas no presente, por parte da ação de homens e mulheres, jovens e idosos, índios, brancos, negros, trabalhadores e trabalhadoras que lutam com bravura pela sua subsistência que apontam para novas formas de sociabilidade.

Como sustenta a *Carta de Manaus*, do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/ CRESS: 2005), atestando a necessidade histórica da direção impressa ao nosso projeto profissional:

O enfrentamento a essa direção econômica e social só é possível com a organização coletiva dos trabalhadores e o fortalecimento dos movimentos sociais comprometidos com a defesa dos direitos, como processo estratégico da luta democrática e popular visando a emancipação e construção de uma sociedade não submetida aos ditames do capital.

4 Desafios ao Serviço Social na cena contemporânea

Somos, no Brasil, cerca de 82.000 assistentes sociais ativos, o segundo maior contingente mundial, só superado pelos EUA – com 150 mil profissionais – em um total de 500 assistentes sociais no mundo, conforme a *International Federation of Social Workers (FITS)*.

Segundo a *Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, existem atualmente 10 cursos de doutorado na área de Serviço Social e 25 de mestrado (afora 01 em Economia Doméstica, na UFV), todos de caráter acadêmico. A maioria encontra-se em instituições públicas, seguidos das universidades católicas. A pós-graduação congregava, em 2004, 55 linhas de pesquisa, com 581 projetos de pesquisa já concluídos ou em realização, que adensam a produção científica do Serviço Social brasileiro e o seu mercado editorial, atestando a maturidade acadêmica dessa área de conhecimento.

Segundo dados do *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC)* em março de 2007, o país tinha 253 cursos de graduação em Serviço Social (incluindo os cursos presenciais e à distância). Destes, 46 eram levados a efeito por instituições públicas, responsáveis por 5 358 vagas (16%) e 207 oferecidos por instituições privadas de ensino superior com 27465 vagas (84%). O conjunto do ensino superior na área totalizava 32 823 assistentes sociais em formação no país, próximo da metade do contingente profissional atual.

Esse crescimento intensivo iniciado no Governo Cardoso, recebe impulso decisivo no Governo Lula – como o atesta a base oficial de dados do MEC –, sob a liderança das instituições privadas de ensino, e fortemente acelerado pela regulamentação dos cursos de

graduação a distância, que se proliferam a partir de 2006. Os 06 primeiros cursos de graduação a distância autorizados e em funcionamento, já eram responsáveis, em março de 2007, por 9 760 vagas informadas, o equivalente a 30% das matrículas. Destes, apenas 01 curso em uma universidade estadual, a Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS iniciou com 2 760 vagas em 2006. Os 05 outros cursos a distância são ofertados por instituições privadas, destacando-se a *Universidade para o Desenvolvimento do Estado da Região do Pantanal* – UNIDERP –, com 3 800 vagas.

As quase 10 mil vagas efetivamente ofertadas e declaradas pelos cursos a distância, em março de 2007, permitem afirmar que, mantida essa oferta (o que é certamente uma projeção acanhada ante a tendência de expansão do ensino a distância – EaD) a partir de 2010, só o EaD irá lançar diplomar e lançar no mercado cerca de dez mil profissionais por ano. Somadas às 70% das vagas oferecidas por cursos presenciais, pode-se esperar uma duplicação do contingente profissional até 2010. Esse crescimento exponencial traz sérias implicações para o exercício profissional, as relações de trabalho e condições salariais por meio das quais se realiza. Pode-se antever, já no curto prazo, um crescimento acelerado do desemprego nessa área, visto que dificilmente a oferta de postos de trabalho poderá acompanhar, no mesmo ritmo, o crescimento do contingente profissional, pressionando o piso salarial e estimulando, no curto prazo, a precarização das condições de trabalho e a insegurança do trabalho.

A hipótese é que o crescimento do contingente profissional, ainda que reflita a expansão do mercado de trabalho especializado, poderá desdobrar-se na criação de um *exército assistencial de reserva*. Isto é, *um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade* em um ambiente político que estimula a criminalização da questão social e das lutas dos trabalhadores e o caráter assistencial das políticas sociais, como já salientado.

A massificação e a perda de qualidade da formação universitária *estimulam o reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às “normas do mercado”*, redundando em um processo de *despolitização da categoria*, favorecido pelo isolamento vivenciado no ensino à distância e na falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária.

O estímulo à graduação a distância é um recurso para a ampliação da lucratividade das empresas educacionais – este sim o seu objetivo maior – a que se subordina a qualidade do ensino e da formação universitária. É isto que permite vislumbrar, como faces de um mesmo processo, a precarização do ensino e do trabalho profissional. Essa tendência é compatível com premissa de que o “mercado” – leia-se o capital – é portador da racionalidade sociopolítica e o agente principal do bem-estar da República.

Importa salientar que aqui não se trata simplesmente de uma recusa ingênua da tecnologia do ensino a distância, o que atesta a iniciativa deste curso. O problema está no contexto de privatização do ensino superior em que ocorre o ensino graduado e sua incidência em um curso universitário de caráter teórico-prático que exige estágio supervisionado e que tem uma relação direta com a vida cotidiana dos sujeitos com que se trabalha.

Esse é um dos grandes desafios que nos convoca coletivamente, exigindo: um criterioso debate e acompanhamento da expansão do ensino superior no Serviço Social e de sua distribuição territorial; o cumprimento das exigências legais do estágio supervisionado no ensino a distância; o conhecimento das entidades mantenedoras responsáveis pela expansão das instituições de ensino superior privadas e os interesses que veiculam; a denúncia da desqualificação da formação universitária e de suas repercussões na prestação de serviços de qualidade à população no âmbito dos direitos sociais; o aprofundamento do

debate sobre as formas de regular a autorização do exercício profissional, pelos órgãos competentes, ante a crescente formação graduada massiva decorrente da expansão acelerada da educação superior como “negócio” do capital, com perda crescente de qualidade e com graves implicações na vida dos segmentos de classe atendidos pelo assistente social e na defesa de seus direitos.

São inúmeros os desafios profissionais e acadêmicos que se apresentam ao Serviço Social na atualidade, dentre os quais:

1) a exigência de rigorosa formação teórico-metodológica que permita explicar o atual processo de desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças e o reconhecimento das formas particulares pelas quais ele vem se realizando no Brasil, assim como suas implicações na órbita das políticas públicas e conseqüentes refrações no exercício profissional;

2) rigoroso acompanhamento da qualidade acadêmica da formação universitária ante a vertiginosa expansão do ensino superior privado e da graduação à distância no país;

3) a articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais;

4) a afirmação do horizonte social e ético-político do projeto profissional no trabalho cotidiano, adensando as lutas pela preservação e ampliação dos direitos mediante participação qualificada nos espaços de representação e fortalecimento das formas de democracia direta;

5) o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e da qualidade dos atendimentos, potenciando a nossa autonomia profissional.

Um caminho fértil nessa direção é recuperar para a análise de nosso tempo o profícuo estilo de trabalho de Marx: uma forte interlocução crítica com o pensamento de diferentes extrações teóricas elaborado em sua época; e uma efetiva integração com as forças vivas que animam o movimento da classe trabalhadora em suas distintas frações e segmentos.

O legado já acumulado pelo pensamento social crítico brasileiro sobre a interpretação do Brasil no quadro latino-americano também necessita ser re-apropriado para, a partir dele, elucidar as particularidades dos processos sociais que conformam o Brasil no presente, solidificando as bases históricas do projeto profissional. E aprender com os nossos clássicos. Refiro-me a autores como: Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodr e, Florestan Fernandes, Ant nio Cândido, Josué de Castro, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Octavio Ianni, Ruy Mauro Marini, entre outros. As transforma es históricas que tiveram lugar tanto no Brasil e nos demais países latino-americanos foram por eles assumidas como *desafios ao pensamento*. Mas eles tinham clareza de que *as explica es obtidas também influenciam o movimento da sociedade, ao transformarem a teoria em força real que opera de dentro e através de grupos e classes sociais*, especialmente aqueles que protagonizam a história dos trabalhadores nesse país. Os “homens simples” (IANNI, 1975) também tecem as linhas da história com suas lutas e reivindica es, rebeldias e conformismos. E lembra o autor que para conhecer a história do Brasil   indispensável conhecer também a *história social do povo brasileiro* (IANNI, 2004). Essa   uma das condi es para se assegurar a viabilidade do projeto profissional no jogo das forças sociais.

Concluindo, fica a todos o convite para uma *vigília crítica do Brasil, no desafio de viver e lutar para interferir nos rumos da história*. Sem esquecer que “viver é muito perigoso”, como já alertou Guimarães Rosa.

As palavras finais são de Carlos Drummond de Andrade, em seu *Canto Brasileiro*:

Confuso amanhecer, de alma ofertante
e angústias sofreadas,
injustiças e fomes e contrastes
e lutas e achados rutilantes
de riquezas da mente e do trabalho,
meu passo vai seguindo
no ziguezague de equívocos,
de esperanças que malogram mas renascem
de sua cinza morna.
Vai comigo meu projeto
entre sombras, minha luz
de bolso me orienta
ou sou eu mesmo o caminho a procurar-se?

Referências

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI*, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143-171, abr. 1996.

_____. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Formação Profissional: Trajetória e Desafios. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997a. Edição especial.

_____. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 7, p. 15-58, 1997b.

ABREU, M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

ACANDA, J. *Hegemonia e sociedade civil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ALVES, G. *O novo (precário) mundo do trabalho*. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo/FAPESP, 2000.

ANDRADE, C. D. *Carlos Drummond de Andrade*. Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983. Volume único.

ANTUNES, R. (Org.). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos*. Reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1997.

_____. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa*. O movimento operário europeu em crise. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

CALDAS AULETE. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Edição Brasileira. 4ªed.* Rio de Janeiro: Ed. Delta, 5 vols.,1958.

CAPES/MEC. Relação dos cursos recomendados e reconhecidos. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas. Área: Serviço Social. <http://conteudoweb.capes.br>. Acesso em 06/03/2009.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 1982.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. (Org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Outubro*, São Paulo, n. 5, p. 7-28, 2001.

CHESNAIS & F.; DUMÉNIL, G.; LEVY, D.; WALLERSTEIN, I. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: CEMARX-Unicamp/Xamã, 2003.

COSTA, S. G.. A invenção de tradições: a proteção social e os cursos de graduação em Serviço Social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XVI, n. 48, p. 58-68, ago. 1995a.

_____. *Signos em transformação*. A dialética de uma cultura profissional. São Paulo: Cortez, 1995b.

COUTINHO, C. N. C. *Gramsci*. Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. *Contra a Corrente*. Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

CFESS/CRESS. *Carta de Manaus*. Manaus, 2005.

CRESS-PR. *Legislação Social*. Cidadania, políticas públicas e exercício profissional. 2ªed. Atualizada. Curitiba (PR): CRESS 11ª Região, 2007, p. 7-8.

CRESS 7ª Região (RJ). *Assistente Social: ética e ética e direitos*. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: Lidador, mai. 2000.

FALEIROS, V. P. Reconceptualización: acción política y práctica dialética. *Acción Crítica* Lima, n. 8, p. 4- 24, dez. 1980.

- _____. *Metodologia e ideologia do trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1981.
- _____. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 1987
- _____. *Estratégias em Serviço Social*. 2. ed. São Paulo, 1999a.
- _____. Desafios do Serviço Social na era da globalização. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XX, n. 61, p. 152-186, nov. 1999b.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GRANEMANN, S. *Para uma interpretação marxista da 'previdência privada'*, Tese de Doutorado. UFRJ, 2006.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HUSSON, M. *Miséria do capital*. Uma crítica ao neoliberalismo. Lisboa: Terramar, 1999.
- IAMAMOTO, M. V & CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios Críticos. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social . In COFI/ CFESS. *Atribuições privativas em questão*. Brasília: CFESS, 2002, p.13-50.
- IANNI, O. *A Ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007
- _____. A Questão Social. In: *A Idéia do Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 87-109.

_____. *Sociologia da Sociologia Latino-Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. Introdução à crítica da economia política (1857). In: *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 107-138. (Col. Os Pensadores).

_____. *O Capital*. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 5v, 1985.

MARSHAL, T. H. *Cidadania, classe social e "status"*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1989.

MEC-SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. In: *Diretrizes Curriculares*. Brasília, DF: 26/02/1999. Curso: Serviço Social

MEC-SESU . Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social, homologadas em 04/07/2001. <http://portal.mec.gov.br>.

NETTO, J. P. *Autocracia Burguesa e Serviço Social*. Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC/SP, 1991.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (Org.). *Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

NOGUEIRA, M. A. *Em defesa da Política*. São Paulo: SENAC, 2001.

PAIVA, B.; SALES, M. A. Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. BONETTI, D. A. et al. (Orgs.). *Serviço Social e Ética*. Convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

PETRAS, J. *Império e políticas revolucionárias na América Latina*. São Paulo: Xamã, 2002.

TERRA, S. H. *Parecer Jurídico n. 27/98*. Assunto: Análise das competências do Assistente Social em relação aos parâmetros normativos previstos pelo art. 5º da Lei 8662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. São Paulo, 13/09/200, mimeo, 12 pp.

ROSA, G. *João Guimarães Rosa*. Ficção Completa em dois volumes. vol. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 59.

SANTANA, M. A; RAMALHO, J. S. *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

YAZBEK, M. C. *Classes Subalternas e Assistência Social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. *Temporalis*: ABEPSS, ano III, n. 3, p. 33-40, jan./jun. 2001.

_____. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org.). *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo II. Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, DF, CEAD, p. 87-100, 1999.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista

Ana Elizabete Mota
Professora Convidada da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista

Introdução

Este texto trata da crise contemporânea e das transformações na produção capitalista, entendidos como processos que determinam as mudanças societárias em curso. Objetiva-se discorrer sobre o alcance e o significado das transformações sofridas na esfera da produção, desde os finais dos anos 70 do século XX, destacando seus impactos no processo de acumulação capitalista, na gestão do trabalho e nos modos de ser e viver da classe trabalhadora. Seu conteúdo está estruturado em três partes: inicialmente, ressalta-se a dimensão histórica das crises, qualificando-as como constitutivas do modo de produção capitalista e da sua dinâmica restauradora; em seguida, destacam-se as particularidades da crise que se iniciou no final dos anos 70, assim como os mecanismos utilizados pelo capital para o seu enfrentamento, pautados na reestruturação produtiva, na mundialização financeira, nos mecanismos de gestão do trabalho e nas estratégias de construção da hegemonia do grande capital; por fim, serão indicadas as principais implicações dessas transformações no mundo do trabalho e na organização política dos trabalhadores, como parte ofensiva do capital para construir uma cultura e uma sociabilidade compatíveis com os seus interesses atuais.

1 As crises na dinâmica da acumulação capitalista

Para compreender as mudanças na dinâmica do capitalismo, é necessário reconhecer o significado histórico das crises no seu desenvolvimento. Sejam elas qualificadas como crises econômicas¹, como o fez Marx no Livro III de **O Capital** e em cuja tradição se perfilam autores como Rubin², Altvater³ e Mandel⁴, sejam elas também

¹ Na investigação de Marx, a explicação das crises está relacionada com a lei tendencial da queda das taxas de lucro, expressão concreta das contradições do modo capitalista de produção e cuja equação pode ser sinteticamente resumida nos seguintes termos: a produção da mais-valia (quantidade de trabalho excedente materializado em mercadorias e extorquido no processo de trabalho) é apenas o primeiro ato do processo produtivo. O segundo ato é a venda dessas mercadorias que contém mais-valia. Como não são idênticas as condições de produção da mais-valia com as da sua realização, a possibilidade de descompassos entre esses dois momentos cria as bases objetivas para o surgimento de crises. Para uma primeira aproximação ao tema, sugerimos a leitura de **Cultura da Crise e Seguridade Social** (MOTA, 1995), especialmente a Introdução e o Capítulo I e de **Economia Política: uma introdução crítica** (NETTO; BRAZ, 2006), Capítulo 7.

² Rubin (1980, p. 31) afirma que as crises ocorrem porque “o processo de produção material, por um lado, e o sistema de relações de produção entre as unidades econômicas [...], por outro, não estão ajustados um ao outro de antemão (grifos nossos). Eles devem

concebidas como crises orgânicas, nas quais adquire destaque a dimensão política, seguindo a análise gramsciana⁵, fato é que elas são inelimináveis e indicam o quanto é instável o desenvolvimento capitalista.

Segundo Rubin, as crises são “hiatos dentro do processo de reprodução social” (1980, p. 31). Através delas o capital se recicla, reorganizando suas estratégias de produção e reprodução social. Pode-se dizer que as crises econômicas são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e que, diante dos esquemas de reprodução ampliada do capital, a emergência delas é uma tendência sempre presente (MOTA, 1995, p. 37).

As crises expressam um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo a realização do capital, ou seja, a transformação da mais-valia em lucro, processo que só se realiza mediante a venda das mercadorias capitalisticamente produzidas. Em outras palavras, quando são produzidas mais mercadorias do que a população pode comprar, o processo de acumulação é afetado, uma vez que estoques de mais-valia não asseguram o fim capitalista. Para isso, não basta produzir mercadorias, estas precisam ser transformadas em dinheiro para, rapidamente, retornarem ao incessante processo de acumulação do capital: produção/circulação/consumo. As

ajustar-se em cada etapa, em cada uma das transações em que se divide formalmente a vida econômica” (**A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980). Essa colocação, devidamente atualizada (o texto é dos anos 1920) expõe com clareza o imperativo da centralização e concentração do capital que se expressam atualmente nas fusões patrimoniais, na organização da produção, como é o caso do estoque zero de mercadorias porque a produção passa a depender da demanda instalada, ou seja, da sua venda antecipada.

³ Em dois ensaios publicados no v. 8 da **Coleção História do Marxismo** organizada por Hobsbawm, o cientista político alemão Elmar Altvater enfoca as polêmicas em torno do tema das crises, destacando as suas dimensões econômicas e políticas e argumentando sobre a impossibilidade de operar tematizações sobre as crises, exclusivamente, com base na teoria econômica (ALTVATER, E. A crise de 1929 e o debate sobre a teoria da crise. In: E. J. Hobsbawm (Org.) **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, v. 8, p. 79-133).

⁴ Em **A Crise do Capital**, Mandel faz uma incursão histórica sobre as crises capitalistas, destacando suas características e seu caráter cíclico, argumentando pela necessidade de distinguir os fenômenos da crise, suas causas mais profundas e sua função no quadro da lógica imanente do modo de produção capitalista (MANDEL, E. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1990. Cap. XXV).

⁵ Gramsci adota a concepção marxiana das crises como contradições inerentes ao modo de produção capitalista; todavia, é no tratamento da relação entre crise econômica e crise política que reside a originalidade do seu pensamento. Para ele, as crises econômicas criam um terreno favorável à difusão de determinadas maneiras de pensar, de formular e resolver as questões que envolvem todo o curso da vida estatal (GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. v. 2 e 3).

expressões mais emblemáticas das crises são as reduções de operações comerciais, acúmulo de mercadorias estocadas, redução ou paralisação da produção, falências, queda de preços e salários, crescimento desmesurado do desemprego e empobrecimento generalizado dos trabalhadores. Suas causas podem ser diversas, tais como a anarquia da produção, a concorrência intercapitalista, com a conseqüente queda tendencial da taxa de lucro, o subconsumo de massa, ou, ainda, podem ser potenciadas por algum incidente econômico ou geopolítico.

Longe de serem naturais, as crises revelam as contradições do modo de produção capitalista, entre elas, a sua contradição fundamental, a produção socializada e a apropriação privada da riqueza, também reproduzindo e criando outras contradições como as existentes entre: 1) a racionalidade da produção em cada empresa e a irracionalidade do conjunto da produção e dos mercados capitalistas; 2) a maximização dos lucros de cada corporação empresarial e suas refrações na concorrência, ocasionando a tendência à queda da taxa de lucros; 3) o crescimento da produção de mercadorias e a estagnação ou redução da capacidade de consumo.

Expondo sobre o tema, Netto e Braz (2006, p. 162) afirmam que “as crises são funcionais ao modo de produção capitalista, constituindo-se num mecanismo que determina a restauração das condições de acumulação, sempre em níveis mais complexos e instáveis, assegurando, assim, a sua continuidade”.

Isso significa que as crises não ocasionam, mecanicamente, um colapso do capitalismo. Elas deflagram um período histórico de acirramento das contradições fundamentais do modo capitalista de produção que afetam sobremaneira o ambiente político e as relações de força entre as classes. Por ocasião das crises, deflagra-se um processo no qual mudanças significativas ocorrem, sejam elas no interior da ordem, sejam em direção a um processo revolucionário, dependendo das condições objetivas e das forças sociais em confronto. A análise de Gramsci sobre o enfrentamento da crise de 1929, exposta no célebre texto **Americanismo e Fordismo**, é central para entender o lugar da luta de classes no enfrentamento das crises, donde a estratégia *revolução*

passiva, como mecanismo para obtenção do consenso de classes em face das mudanças realizadas nos processos de produção, na ação estatal e nos aparelhos privados de hegemonia.

Segundo Braga (2003, p. 217), em conjunturas de crise,

a principal tarefa das classes dominantes passa a ser a de erigir contratendências à queda da taxa de lucro. Nesse processo devem intensificar os métodos de trabalho, modificar as formas de vida operária e, principalmente, engendrar as bases políticas e sociais de uma iniciativa que permita às classes dominantes tornar seus interesses particulares em universais, isto é, válidos para todas as classes.

Trata-se de um meio de atualização da hegemonia das classes dominantes que atinge substantivamente a dinâmica da reprodução social. Do ponto de vista objetivo, este movimento materializa-se na criação de novas formas de produção de mercadorias, mediante a racionalização do trabalho vivo pelo uso da ciência e tecnologia, regido pela implementação de novos métodos de gestão do trabalho que permite às firmas o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção.

Vale salientar que os impactos das crises apresentam-se diferenciados para os trabalhadores e os capitalistas. Para os capitalistas, trata-se do seu poder ameaçado; para os trabalhadores, da submissão intensificada. Estes últimos são frontalmente penalizados na sua materialidade e subjetividade posto que afetados pelas condições do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, as perdas salariais, o crescimento do exército industrial de reserva e o enfraquecimento das suas lutas e capacidade organizativa.

A dinâmica crise-restauração incide nas relações sociais e implica o redirecionamento da intervenção do Estado. Este, por sua vez, redefine seus

mecanismos legais e institucionais de regulação da produção material e da gestão da força de trabalho, instituindo renovadas formas de intervenção relativas aos sistemas de proteção social, à legislação trabalhista e sindical, além daquelas diretamente vinculadas à política econômica. Nesse contexto, se redefinem as relações entre Estado, sociedade e mercado, determinando medidas de ajustes econômicos e de reformas e contra-reformas sociais, que continuem garantindo a acumulação capitalista, em conformidade com as particularidades de cada formação social.

2 As particularidades da crise contemporânea e da restauração capitalista

Os anos que se seguiram ao período de reconstrução do segundo pós-guerra, estendendo-se até os anos 70, nos países centrais, foram marcados por uma fase de expansão do capitalismo, caracterizada por altas taxas de crescimento econômico, ampliação de empregos e salários e uma forte intervenção do Estado. Este período foi definido como *fordista-keynesiano* (HARVEY, 1995), em função da articulação orgânica entre ação estatal e gestão da produção, vindo a configurar uma *onda longa expansiva*, nos termos de Mandel (1990). Suas características foram uma intensa centralização, concentração e expansão de capitais, cujo desenvolvimento das forças produtivas, marcado por avanços tecnológicos, permitiu o aumento da produtividade do trabalho e da produção de mercadorias, mediante a internacionalização da produção e a redefinição da divisão internacional do trabalho (MANDEL, 1992). Para tanto, foram decisivos o amparo de fatores políticos, tais como:

- A intervenção do Estado que, no lastro das políticas keynesianas, criou mecanismos estatais voltados para a reprodução ampliada dos trabalhadores, socializando com o patronato parte dos custos de reprodução da força de trabalho.

- A construção do pacto fordista-keynesiano (BIHR,1998), marcado pelas mobilizações sindicais e partidárias dos trabalhadores que, em torno de reivindicações sociais legítimas, pressionaram a incorporação, pelo capital, do atendimento de parte

das suas necessidades sociais, operando mudanças nas legislações trabalhistas e nas medidas de proteção social.

Essa conjunção de fatores foi responsável pela constituição do *Welfare State*, que se tornou um dos principais pilares de sustentação institucional daquela fase expansiva do capitalismo, ao integrar à sua dinâmica econômica parte das demandas operárias por melhores condições de vida e trabalho.

A incorporação dessas demandas se fez através da alocação de fundos públicos na constituição de políticas econômicas e sociais, o que favoreceu a ampliação do consumo por parte dos trabalhadores: ao tempo em que desmercantilizava o atendimento de algumas das necessidades sociais através de salários indiretos, via políticas sociais públicas, a ação estatal permitia a liberação de salários reais e o conseqüente aumento da demanda por consumo de mercadorias, criando as condições para o surgimento da produção e do consumo em massa, típicos do regime fordista de produção.

Estava posta a equação subjacente ao chamado pacto fordista-keynesiano, ou seja, a incorporação das demandas trabalhistas, aumento da produção e do consumo operário e estabelecimento de uma relação negociada entre Estado, capital e trabalho, como expressão concreta de ideologias que defendiam a possibilidade de compatibilizar capitalismo, bem-estar e democracia.

Segundo Maranhão (2006),

esses serviços públicos tinham objetivos bem claros: a) responder as reivindicações dos fortes movimentos operários que se insurgiam na época; b) assumir os custos de reprodução da força de trabalho antes pagos exclusivamente com os salários dos próprios trabalhadores; c) oferecer alternativas de fundos de reserva públicos disponíveis para serem investidos em empreendimentos privados dos capitalistas (principalmente na

produção e compra de bens de capital que impulsionaram várias inovações tecnológicas); d) liberar parte do salário dos trabalhadores para serem gastos com bens duráveis, principalmente automóveis, que nesta época se transformam na mola de expansão da acumulação do capital; e) e, finalmente, mas não menos importante, oferecer barreiras ideológicas à expansão do socialismo do Leste que, nesta época, se coloca como grande ameaça à sociedade capitalista.

Esses propósitos, alcançados em alguns países europeus, naquela fase de desenvolvimento, permitiram alguns ganhos materiais para aqueles trabalhadores. Todavia, enquanto os países centrais garantiam a reprodução do crescimento econômico com desenvolvimento social, a periferia mundial assistia a defesa do desenvolvimentismo como meio de integração desses países à ordem econômica mundial. Concomitantemente crescia a economia capitalista, assegurando a sua virtuosidade entre os anos 40 e 70 do século XX.

Diferente da trajetória que determinou o Welfare, o desenvolvimentismo no Brasil foi resultado de um processo de modernização conservadora que consolidou a industrialização e o crescimento econômico, mas que não redistribuiu os resultados dessa expansão com a maioria da população trabalhadora. Merece, portanto, ser ressaltada a inexistência da experiência *welfareana* no Brasil apesar da criação de algumas políticas de proteção social, instituídas a partir dos anos 40, mas somente redefinidas nos anos 80, quando se instituem as bases formais e legais do que poderia ser um Estado de Bem-Estar Social, na Constituição de 1988 (MOTA, 2006).

A plena incorporação das economias periféricas ao processo de reprodução ampliada do capital ocorreu nos anos 70 do século XX, quando os países então chamados subdesenvolvidos transformam-se em campo de absorção de investimentos produtivos. A seus Estados nacionais coube a continuidade – embora com novas características – do papel de indutores do desenvolvimento econômico, propiciando uma base produtiva

integrada às necessidades dos oligopólios internacionais, graças ao apelo ao crédito externo para o financiamento daquela base e da sua expansão.

Essa situação reverte-se na década seguinte, quando se inicia a crise da dívida externa, obrigando tais países, sistematicamente, a exportar capitais para o pagamento dos empréstimos recebidos. Não por acaso, em tal período, o mundo capitalista revela os sintomas de uma crise de acumulação, obrigando os países desenvolvidos a redefinirem suas estratégias de acumulação, donde o surgimento de novas estratégias de subordinação da periferia ao centro.

É, nesse marco, que se dá a integração do Brasil à ordem econômica mundial, nos anos iniciais da década de 90, sob os imperativos do capital financeiro e do neoliberalismo, responsáveis pela redefinição das estratégias de acumulação e pela reforma do Estado. Na prática, isso se traduz em medidas de ajuste econômico e retração das políticas públicas de proteção social, numa conjuntura de crescimento da pobreza, do desemprego e do enfraquecimento do movimento sindical, neutralizando, em grande medida, os avanços e conquistas sociais alcançadas pelas classes trabalhadoras nos anos 80.

No âmbito do sistema capitalista e da sua economia-mundo, instala-se muito mais do que uma crise econômica: estão postas as condições de uma *crise orgânica*, marcada pela perda dos referenciais erigidos sob o paradigma do fordismo, do keynesianismo, do Welfare State e das grandes estruturas sindicais e partidárias. Se, a tais condições se soma o exaurimento do “socialismo real”, vê-se como foi possível afetar a combatividade do movimento operário, imprimindo, a partir de então, um caráter muito mais defensivo do que ofensivo às suas lutas sociais.

Qualificado por muitos como um período em que o trabalho perdeu a sua centralidade, fato é que os anos que se seguiram à década de 80 são palco de um processo de restauração capitalista, assentada num duplo movimento: 1) a redefinição das bases da economia-mundo através da reestruturação produtiva e das mudanças no

mundo do trabalho; 2) a ofensiva ideopolítica necessária à construção da hegemonia do grande capital, evidenciada na emergência de um novo imperialismo e de uma nova fase do capitalismo, marcada pela acumulação com predomínio rentista (HARVEY, 2004).

Estes movimentos podem ser identificados historicamente em medidas que indicam: a) a reestruturação dos capitais, com as fusões patrimoniais, a íntima relação entre o capital industrial e financeiro, além da formação de oligopólios globais via processos de concentração e centralização do capital; b) as transformações no mundo do trabalho, que tanto apresentam mudanças na divisão internacional do trabalho como redefinem a organização do trabalho coletivo, reduzindo a fronteira entre os processos de “*subsunção real e formal*” do trabalho ao capital e compondo a nova *morfologia do trabalho*, segundo a expressão de Antunes (2006); c) a reconfiguração do aparato estatal e das ideologias e práticas que imprimem novos contornos à sociabilidade capitalista, redefinindo mecanismos ideopolíticos necessários à formação de novos e mais eficientes consensos hegemônicos.

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação sociorreguladora do Estado se retrai, pulverizando os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não-mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, através da assistência social, àqueles absolutamente impossibilitados de vender sua força de trabalho. A classe trabalhadora é também atingida pelos processos de privatização, inicialmente através da venda de empresas produtivas estatais, seguindo-se uma ampla ofensiva mercantil na área dos serviços sociais e de infra-estrutura, tais como os de saúde, previdência, educação, saneamento, habitação etc., amparados pela liberalização da economia, sob a égide da liberdade de mercado e retração da intervenção do Estado.

Esse projeto de restauração capitalista, materializado no novo imperialismo, teve no “Consenso de Washington” sua base doutrinária e política, operacionalizado pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e pela Organização Mundial do

Comércio, transformado nas principais alavancas institucionais da integração e do ajuste das economias periféricas às necessidades do capitalismo internacional.

No novo imperialismo, a hegemonia vem sendo exercida pelos Estados Unidos, através do uso de estratégias que combinam coerção e consenso, pretendendo uma espécie de governo mundial que, ao situar a ideologia dos seus opositores, afirma a sua (ideologia) como universal. Do ponto de vista macroeconômico, em oposição à acumulação expandida, que marcou boa parte do século XX, o que está em processo de consolidação é a acumulação por espoliação sob o comando dos países ricos (HARVEY, 2004; DUMENIL; PETRAS, 2002; LEVY, 2004).

A marca da acumulação por espoliação tem sido a abertura de mercados em todo o mundo, através das pressões exercidas pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio que, ao estimularem a aplicação de excedentes ociosos de capital – que não encontram empreendimentos lucrativos em seus países de origem –, investem nos países periféricos, de onde jorram remessas de lucros. Este processo torna-se campo de investimento transnacional, desde o patenteamento de pesquisas genéticas, passando pela mercantilização da natureza, através do direito de poluir, até a privatização de bens públicos, com a transformação de serviços sociais em negócios, implicando degradação do meio ambiente, ampla especulação imobiliária, como vem acontecendo com o litoral do Nordeste, e criação de nichos produtivos locais, entre outros.

No âmbito das relações e dos processos de trabalho, ocorrem mudanças substantivas – seja através da reedição de antigas formas de exploração, como o salário por peça, o trabalho em domicílio etc., transformando, entre outros, os espaços domésticos não mercantis em espaços produtivos por força das terceirizações; seja instituindo novos processos de trabalho que externalizam e desterritorializam parte do ciclo produtivo, instaurando novas formas de cooperação, onde se incluem e se ajustam, num mesmo processo de trabalho, atividades envolvendo altas tecnologias, superespecialização e precarização.

Trata-se de construir um *novo trabalho/trabalhador coletivo* à base de uma nova divisão internacional e sociotécnica do trabalho, que mantém a parte nobre (planejamento, projetos, pesquisa em C & T, *designers* etc.) da produção nos países centrais, enquanto transfere para os países periféricos o *trabalho sujo e precário*, contando com uma mão-de-obra barata, a heterogeneidade de regimes de trabalho, a dispersão espacial e a desproteção dos riscos do trabalho.

Ao contrário do que ocorria no século XX, quando predominavam as concentrações operárias numa mesma fábrica, cidade, região ou país e se expandiam os sistemas de seguridade social, o capitalismo contemporâneo prima por desterritorializar o trabalho e as mercadorias e por precarizar as condições e relações de trabalho, afetando sobremaneira as condições de vida dos trabalhadores e a sua capacidade de organização e resistência.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva começa ainda durante a década de 1980 com a informatização produtiva, os programas de *qualidade total* e a implantação de métodos de gestão participativa. Segundo Antunes (2006, p. 16), inicialmente ela é marcada pela redução de postos de trabalho e pelo aumento da produtividade que dependeram da reorganização da produção, da intensificação da jornada de trabalho, do surgimento dos CCQs e dos sistemas de produção *just-in-time* e *Kanban*.

Nos anos 1990, ela se intensifica sob o influxo da acumulação flexível e do modelo japonês – o toyotismo – quando a produtividade é potenciada pela implantação de formas diversas de subcontratação e terceirização da força de trabalho, além da descentralização das unidades de produção, cujas fábricas são transferidas para regiões sem tradição industrial. De certa forma, essas mudanças somente se tornam possíveis pela ofensividade do capital para construir outra subjetividade do trabalho, implantando mecanismos participativos e instituindo, entre outros, programas de participação nos

lucros ou, ainda, transformando parte dos trabalhadores em acionistas minoritários das empresas reestruturadas.

Ao contrário dos trabalhadores, cujos coletivos são fragmentados, o capital, através das fusões patrimoniais transacionais, aumenta a sua capacidade de concentração e centralização, o que concorre tanto para um maior controle de riscos dos seus empreendimentos, como para o aumento da sua capacidade de coordenar a produção mundial. Para tanto, as corporações inauguram novas formas de gerenciamento e controle, contando com novas tecnologias de processamento de informações, o que lhes permite conciliar a centralização do capital com a descentralização das operações financeiras e dos processos de trabalho.

Mesmo comportando formas diferenciadas, onde convivem setores tradicionais e modernos, relações de trabalho estáveis e precárias e novos processos produtivos que mesclam práticas inspiradas no toyotismo com práticas fordistas e até processos que remontam à produção simples de mercadoria, essa combinação de padrões produtivos, segundo Antunes (2006, p. 19), oferece como resultante um aumento da superexploração do trabalho, traço constitutivo e marcante do capitalismo brasileiro.

A produção em massa de produtos padronizados, que marcou o regime fordista, cede lugar à produção seletiva, preferencialmente de produtos de luxo, consumida por não muito mais que 30% da população mundial, composta pelas classes médias e proprietárias. Torna-se *inútil* para a produção uma parte da população destituída dos meios de produção e da condição de vendedores de força de trabalho. Essa população excedente, não por acaso, se transforma no foco das políticas denominadas de *transferência de renda* ou de *renda mínima* e ingressa, mesmo que residualmente, nos mercados consumidores internos.

De igual modo, com o intuito de criar uma economia mundial baseada na intensificação dos regimes de extração da mais-valia e de barateamento da força de trabalho, o atual padrão de acumulação capitalista tem desenvolvido mecanismos de desvalorização da força de trabalho, que visam incrementar superlucros (MARANHÃO, 2006). Trata-se de um movimento aparentemente contraditório, mas que encerra uma enorme funcionalidade, qual seja: o mesmo processo que determina a expulsão de trabalhadores da produção intensiva de mercadorias também ocasiona a inserção precarizada dessa força de trabalho em novos processos combinados de trabalho, cujos sujeitos são conceituados de trabalhadores informais, temporários ou por conta própria. Aqui, os exemplos mais emblemáticos são o da produção de mercadorias à base da reciclagem de materiais, cujos vendedores de matéria-prima, os denominados “catadores de lixo”, integram a cadeia produtiva da reciclagem; os trabalhadores e pequenos produtores rurais que fornecem matéria-prima para a produção do biodiesel e as mulheres que costuram por *facção* para a indústria de confecção, cujo trabalho é pago por peça.

Esses trabalhadores e trabalhadoras, em tese, integram a *superpopulação flutuante e estagnada* a que se referiu Marx ao tratar sobre Lei Geral da Acumulação (MARX), cuja função econômica é empurrar os salários dos trabalhadores ativos para baixo. Contudo, na atualidade, essa *superpopulação* é refuncionalizada, transformando-se em peça chave da *acumulação por espoliação*. Nessa dinâmica, os países periféricos têm se transformado em imensos reservatórios de força de trabalho barata e precária para as megacorporações transnacionais.

Neste processo, deve-se destacar a financeirização da economia, na base da qual se encontra a orgânica vinculação entre as grandes corporações produtivas transacionais e as instituições financeiras que passam a comandar a acumulação, contando para isso com a desregulamentação operada pelo Estado através da liberalização dos mercados. Embora se apresente como uma forma “autônoma” de produção da riqueza, o que é impossível no modo capitalista de produção, baseado na produção da mais-valia, o

capital financeiro, de forma inaudita, além de potenciar o fetichismo da mercadoria, cria outro fetiche: o de que dinheiro se transforma em capital prescindido da base material originada na e pela produção capitalista, através da exploração do trabalho pelo capital.

3 Implicações na organização política dos trabalhadores

É inegável que as transformações operadas no interior da produção capitalista, desde os finais dos anos 1970, operaram mudanças radicais e substantivas nos processos e nas condições de trabalho de milhares de trabalhadores em todo o mundo. Inicialmente atingiram as economias centrais e posteriormente se espalharam nos países periféricos, onde se inclui o Brasil, produzindo um cenário no qual convivem a acumulação e concentração da riqueza com a ampliação do desemprego, a precarização do trabalho e o agravamento da pobreza.

A ofensiva político-social e ideológica para assegurar a reprodução deste processo, como já referido, passa pela chamada reforma do Estado e pela redefinição de iniciativas que devem ser formadoras de cultura e sociabilidade, imprescindíveis à gestação de uma reforma intelectual e moral (MOTA, 2000) conduzida pela burguesia para estabelecer novos parâmetros na relação entre o capital, o trabalho e destes com o Estado.

Amparada pela naturalização da mercantilização da vida, essa reforma social e moral busca, entre outros objetivos, transformar o cidadão sujeito de direitos num cidadão-consumidor; o trabalhador num empreendedor; o desempregado num cliente da assistência social; e a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios (MOTA, 2006).

Nesse quadro, uma das maiores perdas para os trabalhadores foi o comprometimento do seu potencial político-organizativo. Este comprometimento se deveu a diversos fatores, entre eles, as novas práticas de gestão da força de trabalho, cujas expressões mais visíveis foram a “cultura” participativa inaugurada com os CCQs e as modalidades de externalização de parte dos processos de trabalho através das

terceirizações, da compra de serviços, do trabalho em domicílio, por tarefa, etc. Enquanto o participacionismo alimentava a passivização do trabalhador nos seus locais de trabalho, os mecanismos de externalização imprimiam novos meios de controle e dominação sob o argumento da autonomia do trabalhador por conta própria e da ideologia da empregabilidade. Outro fator preponderante foi a desterritorialização das firmas que, ao dispersar as concentrações operárias, esgarçaram as condições necessárias à organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho e nos sindicatos por categoria profissional.

A estas práticas acrescenta-se a progressiva expansão do exército industrial de reserva, cuja formação seja consubstanciada por desempregados temporários ou permanentes engrossa as fileiras da força de trabalho disponível e disposta a assumir qualquer tipo de emprego, o que favorece o rebaixamento salarial e possibilidades inimagináveis de precarização.

Todas estas situações afetam a composição da classe trabalhadora, inclusive ao gerar impactos diferenciados nos jovens, nas mulheres e trabalhadores qualificados e não qualificados, resultando numa grande diversidade de questões e interesses que rebatem nas motivações e prioridades das suas lutas. O ambiente político deste processo é representado pela desestruturação do mercado de trabalho, tanto pela flexibilização da produção quanto pela da gestão das relações produtivas, introduzindo novas formas de contrato de trabalho e criando um mosaico de situações jurídicas e profissionais que tornam menos visíveis os laços de classe existentes entre os trabalhadores, além de fragilizar o núcleo do trabalho estável e organizado (SANTOS, 2006, p. 450).

Contudo, apesar dessa desmontagem da prática organizativa dos trabalhadores, é possível identificar a existência de movimentos de resistência e de defesa de direitos conquistados que, mesmo recorrentemente ameaçados e desqualificados pelas classes dominantes e pela burocracia sindical, como está acontecendo no Brasil, vêm obrigando o governo a fazer negociações e a produzir recuos no legislativo.

Os resultados políticos da ofensividade das classes dominantes têm sido a fragmentação dos interesses classistas dos trabalhadores e a proliferação de movimentos sociais “extraeconômicos” e “transclassistas”. Ao mesmo tempo em que a burguesia consegue articular e agregar os interesses dos capitais de todas as partes do mundo, fragmenta as identidades e necessidades daqueles que vivem do seu trabalho. As consequências dessa fragmentação na composição e ação política das classes trabalhadoras resultam num processo de passivização da suas lutas.

Em certa medida, as lutas sociais – apesar de presentes em todo o cenário mundial (HOUTART; POLET, 2003; LEHER; SETÚBAL, 2005; PETRAS, 2000) – perdem força com a fragilização do movimento operário, que, ao adquirir um caráter de resistência, tem baixa incidência nas questões afetas às relações e processos de trabalho.

O andamento dessas práticas demonstra a imperiosa necessidade de uma articulação global que conduza o movimento sindical a adotar estratégias políticas globais através de uma articulação orgânica com os movimentos sociais e as lutas espontâneas das classes subalternas contra a lógica do capital.

Malgrado a condição defensiva da classe trabalhadora, presencia-se uma ampliação das lutas sociais mundiais, consoantes com a ofensiva financeira mundializada, de que são exemplos o *Fórum Mundial das Alternativas* realizado no marco da reunião de Davos em 1999 e iniciativas em redes como a Ação para Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (ATTAC); o movimento em defesa da cobrança da *Taxa Tobin*, que propõe taxar em 1% as transações especulativas nos mercados de divisas; a Coordenação Contra os Clones do Acordo Multilateral sobre o Investimento (CCCAMI); além do projeto Alternativa Bolivariana para América Latina e Caribe (ALBA), em contraposição ao projeto comercial da ALCA, abraçada por setores da esquerda Latinoamericana e Caribenha.

Como a história não acabou, é importante enfatizar que o que está em jogo é a capacidade das classes subalternas desmontarem o projeto e as práticas das classes

dominantes ao tempo em que constroem o seu projeto – radicalmente anticapitalista e em defesa de uma sociedade para além do capital.

Referências

ALTVATER, E. A crise de 1929 e o debate sobre a teoria da crise. In: HOBBSBAWM, E. J. (Org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, v. 8.

ALVES, G. Trabalho e Sindicalismo no Brasil dos anos 2000 – Dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

AMIN, S.; HOUTART, F. (Org.). *Fórum Mundial das Alternativas*. Mundialização das resistências. O estado das lutas/2003. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, R. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

BIHR, A. *Da grande noite à alternativa: o movimento europeu operário em crise*. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRAGA, R. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *A nostalgia do fordismo*. São Paulo: Boitempo, 2004.

DUMENIL, G.; LÉVY, D. O imperialismo na era neoliberal. In: *Políticas Sociais: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: Gráfica e Editora Kaco, 2004.

FLORADORI, G.; PIERRE, N. *Sustentabilidad, Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, Miguel Angel Porrúa, 2005.

_____. *Limites do desenvolvimentismo sustentável*. São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2 e 3.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

MANDEL, E. *A Crise do Capital*. Os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo/Campinas: Ensaio/Unicamp, 1990. Cap. XXV.

_____. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1992.

MARANHÃO, C. H. Acumulação, Trabalho e Superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A. E. (Org.) *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.

PETRAS, J. *La izquierda contraataca: conflictos de clases en América Latina en la era del neoliberalismo*. Madrid: Ediciones Akal, S. A., 2000.

_____. *Império e Políticas revolucionárias na América Latina*. São Paulo: Xamã, 2002.

LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Org.). *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais*. São Paulo: Cortez, 2005.

RUBIN, I. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANTOS, A. de O. A nova crise do sindicalismo internacional. In: ANTUNES, R. (Org.). *Riqueza e miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.



SERVIÇO SOCIAL:
Direitos Sociais e Competências Profissionais

As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital

Elaine Rossetti Behring

Professora da Faculdade de Serviço Social - UERJ/CNPq

As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital¹

Introdução

Pretendemos trazer, nas páginas que seguem, alguns subsídios para uma reflexão acerca dos impactos da crise do capital, já caracterizada em muitos de seus aspectos estruturais nos textos anteriores, sobre o papel do Estado e as relações entre este e a sociedade civil. A ofensiva burguesa dos anos 80 e 90 do século XX até os dias de hoje, tendo em vista a recuperação e manutenção das taxas de lucro, se deu em três direções centrais, com inúmeros desdobramentos: a reestruturação produtiva e a recomposição da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva como sua condição *sine qua non*, com mudanças nas condições gerais da luta de classes; a mundialização do capital, que implica alterações das estratégias empresariais de busca de superlucros e na financeirização do capital; e na contra-reforma neoliberal, que atingiu os Estados nacionais, tencionados pela dinâmica internacional e pela crise do pacto social dos anos de crescimento, estes últimos marcados pela extensão dos direitos e políticas sociais e pelo compromisso com o “pleno emprego” fordista-keynesiano. No Brasil, estes processos ganham configurações particulares, considerando que não tivemos situação de pleno emprego: tivemos aqui a crise do Estado desenvolvimentista, que ampliou o mercado interno de trabalho e de consumo, sem nunca chegar à sombra do pleno emprego, do pacto social-democrata e do *welfare state*.

Nossa análise estará centrada na questão do Estado no contexto da crise do capital, aqui visto sempre em sua relação com a sociedade civil, pelo que cabem alguns

¹ O presente texto traz a revisão e atualização de dois itens do Capítulo 1 de meu livro *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*, publicado pela Editora Cortez, em 2003, incluindo notas e exemplos sobre o Brasil e uma revisão teórica acerca da crise fiscal do Estado e do papel do fundo público, que vem do amadurecimento dessa discussão por meio das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da Seguridade Social (GOPSS/FSS/UERJ), e da interlocução no âmbito do PROCAD/CAPES, cujo principal resultado até agora é o livro *Política Social: fundamentos e história* (CORTEZ, 2006), produzido a “quatro mãos” com a professora Ivanete Boschetti (UnB).

esclarecimentos teóricos preliminares: o Estado capitalista modificou-se ao longo da *história* deste modo de produção, a qual se faz na relação entre luta de classes e requisições do processo objetivo de valorização e acumulação do capital, seguindo aqui a fecunda e clássica orientação marxiana de que os homens realizam sua história, porém, não nas condições por eles escolhidas. Nesse sentido, o Estado acompanha os períodos longos do desenvolvimento do capitalismo de expansão e estagnação e se modifica histórica e estruturalmente, cumprindo seu papel na reprodução social do trabalho e do capital, e expressando a hegemonia do capital, nas formações sociais particulares, ainda que com traços gerais comuns. Ou seja, trata-se de um Estado que ganhou certa autonomia em relação à dinâmica imediata da sociedade civil, sobretudo no período dos chamados Anos de Ouro – 1946 ao início dos anos 70 do século XX – (HOBBSBAWN, 1995), mas que manteve uma direção política com consciência de classe: a hegemonia burguesa, expressando a correlação de forças na sociedade civil. Aqui vai outra observação: vemos a sociedade civil como território das relações econômicas e sociais privadas, da luta de classes, da disputa de hegemonia, da contradição. Essa dinâmica da sociedade civil tem reflexos no Estado, os quais são mediados pelas suas instituições e quadros técnicos, mas assegurando-se sua direção de classe. Assim, Estado e sociedade civil compõem uma totalidade, donde não se pode pensar o Estado sem a sociedade civil e vice-versa. Nesse sentido, cabe ressaltar a sensibilidade gramsciana para essa dinâmica quando sugere o conceito de Estado ampliado articulado à hegemonia. É nesse marco que pensamos o tema em foco. Recusamos, portanto, a perspectiva analítica segundo a qual o Estado seria o âmbito do bem-comum e árbitro de conflitos que emergem da sociedade civil, ilusão social-democrata alimentada pela experiência geo-politicamente situada do *welfare state*. No mesmo passo, rejeitamos a “satanização” neoliberal do Estado como o símbolo da ineficiência e da corrupção; e como complemento dessa linha de argumentação, a edificação da sociedade civil como lócus da virtude e da realização do bem e da efetividade, ideologia largamente difundida em tempos de neoliberalismo. A leitura rigorosa do Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL, 1995), o documento orientador das mudanças no âmbito do Estado brasileiro nos últimos

anos e que caracterizamos como uma contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003), revela esta última ideia força.

1 O Estado em tempos de crise do capital

Alguns campos de intervenção do Estado por ocasião do período fordista/keynesiano – a promoção de uma política expansiva e anticíclica, a articulação de um aparato produtivo autônomo, a garantia dos serviços públicos, a dotação de infra-estrutura, a realização de alguma redistribuição de renda por meio das prestações sociais na forma de direitos, tudo isso fundado numa elevada produtividade e rentabilidade do capital – que deram suporte a um período de avanço sustentado do emprego e do consumo (MONTES, 1996, p. 23 e 26) pareciam configurar avanços civilizatórios perenes, capazes de evitar crises da monta de 1929/32 e de sepultar as anacrônicas ideias liberais que regeram o mundo até o *crack* da Bolsa de Nova Iorque. Segundo Montes, o neoliberalismo, contudo, descobre os “perigosos efeitos” do *Welfare State*. São eles: a desmotivação dos trabalhadores, a concorrência desleal (porque protegida), a baixa produtividade, a burocratização, a sobrecarga de demandas, o excesso de expectativas. E a conclusão neoliberal é: mais mercado livre e menos Estado Social, a partir de final dos anos 70 quando assumem governos claramente identificados com a programática conservadora.

Trata-se de uma verdadeira *contrarreforma* (BEHRING, 2003) e esta vai adquirir maior ou menor profundidade, a depender das escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes sociais em cada espaço nacional, considerando a diretiva de classe que hegemoniza as decisões no âmbito do Estado (BEHRING, 2002, p. 32-33). Trata-se de uma *contrarreforma*, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, com um resgate extemporâneo das idéias liberais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006), bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário de medidas práticas, na medida em que são observados seus impactos sobre a questão social, que se expressa nas condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como

as condições de participação política. Que linhas gerais são essas? As políticas neoliberais comportam algumas orientações/condições que se combinam, tendo em vista a inserção de um país na dinâmica do capitalismo contemporâneo, marcada pela busca de rentabilidade do capital por meio da reestruturação produtiva e da mundialização: atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade.

Os Estados nacionais têm dificuldades em desenvolver políticas industriais, restringindo-se a tornar os territórios nacionais mais *atrativos* às inversões estrangeiras. Os Estados locais convertem-se em ponto de apoio das empresas. Para Husson (1999), uma das funções econômicas do Estado – a qual Mandel (1982) caracteriza como sendo de assegurar as condições gerais de produção – passou a ser a garantia dessa *atratividade*, a partir de novas relações entre este e grupos mundiais, onde o Estado tem um lugar cada vez mais subordinado e paradoxalmente estrutural. Dentro disso, os Estados nacionais restringem-se a: cobrir o custo de algumas infra-estruturas (sobre as quais não há interesse de investimento privado), aplicar incentivos fiscais, garantir escoamentos suficientes e institucionalizar processos de liberalização e desregulamentação, em nome da *competitividade*. Nesse sentido último, são decisivas as liberalizações, desregulamentações e flexibilidades no âmbito das relações de trabalho – diminuição da parte dos salários na renda nacional, segmentação do mercado de trabalho e diminuição das contribuições sociais para a seguridade e do fluxo de capitais, na forma de Investimento Externo Direto (IED) e de investimentos financeiros em *portfólio*. Aqui, têm destaque os processos de privatização, reduzindo as dimensões do setor público, para livrar-se de empresas endividadas, mas principalmente para dar “guarida” aos investidores, em especial ao IED (CHESNAIS, 1996; GONÇALVES, 1999). Nesse sentido, os processos em curso no Brasil de privatização, de abertura comercial e financeira e desregulamentação, desde Collor, quando inicia entre nós a contrarreforma do Estado, não poderiam ser mais emblemáticos (BEHRING, 2003).

Daí decorre que “[...] o Estado, que supostamente representa o interesse geral, dispõe a partir de agora de uma base mais estreita [de ação e poder decisório] que a empresa mundializada cujos interesses orientam a ação deste mesmo Estado” (HUSSON, 1999, p. 121), com destaque aqui para o capital financeiro e o papel das dívidas públicas como instrumento de pressão político-econômica e chantagem sobre os Estados nacionais, para que implementem suas políticas e não exerçam a soberania. Assim, assuntos de vocação particular orientam os de vocação geral e de interesse público, no quadro de uma dissociação entre o poder econômico mundializado e o poder político nacional. Essa tendência não é acompanhada pela construção de instituições supranacionais que não são capazes de suprimir todas as funções do Estado-Nação, mas que exercem alguma coordenação sobre o mundializado território do capital. De forma que a mundialização altera as *condições* em que o Estado-Nação articula os compromissos institucionalizados entre os grupos sociais no espaço nacional. Trata-se de gerir um forte fracionamento social e territorial. Há uma perda de coerência entre Estado, aparelho produtivo, moeda e sociedade, produzida pelo referido fracionamento e pelos movimentos de deslocalização do capital internacional, que terminam por requerer um Estado forte, que enfatiza “a lei e a ordem” (WACQUANT, 2001), presidindo os “grandes equilíbrios” sob o olhar vigilante das instituições financeiras (HUSSON, 1999, p. 123).

Há, com a mundialização, uma tendência à diminuição do controle democrático, com a configuração de um Estado forte e enxuto que *despreza o tipo de consenso social dos anos de crescimento*, com claras tendências antidemocráticas. Nesse sentido, a hegemonia burguesa no interior do Estado reafirma-se de forma contundente com o neoliberalismo, cujas políticas engendram uma concepção singular de democracia, que abandona a perspectiva do Estado liberal de direito e de um tecido social mais denso e participativo em nome: da participação nos processos eleitorais, os quais se convertem – em muitas situações, mas não em todas, dependendo dos processos histórico-sociais internos dos países – em mecanismos plebiscitários de legitimação do sistema; do reforço do poder executivo em detrimento dos demais poderes constitucionais; do freio ao desenvolvimento de uma

sociedade civil mais densa e capaz de interferir e controlar os processos decisórios; da animação, em contrapartida, de um “associacionismo *light*” e bem comportado, que tem a função de amenizar as sequelas da dura política econômica, ao lado de uma relação dura e antidemocrática com os segmentos mais críticos e combativos da sociedade civil.

Considerando que essas condições referidas anteriormente – de gestão do fracionamento por parte do Estado-Nação – não são as mesmas no capitalismo central e na periferia. Observa-se que enquanto os governos ao norte da Linha do Equador atuam pragmaticamente em defesa da competitividade, sem abrir mão da sua soberania (especialmente com medidas protecionistas do mercado interno, de patentes e de suporte tecnológico, em aliança com os grandes grupos de origem nacional), o modelo de ajuste estrutural proposto pelo Banco Mundial e o FMI para a periferia reforça ainda mais essa perda de substância dos Estados nacionais. Estes últimos, a exemplo do Brasil desde o início dos anos 90 e de forma mais contundente a partir do Plano Real, reorientam a parte mais competitiva da economia para a exportação, o que implica um largo processo de desindustrialização e a volta a certas “vocações naturais” – bastando observar a mudança estrutural da pauta de exportações brasileiras nos últimos anos e o recente projeto do etanol e da bioenergia. Contêm o mercado interno e bloqueiam o crescimento dos salários e dos direitos sociais. Aplicam políticas macroeconômicas monetaristas, com altas taxas de juros e o estímulo à depressão dos fatores de crescimento, forçando o desaparecimento de empresas e empregos. Com essas medidas, tais Estados, a exemplo do Brasil, *encontram dificuldades de desempenhar suas funções de regulação econômico-sociais internas*. Daí, decorrem fortes impedimentos para o avanço da democracia. Na América Latina, de uma maneira geral, assistiu-se a práticas políticas extremamente nefastas, que variaram da *fujimorização* peruana até o *Estado de legalidade formal* (DALLARI, 1997), no Brasil, por meio das excessivas medidas provisórias e decretos. Estes exemplos confirmam que, se houve regressão das formas abertas de ditadura em muitos países do mundo nos últimos anos, existem enormes dificuldades de consolidação de regimes democráticos, o que remete

a um certo mal-estar da democracia em tempos neoliberais, como registra sensivelmente Bobbio (1986).

Cabe desenvolver uma outra determinação em todo esse processo. Para além da mudança substantiva na direção da intervenção estatal engendrada pela mundialização, observa-se a chamada *crise fiscal do Estado*². Da virada para a onda longa com tonalidade depressiva a partir de 1973, decorre uma inflexão na receita e no gasto público. Como se sabe, é o esgotamento do keynesianismo, com sua específica combinação entre capitalismo e social-democracia. Ocorre que, entre os aspectos da intervenção estatal, foram ampliadas, no ciclo expansivo, as fronteiras da proteção social, seja por pressão dos segmentos de trabalhadores excluídos do pacto *welfareano* – setores não monopolistas³ – pela universalização dos gastos sem contrapartida, seja dos incluídos no mesmo pacto – trabalhadores dos setores monopolistas –, com correções de benefícios maiores que a inflação, em função de seu maior poder de barganha. Os trabalhadores dos países de capitalismo central, estimulados pela condição do pleno emprego, reivindicaram uma cobertura maior e mais profunda no âmbito do *Welfare State*. No contexto da reversão do ciclo econômico, a renda nacional é contida enquanto aumenta o gasto público em função das estratégias keynesianas de contenção do ciclo depressivo (*deficit* público), largamente utilizadas quando estourou a crise: aí reside a razão mais profunda da crise fiscal. Ou seja, se as demandas de proteção social por parte dos trabalhadores de fato se ampliaram, como constata O'Connor, a depressão dos fatores de crescimento e as tendências de queda da taxa de lucros propiciam as resistências para seu atendimento, num contexto em que passa a ser questionado o custo direto e indireto da força de trabalho, em função da queda da taxa de lucros. O interessante é que a carga tributária não caiu apesar das medidas adotadas, como mostra o estudo de Navarro (1998), o que aponta para um redirecionamento do fundo

² A primeira formulação sobre a crise fiscal do Estado encontra-se em O'Connor (1977). Uma síntese crítica de suas idéias, mas que incorpora alguns elementos, pode ser encontrada em Behring (1998, Capítulo 3).

³ Sobre a distinção entre setores não-monopolistas e setores monopolistas e sua pressão diferenciada sobre o fundo público, conferir O'Connor (1977).

público no sentido dos interesses do capital, apesar dos discursos neoliberais em defesa do Estado mínimo.

Destaca-se, ainda, a tendência de crescimento da renúncia fiscal a partir da virada do ciclo expansivo para a estagnação no início dos anos 70. Para David Heald (1983), trata-se de uma redistribuição às avessas, que tende a se ampliar na crise, constituindo um *welfare state invisível*, o qual beneficia largamente o empresariado. Ou seja, a crise fiscal é induzida não apenas nem principalmente pelas pressões dos trabalhadores por maior proteção social. Este foi, na verdade, um argumento para a defesa neoliberal do corte dos gastos sociais, escamoteando as intenções reais de diminuição do custo do trabalho, ao lado da imposição de derrotas aos segmentos mais organizados dos trabalhadores, a exemplo dos mineiros na Inglaterra dos anos 1980 e dos petroleiros no Brasil, em 1995. É evidente a reorientação do fundo público para as demandas do empresariado e a diminuição da taxa sobre o capital, que alimentam a crise fiscal, o que se combina às relações assimétricas entre os países e ao processo de financeirização, a exemplo do papel das dívidas públicas para a punção de mais-valia pelos bancos (ANDERSON, 1995; CHESNAIS, 1996).

Para além do impacto da renúncia fiscal crescente no contexto da crise, *a reestruturação produtiva tem fortes implicações para a carga tributária*. A pulverização da grande indústria e o crescimento do mundo da informalidade desencadeiam a perda do “*power of enforcement*” do Estado e dificuldades de arrecadação pelas fontes da seguridade social, já que o controle fiscal de pequenas empresas e do trabalho informal encontra grandes dificuldades de operacionalização. A regulação keynesiana se preparou para um contexto de desemprego conjuntural, diante do qual é admissível o *deficit* público para estimular a demanda efetiva, segundo a lógica keynesiana. Entretanto, a revolução tecnológica infirma essa hipótese como estratégia de longo prazo, haja vista o desemprego estrutural, a tendência a horizontalização das empresas e a mundialização.

Num contexto em que há pressão pela alocação do gasto público, a disputa pelos *fundos públicos* intensifica-se. Então, sob o argumento ideológico da “escassez de recursos”, de “conter o déficit público”, ou mesmo, como no caso do Brasil hoje, de “evitar a volta da inflação” e engendrar um círculo virtuoso de crescimento, preconiza-se o corte dos gastos estatais, para o “equilíbrio das contas públicas”, como indicador de saúde econômica. Assim, promove-se, do ponto de vista fiscal, uma mudança de pauta regressiva, que atinge especialmente os direitos e as políticas sociais.

2 Características da Política Social no Neoliberalismo

As políticas sociais entram, neste cenário, caracterizadas como: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo do trabalho, e, de preferência, devem ser acessadas via mercado, transformando-se em serviços privados. Esse processo é mais intensivo na periferia do capitalismo, considerando os caminhos da política econômica e das relações sociais delineados no item anterior, bastando observar a obstaculização do conceito constitucional de seguridade social no Brasil, a partir dos anos 90 (MOTA, 1995; BOSCHETTI, 2003; BEHRING; BOSCHETTI, 2006; BEHRING, 2000). Evidentemente, nessa perspectiva, os benefícios, serviços e programas sociais deixam de ser direitos sociais para se tornarem direito do consumidor. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos, já que há resistências e sujeitos em conflito nesse processo eminentemente político, vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (NETTO,1993). Deve-se considerar também que a degradação dos serviços públicos e o corte dos gastos sociais levam a um processo de privatização induzida nesse terreno. Ou seja, há uma mercantilização e transformação de políticas sociais em negócios – o que expressa o processo mais amplo de supercapitalização (MANDEL, 1982). O capital não prescinde de seu pressuposto geral – o Estado –, que lhe assegura as condições de produção e reprodução, especialmente num ciclo de estagnação. Hoje, cumprir com esse papel é facilitar o fluxo global de mercadorias e dinheiro, por meio, como já foi sinalizado, da

desregulamentação de direitos sociais, de garantias fiscais ao capital, da “vista grossa” para a fuga fiscal, da política de privatização, entre inúmeras possibilidades que pragmaticamente viabilizem a realização dos superlucros e da acumulação. Nas lúcidas palavras de Montes, tem-se que “o neoliberalismo, mais que menos Estado, propugna outro Estado. O que pretende é mudar algumas de suas pautas, porém não tem asco da intervenção do Estado quando preserva e garante os privilégios do capital, individual ou coletivamente considerados” (1996, p. 86 – Tradução de minha responsabilidade).

Este é o caráter do ajuste estrutural proposto pelos organismos internacionais, como forma através da qual as economias nacionais devem *adaptar-se* às novas condições da economia mundial. Como bem apontam Grassi, Hintze e Neufeld (1994), estes mesmos organismos já admitem o custo social e político do ajuste, tanto que passaram a ter preocupações em relação ao flagrante crescimento da pobreza e decadência de indicadores sociais nos países que vêm aplicando o receituário econômico do Banco Mundial e do FMI. Esse interessante estudo das autoras argentinas mostra os discursos de consultores e dirigentes dessas agências, desnudando o caráter meramente compensatório da intervenção social presente em suas proposições: a política social ambulância das vítimas do ajuste fiscal ou estrutural. O estudo identifica ainda as divergências entre os vários organismos das Nações Unidas quanto à questão das estratégias de enfrentamento da pobreza – que, na verdade, a nosso ver, são estratégias de gestão, administração, compensação e vigilância e contenção dos pobres.

O ajuste tem passado, na verdade, pela desregulamentação dos mercados, pela redução do *deficit* fiscal e/ou do gasto público, por uma clara política de privatização, pela capitalização da dívida e um maior espaço para o capital internacional, inclusive como condição para empréstimos dos países da periferia. Para a política social, assim, a grande orientação é *a focalização das ações*, com estímulo a fundos sociais de emergência, aos programas compensatórios de transferência de renda, e a mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não

governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil, como preconizava o Programa de Publicização do PDRE/MARE (BRASIL, 1995) e ainda apontam documentos recentes do governo federal brasileiro, que se referem à boa focalização (BRASIL, 2003). Aqui, observa-se a emergência de uma espécie de clientelismo (pós) moderno ou neocorporativismo, onde a sociedade civil é domesticada – sobretudo seus impulsos mais críticos – por meio da distribuição e disputa dos recursos públicos para ações focalizadas ou da seleção de projetos sociais pelas agências multilaterais. Estes são processos que vão na contramão, no caso brasileiro, aos princípios constitucionais da Ordem Social de 1988, ali assegurados pela força do processo de redemocratização, mas que foram derruídos pelo advento do neoliberalismo entre nós.

3 Para Legitimar a Barbárie

Um aspecto central para engendrar tais transformações no âmbito do Estado e da sociedade civil é a grande ofensiva ideológica em curso. De fato, para manter-se como modo hegemônico de organização econômica, política e social, num mundo tão inseguro e violento e cujo sentido não se orienta para o atendimento das necessidades sociais da maioria das pessoas, mas para o valor de troca e a rentabilidade do capital (MÉSZAROS, 2002), os arautos do neoliberalismo desencadearam inúmeras estratégias ideológicas e culturais, tendo a mídia, especialmente a TV (SALES, 2005), como um instrumento decisivo de constituição de hegemonia. Tais estratégias, combinadas aos processos anteriormente sinalizados, têm sido bastante eficazes para garantir o consentimento e a legitimação dessas políticas por parte de amplos segmentos e evitar uma radicalização da luta de classes. Para as expressões mais radicalizadas de demandas e insatisfações, resta o isolamento político e/ou a coerção violenta.

Tem-se, dentro disso, a massificada divulgação, pelos mais variados instrumentos de mídia, de algumas “verdades incontestáveis” e aparentemente racionais – acompanhada da desqualificação dos argumentos em contrário –, no sentido de forjar um consentimento

ativo e majoritário para as medidas econômicas e políticas tratadas nos itens anteriores. Para tanto, conta-se com o aval de amplas parcelas da comunidade científica. Eis o chamado *pensamento único*, ou seja, um conjunto sistemático de ideias e medidas difundidas pelos meios de comunicação de massas, mas também dentro dos ambientes bem pensantes, estes últimos assaltados por profundos pragmatismo e imediatismo. O pensamento único vigorou amplamente nos anos 90, mas ainda mantém sua força neste início de milênio.

Portanto, a hegemonia (ANDERSON, 1995) do grande capital, que se expressa na sua capacidade de implementar as chamadas “reformas orientadas para o mercado”, que envolvem as mudanças no mundo do trabalho, a redefinição do próprio mercado, com a mundialização e a contra-reforma do Estado, só é possível a partir de um suporte ideológico que envolva em um véu de fumaça as conseqüências desastrosas desse projeto ao norte e ao sul do Equador, promovendo o que Santos chama de “*a confusão dos espíritos*” (2000). Assim, chega ao limite o fetiche do reino universal das mercadorias, com sua transformação das relações entre homens em relações entre coisas, que oculta a natureza dos processos econômicos e sociais de dominação e exploração entre indivíduos, grupos e classes sociais. O ambiente do neoliberalismo potencializa o fetiche da mercadoria e a reificação⁴, já que o caráter das relações sociais aparece ainda mais ocultado pelo espetáculo, pela difusão massificada do governo das coisas sobre os homens, com o que se aprofunda a alienação dos mesmos sobre sua condição material e espiritual.

Jameson (1996) analisa estes processos e sugere que se compreenda o pós-modernismo como uma dominante cultural e estética integrada à produção de mercadorias. A organização da produção no capitalismo tardio requer uma função estrutural da inovação estética e do experimentalismo, qual seja, produzir produtos que pareçam novidades, inventar necessidades. Essa *dominante cultural da época* possui alguns traços constitutivos: a falta de profundidade e a superficialidade; a ausência do gesto utópico (presente na arte moderna); a falta de espaço aberto ao espectador; o esmaecimento do afeto; uma certa

⁴ Sobre fetichismo e reificação na sociedade capitalista, consultar: Marx (1988, Seção I, 1.4), Bottomore (1988, p. 150 e 314/316) e Lukács (1989).

frivolidade gratuita; o fim do indivíduo, da “pincelada única”, embutido na massificação e mercantilização, com a crescente inviabilidade de um estilo pessoal, gerando o pastiche e a imitação, e metamorfoseando o que era estilo nos modernistas em códigos pós-modernistas; a canibalização aleatória dos estilos do passado, engendrando o simulacro – a cópia idêntica do que nunca existiu – resultante de um profundo ecletismo estilístico (a exemplo da arquitetura); o esmaecimento da temática moderna do tempo, da duração e da memória, ao lado de uma colonização insensível do presente pela modalidade da nostalgia, que desloca a história real, na impossibilidade de interferir (ou pretender-se a) ativamente em seu curso; o predomínio do espaço sobre o tempo; e uma ausência de personalidade, que denota a “morte do sujeito”.

Esses traços remetem, para o autor, a uma crise da historicidade, na qual a produção cultural apresenta-se como um amontoado de fragmentos, uma prática da heterogeneidade e do aleatório. Há uma quebra das cadeias de significação nesse processo, que leva à esquizofrenia, ou seja, a redução da experiência estética ao significante material imediato, “a uma série de puros presentes não relacionados no tempo” (1996, p. 53), destituídos de intencionalidade e significados. Assim, o presente invade o sujeito, com uma intensidade avassaladora, produzindo uma certa euforia isolada. Um outro aspecto sinalizado é a relação dessa perspectiva com a revolução tecnológica, que fortalece a reprodução e a cópia. Falando sobre uma típica obra de arquitetura pós-moderna, Jameson mostra a relação indiferente que é estabelecida com o espaço urbano ao seu redor, projetada em sua parede de espelhos; de sua intenção de não fazer parte da cidade, mas de substituí-la, de criar um mundo à parte, em meio à desagregação urbana. Ele conclui: “O Bonaventure [...] satisfaz-se em ‘deixar o tecido urbano degradado continuar a ser em seu ser’ (para parodiar Heidegger). Não se espera nenhum outro efeito, nenhuma transformação utópica protopolítica” (1996, p. 57). E, por dentro, este hiperespaço – a exemplo da proliferação dos *shopping centers* – submete as pessoas à deslocalização, dificultando a capacidade de mapear sua posição, desnorteando a percepção corporal. Esta é a perspectiva pós-moderna, tomada por Jameson como a dominante cultural do capitalismo tardio, cuja complacência

celebrativa do presente e a assertiva de que estamos numa sociedade pós-industrial são para ele inaceitáveis.

O argumento de Mota (1995) acerca da existência de uma *cultura da crise*, como elemento constitutivo do fazer político burguês no sentido da disputa ideológica e constituição de hegemonia, na década de 80, é imprescindível para pensar as condições de legitimação da contrarreforma do Estado e das políticas regressivas neoliberais. Para a autora, uma cultura política da crise recicla as bases da hegemonia do capital, mediando as práticas sociais das classes e formando um novo consenso. Ou seja, ainda que o capital esteja vivendo uma crise orgânica, e de larga duração, esta não gera mecanicamente uma crise de hegemonia (1995, p. 38). Assim, o enfrentamento da crise relaciona-se à capacidade das classes de fazer política, disputando na sociedade civil e no Estado a condução do processo. Compõe essa disputa a difusão por parte das classes dominantes de uma *cultura da crise*, cujos componentes centrais são o pensamento privatista e a constituição do *cidadão-consumidor*, com o sentido de assegurar a adesão às transformações no mundo do trabalho e dos mercados. O eixo central do convencimento repousa em que há uma nova ordem à qual todos devem se *integrar*, e que é inevitável a ela se *adaptar*. Estes são termos que compõem as justificativas da contrarreforma do Estado. O discurso prossegue afirmando que outros projetos fracassaram, a exemplo das experiências socialistas e da socialdemocracia, do que se deduz mecanicamente uma relação entre crise capitalista/socialista e a intervenção maior ou menor do Estado. A já referida “satanização” do Estado é central nesse argumento, tanto quanto a intensa exploração político-ideológica da implosão da União Soviética em 1991, como “prova” de que há apenas um caminho a seguir, como reafirmam os fundamentos do Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), no Brasil.

A crise, sempre localizada no Estado, e a tecnologia – tratada como se tivesse vida própria – vão requerer ajustes estruturais que atingem a todos de forma supostamente igual, e que exigem iguais sacrifícios de todos. Dessa forma, diluem-se as diferenças de

classe num consentido e sofrido esforço geral de ajuste e de “reformas”, cuja orientação socioeconômica encontra-se, por exemplo, no chamado Consenso de Washington (FIORI, 1994). Para os não integrados, restam políticas focalizadas de combate à pobreza, redes de proteção social e, no limite, a polícia. Todo o esforço volta-se para a instituição dos novos objetos de consenso. Segundo Mota, são eles: “a desqualificação teórica, política e histórica da existência de alternativas positivas à ordem capitalista e a negação de qualquer mecanismo de controle sobre o movimento do capital, seja enquanto regulação estatal, seja por meio de outros mecanismos democráticos de controle social, em favor da regulação do mercado” (1995, p. 97). Para ela, esses são traços gerais de uma cultura que compõe a ofensiva do grande capital em nível mundial, mas que assume traços particulares em cada formação social.

A interpretação da crise, adicionada à capacidade de difundi-la como visão de mundo ideológica (LÖWY, 1987), vai se amalgamando em amplas camadas da sociedade como verdade e princípio orientador, formando uma cultura/ethos que é parte de uma contrarreforma intelectual e moral⁵, empreendida pela burguesia, ou seja, de natureza conservadora. Na verdade, uma espécie de contrarreforma no nível dos hábitos, dado o caráter regressivo das transformações em curso na realidade e na consciência dos homens, que é reforçada pela experiência estética analisada por Jameson.

Milton Santos aponta que a realização do mundo neoliberal requisita fábulas, a exemplo da morte do Estado, enquanto se assiste ao seu fortalecimento para atender aos interesses financeiros e de minorias; ou da aldeia global, como se as tecnologias estivessem à mão para todos, enquanto a maioria da população mundial está longe do chamado tempo real. Para Santos, se as novas tecnologias e seu uso na esfera da informação contêm

⁵ Os conceitos de hegemonia e reforma intelectual e moral são contribuições inestimáveis de Gramsci para a tradição marxista, considerando as mediações entre economia e política e o movimento dos sujeitos sociais, tornando-se indispensáveis para pensar a ofensiva ideocultural do grande capital que marca este período. Além dos textos de Gramsci, consultar Coutinho (1989). Os Cadernos foram relançados no Brasil pela editora Civilização Brasileira, a partir de um cuidadoso trabalho de organização dos textos de intelectuais gramscianos, entre eles, Carlos Nelson Coutinho.

potencialidades enormes no sentido da construção de uma nova sociabilidade, há que se pensar na técnica tal como usada pelos homens: “As técnicas apenas se realizam, tornando-se história, com a intermediação da política [...]” (2000, p. 26). E o motor único do uso das técnicas é a valorização do capital, a busca da mais-valia, por meio da competitividade. Para Santos, há uma crise estrutural do capitalismo, movida pela tirania do dinheiro e da informação. A perversidade do momento histórico atual está no império das fabulações, percepções fragmentadas e do discurso único invasivo do mundo, o que significa um *globalitarismo*. Ele denuncia o papel despótico da informação manipulada, que é transmitida para a maioria da humanidade, que, em lugar de esclarecer, confunde. Por sua vez, a publicidade, forjando necessidades, configura-se como um novo “encantamento do mundo”. O consumo, para Santos, é o grande fundamentalismo do nosso tempo, que, junto à competitividade, engendra o sistema ideológico da época. Ramonet agrega ao argumento de Santos uma fulminante ofensiva no sentido da padronização, homogeneização e uniformização dos padrões de consumo e dos costumes na chamada *world culture* (1998, p. 47). A impressão de que a técnica é uma exterioridade que imprime uma nova dinâmica fora do controle dos homens, ou seja, a naturalização da técnica, acoplada à sua despolitização – lugares comuns amplamente difundidos pela mídia – são fortes componentes de uma cultura insidiosa de dominação, fortalecendo o argumento da “necessária adaptação”. Ao lado disso, o parâmetro da competitividade resulta num individualismo exacerbado e elimina toda forma de compaixão e de sociabilidade fundada na alteridade e na solidariedade, o que é diferente do solidarismo em voga.

Para Santos, o globalitarismo invade ideologicamente o mundo do trabalho, da política – com uma mercantilização da democracia – e até o mundo da pesquisa científica, no que ele caracteriza como um cerco às idéias, promovido pelo pensamento único, que leva a um descompromisso com a verdade por parte de muitos intelectuais, que, ao invés de dedicarem-se a desmontar esses argumentos, aderem ao pragmatismo despótico reinante,

numa verdadeira desqualificação do espaço acadêmico⁶. Esses aspectos engendram um violento “sistema da perversidade”, que glorifica a esperteza e a avareza, em detrimento da sinceridade e da generosidade, sistema esse que atravessa a sociedade e o Estado e mina as bases da democracia, mesmo sendo essa limitada e formal na sociedade burguesa. A democracia vê-se ameaçada, num quadro em que a política no âmbito do Estado, que supõe uma visão de conjunto, é substituída pela política empresarial. Então, o que se tem é uma não-política, inclusive no que refere ao enfrentamento da questão social, com a transferência de ações – focalizadas – para o “terceiro setor”, processo que caminha ao lado do crescimento da pauperização absoluta e relativa da maioria da população. Esta não-política é acompanhada da mobilização do voluntariado, de um lado, e de uma espécie de clientelismo modernizado, na relação entre Estado e organizações da sociedade civil, que também constitui espaço de construção de adesão e cooptação.

4 Nota Final

Nossa geração está assistindo/vivendo o império da barbárie (MENEGAT, 2001), da fragmentação e do fundamentalismo no espaço mundial internacionalizado, onde a capacidade destrutiva do capital (MÉSZAROS, 2002), material ou espiritual, mostra toda a sua perversidade. Pensamos que não é possível interferir neste curso apenas pela implementação de políticas racionais localizadas e *ad hoc*, ainda que elas sejam necessárias, e a luta em sua defesa imprescindível. Uma lógica, que é global, deve ser enfrentada globalmente, motivo pelo qual movimentos de cunho internacional como as mobilizações

⁶ Sobre a questão da condição do espaço acadêmico nesse contexto da competitividade, e da despolitização da pesquisa, vale conferir o claro artigo de Chauí (1998) sobre o que ela caracteriza como *universidade operacional*, no Brasil. Em que pese a preocupação com o caso brasileiro, penso que suas observações possuem uma perspectiva universal. Em outro artigo preciso, Chauí relaciona esta concepção de universidade com a “reforma” do Estado em curso (*Folha de São Paulo*, 9 de maio de 1999 – Caderno Mais). Mais recentemente, a reforma universitária posta em marcha no governo Lula, o *boom* do ensino privado e a distância e o projeto Universidade Nova aprofundam dramaticamente essas tendências de desqualificação do ensino superior, da formação profissional e, no limite, apontam para uma desqualificação e desregulamentação do exercício profissional. Esta é, sem dúvida, uma agenda fundamental da luta política dos assistentes sociais brasileiros e tem sido objeto de debates, discussões e ações por parte das entidades da categoria.

altermundistas contra o G8 e contra Davos são esperanças importantes. Mas são fundamentais as expressões de resistência nacionais, a exemplo das mobilizações francesas contra a precarização do trabalho e dos direitos, e nos *banlieues*, contra a discriminação e a violência policial, bem como os movimentos recentes na Argentina, Equador, Venezuela e na Bolívia. No Brasil, os instrumentos articulados no período da redemocratização foram especialmente atingidos pelo curso econômico, político e cultural dos últimos anos, fragilizando a resistência ao neoliberalismo e produzindo um intenso processo transformista nas organizações de massa construídas, a exemplo do PT e da CUT, razão pela qual esse projeto obteve bases de legitimidade para expansão. Hoje, há um lento processo de rearticulação das lutas sociais e de construção de outros instrumentos, mas que se realiza em condições complexas e difíceis. Cabe-nos apostar na velha toupeira da história, com sua sabedoria e suas surpresas, para superar esse momento de perdas tanto no sentido da emancipação política, quanto, e sobretudo, no da emancipação humana, com seus impactos no Estado e na sociedade civil. A saída, portanto, é exigente e política.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Política Social no Capitalismo Tardio*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. e BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social – fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social, 2006.
- _____. Principais Abordagens Teóricas da Política Social e da Cidadania. *Política Social – Módulo 03*. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2000.
- _____. Reforma do Estado e Seguridade Social no Brasil. *Ser Social*. Brasília, DSS/UnB, n. 7, 2000a.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.
- BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo*. Brasília: Ivanete Boschetti, 2003.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- CHAUÍ, Marilena. A Universidade Hoje. *Revista Praga – Estudos Marxistas*. São Paulo, HUCITEC, n. 6, 1998.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um Estudo sobre seu Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DAIN, Sulamis. O Real e a Política. In: SADER, Emir (Org.) *O Brasil do Real*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1996.
- DALLARI, Dalmo. O Estado de Direito segundo Fernando Henrique Cardoso. *Revista Praga*. São Paulo: Hucitec, n. 3, 1997.

FIORI, José Luís. *Debata sobre o Ponto Crítico: Consenso de Washington X Apartheid Social*. Série Estudos em Saúde Coletiva, n. 90. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/UERJ, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRASSI, Estela, HINTZE, Susana; NEUFELD, María Rosa. *Políticas Sociales: crisis y ajuste estructural*. Buenos Aires, Espacio Editorial, 1994.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HEALD, David. *Public Expenditure*. Oxford, England: Martin Robertson, 1983.

HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HUSSON, Michael. *Miséria do Capital – uma crítica do Neoliberalismo*. Lisboa: Terramar, 1999.

JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo – A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *História e Consciência de Classe*. Porto, Elfos, 1989.

MANDEL, Ernest. *A Crise do Capital*. Ensaio. São Paulo: UNICAMP, 1990.

_____. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Portugal: Editorial Estampa, 1976.

_____. *A Questão Judaica*. São Paulo: Editora Moraes, s/d.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

MENEGAT, Marildo. *Depois do Fim do Mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ, 2001.

MONTES, Pedro. *El Desorden Neoliberal*. Madrid: Editorial Trotta, 1996.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

O'CONNOR, James. *USA: a crise do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

O'DONELL, Guillermo. Democracia Delegativa? *Novos Estudos*. , São Paulo, CEBRAP, n. 31, outubro de 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os Direitos do Antivalor – a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

RAMONET, Ignacio. *Geopolítica do Caos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

SALES, Mione Apolinário. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

Documentos Oficiais Públicos

BRASIL. *Política Econômica e Reformas Estruturais*. Ministério da Fazenda, abril de 2003.

_____. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Ministério da Administração e da Reforma do Estado, Brasília, 1995.

As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política

Ivete Simionatto
Professora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política

Introdução

Apreender a real dimensão da crise capitalista na atualidade pressupõe discutir suas principais manifestações não apenas na esfera da economia e da política, mas, também, as repercussões nos campos do conhecimento, das ideias e dos valores. Com o objetivo de discutir tal temática, o texto a seguir apresenta, inicialmente, o surgimento e a crise da razão moderna e suas consequências na realidade contemporânea; num segundo momento, aborda o advento e a efetivação do pós-modernismo em suas dimensões teóricas, políticas e culturais. Como consequência no plano do conhecimento, discute a crise dos paradigmas totalizantes e as novas tendências teóricas na análise dos processos sociais; finalmente, o terceiro tópico oferece algumas indicações para a reflexão sobre a relação do Serviço Social com os paradigmas da modernidade e da pós-modernidade, suas implicações no exercício profissional e na consolidação do projeto ético-político.

1 Surgimento e crise da razão moderna

As revoluções científicas ocorridas entre os séculos XVI e XVII podem ser consideradas os principais marcos do pensamento moderno. Temos, a partir de então, o surgimento da chamada “nova ciência” ou “razão moderna”, fundada na astronomia e na física, tendo em Copérnico e Galileu seus principais representantes. Ocorre, nesse período, uma verdadeira revolução na maneira de ver e explicar o mundo. As formas vigentes de interpretação da realidade, pautadas na fé e na religião, são derrubadas, destacando-se a importância da observação e da experimentação para o desenvolvimento científico. O abandono de uma concepção dogmática e restrita de mundo, alicerçada nas concepções religiosas, terá repercussões não apenas no campo epistemológico, mas também na economia, na política, na ética e na estética.

A modernidade instituiu, assim, um novo modelo explicativo do real, fundado no primado da razão, ou seja, na capacidade do homem em formular teorias científicas a partir de leis objetivas. Essa forma de pensar está na base do projeto epistemológico da tradição racionalista inaugurada por Descartes e da perspectiva empirista iniciada por Francis Bacon. Será, no entanto, o filósofo alemão Immanuel Kant quem ampliará as reflexões acerca das possibilidades da razão na organização e sistematização dos dados empíricos de forma mais científica. Buscando superar as concepções dogmáticas de seus antecessores, Kant discute a vinculação entre razão e experiência e as possibilidades de cada uma no processo do conhecimento.

Nas formulações kantianas sobre a produção do conhecimento, destacam-se dois elementos fundamentais: a existência do objeto que desencadeia a ação do pensamento e a participação do sujeito ativo e de sua capacidade de conhecer. Ao vincular “razão” e “experiência”, afirma que o sujeito não tem a capacidade de conhecer “a coisa em si”, somente captar sua aparência, sua expressão fenomênica, não sendo possível conhecer a essência dos fenômenos pesquisados. A análise da realidade é realizada aqui pela “razão fenomênica”, a partir de um modelo que o sujeito do conhecimento elabora de forma subjetiva, tendo nos dados empíricos o ponto de partida e o ponto de chegada (TONET, 2006).

Essa forma de pensar, centrada na capacidade da consciência individual e autônoma para o conhecimento do mundo, prosseguiu durante o século XVIII e em todo o período do chamado Iluminismo. O questionamento mais contundente a esse modo de pensar subjetivista é realizado por Hegel, no início do século XIX. Na polêmica com Kant, Hegel estabelece a distinção entre objetividade e subjetividade no processo do conhecimento e reafirma a razão como base absoluta da existência humana. A “razão fenomênica” ou acrítica presente em Kant é substituída, em Hegel, pela “razão dialética” capaz de captar a processualidade dos fenômenos sociais para além de sua mera aparência.

A partir de Hegel, portanto, desenvolve-se uma proposta revolucionária de compreensão do real, sintetizada por Coutinho (1972, p. 14), em três núcleos: o

humanismo, que remete à compreensão do homem enquanto “produto da sua própria atividade, de sua história coletiva”; o historicismo concreto, relativo à “afirmação do caráter ontologicamente histórico da realidade, com a conseqüente defesa do progresso e do melhoramento da espécie humana”; e a “razão dialética”, que implica na compreensão objetiva e subjetiva da realidade e na superação do saber imediatista e intuitivo. Essa forma de apreensão da realidade, inaugurada com o pensamento hegeliano, contribuirá para a formação teórica de pensadores como Marx, Engels e toda a tradição marxista.

A transição entre os séculos XVIII e XIX é marcada pela constituição do Estado burguês, com mudanças significativas nas esferas econômica, política, social e cultural. A hegemonia burguesa no campo das ideias favoreceu as condições necessárias para o rompimento definitivo com o feudalismo e o surgimento de um novo modo de produção – o modo de produção capitalista. A emergência da sociedade burguesa dará origem a um intenso processo de modernização, mediante uma série de transformações que de longa data encontravam-se latentes na Europa, seja no campo da ciência e da tecnologia, seja na organização política, no trabalho, nas formas de propriedade da terra, na distribuição do poder e da riqueza entre as classes sociais. Esse processo de modernização social (incluindo a economia e o Estado) e de modernização cultural (abrangendo a arte, o saber e a moral), produto da racionalização característica das sociedades ocidentais desde o final do século XVIII, expressa, para Max Weber, o surgimento da própria modernidade (ROUANET, 1989, p. 231). As intensas mudanças e contradições que marcam esse período estão na base de duas grandes matrizes teóricas da razão moderna: o positivismo de Comte e a teoria social de Marx.

O sistema comteano surge como sustentáculo da ordem burguesa, uma vez que as estruturas econômicas, sociais e políticas estabelecidas pela burguesia precisavam, para sua perpetuação, de um ideário, um sistema explicativo capaz de afastar as ameaças das lutas sociais e políticas que emergiam nesse contexto. Ao estudar a sociedade segundo as leis da natureza, tendo como modelo a biologia, a filosofia positivista a concebe como uma ordem natural que não pode ser mudada e à qual os homens devem submeter-se.

Da matriz positivista derivam as vertentes denominadas de funcionalismo, estruturalismo e estrutural-funcionalismo, assentadas na abordagem instrumental e manipuladora da realidade. Essa forma de conhecimento do real fundamenta a chamada “racionalidade formal-abstrata” ou “razão instrumental”, que nega a dimensão dialética, histórica e humana da práxis social. Ao renunciar a tais dimensões, as correntes vinculadas ao racionalismo formal fortalecem o terreno do irracionalismo, ou seja, uma visão fetichizada da realidade social (COUTINHO, 1972).

A teoria social de Marx, contemporânea ao positivismo, é outra das grandes expressões da razão moderna. Marx, diferentemente de Kant e de Comte, desenvolve uma teoria tendo como objeto a sociedade burguesa e como objetivo sua superação, mediante um processo revolucionário. O conhecimento, em Marx, não se apresenta apenas como ferramenta para a compreensão do mundo, mas, acima de tudo, como possibilidade de sua transformação, segundo as necessidades e os interesses de uma classe social. A “razão instrumental” ou “fenomênica”, presente nas formulações anteriores, é substituída, em Marx, pela “razão dialética” ou “razão ontológica”, que busca captar o real em suas múltiplas determinações e reafirmar o caráter histórico e criador da práxis humana.

Um dos traços fundamentais da “razão ontológica” é o ponto de vista da totalidade. Recuperada de Hegel, essa perspectiva implica uma análise da sociedade que contempla as relações de produção da vida material e as instituições jurídicas e sociais, como o Estado, a família, a ciência, a arte e a ideologia. O conhecimento da realidade aqui não se restringe à mera aparência, aos elementos imediatos da vida social, mas implica o desvendamento de todas as suas determinações e relações intrínsecas: sociais, econômicas, políticas e culturais. Ao contrapor-se à “razão instrumental”, o método proposto por Marx também tem na realidade empírica seu ponto de partida, mas, ao desvendá-la, possibilita uma crítica radical à sociedade capitalista, revestindo-se, assim, de grande força política na luta pela transformação social.

Se a razão moderna afirmou-se, no século XX, a partir das grandes teorias sociais ou das “grandes narrativas”, pode-se dizer que as transformações societárias em curso desde as últimas décadas do século XX desafiaram implacavelmente o conhecimento e os modelos de interpretação do mundo. A crise geral do capitalismo, desencadeada na transição entre os anos 1960 e 1970, e as respostas articuladas pelo grande capital provocaram mudanças significativas em diferentes esferas da vida social. A crise das ideologias, o proclamado fim das utopias, devido ao colapso do socialismo real nos países do Leste europeu, e o questionamento dos paradigmas teóricos, políticos e históricos colocaram em debate o projeto da modernidade. Além disso, as grandes promessas da era moderna, como a elevação da humanidade a estágios superiores de vida e os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, não haviam se concretizado. É nesse cenário que ganha centralidade, no âmbito das ciências humanas e sociais, a chamada “crise dos paradigmas”, relacionada, principalmente, aos modelos clássicos de conhecimento da realidade. A grande polêmica dirige-se contra o marxismo, entendido, equivocadamente, como um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais. A “razão dialética”, colocada em xeque, teria se esgotado, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo. Ampliou-se, a partir de então, o embate entre modernidade e pós-modernidade, destacando-se a novidade dos chamados “novos paradigmas” como caminhos analíticos alternativos para se fazer ciência e se conhecer a realidade social.

Quais as principais matrizes do conhecimento características da razão moderna e em que se diferenciam?

2 O advento do pós-modernismo: dimensões teóricas, políticas e culturais

Embora a pós-modernidade, enquanto ideia, não seja recente, sua expressão no âmbito do conhecimento pode ser verificada com maior intensidade a partir da metade dos anos 1970. No campo filosófico, as primeiras reflexões aparecem na obra *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard. Nela, o autor concebe a sociedade não como um

todo orgânico ou um espaço de conflitos, mas como uma “rede de comunicações lingüísticas”, uma “multiplicidade de jogos”, não mais apreendidas através das formas de conhecimento próprias do pensamento moderno. A realidade e a experiência humana são constituídas apenas por signos de linguagem, e sua interpretação não se abre a outras possibilidades analíticas. Ainda no início da década de 1970, Michael Foucault é outro autor que desenvolve vários argumentos a favor da pós-modernidade e contra os paradigmas totalizantes. Suas reflexões abordam especialmente a noção de poder situada na esfera do Estado, deslocando-a para o terreno da micropolítica e de suas expressões em instituições, contextos e situações particulares. No debate contemporâneo, sob perspectivas distintas, outros autores também se destacam na defesa da pós-modernidade, como Boaventura de Souza Santos, Michel Mafessoli, Jacques Derrida, Jean Baudrillard, Ulrich Beck, dentre outros.

Longe de apresentar-se como um pensamento homogêneo, a pós-modernidade tem como “traço definidor” a perda de credibilidade nas chamadas metanarrativas ou grandes teorias sociais (ANDERSON, 1999). Anuncia o desaparecimento das grandes oposições nos campos político, social, filosófico, artístico e cultural. O abandono de categorias como totalidade e essência (TONET, 2006) leva à emergência de outras mais locais e operativas, originando, assim, um modo de análise da realidade mais flexível, fragmentado e subjetivo. Para Jameson (1996, p. 32), os elementos constitutivos do pós-moderno referem-se a “uma nova falta de profundidade, que se vê prolongada tanto na ‘teoria’ contemporânea quanto em toda essa cultura da imagem e do simulacro; um conseqüente enfraquecimento da historicidade tanto em nossas relações com a história pública quanto em nossas formas de temporalidade privada”.

As transformações societárias desencadeadas nas últimas décadas do século XX e seus desdobramentos no início do século XXI, sob o domínio do capitalismo financeiro e da sua afirmação enquanto sistema hegemônico, exacerbaram os problemas e as contradições em todas as esferas da vida social. A razão dialética, até então afirmada como o instrumento por excelência para se analisar a realidade social, é desqualificada em favor das tendências fragmentárias e em detrimento dos sistemas globalizantes de

explicação do mundo. A produção do conhecimento passa a centrar-se nas “práticas discursivas”, no superdimensionamento do cotidiano, na tematização sobre os “novos sujeitos sociais”, enfeixados na ideia de um novo paradigma que toma a realidade como um “caleidoscópio de micro-objetos” incapazes de ser captados a partir das perspectivas teóricas totalizantes. No campo das ciências sociais, desencadeiam-se polêmicas metodológicas, buscando-se convencer que as abordagens individualistas e culturalistas permitem uma aproximação maior com o mundo vivido pelos sujeitos sociais. Prioriza-se a esfera da cultura como chave das análises dos fenômenos contemporâneos, deslocada, no entanto, da totalidade social. Os denominados “novos paradigmas” assumem, como bandeiras epistemológicas, “trabalhar não a realidade, mas as suas representações”; não o universal, e sim o singular, o micro, o pontual; não as questões macro, de estrutura, mas o cotidiano, os fragmentos; não o futuro, e sim o presente; não o público, mas a intimidade (CARVALHO, 1995, p. 19). “O mundo social” – conforme descreve Rouanet (1989, p. 233) – “se desmaterializa, passa a ser signo, simulacro, hiper-realidade”.

Ao negar o percurso de análise que caminha da parte para o todo, do singular ao universal, da aparência à essência, do objetivo ao subjetivo, e vice-versa, as interpretações do pensamento pós-moderno detêm-se na visão distorcida do real, apanhado apenas em sua manifestação imediata. Faz ressurgir os postulados da “razão fenomênica” kantiana (TONET, 2006) ou da “razão instrumental” positivista, na medida em que categorias como “essência e totalidade” são abandonadas em nome da aparência e da imediaticidade. As metanarrativas, especialmente o marxismo, seriam propostas repetitivas, sem criatividade e inventividade para decifrar as amplas e intrincadas situações desencadeadas pelos processos de globalização e sua materialização no cotidiano dos indivíduos sociais.

É inegável que a globalização abriu novos desafios e horizontes no âmbito do conhecimento, instituindo dilemas práticos e teóricos na análise do emaranhado campo de movimentação das classes e grupos sociais, das estruturas de poder, dos processos de integração e fragmentação, das tensões religiosas, étnicas e de gênero. Às demandas

tradicionais agregam-se novas demandas resultantes da complexificação da sociedade capitalista. Tais fenômenos requerem, todavia, orientações teóricas capazes de captá-los não somente em suas particularidades, mas em suas múltiplas determinações, enquanto momentos de uma totalidade “viva, aberta e contraditória” (IANNI, 1999, p.32), que só podem ser apanhadas pela razão crítica ou pela “astúcia da razão” (MÉSZÁROS, 2004, p.488).

Outra característica presente no debate sobre a pós-modernidade é a dicotomia entre objetividade e subjetividade, economicismo e politicismo. Os teóricos pós-modernos passaram a defender a tese de que as grandes narrativas, especialmente o marxismo, estariam ancoradas numa visão dogmática e economicista, excluindo de suas análises as dimensões subjetivas dos processos sociais. Cabe lembrar, contudo, que no debate marxista a compreensão da objetividade histórica não se reduz a esfera da produção, na medida em que essa também abarca a reprodução das relações sociais entre os homens. Tais relações, se abordadas de um ponto de vista histórico-ontológico, não deixam de incluir os processos singulares dos indivíduos sociais, embora nunca desvinculados da historicidade que os fundamenta. Para Marx e Engels (1989, p. 20), as determinações do processo produtivo indicam que “são os homens que produzem suas representações, suas idéias etc., mas os homens reais atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar”.

Pode-se afirmar, a partir das ideias aqui expostas, que a pós-modernidade está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado. Fundamentada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez mais da compreensão totalizante da vida social. O pós-modernismo seria, no dizer de Coutinho (2006, 111-113), uma “combinação de irracionalismo e de miséria da razão”, representando “a superestrutura ideológica da contra-reforma neoliberal” que vivemos

na contemporaneidade. Por isso, não se esgota no campo teórico, mas invade as formas de pensar, impõe modelos, participa não só da produção de mercadorias, mas também da produção de relações sociais, de formas de consciência social enquanto princípios articuladores de uma visão de mundo. Em síntese, as expressões da pós-modernidade, segundo Rouanet (1989), podem ser identificadas em três planos: no plano do cotidiano, através da valorização das vivências particulares, dos signos, do simulacro e da hipercomunicação; no plano econômico, mediante a mundialização ou planetarização do capitalismo e suas manifestações estruturais e superestruturais, com destaque para a cultura informatizada; e no plano político, pela desqualificação do Estado e as novas formas de expressão da sociedade civil, através de uma vasta rede de grupos segmentares que passam a compor o terreno da política moderna.

Os atuais padrões e formas de domínio no terreno econômico, necessários à reestruturação do capital, impõem a necessidade de socialização de novos valores e regras de comportamento, de modo a atender tanto a esfera da produção quanto a da reprodução social. Em outros termos, um conjunto de fatores nos campos objetivo e subjetivo redefine a correlação de forças entre as classes sociais e, conseqüentemente, os projetos sociopolíticos mais amplos. Tais relações não se referem apenas à criação de uma nova forma de organização do trabalho e do capital, mas, também, à formação de novos pactos e consensos entre capitalistas e trabalhadores, já que o controle do capital não incide somente na extração da mais-valia, mas ainda no consentimento e na adesão das classes à nova ideologia. Tal como Gramsci (2001) analisou em "Americanismo e Fordismo", a organização do sistema produtivo transcende a esfera econômica, na medida em que exige uma vasta empresa intelectual para implementá-la e criar um "novo tipo de homem", com qualidades morais e intelectuais afeitas à nova ordem. Assim, a transição do modo de produção fordista para a acumulação flexível e a implementação de novas formas organizacionais e de trabalho presentes na pós-modernidade no plano econômico somente tornaram-se possíveis mediante um sofisticado sistema de comunicação, de fluxos de informações e de racionalização das técnicas de distribuição e de circulação de mercadorias.

Na esfera da cultura, a pós-modernidade também expressa as alterações provocadas pelo capitalismo globalizado. Para Harvey (1992), os pensadores pós-modernos, além da linguagem, atribuem expressivo valor às novas tecnologias de comunicação, de disseminação do conhecimento, enquanto forças propulsoras de novos padrões culturais. A globalização acarretou, sem dúvida, um amplo processo de “interação e intercâmbio cultural” entre povos e nações. A queda de barreiras entre os Estados nacionais e a emergência de intensos fluxos culturais possibilitaram o entrelaçamento de bolsões de cultura anteriormente isolados, produzindo de um lado novas identidades, interações e trocas mais homogêneas, e, de outro, o incremento às culturas transnacionais (FEATHERSTONE, 1994). Os avanços tecnológicos nos sistemas de comunicação, através da microeletrônica e da mídia em geral, ao possibilitarem a eliminação das barreiras da distância, permitindo interconexões regionais e globais, alteraram, também, a relação tempo-espço. A frenética expansão das redes de comunicação, no entanto, não obstante permita o contato com diversos povos e culturas e suas vivências democráticas, também amplia o poder dos grupos manipuladores de informações, contribuindo para o surgimento de valores totalitários, comportamentos irracionais e a expansão das formas de alienação.

Além disso, o acelerado processo de intercâmbio, mundialização de produtos e comercialização de mercadorias, propiciado pelos meios de comunicação e pela publicidade, tem fortalecido uma nova ideia de pertencimento e, portanto, uma outra sociabilidade, mediante a formação de referências culturais articuladas pela cultura do consumismo. Em torno da ideologia consumista, formam-se e disseminam-se novos estilos de vida, que vão desde a incorporação de hábitos de lazer, arte, música, cultura, moda, alimentação, até desejos, valores e virtudes. Ganha espaço a “sociedade do descarte”, do efêmero, do passageiro. Ao mesmo tempo em que se jogam fora pratos, talheres e guardanapos, junto a eles descartam-se “valores, estilos de vida, relacionamentos, modos de ser e de agir” (HARVEY, 1992, p. 258). O capital invade a vida íntima dos indivíduos, seja sob a forma acentuada de mercantilização e burocratização de necessidades, seja sob a forma de controle dos comportamentos. Sob

o manto dessa ideologia, a indústria cultural cumpre a função de criar atitudes e modos de vida adequados à manutenção da racionalidade capitalista.

As novas formas de organização social e expressões culturais movimentam-se e expressam-se, ainda, nos espaços locais e cosmopolitas, nacionais e internacionais, públicos e privados. Afirmam-se a autonomia e as identidades locais, com o retorno da valorização de instituições como família e comunidade, permeadas por uma ideia abstrata de solidariedade. A separação entre indivíduo/classe e sua relação com grupos coletivos e a primazia do privado sobre o público contribuem, de forma incisiva, para o aumento da alienação, o esvaziamento das ações histórico-sociais, a neutralização e a banalização do agir político. A soma de indivíduos privados não é capaz de produzir o espaço público, provocando o “triunfo do indivíduo sobre a sociedade” (HOBBSAWM, 1995, p. 328).

Na esfera da política, a ideia de Estado-nação, fortalecida e ampliada com o Estado moderno, perde legitimação em nome dos interesses transnacionais. A cultura produzida com o processo de globalização econômica concretiza-se, na pós-modernidade, mediante a implementação de reformas neoliberais, que esvaziam e deslegitimam tanto o liberalismo democrático quanto as possibilidades de construção do projeto socialista. Seus pilares fundamentais centram-se nos ajustes econômicos, materializados na privatização e na supremacia do mercado, na cultura anti-Estado, no papel equivocado atribuído à sociedade civil, na desqualificação da política e da democracia. As conquistas de cidadania, de direitos universais e garantias sociais resultantes das lutas dos trabalhadores e incorporadas pelo *Welfare State*, são compreendidas como sinais de atraso, de uma proposta de Estado assistencialista que caminharia na contramão das exigências do capitalismo “moderno”. Construiu-se um consenso sobre a gestão pública ineficiente, a necessidade de sua descentralização, a debilidade das instituições, a fim de proteger a cidadania das ameaças que nascem de sua fraca capacidade de garantia dos direitos fundamentais. Elaborou-se, construiu-se e sedimentou-se uma verdadeira cultura de consentimento à privatização. A soberania do

mercado passa a negar a necessidade de decisões políticas, que são precisamente as que dizem respeito aos interesses coletivos, contrapostas aos de natureza particular.

As relações Estado/sociedade, nesse cenário, elidem, portanto, a formação de uma cultura que substitui a relação estatal pela livre regulação do mercado. O poder político passa a ser pensado sob a ótica do poder econômico, estabelecendo-se um vínculo orgânico dos agentes políticos com o capital, base material de sua sustentação. Sob tal ótica, a classe burguesa busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um “consenso ativo” em nome de uma falsa visão universal da realidade social. A abstrata ideia de uma crise de caráter universal tende a prevalecer e a difundir-se por toda a sociedade, “determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, a unidade intelectual e moral”, de modo a fortalecer a hegemonia burguesa sobre os grupos subordinados (GRAMSCI, 2000, p. 41).

Esse discurso genérico tem um efeito imediato no campo prático-operativo, na medida em que as ações desenvolvidas para a recuperação econômica aparecem como sendo de natureza transclassista, ou seja, beneficiando a todos sem distinção. No entanto, do ponto de vista político, essa estratégia cria a subalternidade das demais camadas de classe, obstaculizando a possibilidade de as mesmas elaborarem uma visão de mundo de corte anticapitalista, e, assim, articular alianças e forças em defesa de seus interesses. Produz-se, dessa forma, uma cultura de passividade e de conformismo, que incide diretamente no cotidiano das classes subalternas, reforçando a alienação, o corporativismo e as ações particularistas, em detrimento de projetos de natureza coletiva.

A substituição dos interesses universais e de classe por objetivos grupais específicos e localistas constitui a perspectiva política da pós-modernidade. Expressa nas reformas pontuais e nas lutas cotidianas, a micropolítica pós-moderna coloca em jogo as possibilidades de totalização dos processos sociais. Desqualificam-se atores universais, como partidos e sindicatos, em nome de um leque difuso de poderes capilarmente dispersos por toda a sociedade civil, cada vez mais distantes dos mecanismos da política

moderna. Essa pulverização reforça as ações “econômico-corporativas” e, sorrateiramente, destrói as possibilidades de construção de uma “vontade coletiva”, de um momento “ético-político” de caráter universal. Fragmenta os sujeitos coletivos, quer do ponto de vista material, quer do político-cultural, através de valores particulares e individuais que desorganizam as classes em relação a si mesmas e as articulam organicamente ao ideário do capital. O “pertencimento” de classe cede lugar ao individualismo, reforça a “alienação e reificação do presente” e provoca um “estilhaçamento dos nossos modos de representação” (JAMESON, 1996).

As lutas das minorias, do acesso a terra, moradia, saúde, educação, emprego, hipertrofiaram-se em um turbilhão de demandas segmentadas, facilmente despolitizadas e burocratizadas pelo próprio Estado, situando-se naquilo que Gramsci (2000) denomina de “pequena política”, que engloba questões parciais e localistas e que precisa, necessariamente, vincular-se à “grande política” para a criação de novas relações. As expressões moleculares dos inúmeros movimentos da sociedade civil, embora tragam como marca a luta contra a violência do “pós-moderno”, também encerram em si a impotência de congregar os diferentes interesses particulares em interesses universais.

O esmaecimento dos processos de lutas globais é meta prioritária das elites, cuja intencionalidade primeira é reduzi-los a questões meramente particulares, desligadas da totalidade social. Assim, a prioridade do público sobre o privado e o fortalecimento de uma cultura pública aparecem, neste momento de crise, como referências fundamentais a serem resgatadas, na medida em que se reatualizam elementos diversos da tradição autoritária, conservadora e excludente, signos do atraso da modernidade.

Esse conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, que pontuamos até aqui como expressões da pós-modernidade, interfere diretamente nas diferentes profissões e, portanto, também no Serviço Social, promovendo mudanças nos campos teórico, prático-operativo e político-organizativo.

Indique os principais elementos que caracterizam a pós-modernidade e como se expressam nos planos teórico, político e cultural.

3 Modernidade e pós-modernidade e suas refrações no Serviço Social

Situar o Serviço Social nos marcos da modernidade e da pós-modernidade implica resgatar, ainda que de forma breve, o conjunto de saberes presentes na sua trajetória histórica, especialmente na realidade brasileira. Os estudos já realizados e a ampla bibliografia sobre o tema (IAMAMOTO, 1992; NETTO, 1991; MARTINELLI, 1989; GUERRA, 1995) permitem identificar que o Serviço Social, em suas origens, teve como suportes teóricos os pressupostos conservadores da Doutrina Social da Igreja. O conservadorismo católico, ao defender um projeto político e social contrário tanto ao liberalismo quanto ao socialismo, apresenta-se como proposta antimoderna, refratária aos valores e avanços alcançados com o advento da modernidade. Mesmo considerando-se a forte presença do pensamento católico conservador, pode-se dizer que o Serviço Social, em seu processo de profissionalização e desenvolvimento sócio-histórico, aparece vinculado a duas grandes matrizes do racionalismo contemporâneo: o racionalismo “formal-abstrato”, que está na base da matriz positivista, e seus desdobramentos nas abordagens funcionalistas, estrutural-funcionalistas e sistêmicas, e o racionalismo “crítico-dialético”, expresso na teoria social de Marx.

Em seu processo sócio-histórico, a matriz teórica positivista, como uma das expressões da razão moderna, passa a fazer parte do suporte teórico-metodológico buscado pela profissão enquanto necessidade de qualificação técnico-científica para responder às exigências de modernização da sociedade e do Estado decorrentes da consolidação do capitalismo monopolista no Brasil. Conforme abordamos anteriormente, sob esta perspectiva, o conhecimento dos fenômenos sociais é realizado através de um modelo “formal-abstrato”, a partir dos dados imediatos, empíricos e objetivos, passíveis de classificação e de manipulação, cuja síntese ou totalização é efetuada pelo sujeito do conhecimento. A ação profissional nos diferentes espaços

sociocupacionais caracteriza-se, assim, pelo seu caráter empirista e pragmático, pela busca de controle, dominação, integração e ajustamento dos indivíduos sociais à ordem estabelecida. O que importa nessa perspectiva é a atividade prático-imediata e não a apreensão da dinâmica contraditória de seu movimento e das determinações e possibilidades nele presentes.

O questionamento a essa proposta, fundada na “razão instrumental”, tem seu início com o Movimento de Reconceituação, desencadeado na América Latina, a partir dos anos 1960, quando o Serviço Social amplia a interlocução com as ciências sociais e aproxima-se da teoria crítico-dialética. Essa aproximação com a tradição marxista, embora num primeiro momento motivada mais pela vinculação dos profissionais “a determinadas práticas políticas e organizacional-partidárias” e “menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítica” (NETTO, 1989, p. 97), possibilitou a crítica ao conservadorismo e a busca de ruptura do compromisso social historicamente estabelecido com os interesses da ordem burguesa. Permitiu, igualmente, compreender o significado social da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho e no processo de produção e reprodução das relações sociais, os diferentes projetos societários em disputa e o redirecionamento das ações profissionais na perspectiva dos setores e classes subalternos. Os profissionais passam a interrogar-se sobre questões relativas às instâncias estrutural e superestrutural, com problematizações não somente na esfera econômica, mas também nas esferas política, ideológica e cultural. Entram em cena considerações relativas às classes sociais, ao Estado e ao papel das ideologias na análise e compreensão da realidade, possibilitando mudanças significativas, não só quanto aos referenciais teórico-metodológicos para o conhecimento da realidade, mas ao próprio fazer prático-operativo.

Os conhecimentos produzidos e acumulados também se expressam nos rumos e escolhas tomados para a redefinição do projeto de formação profissional. Assim, tanto o projeto curricular de 1982, quanto o Código de Ética de 1986, revisado e aprovado em 1993, ao assumir como valores a liberdade, a democracia, a igualdade e a justiça, e as

diretrizes curriculares aprovadas em 1996, vigentes na atualidade, ao adotar a “teoria crítico-dialética” como princípio teórico-metodológico, necessário à “apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p. 7), posicionam-se a favor de uma ideia de modernidade voltada à emancipação humana.

Esse conjunto de conhecimentos, valores e concepções ideo-políticas consubstancia o projeto ético-político da profissão vinculado à defesa de uma proposta transformadora da ordem vigente, distanciando-se das bases epistemológicas das tendências pós-modernas e de suas referências culturais. Evidencia-se a opção do Serviço Social pelo projeto da modernidade, pautado na “razão crítica” na apreensão do “processo histórico como totalidade”, a partir de um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico” (ABEPSS, 1996, p. 7), e de uma prática profissional situada para além da racionalidade instrumental, sustentáculo da ordem capitalista. Ampliaram-se os conhecimentos sobre os processos sociais contemporâneos, as particularidades da constituição e do desenvolvimento do capitalismo, do Estado, da sociedade civil, do trabalho, da pobreza, da desigualdade, da democracia, da cidadania, das políticas sociais e do próprio Serviço Social.

No entanto, os desdobramentos das mudanças societárias ocorridas ao longo dos anos 1990, sob a ofensiva neoliberal e suas repercussões nos dias atuais, têm colocado em xeque os pressupostos estruturantes desse projeto. Tais repercussões podem ser sinalizadas a partir de pelo menos duas direções: a primeira no plano do conhecimento, mediante o constante questionamento da teoria marxista e da “razão dialética” e o fortalecimento da razão instrumental e do pensamento conservador, rearticulados pelas tendências pós-modernas; a segunda no âmbito do exercício profissional, cujas manifestações evidenciam-se seja na alteração das condições de trabalho dos Assistentes Sociais, seja nas “novas” demandas encaminhadas à profissão e nas respostas mobilizadas para respondê-las.

A alteração nos espaços ocupacionais e nas condições de trabalho não somente redimensiona o “tipo de prática” e o “vínculo ocupacional”, mas modifica igualmente “os princípios sobre os quais se sustentam as respostas às expressões da “questão social” (MONTAÑO, 2002, p. 248). As mudanças na esfera pública estatal, mediante a diminuição de investimentos na área social, a subordinação das políticas sociais às dotações orçamentárias e a ampliação do campo profissional nas chamadas instituições do “terceiro setor”, têm fortalecido o caráter compensatório, seletivo e fragmentário das políticas sociais, inviabilizando a concretização dos direitos sociais e sua universalização, necessárias ao efetivo exercício da cidadania. A precarização das relações de trabalho, ocasionada pelos contratos flexibilizados, terceirizados e por tempo determinado, na maioria das vezes com salários mais baixos, tem provocado, ainda, a “desprofissionalização” do Serviço Social (BENITO; CHINCILLA, 2005).

As novas exigências do mercado de trabalho impõem ações e papéis profissionais cada vez mais multifacetados, voltados à eficiência técnica e à resolução imediata das problemáticas sociais. De fato, sendo o Serviço Social uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, a construção de seu fazer ocorre a partir das demandas de diferentes segmentos de classe, surgidas na heterogeneidade da vida cotidiana. Tais demandas, constituindo-se como objetos da ação profissional, indicam, no âmbito da aparência, necessidades práticas essenciais à produção e à reprodução da vida material dos sujeitos sociais. Expressam um “conjunto de necessidades (políticas, sociais, materiais e culturais)” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 26) que necessitam ser situadas na complexidade das transformações capitalistas contemporâneas. Ao limitar-se à apreensão imediata da realidade, as ações profissionais são reduzidas aos procedimentos burocráticos basilares das relações capitalistas contemporâneas. A ação burocratizada gerada pela economia de mercado “bloqueia o contato criador do homem com a sociedade” e fortalece a visão acrítica, alienante e fetichizada das relações entre “vida pública e vida privada, entre subjetividade individual e objetividade social” (COUTINHO, 1972, p. 26).

A prática profissional, se reduzida, portanto, à mera identificação das demandas e a seu atendimento focalizado, mobiliza um suporte teórico bastante elementar, cuja análise não ultrapassa o nível da aparência e escamoteia o real significado das mesmas no contexto antagônico das relações sociais capitalistas. Para superar essa abordagem parcial da realidade, torna-se necessário que o Assistente Social detenha “um conjunto de saberes que extrapola a realidade imediata e lhe proporcione apreender a dinâmica conjuntural e a correlação de forças manifesta ou oculta” (GUERRA, 1995, p. 200). Trata-se de compreender como as complexas determinações sociais das novas condições históricas materializam-se em situações e problemas sociais específicos ao campo profissional, que não podem ser captados somente pelo domínio da “razão teórica”, descolada do real, ou, inversamente, de um real que se esgota em sua aparência empírica. O que possibilita o avanço na compreensão das expressões da vida cotidiana é a análise dialética da realidade, de seu movimento e de suas contradições.

Esse campo da imediatez cotidiana em que se movem as ações do Serviço Social, quando reduzido à mera aparência, constitui um foco aberto para o fortalecimento do empirismo, do pragmatismo, do voluntarismo e do conservadorismo, da fragmentação entre teoria e prática, conformes às tendências da pós-modernidade e a um distanciamento dos paradigmas críticos totalizantes. O retorno do discurso da cultura profissional de que “na prática a teoria é outra”, onde o saber-fazer é superdimensionado, alinha-se à “razão instrumental”, ao crescente processo de burocratização da vida social presente na base do projeto capitalista e dos aportes teóricos do pensamento pós-moderno. Conforme aponta Netto (1996, p. 118), “investir na pós-modernidade é também levar água ao moinho do conservadorismo”. Por isso mesmo, afirma-se a importância da compreensão da realidade a partir de um rigoroso exercício pautado pela razão crítica, de modo a captar suas diferentes dimensões, sejam elas particulares ou universais.

O Serviço Social defronta-se, portanto, com duas grandes tendências teóricas: uma vinculada ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-

modernas, que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e outra relacionada à tradição marxista, que compreende o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais. O fortalecimento de uma ou outra dessas perspectivas depende, entre outros fatores, da qualificação teórico-metodológica e prático-operativa dos profissionais e de suas opções ético-políticas, no sentido de compreender o significado e as implicações dessas propostas para o futuro da profissão diante dos complexos desafios postos pelo século XXI.

Disserte sobre as possibilidades e os limites da afirmação do projeto ético-político do Serviço Social construído nas últimas décadas frente ao avanço das tendências teóricas pós-modernas.

Referências

- ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Recife, 1996.
- ANDERSON, P. *As origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.
- BENITO, L. S.; CHINCILLA, M. Flexibilización laboral y desprofesionalización del Trabajo Social. In: RUIZ, A. *Búsquedas del Trabajo Social Latinoamericano: urgencias, propuestas y posibilidades*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005. p. 69-80.
- CARVALHO, A. M. P. de. "O desafio contemporâneo do fazer ciência: em busca de novos caminhos/descaminhos da razão". *Serviço Social e Sociedade*, n. 48, ano XVI, p. 5-34, 1995.
- COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- _____. *Intervenções: o marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.
- FEATHERSTONE, M. *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 41, v. 3.
- _____. Americanismo e Fordismo. In: *Cadernos do Cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira, Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 4.
- GUERRA, Y. *A instrumentalidade do serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, E. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IAMAMOTO, M. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- IANNI, O. A sociologia e as questões sociais na perspectiva do século XXI. In: SANTOS, J. V.; GUGLIANO, A. A. *A sociologia para o século XXI*. Pelotas: EDUCAT, 1999. p. 15-32.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- MARTINELLI, M. L. *Identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. "Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social". In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 23-44.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. "Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil". *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano XVII, n. 50, p. 87-132, 1996.

_____. Serviço social e tradição marxista. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano X, n. 30, p. 89-102, 1989.

ROUANET, S. P. *As razões do iluminismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

TONET, I. Modernidade, pós-modernidade e razão. *Revista Temporalis*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano V, n. 10, jul/ dez, p. 11-28, 2006.

Bibliografia complementar

ALDERY, et al. *Para compreender a ciência*. São Paulo: Espaço e tempo, 1988.

CARRILHO, M. M. *Elogio da modernidade*. Lisboa: Presença, 1989.

DE SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1992.

EVANGELISTA, J. E. *A crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno*. São Paulo: Cortez, 1992.

IANNI, O. "A crise dos paradigmas na sociologia". *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 20, Campinas, UNICAMP, 1990.

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2002.

NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo*. São Paulo: Cortez, 1991.

REVISTA TEMPORALIS. Recife: Ed. Universitária da UFPE, ano V, n. 10. jul/ dez. 2006.

ROUANET, S. P. *Mal-estar na modernidade* – ensaios. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Bibliografia recomendada

BRANDÃO, Z. (Org.). *A crise dos paradigmas e a educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

LINS, R. L. *A indiferença pós-moderna*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.

OLIVEIRA, M. A. de. *A filosofia na crise da modernidade*. São Paulo: Loyola, 1989.

VATTIMO, G. *O fim da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ZAIDAM FILHO, M. A. *A crise da razão histórica*. Campinas: Papyrus, 1989.

Glossário de termos

Tradição racionalista – iniciada com René Descartes, no século XVI. Opõe-se ao ceticismo da época, indicando que se pode chegar à verdade através de recursos metodológicos assentados na razão.

Tradição empirista – compreende o conjunto de teorias de explicação, definição e justificação de conceitos derivados da experiência. Para Francis Bacon, seu principal representante, todo conhecimento tem origem unicamente na experiência.

Iluminismo – termo utilizado para descrever o comportamento filosófico, científico e racional existente em grande parte da Europa no século XVIII. Também denominado de “século das luzes”, desenvolve-se mais especificamente na França, através de filósofos, cientistas e pensadores unidos na crença da supremacia da razão e de seus resultados práticos no combate às injustiças e às desigualdades.

Razão dialética ou Razão ontológica – os processos sociais podem ser reconstruídos, racionalmente, pelos sujeitos, transcendendo e desvendando sua aparência a partir de múltiplas determinações. Busca captar o real a partir do ponto de vista da totalidade e da historicidade, bem como afirmar o caráter histórico e criador da práxis humana.

Racionalismo formal-abstrato – aborda a realidade de forma instrumental, imediatista e manipuladora. Está presente no positivismo clássico de Comte, na economia vulgar, na sociologia de Emile Durkheim e em todas as correntes neopositivistas.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade

Ivo Tonet

Professor do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da UFAL

Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade

Introdução

Toda forma de sociabilidade que entra em crise profunda tende a agravar enormemente os sofrimentos da humanidade. E até mesmo aqueles que se beneficiam de um sistema social em crise não deixam de ser atingidos por problemas de toda ordem.

É o que, a nosso ver, está acontecendo no presente momento. A humanidade está atravessando uma crise sem precedentes, que atinge todas as dimensões da vida. O que caracteriza essa crise, e como ela se manifesta em várias dessas dimensões, é o que procuraremos ver, embora de modo muito sucinto, ao longo deste texto.

1 Caracterizando a crise

Sabemos que é da natureza do capitalismo sofrer crises periódicas. Essas, a nosso ver, têm sua raiz nos problemas oriundos do processo de acumulação do capital. Gostaríamos de sublinhar isso enfaticamente para deixar claro que a matriz geradora da crise é sempre material e não espiritual. E, com isso, para opor-nos firmemente à ideia, muito difundida, de que o mundo está em crise por causa da perda dos “verdadeiros” valores tradicionais.

Não se trata de nenhum economicismo, ou seja, de afirmar que a causa direta e imediata de todos os problemas atuais da humanidade está na economia. Trata-se apenas de deixar claro que a raiz mais profunda da crise que o mundo vive hoje está nas relações que os homens estabelecem entre si na produção da riqueza material. Assegurado isso, também deve ser deixado bem claro que há uma relação de determinação recíproca entre essa raiz e as outras dimensões da realidade social. Do mesmo modo, também há uma influência recíproca entre todas as dimensões que compõem a totalidade social.

Contudo, a crise atual parece ter algo muito diferente das anteriores. Em primeiro lugar, porque se trata de uma crise global e não apenas de determinado local ou de algum setor específico. Em segundo lugar, porque, dada a completa mundialização do capital, este não tem mais como deslocar essa crise dos países centrais para os países periféricos. O mundo inteiro está, embora de forma diversa em locais diferentes, engolfado nela. Como resultado disso, essa crise atinge hoje as estruturas mais profundas da sociabilidade capitalista.

Mas, qual a exata natureza dos fundamentos materiais dessa crise? Sabemos que o que “interessa” ao capital é o maior aumento possível da taxa de lucro. É em função disso que se desenvolve toda a sua lógica. Quanto maiores forem os problemas relativos a essa taxa e quanto mais prolongada a existência desses problemas, tanto mais intensa e duradoura será essa crise. No enfrentamento dos problemas referentes ao rebaixamento da taxa de lucro, o capital recorre a todos os meios possíveis e imagináveis. É isto que deu origem, na atualidade, à chamada reestruturação produtiva e ao neoliberalismo. Esses se caracterizam, essencialmente, por profundas mudanças na forma da produção, com a precípua finalidade de retomar o aumento da taxa de lucro e pela afirmação, com todas as suas consequências, de que dever-se-ia deixar ao mercado a responsabilidade pelo equacionamento dos problemas da humanidade. O Estado não deixaria de ter importância, mas seu papel seria apenas subsidiário.

Para além da propaganda ideológica, sabe-se que tanto a reformulação do processo produtivo, quanto as mudanças no papel do Estado tiveram a finalidade de permitir a retomada do aumento do lucro das classes dominantes, em especial daquelas dos países centrais.

Foi por volta de 1970 que essa crise irrompeu de forma mais acentuada, manifestando-se como uma crescente perda de dinheiro por parte dos capitalistas. Dada a situação concreta, o aumento da taxa de lucro só poderia ser obtido por meio de uma enorme intensificação da exploração dos trabalhadores. Essa intensificação, por sua vez, tanto poderia resultar do prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta),

como da introdução de novas tecnologias e novas relações no trabalho (mais-valia relativa) ou, o que é mais comum, da combinação de ambos. Daí o surgimento do chamado “toyotismo” e sua articulação com a forma anterior da produção, chamada “fordismo”, a precarização e a terceirização no âmbito do trabalho, a erosão dos direitos trabalhistas e sociais, a desregulamentação da economia e todo o conjunto de privatizações. Tudo isso implicando, pela própria natureza do capitalismo, uma violentíssima guerra entre os capitalistas, com enormes e desastrosas consequências para os trabalhadores.

Todas as outras dimensões da vida humana – política, direito, ciência, filosofia, educação, arte, valores, religião, ecologia, psicologia, relações sociais, vida pessoal e familiar – são profundamente afetadas por essa crise nos fundamentos materiais da sociedade. E estas dimensões, por sua vez, retornam sobre a crise material estabelecendo-se um processo reflexivo em que todas elas interferem tanto na matriz como entre si.

Um dos aspectos mais centrais dessa crise parece-nos ser o fato da contradição entre a enorme potencialidade produtiva que existe hoje e a impossibilidade de realizar essa produção e colocá-la à disposição de toda a humanidade.

Com efeito, sabe-se que, hoje, a humanidade teria capacidade de produzir riqueza suficiente para atender as necessidades básicas de todos os habitantes desse planeta. No entanto, constata-se que a maioria da humanidade vive em situação de carência, que pode ir da miséria mais extrema à pobreza ou a um acesso precário a essa riqueza. Constata-se, também, por outro lado, uma crescente concentração da riqueza em poucas mãos.

O modo dominante de pensar costuma atribuir a impossibilidade de disseminação da riqueza por toda a sociedade a muitos motivos: falta de vontade política, falta de recursos, má administração dos recursos existentes, corrupção, incompetência, etc. Mas, não percebe – e não pode perceber por causa da perspectiva de classe que informa o seu

conhecimento – que a causa fundamental está nas relações de produção fundadas na propriedade privada. O capitalismo necessita da escassez como um elemento vital para a sua reprodução. Uma produção abundante – tornada possível pela atual capacidade tecnológica – simplesmente assinaria a sentença de morte desse sistema social. Isso porque uma oferta abundante rebaixaria tanto os preços que os capitalistas simplesmente deixariam de ganhar dinheiro. O que, obviamente, não interessa a nenhum deles. Assim, o sistema capitalista tem que manter a escassez, mesmo que milhões de pessoas sofram as mais terríveis consequências, uma vez que o seu “objetivo” é a sua reprodução e não o atendimento das necessidades humanas.

2 Expressões socioculturais da crise

Antes de mais nada, convém esclarecer o que entendemos por social e cultural, já que esses termos não são unívocos. Do ponto de vista da ontologia do ser social – o pensamento de Marx entendido nesse sentido –, não há nada que não seja social já que a distinção básica se dá entre ser natural e ser social. Desse modo, tudo que resulta da práxis humana é social. No interior do ser social, distinguem-se dimensões diferentes (trabalho, política, direito, educação, arte, etc.). O critério fundamental para a distinção entre essas diversas dimensões é sempre a função que cada uma delas exerce na reprodução do ser social.

Contudo, o título que nos foi proposto para o presente texto diz: “expressões socioculturais”. Entendemos então que, quando se faz referência a expressões sociais, se está querendo apontar para determinadas manifestações da crise atual do capital que afetam grande número de pessoas e que se referem à vida material ou que, pelo menos, têm estreita conexão com essa materialidade. Em contraposição, quando se faz referência a expressões culturais, se aponta para manifestações no âmbito da subjetividade, tais como atividades artísticas, de ciência, de filosofia, de comunicação, de valores, de comportamentos, de relações sociais.

Dito isso, é importante também esclarecer que não se deve pensar que há uma separação rígida entre essas diversas expressões, tanto materiais quanto espirituais, porque, de fato, há um profundo imbricamento entre elas.

A consequência mais geral dessa crise, para a humanidade, é terrível. Com efeito, esse sistema social já não pode abrir perspectivas de realização superior para toda a sociedade. O que não quer dizer que ele não possibilite avanços. Contudo, esses avanços se limitam a alguns setores e os benefícios deles se restringem cada vez mais a segmentos muito restritos.

Dada a lógica intrínseca do capital – de produção coletiva, mas de apropriação privada da riqueza –, a construção de uma autêntica comunidade humana sob a sua regência é uma impossibilidade absoluta. Essa sua lógica o impulsiona a reproduzir-se numa direção cada vez mais perversa e desumana. Como demonstrou muito bem I. Mészáros, o capital é incontrolável. Isto significa que é impossível impor-lhe uma outra lógica que não seja a da sua própria autorreprodução. Vale dizer, é impossível impor-lhe uma produção voltada para o valor de uso e não para o valor de troca. Desse modo, ele pode – em princípio – ser erradicado, mas não ser controlado. Pode ser erradicado porque, como tudo o que concerne ao ser social, ele também é resultado da atividade humana, ou seja, ele não é uma determinação natural. Em resumo, porque são os homens que fazem a história. Mas, não pode ser controlado, vale dizer, não é possível impor-lhe uma lógica que tenha como primeira preocupação o atendimento das necessidades humanas e não a produção para o lucro. Basta examinar a história do capitalismo para ver o acerto dessa afirmação. Nenhuma tentativa de controle até agora teve êxito, seja ela de tipo do Estado de Bem-Estar Social ou do tipo chamado de “socialista”. Por isso mesmo, a degradação cada vez maior da vida humana, em todos os aspectos, é uma consequência inevitável da reprodução do capital.

Miséria, pobreza, fome, desnutrição, subnutrição e todo o cortejo de horrores – gerado pela falta de acesso (em quantidade e qualidade adequadas) aos bens materiais necessários à manutenção de uma vida digna – acompanham essa situação. Populações

inteiras são submetidas às condições de vida mais degradantes e praticamente descartadas como supérfluas, pois o capital não pode incluí-las no seu processo de reprodução. Milhões de pessoas são obrigadas a viver em condições subumanas porque não têm acesso ou têm um acesso precaríssimo à alimentação, à saúde, à habitação, ao vestuário, ao saneamento, ao transporte, etc. Outros milhões de pessoas se deslocam de regiões e países mais pobres para outros lugares onde se concentram melhores possibilidades de ganhos e de vida, com todas as consequências – econômicas, sociais, políticas e ideológicas – que esse deslocamento traz consigo.

Em oposição a esses milhões de pessoas, encontramos uma minoria que concentra em suas mãos uma quantidade cada vez maior de riqueza, que esbanja em luxos e superfluidades desmedidas, que se cerca de muralhas de segurança sempre maiores, que faz belos gestos e belos discursos, mas que não pode, porque não depende de boas intenções nem de “vontade política”, eliminar esse fosso progressivo entre a minoria, rica e parasita, e a maioria, pobre, – que produz a riqueza.

Ora, como vimos acima, nada disso seria necessário, pois não é por falta de capacidade de produzir riqueza que a maioria da humanidade se encontra nessa situação precária. Por incrível que pareça, é exatamente pelo fato de essa capacidade ter sido elevada a um grau extraordinariamente alto que a humanidade se vê mergulhada nessa contradição. E por que isso? Porque, ao contrário do que pensam aqueles que tomam como base o processo de circulação e de distribuição das mercadorias, a questão decisiva está no momento da produção. Na forma concreta da organização da produção já está assinalado o acesso que cada um terá à riqueza. E, no sistema capitalista, a riqueza é produzida sob a forma da propriedade privada, vale dizer, ela é produzida pela grande maioria, mas é apropriada por uma minoria cujo objetivo fundamental é – um imperativo imposto pela lógica do capital – obter lucros e não atender as necessidades humanas. Essa lógica perversa leva, necessariamente, à concentração da riqueza em poucas mãos quando não à malversação e à destruição do que é produzido já que, por causa da necessidade da manutenção da taxa de lucro, ela não pode ser revertida em favor de toda a população.

No âmbito mais específico do trabalho, essa crise atual do capital leva a uma crescente diminuição do trabalho formal, por causa da introdução de novas tecnologias e da nova organização da produção. O resultado disso é o aumento do desemprego e, com isso, também o aumento do trabalho informal. Cresce também a precarização do trabalho, com a erosão de direitos trabalhistas adquiridos ao longo de muitas lutas. Agregue-se a isso, ainda, o retorno de formas primitivas de trabalho, incluindo até formas escravistas. E, vale lembrar, ainda, o que tudo isso significa em termos de impossibilidade de acesso à riqueza material e, portanto, do atendimento das necessidades básicas, para se ter um quadro muitíssimo problemático.

Aqui se manifesta o que há de mais desumano nessa forma de sociabilidade. Trata-se do fato de que é o próprio produtor da riqueza que vê interdito o seu acesso a ela. Como Marx mostrou muito bem nos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*, em *O Capital* e em outras obras, nesse próprio ato do trabalho, que é a “atividade vital humana” e que é o fundamento ontológico da autoconstrução do ser humano, o trabalhador vê-se expropriado da sua humanidade. E essa expropriação se dá em três momentos: antes do ato da produção, quando o trabalhador vê a sua formação humana voltada para um trabalho alienado; durante o ato da produção, quando suas forças físicas e espirituais – a sua humanidade – são transformadas em mercadorias; e após o trabalho, quando se vê transformado em mero e precário consumidor e não se pode reconhecer no resultado da sua atividade. Ao longo de todo esse ato fundamental da existência humana revela-se o fato de que o produtor não é o seu verdadeiro sujeito, ou seja, que não é ele que tem o controle – livre, consciente e coletivo – desse processo. De modo que, enquanto se mantiver essa forma de produção, fundamento da sociabilidade capitalista, a desumanização, material e espiritual, tenderá a se tornar cada vez mais intensa.

Se isso é válido para o capitalismo em geral, muito mais o é na presente situação que, pela existência de uma enorme capacidade de produção, poderia proporcionar a todos uma vida humanamente digna. No entanto, o produtor da riqueza vê-se tratado

como uma simples ferramenta, sem maiores considerações para com as suas outras qualidades humanas e que pode ser descartado quando já não tiver utilidade.

No entanto, diante da produção sempre mais ampla e profunda da desigualdade social e na impossibilidade de atacar as suas raízes, o capital vê-se na necessidade, através do Estado e/ou de inúmeras instituições não diretamente governamentais, de organizar algumas ações de assistência a essa massa de desvalidos. Daí a estruturação das chamadas políticas sociais, dos programas sociais, todos eles voltados não para a erradicação das desigualdades sociais, mas apenas para minimizar os efeitos mais graves da crise do capital. No mesmo patamar, estão as chamadas ajudas humanitárias em casos de guerras ou desastres ecológicos. Não se trata nunca de enfrentar os problemas até as suas causas mais profundas, mas apenas de amenizar as situações mais gravosas de modo a impedir o desastre total do sistema.

Vale, porém, lembrar que não são apenas os excluídos do trabalho formal que sofrem as consequências danosas dessa crise. Também aqueles que ainda conseguem algum posto de trabalho protegido pela legislação se veem submetidos a uma crescente intensificação da exploração. Tanto pela permanente possibilidade de perder esse emprego como pela chamada flexibilização das leis trabalhistas, que nada mais é do que a criação de facilidades para o processo de acumulação de capital. Além disso, também porque todas as mudanças nas formas da produção (produção flexível, controle de qualidade pelos próprios trabalhadores, participação dos trabalhadores em certas decisões e inúmeras outras alterações no ambiente de trabalho) não visam a melhorar a vida do trabalhador, mas sim a transferir para os ombros dele grande parte das tarefas de controle que antes eram executadas por prepostos diretos do capital e, ao fim e ao cabo, a levá-lo a aumentar os lucros dos capitalistas. O resultado disso é uma intensificação da produtividade, sem que isso signifique a melhoria igual dos salários e das condições de vida dos trabalhadores, o acirramento da competição entre os próprios trabalhadores e outras consequências que veremos mais adiante.

Como resultado dessas transformações no mundo da produção, a natureza da própria classe trabalhadora e a sua luta contra a exploração sofreram enormes consequências. Certamente, a classe trabalhadora nunca foi uma classe homogênea. Sempre houve diferenciações entre os diversos setores que a compunham. Contudo, não há como negar que havia um grau de unidade e de identidade maior entre todos os que compunham essa classe até o advento dessa última reestruturação produtiva. A partir dessa reestruturação, deu-se uma intensa fragmentação no interior da classe trabalhadora com a extinção de determinados segmentos e o surgimento de outros, além do aparecimento da enorme massa de trabalhadores desempregados, terceirizados e precarizados.

Deste modo, no próprio seio da classe trabalhadora, se acirrou a competição entre os empregados e os desempregados, entre aqueles que detêm um emprego formal e os informalizados, entre aqueles do setor público – protegidos por um grau maior de estabilidade – e aqueles do setor privado – sujeitos a uma enorme instabilidade. E, além disso, ainda existe a competição entre os trabalhadores dos países centrais e os dos países periféricos, pois, no interior do sistema capitalista, a manutenção do padrão de vida elevado dos primeiros depende da continuidade da intensa exploração dos segundos.

Essa enorme fragmentação e competição no interior da classe trabalhadora dificulta sobremaneira sua luta contra a exploração e pela construção de uma forma de sociabilidade para além do capital, levando os diversos segmentos a lutar apenas pela obtenção de melhorias parciais e precárias.

Ao lado disso e articulado com isso, temos toda sorte de violência, desde a mais explícita e brutal, como as guerras constantes (e a conseqüente produção, venda e tráfico de armas), com todo o seu cortejo de horrores, os massacres, os roubos, os assaltos, os sequestros, as mais variadas formas de violência contra as mulheres, as crianças, as minorias, até as mais sutis e ocultas como a corrupção, a malversação dos bens públicos e a prevalência dos interesses privados sobre os interesses públicos. Aqui

aparece um exemplo da completa subversão dos valores produzida por essa crise. Trata-se da enorme diferença de valor atribuída a seres humanos de classes e países diferentes. A morte de 3.000 cidadãos norte-americanos teve uma importância infinitamente maior do que o massacre de 800.000 hutus – africanos.

Vale ressaltar que não é só a guerra que é implementada, mas todo um clima de guerra (não é preciso lembrar a produção de armas cada vez mais sofisticadas e a ameaça constante que impende sobre a humanidade por causa da existência e proliferação de armas nucleares). Isso é necessário para as potências capitalistas hegemônicas tanto para manter em pleno funcionamento o enorme complexo militar-industrial (com uma função importantíssima na recomposição da taxa de lucro), como para tentar impor, pela força, a dominação sobre todos os países do mundo.

Aqui é preciso fazer uma consideração importante. Tende-se a considerar a violência como um defeito da sociedade que resultaria, em última análise, de uma natureza humana potencialmente violenta. Sem entrar no mérito dessa questão da natureza humana e sem querer, porque seria esquecer as inúmeras mediações, atribuir todo tipo de violência diretamente ao sistema capitalista, é preciso que se diga que esta é uma forma de sociabilidade que tem a violência na sua própria raiz. E que esta forma de violência, ao contrário de muitas outras, não só é socialmente legitimada, como nem é tida por algo violento. Pelo contrário, é considerada como o próprio fundamento natural e positivo dessa sociedade. Trata-se do ato fundante dessa sociedade: a compra-e-venda de força de trabalho, gerador da propriedade privada de tipo capitalista. Esse é um ato que, por sua própria natureza, implica a submissão violenta – embora “livremente” aceita – do trabalho ao capital. Somente na aparência este é um ato livre. Afinal, o trabalhador tem que submeter-se a ser explorado sob pena de perder a vida. Este ato violento gera, necessariamente, uma sociedade permeada pela violência, nas suas formas mais diversas. Dele derivam a oposição dos homens entre si, o individualismo, a competição e a guerra de todos contra todos. Todas as outras formas de violência, ainda que não oriundas diretamente desse ato fundamental, se veem marcadas, potencializadas e ampliadas por ele.

Mas, não são apenas as populações dos países periféricos que se veem submetidas a uma vida degradante. O mesmo acontece, de forma diferente, também com os trabalhadores dos países centrais. O fato de estes terem mais acesso a um conjunto de bens pode obscurecer a enorme exploração a que são submetidos. Como se sabe, o que mede o grau de exploração não é a sua forma imediata (seu caráter mais brutal e degradante), mas a relação entre o trabalho necessário para produzir determinada coisa e a parte do trabalho que não é paga. Quanto maior a distância entre esses dois pólos, maior será a exploração. Mas, além disso, e como consequência direta da crise atual do capital, mesmo naqueles países, tem sido constatado o aumento do número de pobres e desassistidos de todo gênero (sem-teto, sem-emprego ou subempregados, sem-segurança social, além do enorme aumento da criminalidade).

Porém, não é apenas no âmbito das necessidades materiais que se manifesta a intensa crise atual do capital. Como não podia deixar de ser, também as atividades espirituais – filosofia, ciência, educação, arte, comunicação, religião, valores, comportamentos e relações sociais – são profundamente atingidas por ela.

Cada uma dessas áreas tem suas manifestações específicas, mas algumas expressões são de caráter mais geral.

Entre essas expressões está, em primeiro lugar, a crescente mercantilização de todas essas atividades. Sabemos que é da natureza do capitalismo transformar o próprio trabalhador, o produtor da riqueza, em mercadoria. E certamente o objetivo fundamental do capitalismo sempre foi gerar lucro através da venda de mercadorias. Isto é da sua natureza mais íntima. Porém, durante muito tempo esse objetivo pode ser atingido predominantemente pela venda de mercadorias de caráter material. Essas outras atividades – cada uma de modo particular – tinham um espaço mais amplo onde a criatividade humana não orientada para o lucro podia se manifestar mais livremente.

É característico dessa crise que até essas outras atividades tenham sido profundamente subsumidas à lógica da mercadoria. É a necessidade da recomposição da

taxa de lucro que faz com que o capital não hesite em transformar todas essas atividades mais tipicamente humanas em mercadorias. Não é preciso dizer que isto tende a deformar profundamente a especificidade própria dessas atividades, rebaixando e descaracterizando o seu sentido mais genuíno.

Exemplos disso poderiam ser vistos à larga no âmbito das atividades artísticas (música, literatura, artes plásticas, cinema, arquitetura). Não só pelo rebaixamento do seu conteúdo, já que o critério fundamental é a vendabilidade e não a sua efetiva excelência artística, como também pelo excessivo acento na forma, maneira pela qual se escamoteia um tratamento mais consistente e aprofundado dos problemas. Um exemplo típico disso é a avaliação que se faz dos filmes: não se pergunta se um filme é bom ou ruim, mas quantos milhões de dólares ele custou e faturou. Esse é o sinal da qualidade dele. O mesmo acontece com a música, a literatura e outras expressões artísticas. Nem é preciso fazer referência ao que predomina, hoje, em termos de cinema, de música e de literatura. Em determinação recíproca, o gosto “artístico” das pessoas também vai sendo configurado de modo a conferir um alto valor a essas produções de nível precário.

Os efeitos perversos dessa crise também se manifestam no âmbito do conhecimento, especialmente das ciências sociais e da filosofia.

Em termos de filosofia, nenhuma corrente atual, exceto aquela que tem em Marx o seu fundador (e mesmo no interior desta, nem todas as suas expressões), pensa o mundo até o fim, isto é, até a categoria do trabalho como solo ontológico fundante do mundo social. Consequentemente, nenhuma delas aponta o problema da exploração do homem pelo homem, cuja matriz está no trabalho abstrato, como o obstáculo fundamental para a construção de uma autêntica individualidade e de uma autêntica comunidade humana. O caráter especulativo de todas essas correntes se manifesta no fato, já denunciado por Marx, de que esses filósofos ainda continuam apenas interpretando o mundo de maneiras diferentes, mas não têm a preocupação de transformá-lo radicalmente (isto é, até a sua raiz). Ao contrário, sua preocupação central é com a reforma, a melhoria, o aperfeiçoamento desta ordem social, na suposição de que

este é o único caminho positivo possível. É essa falta de radicalidade que faz com que essas correntes se distanciem cada vez mais da realidade concreta. Perdido ou rejeitado o solo matrizador da totalidade social (inclusive da própria razão), que é o trabalho, a razão se torna autônoma e se perde cada vez mais no labirinto do seu automovimento, supondo que a realidade deveria moldar-se de acordo com as suas (da razão) prescrições.

De modo especial, no campo da ética, amplia-se cada vez mais o fosso entre o dever-ser e o ser. Isto é, entre uma realidade objetiva, que se torna a cada dia mais desumanizadora, e o discurso ético, que proclama valores humanistas. Nunca, como hoje, se falou tanto em solidariedade, direitos humanos, honestidade, respeito à vida e à pessoa humana. Sente-se, no entanto, que há uma generalizada confusão na área dos valores. Em todas as áreas da vida social, valores que antes eram considerados sólidos e estáveis sofreram profundas mudanças. Parece que, de uma hora para outra, desapareceram os critérios do que é bom ou mau, correto ou incorreto e que a sociedade se transformou num vale-tudo, onde predominam o individualismo, o interesse imediatista e utilitário, a subsunção do interesse público ao interesse particular, chegando, muitas vezes, ao cinismo mais deslavado.

Por sua vez, a cientificidade atual (no âmbito social) tem assumido um caráter cada vez mais manipulatório. Vale dizer, ela tem se manifestado cada vez mais incapaz de compreender a realidade como uma totalidade articulada em processo e de ir até a raiz dos fenômenos sociais. Tendo nascido sob o signo da fragmentação e da empiricidade, viu essas características se tornarem cada vez mais intensificadas. Essa intensificação, por sua vez, é resultado do fato de que o aprofundamento da crise do capital confere à realidade social um caráter cada vez mais fragmentado e fetichizado. Daí a crescente desconfiança na capacidade da razão de compreender a realidade social como uma totalidade, o que dá margem à intensificação do irracionalismo e da fragmentação do conhecimento.

O abandono de categorias fundamentais para a compreensão da realidade social, como classes, luta de classes, revolução, socialismo, comunismo, alienação e até

capitalismo, mostra bem a distância que se estabeleceu entre a cientificidade social dominante na atualidade e o processo social real. Expressão clara disso é o fato de que praticamente nenhum dos cientistas sociais tidos, hoje, como mais importantes – economistas, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, psicólogos, teóricos da educação – se refere à superação do capitalismo, mas apenas ao seu aperfeiçoamento.

Uma segunda manifestação é a da efemeridade. Esta, por sua vez, está muito ligada à superficialidade, à banalização, ao modismo e à massificação. De novo, é a crise do capital que se manifesta aqui. A brutal concorrência entre os capitais faz com que as mercadorias tenham que girar cada vez mais rapidamente para gerar lucro. Isso resulta naquilo que Mészáros chamou de “produção destrutiva”, ou seja, um tipo de produto que precisa se tornar obsoleto de modo cada vez mais rápido e assim dar lugar a outro.

Ora, na medida em que os produtos espirituais são transformados em mercadorias, eles também são submetidos a essa lógica da obsolescência. Também devem ser rapidamente consumidos e rapidamente descartados, pois a sua finalidade também passa a ser gerar lucro. A todo momento estão sendo lançados no mercado novos produtos, novas fórmulas, novos métodos, novas soluções, que rapidamente devem ser descartados, porque o importante não é a sua real qualidade (medida em função de uma vida digna), mas a sua “novidade”, uma vez que é isso que os torna vendáveis. Mas, para que isso aconteça, eles são obrigados a ser superficiais e, portanto, a terem vida curta, pois a densidade, a profundidade e a durabilidade são qualidades que exigem maturação, o que implica um tempo maior de elaboração.

Por paradoxal que pareça, essa enorme efemeridade vai de par, por sua vez, com a sua sensação oposta, que é a perenidade. Tudo muda, mas, ao mesmo tempo, nada do que é essencial muda. De um lado, os fenômenos imediatos, em todas as dimensões da vida, parecem indicar que nada existe de estável. De outro lado, esse sistema social parece ter atingido um patamar absolutamente insuperável. A sempre proclamada vitória do capitalismo sobre o socialismo – uma forma de sociabilidade que, de fato,

nunca existiu – é exatamente a expressão desse modo de pensar. O capitalismo se tornou invencível.

Há, ainda, uma outra expressão muito em evidência hoje e que também é resultado dessa crise atual do capital. Trata-se do desmesurado aumento do misticismo, do esoterismo, da religiosidade mais primária, do fundamentalismo religioso e do salvacionismo. O modo de pensar iluminista imaginava que quanto mais avançassem a ciência e a tecnologia, mais retrocederiam a ignorância e a superstição. Sem entrar no mérito dessa problemática, o que se pode constatar é que, no mundo atual, está acontecendo exatamente o contrário. O avanço da ciência e da tecnologia está sendo acompanhado de igual aumento da ignorância e de toda sorte de superstições.

Isso é facilmente compreensível quando se entende a crise atual do capital. Todas essas manifestações, a seu modo e com suas circunstâncias particulares, são o resultado de um mundo (terreno, real, efetivo) que perdeu todo o sentido humano, um mundo no qual se acumulam problemas que se tornam a cada dia mais graves e aparentemente sem solução. Frente a esse mundo, que se tornou todo-poderoso e avassalador, o indivíduo, desconhecendo a lógica que levou a esse resultado, ignorando que ele é produto de uma específica atividade dos próprios homens, sente-se impotente (para compreender e para intervir e mudar) e desvalido. Sua reação é buscar soluções para além desse mundo, em poderes fora da realidade humana ou natural. Enfim, fora desse mundo.

Uma clara demonstração disso é o fato de que o misticismo, o esoterismo e o fundamentalismo religioso não vicejam apenas nos países atrasados, mas também no país considerado o mais desenvolvido que são os Estados Unidos da América do Norte. Isto não é por acaso. Pois é exatamente lá que a crise do capital tem a sua expressão mais concentrada. E é também onde os valores tradicionais estão sendo diariamente subvertidos; onde os indivíduos se sentem impotentes diante dos crescentes e avassaladores problemas; onde a vida se resume à competição brutal pela posse de bens materiais. Talvez seja onde se possa dizer que se encontram, como duas faces da mesma

moeda, o materialismo mais grosseiro (no sentido da busca por bens materiais) e a religiosidade mais acentuada e primária.

Deste modo, poderíamos dizer, parafraseando o que afirmou Marx acerca da religião, que todos esses misticismos, esoterismos, fundamentalismos, salvacionismos são, ao mesmo tempo, expressão e protesto contra esse mundo que perdeu o sentido genuinamente humano. Por um lado, são expressões porque manifestam a real situação em que vive o ser humano desde a sua origem. Mas, especialmente hoje porque são o resultado de uma forma particular de relações sociais marcadas por uma brutal e inteiramente desnecessária – já que existe a possibilidade de uma produção abundante – exploração do homem pelo homem. Por outro lado, são um protesto, pois, mesmo que de modo inconsciente, expressam o reconhecimento de que esta é uma situação desumana e exige algum tipo de solução.

Uma outra consequência importante e geral dessa crise do capital é o individualismo exacerbado. Sabemos que o capitalismo tem o indivíduo e os seus interesses como eixo ao redor do qual tudo gira.

Ninguém melhor do que um liberal, como Hobbes, definiu essa situação de regência do indivíduo nesse sistema social, ao cunhar a célebre expressão: o homem é o lobo do homem. Mas, quando Hobbes fez aquela afirmação, o mundo ainda estava numa situação de carência. Ainda não tinha capacidade de produzir riqueza suficiente para todos. Hoje, como já vimos, há uma situação de possível abundância. O que aguça, então, a luta de todos contra todos, o individualismo levado às últimas consequências, é a crise do capital e a conseqüente guerra de todos contra todos na disputa pela riqueza. O fracasso das tentativas de mudar o mundo através de esforços coletivos, centrado nas revoluções que se pretendiam socialistas, agravou enormemente essa convicção individualista. Como já não se visualizam soluções coletivas, é levada ao paroxismo a ideia de que a solução dos problemas é individual, de que o sucesso ou fracasso na vida dependem dos próprios indivíduos, considerados isoladamente.

A falência dos valores tradicionais que, de alguma forma, faziam uma referência maior ao aspecto comunitário, deve-se exatamente a essa exacerbação daquilo que é a própria essência do capitalismo: a concorrência. Afinal, o valor supremo dessa forma de sociabilidade é o ter. Não por um suposto egoísmo humano natural, mas como imposição da lógica da reprodução do capital, que se espraia por toda a vida cotidiana. Daí porque a preocupação com o bem comum, a solidariedade, um agir eticamente orientado são, no mais das vezes, um discurso vazio ou apenas expressões pontuais e superficiais que não podem transformar-se, de modo permanente e profundo, em vida cotidiana. Do mesmo modo, a ação coletiva para a solução dos problemas sociais se vê tremendamente dificultada por um mundo onde a lei maior é a lei do “salve-se quem puder”.

E, por último, podemos ainda fazer referência aos gravíssimos problemas que afetam a relação do homem com a natureza. Apenas para referir: poluição da atmosfera, de rios e lagos, destruição de ecossistemas e da camada de ozônio, aquecimento global e milhares de outros. Como resultado do uso indiscriminado, predatório, anárquico e agressivo – típico do capitalismo –, está em risco a própria existência de todas as formas de vida. Não obstante esforços e boas intenções, a lógica do capital é, por sua natureza – anárquica e concorrencial –, predatória e destrutiva. E é essa lógica, levada ao extremo pela crise atual, que impede uma relação harmônica do ser humano com a natureza.

Eis aí algumas das principais expressões socioculturais que marcam a crise da sociabilidade capitalista atual.

Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

TONET, I. Ética e capitalismo. *Presença Ética*. Recife, n. 2, 2002.

_____. *Sobre o socialismo*. Curitiba: HDLivros, 2002.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

O significado sócio-histórico da profissão

Maria Carmelita Yazbek

Professora da Faculdade de Serviço Social da UNLP/Argentina e da PUC/SP



O significado sócio-histórico da profissão

Introdução

Este texto apresenta alguns elementos para a compreensão das particularidades históricas do processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social na sociedade brasileira, a partir da reconstrução teórica do significado social da profissão na sociedade capitalista. Constituem-se seus objetivos centrais: a análise do significado social da profissão no processo de reprodução das relações sociais, tendo como referência a abordagem de Yamamoto (1995); a explicitação das demandas colocadas socialmente ao Serviço Social e as necessidades sociais a que a profissão busca responder, pelo caráter contraditório da prática profissional; a análise do trabalho profissional do assistente social e de algumas de suas particularidades, como a vinculação histórica com a Assistência Social; a definição legal do Serviço Social como profissão liberal e por fim uma reflexão sobre a profissão nos dias atuais.

Assim sendo, este texto é constituído por quatro partes interligadas e complementares:

- 1 - Uma análise teórico-metodológica do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais.
- 2 - O processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social no Brasil.
- 3 - As demandas e particularidades do trabalho profissional na sociedade brasileira.
- 4 - Conclusão - A profissão como especialização do trabalho coletivo na atualidade.

Glossário de termos e expressões utilizadas no texto.



1 Uma análise teórico-metodológica do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais

Para uma abordagem do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais, partimos da posição de que o significado social da profissão só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, ou seja, a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido. Assim sendo, é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à questão social¹ e às suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares.

Então, um conceito fundamental para a compreensão da profissão na sociedade capitalista é o conceito de reprodução social que, na tradição marxista, se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. Nessa perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social. Ou seja, a reprodução das relações sociais, “como a reprodução do capital permeia as várias ‘dimensões’ e expressões da vida em sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 65). Dessa forma, a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade.

¹ A Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido a Questão Social se expressa também na resistência e na disputa política.



O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação.

Esta concepção de reprodução social fundamenta uma forma de apreender o Serviço Social como instituição inserida na sociedade. Inserção que, conforme Yamamoto e Carvalho (1995, p. 73), implica considerar o Serviço Social a partir de dois ângulos indissociáveis e interdependentes:

- como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional;

- como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem certa direção social ao exercício profissional, que independem de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais.

Cabe assinalar que estes dois ângulos constituem uma unidade contraditória, podendo ocorrer um desencontro entre as intenções do profissional, o trabalho que realiza e os resultados que produz. É importante também ter presente que o “Serviço Social, como instituição componente da organização da sociedade, não pode fugir a essa realidade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995, p. 75).

Analisar o Serviço Social nesta perspectiva permite, em primeiro lugar, apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes. Ou seja, compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses de classes sociais em relação, não podendo ser pensada fora dessa trama. Permite também apreender as dimensões objetivas e subjetivas do trabalho do assistente social.

Objetivas: no sentido de considerar os determinantes sócio-históricos do exercício profissional em diferentes conjunturas. Subjetivas: no sentido de identificar a forma como o assistente social incorpora em sua consciência o significado de seu trabalho e a direção social que imprime ao seu fazer profissional. Supõe, portanto, também descartar visões unilaterais da vida social e da profissão, deixando de considerar, por um lado, as determinações históricas, econômicas, sociais, políticas e culturais sobre o exercício profissional do assistente social e, por outro, o modo como o profissional constroi sua intervenção, atribui-lhe significado, confere-lhe finalidades e uma direção social.

Assim, podemos afirmar que o Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho. Não se trata de uma dicotomia, mas do fato de que ele não pode eliminar essa polarização de seu trabalho, uma vez que as classes sociais e seus interesses só existem em relação. Relação que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação.

Questão para reflexão

Como decorrência dessa compreensão da profissão, é possível afirmar o caráter essencialmente político da prática profissional, uma vez que ela se explica no âmbito das próprias relações de poder na sociedade. Caráter que, como vimos, não decorre exclusivamente das intenções do profissional, pois sua intervenção sofre condicionamentos objetivos dos contextos onde atua. No entanto, isso não significa que o assistente social se coloque passivamente diante das situações sociais e políticas que configuram o cotidiano de sua prática, mas porque participa da reprodução da própria vida social é que o Serviço Social pode definir estratégias profissionais e políticas no sentido de reforçar os interesses da população com a qual trabalha. Por isso a possibilidade da profissão colocar-se na perspectiva dos interesses de seus usuários depende da construção de um projeto profissional coletivo que oriente as ações dos profissionais em seus diversos campos de trabalho.



2 O processo de institucionalização e legitimação da profissão no Brasil

Sabemos que a institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social.

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. A Questão Social em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão.

Nos anos 30, o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o Salário Mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. Ao reconhecer a legitimidade da questão social no âmbito das relações entre capital e trabalho, o governo Vargas buscou enquadrá-la juridicamente, visando à desmobilização da classe operária e a regulação das tensões entre as classes sociais. Como mostra Ianni (1990), o Estado brasileiro transformou a questão social em problema de administração, desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional.

Terá particular importância, na estruturação do perfil da emergente profissão no país, a Igreja Católica, responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros.

Em 1932, é criado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país. O Centro surge após um curso intensivo de “formação social para moças”, organizado pelas Cônegas de Santo Agostinho de 1^o de abril a 15 de maio de 1932. A direção desse curso coube à Melle. Adèle de Loneux, professora da Escola Católica de Serviço Social da Bélgica. Com uma programação teórico-prática (que incluía visitas a instituições beneficentes), o curso encontrou grande aceitação entre jovens católicas, que buscaram criar uma associação de ação social. Foi esse o início do Centro, ainda sob a orientação de Melle. De Loneux. As reuniões iniciais do grupo foram acompanhadas pela Arquidiocese de São Paulo, por intermédio do Monsenhor Gastão Liberal Pinto. Em 16 de setembro, é eleita a primeira diretoria do Centro tendo Dona Odila Cintra Ferreira como presidente.

Como se observa, o CEAS é gestado em plena revolução paulista. Era mantido com mensalidades das sócias e tinha como objetivos: difundir a doutrina e a ação social da Igreja.

Essa orientação ocorre em um momento em que a Igreja, como força social, mobiliza o laicato a partir das diretrizes da Rerum Novarum (1891) e do Quadragésimo Anno (1931) encíclicas papais que assumiam um posicionamento antiliberal e antissocialista.

O Centro desenvolve uma programação de cursos sobre filosofia, moral, legislação do trabalho, encíclicas etc. Em 1934, assume a responsabilidade de implantar a Ação Católica em São Paulo (organiza a primeira semana de Ação Católica).

O Centro criou também quatro Centros Operários ainda em 1932. Mais tarde, esses Centros se constituiriam em sedes da Juventude Operária Católica e serviriam como campos de estágio para as alunas do curso de Serviço Social.

Simultaneamente, o CEAS envia à Bruxelas na Bélgica Maria Kiehl e Albertina Ramos para realizar o Curso de Serviço Social. D. Odila já tinha formação social na Escola Normal Social de Paris. Mesclando, portanto, a visão francesa e a visão belga, em 15 de fevereiro de 1936, inaugura-se a primeira escola de Serviço Social no país.

Cabe ainda assinalar que, nesse momento, a "questão social" é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento.

Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social brasileiro têm sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo (retomada em fins do século XIX do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista "aplicá-lo" às necessidades de nosso tempo).

É, pois, na relação com a Igreja Católica, que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrário aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em face da "questão social".

É necessário assinalar que esta matriz encontra-se na gênese da profissão em toda a América Latina, embora com particularidades diversas como, por exemplo, na Argentina e no Chile, onde vai somar-se ao racionalismo higienista (ideário do movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública, que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral).

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 1940, a avançar tecnicamente ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e suas propostas de trabalho permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista.

As exigências da reprodução social da vida de crescentes parcelas de trabalhadores empobrecidos explicitam-se em demandas por bens e serviços, pressionam, neste momento, o Estado por uma ação assistencial. Ação que emerge na sociedade brasileira como parte de um conjunto de estratégias de regulação dos processos econômicos e sociais, justificada pela necessidade de compatibilizar politicamente as questões relativas ao favorecimento da industrialização e da acumulação, ao controle social e à legitimação do sistema, com as necessidades dos que vivem do trabalho. Assim, pela criação e desenvolvimento de instituições assistenciais estatais particularmente na década de 1940, o Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento das necessidades sociais das classes subalternas.

É dessa forma e objetivando sua própria legitimação que o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através de leis sindicais, sociais e trabalhistas, o que, ao lado das grandes instituições assistenciais, abre para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho, que amplia suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado, sob o

patrocínio do bloco católico. A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais.

Dessa forma, gradativamente, o Estado vai impulsionando a profissionalização do assistente social e ampliando seu campo de trabalho em função das novas formas de enfrentamento da questão social. Esta vinculação com as Políticas Sociais vai interferir também no perfil da população-alvo para a qual se volta à ação do Serviço Social, que se amplia e alcança grandes parcelas de trabalhadores, principal foco das ações assistenciais do Estado. É importante lembrar que a ação normativa e social do Estado brasileiro que, nesse momento, apresenta fortes características paternalistas e repressivas, reforçadoras da ideia de um Estado humanitário e benemerente, tenderá e se expressar, nas décadas seguintes, através de Políticas Sociais inoperantes, que, reproduzindo a luta política mais geral da sociedade com suas contradições e ambiguidades, se caracterizará por sua pouca efetividade social e por sua crescente subordinação a interesses econômicos.

Outra característica histórica das Políticas Sociais brasileiras e que interferirá no desempenho profissional dos assistentes sociais é sua fragmentação, pois essas políticas são concebidas setorialmente como se o social fosse a simples somatória de setores da vida, sem articulação, numa apreensão parcializada da realidade social. Consequentemente, as ações profissionais acabam por se fragmentar, assumindo um caráter pontual e localizado.

O que desejamos evidenciar é que o papel regulador do Estado na esfera social, e, em seu âmbito, das ações da profissão de Serviço Social, se estabelece e se modifica em face da correlação de forças sociais em diferentes conjunturas históricas. No entanto, as políticas governamentais no campo social em nosso país, embora, historicamente, expressem o caráter contraditório das lutas sociais,



acabam por reiterar o perfil da desigualdade social da sociedade brasileira, mantendo essa área de ação incapaz de modificar esse perfil. Porém, e apesar dessas características, vemos crescer a dependência de parcelas cada vez maiores da população dos serviços sociais públicos para o atendimento de suas necessidades, particularmente no que se refere às condições de vida no espaço urbano.

É, pois, na trama de relações sociais concretas, na história social da organização da própria sociedade brasileira, que se gestam as condições para que, no processo de divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social constitua um espaço de profissionalização e assalariamento. Como mediação, neste processo, o Serviço Social vai se inserir, obtendo legitimidade no conjunto de mecanismos reguladores, no âmbito das políticas socioassistenciais, desenvolvendo atividades e cumprindo objetivos que lhe são atribuídos socialmente e que, como assinalamos anteriormente, ultrapassam sua vontade e intencionalidade. Esta inserção, que inscreve o assistente social em uma relação de assalariamento e o integra ao mercado de trabalho como um dos agentes responsáveis pela execução de políticas engendradas no âmbito do Estado e voltadas ao atendimento de sequelas da "questão social", vai conferir um caráter não liberal ao exercício profissional, apesar de seu reconhecimento legal como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho pela Portaria n. 35 de 19 de abril de 1949.

Assim sendo, embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no Brasil, o assistente social não tem se configurado como profissional autônomo no exercício de suas atividades, não dispondo do controle das condições materiais, organizacionais e técnicas para o desempenho de seu trabalho. No entanto, isso não significa que a profissão não disponha de relativa autonomia e de algumas características que estão presentes nas profissões liberais como a singularidade que pode estabelecer na relação com seus usuários, a presença de um Código de Ética, orientando suas ações, o caráter não rotineiro de seu trabalho, a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos técnicos e, finalmente, a Regulamentação legal da profissão

(Lei n. 8.662 de 7 de junho de 1993 – que dispõe sobre o exercício profissional, suas competências, atribuições privativas e fóruns que objetivam disciplinar e defender o exercício da profissão – o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS e os Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS). É necessário também lembrar que o serviço social ainda mantém traços de profissão em cuja origem estão presentes elementos vocacionais como: a valorização de qualidades pessoais e morais, o apelo ético, religioso ou político e o discurso altruísta e desinteressado. Nestas profissões, o primado do ser sobre o próprio saber é essencial ².

Esses enquadramentos da intervenção muitas vezes obscurecem para o assistente social o fato de que sua atividade profissional se insere numa relação de compra e venda de sua força de trabalho, que se torna mercantilizada (mediante assalariamento), estabelecendo-se aí um divisor entre o trabalho profissional e atividade assistencial voluntária. Nesse sentido, o campo de trabalho do assistente social no mercado de trabalho se estabelece por meio de relações contratuais que vão definir as condições concretas do exercício profissional. O Serviço Social assume, neste contexto, um lugar no quadro das profissões justificado e legitimado particularmente pelo crescimento das instituições públicas geridas ou subsidiadas pelo Estado, que, conforme pesquisas recentes, até os dias de hoje, mantém a posição de maior empregador dos assistentes sociais no país.

Cabe ainda assinalar que essas condições históricas concretas que possibilitam o exercício profissional do assistente social no Brasil, no contexto da divisão social e técnica do trabalho, é que vão demarcar as possibilidades do projeto profissional, apontando seus limites e suas especificidades no interior do processo de reprodução social da vida dos segmentos mais empobrecidos da sociedade.

Neste processo é que vão se constituindo as particularidades da profissão, decorrentes seja das respostas formuladas pelos profissionais às demandas, dos grupos e classes sociais, que configuram o mercado de trabalho do assistente

² A propósito desses elementos, ver Jane Verdes Leroux. *Trabalhador Social*. Prática, Hábitos, Ethos, Formas de Intervenção. Tradução René de Carvalho. São Paulo: Cortez, 1986.



social, seja das formas de organização socioprofissional da categoria, ou das formulações teórico-metodológicas construídas sobre e a partir do Serviço Social. Ou seja, no decurso de sua trajetória, o Serviço Social profissional vai construindo referências que expressam sua identidade profissional, derivada do modo de inserção objetiva da profissão nas relações sociais e de seu modo de pensar e efetivar o exercício profissional.

Do ponto de vista da demanda, o que se observa é que, na sociedade brasileira, o Serviço Social como profissão vem desenvolvendo sua intervenção junto aos segmentos mais empobrecidos e subalternizados da sociedade, interferindo em situações sociais que afetam as condições concretas em que vivem seus usuários, em geral e, sobretudo, os segmentos mais desfavorecidos da sociedade.

Questão para reflexão

A institucionalização e legitimação do Serviço Social como profissão, no Brasil, têm como fundamento processos de reprodução social da vida, e nestes, particularmente, as diversas manifestações da questão social, como a pobreza, a subalternidade e a exclusão social.

A profissão resulta de circunstâncias históricas definidas e se consolida na medida em que se constituem no país as Políticas Sociais e seus (precários e insuficientes) padrões de Proteção Social.

3 As demandas e particularidades do trabalho profissional na sociedade brasileira

Como vimos, no processo de divisão social do trabalho, o Serviço Social como profissão insere-se, desde sua emergência, no interior dos equipamentos socioassistenciais existentes, desenvolvendo uma atuação caracterizada: 1ª - pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários, podendo produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com a qual trabalha, viabilizando seu acesso a políticas

sociais, programas, projetos, serviços, recursos e bens de natureza diversa. Nesse âmbito, desenvolve tanto atividades que envolvem abordagens diretas com os seus usuários, como ações de planejamento e gestão de serviços e políticas sociais; 2ª - por uma ação socioeducativa para com as classes subalternas, interferindo em seus comportamentos e valores, em seu modo de viver e de pensar, em suas formas de luta e organização e em suas práticas de resistência.

Esta atuação da profissão na divisão social do trabalho se modifica e sofre redefinições com as mudanças dos contornos da questão social, mas se trata de uma atuação sempre referida aos processos de criação de condições fundamentais para a reprodução social da vida dessas classes.

No conjunto desta ação profissional institucionalizada, o assistente social é reconhecido como o profissional da ajuda, do auxílio, da assistência, da gestão de serviços sociais, desenvolvendo uma ação pedagógica, distribuindo recursos materiais, atestando carências, realizando triagens, conferindo méritos, orientando e esclarecendo a população quanto a seus direitos, aos serviços, aos benefícios disponíveis, administrando recursos institucionais, numa mediação da relação: Estado, instituição, classes subalternas.

É o desvelamento dessa mediação que vai permitir compreender as políticas socioassistenciais como espaços contraditórios, onde se ocorrem muitas vezes o controle e o enquadramento dos subalternos, também ocorre a luta por direitos de cidadania e ainda o acesso real a serviços e recursos que essa população não consegue alcançar de outro modo. Dessa forma, o Serviço Social participa tanto da criação de condições para a sobrevivência material das classes subalternas, como de uma ação socioeducativa tensionada pela dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta. É importante assinalar que, nos anos mais recentes, o Serviço Social brasileiro enfrenta novas demandas, atribuições e competências, ampliando seu protagonismo na construção de direitos sociais.

Não podemos esquecer que, no cotidiano de sua prática, os assistentes sociais mantêm uma dupla vinculação: com as instâncias mandatárias institucionais, que o contratam para realizar um trabalho, mediante assalariamento; e com a população usuária a quem o profissional presta serviços.

Em síntese, na divisão social e técnica do trabalho coletivo, o assistente social vem sendo demandado como gestor e executor, de Políticas Sociais, no âmbito de organizações públicas e privadas, operando sob diversas perspectivas: da gestão social à prestação de serviços e à ação socioeducativa (e político-ideológica).

É pela prestação de serviços socioassistenciais que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano de sua população usuária. Esta interferência se dá particularmente pelo exercício da dimensão socioeducativa que tanto pode assumir um caráter de enquadramento disciplinador destinado a moldar o "cliente" em sua inserção institucional e na vida social como pode direcionar-se ao fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternizadas na sociedade.

É inegável que o campo próprio de trabalho do Serviço Social encontra na administração e execução de Políticas Sociais e particularmente nas ações de Assistência Social uma mediação fundamental. Assumir a vinculação histórica da profissão com a Assistência Social é condição para que os assistentes sociais superem a ideologia do assistencialismo e avancem nas lutas pelos direitos e pela cidadania.

A análise das particularidades do trabalho do Serviço Social desenvolvido junto às classes subalternas situa necessariamente este trabalho numa dimensão eminentemente política, colocando em questão o significado e a direção social desta ação profissional. O que se pretende assinalar é que este significado e a direção social do trabalho profissional se explicam a partir e no conjunto das relações e dos projetos colocados em confronto na trama social.



Questão para reflexão

A apreensão das particularidades do exercício profissional, entre as quais se destaca a Assistência Social, implica inscrevê-las, de um lado, no contexto histórico em que a profissão se enquadra, se altera e se move a partir de sua inserção nas relações sociais mais amplas e, de outro, no âmbito da construção do projeto profissional do Serviço Social, elaborado coletivamente por seus profissionais, por intermédio de suas entidades a partir de sua inserção na realidade e de suas respostas aos desafios cotidianos colocados pelo exercício profissional.

4 Considerações Finais: a profissão como especialização do trabalho coletivo na atualidade

Afirmamos ao longo desta reflexão o caráter histórico e mutável da ação profissional, do assistente social, na trama das relações sociais vigentes na sociedade. Ou seja, a intervenção desse profissional enfrenta a necessidade de renovação e mudança, como resultado das transformações que ocorrem nas relações sociais que peculiarizam o desenvolvimento do capitalismo no país. Assim, à medida que novas situações colocam para a profissão novas exigências, o Serviço Social é obrigado a atualizar-se, redefinindo estratégias e procedimentos, adequando-se a novas demandas e requisições do mercado de trabalho. Isso sem deixar de lado algumas características historicamente persistentes de sua intervenção. Coexistem no Serviço Social brasileiro, na atualidade, práticas renovadas ao lado de "velhas" práticas. Sempre no mesmo espaço: a reprodução social da vida das classes subalternas na sociedade.

No início do novo milênio, ao inserir o Serviço Social no âmbito das mudanças históricas que alteram as relações de trabalho na sociedade, buscando situá-lo como trabalho especializado, dentro da divisão social e técnica do trabalho coletivo, sobretudo nos processos de trabalho que tem por alvo a produção e reprodução social da vida das classes subalternizadas em nossa sociedade, a preocupação é afirmar a profissão e as particularidades de sua intervenção em face

dos novos contornos da "questão social" e dos novos padrões de regulação com que se defrontam as políticas sociais na contemporaneidade.

Na atual conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado e de mudanças nas bases da ação social do Estado, as manifestações "questão social", matéria-prima da intervenção profissional dos assistentes sociais, assumem novas configurações e expressões, entre as quais destacamos a insegurança e vulnerabilidade do trabalho e a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados e outras tantas questões com as quais os assistentes sociais convivem cotidianamente: são questões de saúde pública, de violência, da droga, do trabalho da criança e do adolescente, da moradia na rua ou da casa precária e insalubre, da alimentação insuficiente, da ignorância, da fadiga, do envelhecimento sem recursos, etc. Situações que representam para as pessoas que as vivem, experiências de desqualificação e de exclusão social, e que expressam também o quanto a sociedade pode "tolerar" e banalizar a pobreza sem fazer nada para minimizá-la ou erradicá-la.

Diante deste quadro, ganham evidência as defesas de alternativas privatistas para a "questão social", crescem as ações no campo da filantropia e as organizações não governamentais, sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, envolvidas na construção de uma esfera de interesse público, não estatal. Emergem como alternativas em face da limitação da ação social do Estado neoliberal e pelo papel subsidiário que cabe ao Estado neste contexto, no âmbito da Proteção Social, propostas seletivas, reducionistas, apenas suficientes para minimizar as consequências negativas dos programas de ajuste estrutural.

O "modelo" é um Estado:

- que, de um lado, apesar do reconhecimento de direitos sociais afiançados pela Constituição de 1988, redesenha suas ações sociais aprisionado pela agenda

neoliberal. Uma rápida análise de nossas políticas sociais revela-as distantes da universalidade e com uma direção compensatória e seletiva centrada em situações limites em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado.

- de outro lado, apela para a solidariedade social e se põe como parceiro da sociedade em suas responsabilidades sociais, redesenhando as ações sociais e as políticas sociais em geral. Este processo tem como expressão maior o crescimento do Terceiro Setor (não governamental, não lucrativo, com ênfase na participação voluntária) e interfere diretamente no caráter público e construtor de direitos das políticas sociais. Ou seja, ainda nos defrontamos com o legado da subordinação do social ao econômico. O social estrangido pelo econômico. O social refilantropizado, despoliticizado e despublicizado.

Embora a presença do setor privado na provisão de serviços sociais não se constitua novidade na trajetória do trabalho profissional, é inegável que lidamos hoje com novas alternativas nesse campo, sobretudo com o crescimento de ONGs e de modernas fundações empresariais, que vêm movimentando um corpo considerável de voluntários e muitos recursos na prestação de serviços sociais. (YAZBEK, 1995, p. 17).

Outro aspecto a ser ressaltado, tanto na esfera pública estatal como no setor privado, é a partilha de demandas que a profissão enfrenta, com as perspectivas desregulamentadoras dos mercados de trabalho e as crescentes tendências ao trabalho interdisciplinar, que permeiam as relações de trabalho na contemporaneidade.

Conforme apontamos anteriormente, o trabalho do assistente social está profundamente condicionado pela trama de relações vigentes na sociedade e, sem dúvida, o atual cenário do desenvolvimento capitalista coloca para o Serviço Social contemporâneo novas demandas e competências, quer no nível de conhecimentos,



quer no plano concreto da intervenção e negociação política no âmbito das Políticas Sociais.

Para finalizar, gostaria de afirmar que o Serviço Social brasileiro que se defronta com essas complexas transformações societárias não está desprovido de qualificações, tratando-se de uma profissão que alcançou a maturidade e que vem se constituindo em interlocução privilegiada em seus diversos espaços de ação.

Glossário de termos e expressões utilizadas no texto

Aparelhos estatais: instituições estatais.

Assistencialismo: ação assistencial que não se funda no reconhecimento do direito social de seus usuários, mas no paternalismo e no clientelismo.

Despublicizado: fora do espaço público, localizado na iniciativa privada.

Enfoque individualista, psicologizante e moralizador da questão social: enfoque que define a questão social como de responsabilidade dos indivíduos que a vivem, quer por seus problemas psicológicos, quer por suas condutas morais inadequadas.

Institucionalização e legitimação (do S. Social): Processo pelo qual o Serviço Social se institui e se estabelece como profissão, adquirindo o reconhecimento social de suas atribuições e competências na divisão social do trabalho.

Tradição marxista: conjunto de elaborações teóricas formuladas pelas diversas correntes do marxismo, a partir da Teoria Social de Marx.

Pedagogia psicossocial: abordagem socioeducativa voltada tanto para questões do meio social como para aspectos psicológicos dos indivíduos.



O papel regulador do Estado: interferência do Estado nas relações sociais, seja para favorecer a acumulação capitalista, seja para prestar serviços sociais necessários ao atendimento de necessidades sociais dos trabalhadores.

Terceiro Setor: conjunto de organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que abrange um conjunto extremamente diversificado: desde as tradicionais entidades filantrópicas, assistenciais (religiosas ou laicas) até as modernas fundações empresariais, passando por ONGs voltadas à defesa de direitos sociais e à melhoria das condições de vida da população.

Proteção Social: conjunto de ações coletivas voltadas para proteger os indivíduos e a sociedade dos riscos inerentes à condição humana ou atender necessidades geradas em diferentes momentos históricos relativas a múltiplas situações de dependência. Associada às necessidades de segurança em situações de risco e vulnerabilidade social.

Sistemas de Proteção Social: resultam da ação pública direcionada a proteger a sociedade e os indivíduos de situações de dependência e insegurança social como: a doença, a maternidade, a invalidez, a velhice, o desemprego, a carência de alimentos e a exclusão (por renda, raça, etnia, gênero, cultura etc.).

Refilantropização: retomada e valorização de ações de filantropia no campo da proteção social.



Bibliografia Recomendada

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Política Social brasileira nos anos 90: a refilantropização da "Questão Social". *Cadernos ABONG*, Série Especial, Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, n. 3, out. 1995.



SERVIÇO SOCIAL:
Direitos Sociais e Competências Profissionais

Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade

Maria Carmelita Yazbek

Professora da Faculdade de Serviço Social da UNLP/Argentina e da PUC/SP

Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade

Apresentação

Este texto coloca em questão os fundamentos históricos e teórico/metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, particularizando as décadas de 80, 90 e os primeiros anos do século XXI. Algumas referências acerca do Serviço Social latino-americano também serão apresentadas. Parte do pressuposto de que a profissão e o conhecimento que a ilumina, se explicam no movimento histórico da sociedade. Sociedade que é produto de relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida. O mundo social é um mundo de relações.

São múltiplas as mediações que constituem o tecido de relações sociais que envolvem esse processo de produção e reprodução social da vida em suas expressões materiais e espirituais. Essas relações que constituem a sociabilidade humana, implicam âmbitos diferenciados e uma trama que envolve o social, o político, o econômico, o cultural, o religioso, as questões de gênero, a idade, a etnia etc. Dimensões com as quais se defronta cotidianamente o Serviço Social e em relação às quais se posiciona quer do ponto de vista explicativo quer do interventivo, considerados nesta abordagem como dimensões de uma mesma totalidade.

A análise dos principais fundamentos que configuram o processo através do qual a profissão busca explicar e intervir sobre a realidade, definindo sua direção social, constitui o principal objetivo deste texto. É necessário assinalar que essa análise das principais tendências históricas e teórico metodológicas da profissão, sobretudo nas três últimas décadas não é tarefa fácil ou simples, pois exige o conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de

conhecimento do social, do complexo movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção.

Assim sendo, este texto apresenta-se organizado em três partes: em uma primeira introdutória, onde são apresentados alguns fundamentos relativos ao processo histórico de constituição das principais matrizes do conhecimento e da ação do Serviço Social brasileiro e em três outras, nas quais se busca uma aproximação às principais tendências históricas e teórico metodológicas do debate profissional nos anos 80, 90 e 2000. Encerram o texto algumas reflexões acerca das polêmicas atuais da profissão.

1 O processo de constituição das principais matrizes do conhecimento e da ação do Serviço Social brasileiro

A questão inicial que se coloca é explicitar como se constituem e se desenvolvem no Serviço Social brasileiro as tendências de análise e as interpretações acerca de sua própria intervenção e sobre a realidade social na qual se move. É claro que estas tendências, derivadas das transformações sociais que vem particularizando o desenvolvimento do capitalismo em nossa sociedade, não se configuram como homogêneas, mas são permeadas por diversas clivagens, tensões e confrontos internos. Isso porque, a compreensão teórico/metodológica da realidade, fundada no acervo intelectual que se constituiu a partir das principais matrizes do pensamento social e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano, é processo que se constrói na interlocução com o próprio movimento da sociedade.

O ponto de partida consiste, pois, da análise ainda que sumária, do processo de incorporação pela profissão:

- de idéias e conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica, em seu processo de institucionalização no Brasil;
- das principais matrizes teórico metodológicas acerca do conhecimento do social na sociedade burguesa;

Tecer algumas considerações sobre este processo é buscar compreender diferentes posicionamentos, lógicas e estratégias que permearam o pensamento e a ação profissional do serviço social em sua trajetória e que persistem até os dias atuais com novas articulações, expressões e redefinições.

Quanto ao primeiro aspecto, é por demais conhecida a relação entre a profissão e o ideário católico na gênese do Serviço Social brasileiro, no contexto de expansão e secularização do mundo capitalista. Relação que vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da "questão social" como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. O contributo do Serviço Social, nesse momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus "clientes" na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes.

Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo (retomada em fins do século XIX do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista "aplicá-lo" às necessidades de nosso tempo).

É, pois, na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador contrários aos ideários liberal e marxista na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja face à "questão social". Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral.

No que se refere à Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas "Rerum Novarum" do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social sociedade moderna e a "Quadragesimo Anno" de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da "Rerum Novarum" vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja.

É necessário assinalar que esta matriz encontra-se na gênese da profissão em toda a América Latina, embora com particularidades diversas como, por exemplo, na Argentina e no Chile onde vai somar-se ao racionalismo higienista. (ideário do movimento de médicos higienistas que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral).

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa, especialmente a partir dos anos 40, a ser tecnificado ao entrar em contato com o Serviço Social norteamericano e suas propostas de trabalho permeados pelo caráter conservador da teoria social positivista.

Efetivamente, a reorientação da profissão, para atender às novas configurações do desenvolvimento capitalista, exige a qualificação e sistematização de seu espaço socio-ocupacional tendo em vista atender às requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social.

Nesse contexto, a legitimação do profissional, expressa em seu assalariamento e ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, vai colocar o emergente Serviço Social brasileiro frente à matriz positivista, na perspectiva de ampliar seus referenciais técnicos para a profissão. Este processo, que vai constituir o que Yamamoto (1992, p. 21) denomina de "arranjo teórico doutrinário", caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais).

Cabe aqui uma explicação: nem o doutrinário, nem o conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por ser uma visão de mundo abrangente fundada na fé em dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político, entre outros. O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista. A teoria social por sua vez constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução. A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método. Neste sentido, cada teoria social é um método de abordar o real. O método é, pois a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social. É o

posicionamento do sujeito que investiga face ao investigado e desta forma é "questão da teoria social e não problema particular desta ou daquela 'disciplina' " (NETTO,1984, p. 14).

No caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social. Este horizonte analítico aborda as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis.

É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação. Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a "busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais" (YAZBEK, 1984, p. 71).

O questionamento a este referencial tem início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus

questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latinoamericano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo.

É importante assinalar que é no âmbito do movimento de Reconceituação e em seus desdobramentos, que se definem de forma mais clara e se confrontam, diversas tendências voltadas a fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social. Tendências que resultam de conjunturas sociais particulares dos países do Continente e que levam, por exemplo, no Brasil, o movimento em seus primeiros momentos, (em tempos de ditadura militar e de impossibilidade de contestação política) a priorizar um projeto tecnocrático/modernizador, do qual Araxá e Teresópolis são as melhores expressões.

Já o tronco latino americano do movimento, sobretudo no Cone Sul, assume claramente uma perspectiva crítica de contestação política e a proposta de transformação social. Posição que, dificilmente poderá levar à prática frente à explosão de governos militares ditatoriais e pela ausência de suportes teóricos claros.

Sem dúvida, as ditaduras que tiveram vigência no Continente deixaram suas marcas nas ciências sociais e na profissão, que depois de avançar em uma produção crítica nos anos 60/70 (nos países onde isso foi permitido) é obrigada a longo silêncio.

Até o final da década de 70, o pensamento de autores latino-americanos ainda orienta ao lado da iniciante produção brasileira (particularmente divulgada pelo CBCISS), a formação e o exercício profissional no país. Situação que, aos poucos se vai modificando com o desenvolvimento do debate e da produção intelectual do Serviço Social brasileiro e que resulta de desdobramentos e da explicitação das seguintes vertentes de análise que emergiram no bojo do Movimento de Reconceituação:

- a vertente modernizadora (NETTO,1994, p.164 e ss) caracterizada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e mais tarde sistêmicas (matriz positivista), voltadas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade. Os recursos para alcançar estes objetivos são buscados na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais. Estas opções configuram um projeto renovador tecnocrático fundado na busca da eficiência e da eficácia que devem nortear a produção do conhecimento e a intervenção profissional;
- a vertente inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade de E. Mounier (1936) dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de "auxiliar na abertura desse sujeito existente, singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas" (ALMEIDA, 1980, p. 114). Esta tendência que no Serviço Social brasileiro vai priorizar as concepções de pessoa, diálogo e transformação social (dos sujeitos) é analisada por Netto (1994, p. 201 e ss) como uma forma de reatualização do conservadorismo presente no pensamento inicial da profissão;

- a vertente marxista que remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx.

Efetivamente, a apropriação da vertente marxista no Serviço Social (brasileiro e latino-americano) não se dá sem incontáveis problemas, que aqui não abordaremos, e que se caracterizam, quer pelas abordagens reducionistas dos marxismos de manual, quer pela influência do cientificismo e do formalismo metodológico (estruturalista) presente no "marxismo" althusseriano (referência a Louis Althusser, filósofo francês cuja leitura da obra de Marx vai influenciar a proposta marxista do Serviço Social nos anos 60/70 e particularmente o Método de B.H. Um marxismo equivocado que recusou a via institucional e as determinações sócio históricas da profissão.

No entanto, é com este referencial, precário em um primeiro momento, do ponto de vista teórico, mas posicionado do ponto de vista sócio-político, que a profissão questiona sua prática institucional e seus objetivos de adaptação social ao mesmo tempo em que se aproxima dos movimentos sociais. Inicia-se aqui a vertente comprometida com a ruptura (NETTO,1994, p. 247 e ss) com o Serviço Social tradicional.

Estas tendências, que configuram para a profissão linhas diferenciadas de fundamentação teórico-metodológica tenderão a acompanhar a trajetória do pensamento e da ação profissional nos anos subsequentes ao movimento de Reconceituação e se conservarão presentes até os anos recentes, apesar de seus movimentos, redefinições e da emergência de novos referenciais nesta transição de milênio.

Questões para reflexão:

Como se constituem e se desenvolvem no Serviço Social brasileiro as primeiras interpretações sobre sua própria intervenção e sobre a realidade social?

Quais as principais vertentes de análise definem-se para a profissão no âmbito do Movimento de Reconceituação?

2 O Serviço Social nos anos 80: as tendências históricas e teórico metodológicas do debate profissional

É, sobretudo com Yamamoto (1982) no início dos anos 80 que a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. Como matriz teórico-metodológica esta teoria apreende o ser social a partir de mediações. Ou seja, parte da posição de que a natureza relacional do ser social não é percebida em sua imediatez. "Isso porque, a estrutura de nossa sociedade, ao mesmo tempo em que põe o ser social como ser de relações, no mesmo instante e pelo mesmo processo, oculta a natureza dessas relações ao observador" (NETTO, 1995) Ou seja, as relações sociais são sempre mediatizadas por situações, instituições etc, que ao mesmo tempo revelam/ocultam as relações sociais imediatas. Por isso nesta matriz o ponto de partida é aceitar fatos, dados como indicadores, como sinais, mas não como fundamentos últimos do horizonte analítico. Trata-se, portanto de um conhecimento que não é manipulador e que apreende dialéticamente a realidade em seu movimento contraditório. Movimento no qual e através do qual se engendram, como totalidade, as relações sociais que configuram a sociedade capitalista.

É no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica, que se torna hegemônica no Serviço Social no país, a abordagem da profissão como componente da

organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais participando do processo de reprodução dessas relações (cf. IAMAMOTO, 1982).

Este referencial, a partir dos anos 80 e avançando nos anos 90, vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética. Sob sua influência ganha visibilidade um novo momento e uma nova qualidade no processo de recriação da profissão na busca de sua ruptura com seu histórico conservadorismo (cf. NETTO, 1996, p. 111) e no avanço da produção de conhecimentos, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas. Nesta tradição o Serviço Social vai apropriar-se a partir dos anos 80 do pensamento de Antonio Gramsci e particularmente de suas abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia, da hegemonia, da subjetividade e da cultura das classes subalternas. Vai chegar a Agnes Heller e à sua problematização do cotidiano, à Georg Lukács e à sua ontologia do ser social fundada no trabalho, à E.P. Thompson e à sua concepção acerca das "experiências humanas", à Eric Hobsbawm um dos mais importantes historiadores marxistas da contemporaneidade e a tantos outros cujos pensamentos começam a permear nossas produções teóricas, nossas reflexões e posicionamentos ideopolíticos.

Obviamente, este processo de construção da hegemonia de novos referenciais teórico-metodológicos e interventivos, a partir da tradição marxista, para a profissão ocorre em um amplo debate em diferentes fóruns de natureza acadêmica e/ou organizativa, além de permear a produção intelectual da área. Trata-se de um debate plural, que implica na convivência e no diálogo de diferentes tendências, mas que

supõe uma direção hegemônica. A questão do pluralismo, sem dúvida uma das questões do tempo presente, desde aos anos 80 vem-se constituindo objeto de polêmicas e reflexões do Serviço Social. Temática complexa que constitui como afirma Coutinho (1991, p. 5 -15) um fenômeno do mundo moderno e da visão individualista do homem. É o autor em questão que problematiza a proposta de hegemonia com pluralismo, no necessário diálogo e no debate de idéias, apontando os riscos de posicionamentos ecléticos (que conciliam o inconciliável ao apoiarem-se em pensamentos divergentes).

Assim, em diferentes espaços, o conjunto de tendências teórico-metodológicas e posições ideopolíticas se confrontam, sendo inegável a centralidade assumida pela tradição marxista nesse processo.

Este debate se expressa na significativa produção teórica do Serviço Social brasileiro, que vem gerando uma bibliografia própria, e que tem na criação e expansão da pós-graduação, com seus cursos de mestrado e doutorado, iniciada na década de 70, um elemento impulsionador.

É importante lembrar que a pós-graduação configura-se, por definição, como espaço privilegiado de interlocução e diálogo entre as áreas do saber e entre diversos paradigmas teórico-metodológicos. Neste espaço o Serviço Social brasileiro vem dialogando e se apropriando do debate intelectual contemporâneo no âmbito das ciências sociais do país e do exterior. Também neste espaço, o Serviço Social brasileiro desenvolveu-se na pesquisa acerca da natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua formação, de sua história e, sobretudo acerca da realidade social, política, econômica e cultural onde se insere como profissão na divisão social e técnica do trabalho. Avançou na compreensão do Estado capitalista, das políticas sociais, dos movimentos sociais, do poder local, dos direitos sociais, da cidadania, da democracia, do processo de trabalho, da realidade institucional e de outros tantos

temas. Enfrentou o desafio de repensar a assistência social colocando-a como objeto de suas investigações. Obteve o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar e alcançou visibilidade na interlocução com as ciências sociais, apesar das dificuldades decorrentes da falta de experiência em pesquisa, do fato de defrontar com restrições por se constituir em disciplina interventiva (de "aplicação") e das dificuldades na apropriação das teorias sociais. Nesta década o serviço Social ganha espaço no CNPq como área de pesquisa.

Cabe também assinalar que nos anos 80 começam a se colocar para o Serviço Social brasileiro demandas, em nível de pós-graduação, de instituições portuguesas, e latino americanas (Argentina, Uruguai, Chile), o que vem permitindo ampliar a influência do pensamento profissional brasileiro nestes países.

Também no âmbito da organização e representação profissional o quadro que se observa no Serviço Social brasileiro é de maturação (NETTO, 1996, p. 108 -111). Maturação que expressa na passagem dos anos 80 para os anos 90 rupturas com o seu tradicional conservadorismo, embora como bem lembra o autor "essa ruptura não signifique que o conservadorismo (e com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional" (p. 111). Pois, a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão atualiza-se e permanece presente nos tempos de hoje. Essa maturidade profissional que avança no início do novo milênio, se expressa pela democratização da convivência de diferentes posicionamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos desde o final da década de 1980. Maturação que ganhou visibilidade na sociedade brasileira, entre outros aspectos, pela intervenção dos assistentes sociais, através de seus organismos representativos, nos processos de elaboração e implementação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (dezembro de 1993). É também no âmbito da implementação da LOAS, e de outras políticas sociais públicas, com os processos

descentralizadores que se instituem no país, no âmbito dessas políticas, que observa-se a diversificação das demandas ao profissional de serviço social.

É nesse contexto histórico, pós Constituição de 1988 que os profissionais de serviço social, iniciam o processo de ultrapassagem da condição de executores de políticas sociais, para assumir posições de planejamento e gestão dessas políticas.

A conjuntura econômica é dramática, dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis. Não devemos esquecer que nos anos 80 (a “década perdida” do ponto de vista econômico para a CEPAL) a pobreza vai se converter em tema central na agenda social, quer por sua crescente visibilidade, pois a década deixou um aumento considerável do número absoluto de pobres, quer pelas pressões de democratização que caracterizaram a transição. A situação de endividamento (que cresce 61% nos anos 80), a presença dos organismos de Washington (FMI, BANCO MUNDIAL), o consenso de Washington, as reformas neoliberais e a redução da autonomia nacional, a adoção de medidas econômicas e o ajuste fiscal vão se expressar no crescimento dos índices de pobreza e indigência. É sempre oportuno lembrar que, nos anos 80 e 90 a somatória de extorsões que configurou um novo perfil para a questão social brasileira, particularmente pela via da vulnerabilização do trabalho, conviveu com a erosão do sistema público de proteção social, caracterizada por uma perspectiva de retração dos investimentos públicos no campo social, seu reordenamento e pela crescente subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, com suas restrições aos gastos públicos e sua perspectiva privatizadora (cf. YAZBEK, 2004). É nesse contexto, e na “contra mão” das transformações que ocorrem na ordem econômica internacional mundializada que o Brasil vai instituir constitucionalmente em 1988, seu sistema de Seguridade Social.

Questão para reflexão:

Quais as tendências mais relevantes do Serviço Social nos anos 80 do ponto de vista da produção de conhecimentos e do exercício profissional?

3 O Serviço Social nos anos 90: as tendências históricas e teórico-metodológicas do debate profissional

Inicialmente, não podemos esquecer que, nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado, os anos 80 e 90 foram anos adversos para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para o avanço da regressão neoliberal que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado em relação à questão social. Nestes anos, em que as políticas sociais vêm sendo objeto de um processo de reordenamento, subordinado às políticas de estabilização da economia, em que a opção neoliberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil e por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado (apesar da Constituição de 1988), novas questões se colocam ao Serviço Social, quer do ponto de vista de sua intervenção, quer do ponto de vista da construção de seu corpo de conhecimentos.

Assim, a profissão enfrenta o desafio de decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo particularmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral. Lógicas que reiteram a desigualdade e constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo nas relações Estado / Sociedade.

Efetivamente, a opção neoliberal por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza e o avanço do ideário da "sociedade solidária" que implica no deslocamento para sociedade das tarefas de enfrentar a pobreza e a exclusão social, começa a parametrizar diferentes modalidades de intervenção no campo social na sociedade capitalista contemporânea. Exemplos desta opção podem ser observados em diversos países do Continente latino-americano como no Chile e na Argentina.

Inserido neste processo contraditório o Serviço Social da década de 90, se vê confrontado com este conjunto de transformações societárias no qual é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da "questão social", que expressam a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores na sociedade capitalista contemporânea.

Trata-se de um contexto em que são apontadas alternativas privatistas e refilantropizadas para questões relacionadas à pobreza e à exclusão social. Cresce o denominado terceiro setor, amplo conjunto de organizações e iniciativas privadas, não lucrativas, sem clara definição, criadas e mantidas com o apoio do voluntariado e que desenvolvem suas ações no campo social, no âmbito de um vastíssimo conjunto de questões, em espaços de desestruturação (não de eliminação) das políticas sociais, e de implementação de novas estratégias programáticas como, por exemplo, os programas de Transferência de Renda, em suas diferentes modalidades.

Nessa conjuntura, emergem processos e dinâmicas que trazem para a profissão, novas temáticas, novos, e os de sempre, sujeitos sociais e questões como: o desemprego, o trabalho precário, os sem terra, o trabalho infantil, a moradia nas ruas ou em condições de insalubridade, a violência doméstica, as discriminações por questões de gênero e etnia, as drogas, a expansão da AIDS, as crianças e adolescentes de rua, os doentes mentais, os indivíduos com deficiências, o envelhecimento sem

recursos, e outras tantas questões e temáticas relacionadas à pobreza, à subalternidade e à exclusão com suas múltiplas faces.

Ao longo da década a profissão se coloca diante destas e de outras questões. Destacam-se como alguns dos eixos articuladores do debate profissional e que tem rebatimentos em sua ação e produção:

- a Seguridade Social, em construção no país, após a Carta Constitucional de 1988, que afirma o direito dos cidadãos brasileiros a um conjunto de direitos no âmbito das políticas sociais (Saúde, Previdência e Assistência Social). A noção de Seguridade supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais. Essa cobertura é social e não depende do custeio individual direto. A inserção do Serviço Social brasileiro nos debates sobre essa cobertura social marcou a década;
- a Assistência Social, qualificada como política pública, de Proteção Social, constitutiva da Seguridade Social, constituiu-se em tema de estudos, pesquisas e campo de interlocução do Serviço Social com amplos movimentos da sociedade civil que envolveram fóruns políticos, entidades assistenciais e representativas dos usuários de serviços assistenciais;
- a questão da municipalização e da descentralização das políticas sociais públicas e outros aspectos daí decorrentes, seja na ótica da racionalização de recursos, humanos e sociais com vistas a seus efetivos resultados, tanto na perspectiva de aproximar a gestão destas políticas dos cidadãos. Notável é desde os anos 1990, em todo o território nacional a presença e o protagonismo do assistente social em fóruns e conselhos vinculados às políticas de saúde, de

assistência social, da criança e do adolescente, entre outras, participando ativamente na defesa de direitos e no controle social das políticas públicas.

É importante observar que esta presença tem início em uma conjuntura contraditória e adversa, na qual os impactos devastadores sobre o processo de reprodução social da vida se fazem notar de múltiplas formas, mas, sobretudo pela precarização do trabalho e pela desmontagem de direitos.

É fundamental assinalar que as transformações societárias que caracterizam esta década, vão encontrar um Serviço Social consolidado e maduro na sociedade brasileira, uma profissão com avanços e acúmulos, que, ao longo desta década construiu, com ativa participação da categoria profissional, através de suas entidades representativas um projeto ético político profissional para o Serviço Social brasileiro, que integra valores, escolhas teóricas e interventivas, ideológicas, políticas, éticas, normatizações acerca de direitos e deveres, recursos político-organizativos, processos de debate, investigações e, sobretudo interlocução crítica com o movimento da sociedade na qual a profissão é parte e expressão (cf. NETTO, 1999).

A direção social que orienta este projeto de profissão tem como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Legislação que regulamenta o exercício profissional (Lei n. 8662 de 07/06/93).

Cabe ainda assinalar outra questão que vem permeou o debate dos assistentes sociais nesta conjuntura: trata-se do movimento de precarização e de mudanças no mercado de trabalho dos profissionais brasileiros, localizado no quadro mais amplo de desregulamentação dos mercados de trabalho de modo geral, quadro em que se alteram as profissões, redefinem-se suas demandas, monopólios de competência e as próprias relações de trabalho. Aqui situamos processos como a terceirização, os

contratos parciais, temporários, a redução de postos de trabalho, a emergência de novos espaços de trabalho como o Terceiro Setor, a exigência de novos conhecimentos técnico-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores da competitividade e do individualismo. Não podemos esquecer que a reestruturação dos mercados de trabalho no capitalismo contemporâneo vem se fazendo via rupturas, apartheid e degradação humana.

Do ponto de vista das referências teórico-metodológicas a questão primeira que se coloca para a profissão já no início da década é o confronto com a denominada "crise" dos modelos analíticos, explicativos nas ciências sociais, que buscam captar o que está acontecendo no fim de século e as grandes transformações que alcançam múltiplos aspectos da vida social. No mundo do conhecimento começam as interferências, não sem conflitos, do denominado pensamento pós moderno, "notadamente em sua versão neoconservadora" (NETTO, 1996, p. 114) que questiona e nivela os paradigmas marxista e positivista. Estes questionamentos se voltam contra os diferentes "modelos" explicativos por suas macroabordagens apontando que nestas macronarrativas são deixados de lado valores e sentimentos fundamentais dos homens, seu imaginário, suas crenças, afeições, a beleza, os saberes do cotidiano, os elementos étnicos, religiosos, culturais, os fragmentos da vida enfim. A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microsocial (em si mesmos) restaurando o pensamento conservador e antimoderno. Seus questionamentos são também dirigidos à ciência que esteve mais a serviço da dominação do que da felicidade dos homens. Assim ao afirmar a rejeição à ciência o pensamento pós-moderno rejeita as categorias da razão (da Modernidade) que transformaram os modos de pensar da sociedade, mas não emanciparam o homem, não o fizeram mais feliz e não resolveram problemas de

sociedades que se complexificam e se desagregam. O posicionamento pós-moderno busca resgatar valores negados pela modernidade e cria um universo descentrado, fragmentado relativo e fugaz. Para Harvey (1992) as características da pós-modernidade são produzidas historicamente e se relacionam com a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital.

Observe-se que a complexidade da questão não está na abordagem de questões micro sociais, locais ou que envolvam dimensões dos valores, afetos e da subjetividade humana (questões de necessário enfrentamento), mas está na recusa da Razão e na descontextualização, na ausência de referentes históricos, estruturais no não reconhecimento de que os sujeitos históricos encarnam processos sociais, expressam visões de mundo e tem suas identidades sociais construídas na tessitura das relações sociais mais amplas. Relações que se explicam em teorias sociais abrangentes, que configuram visões de mundo onde o particular ganha sentido referido ao genérico.

Cabe assinalar ainda que, todo este debate que é apresentado no âmbito das ciências sociais contemporâneas como crise de paradigmas, em termos da capacidade explicativa das teorias recoloca a polêmica Razão/Intuição que tem repercussões significativas na pesquisa, na construção de explicações sobre a realidade e na definição de caminhos para a ação.

Especificamente no Serviço Social estas questões também se colocam, apesar da vitalidade do marxismo como paradigma de análise e compreensão da realidade e apesar da manutenção da hegemonia do projeto profissional caracterizado pela ruptura com o conservadorismo que caracterizou a trajetória do Serviço Social no país. Colocam-se nos desdobramentos e nas polêmicas em torno dos paradigmas clássicos e na busca de construção de novos paradigmas; se colocam pela apropriação do pensamento de autores contemporâneos de diversas tendências teórico-metodológicas como Anthony Giddens, Hannah Arendt, Pierre Bourdieu, Michel

Foucault, Juergen Habermas, Edgard Morin, Boaventura Souza Santos, Eric Hobsbawm, E.P. Thompson e tantos outros. Se colocam também nas formas de abordagem das temáticas relevantes para a profissão nesta transição de milênio, na busca de interligação entre sujeito e estrutura e entre concepções macro e micro da vida social, na retomada e valorização das questões concernentes à cultura das classes subalternas e em outras clivagens e questões relativas aos dominados tanto no plano das relações culturais como nas lutas pelo *empowerment* e contra a discriminação pelo gênero, pela etnia, pela idade. (FALLEIROS, 1996, p. 12).

No âmbito da produção inspirada na tradição marxista, estas questões aparecem com o recurso à pensadores que abordam temáticas da cultura das classes subalternas, do sujeito e da experiência cotidiana da classe como Gramsci, Heller e Thompson.

Efetivamente, os desdobramentos desta "crise" de referenciais analíticos, permeiam polêmica profissional dos dias atuais e se expressam pelos confrontos com o conservadorismo que atualiza-se em tempos pós modernos.

Assim, coloca-se como desafio à profissão ao longo de toda a década de 90, e neste início de milênio a consolidação do projeto ético político, teórico metodológico e operativo que vem construindo particularmente sob a influência da tradição marxista, "mas incorporando valores auridos noutras fontes e vertentes e, pois sem vincos estreitos ou sectários, aquelas matrizes estão diretamente conectadas ao ideal de socialidade posto pelo programa da modernidade - neste sentido, tais matrizes não são 'marxistas' nem dizem respeito apenas aos marxistas, mas remetem a um largo rol de conquistas civilizatórias e, do ponto de vista profissional, concretizam um avanço que é pertinente a todos os profissionais que, na luta contra o conservadorismo, não abrem mão daquilo que o velho Lukács chamava de 'herança cultural'." (NETTO, 1996, p. 117).

Questão para reflexão:

Quais as principais tendências do Serviço Social, nos anos 90, do ponto de vista da produção de conhecimentos e do exercício profissional?

4 Concluindo: as polêmicas dos dias atuais

No início do milênio o Serviço Social brasileiro enfrenta a difícil herança do final do século anterior, com seus processos de globalização em andamento, com sua valorização do capital financeiro, suas grandes corporações transnacionais, seus mercados, suas mídias, suas estruturas mundiais de poder e as graves consequências desta conjuntura para o tecido social em geral, configurando um novo perfil para a questão social; no qual destacamos a precarização, a insegurança e a vulnerabilidade do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores que perdem suas proteções e enfrentam problemas como o desemprego, o crescimento do trabalho informal (hoje mais da metade da força de trabalho do país) e das formas de trabalho precarizado e sem proteção social.

Trata-se de um contexto que interpela a profissão sob vários aspectos: das novas manifestações e expressões da questão social, aos processos de redefinição dos sistemas de proteção social e da política social em geral, que emergem nesse contexto¹.

Nesses anos, assim como na última década do século XX, tornaram-se evidentes as inspirações neoliberais da política social brasileira, face às necessidades sociais da

¹ Para alguns autores: trata-se de um contexto de mudanças irreversíveis, que atingem, em todo o mundo, o Estado de Bem Estar Social que supunha o pleno emprego e certamente enfrentamos o fim do consenso keynesiano, alterações demográficas e mundialização crescente da economia e outras graves questões quanto ao financiamento do WS. Temos aí a expansão dos Programas de Transferência de Renda e o Welfare Mix ou o Welfare Pluralism (Pluralismo de bem estar) que incorpora crescentemente a presença dos setores não governamentais e não mercantis da sociedade.

população. Uma retomada analítica dessas políticas sociais revela sua direção compensatória e seletiva, centrada em situações limites em termos de sobrevivência e seu direcionamento aos mais pobres dos pobres, incapazes de competir no mercado. Estas políticas focalizadas permaneceram e se expandiram no governo Lula, como é o caso dos programas de Transferência de Renda.

Efetivamente, no país, apesar dos consideráveis avanços na Proteção Social, garantidos na Constituição Federal de 1988 e expressos, por exemplo, no ECA, na LOAS e no SUS, esses últimos anos não romperam com as características neoliberais que se expandiram desde os anos 90, face às necessidades sociais da população.

No caso da Assistência Social merece destaque a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) que propõe uma nova arquitetura institucional e política para essa política com a criação de um Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social. É um modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir ações de assistência social.

Desde então, são os assistentes sociais que estão implementando o SUAS, enfrentando inúmeros desafios entre os quais destacamos a reafirmação da Assistência Social como política de Seguridade Social, a consolidação e a democratização dos Conselhos e dos mecanismos de participação e controle social; a organização e apoio à representação dos usuários; a participação nos debates sobre o SUAS, a NOB, os CRAS e os CREAS; a elaboração de diagnósticos de vulnerabilidade dos municípios; o monitoramento e a avaliação da política; o estabelecimento de indicadores e padrões de qualidade e de custeio dos serviços; contribuindo para a construção de uma cultura democrática, do direito e da cidadania.

Outro desafio colocado aos assistentes sociais brasileiros neste início dos anos 2000, refere-se aos Programas de Transferência de Renda, sem dúvida uma das faces mais importantes da Política Social brasileira, conforme dados oficiais (PNAD 2006) chegam a quem precisam chegar (11 milhões de famílias). Destas, 91% tem como renda mensal per capita até 1 salário mínimo e 75% delas tem menos de meio salário mensal de renda per capita. Essa PNAD também revela uma questão essencial: os PTR não retiram os beneficiários do trabalho (79.1% dos beneficiários trabalham). Ou seja o Bolsa Família não pretende substituir a renda do trabalho e apesar das polêmicas que cercam o Programa, seu impacto sobre as condições de vida das famílias mais pobres, sobretudo no Nordeste é incontestável. Ele significa basicamente mais comida na mesa dos miseráveis.

É bom lembrar que se escapa às políticas sociais, às suas capacidades, desenhos e objetivos reverter níveis tão elevados de desigualdade, como os encontrados no Brasil, essas políticas também respondem a necessidades e direitos concretos de seus usuários.

E os assistentes sociais vêm, em muito, contribuindo, nas últimas décadas, para a construção de uma cultura do direito e da cidadania, resistindo ao conservadorismo e considerando as políticas sociais como possibilidades concretas de construção de direitos e iniciativas de “contra-desmanche” nessa ordem social injusta e desigual.

No âmbito da pesquisa e da produção de conhecimentos o Serviço Social brasileiro chega a 2007 com uma maturidade expressa em seus 25 Programas de Pós-Graduação direcionados à formação de recursos humanos com capacidade para atuar criticamente na realidade social.

Do ponto de vista dos referentes teórico metodológicos, permanecem as tensões e ambigüidades que caracterizaram o Serviço social brasileiro na década de 1990:

apesar da ruptura com o histórico conservadorismo e da legitimidade alcançada pelo pensamento marxista ampliam-se as interferências de outras correntes teórico metodológicas, particularmente no âmbito da influência do pensamento pós-moderno e neoconservador e das teorias herdeiras da “perspectiva modernizadora” (Cf. NETTO, 1996), caracterizadas por seu caráter sistêmico e tecnocrático.

Há pouco mais de uma década, Netto já apontava como hipóteses para o encaminhamento dessa tensão uma dupla perspectiva: de um lado a consolidação e o aprofundamento da hegemonia da atual direção social e de outro a possibilidade de sua reversão ou mudança. Afirmava o autor “[...] num ordenamento social com regras democráticas, uma profissão é sempre um campo de lutas, em que os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ideopolítica existente na sociedade, procuram elaborar uma direção social estratégica para a sua profissão” (NETTO, 1996, p. 116).

Para finalizar é necessário assinalar que a reafirmação das bases teóricas do projeto ético político, teórico metodológico e operativo, centrada na tradição marxista, não pode implicar na ausência de diálogo com outras matrizes de pensamento social, nem significa que as respostas profissionais aos desafios desse novo cenário de transformações possam ou devam ser homogêneas. Embora possam e devam ser criativas e competentes.

Questão para avaliação final:

Desenvolva uma reflexão sobre o Serviço Social nos últimos 20 anos: principais tendências históricas e teórico metodológicas.

Referências

ALMEIDA, Ana Augusta. A metodologia dialógica: o Serviço Social num caminhar fenomenológico. In: *Pesquisa em Serviço Social*. ANPESS/CBCISS. Rio de Janeiro, 1990.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: *Cadernos ABESS* n. 4. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo, Cortez, maio 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. Serviço Social: questões presentes para o futuro. In: *Serviço Social e Sociedade*. N. 50. São Paulo, Cortez, abril, 1996.

HARVEEY, David. *Condição Pós moderna*. São Paulo, Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez Ed., CELATS (Lima-Perú), 1982.

IAMAMOTO, Marilda V. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. *Ensaios críticos*. São Paulo, Cortez Ed., 1992.

KAMEYAMA, Nobuko. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 -1997). In: *Cadernos ABESS* n. 8. Diretrizes Curriculares e pesquisa em Serviço Social. São Paulo, Cortez, nov. 1998.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1994.

____. Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade* n. 50. São Paulo, Cortez, abril, 1996.

SILVA e SILVA, M. Ozanira (coord.). O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura. São paulo, Cortez, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita (Org). Projeto de revisão curricular da Faculdade de serviço Social da PUC/SP. In: *Serviço Social e Sociedade* n. 14. São Paulo, Cortez, 1984.

Glossário

Tomismo - referência ao pensamento filosófico de São Tomás de Aquino (1225) um teólogo dominicano que escreveu obra filosófica caracterizada por uma perspectiva humanista e metafísica do ser que vai marcar o pensamento da Igreja Católica a partir do século XIII. Merece destaque na obra de S. Tomás a Suma Teológica.

Neotomismo - retomada do pensamento de São Tomás a partir do papa Leão XII em 1879 na Doutrina Social da Igreja e de pensadores franco belgas como Jacques Maritain na França e do Cardeal Mercier na Bélgica .Buscavam nesta filosofia diretrizes para a abordagem da questão social.

Método de B.H. - Designação dada ao método elaborado pela equipe da escola de Serviço Social de Belo Horizonte no período de 72 a 75 e que propunha a constituição de uma metodologia alternativa às perspectivas das abordagens funcionalistas da realidade. Buscava articular teoria e ação em sete momentos.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Fundamentos éticos do Serviço Social

Maria Lúcia Silva Barroco

Professora de Ética Profissional – PUC/SP

Fundamentos éticos do Serviço Social

Introdução

Há cerca de duas décadas ocorre com a ética um fenômeno inédito: sua discussão, em geral restrita ao campo filosófico, amplia-se para diferentes áreas do saber, incidindo em amplos setores da vida social. Ao invadir o espaço da cotidianidade, ocupando-se em geral de prescrições moralistas, apresenta-se como alternativa social conservadora, incentivando o senso comum a preservar os seus preconceitos, o que tende a se renovar no contexto de violência estrutural da sociedade brasileira¹.

Parte significativa das produções éticas contemporâneas se afasta, progressivamente, da crítica, da objetividade, da universalidade, isto é, dos referenciais éticos da modernidade e de autores clássicos como Aristóteles, Kant e Hegel. Ao favorecer a ideologia dominante e o irracionalismo, contribuem para obscurecer os nexos da realidade; ao naturalizar o presente, negam a possibilidade de intervenção do homem na história: fundamento de uma ética orientada pela práxis.

A moralização da vida social, comportamento pautado em preconceitos, ganha legitimidade ao ser incorporada socialmente como estratégia de enfrentamento das expressões da “questão social”. Ao mesmo tempo, a constante presença de discursos e produções teóricas no campo da ética não significa – necessariamente – o debate entre diferentes teorias e projetos, nem tampouco a explicitação de seus fundamentos.

Quando abstraídos de seu conteúdo histórico e de sua fundação teórica, os discursos se confundem. É o que ocorre quando diferentes sujeitos políticos falam em nome da “justiça” e “dos direitos humanos”, embora, em muitos casos, para

¹ Sobre a questão da violência, ver especialmente Sales (2007).

justificar a sua violação. A reprodução abstrata das categorias éticas também propicia a sua idealização, transformando-as em “entidades” com poder de “autoexplicação”.

Ideologicamente, a burguesia é idealista “com a mesma naturalidade com que respira”, já dizia Simone de Beauvoir: “separado de todo o contato com a matéria, por causa de seu trabalho e pelo seu gênero de vida, protegido contra a necessidade, o burguês ignora as resistências do mundo real [...]. Tudo o que estimula a desenvolver sistematicamente essa tendência em que se reflete, de imediato, a sua situação: fundamentalmente interessado em negar a luta de classes, ele não pode desmenti-la senão recusando em bloco a realidade. Por isso, tende a substituí-la por Idéias cuja compreensão e extensão delimita, arbitrariamente, segundo seus interesses (BEAUVOIR, 1972, p. 6)”.

A sociabilidade burguesa funda sua ética no princípio liberal segundo o qual a liberdade de cada indivíduo é o limite para a liberdade do outro. Dadas as condições objetivas favorecedoras da reprodução do modo de vida mercantil, valorizador da posse material e subjetiva de objetos de consumo, cria-se, na prática, uma ética individualista, orientada pela ideia de que o “outro” é um “estorvo” à liberdade, entendida como a incessante busca de vantagens e acúmulo de bens cuja duração é tão efêmera quanto às relações que lhes dão sustentação.

O repetitivo discurso moralizante presente na mídia, em certos meios de comunicação de massa, ao incentivar direta ou indiretamente o *ethos* liberal burguês, a violência, a abstração, o moralismo e o conservadorismo, fortalece a descrença na política, em sua forma democrática, reforçando apelos à ordem, a medidas repressivas, a soluções morais para a crise social.

Torna-se relevante a compreensão crítica dos fundamentos éticos da vida social e do Serviço Social: para que a importância da ética seja revelada e para o esclarecimento de seus limites na sociedade burguesa. Pois, se a superação dos

antagonismos da sociedade burguesa supõe a ruptura da totalidade desta formação social², isso não significa negar a importância das ações éticas nessa direção.

Embora limitada, a ética se faz cotidianamente através de atos morais singulares, mais ou menos conscientes e livres; pode se objetivar através de ações motivadas por valores e teleologias dirigidas à realização de direitos e conquistas coletivas; pode ser capaz de efetuar a crítica radical da moral do seu tempo, oferecendo elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais do futuro. Embora momentânea, pode se estabelecer como mediação entre a singularidade de indivíduo moral e a sua dimensão humano-genérica, objetivando-se como parte da práxis social.

1 Os fundamentos ontológicos e sociais da ética

É pela apropriação do processo de constituição histórica do ser social que uma ética fundada ontologicamente pode ser compreendida. Trata-se aqui de apresentá-lo – ainda que sumariamente – tendo por base os pressupostos ontológicos fundamentais de Marx³.

Na gênese do ser social, estão dadas as bases de sua constituição ontológica: o ser social se humanizou em face da natureza orgânica e inorgânica, transformando-a para atender necessidades de reprodução da sua existência⁴ e

² Essa afirmação está baseada em nosso referencial teórico-metodológico, fundamentalmente, em Marx e autores como G. Lukács, A. Heller, I. Mészáros e J. P. Netto.

³ Trata-se da fundamentação que – ao explicitar o processo de (re) produção do ser social e dos valores na história – dá suporte para a concepção ética do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993). A explicitação dos fundamentos da ontologia social de Marx pode ser encontrada em Lukács (1978; 1979); Netto e Braz (2006); Lessa (2002).

⁴ Segundo Lukács (1981, p. XLIII), trata-se de um “salto ontológico”, que assinala a diferenciação do homem frente a outros seres naturais. Pressupõe que o ser social tenha surgido de um ser orgânico e este de um ser inorgânico. Em suas palavras: “com salto quero dizer justamente que o homem é capaz de trabalhar e falar, continuando a ser um organismo biologicamente determinado, desenvolvendo atividades de novo tipo, cuja constituição essencial não pode ser compreendida em nenhuma categoria da natureza”.

nesse processo passa a se constituir como ser específico, diferente de outros seres existentes ⁵.

É o trabalho que instaura esse novo ser, na medida em que rompe com o padrão imediato das atividades puramente naturais, estruturando uma atividade de caráter prático-social: uma práxis que transforma a natureza e produzindo um resultado antes inexistente: um produto material que responde a necessidades sociais e as recria em condições históricas determinadas.

Como práxis, o trabalho⁶ é a base ontológica primária da vida social; mediação que efetiva objetiva e subjetivamente o intercâmbio entre os homens e a natureza, pondo em movimento um processo incessante de (re) criação de novas necessidades; ampliando os sentidos humanos, instaurando atributos e potencialidades especificamente humanas.

Ao criar novas alternativas para o seu desenvolvimento, o ser social se afasta de suas “barreiras naturais”, amplia sua natureza social e consciente, estabelece a possibilidade de uma existência social aberta para o novo, para o diverso, para o amanhã, instaurando objetivações que permitem autoconstrução do ser social como um ser livre e universal.

A sociabilidade é imanente à totalidade das suas objetivações: para transformar a natureza reproduzindo a sua existência através do trabalho, é necessário agir em cooperação, estabelecendo formas de comunicação, como a linguagem, os modos de intercâmbio e de reciprocidade social, que tornam possível o reconhecimento dos homens entre si, como seres de uma mesma espécie, que partilham uma mesma atividade e dependem uns dos outros para realizar determinadas finalidades.

⁵ "Os homens começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida [...], produzindo seus meios de vida os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material" (MARX; ENGELS, 1982, p. 27).

⁶ A práxis econômica ou trabalho é o modelo de todas as formas de práxis. É a "ação do homem sobre a matéria e criação – através dela – de nova realidade humanizada" (VAZQUEZ, 1977, p. 245).

O agir consciente supõe a capacidade de transformar respostas em novas perguntas e as necessidades em novas formas de satisfação⁷. Só o homem é capaz de agir teleologicamente, projetando a sua ação com base em escolhas de valor, de modo que o produto de sua ação possa materializar sua autoconsciência como sujeito da práxis.

Ao desenvolver sua consciência, o homem evidencia o caráter decisório de sua natureza racional. Como diz Lukács, todas as atividades sociais e individuais exigem escolhas e decisões: “todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se o faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras” (LUKÁCS, 1978, p. 6).

As escolhas são baseadas em juízos de valor: os objetos e as ações são avaliados como úteis, inúteis, válidas ou não válidas, corretas ou incorretas. O fato de toda ação consciente conter uma posição de valor e um momento de decisão propicia o entendimento de que a gênese do valor e das alternativas seja dada somente pela avaliação subjetiva dos indivíduos. Valor e alternativas, no entanto, são categorias objetivas, pois são objetivações do ser social, produtos concretos de sua atividade⁸.

Liberdade, valor, consciência e alternativas estão articulados. Com o desenvolvimento do trabalho e da sociabilidade, a escolha entre alternativas não se restringe à escolha entre duas possibilidades, mas *entre o que possui e o que não*

⁷ “O homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade” (LUKÁCS, 1978, p. 5).

⁸ Lukács exemplifica brilhantemente como um elemento natural, como o vento, que não pode ser transformado pelo homem, pode ser por ele valorizado em função do seu trabalho: “o vento favorável ou desfavorável é um objeto no âmbito do ser social, do intercâmbio orgânico da sociedade com a natureza; e a validade e não validade fazem parte das suas propriedades objetivas, enquanto momentos de um complexo concreto do processo de trabalho” (LUKÁCS, 1981, p. XVII, XVIII).

possui valor e como esses valores podem ser praticamente objetivados (LUKÁCS, 1981)⁹.

Vê-se, pois, que estamos diante de um ser capaz de agir eticamente, quer dizer, dotado de capacidades que lhe conferem possibilidades de escolher racional e conscientemente entre alternativas de valor, de projetar teleologicamente tais escolhas, de agir de modo a objetivá-las, buscando interferir na realidade social em termos valorativos, de acordo com princípios, valores e projetos éticos e políticos, em condições sócio-históricas determinadas.

Para o método de Marx “a ética é uma parte, um momento da práxis humana em seu conjunto” (LUKÁCS, 2007, p. 72). Como tal, a ética dirige-se à transformação dos homens entre si, de seus valores, exigindo posicionamentos, escolhas, motivações que envolvem e mobilizam a consciência, as formas de sociabilidade, a capacidade teleológica dos indivíduos, objetivando a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano.

Observa-se que a práxis não se esgota no trabalho embora ele seja a sua forma primária: “quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente ao trabalho*” (NETTO; BRAZ; 2006). Portanto, é certo que façamos uma distinção entre as formas de práxis dirigidas à transformação da natureza (o trabalho) e aquelas voltadas à transformação das ideias, dos valores, do comportamento e da ação dos homens, onde se insere a ação ético-moral (Idem).

Na sociedade capitalista, organizada a partir da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais, da divisão social do trabalho e da

⁹ “Nas decisões alternativas do trabalho se esconde o fenômeno ‘originário’ ‘da liberdade’, mas esse ‘fenômeno’ não consiste na simples escolha entre duas possibilidades – algo parecido também ocorre na vida dos animais superiores – mas na escolha entre o que possui e o que não possui valor, eventualmente (em estágios superiores) entre duas espécies diferentes de valores, entre complexos de valores, precisamente porque não se escolhe entre objetos de maneira biologicamente determinada, numa definição estática, mas ao contrário, resolve-se em termos práticos, ativos, se e como determinadas objetivações podem vir a ser realizadas” (LUKÁCS, 1981, p. XVIII).

exploração do homem pelo homem, a objetivação histórica da ética é limitada e desigual, convivendo com sua negação, o que evidencia o fenômeno da alienação¹⁰, que expressa o antagonismo entre o desenvolvimento do gênero humano – em termos do que a humanidade produziu material e espiritualmente – e sua apropriação pela totalidade dos indivíduos.

À totalidade das objetivações genéricas – materiais e espirituais – produzidas pela humanidade ao longo de seu desenvolvimento histórico, representando conquistas no sentido de ampliação da sociabilidade, da consciência, da liberdade e da universalidade do gênero, Marx (1971, I) denomina “riqueza humana”. No contexto da alienação, a riqueza humana não é apropriada pela totalidade dos indivíduos; na ordem capitalista, a coexistência entre a miséria e a pobreza (material e espiritual) é pressuposto fundamental para a (re)produção do sistema, donde o processo de coexistência contraditória, de tensão permanente e não linear, de afirmação e negação das capacidades éticas do ser social¹¹.

1.1 Moral e vida cotidiana

Ontologicamente considerada, a moral não pertence a nenhuma esfera particular: é uma mediação entre as relações sociais; uma *mediação entre o indivíduo singular e sua dimensão humano-genérica* (HELLER, 2000).

Sua origem atende a necessidades práticas de regulamentação do comportamento dos indivíduos, cumprindo uma função social no processo de reprodução das relações sociais: contribui para a formação dos costumes que se

¹⁰ O fenômeno da alienação não pode ser tratado nos limites desse texto. Nossas referências estão explicitadas basicamente em: Netto e Braz (2006); Netto (1981); Heller (1998).

¹¹ “Uma ordem social que progride pelo desenvolvimento das contradições a ela imanentes [...] atinge a liberdade pela exploração, a riqueza pela pobreza, o crescimento da produção pela restrição do consumo [...] o mais alto desenvolvimento das forças produtivas coincide com a opressão e a miséria totais” (MARCUSE, 1978, p. 284, 285).

estruturam pelo hábito, orientando a conduta dos indivíduos, em termos de normas e deveres¹².

A moral se desenvolve quando os homens já adquiriram um certo grau de consciência, no momento em que foi superada a sua condição natural e instintiva; quando o homem já vivia em comunidade, como membro de uma coletividade, tendo desenvolvido a fabricação de instrumentos de trabalho e conquistado um determinado nível de conhecimento e de domínio sobre a natureza (VAZQUEZ, 1984).

A moral é histórica e mutável: são os homens que criam as normas e os valores, mas a autonomia dos indivíduos em face das escolhas morais é relativa às condições de cada contexto histórico. Mesmo nas sociedades onde ainda não existe o domínio de classe, a coesão em torno de um único código de valor não significa a inexistência de tensões.

O ato moral supõe a adesão consciente e voluntária do indivíduo aos valores éticos e às normas morais, ou seja, implica a convicção íntima do sujeito em face dos valores e normas, pois se entende que só assim as mesmas serão internalizadas como deveres. Dependendo da esfera e das condições sociais nas quais a moral se objetiva, surgem maiores ou menores possibilidades dela se realizar apenas no âmbito da singularidade voltada ao “eu” – âmbito da vida cotidiana¹³ – ou em ações que podem atingir a coletividade e a dimensão humano-genérica dos indivíduos.

Todavia, cumpre distinguir consciência e subjetividade. Na vida cotidiana, a moral não tende a ser interiorizada de forma crítica. Na medida em que, nesse âmbito, os valores se reproduzem pelos costumes, pela repetição, tendem a se

¹² A análise mais completa da moral na perspectiva da ontologia social foi feita por Heller (1998; 2000) em sua fase marxista. O detalhamento das indicações aqui elencadas encontra-se em Maria Lucia S. Barroco (2006; 2007).

¹³ Sobre a vida cotidiana ver Heller (2000 e 1998); Netto (1981).

tornar hábitos, cuja adesão não significa, necessariamente, uma aceitação consciente. Na cotidianidade, as normas podem ser aceitas interiormente, defendidas socialmente sem que, no entanto, possamos afirmar que essa aceitação tenha ocorrido de maneira livre, pois esta supõe a existência de alternativas e seu conhecimento crítico. Logo, a consciência supõe a subjetividade, mas esta pode “legitimar” normas e valores sem, no entanto, ter conhecimento de outras alternativas e sem se responsabilizar por tais escolhas, isto é, sem assumir “por inteiro”, de modo consciente, as implicações dessa adesão.

Na sociedade burguesa, a moral desempenha uma função ideológica: ainda que não diretamente, mas através de mediações complexas, reproduz os interesses de classe, contribuindo para o controle social, através da difusão de valores que visam a adequação dos indivíduos ao *ethos* dominante.

O âmbito da vida social mais propenso à internalização dos costumes e valores formadores do *ethos* dominante é a vida cotidiana: onde os indivíduos se reproduzem enquanto seres singulares, espaço da *ultrageneralização*, do *pragmatismo*, do *imediatismo* da *superficialidade* e da *heterogeneidade*.

Na cotidianidade, a moral tende a se objetivar de modo alienado, reproduzindo julgamentos de valor baseados em juízos provisórios, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual. Ao repetir comportamentos orientados por estereótipos e preconceitos, o indivíduo se empobrece moralmente, abrindo caminho para o moralismo e para a adesão acrítica ao *ethos* dominante¹⁴.

Conforme Heller (2000, p. 54), a maioria dos preconceitos são produzidos pelas classes dominantes, tendo em vista sua busca de coesão em torno de seus

¹⁴ A vida cotidiana é um espaço contraditório: insuprimível, por responder a múltiplas e heterogêneas necessidades e atividades do indivíduo singular, coloca todas as habilidades manipulativas e as paixões em movimento; sem que possa, por sua dinâmica interna, realizar nenhuma delas com intensidade e profundidade.

interesses. Isso é favorecido pelo conservadorismo, comodismo, e conformismo, e também pelos interesses imediatos, “que rebatem nas condições de vida dos indivíduos singulares, tornando-os vulneráveis à mobilização contra os interesses de sua própria classe”¹⁵.

1.2 A ação ética e as objetivações genéricas

A moral não responde apenas às necessidades da singularidade voltadas exclusivamente ao “eu”, ou a formas de ser reprodutoras da alienação. É possível que a motivação moral que envolve escolhas e decisões exigidas pelo ato moral seja intensa e se alargue de modo a se afastar momentaneamente da cotidianidade, permitindo que o indivíduo se eleve à sua dimensão humano-genérica, como esclarece Heller: “quanto maior é a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais uma decisão eleva-se acima da cotidianidade” (HELLER, 2000, p. 24).

Porém, ao se afastar – ainda que por um tempo determinado – de sua singularidade e de suas motivações efêmeras, seja através de ações práticas ou de reflexões teóricas, o sujeito moral atinge um outro patamar de objetivações, que o elevam à sua dimensão particular e à sua condição de sujeito ético. Segundo Tertulian, é esse o entendimento de Lukács sobre a ética:

A ação ética é um processo de ‘generalização’, de mediação progressiva entre o primeiro impulso e as determinações externas; a moralidade torna-se ação ética no momento em que nasce uma convergência entre o eu e a alteridade, entre

¹⁵ Assim, o “desprezo pelo outro”, a “antipatia pelo diferente”, diz Heller, não são privilégios da burguesia, mas essa classe, que, paradoxalmente combateu historicamente o sistema de preconceitos feudais torna-se, com a consolidação da sociedade burguesa, a classe que “aspira a universalizar a sua ideologia [...] produzindo preconceitos em maior medida do que todas as classes sociais em toda a história até hoje” (HELLER, 2000, p. 54).

a singularidade individual e a totalidade social. O campo da particularidade exprime justamente esta zona de mediações onde se inscreve a ação ética (TERTULIAN, 1999, p. 134).

Portanto, quando o indivíduo, determinado por condições sociais que convergem na direção de sua intervenção na realidade, e motivado por valores emancipatórios, pode ter possibilidade de estabelecer mediações com a sua particularidade, ascendendo à condição de sujeito ético, revela-se toda a importância da reflexão ética, capaz de realizar a crítica da vida cotidiana, em sua dimensão moral, ampliando as possibilidades de realização de escolhas conscientes, voltadas ao gênero humano, às suas conquistas emancipatórias, à desmistificação do preconceito, do individualismo e do egoísmo, propiciando a valorização e o exercício da liberdade e do compromisso com projetos coletivos.

Mas, principalmente, fica claro que a ética não é apenas a ciência da moral, ou o seu conhecimento: apreendida como *parte da práxis*, a ética é trazida para o conjunto das práticas conscientes do ser social, dirigidas para a intervenção na realidade e na direção da conquista da liberdade e da universalidade, tendo como parâmetro a emancipação humana. Como já dissemos anteriormente, essa é a perspectiva de Lukács, quando afirma a ética como parte e momento “da práxis humana em seu conjunto” (LUKÁCS, 2007, p. 72).

As categorias éticas são categorias de valor que se referem à particularidade da ação ética do indivíduo, fornecendo elementos para a sua valoração e/ou o seu julgamento de valor. Por exemplo, a responsabilidade do sujeito em relação à sua ação. Ou seja, a responsabilidade não é apenas um valor: é uma categoria ética, pois expressa uma relação social que decorre de uma ação e que se complexifica na medida em que estabelece conexões sociais com outros sujeitos e escolhas.

2 Ética profissional: determinações históricas e particularidades

2.1 A natureza da ética profissional

A ética profissional¹⁶ é uma dimensão específica do Serviço Social, suas determinações são mediadas pelo conjunto de necessidades e possibilidades, de demandas e respostas que legitimam a profissão na divisão social do trabalho da sociedade capitalista, marcando a sua origem e a sua trajetória histórica¹⁷.

A ética profissional se objetiva como *ação moral*, através da prática profissional, como *normatização de deveres e valores*, através do código de Ética Profissional, como *teorização ética*, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como *ação ético-política*. Cabe destacar que essas não são formas puras e/ou absolutas e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos.

A *moral profissional* diz respeito à relação entre a ação profissional do indivíduo singular (derivada de determinado comportamento prático objetivador de decisões, escolhas, juízos e ações de valor moral), os sujeitos nela envolvidos (usuários, colegas, etc.) e o produto concreto da intervenção profissional (avaliado em função de suas consequências éticas, da responsabilidade profissional, tendo por parâmetros valores e referenciais dados pela categoria profissional, como o Código de Ética, etc.).

A moral é reveladora de uma dada consciência moral ou moralidade que se objetiva através das exigências do ato moral: escolha entre alternativas, julgamentos com base em valores, posicionamentos que signifiquem defesa,

¹⁶ A análise da ética profissional, segundo o referencial aqui tratado, pode ser encontrada em Barroco (2006; 2007), Brites, Cristina Maria e Sales, Mione Apolinário (2007).

¹⁷ Nossa concepção de Serviço Social está baseada em Yamamoto e Carvalho (1982) e Netto (1992).

negação, valorização de direitos, necessidades e atividades que interfiram e/ou tragam consequências sociais, éticas e políticas para a vida de outros indivíduos.

A moralidade é parte de uma educação moral anterior à formação profissional, que inclusive a influencia, pois pertence ao processo de socialização primária, onde tende a reproduzir tendências morais dominantes que se repõem cotidianamente através das relações sociais. O processo de socialização, através da participação cultural, política, religiosa, pode reforçar ou contrapor valores incorporados anteriormente, o mesmo ocorrendo com a inserção profissional.

Assim, a adesão a um determinado projeto profissional¹⁸ – e as suas dimensões éticas e políticas – supõe decisões de valor inscritas na totalidade dos papéis e atividades que legitimam a relação entre o indivíduo e a sociedade. Nem sempre os papéis sociais e as atividades desempenhadas pelos indivíduos estão em concordância, formando um todo coerente. Quando não estão, instituem conflitos morais – que ocorrem quando os valores podem ser reavaliados, negados ou reafirmados.

O que dá materialidade e organicidade à consciência ética dos profissionais é o pertencimento a um projeto profissional que possa responder aos seus ideais, projeções profissionais e societárias, enquanto profissionais, cidadãos e categoria organizada. Os profissionais participam eticamente de um projeto profissional quando assumem individual e coletivamente a sua construção, sentindo-se responsáveis pela sua existência, como parte integrante do mesmo.

¹⁸ “Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais” (NETTO, 1999, p. 95).

Historicamente, a ética profissional busca na filosofia e/ou em teorias sociais o suporte para fundamentar a sua *reflexão e teorização éticas*, necessárias à compreensão e sistematização da ética profissional, fornecendo a concepção de homem e a fundamentação para os valores, dando elementos para a intervenção profissional nas situações em que se colocam questões morais e éticas.

A formação profissional, onde se adquire um dado conhecimento capaz de fundamentar as escolhas éticas, não é o único referencial profissional. Somam-se a ela – ou a ela se contrapõem – as visões de mundo incorporadas socialmente pela educação formal e informal, pelos meios de comunicação, pelas religiões, pelo senso comum. É o conjunto de tais manifestações culturais e conhecimentos que forma os hábitos e costumes que a educação formal pode consolidar ou não.

A sociedade burguesa tende a suprimir e/ou negligenciar as abordagens críticas, humanistas e universalistas, donde a desvalorização do conhecimento filosófico, o apelo ao conhecimento instrumental, ao utilitarismo ético, ao relativismo cultural e político. A reflexão filosófica, base de fundamentação da ética profissional, incorpora referenciais que nem sempre permitem um conhecimento crítico, o que coloca contradições entre a dinâmica social e sua apreensão profissional.

A ética também se objetiva através de um *Código de Ética*: conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional.

Nenhuma profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal. Trata-se de uma questão de consciência ética e política cuja ampliação requer estratégias da

categoria profissional, no sentido de mobilização, de incentivo à participação, à capacitação, de ampliação do debate e de acesso à informação.

Na sociedade capitalista, a ação política se objetiva como luta pela hegemonia¹⁹ realizada no espaço público, entre projetos vinculados a interesses de classe, em um contexto estrutural onde as relações sociais, em geral, e as políticas, em especial, são determinadas predominantemente pelo comando do capital²⁰.

Com isso, a política, que já é um campo onde os critérios de decisão são dados hegemonicamente pelos interesses, e não por valores éticos, tende a reproduzir uma lógica que atualiza uma ética específica, resultado da relação entre as exigências éticas das ações e as necessidades materiais reproduzidas socialmente. Porém, a consciência política de seus limites na ordem burguesa não deve levar à sua negação enquanto estratégia de construção de uma contra hegemonia e de prática social consciente articulada a projetos de superação da ordem capitalista.

Como produto histórico da sociedade burguesa, no contexto da coexistência entre o maior desenvolvimento das forças essenciais do ser social e de sua negação, a materialização da ética ocorre na relação entre limites e possibilidades que não dependem apenas da intenção de seus agentes.

Nesse sentido, a ética profissional não é isenta dos processos de alienação, mas isso é absoluto. Pode, favorecida por condições sociais e diante de motivações coletivas, ser direcionada a uma intervenção consciente realizadora de direitos, necessidades e valores que respondam às necessidades dos usuários. Intervenção que se articula, em termos de projeto social, a uma práxis política motivada pela ultrapassagem dos limites à plena expansão da liberdade.

¹⁹ Tomamos a categoria *hegemonia* tal como comparece em Gramsci, especialmente em “Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política” (GRAMSCI, 2000).

²⁰ Para Marx, nos limites da sociedade burguesa, a política está vinculada à particularidade, donde sua distinção entre a emancipação política e a emancipação humana. Esta supõe a superação radical da totalidade das relações capitalistas; como afirma Mészáros (2006, p. 148): “sua realização só pode ser concebida na universalidade da prática social como um todo”.

2.2 Ética profissional e conjuntura: tendências e desafios

Historicamente, desde a sua origem, o Serviço Social se configura como uma profissão fortemente influenciada pelo conservadorismo moral e político²¹. No Brasil, os Códigos de Ética profissionais bem exemplificam este dado: entre 1947 (data do primeiro Código) e 1986 (quando é rompida a concepção tradicional), passaram-se trinta e oito anos de vigência de Códigos pautados na perspectiva ética tradicional conservadora.

A negação histórica dessa herança coloca-se como finalidade do projeto profissional, que se caracteriza pela busca de ruptura com o conservadorismo em suas várias dimensões e configurações: o projeto de “intenção de ruptura” (NETTO, 1992), hoje denominado projeto ético-político. Sua construção é um processo inscrito no conjunto de determinações sócio-históricas que – propiciando a renovação do Serviço Social brasileiro, nos marcos da *autocracia burguesa* – viabiliza os suportes históricos para a erosão do Serviço Social tradicional, tornando possível a existência de um pluralismo profissional, entre outros aspectos (NETTO, idem, p. 131-137).

Na década de oitenta²², a construção do projeto profissional foi fortalecida pelas lutas democráticas e pela reorganização política dos trabalhadores e dos movimentos sociais organizados. Favorecendo a participação cívica e política dos profissionais, ampliando sua consciência, esse contexto também propicia o confronto teórico e ideológico entre tendências e a luta pela hegemonia entre diferentes projetos societários e profissionais.

²¹ Sobre o conservadorismo no Serviço Social, ver Yamamoto (1992) e Netto (1992).

²² A gênese deste processo vincula-se à renovação do Serviço Social no Brasil, à politização de profissionais e estudantes nas lutas políticas da sociedade brasileira (antes e depois da ditadura militar), ao Movimento de Reconceitualização latino-americano. Consultar, entre outros, Abramides e Cabral (1995), Barroco (2006), Netto (1991; 1999); Yamamoto (1982; 1992).

Os anos oitenta, sinalizam a maturidade teórica²³ e política do projeto profissional evidenciada na organização político-sindical da categoria, na produção teórica, em sua capacidade crítica de interlocução com outras áreas do conhecimento, em seu desenvolvimento na área da pesquisa, em sua incorporação “de vertentes críticas com destaque para as inspiradas na tradição marxista” (NETTO, 1999, p. 102).

Nesse processo, se construiu um novo *ethos*, marcado pelo posicionamento de negação do conservadorismo e de afirmação da liberdade. Valores e princípios foram se reafirmando na vida cotidiana através da participação cívica e política, do trabalho, da vivência e enfrentamento de novas necessidades, escolhas e posicionamentos de valor, da recusa de papéis tradicionais, da incorporação de novos referenciais ético-morais, entre outros aspectos.

É assim que o *compromisso com as classes trabalhadoras* desponta como *valor ético-político central*, orientando o posicionamento dos setores organizados da categoria, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais²⁴, marco ético e político apropriado no processo de reformulação do Código de Ética, em 1986: o primeiro a romper com o histórico conservadorismo dos códigos de ética brasileiros.

O Código de 1986 não foi suficientemente desenvolvido em sua parte operacional e em seus pressupostos teóricos, orientados pelo marxismo. Com o objetivo de ampliá-los, foi feita a reformulação de 1993, em um contexto muito diverso daquele que em 1980 favoreceu a construção do projeto de ruptura profissional.

²³ Em 1982, é lançada a obra de Iamamoto (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982), que marca a vertente de ruptura do Serviço Social. Também nesse período é aprovado o Novo Currículo nas Escolas de Serviço Social, com orientação teórica e direção social predominantemente críticas. No final da década, em 1988, o Brasil aprova uma nova Constituição.

²⁴ O chamado “Congresso da Virada”, marco fundamental no processo de ruptura. Ver Abramides e Cabral (1995).

O Código de 1993 afirma a centralidade do trabalho na constituição do homem: sujeito das ações éticas e da criação dos valores. Revelada em sua densidade histórica, a sua concepção ética está articulada a valores ético-políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia²⁵, e ao conjunto de direitos humanos (civis, políticos, sociais, culturais e econômicos) defendidos pelas classes trabalhadoras, pelos segmentos sociais excluídos e pelos movimentos emancipatórios ao longo da história²⁶.

A partir da década de noventa, as consequências socioeconômicas e ideológicas das profundas transformações operadas pelo capitalismo mundial no mundo do trabalho e nas instituições burguesas, tendo por finalidade a sua reestruturação nos moldes neoliberais, descortinam um cenário perverso, em termos dos direitos humanos²⁷ e das possibilidades de objetivação ética.

Trata-se de um contexto de perda de direitos historicamente conquistados e de um processo de desumanização, no qual as condições para assegurar a manutenção da vida humana não estão sendo garantidas para grande parte da humanidade, em vários aspectos, materiais e subjetivos. O desemprego, a pobreza, a desregulamentação do trabalho e da proteção social, o aprofundamento da exclusão e da exploração, a violência, a degradação ambiental, a dependência político-econômica de centenas de países pobres em face da dívida externa, entre outros, evidenciam o abismo entre o desenvolvimento do gênero humano e a pobreza da maioria da humanidade.

Em face desse cenário, a profissão vive, na entrada do novo século, um momento de resistência política. As precárias condições de existência social da população usuária se revelam cotidianamente nas instituições, exigindo respostas dos profissionais que, em grande medida, não dispõem de condições objetivas para

²⁵ Sobre os valores e princípios do Código de Ética de 1993, ver Paiva e Sales (1996).

²⁶ Sobre a história social dos direitos humanos, sob o ponto de vista dos trabalhadores e movimentos emancipatórios, ver Trindade (2002).

²⁷ Sobre a incorporação do debate dos direitos humanos pelo Serviço Social, ver Barroco e Brites (2002); Barroco (2004).

viabilizá-las. Além disso, o agravamento da “questão social” também rebate em sua vida de trabalhadores assalariados – que enfrentam em níveis diversos – os mesmos problemas da população usuária.

Portanto, sob o ponto de vista da ética profissional, esse contexto motiva ações de resistência, politicamente direcionadas ao enfrentamento dos limites postos à viabilização dos direitos e dos valores que orientam a ação profissional, o que implica diferentes estratégias e espaços de objetivação.

A crítica às novas configurações do conservadorismo, isto é, à ideologia neoliberal conservadora, base de sustentação do imaginário social da atualidade, se apresenta, neste momento, como um grande desafio posto ao Serviço Social. Fundado na privatização do público e na afirmação do mercado como única instituição autorreguladora, *o totalitarismo neoliberal* (OLIVEIRA, 1999) promove o individualismo, a negação da política e da ética, nos termos aqui tratados. Produto histórico das reformas e transformações do capitalismo, o neoliberalismo justifica ideologicamente o presente, ou seja, a fragmentação, a dispersão, a insegurança, o efêmero (CHAUÍ, 1999), negando todos os valores afirmados pela sociedade moderna e pelas forças progressistas: a universalidade dos valores, a racionalidade do homem, a liberdade como capacidade sócio-histórica de transformar a realidade.

Nesse contexto adverso ao neoconservadorismo, são dadas as condições ideológicas para a reprodução de valores pautados na defesa de relações autoritárias e de instituições adequadas à sua reprodução, com destaque para a família tradicional, para as instituições religiosas, policiais, e seus representantes nas figuras das autoridades constituídas. O Serviço Social, por várias razões, é uma das profissões vulneráveis à incorporação e/ou ao enfrentamento de relações conservadoras. Por exemplo, por sua histórica vinculação ao conservadorismo moral, pode estar vulnerável à sua reatualização; por sua inserção em campos

institucionais propícios ao estabelecimento de relações hierarquizadas, tais como as prisões, o sistema judiciário, etc., pode enfrentar ou assimilar tais relações.

O seu enfrentamento requer uma análise crítica da realidade, donde a importância de um referencial teórico-metodológico que efetivamente forneça o suporte para o desvelamento do real, de sua essência histórica. Esse conhecimento implica em uma reflexão constante, isto é, em uma *capacitação continuada*: outro desafio a ser buscado no enfrentamento do neoconservadorismo, do pensamento pós-moderno, com seu irracionalismo, seus preconceitos, suas formas morais.

Para se realizar como atividade teórica universalizante, é preciso que a ética apreenda criticamente os fundamentos dos conflitos morais e desvele o sentido e as determinações de suas formas alienadas; a relação entre a singularidade e a universalidade dos atos ético-morais, respondendo aos conflitos sociais, resgatando os valores genéricos e ampliando a capacidade de escolha consciente dos indivíduos; sobretudo, que possibilite a indagação radical sobre as possibilidades de realização da liberdade, seu principal fundamento.

Vê-se que a responsabilidade ética profissional, em suas várias formas de expressão, exige a participação ativa dos sujeitos coletivos, que – em graus variados, com diversas medidas e possibilidades de engajamento – são os protagonistas de escolhas e posicionamentos de valor. Assim, o nível de exigência dessas escolhas e as mediações que elas encerram variam qualitativamente, de acordo com determinações historicamente condicionadas.

Nesse sentido, os valores contidos no Código de Ética Profissional são orientadores das opções, escolhas, dos posicionamentos e julgamentos de valor realizados cotidianamente. Todavia, para que se materializem, é preciso que ganhem efetividade na transformação da realidade, na prática social concreta, seja ela na direção de um atendimento realizado, de uma necessidade respondida, de um direito adquirido.

Na relação com os usuários, nos limites da sociedade burguesa, a ética profissional se objetiva através de ações conscientes e críticas, do alargamento do espaço profissional, quando ele é politizado – o que implica no compartilhamento coletivo com outros profissionais e no respaldo das entidades e dos movimentos sociais organizados. Isso torna possível uma ação ético-política articulada ao projeto coletivo, adquirindo maiores possibilidades de respaldo nos momentos de enfrentamento e de resistência.

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

BARROCO, Maria Lucia S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Ética e Sociedade* (Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores). 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.

_____. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano XXV, n. 79, 2004.

_____. Ética, direitos humanos e diversidade. *Revista Presença Ética*, Recife, GÉPE, UFPE, n. 3, 2003.

_____.; BRITES, Cristina Maria. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos. *Revista Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ano III, n. 5, jan. a jun. 2002.

BEAUVOIR, Simone. *O Pensamento da direita hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

BRITES, Cristina Maria; SALES, Mione A. *Ética e Práxis Profissional* (Curso de capacitação ética para agentes multiplicadores). 2. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2007.

CFESS. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS, 1993.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Brasília: Vozes: NEDIC, 1999.

GEPE. Códigos de Ética do Serviço Social. *Presença Ética*, Recife, UFPE, ano 1, v. 1, 2001.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1972.

_____. *Sociologia de la vida cotidiana*. 5. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

____.; CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas da atividade humana. *Temas*, São Paulo, Editora Ciências Humanas, n. 4, 1978.

____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

____. O momento ideal na economia e sobre a ontologia do momento ideal. In: _____. *A ontologia do ser social*. Tradução de Maria Angélica Borges Rodrigues. Seções 1 e 2 do volume II.

____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Organização, Apresentação e Tradução). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007 (Pensamento Crítico, v. 9).

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl. *Fundamentos de la crítica de la economia política (esbozo 1857-1858 Grundrisse)*. Havana: Instituto del Libro, Ed. Ciencias Sociales, 1971. Tomos I, II.

____.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas: 1982.

MÉSZÁROS, Istvan. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

____. *O Século XXI. Socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social, 1.).

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

____. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1992.

____. *A construção do projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea* (Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social - módulo I). Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Brasília: Vozes, NEDIC, 1999.

PAIVA, Beatriz A.; SALES, Mione. A. A nova ética profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, Dilsea A. et alli (Org.). *Serviço Social e ética: convite a uma práxis*. São Paulo: Cortez, 1996.

SALES, Mione Apolinário. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007.

TERTULIAN, N. *O grande projeto da ética*. Ensaios Ad Hominen. São Paulo: Edições AD Hominen, 1999.

TONET, Ivo. Fundamentos filosóficos para a nova proposta curricular em Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 15.

TRINDADE, José Damião de Lima. *A história social dos direitos humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

VAZQUEZ, Adolfo S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

O projeto ético-político do Serviço Social

Joaquina Barata Teixeira

Professora Adjunta da Universidade Federal do Pará - UFPA

Marcelo Braz

Professor Adjunto da Escola de Serviço Social - UFRJ

O projeto ético-político do Serviço Social

Introdução

O texto que apresentamos a seguir traz ao leitor um estudo sobre o projeto profissional do Serviço Social brasileiro. Para desenvolvê-lo, dividimos a exposição teórica em três momentos que detêm unidade metodológica entre si. A subdivisão do texto se dá pela preocupação de tornar seu desenvolvimento mais compreensível, buscando torná-lo mais didático.

O leitor encontrará aqui os seguintes tópicos: 1) A natureza dos projetos como finalidades (teleologia) concebidas e voltadas para uma determinada atividade; 2) O projeto ético-político como expressão das mediações existentes entre projetos societários e projetos profissionais; 3) O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, sua constituição histórica, seu estado atual e seus desafios futuros.

No primeiro tópico, discutiremos a natureza das projeções sócio-humanas como pressuposto para se pensar as práticas sociais em suas diversas modalidades. No segundo tópico, estudaremos a própria noção de projeto ético-político, abordando suas relações com os projetos societários. Por fim, apresentaremos o projeto profissional brasileiro, conhecido entre nós por projeto ético-político, a partir do seu surgimento e desenvolvimento histórico, seus aspectos atuais e os principais desafios postos a ele a partir da identificação das mais relevantes questões presentes na sociedade contemporânea.

1 A natureza dos projetos societários, dos projetos coletivos e suas inter-relações

Tanto os projetos societários quanto os projetos coletivos vinculam-se a práticas e atividades variadas da sociedade. São as próprias práticas/atividades que determinam a constituição dos projetos em si.

A primeira questão que se deve considerar quando pensamos em projetos (individuais ou coletivos) em uma sociedade de classes é o caráter político de toda e qualquer prática. Todas as formas de prática envolvem interesses sociais os mais diversos que se originam, através de múltiplas mediações, das contradições das classes sociais em conflito na sociedade. O que as movem na verdade são as necessidades sociais reais que lançam os homens em atividades humano-criadoras percebidas no metabolismo social (trabalho – ato fundante das relações sociais).

As necessidades humanas, constituídas e desenvolvidas ao longo do desenvolvimento sócio-histórico do ser social, levam a humanidade a um processo interminável de busca de sua autorreprodução, estabelecendo, assim, um mundo prático-material composto de várias atividades e práticas distintas. A constituição desse mundo prático-material desencadeia um conseqüente e necessário mundo prático-ideal, que reproduz o primeiro no campo das idéias.

Neste universo sócio-humano, que tem o trabalho como atividade fundante, um conjunto de práticas (ou atividades) são desencadeadas historicamente. Compõe-se, então, um mundo cada vez mais complexo e mediado, formado por diversas modalidades de práticas/atividades que se originam tanto do mundo prático-material quanto do mundo prático-ideal. Isto significa dizer que quanto

mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho. No ser social

desenvolvido, verificamos a existência de *esferas de objetivação* que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte etc. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 43).

Desta forma, temos diversas formas de prática: prática política, prática artística, prática produtiva e as diversas formas de prática profissional, todas elas relacionadas em última instância à prática produtiva (ao mundo prático-material) na qual os homens, através do *trabalho* como “objetivação fundante e necessária do ser social” (Idem), transformam a natureza, obtendo dela os meios necessários a sua vida material. Essa transformação se opera no mundo da produção social a partir da qual os homens (re)produzem relações sociais mais ou menos complexas – a depender das condições históricas nas quais se desenvolvem – que se dão na esfera da reprodução social. Tais relações, calcadas no suprimento (na sua busca) de necessidades sociais concretas, envolvem o conjunto das práticas sócio-humanas desencadeadas historicamente.

Nessa incessante dinâmica da história, os homens vão tornando cada vez mais complexas suas relações e cada vez mais mediadas suas formas de vida social, o que equivale a dizer que eles vão criando, cada vez mais, formas de objetivação na realidade, as quais podemos chamar de *práxis*. No desenvolvimento histórico do ser social, conhecemos duas formas de *práxis*: aquelas “voltadas para o controle e a exploração da natureza e [aquelas] voltadas para influir no comportamento e na ação dos homens”, que é o que peculiariza a *práxis* profissional. Portanto,

os produtos e obras resultantes da *práxis* podem objetivar-se *materialmente e/ou idealmente*: no caso do trabalho, sua objetivação é necessariamente algo material; mas há objetivações (por exemplo, os valores éticos) que se realizam sem operar transformações numa estrutura material qualquer (Idem, p. 43-44).

Essas diversas formas de prática trazem em si *projeções individuais e coletivas*, desenvolvidas pelos diversos sujeitos individuais e coletivos, que participam dos variados interesses sociais. No caso do Serviço Social, tanto no plano ideal (das ideias) quanto no plano prático, os sujeitos que nele intervêm procuram lhe imprimir uma determinada direção social, que atende aos diversos interesses sociais que estão em jogo na sociedade (políticos, ideológicos, econômicos etc.). Assim é que vão se afirmando uns ou outros valores, umas ou outras diretrizes profissionais que, ao assumirem dimensões coletivas, ou seja, ao conquistarem segmentos expressivos do corpo profissional, passam a representar para parcelas significativas da profissão a sua verdadeira “auto-imagem” (NETTO, 1999), adquirindo então a condição de projeto profissional.

Tal identidade coletiva que o projeto profissional suscita surge em meio aos contraditórios interesses de classe que determinam o Serviço Social. Por isso, ele só pode ser pensado em relação a um projeto de maior envergadura: o projeto societário.

2 Projetos Societários, Projetos Profissionais e o Projeto Ético-Político do Serviço Social¹

Todo projeto e, logo, toda prática, numa sociedade classista, têm uma dimensão política, como dissemos anteriormente. Ou seja, se desenvolvem em meio às contradições econômicas e políticas engendradas na dinâmica das classes sociais antagônicas. Na sociedade em que vivemos (a do modo de produção capitalista), elas são a burguesia e o proletariado. Logo, o projeto profissional (e a prática profissional) é, *também*, projeto político: ou projeto político-profissional. Detém, como dissera Iamamoto (1992) ao tratar da prática profissional, uma dimensão política, definida pela inserção sociotécnica do Serviço Social entre os distintos e contraditórios interesses de classes.

¹ A partir daqui, desdobramos alguns conteúdos que estão presentes em Braz (2001).

Ainda que a prática profissional do(a) assistente social não se constitua como práxis produtiva, efetivando-se no conjunto das relações sociais, nela se imprime uma determinada direção social por meio das diversas ações profissionais – através das quais, como foi dito, incide-se sobre o comportamento e a ação dos homens –, balizadas pelo projeto profissional que a norteia. Esse projeto profissional por sua vez conecta-se a um determinado projeto societário cujo eixo central vincula-se aos rumos da sociedade como um todo – é a disputa entre projetos societários que determina, em última instância, a transformação ou a perpetuação de uma dada ordem social.

Os projetos profissionais são impensáveis sem esses pressupostos, são infundados se não os remetemos aos projetos coletivos de maior abrangência: os projetos societários (ou projetos de sociedade). Quer dizer: os projetos societários estão presentes na dinâmica de qualquer projeto coletivo, inclusive em nosso projeto ético-político.

Os projetos societários podem ser, em linhas gerais, transformadores ou conservadores. Entre os transformadores, há várias posições que têm a ver com as formas (as estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Dessa forma, nosso projeto filia-se a um ou outro projeto de sociedade não se confundindo com ele.

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional² põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de

² A dimensão política da prática profissional foi discutida por Yamamoto (1992) em *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*.

supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica³. As demandas (de classes, mescladas por várias outras mediações presentes nas relações sociais) que se apresentam a nós manifestam-se, em sua empiria, às vezes, revestidas de um caráter mistificador, nem sempre revelando seus reais determinantes e as questões sociais que portam, daí que essas demandas devem ser processadas teoricamente. Tendo consciência ou não, interpretando ou não as demandas de classes (e suas necessidades sociais) que chegam até nós em nosso cotidiano profissional, dirigimos nossas ações favorecendo interesses sociais distintos e contraditórios.

Nosso projeto ético-político é bem claro e explícito quanto aos seus compromissos.

Ele:

tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a *liberdade* concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o *projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero*. (NETTO, 1999, p. 104-5).

³ Para a compreensão da Ética no processo sócio-histórico, vale conferir o ótimo livro de Lúcia Barroco (2001), *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*.

2.1 Elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social

A partir das problematizações anteriores, poderíamos chegar a algumas conclusões acerca do nosso projeto ético-político profissional. Com Netto, o definiríamos da seguinte maneira:

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (1999, p. 95).

Em suma, o projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: “*uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.*” (Idem, p. 98). Num exercício de sistematização, podemos identificar os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão. São eles:

- a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas;

d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira.

Todos esses elementos constitutivos têm em sua base os componentes que lhe dão materialidade. Ou seja, aqueles elementos se objetivam e se expressam na realidade – podemos dizer: ganham visibilidade social – por meio de determinados componentes construídos pelos(as) próprios(as) assistentes sociais. São eles:

a) a *produção de conhecimentos no interior do Serviço Social*, através da qual conhecemos a maneira como são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão, onde se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional e especulativos e prospectivos em relação a ele. Esta dimensão investigativa da profissão tem como parâmetro a sintonia com as tendências teórico-críticas do pensamento social já mencionadas. Dessa forma, não cabem no projeto ético-político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem;

b) as *instâncias político-organizativas da profissão*, que envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão: as associações profissionais, as organizações sindicais e, fundamentalmente, o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), além do movimento estudantil representado pelo conjunto de CAs e DAs (Centros e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino) e pela ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social). É por meio dos fóruns consultivos e deliberativos dessas entidades que são consagrados coletivamente os traços gerais do projeto profissional, onde são reafirmados (ou não) compromissos e princípios. Assim, subentende-se que o projeto ético-político pressupõe, em si mesmo, um espaço democrático de construção coletiva,

permanentemente em disputa. Essa constatação indica a coexistência de diferentes concepções do pensamento crítico, ou seja, o pluralismo de ideias no seu interior;

c) a *dimensão jurídico-política da profissão*, na qual se constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão. Há nessa dimensão duas esferas distintas, ainda que articuladas, quais sejam: um aparato jurídico-político estritamente profissional e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. No primeiro caso, temos determinados componentes construídos e legitimados pela categoria, tais como: o atual Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, documento referendado em sua integralidade pela Assembléia Nacional da ABEPSS em 1996 e aprovado, com substanciais e prejudiciais alterações, pelo MEC. No segundo caso, temos o conjunto de leis (a legislação social) advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, que, embora não exclusivo da profissão, a ela diz respeito tanto pela sua implementação efetiva tocada pelos assistentes sociais em suas diversas áreas de atuação (pense na área da saúde e na LOS – Lei Orgânica da Saúde – ou na assistência social e na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social – ou, ainda, na área da infância e juventude e no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente), quanto pela participação decisiva que tiveram (e têm) as vanguardas profissionais na construção e aprovação das leis e no reconhecimento dos direitos na legislação social por parte do Estado em seus três níveis.

É a partir e por meio desses componentes que se materializam os elementos constitutivos do projeto ético-político. Isso nos possibilita afirmar que são esses componentes que permitem – junto a tantos outros fatores que incidem sobre o universo profissional – a efetivação histórico-concreta dos quatro elementos supracitados, uma vez que são eles os instrumentos que viabilizam o projeto profissional na realidade objetiva, supondo-a para além das ações profissionais isoladas, ainda que possam envolvê-las

também, e tomando o projeto ético-político como, mais uma vez, uma projeção coletiva dos assistentes sociais.

Isto *não* quer dizer que o projeto ético-político se efetiva integralmente na realidade. E por que isto ocorre? Para responder a essa questão, devemos realizar duas reflexões. A primeira: é preciso lembrar o que problematizamos na primeira parte deste texto, quando discutimos a natureza dos projetos e das atividades que caracterizam o agir sócio-humano. Ali afirmamos que *não há uma relação de identidade* entre o que projetamos e o que realizamos efetivamente. O que não se dá por uma questão de mau planejamento das ações, por incompetência ou mesmo por algum problema de caráter, mas acontece porque há uma *relação não identitária* entre consciência e ação ou, se preferirmos, entre sujeito e objeto. Ainda que não haja ação (prática) sem teleologia, ou seja, sem projeção de finalidades (sem antecipação ideal de resultados), o resultado prático, a transformação que operamos na realidade através de nossas ações, é sempre distinta do que pré-visualizamos em nosso pensamento, do que prevíamos como ideal em nossas consciências. Isto significa que as ações são sempre inconsequentes? Não, em absoluto! Significa que a realidade objetiva é diferente do plano subjetivo, e, portanto, daquilo que se idealiza realizar. Significa também que não controlamos todos os aspectos que incidem sobre a realidade, que a sua alteração/mudança/transformação não depende *apenas* de nossos atos e de nossas ações. Significa, em alusão a Marx, que a história é feita pelos homens, mas em condições que estão predeterminadas a eles.

A segunda reflexão se relaciona com a primeira, pois incide sobre a relação entre pensamento e ação, consciência e prática. Devem lembrar os nossos leitores que o projeto ético-político possui determinados elementos constitutivos e que eles formam o corpo de identidades que fornecem aquilo que José Paulo Netto chamou de “auto-imagem da profissão”. Pois bem, se você foi um leitor atento deve se recordar que tais identidades estão vinculadas a valores e princípios muito claros, que se reconhecem através de conceitos os mais diversos. Recapitulemos. Páginas atrás, quando estudávamos os

elementos constitutivos e os princípios que norteiam o projeto ético-político, mencionamos a questão da igualdade, da liberdade, da democracia, do pluralismo, da recusa da sociedade do capital, das lutas políticas contra ela e suas iniquidades, etc. Se o leitor pensar bem no que representam esses valores, não tardará a perceber que eles são estranhos ao mundo em que vivemos, saberá que a consecução *plena* deles é incompatível com a sociedade capitalista. Ora, se isto é verdade, como os assistentes sociais puderam construir um projeto profissional tão antagônico com a realidade em que vivemos? Trata-se de um puro idealismo da categoria? Claro que não!

A partir das contradições de classes que determinam a profissão – e daí a dimensão política da prática profissional, da qual falamos anteriormente –, os(as) assistentes sociais podem, desde que num ambiente de democracia política – o que significa afirmar que tal democracia é um pressuposto para a própria existência do projeto ético-político –, escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais. O que se está a dizer é que nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital.

É preciso ter a clareza absoluta do que isso significa para não incorrer, novamente como diz Yamamoto (1992), nem no voluntarismo político-profissional para o qual basta a boa vontade e um ideal para se transformar a realidade e nem no fatalismo para o qual não há alternativas na realidade, pois ela seria um dado factual e imutável. Mais ainda: é necessária a mesma clareza para se compreender as dificuldades que estão postas cotidianamente para os(as) assistentes sociais em suas variadas inserções profissionais.

Diante da contemporaneidade, tão dura e adversa, não é incomum encontrar profissionais (tanto os que atuam na prática profissional, quanto aqueles ligados às unidades de ensino) que sustentam a “inviabilidade” do projeto ético-político. Em geral, argumentam que o projeto apresenta princípios que não podem ser efetivados concretamente e que o fazer profissional não permite que sejam contemplados. Nada mais falso! Só uma visão pobre de análises pode sustentar tais argumentos. Mesmo diante das adversidades (e até mesmo contra elas!) é que devemos reafirmar nosso projeto ético-político, pois ele fornece os insumos para enfrentar as dificuldades profissionais a partir dos compromissos coletivamente construídos pela categoria. Parece óbvio que a realidade atual não nos é favorável, e para isso precisamos enfrentá-la com competência profissional e conscientes do significado político-profissional de nossa atuação. Na última parte deste texto, veremos alguns dos desafios que estão postos para o projeto ético-político do Serviço Social nesta primeira década do século XXI.

3 Os desafios ao projeto ético-político na entrada do século XXI

Desde os anos 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. A chegada entre nós dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação deflagrado nos diversos países latino-americanos somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós. É sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na Cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura, substituindo-os por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada”.

Pode-se localizar aí a *gênese do projeto ético-político*, na segunda metade da *década de 1970*. Esse mesmo projeto *avançou nos anos 1980, consolidou-se nos 1990 e está em construção, fortemente tensionado* pelos rumos neoliberais da sociedade e por uma nova reação conservadora no seio da profissão *na década que transcorre*.

O avanço do projeto nos anos 1980 deveu-se à construção de elementos que o matizaram entre nós, entre eles, o Código de Ética de 1986. Nele tivemos o coroamento da virada histórica promovida pelas vanguardas profissionais. Tratou-se da primeira tentativa de tradução, não só legítima como legal, (através do órgão de fiscalização do exercício profissional, o CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais, hoje CFESS) da inversão ético-política do Serviço Social brasileiro, amarrando seus compromissos aos das classes trabalhadoras. É bem verdade que soava mais como uma carta de princípios e de compromissos ideopolíticos do que um Código de Ética que, por si só, exige certo teor prático-normativo⁴. Mas, por outro lado, ao demarcar seus compromissos, mais que explicitamente, não deixava dúvidas de “qual lado” estávamos. Nesta mesma década, aferem-se também avanços em torno do projeto no que tange à produção teórica que dá saltos significativos tanto quantitativamente quanto qualitativamente, trazendo temas fundamentais ao processo de renovação, tais como a questão da metodologia, as políticas sociais e os movimentos sociais.

O processo de consolidação do projeto pode ser circunscrito à década de 1990, que explicita a nossa maturidade profissional através de um escopo significativo de centros de formação (referimo-nos às pós-graduações), que amplificou a produção de conhecimentos entre nós. Nesta época, também se pode atestar a maturidade político-organizativa da categoria através de suas entidades e de seus fóruns deliberativos. Pense-se nos CBASS dos anos 1990, que expressaram um crescimento incontestável da produção de conhecimentos e da participação numérica dos assistentes sociais.

⁴ Ver Bonetti et alli (1996).

A década que se inicia nos mostra dois processos inter-relacionados: a continuidade do processo de consolidação do projeto ético-político e as ameaças que sofre diante das políticas neoliberais que repercutem no seio da categoria sob a forma de um neoconservadorismo profissional⁵. Mas não apenas o neoliberalismo repercute negativamente na profissão. No campo ideocultural, há a prevalência de modos de pensar que têm afirmado a impossibilidade de superação da ordem do capital e, mais que isso, vêm difundindo o triunfo do capitalismo sobre qualquer outra alternativa a ele. Isso traz desdobramentos políticos, ideológicos e também teóricos. A pós-modernidade expressa esse caldo de cultura e pode ser considerada a base ideocultural, ou as “expressões ideoculturais da crise capitalista” na interpretação de Simionato (1999), sobre a qual a ordem burguesa se apoia para se manter dominante.

Mas a ofensiva do capital não se resume ao neoliberalismo e à pós-modernidade. Ela articula um conjunto de estratégias que foram desencadeadas a partir dos anos 70 e atendem primordialmente aos imperativos de manutenção das taxas de lucros dos monopólios que, por meio de verdadeiras oligarquias financeiras e econômicas, controlam os rumos do modo de produção capitalista. O esgotamento da fase áurea do capitalismo – denominada por Hobsbawn como os “anos dourados”, precisamente aqueles que compreenderam o imediato pós-guerra em 1945 e se estenderam até a entrada dos anos 1970 – abriu uma crise estrutural que teve como principal desdobramento exatamente a queda das taxas médias de lucros dos grupos monopolistas e uma generalizada e significativa redução dos padrões de crescimento econômico experimentados naqueles anos. A busca pela “restauração do capital” – oportuna expressão de Braga (1996) – se dirigiu para todos os setores que passaram a inibir a acumulação do capital: ela se deu tanto no campo estritamente econômico-produtivo, quanto no universo financeiro da burguesia, demandando alterações no mundo da política e da cultura.

⁵ Os desafios ao projeto ético-político contemporâneo são problematizados em vários estudos, entre eles destacamos o de Netto (1996 e 1999, *op.cit.*) e o de Yamamoto (1998). Vale consultar o estudo de Soares Santos (2000) intitulado *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*, ESS/UFRJ, Rio de Janeiro.

A partir de reordenações nas formas e nos meios de produzir a riqueza, trazendo mudanças tecnológicas e inovações técnicas que alterariam o mundo da produção do capital, modificam-se os padrões de acumulação vigentes que passaram a intensificar a centralização do capital, ampliando o poder das oligarquias financeiras. Esse quadro exigiu alterações político-institucionais nos Estados nacionais e o enfraquecimento do poder de fogo da classe trabalhadora. As consequências foram a piora das condições gerais de vida das classes trabalhadoras com a precarização do trabalho, o rebaixamento salarial e o desemprego estrutural. Para tanto, a burguesia teve que operar significativas transformações nos aparatos do Estado, que foi progressivamente capturado pelas forças do grande capital internacional, hegemônico pelo capital financeiro. Este conjunto de modificações foram as respostas do capital à sua própria crise. Tais respostas funcionaram “como uma estratégia articulada sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 214).

Para o Serviço Social, os desdobramentos não foram nada animadores, uma vez que resultaram em nefastas consequências que recaíram tanto sobre os usuários da profissão quanto sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais, como as de todos os trabalhadores. Como tais alterações capitalistas só chegaram fortemente no Brasil a partir dos anos 1990, foi nesta década que passamos a sentir os impactos dessas estratégias capitalistas. Contraditoriamente, foi nesta década que o projeto ético-político se consolidou. Isto se deu por duas razões principais, intimamente articuladas: primeiro, o processo de renovação do Serviço social brasileiro, que se abriu na virada dos anos 1970 para os anos 1980, teve prosseguimento nos meios profissionais – recorde-se que a profissão consolida seus avanços teóricos (a produção de conhecimentos), intensifica sua organização política (tocada pelo conjunto CFESS/CRESS e pela ABEPSS) e reformula e atualiza seus estatutos legais (a dimensão jurídico-política da profissão expressa na nova Lei de Regulamentação Profissional e no novo Código de Ética, ambos de 1993); segundo, porque foi justamente na virada da década de 1980 para a de 1990 que os movimentos sociais das classes trabalhadoras brasileiras, ainda que resistindo à ofensiva do capital e valendo-se dos

avanços da década anterior, conseguiram galgar níveis de organização e de mobilização que envolveram amplos segmentos da sociedade, inclusive os assistentes sociais. Essa resistência, ancorada nos movimentos sociais e protagonizada por partidos de esquerda, destacadamente o PT (Partido dos Trabalhadores), foi decisiva para o avanço do projeto ético-político.

Como, conforme sustentamos nesse texto, o projeto profissional mantém estruturais relações com os projetos societários, podemos dizer que, diante do quadro atual – de continuidade da ofensiva do capital e de enfraquecimento das lutas e da resistência dos movimentos organizados do trabalho –, o projeto ético-político encontra-se num momento crucial de sua trajetória, que é expressão também da própria trajetória da profissão. E o momento é crucial porque remete à manutenção ou não das bases teóricas, organizativas e ético-políticas do projeto coletivo da profissão que mudou as feições do Serviço Social brasileiro nos últimos 30 anos. A sua reafirmação depende, não exclusivamente, tanto das respostas políticas que as vanguardas profissionais darão aos desafios atuais (no âmbito do exercício profissional e no campo da formação – onde se destaca a espantosa expansão de cursos privados, inclusive os que se valem das metodologias de ensino em graduação a distância) quanto das ações dos profissionais nas diversas áreas de atuação, a partir de intervenções qualificadas, éticas e socialmente comprometidas.

Referências

ABEPSS. Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. *Revista Temporalis*, Brasília, ano I, n. 1, jan./ jun. 2000.

BARROCO, M. L. S. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

CEAD/CFESS/ABEPSS. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília, CEAD, 1999.

BONETTI, D. A. et al. *Serviço Social e Ética*. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

BRAZ, M. Notas sobre o projeto ético-político. In: *Assistente Social: Ética e Direitos*. 3. ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: CRESS, 1996. (Coletânea de leis e resoluções).

_____. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano XXV, n. 78, jul. 2004.

CRESS 7ª R. *Assistente Social: Ética e Direitos*. 3 ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: CRESS, 2001. (Coletânea de Leis e Resoluções).

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Trabalho e Indivíduo Social*. São Paulo: Cortez, 2001.

LEVY, N. Uma reinvenção da ética socialista. In: BIGNOTTO, N. et al. *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1964.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano XVII, n. 50, abr. 1996.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, 1.)



SILVA, M. O. S. *O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATO, I. *As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade*. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

TEIXEIRA, J. B. *Serviço Social e projeto ético-político profissional no cenário atual*. Belém: CRESS 1ª R. (mimeo), 2003.

VAZQUEZ, A. S. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ZAIDAN FILHO, M. *A crise da razão histórica*. Campinas: Papirus, 1989.

Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais

Maria Marieta Koike

Professora adjunta no Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de
Serviço Social - UFPE

Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais

Introdução

Manter o processo da formação profissional sob permanente e crítica atualização torna-se, cada vez mais, uma necessidade nos diferentes campos profissionais.

As transformações societárias desencadeadas pelo movimento que as classes sociais realizam para enfrentar a crise contemporânea do capital suscitam novas exigências às práticas profissionais, aos processos da formação profissional e à organização dos sujeitos da profissão.

Nesse contexto em que o capitalismo busca saídas para seus próprios limites, refletir sobre o processo educativo-formativo dos assistentes sociais requer cuidadosa avaliação crítica desse estágio do capitalismo, do significado da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, de seus vínculos com o real e da opção política que os sujeitos da profissão imprimem aos projetos profissional e societário.

Esse modo de proceder tem assegurado direção sociopolítica aos processos coletivos de renovação do Serviço Social no país, cimentando as bases de um projeto profissional crítico de si próprio e da sociedade na qual a profissão se instituiu e se desenvolve.

Este texto trata dos requerimentos que a realidade social e o desenvolvimento teórico-prático e ideopolítico da profissão colocam para a formação profissional em Serviço Social no momento atual da sociedade brasileira. Os dois primeiros tópicos situam o campo das macrodeterminações que na presente quadra histórica incide nos processos da formação profissional. O

terceiro analisa exigências e desafios atuais à formação profissional dos assistentes sociais no país.

1 Transformações societárias: impactos socioprofissionais

A conexão entre as transformações societárias e a necessidade de atualização dos processos de formação profissional parece óbvia. No entanto, essa vinculação pode obscurecer mais do que revelar. Mistificadas em suas origens e desdobramentos, as vertiginosas alterações que se verificam na sociedade contemporânea dizem-se, em geral, decorrentes da globalização, da crise do Estado, da crise da modernidade ou dos paradigmas. Não mencionam o capital nem a relação que ele representa e o que é efeito aparece como determinação.

Tais interpretações escondem a centralidade do trabalho, dissimulam as verdadeiras origens das classes sociais e dos processos que fundam e reproduzem o capitalismo. Naturalizam as transformações sociais e os processos dos quais emergem, encobrendo suas contradições e transitoriedade.

Uma característica da presente fase do capitalismo é a brutal ofensiva sobre o mundo do trabalho e o empenho no sentido de impor maior domínio e subordinação aos trabalhadores, subsumindo sua existência de classe (DIAS, 1999; GURGEL, 2003).

Na década de 1980, inicia-se um ataque aberto e declarado aos Estados-nação do capitalismo periférico, efetivado por um amplo processo de ajustes e reformas destinado a “reestruturar nações” (MORAES, 2006) ou, como analisa Eric Toussaint em seu caústico *A Bolsa ou a Vida* (2002, p. 33), a “domesticar os países do Terceiro Mundo”. Objetivo este gerido por organismos transnacionais como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) encarregados pelos países do centro capitalista de restaurar a lucratividade do

capital (BANCO MUNDIAL, 1995). As ações foram direcionadas prioritariamente para a remoção de obstáculos à expansão mundializada do capitalismo (CHESNAIS, 1996).

Enquadramento que no Brasil ocorre na década de 1990, mediado pela supressão de direitos sociais historicamente consolidados; abertura dos mercados nacionais ao capital especulativo; geração de superávit primário para garantia de pagamento dos juros da dívida; privatização do patrimônio público e de atividades de reconhecida atribuição do Estado, como as políticas sociais públicas. Medidas que deterioram esses países, sobretudo as condições de vida das classes subalternizadas.

Redefine-se o ciclo das mercadorias, instala-se o predomínio do capital financeiro, o Estado é suplantado pelo mercado nas funções de regulação da vida social. O trabalho, reestruturado e tecnificado torna-se mais homogêneo e indiferenciado.

A racionalidade tecnológica e organizacional imposta aprofunda a supremacia do trabalho morto, depreciando a força viva de trabalho. Esse se torna mais simplificado, flexível e com maior autonomia.

Impregnado de “atributos fetichistas”, o trabalho torna-se mais carregado de opacidade, sutilezas e alienação (MARX, 1975a, p. 79-93), fortalecendo “o despotismo do capital” e atentando contra a vida do trabalhador (MARX, 1975b, p. 743).

Sobre essa contradição, o novo padrão produtivo se consolida mediado por mecanismos e processos ideopolíticos destinados a incutir na sociedade os critérios das novas formas de gestão e controle do trabalho.

O mercado passa a requerer um trabalhador polivalente, com novas características técnicas e sociointelectivas, capaz de atuar em diferentes funções ou postos de trabalho. Os conceitos de profissão e formação específica, especializada, tendem a perder funcionalidade e desaparecer. O trabalhador, além da escassez de emprego, vai enfrentar a obsolescência do seu saber e a perda de organicidade da sociabilidade produzida no fordismo/keynesianismo (KUENZER, 2006).

O novo padrão societário impõe outra maneira de trabalhar, viver e pensar exigindo atuação na subjetividade do trabalhador para consolidar a sociabilidade do capitalismo reatualizado. Trata-se de produzir o “novo homem” e o “novo trabalhador” de acordo com as atuais necessidades da reprodução capitalista (GRAMSCI, 2001).

É necessário conformar perfis socioprofissionais que imprimam novos atributos, idéias e valores à força de trabalho. Prevaecem atributos comportamentais que se exprimem na conduta individual, com ênfase na criatividade, no empreendedorismo, adaptabilidade e capacidade de trabalhar sob tensão ou crise.

Critérios preferenciais de aferição da empregabilidade e da performance profissional que devem ser adquiridos individualmente como autoinvestimento e aferidos por mecanismos de controle de qualidade como os exames de proficiência.

Conceitos como qualificação, diploma, profissão que predominaram no fordismo, caem em desuso e entra em cena uma concepção de competência, na qual destrezas e habilidades constituem “capital individual”, “capital humano”, “ferramenta para agir, instrumento para ter êxito social” (VASCONCELLOS, 2003, p. 1047; FRIGOTTO, 1993). Concepção que tende a substituir dispositivos consolidados da formação profissional, exigindo do sistema educacional, dos

processos e requisitos educativo-formativos adequações que os tornem funcionais ao novo padrão produtivo.

2 Educação superior mercantilizada e universidade subtraída: o solo da formação acadêmico-profissional

No Brasil, a atual configuração pedagógica e socioinstitucional da formação profissional toma forma na reestruturação do sistema nacional de educação, cujos contornos são dados pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394, de 20/12/1996, ao estabelecerem os dispositivos jurídico-institucionais das alterações que viriam a ocorrer no quadro geral da educação e, em particular, na de nível superior.

O processo de adequação do sistema educacional às necessidades de resposta do capital à sua crise contemporânea se desenrola por dentro da contrarreforma do Estado, no contexto do ajuste neoliberal iniciado na América Latina nos anos de 1970 e no Brasil, na década de 1990.

Num amplo processo regressivo, redefiniram-se as funções do Estado, retirando as políticas sociais públicas da esfera a qual estas pertencem genuinamente, para serem entregues aos negócios privados (BEHRING, 2003). Essa política de mercantilização e empresariamento passa a integrar a arregimentação financista gerenciada pelas agências multilaterais encarregadas de tomar as decisões estratégicas do capital e de lhe abrir caminhos para a expansão mundializada (LEHER, 2001; 2007).

Ao findar os anos de 1900 a educação superior aparece no mundo mercantil como campo dos mais promissores ao lucro. “Mais rentável do que a Bolsa de Londres [...] mais do dobro do mercado mundial do automóvel”. Cifra, certamente, “aliciante e de grande potencial para um capital ávido de novas áreas de valorização” (SOUSA SANTOS, 2004, p. 27).

No Brasil, a movimentação financeira na educação superior, em 2003, foi de R\$45 bilhões e para as empresas que negociam no setor o lucro foi de R\$15 bilhões (ILAESE, 2004).

Para a universidade, a concepção de autonomia, entendida como liberdade acadêmica para produzir conhecimento com destinação social universal, transmuda-se em autonomia financeira. Coagida a gerar seu próprio financiamento, a universidade pública passa a disputar recursos no mercado como qualquer empresa.

O mercado e a inovação tecnológica referenciam a reforma educacional. A lógica é de que o mercado democratiza o acesso (democracia igualada a poder de compra) e a inovação tecnológica, tida como meio e finalidade da educação por uma espécie de virtualidade intrínseca, asseguraria a inserção social.

Lógica que no Brasil recebeu apoio financeiro e político para consumir o empresariamento da educação superior (NEVES, 2002). Em 2005, existiam 1.934 instituições particulares de ensino, com 80% das matrículas distribuídas em 86 universidades, 111 centros universitários e 1.737 faculdades isoladas ou integradas. Índice que colocava o país em sétimo lugar no *ranking* mundial de matrículas no setor privado. Os Estados Unidos, paradigma da economia privatizada, naquele ano, ocupava o vigésimo lugar (BRASIL, 2005).

Na área do Serviço Social, dos 217 cursos de graduação presencial existentes no país, em 2006, 80% ou 173 deles pertenciam ao setor privado e 20% ou 44 daquele total, ao setor público. Em 1994, existiam 72 cursos, dos quais 34% ou 25 destes eram públicos e 47 ou 66% eram particulares. Comparados os dois censos realizados pelo MEC/INEP nos períodos indicados, o aumento dos cursos pagos na área atingiu 268% (ABREU; LOPES, 2007, p. 12).

A expansão mercantilizada, todavia, não foi capaz de suprir as necessidades do país. Na faixa etária entre 17-24 anos, a taxa nacional de matrícula no ensino superior, em 2005, era de 11,5%. Abaixo da Argentina, do Equador, Costa Rica, Venezuela, Peru, Uruguai, Chile, Bolívia, Colômbia e México (BRASIL, 2005).

Pressionado internamente pelo afluxo advindo do ensino médio e externamente pelas agências multilaterais encarregadas de criar um mercado educacional mundial, em 2001, o Plano Nacional de Educação estabeleceu a meta de, em 2011, o país contar com 30% dos jovens daquela faixa etária na educação superior. Mesmo assim, ainda menos da metade do que se verifica nos países do centro do capitalismo.

Para avançar na meta e como a resistência de grandes setores da sociedade brasileira não permitiu aprovar a reforma geral da educação superior, apesar do empenho de dois governos, FHC e Lula, cada um com dois mandatos, o governo do momento, em sangria desatada, tem inundado o país com decretos, medidas provisórias, leis, resoluções e portarias, quase sempre sem debate prévio.

Dessa parafernália infraconstitucional que empurra a universidade pública, seu corpo docente e técnico-administrativo, o ensino de graduação, a pesquisa, a extensão e a pós-graduação para a esfera mercantil, esse texto só permite destacar dois exemplares, ambos com tendências deletérias imediatas na formação profissional.

São os Decretos de n. 5.622, de 19/12/2005, que cria a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituindo a educação a distancia (EaD) e o de n. 6.096, de 24/04/2007, que estabelece o Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI).

O ensino *on-line* que move a EaD, no âmbito da graduação, apresenta-se com o discurso da democratização do acesso, favorecendo a expansão desordenada da

educação superior a baixo custo. O objetivo é “trazer a Revolução Industrial para o ensino. Ou seja, de fazer o mesmo que fez a Revolução Industrial, transformar processos artesanais em processos fabris capazes de garantir uma produção em maior escala, mais barata e sem perda de qualidade” (CASTRO, 2006, p. 213).

Como “Ensino fabril”, a EaD no âmbito da graduação consolida a mercantilização da educação no país conferindo-lhe caráter discriminatório ao criar dois tipos de ensino, de formação, de aluno e de docente. Este substituído por “tutor de ensino” (ZUIN, 2006), de qualquer área de conhecimento, cindindo a vida acadêmica e o corpo profissional.

Iamamoto (2007) apresenta dados do MEC, de abril de 2007, em que apenas 6 cursos recém-criados de Serviço Social em EaD disponibilizam 9.760 vagas.

A autora lança a hipótese dos futuros diplomados em Serviço Social que totalizam, em 2007, (mas ainda subestimado) 32.823 vagas entre cursos presenciais e EaD, públicos e privados, em breve constituir um “*exército assistencial de reserva*”, reforçando práticas do voluntariado e da precarização do exercício profissional.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que congrega as unidades acadêmicas da graduação e pós-graduação em Serviço Social, o conjunto Conselho Federal (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), órgãos de regulamentação e fiscalização da profissão, e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que articula o movimento estudantil, desenvolvem gestões junto ao MEC no sentido de sustar a autorização de cursos de graduação EaD em Serviço Social. As entidades propõem ao MEC ampliar os cursos presenciais existentes e abrir novos nas universidades públicas onde estes ainda não existem.

A iniciativa se justifica pela modalidade não atender a exigências constantes nas Diretrizes Curriculares, mostrando-se inadequada aos projetos pedagógico e profissional.

Quanto ao REUNI, este redefine o perfil das universidades federais no país. Objetiva, em 5 anos, de 2008 a 2012, dobrar o número de vagas e matrículas na graduação e atingir a meta de “90% na taxa de sucesso”, ou seja, de aprovação. Meta esdrúxula, supondo “facilitação” na aferição dos conhecimentos dos alunos (ANDES-SN, 2007).

Sem recursos assegurados, a expansão prevista pode sustentar-se à base de maior flexibilização e desregulamentação e a custo de aligeiramento do processo formativo e aumento da precarização do trabalho docente e técnico-administrativo. A qualidade da formação e a produção de conhecimento estariam ameaçadas pelo “aulismo” em detrimento da pesquisa, pela falta de formação de pesquisadores e de intercâmbio desinteressado (sem estar submetido à lógica comercial/lucrativa) com a sociedade.

Com a educação superior reeditando a lógica fordista do consumo massivo, as universidades federais transformadas em “escolões pós-médio” passarão a emitir certificados genéricos e com mérito duvidoso, que além de descaracterizar as profissões, formando para “ofícios desprofissionalizados ou ocupações sem nome”, como sugere Castro (2006, p. 240), nas condições dadas teriam discutível serventia para o exercício profissional nas diferentes áreas.

Formação aligeirada e minimalista conduzirá à generalização dos exames de proficiência, mediante os quais o mercado passará a conferir empregabilidade. Conceito que de nenhum modo se traduz em emprego efetivo.

A reforma educacional em curso levanta questões ético-políticas graves, como a apontada por Fétizon e Minto (2007, p. 101), de que

qualquer indivíduo obrigado a se autoconstruir abaixo da cultura do *seu* tempo construir-se-ia infra-histórico – irremediavelmente abaixo de sua condição de humanidade [...] aquém de sua condição histórica – autoconstruído e confinado numa infra-humanidade.

Ao transformar a educação em objeto mercantil, o aluno em cliente consumidor e a universidade em emitente de diplomas banais, essa reforma esvazia a dimensão emancipadora da educação e subtrai o caráter universalista da instituição universitária. Ambiente institucional danificado, de *ethos* acadêmico degradado, ao se constituir lugar da formação acadêmico-profissional das novas gerações torna-se, também, solo de disputa e resistência aos processos de socialização do atual padrão societário.

3 Formação profissional dos assistentes sociais: novos e recorrentes desafios, renovadas possibilidades

Nas configurações do Serviço Social no Brasil, tributárias do processo de reconceituação desenvolvido na América Latina nos anos de 1960-1970 e dos desdobramentos da profissão nas particularidades históricas do país, a formação profissional dos assistentes sociais assume perspectiva distinta e colidente com as concepções hegemônicas de educação e de sociedade acima referidas.

O projeto pedagógico que a profissão vem construindo para a formação de seus quadros, cujo marco é o currículo/82, seguido das atuais diretrizes curriculares, vincula-se a uma concepção de educação e de sociedade referenciada na “construção de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero” o que “supõe a erradicação de todos os processos de

exploração, opressão e alienação”, princípios balizadores do código de ética do assistente social (CFESS, 2006, p. 23-41).

Concepção emancipatória que não está na origem da profissão e nem se fez espontaneamente, mas que tem história tecida nas lutas sociais pelas quais se deram condições sociopolíticas que possibilitaram os assistentes sociais brasileiros estruturar um projeto profissional crítico que em seu desenvolvimento rompe com as matrizes conservadoras do Serviço Social (IAMAMOTO, 1992; NETTO, 1996).

Projeto gestado nos movimentos de resistência contra o golpe militar instaurado em 1964 e que ganhou densidade nas lutas pelo reingresso da classe trabalhadora na cena política e pelas conquistas democráticas no campo dos direitos humanos e das políticas sociais públicas, universalistas, que marcam as décadas de 1970/1980 e que culminam com o processo constituinte enfeixado na nova Constituição da República, em 1988.

É nos anos de 1990, porém, no duro embate com a ofensiva neoliberal que captura o Estado brasileiro, agravando ainda mais a histórica concentração de renda e suprimindo direitos garantidos em lei, que o projeto profissional do Serviço Social se consolida no país.

Período de contrarreformas que impingiram perdas e derrotas aos trabalhadores, solapando condições de trabalho, demolindo suas estruturas organizativas, suprimindo direitos sociais e elementares condições de vida. Nele, a categoria profissional soube tecer seu projeto ético-político e torná-lo hegemônico.

O que por certo foi alicerçado no aprendizado dos anos de 1980, enriquecido na interlocução com a teoria social crítica, na prática profissional voltada às necessidades da classe trabalhadora, na organização política da categoria

profissional e no protagonismo nos movimentos libertários que derrotaram a ditadura no país e em outros países da América Latina (NETTO, 1994).

Agregue-se o esforço acadêmico da implantação do currículo/82, da ampliação da pós-graduação, da qualificação profissional que este demandava em termos da pesquisa e produção do conhecimento, condições vitais de apropriação da teoria social crítica e de aproximação entre a formação e o exercício profissional e de ambos com a realidade social.

Com renovada capacidade intelectual, ético-política e organizativa, a categoria profissional, as unidades acadêmicas, docentes e discentes da graduação e pós-graduação, sob a coordenação de suas entidades representativas apresentaram-se, à entrada dos anos de 1990, para um amplo repensar coletivo e democrático da profissão. Cabia redimensionar o projeto profissional, a partir de então denominado projeto ético-político, frente às alterações no mundo do trabalho, nas manifestações da questão social, nas práticas do Estado e suas relações com as classes sociais.

Foi emblemático começar pela atualização do código de ética, confirmando e ampliando princípios imperativos já definidos no código de 1986.

A Resolução CFESS n. 273, de 13/03/1993, mais que um instrumento de normatização, assenta as bases da direção social da profissão que elege a liberdade como valor central, o trabalho como fundante do ser social, a radicalidade democrática comprometida com a socialização dos meios de produção da riqueza material e cultural, a equidade traduzida em justiça social e o reconhecimento do pluralismo de idéias e de práticas na profissão e na sociedade.

Projeto societário ao qual se perfilha o projeto profissional do Serviço Social, expressão da ruptura da profissão com suas bases tradicionais e conservadoras.

Vínculo que necessita traduzir-se nos processos da formação, do exercício profissional e de organização do corpo profissional.

Assim, em junho do mesmo ano foi sancionada a Lei n. 8.662, de regulamentação da profissão, definindo competências e atribuições privativas do assistente social que representam tanto “uma defesa da profissão na sociedade” como “um guia para a formação acadêmico-profissional” (IAMAMOTO, 2002, p. 22).

À parte das questões que o texto da lei suscita (COFI/CFESS, 2002), importa ressaltar a noção de competência defendida pelos sujeitos da profissão para o fortalecimento do projeto ético-político. Neste, o fazer profissional referencia-se no domínio intelectual do instrumental técnico. Prática concebida como uma totalidade social, dadas múltiplas dimensões envolvidas na ação profissional e não apenas as produtivas. O que supõe uma formação profissional que imprima um perfil crítico, fundado em rigorosa capacidade teórica, ético-política e técnico-prática voltada ao conhecimento e transformação da realidade.

Concepção oposta ao entendimento presente nos requerimentos do mercado em que competências são “capacidades de realizar tarefas práticas, desvalorizando e mesmo declarando desnecessário o conhecimento científico” (KUENZER, 2006, p. 905).

Ensino/aprendizado operacional para forjar uma identidade ontologicamente subtraída, como indicada por Fétizon e Minto (2007), que retrocede ao taylorismo. Despreza e trivializa a teoria, fixando-se no “aprender fazendo” que, ao excluir a apropriação histórico-crítica do conhecimento humano, reifica as bases da reprodução da consciência alienada.

Na aguda análise de Kuenzer (2006, p. 886), tal concepção de educação constitui uma “redução epistemológica” funcional à formação da subjetividade

pragmática, polivalente, competitiva, empreendedora, adaptativa e individualista, “viabilizando um consumo cada vez mais predatório da força de trabalho e objetivando a lógica da acumulação flexível”.

O terceiro momento deste necessário e estratégico processo de reposicionar a profissão frente às necessidades e possibilidades presentes na sociedade brasileira na contemporaneidade dedicou-se à revisão curricular.

Sob a coordenação da ABESS/CEDEPSS, à época, com ampla participação e seguro apoio do conjunto CFESS/CRESS, da ENESSO e de uma equipe de consultores foi elaborado um novo Currículo Mínimo, aprovado em 8/11/1996, em assembléia geral das unidades formadoras da graduação e pós-graduação.

Experiência fértil e de grande aprendizado para todos que dela participaram encontra-se registrada em Cadernos ABESS (1997), Koike (1999), relatórios e outros documentos produzidos durante o processo revisional.

Com compromisso acadêmico de rigor teórico, direção ético-política e prática organizativa, os pressupostos do currículo/82 foram reafirmados e acrescidos, expressando a decisão coletiva de avançar na apropriação da teoria social crítica e do método que lhe é próprio, pelo que este contém de possibilidades de aproximação ao real, para nele intervir e transformá-lo (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20/12/1996, que formaliza a reforma educacional em curso, o currículo mínimo recebeu a nomenclatura de diretrizes curriculares.

Portadoras de uma direção intelectual e ideopolítica, componente imperativo do projeto profissional, as diretrizes curriculares, base para os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social, estão pautadas em princípios que na presente quadra histórica indicam os fundamentos para uma

formação profissional desenvolvida com flexibilidade; rigor teórico, histórico e metodológico no trato da realidade e do Serviço Social.

Supostos passíveis de objetivação mediadas pela teoria social crítica, pelas dimensões investigativa e interventiva tomadas como condição central da formação e da relação teoria-realidade; o pluralismo considerado prática do debate acadêmico e de disputa de projetos societários; interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, entre estágio/supervisão acadêmica e profissional; ética como princípio formativo atravessando o desdobramento curricular.

As diretrizes estão estruturadas por núcleos articulados entre si, compostos pelo de fundamentação da vida social, da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional, os quais se desdobram em matérias e estas em disciplinas e demais componentes curriculares.

Como concepção pedagógica, as diretrizes propiciam referenciais teórico-práticos indispensáveis a compreender o movimento da reprodução social para além da questão social (com suas insuprimíveis e metamorfoseáveis manifestações) e a formular procedimentos operativos destinados ao acompanhamento da dinâmica societária e ao desempenho profissional.

Do ponto de vista de sua estrutura lógica e como proposta pedagógica, o projeto da formação profissional consolidado nas diretrizes curriculares apresenta longo alcance em assentar o ensino-aprendizado na dinâmica da vida social e posicionar o profissional na realidade socioinstitucional.

Esta apreciação, visivelmente enfática das potencialidades das diretrizes curriculares – em sua formulação original, submetida e aprovada em assembléia geral das unidades acadêmicas (ABESS/CEDEPSS, 1996) –, contudo, está longe de eximi-las de problemas e limites.

Pontos como os da questão social, trabalho e serviço social, pesquisa, metodologia, relação teoria-prática, instrumentalização, entre outros, são fonte de recorrentes debates e investigação nas unidades acadêmicas, nos espaços profissionais e nos eventos do Serviço Social, indicativo de que se trata de projeto em aberto, democrático, ou seja, um processo em construção.

A questão a ressaltar diz respeito a ofensiva a que este projeto vem sendo submetido, como de resto, o projeto profissional.

A começar pelo ataque perpetrado pelo MEC na longa tramitação no Conselho Nacional de Educação (de 1997 a 2001), de onde finalmente as diretrizes saíram homologadas, porém desfiguradas e vazias de conteúdo (cf. BOSCHETTI, 2004).

Ao suprimir princípios e conteúdos das matérias indicados para a formação do assistente social, precisamente o norte do projeto, as unidades de ensino ficaram sem referência, sobretudo os novos cursos, facultando estruturar seus projetos pedagógicos segundo sua própria apreensão da direção e da lógica curricular (BOSCHETTI, 2004).

No contexto em que proliferam cursos com finalidade empresarial, o princípio da flexibilidade curricular, traduzida em simplificação e aligeiramento do processo formativo, encontram respaldo nos pareceres emitidos pelo órgão que coordena a política educacional, desconhecendo o projeto construído pela categoria profissional e suas entidades acadêmicas e organizativas.

À positividade realçada cabe, também, a advertência de Mota (2006) ao referir-se que na premência da defesa política das diretrizes curriculares é necessário precaver-se da reificação e de sucumbir-se ao pragmatismo e às diferentes formas de conservadorismo e idealismos a-históricos.

Nesse sentido não há como desconhecer questões vinculadas à apreensão da direção e da lógica curricular, dos fundamentos e categorias intelectivas pelas unidades acadêmicas, sem os quais as diretrizes se perdem no burocratismo e no formalismo, comprometendo o alcance histórico, teórico, ético-político, prático-operativo, pedagógico e organizativo que elas emprestam à formação profissional do assistente social.

Dimensões que para desenvolver suas potencialidades necessitam da interlocução com a teoria social crítica; da atitude investigativa e da prática da pesquisa; dos estudos avançados proporcionados pelos diferentes níveis da pós-graduação, da produção de conhecimento, da apropriação dos princípios éticos; do empenho teórico-prático à aproximação aos carecimentos das classes trabalhadoras; de formação qualificada, com direção social e fino acompanhamento da dinâmica societária, das necessidades sociais subjacentes às demandas profissionais, dos processos formativos e do exercício profissional.

Sem esse esforço intelectual-organizativo, forma essencial de resistência, o projeto da formação profissional não passaria de um roteiro de boas intenções.

Adversidade ainda maior, no entanto, deparou-se o processo de implantação das diretrizes na realidade que emergiu com os anos 2000, conforme delineada nos itens acima.

Ofensiva que se expressa em formas regressivas que aprofundam a precarização do trabalho em geral e do trabalho docente em particular, dos direitos sociais, da educação, da seguridade social, da subjetividade, enfim, da vida dos trabalhadores. Realidade que se faz acompanhar da naturalização dos fatos sociais, das práticas do transformismo, cooptação e da despolitização dos processos sociais como reforço ao consentimento e adesão que configuram novas formas de sociabilidade com incidência na formação, nas condições do exercício profissional, de organização dos sujeitos da profissão e da autonomia das

entidades, “pondo à prova” o projeto profissional (NETTO, 2004; 2007; BRAZ, 2004; 2007).

Nesse quadro de ofensividade, o ataque “em ato” ocorre com a mercantilização da educação superior, empresariamento da universidade pública, proliferação de cursos presenciais privados, graduação virtual, massificação como democratização do acesso, entre outras práticas. O “imminente” se dá com a efetivação do REUNI e a reestruturação acadêmica a que aderiram as instâncias diretivas das universidades federais. Processos que ferem a formação nas diversas áreas e níveis e comprometem o desenvolvimento científico e cultural das novas gerações, aumentando as tendências de aprofundamento da subalternização econômica e política do país.

O problema evidentemente não reside nem na tecnologia, nem em rever ou mudar as estruturas curriculares e acadêmicas, mas fazê-lo sob o predomínio de critérios emitidos pelo mercado, imposições de realinhamento às diretrizes do Banco Mundial e às exigências da OMC e outros organismos gestores do capital, tão bem acolhidas por sucessivos governos no Brasil.

Esta poderá ser a primeira vez em que a iniciativa de revisão curricular não partiria do corpo profissional com base nas requisições postas pela realidade e pelo projeto profissional na perspectiva do projeto societário que o inspira.

É urgente, portanto, a mobilização da vontade coletiva dos sujeitos da profissão no sentido de intensificar a programática defensiva do patrimônio profissional.

O grande desafio é salvaguardar as conquistas que conferem legitimidade intelectual, moral e cultural à profissão e fazê-la avançar. Não somente no Brasil, pois se trata da profissão mesma. São fortes as articulações do Serviço Social brasileiro com o de outros países em todos os continentes. Quer seja pelos vínculos

entre as entidades representativas dos níveis da formação, do exercício profissional, do movimento estudantil e suas congêneres em diferentes países, quer seja pelas redes de pesquisa, cooperação acadêmica e de intercâmbio ou pela expressiva participação de assistentes sociais, pesquisadores, docentes e estudantes de graduação e pós-graduação do Brasil em eventos internacionais do Serviço Social.

São amplos e variados os elementos que a profissão construiu para esta mobilização coletiva. Vínculos classistas, alianças com segmentos organizados das classes trabalhadoras, protagonismo nas lutas sociais identificadas com projetos societários emancipatórios.

Recursos da profissão que se revelam no próprio projeto profissional, em seu potencial desalienante, estratégico e capaz de desenvolver uma prática profissional na perspectiva da emancipação do ser social (GUERRA, 2007).

Conquistas de 70 anos da profissão no país alicerçados no avanço teórico-metodológico e pedagógico da graduação em instituições históricas, na pós-graduação que já registra 24 programas *stricto sensu*, sendo 9 com doutorado, e cuja efetividade se exprime na densidade da produção científica na área, hoje referência para outras áreas em estudos e pesquisas na vertente crítica, dentro e fora do país; na capacidade político-organizativa do corpo profissional; na participação social e na organicidade das entidades representativas da profissão, o que as legitima como dirigentes. ABEPSS, o conjunto CFESS-CRESS e ENESSO, cada uma na particularidade e autonomia de sua função de intelectual orgânico coletivo, com uma agenda comum em defesa do projeto estratégico da profissão, partícipes na construção da sociedade emancipada.

Com essa direção social em construção, ofensivas e tensões serão constantes e recorrentes. Próprias aos que se colocam em posição de recusa e crítica,

colidindo com relações e mecanismos sociais que nutrem a permanência do capitalismo como modo de vida social.

Mas se o real cria e repõe permanentemente desafios e formas de luta, assegura, também, renovadas possibilidades. Aí reside a “astúcia da história”!

Referências

ABEPSS – Texto de referência para a proposta de avaliação da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, 2005.

ABESS/CEDEPSS – Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

ABREU, Marina M.; LOPES, Josefa B. Formação profissional e diretrizes curriculares. *Inscrita*, Brasília, n.10, CFESS, mês 2007.

ANDES-SN. Universidade Nova: a face oculta da contra-reforma universitária. Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional, Brasília, DF, 2007.

BANCO MUNDIAL. La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiência. BIRD, Washington, D.C., 1995.

BEHRING, Elaine, R. *Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*, São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. *Temporalis*, Porto Alegre, n. 8, ABEPSS, 2004.

BRASIL. Exposição de Motivos. Anteprojeto de Lei da Educação Superior. Brasília, 29 de julho de 2005.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, Cidade, Ano XXV, n. 78, jul. 2004.

____. A hegemonia em cheque: projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. *Inscrita*, Brasília, ano VII, n. X, CFESS, nov. de 2007.

CADERNOS ABESS. *Formação profissional; trajetórias e desafios*. São Paulo, Cortez, 1997. (Edição especial).

CASTRO, Cláudio Moura. Ensino de massa: do artesanato à revolução industrial. In: CFESS (org.). *Código de ética do assistente social*. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasil, 2006.

CHESSAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

COFI/CFESS. *Atribuições privativas do (a) assistente social*. Brasília, 2002.

DIAS, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização*. 2. ed. revista e ampliada. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1999.

FÉTIZON, Beatriz A. de Moura; MINTO, César Augusto. Ensino a distância: equívocos, legislação e defesa da formação presencial. In: *Universidade e Sociedade*, Brasília, ANDES-SN, ano XVI, n. 39, fev. 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade na escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo, Cortez, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

GURGEL, Cláudio. *A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal*. São Paulo, Cortez, 2003.

GUERRA, Iolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *Serviço Social e sociedade*, cidade, Ano XXVIII, n. 91, Especial, set. 2007.

ILAESE - Cadernos de Educação. Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos. Maio, 2004.

IAMAMOTO, Marilda. *Renovação e conservadorismo: ensaios críticos*. São Paulo, Cortez, 1992.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: *CFESS - Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília, 2002.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo, Cortez, 2007.

KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. In: *Reprodução social, trabalho e Serviço Social*. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

KUENZER, Acácia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de exclusão. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 96, v. 27, número especial, Cedes, out. 2006.

LEHER, Roberto. A problemática da universidade 25 anos após a 'crise da dívida'. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ANDES-SN, ano XVI, n. 39, fev. 2007.

_____. UNESCO, Banco Mundial e a educação dos países periféricos. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ANDES-SN, ano XI, n. 25, dez. 2001.

MARX, Karl. *O Capital*. (Crítica da Economia Política). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, L. 1. V. 1, 1975a.

_____. *O Capital*. (Crítica da Economia Política). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, L. 1. V. 2, 1975b.

MORAES, Reginaldo Carmelo Correa. *Estado, desenvolvimento e globalização*. São Paulo, Editora da Unesp, 2006.

MOTA, Ana Elizabete. *Formação profissional em Serviço Social e a reforma do ensino superior*. ABEPSS, 2006. (mimeo).

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1994.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, ano XVII, n.50. São Paulo, Cortez, 1996.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXV, n. 79, Especial, Cortez, 2004.

_____. Das ameaças à crise. *Inscrita*, Brasília, ano VII, n. X, Conselho Federal de Serviço Social, nov. 2007.

NEVES, M. L. Wanderley (Org.). *O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990*. São Paulo, Xamã, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo, Cortez Editora, 2004.

TOUSSAINT, Eric. *A bolsa ou a vida. A dívida externa do terceiro mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VASCONCELLOS, Maria Drosila. A educação perante a nova ordem mundial. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, Cedes, set. 2003.

ZUIN, Antonio. Educação a distância ou educação distante? O programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual. *Educação & Sociedade*, Campinas, n. 96, v. 27, número especial, Cedes, out. 2006.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade

“Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em razão indireta a desvalorização do mundo humano.” (Karl Marx)

Sara Granemann
Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ – RJ
sgranemann@uol.com.br

1 Há diferenças entre trabalho e emprego?

Nos dias atuais, especialmente nas duas últimas décadas, no Brasil e no mundo, muitas páginas foram escritas sobre o fim do trabalho. A afirmação de que o trabalho acabou carrega consigo uma outra inferência com *status* de verdade irrefutável: já não haveria validade nas formas de organização típicas do trabalhadores e nem teria mais lugar para a construção da consciência e dos instrumentos políticos de luta dos trabalhadores: estaria, irremediavelmente, superada a possibilidade da *classe para si*.

Raciocínios como estes estão na base de numerosos embates teórico-políticos em curso na academia e na produção editorial, nos órgãos da grande mídia, nos discursos e nas políticas governamentais, na difusão do pensamento da grande burguesia por proeminentes intelectuais, nas elaborações das agências do grande capital, notadamente em relatórios do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio. Entre as conseqüências de impacto que estes juízos propiciaram está a recomendação de que **'reformas estruturais'** do Estado e das políticas sociais deveriam ser implementadas na direção de reduzir direitos do mundo do trabalho, ele mesmo em franca derrocada.

Em grande quantidade de textos e publicações trabalho e emprego são, equivocada e por vezes intencionalmente, compreendidos como sinônimos. Embora com evidentes relações, trabalho e emprego não podem ser reduzidos a uma e mesma coisa; aliás tal redução ideológica serve às conclusões apressadas que nos informam o fim do trabalho¹.

¹ Por ter aumentado a produtividade do trabalho e sua capacidade em gerar lucro para o capital é que se produz a eliminação de postos de trabalho. Conforme dados largamente comprovados, havia nos países capitalistas centrais, em 1996, oficialmente, 37 milhões de desempregados ao mesmo tempo em que as 147 pessoas mais ricas do mundo teriam uma fortuna acumulada de 1 trilhão de dólares, soma equivalente ao ganho anual total de quase três bilhões de habitantes do planeta ou a metade da população mundial. TOUSSAINT, Eric. **La bolsa o la vida**. Las finanzas contra los pueblos. 2. ed. Buenos Aires/Argentina: Editora, 2004.

Para Pochmann (2007), vive-se atualmente uma mudança da base técnica do trabalho quando a produtividade é fortemente elevada e a organização clássica do trabalho apresenta profundas alterações. Para o autor, a exigência de modificações postas pelo capital não faz o trabalho perder a centralidade, e tomar as mudanças tecnológicas que reduzem postos de trabalho como o fim do emprego seria criar uma falsa disjuntiva em cuja difusão há enorme do pensamento dominante para “que os trabalhadores aceitem os empregos possíveis gerados pela nova ordem econômica internacional ou, do contrário, a alternativa é o desemprego.” (POCHMANN, 2007)².

2 Trabalho e natureza humana

Terá mesmo o trabalho realizado pelos homens deixado de ser o sustentáculo na construção da natureza humana? A argumentação aqui desenvolvida sustenta: o trabalho continua a ser o eixo fundamental da sociabilidade humana; a dimensão capaz de criar uma natureza humana³, isto é, a atividade capaz de nos tornar seres portadores de uma natureza diversa da dos outros seres naturais (animais, aves e insetos) que, não obstante, desenvolvem trabalho com níveis diversos de sofisticação no âmbito do mundo natural.

² Conforme POCHMANN, Marcio. Entrevista. **Jornal da Unicamp**, São Paulo, edição 354, de 9 a 15 de abril. Disponível em: <www.unicamp.br/ju> Acesso em: 27 fev. 2009.

³ Por natureza humana reconhecemos no homem a constituição de uma sua segunda natureza que se eleva sobre a sua existência natural, biológica; esta, por assim dizer, caracteriza-se como a primeira natureza e é imprescindível para o desenvolvimento da natureza social, humana. A primeira, a natureza, é condição para que a segunda, a social, exista. Todavia, cada vez que os homens sofisticam a construção das relações sociais, humanas, históricas, mais distanciados estão da pura natureza biológica. Ocorre, porém, com a construção da sociabilidade, das relações sociais, que ela não se pode instilar, injetar na estrutura dos genes dos seres biológicos e, por essa razão, a natureza social dos seres, os desenvolvimentos sociais, humanos, podem sofrer reversões em situações especiais. Em uma palavra: o ser natural tornado social, humano, inserido em relações sociais pode agir, em dadas situações, exclusivamente como um ser natural já que a segunda natureza, a humana, não é um componente ‘genético’ de nossa natureza e, assim, situações limites podem ser canceladas. Ver especialmente:

MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988a. v. II.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social** – os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: LECH, 1979.

A concepção de trabalho como fundador da sociabilidade humana implica o reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade, desde as mais antigas, sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana.

A constituição do seres sociais tem no trabalho como ação orientada para um determinado fim o fundamento da natureza humana porque pela atividade laborativa os homens puderam diferenciar-se do mundo orgânico e, inclusive, passaram a submetê-la, a manipulá-la e a dela se distanciar com uma relativa autonomia; autonomia relativa posto que o ser social por mais avanços e conquistas que acumule no domínio e no controle da natureza não pode prescindir da base natural, genética que, por ineliminável, é a vida biológica. Sem a vida natural, sem a permanência desta dimensão, cancela-se o ser social e a existência mesma da sociabilidade.

Claro está que os processos de manipulação da natureza, em especial no modo de produção capitalista, não carregam a preocupação de preservar a vida já que a crescente conversão de todas as esferas da sociabilidade humana em processos apropriados pelo capital e tornadas mercadejáveis propiciaram incessantes produção e consumo de mercadorias que têm ameaçado de destruição o planeta⁴. Parâmetros tais convertem a ação laborativa em atividade que produz uma sociabilidade alienada porque exercida com o fito da mercantilização, exclusivamente com o objetivo de auferir lucros para o capitalista e, por essa razão, no modo capitalista de produção impôs-se aos homens forma particular de efetivação do trabalho.

⁴ É especialmente esclarecedor o texto de István Mészáros sobre a destruição do planeta levada a termo pelo capitalismo que passou da destruição produtiva para a produção destrutiva ao ponto de impor sérias ameaças a continuidade da vida na terra, com o apoio decidido das políticas destrutivas dos Estados. Ver: MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e estado capitalista. **Cadernos Ensaio**, São Paulo: Ensaio, 1989.

Todavia, antes de tomarmos em análise o trabalho na sociedade regida pelo capital, importa registrar: o homem é o *‘único animal que fabrica instrumentos’*⁵, pois com os meios de trabalho por eles construídos os homens obrigam a natureza a abastecer a sociedade; pelo trabalho humano a natureza é constrangida, dirigida a oferecer aos seres sociais elementos materiais que o trabalho converterá em bens para o provimento das necessidades sociais dos humanos. Com o desenvolvimento da natureza humana os homens obrigam-na a lhes dar os materiais necessários para a produção e reprodução da vida social; diferentemente do trabalho realizado por outros seres puramente naturais, o trabalho humano medeia as trocas metabólicas do homem com a natureza, produz novas experimentações para satisfação de novas necessidades e, também, a obriga a novas respostas. Ademais, como os demais seres orgânicos o homem igualmente apanha o que a natureza lhe dá.

O homem por ser o único animal que fabrica os seus instrumentos de trabalho alarga as suas potencialidades e pode realizar feitos que não poderia sem os instrumentos por ele fabricados. Tal capacidade estabelece firme distinção entre o trabalho humano e aquele desenvolvido por outros animais, já que o ato de planejar a execução de uma atividade – o próprio trabalho de criar um instrumento ou a transformação de uma matéria em outro objeto – exige do homem uma pré-figuração (teleologia), antes em sua consciência, do que irá executar para, então, em momento posterior, dar curso a uma ação e realizar o que fora pré-concebido.

Os animais jamais serão capazes de alterar conscientemente o processo de construção de suas atividades, de seus trabalhos. A abelha comparada ao arquiteto por Marx⁶, no ato de construção da colméia, de modo algum conseguirá igualar-se ao arquiteto por melhor que seja a execução de seu trabalho. A superioridade do arquiteto – ainda que muito mal

⁵ Ver Karl Marx, em especial o capítulo V, página 204, de MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988. v. I.

⁶ Ver: MARX, Karl. op. cit., 1988, p. 201 e 202.

formado e com projetos de qualidade estética questionáveis, por exemplo – em relação à abelha é indiscutível porque para o arquiteto o projeto é um ato consciente enquanto a execução da colméia para o inseto é um ato biológico, muitas vezes condicionador da própria vida; um imperativo biológico que ao não se realizar pode fazer a vida da abelha cessar.

Assim, a concepção de trabalho diferencia-se e não se confunde com a de postos de trabalho – para o capital, emprego – porque o trabalho é criação, é motor de civilização e fonte de realização das potencialidades da natureza social do homem que ao criar o trabalho é recriado e modificado pela atividade a que deu vida.

3 O modo capitalista de produzir e o trabalho

A capacidade de produzir coisas pelo trabalho nas diferentes sociedades sempre esteve subordinada às relações sociais construídas pelos seres sociais, ainda que as justificativas para a permanência dos diferentes arranjos societários muitas vezes tenha invocado relações baseadas no sangue e na hereditariedade ou em divindades para explicar o poder e a realização da vontade das classes dominantes, em nome de relações que somente na aparência mistificadora por elas assumidas legitimavam a ordem social como natural e, portanto, não passíveis de transformações e de questionamentos.

No entanto, com o desenvolvimento do modo capitalista de produzir os bens necessários à vida humana, as relações sociais tiveram, contraditoriamente, de assumir seu caráter social e o trabalho passou a ser obra de contrato livremente acordado entre os homens sem outras mediações, como a herança genética, as divindades e os heroísmos outorgantes de lugares privilegiados nas diferentes estruturas sociais.

O contrato é estabelecido entre dois sujeitos no modo de produção capitalista do seguinte modo: de um lado, está o possuidor de dinheiro, dito capitalista, que precisa

encontrar no mercado uma mercadoria com características peculiares, especiais, de modo que as coisas produzidas no processo capitalista de produção tenham capacidade de, ao final, alcançarem mais valor do que aquele injetado pelo capitalista na produção no seu momento inicial; de outro lado, está a força de trabalho compreendida por Marx (1988, p. 187) como “o conjunto de faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie”⁷.

Ao estabelecerem relações sociais estes dois sujeitos – que aqui simbolizam relações e interesses de diferentes classes sociais – defrontam-se reciprocamente como possuidores de mercadorias, comprador e vendedor da força de trabalho. Nessa relação reside marca particular da sociedade capitalista: relações sociais são convertidas em relações econômicas quando a força de trabalho é cedida pelo vendedor (o trabalhador) ao comprador (o capitalista) como mercadoria, por tempo determinado sem que o vendedor renuncie a sua propriedade.

As relações sociais próprias do modo capitalista de produção de mercadorias são, como lembra Marx, produtos de um largo desenvolvimento histórico e econômico anterior que fez desaparecer todas as anteriores formas de produção social, para que se constituísse a força de trabalho livre. Em *O Capital* o trabalhador é livre⁸ em dois sentidos:

⁷ MARX, Karl. op. cit., 1988.

⁸ Em outra passagem de MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988a. v. II, p. 829 e 830, temos:

“Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, dos meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, de outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. [...] O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter esta dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos.”

[...] o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender. (MARX, 1988, p. 189).

Estabelecida a relação entre comprador e vendedor da força de trabalho abre-se um novo período da história social humana no qual os bens necessários à vida humana também serão produzidos como mercadorias. Mercadejar com a força de trabalho é o ato inaugural da sociedade capitalista que deve se produzir e reproduzir constantemente, em escalas cada vez maiores, com a pretensão de estender-se para o conjunto da vida social e de todas as suas expressões⁹.

A resultante desta primeira compra e venda é a de que os produtos produzidos pela força de trabalho, no período em que está cedida ao capital, são mercadorias porque elaborados para serem vendidas pelo capitalista que, além de proprietário da força de trabalho em ação, é também o proprietário dos produtos construídos pela força de trabalho no tempo, ao longo da duração da jornada em que o trabalhador está sob o comando do capitalista, conforme o estabelecido no contrato firmado por ambos.

⁹ Aqui é suficiente mencionar as mais visíveis formas que o grande capital desenvolveu na busca de novos espaços para a sua valorização, para a produção do lucro: a privatização dos espaços públicos.

- a) Pela transferência ao capital de importantes e lucrativas propriedades estatais construídas com recursos do fundo público que serviram, inclusive, para a autonomização do capitalismo brasileiro quando o governo Vargas tomou como obra do Estado a construção da indústria de bens de produção nas décadas de 1930 e 1940, no que foi seguindo pelos demais ocupantes do Estado brasileiro.
- b) Pela privatização de parte importante das políticas sociais – como a de saúde e de previdência – e da proteção social da força de trabalho nas décadas desde o início dos anos de 1990 aos dias de hoje, ao transformá-las em negócios capitalistas operados por bancos e outras instituições financeiras;
- c) Pela metamorfose dos serviços públicos essenciais – de que são exemplos, a telefonia e o gás – em propriedade privada de grandes grupos empresariais aos quais o Estado apenas ‘regula’ por meio de ‘suas’ agências.

No processo produtivo o capitalista empenha-se em produzir mercadorias. Para Marx (1988, p. 41), “a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.”

4 Valor-de-uso, valor-de-troca e valor excedente

Na produção de mercadorias não importa ao capitalista o valor-de-uso dos seus produtos; o que o move para produzir mercadorias não é o *‘puro amor aos valores-de-uso’*. Como demonstrado em *O Capital*, pois o capitalista:

Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).” (MARX, 1988, p. 211).

Para Marx, o melhor de seu livro *O Capital* consistia na descoberta que fizera sobre o “duplo caráter do trabalho [...] conforme se expresse em valor de uso ou valor de troca” (NAPOLEONI, 1978, p. 128)¹⁰, processo este assumido pelas mercadorias, simultânea e constantemente, na produção capitalista:

¹⁰ Conforme NAPOLEONI, Cláudio; SMITH, Ricardo. **Marx**: considerações sobre a história do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Graal, 1978.



a) valores-de-uso: porquanto terem os objetos utilidades, serem bens com qualidades específicas para satisfação de necessidades de qualquer natureza. Constituem o conteúdo material da riqueza; são mercadorias de diferentes qualidades produzidas por trabalhos humanos concretos que exigiram habilidades, conhecimentos, meios de produção particulares para a feitura de cada um dos distintos produtos, eles mesmos resultados particulares de muitos trabalhos. Se um produto do trabalho humano satisfaz necessidades é porque tem utilidade. O valor-de-uso é o conteúdo material da riqueza em qualquer sociedade, não importa que o produto seja pão ou droga, livro ou arma, e que sua utilidade no consumo leve à destruição; pouco importa ao capitalista seus apegos morais, os valores de uso são úteis! Por essa razão a referência ao valor-de-uso é a do diverso sobre o qual não há medida de comparação: trata-se de qualidade (característica, traço, propriedade, atributo) de um produto e, necessariamente, de variados trabalhos concretos.

b) valores-de-troca: por serem sempre resultados de trabalho diversos somente podem ser iguados se reduzidos todos a uma ***‘única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato’***. Como valores-de-uso, as mercadorias portam as quantidades de energia humana empregadas na sua elaboração e são sempre diferenciadas. Todavia, na sociedade capitalista, o conteúdo material da riqueza é veículo material do valor-de-troca e como trocar coisas de qualidades, traços, características tão distintas? Como trocar alimento por droga? Feijão por roupas? Em que proporção? Três peças de roupa por um saco de feijão? Como saber se é justa a troca? Como equivaler produtos tão diversos? Como saber se as quantidades trocadas são justas aos produtores nela envolvidos? As trocas entre mercadorias muito diferentes somente podem ser realizadas quando se encontra o que nelas há de comum para poder igualar-lhes: as quantidades. O que existe em comum entre o feijão e as roupas? Procuremos alguma propriedade física, geométrica, química ou qualquer outro atributo natural (conteúdo natural, valor-de-uso) em comum e concluiremos:

por este caminho não descobriremos nada, não encontraremos o que há em comum a não ser em grupos limitados de produtos. Entretanto, o problema permaneceria e não se poderia trocar a não ser de modo muito restrito. Como valores de troca as mercadorias só podem diferir na quantidade; quantidades de trabalho. Mas como é possível se os trabalhos são todos diferentes? Falamos do trabalho como dispêndio de energias físicas e mentais, de trabalho humano, abstrato e, assim, diferente somente nas quantidades envolvidas no processo de produção de cada uma das mercadorias.

Trabalho abstrato porque todos os diferentes tipos de trabalho foram produzidos pelo desgaste da força humana que se transformou pelo trabalho humano em valores, valores-mercadorias. Mas convém lembrar: o desgaste da força humana está contido nas mercadorias, no valor delas. Ao gerar mercadorias, essa força de trabalho foi corroída e produzida sob uma determinada relação social de produção, a capitalista. Aquela relação de produção na qual há proprietários dos meios de produção (a burguesia) e os proprietários da força de trabalho que operam em uma estrutura social que, ao reduzir os bens necessários à vida humana em mercadorias, edifica suas bases sobre a propriedade privada.

Numa sociedade orientada por um tal modo de produção, o arranjo produtivo faz os trabalhos privados de diferentes tipos atuarem apenas como partes componentes do conjunto, sem que a articulação da totalidade social seja efetivada pelos trabalhadores. Ao contrário, a soma das partes realiza-a o capital, inclusive como forma de elevar a produtividade e controlar os movimentos da classe trabalhadora para que ela não lute pela superação dessa condição de desumanização¹¹ do trabalho e dos trabalhadores.

¹¹ É na luta contra a desumanização do trabalho e do trabalhador que a obra de Karl Marx deve ser entendida. No capital um de seus esforços foi o de demonstrar que a metamorfose das relações sociais em relações entre coisas oculta relações reais existente entre pessoas. Sua dedicação em fazer com que as pessoas ativas se tornassem visíveis garantiu-lhe a atualidade da obra.

Na relação de venda da força de trabalho como uma mercadoria ao capitalista, muito embora o ser social não possa ser reduzido à mercadoria, para garantir a sua reprodução, para efetuar a compra dos meios de subsistência necessários a sua manutenção, o trabalhador aliena sua força de trabalho ao longo de uma jornada. No entanto, a jornada não findará quando o trabalhador tiver produzido o suficiente para a sua reprodução; o trabalhador não cessará de trabalhar quando tiver produzido os valores para a sua reprodução ou, conforme a alcunha típica do modo de produção capitalista, quando tiver produzido o suficiente para receber um salário. A jornada de trabalho para a qual o trabalhador foi contratado é, porém, maior do que o tempo de trabalho necessário para a reprodução da própria vida do trabalhador e é desta segunda parte da jornada de trabalho que brotará o 'segredo' da riqueza do capitalista. Para Marx (1988, p. 242),

O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada.

A essa parte do dia, Marx denominou-a tempo de trabalho excedente e ao trabalho realizado no período, trabalho excedente. Encarnadas nas mercadorias produzidas pelo trabalho excedente, produziu-se a mais valia, base do lucro do capitalista.

Na sociedade capitalista erigida sobre a sociabilidade das mercadorias produzidas para a troca, o trabalho não pode se realizar como fruição, como realização das capacidades humanas mais elevadas; ao contrário, o próprio trabalho aparece como geral, como relação social, apenas no ato das trocas. Nesse momento, as relações sociais, que sob o capitalismo foram libertadas dos atributos consangüíneos, hereditários e outorgados pela divindade e que saíram pela porta dos fundos quando da revolução burguesa, reaparecerão pela porta da frente porque há uma inevitabilidade de as relações sociais capitalistas aparecerem

como relações de trocas, entre coisas e não entre homens livres que produzem e partilham coletivamente da riqueza social.

Dado que as características de todo modo de produção social assentam-se primeiro na urgência de sua manutenção, obliterar as relações sociais de produção e tomá-las por relações entre mercadorias e o momento da troca como o máximo da sociabilidade é um importante conduto para a permanência do modo capitalista de produção. Para Marx (1988a, p. 659),

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução. As condições da produção são simultaneamente as de reprodução.

Da citação de Karl Marx pode-se inferir que:

- a) um processo de produção somente poderá ser assim denominado se ele se repetir, se for contínuo e sem interrupção;
- b) as sociedades humanas têm de produzir constantemente e consumir o que produzem; mas, além de consumirem o produzido as sociedades devem produzir em maiores quantidades e novas qualidades de mercadorias para criarem constantemente novas necessidades sociais;
- c) a necessidade de consumir e a criação de novas necessidades sociais alimentam o processo social de produção e o renovam constantemente, isto é, o reproduzem;

d) assim, não há como existir um processo social de produção apartado ou oposto à reprodução da vida social; produção e reprodução da vida social são momentos diferenciados de uma mesma forma social.

A conclusão de um ato de produção deve ser o ponto de partida da produção seguinte. Isto é, produzir é também reproduzir, criar as condições para que a produção se faça novamente sem que seja possível apartar a produção da reprodução como esferas autônomas no interior do modo capitalista de produção.

A sociabilidade contida em um modo de produção que transforma a tudo em mercadorias, a começar pela força de trabalho, tem como seu resultado relações sociais e a atividade laborativa mesma de produzir os bens e os produtos necessários à vida social, como algo penoso, alienado, no qual o próprio produtor não se reconhece nos frutos de seu trabalho.

Porém, é este trabalho alienado, é a força de trabalho em ação, cotidiana e continuamente desumanizada, expurgada do conteúdo de sua segunda natureza que, no modo capitalista de produção, é a base do desenvolvimento do capital. Este não existe senão no processo de produção do trabalho excedente¹², porque o processo imediato de produção do capital é, como indicou Marx, o processo de trabalho e de valorização que tem por resultado o produto-mercadoria e, por motivo determinante, a produção de mais valia.

Assim, o que reproduz o capital é o trabalho, tanto o que se cristaliza nas mercadorias como o que repõem os elementos do processo produtivo. É, sobretudo, no trabalho que é

¹² Ver: MARX, Karl. **Teorias da Mais Valia** – história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

produzido a maior parte do que lhe é pago, bem como o que é expropriado pelo capitalista do trabalhador, o que se denomina por mais valia.

É ao trabalho produtor de mercadoria que se imputa a reprodução do capital como força capaz de continuamente submeter a força de trabalho para que ela reproduza a totalidade da forma social de produção de mercadorias. Essa é a sociabilidade possível no modo capitalista.

5 De volta ao começo: o trabalho está morto?

O argumento até agora desenvolvido move-se na direção de demonstrar que a renovação do capital é possível tão-somente se a extração da mais valia se produzir e reproduzir em patamares cada vez mais elevados. A impossibilidade de extrair mais valia da força do trabalho é o que ‘fere de morte’, é o que pode romper a reprodução do capital por impedir o seu ininterrupto movimento de acumulação.

Em momentos nos quais a produção de algum capital individual ou de um conjunto de capitais alcança certos limites para sua reprodução ou noutras situações nas quais o capital-dinheiro é escasso e caro, o modo de produção capitalista encontra suas saídas e continua a sua marcha reprodutiva. Entre as ‘soluções’ figuram o crédito e a transformação dos grandes conglomerados industriais e financeiros em, por exemplo, sociedades anônimas que podem suprir ‘sem traumas’ as necessidades de expansão e de reestruturações produtivas dos capitais. Malgrado o desejo do capital de se autonomizar o trabalho – irrealizável já que vem daí o valor excedente –, as modernizações dos negócios capitalistas elevam a produtividade do trabalho, aumentam a exploração e, por dispensarem postos de trabalho, produzem o desemprego, mas não podem se desvencilhar da força de trabalho como mercadoria que sempre precisam comprar para reproduzir, repor o capital. Para Marx (1987, p. 420), em termos largos, “a reprodução compreende a da classe capitalista e

da classe trabalhadora (a conservação delas), por conseguinte também a do caráter capitalista da totalidade do processo de produção”¹³

Condenar o trabalho produtor de valor excedente ao desaparecimento equivale a banir, a superar o capital como organizador de uma certa sociabilidade, aquela referenciada na mercadoria.

Por fim, o que se quer validar com as teses declaratórias de que o trabalho chegou ao fim é uma velha, mas nem por isto menos vital, e contemporânea questão: a reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista está caucionada na riqueza fertilizada pelo trabalho não pago. Suprimi-lo é cancelar a sociabilidade característica do modo capitalista de produção. Tarefa primordial e plena de atualidade para os trabalhadores.

6 Outras palavras: trabalho produtivo/trabalho improdutivo

Antes de encerrar o texto urge mencionar um debate que em nada tem relação com as teses do fim do trabalho. Trata-se de polêmica desenvolvida no âmbito dos movimentos que buscam a emancipação humana pela superação do modo capitalista de produção e que, desde a feitura das novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, imantam também na profissão saudável e necessária controvérsia.

As mudanças profundas verificadas no processo de produção de mercadorias e na reprodução da sociabilidade burguesa impuseram significativas alterações nos processos de trabalho, nas formas de organização da classe trabalhadora e propiciaram importantes alargamentos da atividade ‘industrial’, privada, para esferas da vida social até então não colonizadas pela forma mercadoria.

¹³ Conforme MARX, Karl. Livro 2: O processo de circulação do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 5. ed. São Paulo: Difel, 1987. v. III..

No dizer de Mandel¹⁴, o modo de produção capitalista não somente reedita formas passadas de trabalho e de produção de mercadorias como as subordina e lhes confere novos lugares na ordem do capital, como também e, sobretudo, converte espaços da vida social e os subverte para lógica da mercadoria. Diz o autor que essas conversões não se verificam apenas nos primórdios da acumulação capitalista, senão que ocorrem também nos dias atuais.

Nos três livros que constituem *O Capital* e também em várias passagens de sua vasta e complexa obra, Marx se pronunciou sobre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo. Um exame das várias passagens sobre o tema em sua obra já seria suficiente para preencherem-se várias páginas e aqui não é disto que se trata.

O centro do debate é saber se novas atividades organizadas de modo capitalista, industrial, podem ser consideradas atividades produtivas já que não produzem as mercadorias clássicas da fábrica fumacenta e são, ao contrário, oferecidas como valores-de-troca em ambientes assépticos como os grandes hospitais privados que mercadejam com a doença ou em seitas religiosas – cujos templos lembram as grandes fábricas com plantas enormes anteriores às enxutas fábricas que, por operarem em ‘rede’, podem ser dispersas e fragmentados não somente por múltiplos edifícios como também por diferenciados lugares do planeta – que juntas detêm considerável número de veículos de comunicação para a produção de jornais (valores-de-troca, próprios à satisfação da fantasia de um mundo divino) que são vendidos aos milhares em todo o mundo.

Em algumas passagens de *O Capital* tais observações poderiam ser peremptoriamente refutadas por equivocadas. Em outras, porém, dirá Marx (1988a, p. 584):

¹⁴ **MANDEL, Ernest.** O Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas). Consultar especialmente o capítulo **A Estrutura do Mercado Mundial Capitalista**, páginas 30, 31 e 32 relativas à presente ‘**acumulação primitiva**’, típica do modo de produção capitalista.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também em uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia. (grifos adicionados)¹⁵

Parece-nos que ampliações tais na compreensão do trabalho produtivo adicionaram complexidade ao longo da obra marxiana, especialmente porque seu método de captura do real exigiu-lhe fidelidade aos novos fenômenos surgidos no seu tempo. A imposição de formulação sobre o novo, como em muitas outras passagens quando antecipou desdobramentos da sociabilidade burguesa ainda não inteiramente realizadas, lhe permitiu – sem que isso fosse uma contradição – agarrar as múltiplas dimensões da acumulação capitalista e, assim, da produção de sobre-trabalho na totalidade social capitalista. Não se pode atribuir a essas ‘diferenças’ existentes na formulação de Marx o sentido de contradições decorrentes da impossibilidade de uma revisão completa de sua obra para a

¹⁵ MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988a. v. II.

edição que o autor não pode realizar já que a morte lhe colheu antes que pudesse findar tão gigantesca tarefa.

A vitalidade da obra marxiana em alumiar a sociabilidade de nossos dias é muito importante, pois:

- primeiro, na até hoje insuperável capacidade de nos ter revelado o *'duplo sentido do trabalho'* e todas as consequência que daí decorrem, fundantes da produção e da reprodução capitalista e que os novos e importantes fenômenos surgidos desde então não foram capazes de alterar o que lhe é imanente; ao contrário, a incessante produção do novo não tem outro estatuto senão propiciar a reprodução do mesmo;
- segundo, na genial formulação lukácsiana¹⁶ que indicou: mesmo se a teoria social de Marx fosse infirmada pela trajetória do modo de produção capitalista, o autor ainda seria digno de figurar entre os grandes formuladores do pensamento humano por ter-nos legado o método dialético de apreensão do real que pôs em questão o próprio modo de produzir conhecimento sobre as relações sociais de nosso tempo.

O debate em torno do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo nos parece excepcional chave para, fiéis à ortodoxia marxiana sublinhada em Lukács, combatermos as teses capitalistas de que o trabalho chegou ao fim e para capturarmos os matizes e os fenômenos vigorosamente inventados e reinventados pelo modo capitalista de produção na manutenção de sua sociabilidade.

¹⁶ Conferir o texto LUKÁCS, Georg. O marxismo ortodoxo. In: NETTO, José Paulo. **Coleção Grandes Cientistas Social**. São Paulo: Ática, 1981.



De nosso lado, para a força de trabalho, importa reconhecer a fundo os complexos meandros desta sociabilidade¹⁷ para apressar a sua superação.

¹⁷ Importante e fundadora contribuição para a compreensão da sociabilidade burguesa no Brasil foi realizada no texto de IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

Referências

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social** – os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: LECH, 1979.

_____. O marxismo ortodoxo. In: NETTO, José Paulo. **Coleção Grandes Cientistas Social**. São Paulo: Ática, 1981.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas.)

MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988. v. I.

_____. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988a. v. II.

_____. Livro 2: O processo de circulação do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 5. ed. São Paulo: Difel, 1987. v. III.

_____. **Teorias da Mais Valia** – história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e estado capitalista. **Cadernos Ensaio**, São Paulo: Ensaio, 1989.

NAPOLEONI, Cláudio; SMITH, Ricardo. **Marx**: considerações sobre a história do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

POCHMANN, Marcio. Entrevista. **Jornal da Unicamp**, São Paulo, edição 354, de 9 a 15 de abril. Disponível em: <www.unicamp.br/ju> Acesso em: 27 fev. 2009.

TOUSSAINT, Eric. **La bolsa o la vida**. Las finanzas contra los pueblos. 2. ed. Buenos Aires/Argentina: Editora, 2004



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Acumulação, trabalho e desigualdades sociais

Maria Augusta Tavares

Professora Doutora em Serviço Social da UFPB



Acumulação, trabalho e desigualdades sociais

1 Introdução

O modo como, mundialmente, se organiza a produção traduz uma longa história de exploração do homem pelo homem, cujas relações sociais são determinadas pelo escravismo, pelo feudalismo e, contemporaneamente, pelo capitalismo.

Todas essas formações sociais são compostas por classes antagônicas, isto é, por dominantes e dominados, semelhança que não as tornam iguais. No escravismo e no feudalismo, a exploração tinha limites biológicos, porque o homem era um meio de produção. Na sociedade capitalista, a vida do trabalhador não impõe limites à produção. Ainda assim, todas têm em comum a desigualdade, mas isso não é argumento suficiente para afirmar que a divisão da sociedade em classes seja algo natural. “A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho”¹.

Alguns pensadores tentam explicar a divisão de classes a partir da afirmação de que o homem é naturalmente egoísta. Entre outros, Adam Smith observa que há nos homens uma incapacidade natural de cada um individualmente se bastar, o que desperta neles uma disposição para a troca, motivada pelos seus interesses particulares, daí se originando a divisão do trabalho. As motivações semelhantes geram competição, resultando na produção de todos os bens necessários à sociedade, por preços a ela acessíveis. Desse ponto de vista, os motivos egoístas dos homens, modificados na ação recíproca, produzem a opulência geral².

Parte-se do pressuposto de que, historicamente, os homens sempre aproveitaram as oportunidades de maximizar os seus ganhos, sobretudo por meio de atos de troca. Essa

¹ MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I, Livro 1, p. 140.

² Ler SMITH, A. *A riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.



inclinação natural do homem teria sido materializada através do aprimoramento da organização da produção e dos instrumentos de trabalho, tendo em vista o aumento da produtividade, o que teria dado origem ao capitalismo, como se este, potencialmente, tivesse existido sempre, precisando apenas ser libertado do atraso.

A partir dessa base teórica, para a qual o capitalismo é o fim da História, a atividade econômica, em lugar de constituir um conjunto de ações através das quais o homem, pela mediação do trabalho, procura adquirir o necessário para reproduzir sua vida, identifica-se, ao contrário, com o intercâmbio de mercadorias ou com o mercado. E este, por sua vez, é compreendido como um espaço de liberdade, no qual os indivíduos “escolhem” comprar ou vender, concretizando, portanto, uma natural inclinação humana. Ou seja, é como se afirmar que as sementes do capitalismo já estavam contidas no mais simples ato de troca em qualquer forma de comércio de qualquer momento histórico. Consequentemente, o capitalismo teria aparecido naturalmente, onde e quando os mercados e o desenvolvimento tecnológico tivessem atingido as condições necessárias para a valorização do capital. Isto é, cujas relações de troca permitissem a acumulação capitalista.

Essa concepção sobre a origem do capitalismo tem implicações teórico-práticas que devem ser desveladas, uma vez que enfatiza a continuidade entre sociedades não-capitalistas e capitalistas, numa tentativa de disfarçar as particularidades do capitalismo, além de tratar o mercado tão-somente como o lugar onde são oferecidas oportunidades de comprar e vender, portanto, espaço representativo da liberdade entre os homens. E, ainda, tende a tratar o atraso como exterior ao capitalismo, uma vez que esse deixaria de existir a partir de um determinado nível de desenvolvimento. Pressupõe-se que a desigualdade não é um fenômeno endógeno ao capital, mas uma decorrência da ausência de desenvolvimento.

Feitas essas considerações iniciais, ressaltamos que a relação que articula capital, trabalho e desigualdades sociais pode ser interpretada de modos diferentes, a depender da orientação teórica de quem a analisa. Com isso, estamos dizendo que os fatos históricos podem ser apresentados de maneiras diferentes, a depender da perspectiva de classe dos



seus interpretadores. Portanto, convém demarcar que essa problematização e seus desdobramentos são orientados pela tradição marxista, cuja referência de análise é a totalidade.

Seria pertinente indagar-se: Por que a tradição marxista e não outra? Quem garante que o marxismo traduz a verdade? Poder-se-ia comprovar a verdade nas Ciências Sociais?

São perguntas procedentes, uma vez que o que se afirma no interior das Ciências Sociais não pode ser submetido a experimentos, testes, cálculos etc. Como saber, então, se corresponde ou não à verdade? Ora, o critério de verdade pode ser depreendido da história e da práxis. Em outras palavras, o que se quer dizer é que o pensamento marxista continua sendo a referência para compreender esta sociedade, porque, essencialmente, o capitalismo não mudou.

Esta convicção permite reafirmar a nossa opção teórico-metodológica, deixando claro que não se trata de um ato de fé. Lembramos que Marx compreendeu o essencial e dele extraiu as tendências e as leis gerais da ordem capitalista. A partir daí, apreendeu as categorias da realidade, as quais permanecem atuais, na medida em que o fim capitalista continua sendo acumular. Em sendo assim, as mesmas categorias tomadas por Marx para compreender a sociedade capitalista do século XIX nos permitem, hoje, compreender as desigualdades sociais do século XXI.

Dada a perspectiva de totalidade, entendemos ser necessária uma recuperação histórica, a partir da acumulação primitiva, passando pelas fases posteriores do desenvolvimento capitalista, até chegarmos ao momento atual. Pretende-se com isso discutir as formas pelas quais, historicamente, o capital subordina o trabalho, objetivando a acumulação, que gera, por um lado, riqueza e, por outro, miséria. Em síntese, objetiva-se demonstrar que as desigualdades sociais são inerentes ao sistema de acumulação.

Evidentemente, não trabalharemos com o conceito de exclusão, porque entendemos que pobres e ricos são faces da mesma unidade. Uns não existiriam sem os outros, assim como capital não existiria sem trabalho. Como pensar a existência do centro sem a periferia? Ou se quisermos usar outra terminologia, como pensar o desenvolvido sem o subdesenvolvido? Segundo Oliveira, “o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo”³.

A lógica do capital não é a de que todos ganhem, ao contrário, é preciso que muitos percam para que alguns ganhem. A desigualdade é, na opinião de Hayek⁴ — expressivo representante do neoliberalismo —, propulsora da liberdade geral. Como Smith, ele também ignora que possibilidades não implicam realizações. Isto é, o fato de ser livre para tornar-se proprietário não é suficiente para que todos o sejam, dado que, trata-se de uma possibilidade cuja realização é mediada pelo dinheiro. Para Marx e Engels, “a propriedade privada está suprimida para nove décimos de seus membros; ela existe precisamente pelo fato de não existir para nove décimos”⁵.

Poder-se-ia argumentar que a realidade atual é diferente daquela vivenciada por Marx e Engels, o que nos permitiria recorrer à História e à práxis para demonstrar que as diferenças são apenas fenomênicas, que o progressivo aumento da riqueza, ocorrido durante o século XX e começo do XXI, constitui, também, ampliação da pobreza e que as modalidades de exploração do capital sobre o trabalho, apesar do enorme avanço tecnológico, são intensificadas pela articulação da mais-valia relativa a diversas formas de trabalho precário, na esfera da mais-valia absoluta⁶. Sobre tais bases, acumulação e desigualdade são indissociáveis do desenvolvimento capitalista.

³ OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987. p. 12.

⁴ Ler HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

⁵ MARX, K. ; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 24.

⁶ Sobre mais-valia absoluta e relativa, ler *O capital*, Livro I.



2 Da acumulação primitiva ao amadurecimento do capital

Entre o fim do feudalismo e o começo do capitalismo, houve um período denominado de pequena produção mercantil. Ali já havia uma incipiente circulação de dinheiro e de mercadorias, mas a mercadoria ainda não havia se convertido na forma geral de todos os produtos, portanto, trocáveis por dinheiro.

No *Capítulo Inédito*, lê-se: “Mercadoria e dinheiro são, ambos, premissas elementares do capital, mas apenas sob certas condições se desenvolvem até chegar a capital”⁷. Com isso, está se afirmando que mercadoria e dinheiro não são especificidades do capitalismo. Mercados de vários tipos existiram através da História, quando as pessoas trocavam ou vendiam o excedente da sua produção. Mas, deve-se observar que, nesta sociedade, ambos assumem um conteúdo distinto para o trabalhador e para o capitalista. Se perguntarmos ao trabalhador o que acontece com o seu dinheiro, ele vai responder imediatamente, numa única palavra: “some, desaparece ou evapora-se”. Diferentemente, o dinheiro em poder do capitalista se multiplica. O processo que consubstancia essa multiplicação é que vai explicar a acumulação. Mas, para isso, vejamos, antes, o que é mercadoria. Isso vai nos permitir concluir que a produção e a circulação de mercadorias não pressupõem para a sua existência o modo capitalista de produção. Para Marx,

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente, como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente, como meio de produção⁸.

Adiante, acrescenta: “Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir

⁷ MARX, K. *Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978. p. 97.

⁸ MARX, op. cit., 1983. p. 45.



apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social”. E complementa: “Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca”⁹.

Ora, isso significa dizer que o produto do trabalhador individual, quando destinado a um terceiro, mediante a troca, se constitui mercadoria. Mas isso não significa que essa relação de troca constitua uma relação capitalista. Mesmo quando a troca é mediada pelo dinheiro, entre dois trabalhadores, ao final, o dinheiro vai ser trocado por outra mercadoria, ficando, portanto, na esfera da circulação simples. Já a mercadoria que é produzida sob o domínio do capital vai constituir um processo mais complexo, que pode ser traduzido no ciclo produção-circulação-consumo, que a lógica da acumulação impõe seja ininterrupto. Assim, a porção de trabalho não-pago – mais-valia – contida na mercadoria vai se transformar em dinheiro para, o mais rapidamente possível, voltar ao processo de acumulação de capital.

Como se pode ver, o processo de produção capitalista não é simplesmente produção de mercadorias, mas um processo que absorve trabalho não pago. “O processo de produção é a unidade *imediata* entre o processo de trabalho e o processo de valorização, do mesmo modo por que seu resultado imediato, a mercadoria, é a unidade *imediata* entre o valor de uso e o de troca”¹⁰. Ao vender a força de trabalho ao capitalista, por um dia, semana, quinzena, mês ou ano, tudo o que for produzido pelo trabalhador, no período determinado, pertence ao capitalista, embora essa produção seja sempre superior ao valor pago pela venda de sua força de trabalho. O que o capitalista recebe em troca do salário é o valor de uso dessa força de trabalho, é todo o trabalho vivo que ela pode fornecer. “O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem”¹¹. O trabalhador não para de trabalhar quando produz o valor correspondente ao pagamento da sua força de trabalho. Se fosse assim, tratava-se de um processo simples de formação de valor. Esse processo é prolongado, tornando-se processo de valorização,

⁹ Idem, *ibidem*. p. 49.

¹⁰ MARX, *op. cit.*, 1978. p. 22.

¹¹ MARX, *op. cit.*, 1983. p. 154.



isto é, processo de extração da mais-valia. É um processo que se realiza sob a direção do capitalista com o fim de fazer de dinheiro mais dinheiro. Ou melhor, de transformar dinheiro em capital.

Para isso, não basta ao capital extrair trabalho não-pago do trabalhador. Mais-valia estocada não gera capital, mas crise. É preciso que a mais-valia se realize no mercado, que seja transformada em dinheiro. Do contrário, se as mercadorias não são vendidas, o ciclo é interrompido e o objetivo do capital não é atingido. Isso explica, inclusive, porque são utilizados tantos artifícios para a venda das mercadorias. Quando não são vendidas dentro de um tempo determinado, diminui-se o preço, criam-se sistemas de créditos, parcelam-se pagamentos, oferecem-se prêmios para atrair compradores etc. Sem contar que, hoje, produção e venda já conseguem andar juntas, uma vez que algumas mercadorias são vendidas antes mesmo de serem fabricadas.

Mas, retomando a nossa proposta inicial, faz-se necessário trazer ao debate as operações econômicas ocorridas na pequena produção mercantil, constitutiva da chamada acumulação primitiva, pela qual foi possível a geração de um volume de recursos suficientes para separar os meios de produção dos produtores e transformá-los em trabalhadores assalariados, sob o domínio do capital.

No começo, trocava-se mercadoria por mercadoria ($M - M$). Depois, tornou-se necessário introduzir o dinheiro para facilitar as trocas ($M - D - M$). O uso do dinheiro não mudou o caráter da operação, uma vez que, nos dois extremos, permanecia a mercadoria. Com o passar dos tempos, surgiu a figura do comerciante, que comprava as mercadorias para revender no mercado, evidentemente por um preço maior que aquele que comprou. Observa-se que a operação mudou. Ela não começa nem termina na mercadoria, mas sim no dinheiro, que aparece nos dois extremos, sendo o valor do último maior que do primeiro ($D - M - D$). Essa operação é geradora do que Marx vai chamar de Capital Comercial, relação pela qual são feitas encomendas a uma série de produtores diretos, as quais são, depois,

reunidas e vendidas. Nesta transação, também podiam ser adiantados matéria-prima ou dinheiro.

Outra categoria econômica daquele momento de transição é o Capital Usurário, pelo qual se adiantavam dinheiro, matérias-primas, instrumentos de trabalho ou ambos aos produtores diretos, sob a forma de dinheiro. Esse adiantamento, feito sob juros extorsivos, acabava por transformar dinheiro em capital. Contudo, ainda não havia capitalismo. A existência de capital comercial e de capital usurário consubstanciava tão-somente a transição para o capitalismo. A sociedade só se torna capitalista quando o capital domina a produção, ou seja, quando a força de trabalho torna-se mercadoria e o assalariamento passa a ser base desta sociedade.

Como teria se dado essa separação que transforma os meios de subsistência e os meios de produção em capital e os produtores diretos em trabalhadores assalariados?

Trata-se de um longo processo que inclui métodos econômicos e extraeconômicos, a exemplo da expropriação agrária e dos cercamentos na Inglaterra, que, progressivamente, vai sendo disseminado por todo o mundo, em momentos e de modo diferentes. A partir do século XIII e nos XIV e XV, em algum ponto de antigas cidades romanas, começaram a aparecer pessoas pobres que esperavam poder vender os seus serviços a comerciantes e empresários. Era uma população errante, sem raízes, que, para sobreviver, começava a alugar seus braços. Entre os mesmos séculos, estendendo-se até o século XVIII, a lenta decadência do feudalismo, na Europa ocidental, vai provocando a dissolução dos séquitos feudais e muitos antigos criados se tornam mendigos. Na sequência, camponeses ingleses foram expulsos das terras, tendo em vista o desenvolvimento da indústria de lã. A expropriação dos lavradores da base fundiária tem como objetivo limpá-la de seres humanos, para que as antigas terras aráveis fossem transformadas em prados para a criação de carneiros. As aldeias iam sendo arrasadas pelo fogo e transformadas em grandes pastagens. E, por fim, na Europa central e oriental, na Ásia, na América Latina e na África do Norte, os antigos artesãos foram destruídos pela indústria moderna, que ia abrindo



caminho pelo mundo todo, ao mesmo tempo em que ia impondo aos antigos produtores diretos a condição de trabalhadores assalariados¹².

Aproximadamente entre 1780 e 1870, teriam se operado as transformações que assinalam o estabelecimento da sociedade capitalista burguesa, constituindo a era do capitalismo industrial ou concorrencial, fase do estabelecimento das formas capitalistas da sociedade liberal. Inicialmente, ainda não havia muito capital acumulado, o que explica que as empresas fossem pequenas e administradas pelos próprios donos. Esse período é marcado pela Revolução Industrial e, óbvio, pelo advento da máquina.

Aqui, cabe que se explicita a luta do capital para adequar a base técnico-material ao seu propósito de expansão e acumulação. Três formas de produção de mercadorias traduzem essa trajetória: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria. “A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui historicamente o ponto de partida da produção capitalista”¹³. Na oficina do mestre-artesão, um mesmo indivíduo executava diferentes operações, sem que houvesse separação entre as funções intelectuais e manuais do trabalho.

Depois, na manufatura, o caráter coletivo começa a prevalecer sobre o individual, mas a diferença é apenas quantitativa. A manufatura diversifica os instrumentos de trabalho para adaptá-los às funções dos trabalhadores parciais, todavia essas mudanças não atendem às necessidades de valorização do valor, dado que a habilidade artesanal continua sendo a base da produção. Mesmo assim, com uma divisão do trabalho que se constituía apenas na decomposição da atividade artesanal, em que o trabalho coletivo era a combinação de muitos trabalhadores parciais, já se potencializava a produção e a mais-valia. Mas, a base material manufatureira era limitada, por um lado, internamente, pela folha de salários, pois só podia aumentar a produção se aumentasse proporcionalmente o

¹² Ler MANDEL, E. *Iniciação à teoria marxista*. Porto, Portugal: Afrontamento, 1975.

¹³ MARX., op. cit., 1983. p. 257.



número de trabalhadores, e, por outro, externamente, pela extensão do mercado. Essa forma de produção ainda não era suficiente para o propósito da acumulação e expansão. Para que o capital se impusesse como força social dominante, era preciso inverter os papéis entre os trabalhadores e os meios de produção. Em lugar de os trabalhadores usarem os meios de produção, estes é que deveriam usar a força de trabalho. Esse processo se desenvolve na manufatura e se completa na grande indústria, “que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital”¹⁴.

Na grande indústria, esses limites desaparecem, pois o movimento global depende da máquina, que tanto reduz a necessidade de trabalho vivo, como pode substituir trabalhadores sem nenhuma interrupção no processo de trabalho. É a máquina que vai determinar de quantos trabalhadores necessita para fazê-la funcionar. A partir dessa inversão, a produção deixa de ser subordinada à habilidade do operário para ser uma aplicação tecnológica da ciência. Multiplica-se, então, a divisão do trabalho, e os trabalhadores passam a ser órgãos qualitativamente diferentes do trabalhador coletivo, submetidos a um processo de trabalho que, por razões objetivas, independe da sua vontade e da sua habilidade, porque, salvo algumas exceções, a máquina impõe, geralmente, o trabalho socializado. “O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se agora, portanto, uma necessidade técnica ditada pela natureza do próprio meio de trabalho”¹⁵.

Com o advento da máquina, o trabalhador “livre” só existe no momento da compra/venda da força de trabalho, na esfera da circulação, quando o capital se confronta com o trabalho individual juridicamente livre. No segundo momento, na esfera da produção, o trabalho perde o caráter individual juridicamente livre e só pode confrontar-se com o seu opositor como trabalho coletivo. Assim, a “liberdade” e a “igualdade” do trabalhador só existem no ato da venda de sua força de trabalho, tornando-se o trabalhador absolutamente impotente, em termos de escolha, no processo de produção. Ou seja, “por trás da

¹⁴ Idem, ibidem. p. 283-284.

¹⁵ Idem, 1984. p. 17.

liberdade/igualdade dos trocadores, mascaradas pelas próprias relações mercantis, esconde-se a exploração sofrida pelos trabalhadores na esfera da produção”¹⁶.

Dado que a acumulação é central ao debate, deve-se observar que, na gênese do capitalismo, a acumulação primitiva levou pelo menos três séculos, para que muitos trabalhadores fossem reunidos e comandados por um só capitalista. Como vimos, no capitalismo concorrencial, a empresa ainda era familiar. Até o início do século XIX, a unidade econômica e todo o sistema de produção baseavam-se nela; o mercado era local ou, no máximo, nacional, características que traduzem um desenvolvimento ainda incipiente da acumulação capitalista. Mas, entre a fase concorrencial e a monopolista, foram necessários apenas cem anos, aproximadamente, porque a essa altura já tinha se tornado possível, por um lado, a concentração de capital, como resultado do processo acumulativo de cada capital e, por outro, a centralização de capital, reunindo e transformando muito pequenos capitais em uns poucos grandes.

Acompanhar a relação entre o estágio da acumulação de capital e as formas de exploração do trabalho é imprescindível à compreensão da desigualdade. À medida que o capitalismo vai se desenvolvendo, muda a empresa, o mercado, o processo de produção, a gestão do trabalho e, também, os mecanismos mediante os quais o Estado cumpre o seu papel de ‘comitê para os negócios da burguesia’. Não muda a função do Estado, mas as formas usadas por esse também são históricas. São estruturas distintas, mas o fim é sempre a acumulação. Observe-se que a aplicação da ciência ao processo produtivo vai, num crescendo, determinando a divisão do trabalho, com o que a subordinação deste ao capital tende a crescer também progressivamente.

A partir de 1870, o capital entra na sua fase de expansão e amadurecimento, a fase dos monopólios. Isso não significa que a concorrência é inteiramente cancelada, contudo, livre-concorrência, no sentido preciso de franco liberalismo, só foi permitida à Inglaterra, por ter

¹⁶ SALAMA P.; VALIER, J. *Pobrezas e desigualdades no 3º mundo*. São Paulo: Nobel, 1997. p. 143.



sido a primeira a industrializar-se¹⁷. Na fase monopolista, toma forma a estrutura da indústria moderna e das finanças capitalistas. O surgimento das empresas de sociedade anônima, os cartéis e outras formas de combinação são expressões da concentração e centralização do capital. O capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial do capital, as mudanças na estrutura do poder estatal. Há uma reorganização da vida social, alterando papéis femininos e transferindo-se para o mercado quase todas as atividades tradicionalmente a cargo da família. Com isso, aumenta a necessidade de instituições, como escolas, hospitais, prisões, manicômios e, também, de assistência social¹⁸. Não é por acaso que o surgimento do Serviço Social como profissão coincide com esse momento.

Nessa fase, a indústria automobilística faz história, demonstrando ser estratégica para a acumulação capitalista. Os métodos de produção ali inaugurados articulam um modelo de desenvolvimento que vai ser adotado pelo sistema produtivo de quase todo o mundo, até os anos 1970, quando este entra em crise, sendo sucedido por outro modelo, também oriundo do mesmo ramo da economia. Referimo-nos ao Fordismo e ao Toyotismo.

3 Do fordismo ao toyotismo

Dois principais aspectos do capitalismo monopolista consubstanciam o decisivo desenvolvimento no processo de produção. São eles: a revolução técnico-científica, baseada na utilização sistemática da ciência, e a gerência científica. A junção entre a gerência científica (Taylorismo) e a revolução técnica (Fordismo) vai se expressar no taylorismo-fordismo. Enfim, monopólios, gerência científica, revolução técnico-científica e todo o movimento para a organização da produção em sua base moderna andam juntos. Essas mudanças ensejam novos e diferentes processos de trabalho e, também, uma nova distribuição ocupacional da população empregada.

¹⁷ Ler FALCON, F. e MOURA, G. *A formação do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

¹⁸ Ler BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Como já dissemos antes, a indústria automobilística é determinante para o desenvolvimento capitalista. O automóvel é uma mercadoria complexa, cuja cadeia de produção envolve, além da extração de matérias-primas, diversos setores econômicos, representando cerca de 10% do emprego, 10% do produto nacional bruto (PNB) e 15% do comércio externo, nos principais países do mundo. Essa indústria tornou-se uma questão de Estado: sua instalação é motivo de disputa entre governos, dado que cria empregos, permite o desenvolvimento de uma malha industrial, melhora a balança comercial e aumenta a arrecadação de impostos. A competição na indústria automobilística implica uma guerra entre as principais nações do planeta. Observe-se que o setor está concentrado em cinco países: Japão, Estados Unidos, Alemanha, França e Itália¹⁹.

No fordismo, como em outros momentos, o Estado desenvolve políticas completamente afinadas com as exigências de produtividade e lucratividade das empresas. O contrato era a expressão jurídica da igualdade capitalista. Mas, não se pode entender o fordismo apenas como uma mera ampliação ou operacionalização dos princípios de administração científica de Taylor. Trata-se de uma proposta diferenciada de controle do trabalho pelo capital, que transcende os limites do espaço fabril, interpondo-se nas questões familiares, na sexualidade, na moralidade²⁰.

Assim, o fordismo penetrou a sociedade como um novo sistema de reprodução da força de trabalho, permitindo, temporariamente, para os trabalhadores dos países centrais uma renda satisfatória, traduzida no consumo dos produtos em massa. O ideário de que a expansão da produtividade capitalista era compatível com as necessidades individuais e sociais da classe trabalhadora articula um novo modo de viver, um novo tipo de trabalhador, ideologicamente submisso aos padrões de consumo, às regras familiares e ao Estado. Graças a determinadas formas institucionais, o fordismo foi capaz de assegurar a estabilidade e a acumulação capitalista, por aproximadamente 25 a 30 anos. Entretanto, no

¹⁹ Ler GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo*. São Paulo: Boitempo, 1999.

²⁰ A empresa cria um serviço social para controlar a vida privada dos trabalhadores.

início dos anos 1970, esse regime de acumulação entra em crise, tendo como consequência, para a classe trabalhadora, o aumento do desemprego.

Coube aos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (Estados Unidos) a implementação de uma política de apoio ao capital industrial e financeiro, consubstanciada no processo da re-estruturação produtiva do capital. A longa fase de acumulação do período fordista, a introdução de novas tecnologias e o apoio dado ao capital industrial e financeiro pelos principais Estados capitalistas, sob a forma de políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, prepararam o terreno para a movimentação do capital em âmbito internacional. Com isso, a globalização da economia, assumida pela quase totalidade dos governos ocidentais, adquire proporções gigantescas, sendo apresentada como se estivéssemos “frente a um processo em relação ao qual a sociedade mundial contemporânea, em seus diversos componentes – os países e, entre esses, as classes sociais –, não teria opção a não ser se *adaptar*”²¹.

O novo sistema de produção – o toyotismo – se opõe à “rigidez fordista”²², assumindo as características do regime que fora progressivamente implantado na Toyota – empresa japonesa de automóvel – entre 1950 e 1970, na tentativa de encontrar um método produtivo adaptado à situação do Japão. O toyotismo – também denominado métodos flexíveis, método *kanban*²³ ou *just-in-time*²⁴ –, em lugar de aprofundar a integração vertical da indústria fordista, que controlava diretamente o processo de produção do automóvel, de cima a baixo, desenvolve relações de subcontratação, pelas quais a empresa nuclear aproveita-se dos custos salariais mais baixos das subcontratadas. Esse sistema de organização da produção, baseado na flexibilidade do trabalho e dos trabalhadores, vai ser

²¹ CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. *Economia e Sociedade*, Campinas, São Paulo, UNICAMP, n. 5, p. 3, dez., 1995.

²² Para os defensores do capital, o trabalho assalariado, sob a modalidade de trabalho formal, com carteira assinada e garantia de direitos sociais, caracterizava a rigidez, à qual deve se opor o toyotismo.

²³ Espécie de placa que serve como senha de comando, substituindo as ordens administrativas e a papelada em geral.

²⁴ Ideia do tempo justo, isto é, tempo é dinheiro e não deve ser desperdiçado.

imposto a todos os países capitalistas, a partir dos anos 1980 e, para os mais tardios, nos anos 1990²⁵.

A globalização iguala a todos. Argumenta-se que as mudanças técnico-organizacionais são imprescindíveis à inserção dos países periféricos à economia internacional, ignorando-se as especificidades de cada um. Ao igualar todos os países, sugere-se que há viabilidade para todos, que todos podem ser igualmente desenvolvidos, o que contraria a lógica do capital. Os países com maior capacidade de centralização e concentração exploram as desigualdades nacionais e aproveitam todas as vantagens oferecidas pela re-estruturação produtiva do capital, enquanto os demais se submetem a uma hierarquia econômica e política e sofrem os efeitos dessa dominação.

No caso do Brasil, é imperativo considerar o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo brasileiro. A expansão do capitalismo no Brasil não reproduz o modelo clássico dos países desenvolvidos. Quando o capitalismo europeu já estava na fase monopolista, o brasileiro acumulava mediante o trabalho escravo. No entanto, a globalização da economia propõe um modo único de gestão e organização do trabalho para todo o mundo capitalista, como se houvesse um modelo universal que pudesse ser transposto mecanicamente a todas as realidades. Igualar realidades tão díspares justifica-se tão-somente na possibilidade de os países centrais levarem adiante políticas próprias. Ou seja, preservar a desigualdade mediante tais políticas.

Dado que não é possível, aqui e agora, detalhar os meandros das políticas macroeconômicas e como elas se expressam no Brasil, vamos nos deter apenas na flexibilização, cujos desdobramentos para a classe trabalhadora se revelam principalmente nos processos de terceirização, como um dos componentes das mudanças técnico-organizacionais. Mas, antes, convém, ao menos, apontar alguns dos setores atingidos pela re-estruturação do capital, como Educação, Previdência, Sindicatos e o próprio Estado, submetidos a reformas que respondem pelo aumento das desigualdades sociais.

²⁵ GOUNET, op. cit. p. 25-41.

A terceirização é um mecanismo que permite ao capital a busca incessante pelo menor custo. Graças aos avanços tecnológicos, é possível, hoje, fragmentar a produção de uma mercadoria, a tal ponto de projetá-la num continente e executá-la em outro. Sob o discurso de que o trabalho flexível gera mais oportunidades para a classe trabalhadora, capital e Estado criam mecanismos que enfraquecem a forma contratual de trabalho com carteira assinada e proteção social, substituindo-a por formas aparentemente autônomas, como a cooperativa, o trabalho domiciliar, a prestação de serviços, o trabalho parcial, temporário etc., transferindo custos variáveis e fixos para o trabalhador e ainda, em muitos casos, usurpando direitos sociais²⁶.

Contudo, os nossos governos, ao invés de resistirem às linhas de conduta determinadas pelos países centrais, não só as aceitam como contribuem para a implantação das políticas, permitindo ao capital financeiro e aos grupos multinacionais explorarem os nossos recursos econômicos, humanos e naturais.

Em nome da flexibilidade, funções nucleares já se inscrevem nas atividades terceirizadas, seja nas empresas privadas ou nos serviços públicos. Mas, em lugar da pretensa igualdade, que permeia o discurso da globalização, acentua-se o caráter excludente do padrão de acumulação, sobretudo nos países periféricos, como o Brasil.

4 Considerações finais

Como vimos, desigualdade é inseparável de pobreza e de falta de emprego, portanto, inerente ao capitalismo, dado que, nesta sociedade, é impensável o pleno emprego. Ora, se a força de trabalho é a única mercadoria de que dispõe o trabalhador, ele precisa vendê-la no mercado, para com o dinheiro adquirido comprar do capitalista as mercadorias de que precisa para a sua sobrevivência.

²⁶ Ler TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*. São Paulo: Cortez, 2002.



Mas, historicamente, os meios de produção têm sido revolucionados, no sentido de, cada vez menos, o capital precisar de trabalho vivo. À medida que a ciência vai sendo mais intensamente aplicada à produção, a mercadoria força de trabalho é, proporcionalmente, maior do que as necessidades de valorização do capital, implicando o desemprego de milhares de trabalhadores.

Qualquer mercadoria em excesso tem o seu preço rebaixado. Não é diferente com a força de trabalho. O fato de existir muita força de trabalho disponível coloca os trabalhadores numa condição defensiva e subordinada em relação ao capital. Este se aproveita da condição desfavorável dos trabalhadores para pôr em prática uma exploração predatória, pela qual qualquer ocupação, por mais instável e eventual, é tomada como emprego.

Nesse contexto, resta àqueles que não conseguem, nem de forma precária, ingressar no mercado de trabalho, recorrer às políticas sociais. Seria correto demarcar a sua insuficiência. No entanto, como disse o economista Chico de Oliveira, em recente entrevista, referindo-se ao Programa Bolsa Família, como diante de tanta desigualdade alguém vai se pôr contra um programa que destina alimentação aos mais pobres? Em sã consciência, ninguém pode sugerir que a fome pode esperar. Contudo, deve-se ressaltar que programas dessa natureza mesmo que reduzam a pobreza, local e individualmente, não eliminam a desigualdade. Ao contrário, a aceitação dessas medidas é uma forma de consentimento que consolida a desigualdade, como se esta fosse, de fato, natural.



Referências

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. *Economia e sociedade*, Campinas, São Paulo, UNICAMP, Instituto de Economia, n. 5, dez., 1995.

FALCON, F.; MOURA, G. *A formação do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

MANDEL, E. *Iniciação à teoria econômica marxista*. Porto, Portugal: Afrontamento, 1975.

MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 e 1984. v. I e II, Livro 1.

_____. *Capítulo VI (Inédito)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, F. de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

SALAMA, P.; VALIER, J. *Pobrezas e desigualdades no 3º mundo*. São Paulo: Nobel, 1997.

SMITH, A. *Riqueza das nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

TAVARES, M. A. *Os fios invisíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Classes e lutas sociais

Celso Frederico
Professor da ECA-USP

Classes e lutas sociais

Introdução

Há diferentes modos de definir classes sociais.

Para o marxismo, elas se definem a partir do lugar que os indivíduos ocupam nas relações de produção, mais precisamente pela posição perante os meios de produção (proprietários/não-proprietários). As classes, assim, são entendidas como um componente estrutural da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, como sujeitos coletivos que têm suas formas de consciência e de atuação determinadas pela dinâmica da sociedade.

Numa perspectiva oposta, a sociologia empírica prefere estratificar a sociedade, usando como critério o nível de renda e os padrões de consumo. Em assim fazendo, chamam de classes sociais o que a rigor são apenas camadas e segmentos da sociedade. Tal concepção, utilizada frequentemente pelas pesquisas de opinião, que, volta e meia, aparecem nos jornais, tem o grave inconveniente de aproximar abstratamente pessoas e grupos sociais cujas condições de vida e reivindicações são muitas vezes opostas. Abstraída da referência à produção, classe social passa a ser um conceito meramente descritivo, bem ao gosto dos publicitários que segmentam a sociedade em suas campanhas de venda. Desse modo, igualam os diferentes, transformando-os em “nichos do mercado” a serem devidamente seduzidos na condição de “consumidores” passivos.

A definição marxista é mais objetiva e mais dinâmica, já que atenta não só às conformações concretas dadas pela inserção no processo produtivo e nas relações de propriedade como, também, ao caráter histórico em que a produção social se realiza. Essa última característica faz com, a rigor, só se possa falar em classes sociais, *strictu sensu*, com a plena consolidação do modo de produção capitalista. O desenvolvimento do capitalismo, com sua lógica implacável, tende a polarizar a sociedade em duas classes antagônicas: a dos proprietários dos meios de produção e dos trabalhadores

assalariados. As demais categorias de trabalhadores – seja o campesinato ou a pequena burguesia urbana – são vistas como resquícios de formações sociais anteriores que persistirão enquanto o capitalismo não se desenvolver plenamente.

O lugar ocupado na produção abre horizontes distintos para a ação coletiva. O próprio desenvolvimento da sociedade, segundo Marx, explica-se pelo confronto permanente entre as duas classes.

A tese da polarização da sociedade em duas classes – proprietários e não proprietários dos meios de produção – foi criticada por diversos autores que, ao contrário de Marx, previam o crescimento dos setores intermediários (a classe média). Esta, dizem eles, tende a se tornar majoritária e acarretará o fim do antagonismo social, que, nos primórdios do capitalismo, opunha os pólos extremos da pirâmide social. Paralelamente, a progressiva melhoria das condições de vida da classe operária irá cada vez mais aproximá-la desses estratos intermediários, aumentando a identificação com a ordem social capitalista e sepultando os sonhos da revolução social. Essa crítica à concepção marxista foi formulada, em registros teóricos diferentes, já a partir do século XIX.

A discussão sobre o desenvolvimento das classes, portanto, foi um “problema” para as ciências humanas, que, desde a origem até os dias atuais, se debatem para tentar solucioná-lo. Aqui, vale a frase de Hegel: “o problema da história é a história do problema”. Vamos, portanto, retomar o fio da história para melhor entender a querela sobre esse difícil “problema”.

1 Capitalismo, Estado, classes sociais

Se a conformação das classes sociais depende do desenvolvimento da sociedade capitalista, é preciso atentar antes de qualquer outra coisa à *forma* como o capitalismo se implanta numa determinada sociedade.

Diversos autores aplicam a expressão “via prussiana” (ou o seu equivalente gramsciano “revolução passiva”) para entender o Brasil: os momentos mais importantes de nossa história foram marcados pela composição das elites e pela exclusão da participação popular. Da independência ao fim do regime militar, as transformações modernizadoras foram realizadas “pelo alto”. A própria industrialização não se deu num confronto da burguesia com o mundo agrário. Ao contrário, foi o capital da cafeicultura que bancou o desenvolvimento industrial. Desde o início, portanto, não tivemos uma oposição aberta entre uma “burguesia progressista” e os “retrógrados latifundiários”.

A essa característica soma-se a forma como se deu a abolição da escravatura e o destino reservado aos antigos escravos. Último país a pôr fim ao escravismo nas colônias, o Brasil herda uma tradição de brutalidade nas relações de trabalho que irá persistir no capitalismo industrial. Essa tradição faz com que o trabalho manual seja considerado uma atividade desprezível e, em contrapartida, o trabalho intelectual, privilégio das classes altas, uma atividade honorífica e que, portanto, não precisa ser bem remunerada. Quanto aos antigos escravos e seus descendentes, não encontrando lugar no mercado de trabalho, ficaram desde então condenados à marginalidade e ao nosso racismo “cordial”.

A industrialização nascente precisava de mão-de-obra e, para isso, recorreu ao trabalho dos imigrantes europeus que trouxeram para cá as formas de consciência e organização do movimento anarquista. Os primeiros jornais dos trabalhadores, escritos em italiano e espanhol, testemunham o isolamento dessa classe social em formação. O desenvolvimento da indústria e o impacto causado pela revolução russa de 1917 propiciaram a entrada em cena dos comunistas. Uma peculiaridade sempre assinalada pelos historiadores é que o comunismo, no Brasil, não foi o resultado de uma cisão da social-democracia, como na Europa, mas um desdobramento do anarquismo. Depois, com a entrada dos tenentes no Partido Comunista e de seu líder, Luiz Carlos Prestes, outra peculiaridade irá se refletir no movimento operário e em sua organização política: a forte presença dos militares.

As greves operárias nesse período eram consideradas uma “questão de polícia”. Para entendermos essa frase, é preciso lembrar que o liberalismo então vigente mantinha o Estado afastado das relações trabalhistas. Tais relações ocorriam na esfera do direito privado. Uma greve, assim, era interpretada como perturbação da ordem pública a ser reprimida pela ação policial.

A ausência do Estado não se verificava apenas no mercado de compra e venda da mercadoria força de trabalho, mas na própria economia. O livre jogo de um mercado não regulamentado, como se sabe, levou à grande crise de 1929, à revolução de 1930 e à saída de cena dos liberais.

A década de 30 foi marcada por profundas alterações na forma de atuação do Estado. Este não se limitou a interferir momentaneamente nos rumos da economia, mas a executar uma ação coesa em todas as franjas da vida social. Para o bem e para o mal, Vargas criou o moderno Estado brasileiro e pôs em movimento um plano que fez com que o Brasil se tornasse o país capitalista que mais se desenvolveu no século XX.

A presença do Estado manifestou-se plenamente nas relações de trabalho, através de uma impressionante criação de leis e decretos que se cristalizaram, em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho. A presença do Estado nas relações de trabalho significa, antes de tudo, a admissão legal de que as partes envolvidas – os compradores e vendedores da mercadoria força de trabalho – não são sujeitos iguais. O reconhecimento do trabalho assalariado como a parte mais fraca da transação impôs limites legais à voracidade do capital. Por outro lado, a luta operária logo se encarregou de desmascarar esse formalismo jurídico, ao evidenciar que o que se passa no mercado de trabalho não é uma mera troca de equivalentes entre cidadãos livres, mas uma relação de exploração entre classes, dissimulada sob o manto do contratualismo.

Após a intervenção estatal, as relações de trabalho saíram da esfera do direito privado e passaram a existir no terreno conflitivo do direito público. A presença estatal politizou o mercado de trabalho que se transformou no campo de batalha das classes

antagônicas e não mais na esfera privada dos litígios individuais. Assim, de “caso de polícia”, o movimento operário transformou-se num “caso político”, num ator privilegiado das lutas sociais.

2 A herança getulista

A “intromissão” do Estado nas relações de trabalho propiciou críticas tanto dos liberais quando de segmentos da esquerda. Em uníssono, essas críticas confluíram na constatação das óbvias semelhanças entre a nossa C.L.T. e a “Carta del Lavoro” de Mussolini. A presença estatal, assim, foi vista como decorrente de uma concepção autoritária que enquadrava o movimento sindical nas malhas do Ministério do Trabalho. No plano teórico, essa interpretação serviu para os primeiros trabalhos acadêmicos realizados na USP sobre o sindicalismo, nos quais a história do movimento operário era analisada tendo como chave explicativa a ação do Estado, e não a dinâmica da luta de classes. No plano político, serviu de base para diversas correntes políticas – do antigo anarquismo ao PT, passado pela Igreja Católica – levantarem a bandeira da “liberdade sindical” e incentivarem a luta operária fora da instituição sindical (através de comissões de fábrica, trabalho de bairro etc.).

Não há dúvida sobre o fato de a CLT ter se inspirado nos fascismo italiano. Mas, esse transplante foi benéfico ou prejudicial para o movimento operário?

Antes de enfrentarmos essa questão, convém esclarecer que a analogia entre varguismo e fascismo, tão disseminada entre nós, é um equívoco que gerou prejuízos à historiografia do movimento operário e à própria ação política. Coube ao crítico literário Alfredo Bosi¹ o mérito de ter posto as coisas nos seus devidos lugares. Segundo sua cuidadosa pesquisa, o movimento revolucionário de 30 foi guiado pela filosofia positivista que chegou ao Rio Grande do Sul através do Uruguai e Argentina. Uma vez no poder, esse ideário serviu para guiar de modo coerente a formação do Estado brasileiro

¹ BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: ____: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

moderno. Quem passou pelos textos de Durkheim deve se lembrar de sua concepção organicista, que via a sociedade como um conjunto de partes integradas, reservando ao Estado o papel de “cérebro”. A história pós-30 foi o desenvolvimento de uma idéia filosófica aplicada ao conjunto da vida social. O Estado deixa de lado o não-intervencionismo pregado pelos liberais e promove o desenvolvimento econômico do país. Os sindicatos passaram a abarcar o conjunto da classe operária urbana, deixando de ser “sindicatos de minorias militantes”. Entendido como instrumento gerador da coesão social, deveria servir para fermentar a solidariedade entre os trabalhadores e ser um órgão de colaboração com o Estado. Paralelamente à criação dos sindicatos oficiais, foi implantada uma rede de proteção social, expressa nas leis trabalhistas e na instituição do salário mínimo (cujo patamar, até hoje, é uma reivindicação inalcançável: necessitaria de um aumento de aproximadamente 300%).

A herança getulista foi um tema que propiciou discussões apaixonadas no movimento operário. O controle ministerial sobre os sindicatos durante a ditadura militar serviu para desarticular o movimento operário². Essa constatação foi a principal referência do “novo sindicalismo”, que, em sua fase inicial, levantou as bandeiras contra o controle estatal, a unicidade sindical e o imposto compulsório. Bandeiras que guardam uma incômoda semelhança com o receituário liberal...

Não por acaso, em seu discurso de despedida do senado, Fernando Henrique Cardoso anunciou que seu governo iria marcar o fim da era Vargas. De fato, a ofensiva neoliberal fez o que pôde para desmanchar a antiga ordem, começando pela privatização das companhias estatais. E o primeiro governo Lula, para surpresa geral, fez uma reforma da previdência cortando os “privilégios” dos funcionários públicos, sem que a CUT, que muitos analistas consideravam uma central majoritariamente formada por aquela categoria, “abrisse a boca”. Mas, afinal, como explicar essa nova forma de assujeitamento do sindicalismo ao Estado?

² As divergências táticas no interior do movimento operário, durante a ditadura militar, tiveram como referência básica a interpretação sobre a estrutura sindical. Veja-se, a propósito, a documentação reproduzida em Celso Frederico, *A esquerda e o movimento operário*, 3 volumes (o primeiro volume publicado pela Ed. Novos Rumos, 1987; e os demais pela Oficina de Livros, 1990 e 1991).

Quando se olha para o passado do “novo sindicalismo”, vem a lembrança das grandes greves operárias e o sentimento, por todos compartilhados, de que o movimento operário vivia o seu momento de redenção. Passados mais de 20 anos, pode-se dizer, sem demérito do heroísmo daqueles militantes, que as greves não anunciavam a nova era, mas, ao contrário, fechavam um ciclo histórico. Elas foram o último suspiro do sindicalismo da era fordista.

3 Tempos modernos

Durante as décadas de 1970 e 80, o Brasil viveu um descompasso em relação ao que se passava nos países desenvolvidos. Nestes, o processo de reestruturação produtiva produziu um enfraquecimento progressivo do sindicalismo, que viu desabar o número de associados e seu poder de barganha. Enquanto isso, no Brasil, com a agonia da ditadura militar, assistíamos a uma retomada da atividade associativa. Pouco a pouco, os antigos dirigentes pelegos foram substituídos pela aguerrida militância. O número de sindicatos e associações profissionais teve um notável crescimento. Formaram-se as centrais sindicais. No campo, o MST surgiu com inesperada força. As greves pipocaram em todo o país.

Entretanto, a parte não pode ficar indiferente à movimentação da totalidade: participante do sistema mundial de produção de mercadorias, o Brasil conheceu tardiamente a reestruturação produtiva. Os efeitos foram devastadores, pois ocorridos numa economia que atravessara duas décadas de recessão. O berço do “novo sindicalismo”, São Bernardo, foi atingido diretamente pelo “enxugamento” das montadoras e pela diminuição do número de trabalhadores. A ação sindical, até então viabilizada pela concentração operária em algumas poucas fábricas, viu ruir esse “exército” pronto para ser mobilizado. A tática do confronto cedeu lugar ao sindicalismo de negociação – tarefa facilitada pela chamada “crise das utopias” e pela cristalização de uma pesada burocracia sindical que manipulava cifras milionárias, inimagináveis para os antigos pelegos.

O “enquadramento” do sindicalismo na nova ordem realizou-se em nome do pragmatismo “realista”. Mas, afinal, o que é essa “realidade” em nome da qual se arquivou o processo de emancipação?

Não por acaso, um dos temas mais importantes da atualidade diz respeito ao trabalho: ele deixou de ser a fonte geradora do valor das mercadorias? Estamos assistindo ao “fim do trabalho” e à decomposição final das classes sociais?

Responder de modo positivo a essas questões leva automaticamente a constatar a fase terminal da classe operária e de suas lutas, já que não haveria mais a identificação dos indivíduos com esse ator coletivo. A antiga “comunidade de destinos” teria cedido lugar ao “salve-se quem puder” dos indivíduos atomizados, precarizados etc., em suas relações individuais com o onipresente mercado. Curiosamente, essa posição encontrou abrigo não só em concepções teóricas refinadas que partem da ideia de que o valor (portanto: o trabalho socialmente necessário) deixou de ser o estruturador da vida social, como também no neanarquismo que pretende fazer a “crítica do trabalho”.

Responder de modo negativo, contudo, significa fechar os olhos perante as transformações históricas em curso. É preciso, pois, entendermos o que se passa na realidade.

O antropólogo Lévi-Strauss, referindo-se a uma das especificidades do Brasil, afirmou que nós passamos da barbárie à decadência sem termos conhecido a civilização. Esse descompasso da periferia atualiza-se nas questões que envolvem o mundo do trabalho: a globalização impõe-se na periferia após essa ter padecido de décadas de crise prolongada em suas frágeis economias; os direitos do trabalho estão ameaçados antes de sua plena efetivação; a burocratização do sindicalismo e a corrupção dos sindicalistas realizaram-se com uma rapidez espantosa e com uma desfaçatez de fazer corar os antigos pelegos; a legislação social de Vargas ameaça a chegar ao fim antes de ter estabelecido os direitos de trabalho no campo; a formação do agrobusiness impôs-se ao campo tendo como pano de fundo a ausência da reforma agrária, o que explica o inchaço

das cidades e a marginalidade; a participação política, tão promissora nos primeiros anos do restabelecimento da democracia, sofreu um refluxo já a partir das discussões sobre a constituinte, quando a ação dos *lobbies* sobrepôs-se à ação dos sujeitos coletivos; as campanhas políticas, antes que pudessem se tornar um instrumento de esclarecimento, foram capturadas pela despolarizadora estratégia mercadológica; os partidos políticos, rapidamente, aderiram em uníssono às teorias sobre o “fim das ideologias”; a discussão sobre a urgência do desenvolvimento econômico para tornarmos-nos contemporâneos do primeiro mundo e da “sociedade do conhecimento” (seja lá o que essa expressão queira dizer) esbarra na nova forma assumida pelo valor: aquela realizada pela “força objetivada do conhecimento”, transformado em “força produtiva imediata”, como havia previsto Marx³, e que hoje se materializa nas patentes.

A nossa, digamos assim, “modernidade à brasileira” contém o pior dos dois mundos: as desvantagens do subdesenvolvimento, que não chegou a conhecer o *Welfare State*, acrescidas da selvageria do capitalismo financeirizado. A crise de acumulação, vivida pelo sistema mundial de mercadorias, acena para um longo período de barbárie na periferia, cuja face mais visível é o desemprego e suas sequelas: a marginalidade e a violência urbana. A nova etapa vivida pelo capitalismo tardio produziu uma alteração na estrutura da sociedade e, portanto, nas classes sociais, e exige, com lógica implacável, a total submissão dos antigos Estados-Nacionais.

Nesse momento, vale a frase: “o velho já morreu, o novo ainda não nasceu”. Períodos de transição costumam produzir reflexos deformados na consciência das pessoas. Aqueles que só veem o lado subjetivo celebram a “crise das identidades”. Os outros, que querem ser objetivos, mas confundem a realidade com os dados empíricos dispersos, constatarem que a “crise do emprego” é o mesmo que a “crise do trabalho”. Para esses, que ainda permanecem no discurso racional, vale a pena contra-argumentar: nunca, em toda a história da humanidade, se trabalhou tanto como nos dias atuais. O economista Richard Freeman calcula que “com a entrada de China, Índia e antigos

³ Cf. Karl Marx. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador)*. 1987-1858. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 1972. p. 230. v. II.

componentes do bloco soviético na economia mundial resultou, por volta de 2000, na duplicação do número de trabalhadores integrados à economia globalizada, para um total próximo de 3 bilhões”⁴. A competição desenfreada pelos postos de trabalho, como era de se esperar, gerou um achatamento generalizado dos salários. Trabalha-se mais e se ganha menos: os aposentados voltam ao mercado de trabalho e o trabalho infantil é uma benção para a subsistência das famílias pobres.

Por outro lado, a informática permite ampliar o trabalho para fora da unidade produtiva. Assim, quando acionamos nossa conta bancária no computador e realizamos transações, estamos trabalhando de graça para o capital. A mesma coisa tende a se multiplicar fazendo do *cyberespaço* não mais a esfera da “reinvenção das identidades”, segundo os apologistas das maravilhas da esfera virtual, mas um prolongamento da jornada de trabalho. Numa universidade particular de S. Paulo, o endereço eletrônico dos professores foi posto pela direção à disposição dos alunos que, a qualquer momento, podem escrever solicitando esclarecimentos. O professor *on-line*, assim, fica 24 horas à disposição, sendo para isso controlado pela direção do estabelecimento⁵.

A proletarização geral – a subordinação de todos ao capital – atesta a inevitável polarização das classes sociais, e não o mundo afluente da “classe média” triunfante, como imaginavam os teóricos da sociedade pós-industrial. O que está acontecendo, hoje, não é a “crise do trabalho”, mas a subordinação completa do “processo de trabalho” ao “processo de produção”. A crise não é do trabalho, como parece à primeira vista, e sim do emprego – aquela relação jurídica garantida pela mediação estatal. Por isso mesmo, as palavras antigas ganharam novos significados: reforma, nos tempos do governo Goulart, significava principalmente reforma agrária. Hoje, em tempos de “pirataria semântica”, a palavra é empregada para justificar o desmonte da rede social montada

⁴ Samuel Brittan. Globalização reduz salário de trabalhador do Ocidente. *O Estado de São Paulo*, p. B12, 5 de novembro de 2006.

⁵ Francisco José Soares Teixeira, num estudo pioneiro e ainda inédito, chama essa nova forma de extração da mais-valia de “cooperação complexa”. Essa forma de produção desterritorializada graças à internet situa-se, historicamente, na sequência das antigas formas estudadas por Marx: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria. O capital revela-se como uma força social totalmente impessoal (o mercado) e os trabalhadores ficam relegados à condição de “clientes”. Cf. *Cooperação complexa. Fronteira limite do capital*.

após a revolução de 30. Ora, todo esse processo de reestruturação produtiva e sua expressão ideológica – o neoliberalismo – são manifestações da luta de classes. Esta expressão é sempre plural: não fala de uma única classe, subentendendo-se sempre a classe operária, mas de uma relação entre as duas classes fundamentais da sociedade capitalista. A classe dominante, hegemônica pelo capital financeiro, está na ofensiva. Os seus interesses estratégicos levaram à progressiva substituição da mais-valia absoluta pela relativa. Se todo o segredo da economia, como ensinava Marx, resume-se à economia de tempo, a substituição do trabalho vivo (capital variável) pelas máquinas (capital constante) é um processo inexorável – reside aí a crise do emprego e o desmonte das leis de proteção ao trabalho. E, contra elas, não há programas de “requalificação profissional” capaz de inserir a totalidade dos desempregados, mas apenas uma minoria escapará da condição de “material descartável”.

Nessa nova configuração, a luta de classes ganha tons dramáticos e um novo campo de batalha. Ela não se trava apenas nas “plantas industriais”, no “chão da fábrica”, como gostam de dizer os sociólogos do trabalho, mas principalmente na completa captura dos aparatos estatais. Por isso, o que está em jogo hoje é o controle do fundo público, que compreende as verbas milionárias do PIS/PASEP, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FGTS e o Sistema S. Segundo os cálculos de Salvadori Dedecca, esses fundos “correspondem a 3% do PIB brasileiro. Isto é, nós temos uma arrecadação anual de 3% para realizarmos políticas de emprego e proteção do emprego”⁶.

Resta saber se essa montanha de dinheiro será empregada para financiar a expansão do capital e socorrer bancos quebrados ou para minorar as condições de vida da população carente. O controle do fundo público, portanto, tornou-se uma esfera explosiva a separar interesses contraditórios. De um lado, a nossa burguesia, acostumada a usar o Estado em benefício de seus interesses, fala na necessidade de desenvolvimento de olho no fundo público; de outro, os interesses da massa de assalariados coincidem com os da burguesia sobre a necessidade de desenvolvimento,

⁶ Claudio Salvadori Dedecca. Sistema público de emprego no Brasil. CONGRESSO NACIONAL. SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO. TRABALHO E RENDA, 1., 2004, Guarulhos. *Anais...* Guarulhos, 2004. p. 35.

mas exigem a combinação do desenvolvimento econômico com distribuição de renda e – mesmo tendo consciência de seus limites – a criação de empregos. Essas exigências redefinem o papel do serviço social, com bem observou o economista Francisco José Soares Teixeira: “faz-se mister integrar as políticas de geração de emprego e renda com as de assistência social. Para tanto, é preciso mudar o seu caráter assistencialista e transformá-las em políticas voltadas para a construção dos direitos fundamentais da pessoa humana”⁷.

Os dados estão lançados, e o momento decisivo da disputa será o segundo mandato de Lula em que a disputa do fundo público se dará juntamente com a nova reforma da previdência e as reformas trabalhista e sindical. Com “o pessimismo da inteligência e o otimismo da prática”, convém ir à luta lembrando o ensinamento dialético de Brecht: “as contradições são as esperanças”.

⁷ Francisco Teixeira. *Sistema público de emprego*. Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2005. p. 44.

Referências

BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: ____: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRITTAN, Samuel. Globalização reduz salário de trabalhador do Ocidente. *O Estado de São Paulo*, p. B12, 5 de novembro de 2006.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Sistema público de emprego no Brasil. CONGRESSO NACIONAL. SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO. TRABALHO E RENDA, 1., 2004, Guarulhos. *Anais...* Guarulhos, 2004. p. 35.

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário*, 3 volumes (o primeiro volume publicado pela Ed. Novos Rumos, 1987; e os demais pela Oficina de Livros, 1990 e 1991).

MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador). 1987-1858*. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 1972. p. 230. v. II.

TEIXEIRA, Francisco. Sistema público de emprego: Caminhos, Descaminhos... Novas Esperanças? In: RABELO, Jackline; FELISMINO, Sandra Cordeiro (Org.). *Trabalho, Educação e a Crítica Marxista*. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará - UFC, 2006. p. 167-184.

____. *Cooperação complexa*. Fronteira limite do capital. Disponível no blog do autor: <http://fcojoseteixeira.blogspot.com/2007/04/cooperacao-complexa-fronteira-limite-do.html>. Acesso em: 30 mar. 2009.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Questão social e direitos

Elaine Rossetti Behring

Professora da Faculdade de Serviço social/UERJ

Silvana Mara de Moraes dos Santos

Professora do Departamento de Serviço Social/UFRN

Questão social e direitos

Apresentação

Estamos diante de dois temas históricos, visceralmente articulados, e este texto busca explicitar as condições que produziram e produzem esse vínculo. Trata-se de desvelar a compreensão da “questão social”¹ e as polêmicas que cercam o seu entendimento como matéria do Serviço Social e processo, cujas expressões requisitam intervenções sistemáticas na forma das políticas sociais, a partir do Estado, e das ações desencadeadas pelas classes. Veremos que as lutas sociais dos trabalhadores tornaram direitos reclamáveis várias dessas intervenções, desde as duras conquistas em torno da jornada de trabalho, no século XIX, que Marx caracterizou como as primeiras vitórias da economia política do trabalho contra o capital. O movimento do texto será o de fornecer elementos para pensar a questão social e suas expressões a partir da lei geral da acumulação, em primeiro lugar, para observar, na sequência, o advento dos direitos na sociedade capitalista, buscando trazer o debate para a particularidade brasileira, onde os direitos têm sido mais exceções que regra e as expressões da questão social são verdadeiramente dramáticas, o que evidencia características da formação social brasileira.

1 Questão social: eixo central e polêmico no Serviço Social²

Entre os anos de 2005 e 2006, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS) conduziu um importante levantamento da implementação das Diretrizes Curriculares, de abrangência nacional (Cf. ABEPSS, 2008). Acerca do eixo questão social, a direção nacional da ABEPSS colocava as seguintes indagações a serem perseguidas no processo de avaliação: “considerando como objeto do trabalho profissional, e, portanto, da

¹ Esta será a primeira e última vez que usaremos as aspas ao nos referirmos à questão social. Seu uso ou não se relaciona à polêmica que será explicitada no decorrer do texto.

² Este item incorpora parte do texto revisado das conferências realizadas por Elaine R. Behring, nas Oficinas Nacionais Descentralizadas, promovidas pela ABEPSS, em 2006, sobre o eixo questão social nas Diretrizes Curriculares.



formação profissional, o conjunto das sequelas da questão social, qual tratamento vem sendo dispensado a esta categoria? Estaria ocorrendo um reducionismo nessa incorporação, a partir da negação da perspectiva de totalidade que supõe a leitura da questão social como resultante da contradição capital/trabalho?” Numa perspectiva reducionista e positivista, em geral, a questão social aparece como problema social, fato social, fenômeno social desvinculado da forma com que a sociedade produz e reproduz as relações sociais. Nesse sentido e interpretando as preocupações da ABEPSS na ocasião, ao invés de transversalizar o currículo, a questão social apareceria fragmentada em disciplinas que tratam das suas expressões.

Vejamos o que propugnam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS no que diz respeito à questão social. Os documentos de 1996 e 1999, efetivamente apontaram a questão social como o elemento que dá concretude à profissão, ou seja, que é “sua base de fundação histórico-social na realidade” e que, nessa qualidade, portanto, deve constituir o **eixo ordenador do currículo**, diga-se, da formação profissional. Assim, a questão social adquire um “novo” estatuto no projeto de formação profissional engendrado pelo serviço social brasileiro da década de 1990.

Como caudatário do projeto político-profissional dos anos 1980, o documento das Diretrizes (1996) reconhece que a realidade social brasileira já era colocada como centro nos debates que conduziram ao currículo de 1982. Nesse sentido, apontar a questão social como eixo ordenador não constituiria exatamente uma novidade, mas uma precisão. Tratou-se da realização de uma direção anunciada em 1982, que foi sobreposta, porém, por um conjunto de exigências teórico-políticas de qualificação profissional e capacitação docente, que levaram ao acerto de contas teórico-metodológico que perpassou a década de 1980, cujas linhas gerais estão publicadas nos *Cadernos ABESS*, especialmente os números um e três. A maior consequência desse processo foi privilegiar as disciplinas de história (do serviço social, e não considerando o serviço social **na** história), teoria e metodologia como eixo básico, desvinculadas dos elementos que dão substância à profissão na realidade e também de sua dimensão operativa. Na proposta das Diretrizes da ABEPSS (1996 e 1999), o



núcleo da questão social articula todo o processo formativo e impõe exigências que apontam para um maior equilíbrio entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Os processos de revisão dos currículos plenos de fins dos anos 1980 e início dos anos 1990 estiveram atentos aos limites do currículo mínimo de 1982 e procuraram engendrar novos caminhos, os quais repercutiram nos debates da revisão curricular e resultaram nas diretrizes, muitas vezes como polêmicas. Foi o caso da proposição da política social como núcleo básico, que marcou, na época, a proposta da UERJ. Ainda que essa perspectiva identificasse componentes e mediações essenciais da ação profissional, esteve distante de convencer que a política social seria **o componente essencial** demandado por essa especialização do trabalho coletivo, mesmo que a política social seja um eixo importantíssimo.

Outra direção apontada naquela ocasião foi a proteção social, cuja fundamentação tendeu a obscurecer a particularidade histórica que reveste a profissionalização do Serviço Social, ao ressaltar as regularidades históricas de longa duração que atravessam a proteção social – sobretudo quanto aos usos e costumes culturais – ao longo dos tempos. Dessa forma, a compreensão do Serviço Social como uma configuração particular da divisão social do trabalho, típica do capitalismo em sua fase monopolista – e, se lançamos mão da periodização de Mandel, típica da passagem do imperialismo clássico para o capitalismo tardio (BEHRING, 1998) – fica diluída, bem como o sentido da atividade profissional na contemporaneidade, que se altera na medida em que muda o padrão de acumulação e, conseqüentemente, de regulação social, com impactos na configuração da questão social e suas formas de enfrentamento pelas classes e pelo Estado, este último a partir de sua direção de classe. Com isso, não se quer negar a riqueza de possibilidades que existe no estudo dos fenômenos de larga duração, como nos mostram as descobertas de E. P. Thompson e F. Braudel ou as reflexões de um Walter Benjamin. Porém, tal perspectiva mostrou-se claramente insuficiente para fundamentar o entendimento do significado do Serviço Social numa perspectiva ontológica, sobretudo quando se distancia



irrevogavelmente de formulações sem as quais a tradição marxista perde sua substância e força, como a lei do valor, por exemplo.

Na verdade, as políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas e complexas da questão social no capitalismo. A questão social se expressa em suas refrações (NETTO, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese está na maneira com que os indivíduos se organizam para produzir num determinado momento histórico e que tem continuidade na esfera da reprodução social.

2 Produção, reprodução e questão social

Vale destacar que, quando se fala em produção e reprodução das relações sociais inscritas num momento histórico – e aqui é bom deixar explícito: o momento de emergência e consolidação da sociedade burguesa –, sendo a questão social uma inflexão deste processo, trata-se da produção e reprodução (movimentos inseparáveis na totalidade concreta) de condições de vida, da cultura e da riqueza. Não há, pois, nenhuma redução economicista, politicista ou culturalista, donde se evitam as interpretações unilaterais dos processos sociais e os monocausalismos de várias espécies, sobretudo nestes tempos de fragmentação e pós-modernismo. Essa perspectiva de abordagem da questão social está delineada nas diretrizes quando se aponta a “apreensão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares, em seus componentes de objetividade e subjetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas, ideológicas e culturais, fundamentado em categorias que emanam da teoria crítica” (ABESS, 1997, p. 152).

Poder-se-ia argumentar, e desde a aprovação das diretrizes tais argumentos têm estado presentes no debate (Cf. REVISTA TEMPORALIS, n. 3, 2001) que, a rigor, a categoria da questão social não pertence ao quadro conceitual da teoria crítica, diga-se, da tradição



marxista, crítica empreendida por Netto (2001), com argumentos muito consistentes e que remetem à relação entre questão social e lei geral da acumulação, após situar sua apreensão histórica pelo pensamento conservador. Chega-se mesmo a dizer, por outro ângulo, que colocar a questão social no centro do projeto de formação profissional seria retomar a ideia de “situação social-problema”, tão cara ao Serviço Social tradicional. Dentro disso, esta seria uma proposição paradoxal, diante da orientação teórica adotada pela revisão curricular.

Observemos cuidadosamente esses argumentos para explicitar o que se entende como questão social. Em primeiro lugar, vale lembrar que está na base do trabalho teórico presente na crítica da economia política empreendida por Marx, com a colaboração de Engels, a perspectiva de desvelar a gênese da desigualdade social no capitalismo, tendo em vista instrumentalizar sujeitos políticos – tendo à frente o movimento operário – para sua superação. Esse processo, diga-se, a configuração da desigualdade e as respostas engendradas pelos sujeitos a ela, se expressa na realidade de forma multifacetada como questão social. Desse ponto de vista, é correto afirmar que a tradição marxista empreende, desde Marx e Engels até os dias de hoje, um esforço explicativo acerca da questão social, considerando que está subjacente às suas manifestações concretas o processo de acumulação do capital, produzido e reproduzido com a operação da lei do valor, cuja contraface é a subsunção do trabalho pelo capital, a desigualdade social, o crescimento da pauperização absoluta e relativa e a luta de classes. A questão social, nessa perspectiva, é expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor, e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital - o que implica num predomínio do trabalho morto (capital constante) sobre o trabalho vivo (capital variável) – promove a expansão do exército industrial de reserva (ou superpopulação relativa) em larga escala.

O estudo de David Harvey (1993) acerca das expressões dessas tendências constitutivas do modo de produção no capitalismo contemporâneo é repleto de indicações acerca da potencialização da constituição de uma superpopulação relativa sobrando, com o



que ganha destaque o debate acerca do desemprego estrutural, da precarização e flexibilização das relações de trabalho, o que inclui o impacto sobre os direitos. Outro aspecto importante aqui é o de que a lei do valor não trata apenas da produção de mercadorias na sua dimensão econômica. Se o processo de produção articula a valorização do capital ao processo de trabalho, ou seja, se o **trabalho** é o elemento decisivo que transfere e cria valor, então tal processo refere-se, sobretudo, à produção e reprodução de indivíduos, classes sociais e relações sociais: a política, a luta de classes são elementos internos à lei do valor e à compreensão da questão social e de suas expressões. Se sua base material é a produção e o consumo de mercadorias, estamos falando também do trabalho enquanto atividade humana, repleta de subjetividade, costumes e vida. Essa dimensão de totalidade, incitada pelo núcleo da questão social, é o que propicia a riqueza da direção do projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro. É uma reconciliação profunda com a realidade, que rompe com o sentido pragmático do passado, a partir do acúmulo e da maturidade teórico-metodológicos alcançados pelo Serviço Social brasileiro, na experiência singular que temos vivido.

Portanto, é esse elemento essencial descoberto por Marx e desenvolvido pela tradição marxista, no acompanhamento das manifestações historicamente determinadas da totalidade concreta, no decorrer do século XX, que fundamenta a visão de questão social presente nas Diretrizes e o que diferencia esta abordagem da ótica das situações sociais-problema. O Serviço Social tradicional esgotava o trato teórico das situações sociais-problema em si mesmas, limitando-se, em geral à descrição de suas características e regularidades externas, como fato social, sem romper com o véu da pseudoconcreticidade que envolve os fenômenos sociais no mundo do fetichismo da mercadoria e da reificação do capital (KOSIK, 1986). Dessa forma, a afirmação da questão social como núcleo básico não se contrapõe à perspectiva teórica adotada, pelo contrário, sem esta a questão social estaria ainda envolta em discursos e interpretações positivistas, demagógicos, filantrópicos e superficiais.



Cabe lembrar que a profissionalização do Serviço Social, enquanto especialização do trabalho coletivo, está intimamente ligada à emergência da questão social no período já sinalizado do desenvolvimento do capitalismo, no qual o movimento operário já se coloca como classe “para si”³, aglutinando forças para a superação da sociedade capitalista. O Serviço Social no Brasil e no mundo surge por dentro da estratégia de dar um tratamento sistemático à questão social e de frear o movimento operário, por um lado; e no sentido de assegurar as condições gerais de reprodução do capital no momento fordista-keynesiano, após a Segunda Guerra Mundial, por outro. Todos esses elementos são hoje bastante conhecidos e explorados na literatura profissional (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, NETTO, 1992). Porém, como também já sabemos, o Serviço Social brasileiro vem buscando novos caminhos, sobretudo a partir de fins da década de 1960, delineando um perfil profissional prático-crítico, cujo propósito, dentre outros, é verificar a efetivação da “ruptura” prevista antes como “intenção” (numa alusão à “intenção de ruptura” de NETTO, 1992), e aprofundando o distanciamento daqueles aportes básicos de caráter conservador, ainda que em tempos desfavoráveis, de presença neoconservadora e pós-moderna. Nesse processo de resistência para fora e para dentro, faz parte colocar a questão social como centro – como o que constitui nossa materialidade.

Uma interpretação da questão social como elemento constitutivo da relação entre a profissão e a realidade social na linha adotada pelas diretrizes tem algumas implicações. Trata-se de imprimir historicidade a esse conceito, o que significa observar seus nexos causais, relacionados, como já foi dito, às formas da produção e reprodução sociais capitalistas no capitalismo, com seu metabolismo incessante, como nos chama atenção Mézáros (2002). E o debate deve incorporar, necessariamente, os componentes de resistência e de ruptura presentes nas expressões e na constituição de formas de enfrentamento da questão social, ou seja, este conceito está impregnado de luta de classes,

³ Lênin em seu clássico *O que Fazer?* (várias edições) distingue a consciência de classe em si, que não ultrapassa uma perspectiva corporativa, *trade-unionista*, da consciência para si, quando a classe ultrapassa esse patamar, compreendendo as razões estruturais da sua condição de exploração, e empreende a luta pela superação do capitalismo.



sem o que se pode recair no culto da técnica, numa política social de controle sobre os trabalhadores pobres, e não de viabilização de direitos (BEHRING, 2008).

Só com uma atitude teórico-metodológica plena de historicidade é possível compreender, evitando os impressionismos e as perplexidades do senso comum, as demandas renovadas, complexificadas, transformadas que as expressões da questão social contemporânea colocam para a profissão. Nesse sentido, este é um componente decisivo no projeto de formação profissional: preparar profissionais aptos a lidar subjetiva e objetivamente com a tão atual assertiva marxiana de que tudo o que é sólido se esfuma⁴ rapidamente, num modo de produção e reprodução social cuja sobrevivência depende de revolucionar permanentemente as forças produtivas e as relações sociais de produção. Tal processo se mostra hoje de forma contundente com a crise do capital. A esse desafio do projeto que se propõe, segue o de imprimir a direção social, ou seja, realizar a transformação criativa da matéria-prima do nosso trabalho, na perspectiva de fortalecer o componente de resistência, de ruptura com as expressões dramáticas da questão social na realidade brasileira, com as quais o Serviço Social se depara cotidianamente no exercício profissional.

3 Questão social no Brasil: algumas indicações

Segundo os analistas da área econômica e social, o Brasil foi o país que mais cresceu, entre os anos 30 e 80 do século XX, com um profundo, acelerado e contundente espraiar de relações capitalistas no campo e na cidade. Considerando o PIB como indicador de crescimento econômico, o Brasil teve, entre 1965 e 1988, uma taxa média de crescimento anual de 3,6%, para o Banco Mundial (1990), mesmo com a crise da dívida, no início dos anos 80. É evidente que esse percentual é dimensionado pelo impacto do chamado Milagre Brasileiro, na ditadura, mas, ainda assim, é um índice significativo. Contudo, esse é um indicador que escamoteia o desastre das “opções” brasileiras de desenvolvimento, marcadas pelo autoritarismo na política e pela máxima “deixar crescer o bolo para depois

⁴ Cf. Marx e Engels em *Manifesto do Partido Comunista* (Várias Edições).

dividir”⁵ na economia. Além de esconder as taxas de crescimento negativas da chamada “década perdida”, os anos 80 – do ponto de vista exclusivamente econômico, já que no plano político e cultural foi uma década de ascensão das lutas dos movimentos sociais e de intenso processo criativo no mundo da cultura (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, cap. 5) –, bem como os enormes desníveis regionais deste desenvolvimento, tal indicador dilui uma característica central da sociedade brasileira, qual seja, a de possuir a maior concentração de renda e riqueza do mundo. Os índices de crescimento coadunam aparentemente com a persistente Calcutá brasileira – os índices alarmantes de desigualdade social, que vem tomando ares de uma guerra civil não declarada, num cenário de violência endêmica e de barbárie, que explodem periodicamente em situações coletivas e individuais. Se é verdade que qualquer opção de desenvolvimento capitalista não prescinde de uma superpopulação relativa, ou seja, que não existe possibilidade de combinar acumulação capitalista com equidade, especialmente no capitalismo maduro e destrutivo, a forma singular que este modo de produção assume no Brasil – o drama crônico sinalizado por Florestan Fernandes (1987) – chama atenção pelo seu custo social, que compromete o futuro de muitas gerações de brasileiros.

Esses processos não são apenas econômicos. A hegemonia na condução desse projeto perverso só ocorre quando há força – o pós-64, por exemplo –, ou elementos de cultura política que tornam o solo fértil para as sementes da dominação e da submissão. No Brasil, a combinação dessas duas vias tem sido profícua para uma espantosa capacidade da burguesia brasileira de conduzir mudanças pelo alto (COUTINHO, 1989), de realizar processos de modernização conservadora, de engendrar contra-reformas e adiar possibilidades de reformas democráticas e ampliação de direitos e superar crises. Fazem parte do arsenal de estratégias desencadeadas pela burguesia que dá a direção ao Estado brasileiro⁶ – extremamente privatizado -, o populismo, o clientelismo, a cultura da inflação, dentre outros elementos, sem falar do poder da mídia como formadora de opinião (SALES; RUIZ, 2009). Ainda que existam componentes de resistência – um movimento operário e

⁵ Famosa frase de Delfim Neto, quando esteve à frente da política econômica da ditadura militar.

⁶ Mesmo no governo Lula.



popular ativo, que conseguiu delinear legalmente pelo menos um esboço de espaço público expresso na Constituição de 1988 –, as condições de contrapor um projeto contra-hegemônico estão especialmente difíceis, desde os anos 90 do século XX. O contexto do avanço do neoliberalismo no Brasil e no mundo, com sua natureza regressiva, contrarreformista e contrarrevolucionária (BEHRING, 2003), promove uma profunda insegurança da existência, com a perspectiva do desemprego estrutural apontada para grandes parcelas dos trabalhadores, a partir das mudanças no mundo do trabalho e da mundialização do capital e da refuncionalização do Estado, donde decorrem a desregulamentação de direitos e o corte dos gastos públicos na área social.

Aqui está, portanto, o grande desafio àqueles cuja matéria é, cotidianamente, lidar com as sequelas decorrentes do processo de constituição da questão social a partir da lei geral da acumulação: **conhecer** as muitas faces da questão social no Brasil, das quais a mais perversa é a **desigualdade** econômica, política, social e cultural a que estão submetidas milhões de pessoas, o que requisita um grande esforço de pesquisa sobre o Brasil. É necessário e imprescindível conhecer profundamente nossa matéria: a questão social brasileira.

A partir dessa compreensão é que a questão social se apresenta como um eixo central capaz de articular a **gênese** das expressões inerentes ao modo de produzir-se e reproduzir-se do capitalismo contemporâneo, o que envolve as mudanças no mundo do trabalho; suas **manifestações** e **expressões concretas** na realidade social; as **estratégias de seu enfrentamento** articuladas pelas classes sociais e o papel do Estado nesse processo, em que se destaca a política social e os direitos sociais; e, por fim, os desafios teóricos, políticos e técnico-operativos postos ao **Serviço Social** para seu desvelamento e inserção em processos de trabalho coletivos.



4 Acesso aos direitos: campo minado de perdas, lutas e contradições

Ao analisarmos as complexas relações entre questão social e direitos, colocaremos em evidência três grandes desafios ao Serviço Social, num momento histórico em que comemoramos 30 anos do chamado “Congresso da Virada”, referência ao III CBAS, realizado em 1979, em São Paulo, que constituiu um marco relevante do processo de ruptura com o Serviço Social tradicional. Trata-se do entendimento sobre direito e sua relação com a totalidade da vida social; do vínculo entre as lutas pela realização dos direitos e as classes sociais; e do movimento teórico-ético e político no Serviço Social frente às formas e estratégias de luta que se destinam a reivindicar direitos.

Falar sobre direitos e sua relação com a totalidade da vida social pressupõe considerar os indivíduos em sua vida cotidiana, espaço-tempo em que as expressões da questão social se efetivam, sobretudo, como violação dos direitos. A vida humana não é a mera reposição aleatória dos indivíduos ou explicitação de uma essência natural, mas expressa, além das respostas às demandas imediatas, vínculos com a produção da vida genérica, vida essa que se caracteriza pelo fato de os indivíduos serem relacionais, diversos e interdependentes.

Estabelecer as relações entre questão social e direitos implica no reconhecimento do indivíduo social com sua capacidade de resistência e conformismo frente às situações de opressão e de exploração vivenciadas; com suas buscas e iniciativas (individuais e/ou coletivas) para enfrentar adversidades; com seus sonhos e frustrações diante das expectativas de empreender dias melhores. Trata-se, portanto, de pensarmos a vida e os indivíduos em suas relações concretas e densas de historicidade. E, nesse sentido, trata-se de apreender a assertiva de que a essência humana encontra-se no conjunto das relações sociais historicamente determinadas. Assim, podemos admitir o indivíduo como ente singular e genérico, não somente partícipe de uma espécie, mas produtor de seu gênero, determinado pelas suas múltiplas interações e pelo seu tempo histórico. Isso significa que



homens e mulheres, em suas iniciativas coletivas e ações individuais, elaboram e dão sentido à história, ao tempo em que são movidos e determinados por esta.

É, pois, a ação humana envolvida e determinada pelo pertencimento às classes sociais em disputa que ergue, aniquila, reconstrói, possibilita e inviabiliza a produção e reprodução da vida, sob dadas condições materiais. Dias (1996, p.15) nos lembra que “material não é aqui sinônimo de econômico. Essa identificação é a essência do pensamento burguês, não do marxista”. Materialidade, sob a perspectiva da totalidade, abrange as determinações econômicas, políticas e culturais, por onde se estruturam as formas ideológicas e o conteúdo “espiritual” de um tempo histórico. A perspectiva da totalidade implica relação recíproca e contraditória entre objetividade e subjetividade, sob a regência da primeira. Exatamente por isso “quando se trata, pois de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais” (MARX, 1996, p. 26-27).

Sabemos que, no desenvolvimento da sociabilidade, um conjunto de contradições e o antagonismo entre as necessidades do capital e as do trabalho frustraram amplamente as promessas de liberdade e de igualdade, bem como a efetivação de uma vida social sem dominação, exploração e opressão. Podemos, assim, afirmar que, no tempo presente, os segmentos do trabalho, ao invés de sujeitos de direitos, são sujeitos da desigualdade, que convivem nos cenários de violência endêmica e de barbárie a que fizemos referência anteriormente.

Contraditoriamente, diante de um quadro de profundas inovações pelas quais passa o sistema produtivo, nas últimas quatro décadas, inscreve-se, na vida cotidiana, pelas forças dominantes, um apelo constante à valorização da individualidade, dos direitos e da cidadania.

Veicula-se um pensamento convicto de que se está vivendo uma melhora, qualitativamente significativa, no espaço e nas condições para que a



individualidade se expresse; um pensamento que alimenta a ideia de realização pessoal através do consumo. Mas estaria a automação flexível, implantada no seio do capitalismo, transferindo ao indivíduo o controle sobre seu tempo e sobre um determinado espaço? (PALANGANA, 1998, p.15-16).

A realidade é que os sujeitos da desigualdade encontram-se, em suas vidas cotidianas, carentes de conexão viva com a genericidade humana. “Ser genérico, em termos marxianos, entendido como ser consciente, que vive a efetividade humana omnilateral. Ser que se relaciona consigo mesmo como gênero vivo, universal e livre” (ANTUNES, 1995, p.120). Isso porque, sob a perspectiva do capital, o indivíduo é atravessado pelas determinações classistas que obstaculizam e rompem com a ideia de uma individualidade plena, fundada no bem comum e na satisfação das necessidades humanas. Mas é fundamental enfatizar que a substância da desigualdade, do consumismo, do individualismo e da mercantilização desenfreada não está no aprimoramento da técnica, da ciência nem das inovações tecnológicas em si, mas no conjunto das relações sociais que as dirigem, que comandam o trabalho, impedindo os indivíduos de alcançarem as condições sócio-históricas que possibilitem torná-los sujeitos do seu espaço-tempo; sujeitos que colocam a ciência, a técnica e todo o desenvolvimento das forças produtivas a serviço da realização das necessidades individuais e coletivas, para, assim, verdadeiramente, se apropriarem, com vida e sentido de socialização, do patrimônio sócio-cultural da humanidade.

Prevalece, nos dias atuais, ampla disseminação da concepção teórica fundada na ideia de que a política e o direito fundam a sociedade. Diferente disso, reconhecemos que o trabalho constitui o ato fundante da existência humana. No entanto, pela vitalidade com que se espalha aquela concepção, inclusive entre sujeitos coletivos identificados com as lutas pela realização dos direitos e no próprio debate da profissão, passamos a examinar essa problemática, tendo como fio condutor as implicações desse modo de raciocinar na direcionalidade das lutas sociais.

Nosso entendimento da sociabilidade se distingue da noção de contrato social e não se refere a um suposto estado de natureza contraposto à sociedade, mas refere-se aos

indivíduos concretos e às relações sociais que vivenciam na produção e reprodução de sua existência. Desse ponto de vista, somente é possível compreender a origem, a função social e a dimensão contraditória do direito se partirmos do conhecimento e da análise da formação social, ou seja, do modo a partir do qual qual, numa dada sociedade, as relações sociais foram e são estruturadas, observando aí o movimento das classes sociais para revelar e ocultar formas de dominação, a um só tempo econômicas e ideológicas, conforme a concepção de materialidade que explicitamos anteriormente.

Ao conceder tratamento igual aos desiguais, o direito, na sociedade capitalista, torna iguais todos os agentes da produção, reconhecendo-os na condição de sujeitos individuais e de direitos. Assim, o proprietário dos meios de produção e o produtor direto são abstratamente dotados de vontade subjetiva e considerados capazes de praticar os mesmos atos. A relação real e desigual entre proprietários e produtores diretos assume a forma de uma troca de equivalentes e, como tal, cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção sob o domínio do capital. O direito assume, portanto, na formação social capitalista, uma função ideológica de alta complexidade com consequências sócio-políticas. Isso porque quando reconhece os agentes da produção como sujeitos iguais, na verdade, efetiva-se aí um modo particular de ordenar e disciplinar os conflitos sociais. Entram em cena dispositivos normativos e ideológicos que servem ao processo de naturalização das relações econômicas e de classe, na medida em que os indivíduos são tratados de modo genérico, destituídos das relações reais e históricas que vivenciam.

Trata-se, portanto, do ocultamento da dominação política que, ao se constituir numa das particularidades fundamentais do direito, funciona como aparência, o modo de ser necessário do Estado na sociedade capitalista. Esse processo ideológico que dissimula e oculta a dominação obstaculiza “e impede que as classes subalternas tomem consciência desse processo e realizem a construção da sua identidade, dos seus projetos” (DIAS, 1997, p.70). Desse modo, o vínculo entre as lutas pela realização dos direitos e as classes sociais configura-se mediante os embates desenvolvidos pelos sujeitos na disputa hegemônica. No



entanto, considerando que não há possibilidade de estabelecer autonomia plena entre nenhum complexo social e a totalidade, o direito, quando se objetiva tanto por meio das lutas como dos institutos jurídicos-políticos, sofre as determinações societárias. Assim, não há como autonomizá-lo dos interesses do capital nas diferentes conjunturas.

No âmbito do pensamento crítico, a preocupação mais direta com a luta pela realização dos direitos se ergue com enorme força a partir do término da Segunda Guerra Mundial, sobretudo após as nefastas experiências do nazi-fascismo, do stalinismo e, mais adiante, a partir da década de 1960, com as ditaduras militares na América Latina, período em que movimentos sociais e diferentes sujeitos coletivos passam a defender e consolidar, em sua agenda política, a cultura de defesa dos direitos. Posteriormente, são incluídas questões relacionadas às relações sociais de gênero; raça/etnia; orientação sexual, dentre outras. Questões essas fundamentais para a efetivação da vida com liberdade, bem como para a valorização da diversidade humana e, portanto, para o desenvolvimento do gênero humano, fundado num projeto de emancipação humana. O problemático é que isso tudo aconteceu no espaço-tempo de efervescência pela ruptura com os referenciais críticos à ordem burguesa. E as lutas empreendidas, apesar da relevância que tiveram, considerando a organização dos sujeitos; a identificação de novas questões indutoras de formas de opressão; a possibilidade da incorporação crítica de valores e princípios éticos na luta política, não possibilitaram aos sujeitos coletivos do trabalho que se tornassem capazes de apreender em profundidade as determinações e as relações complexas entre a violação de direitos e a sociabilidade vigente. Por vezes, reforçaram estratégias mistificadoras da exploração capitalista e de formas de opressão, embora essa não tenha sido a intencionalidade dos sujeitos envolvidos.

A conjuntura da década de 1990 aos dias atuais, tem evidenciado, com nitidez, processos de guerra que foram desencadeados de modo artificial para garantir a expansão do capital. Mais uma vez, atualiza-se a gramática em defesa dos direitos. As últimas décadas foram de retração dos direitos face à universalização das relações mercantis, em que nada parece escapar à força, ao controle e direção do sistema do capital que submete todas as



dimensões da vida social ao valor de troca, agudizando as expressões da questão social. Em tempos difíceis assim, há uma tendência contraditória para a reação, que pode se expressar na forma de imobilismo; na adesão passiva à ordem; ou na resistência, que assume direção política variada a depender do nível de organização e capacidade crítica, protagonizada pelos sujeitos coletivos. É preciso examinar com cautela e precisão teórica as saídas propostas, pois este é um tempo de profunda nebulosidade teórico-política, ou seja, quanto mais se dilaceram as condições de existência, maior é o apelo à valorização dos direitos; ao desenvolvimento sustentável; à ética na política; aos processos de humanização dos serviços prestados à população e às iniciativas no campo Legislativo e Judiciário, dentre alternativas que se interpõem com o objetivo de conter e preservar o vínculo social.

Nos dias atuais, as derrotas, nessa perspectiva, são muitas, o que configura uma espécie de esgotamento dessas ações que visam controlar a fúria destrutiva do capital por meio da ação do Estado. Isso não significa negar nem se eximir de participar na luta pela realização dos direitos e na ampliação dos espaços democráticos de decisão, mas entender o campo minado de tensões, lutas e contradições em que se movem indivíduos e instituições, sob a regência e domínio do capital.

Assim, apesar de a política e o direito constituírem dimensões relevantes na institucionalização e no modo de ser das formações sócio-históricas classistas, não é por intermédio desses complexos que se torna possível alcançar o núcleo central de estruturação da sociabilidade e da individualidade. Nesse sentido, quando os direitos são conquistados e regulados na forma da lei, isso não significa a superação nem da desigualdade social nem das formas de opressão vigentes na vida cotidiana. As lutas por direito nutrem de possibilidades o processo de socialização da política, ao tempo em que explicitam seu limite, quando se constitui um tipo de universalidade abstrata no reconhecimento de sujeitos de direitos universais, uma forma particular de a burguesia reivindicar para si o domínio ideológico da sociedade. Nesse sentido, o destino das lutas por direito está determinado na dinâmica da luta de classes, num complexo jogo que envolve disputas ideológicas quanto à concepção de sociedade e de projeto societário que se deseja



afirmar. Esse processo não pode prescindir da organização política das classes trabalhadoras nem a estas se limitar, pois depende de um conjunto de condições objetivas que interferem na história.

É necessário compreender, portanto, que, apesar dos avanços democráticos e da organização de inúmeros sujeitos coletivos e suas lutas reivindicando direitos, temos que considerar a relação de determinação posta pela totalidade da vida social. As respostas dadas aos sujeitos em suas lutas são permeadas por interesses de classes. Em cada conjuntura, as conquistas e/ou regressão de direitos resultam de embates políticos e, nesse *front*, os interesses do capital têm prevalecido. Longe de negar ou desvalorizar as lutas memoráveis pela realização dos direitos, o que está em jogo é a capacidade de o segmento do trabalho construir um projeto político emancipatório frente ao capital, ou seja, lutar por direitos, mas ir além dos direitos.

Para finalizar, podemos nos perguntar: mas, afinal, que relações se estabelecem entre a questão social, os direitos e o Serviço Social? Para respondermos a essa questão central, vale registrar, como assinalado anteriormente, que as diretrizes curriculares aprovadas para o Curso de Serviço Social orientaram-se para o distanciamento dos aportes básicos de caráter conservador, na perspectiva de assegurar a efetivação da ruptura com o Serviço Social tradicional. Inúmeros desafios são postos. Mais do que nunca, é vital, no debate teórico-metodológico e ético-político no âmbito da profissão, assegurar a análise sob a perspectiva da totalidade, com apropriação dos fundamentos ontológicos-históricos, para apreender o processo histórico real.

Trata-se, assim, de discernir as armadilhas liberais para delas se diferenciar; de romper com visões economicistas, politicistas e eticistas no trato às expressões da questão social; de consolidar estudos e pesquisas que possibilitem o conhecimento profundo da realidade brasileira. O conhecimento objetivo da realidade é sempre um grande desafio. A participação juntamente com outros sujeitos profissionais e sujeitos coletivos os mais diversos na construção dos instrumentos de luta possibilitarão, em cada situação concreta,



jogar força para ir além dos interesses do capital. Mais do que nunca, não podemos correr o risco de conceder ao direito, e à sua estruturação num complexo jurídico-político, independência e autonomia, como se este se constituísse numa esfera autorregulada: é o que Mézáros caracteriza como sendo a ilusão jurídica.

É uma ilusão não porque afirma o impacto das idéias legais sobre os processos materiais, mas porque o faz ignorando as mediações materiais necessárias que tornam esse impacto totalmente possível. As leis não emanam simplesmente da vontade livre dos indivíduos, mas do processo total da vida e das realidades institucionais do desenvolvimento social-dinâmico, dos quais as determinações volitivas dos indivíduos são parte integrante (MÉSZÁROS, 1993, p.210).

Reafirmar os ganhos teórico-metodológicos e ético-políticos inaugurados em fins da década de 1970 exige sintonizar o Serviço Social com a elaboração da agenda anticapitalista. Isso pressupõe, portanto, apreensão dos fundamentos da sociabilidade vigente para a compreensão do que ela “permite, promove e impede” (WOOD, 2003). Ser anticapitalista implica, portanto, colocar-se ideológica e praticamente na luta permanente contra o sistema e os valores liberal-burgueses. É mover-se nas contradições, esfera onde se inscrevem os direitos, para preencher de sentido emancipatório e direção social anticapitalista as lutas que indicam e dão visibilidade à barbárie do tempo presente, sob o domínio do capital.

Referências

ABEPSS. *Relatório da pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social*. CD-Rom. São Luís: ABEPSS, 2008.

ABEPSS. *Revista Temporalis*. n. 3. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In: *Cadernos ABESS*, n.7. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: BEHRING, Elaine R.; ALMEIDA, Maria Helena T. (Org.). *Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma via não-clássica para o capitalismo. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1989.

DIAS, Edmundo Fernandes. Cidadania e racionalidade de classe. In: *Universidade e sociedade*. Ano VI, n. 11, junho, 1996.

_____. *Textos didáticos: a liberdade (im)possível na ordem do capital – reestruturação produtiva e passivização*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1997.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, Marilda V. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Ed. Moraes s/d.

_____. Introdução (à crítica da economia política). In: MARX. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, István. Marxismo e direitos humanos. In: *Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. *Para além do capital*. Trad. Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Editora da UNICAMP, 2002.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social” In: *Revista Temporalis*. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. Capitalismo monopolista e serviço social. São Paulo: Cortez, 1992.

PALANGANA, Isilda Campaner. *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*. São Paulo: Plexus Editora, 1998.

SAES, Décio. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. São Paulo: IFCH, 1998.

SALES, Mione Apolinario; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. *Mídia, questão social e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2009.

WOOD, Ellen. O que é (anti)capitalismo? In: *Revista Marxista*, n. 17. São Paulo: Editora Revan, 2003.



Estado, sociedade e esfera pública

Estado, sociedade e esfera pública

Introdução

Neste texto, são apresentados conteúdos básicos sobre a relação entre *Estado* e *sociedade*, relação esta propiciadora da construção da *esfera pública* que, por sua vez, remete aos nexos entre *público* e *privado* como instâncias emergentes nas formações sociais burguesas instituídas nos séculos XVII e XVIII.

Foi a partir desse período histórico que *Governo* e *Estado* distinguiram-se um do outro, ao mesmo tempo em que o *Estado* se diferenciou da *sociedade* fortalecendo o seu domínio sobre esta por meio de aparatos burocráticos, legais, policiais e ideológicos, conformando o Estado absolutista monárquico.

Nessa relação de dominação, também se tornou clara a distinção – até então inexistente – entre uma instância de caráter universal, identificada como *pública* (coberta pela lei e usualmente associada ao Estado), e outra particular, tida como *privada*, na qual as pessoas teriam, individualmente, liberdades civis protegidas (de constituir família, de firmar contratos, de fazer testamentos, de ir e vir, de pensamento e de fé).

Na esteira dessas distinções, e como conquista de movimentos democráticos (também emergentes), surgiu uma primeira categoria de direitos de cidadania – *direitos civis* – cujo principal objetivo consistia em impor limites ao domínio do Estado absolutista. Foi contra este tipo de Estado, detentor de privilégios e repressor das liberdades individuais, que igualmente se posicionaram os líderes do liberalismo clássico burguês. Em decorrência, e por esse ângulo, como diz Esping-Andersen¹, a insurgência liberal-burguesa se mostrou revolucionária. Afinal, os velhos sistemas de

¹ ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Rev. Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n. 24, set./1991.

governo hereditários, protecionistas e corruptos passaram a ser desmontados com a sua firme participação.

Surgiu daí uma especificação de liberdade individual que, no século XVIII, vai se tornar central ao liberalismo clássico triunfante, adepto do *laissez-faire*², e ao novo liberalismo (*neoliberalismo*) da época contemporânea (de meados dos anos 1970 aos dias hoje). Trata-se da chamada *liberdade negativa* que, em consonância com os anseios da burguesia nascente de substituir no poder uma decadente aristocracia feudal, é definida como: *a liberdade que nega qualquer interferência do Estado ou dos governos nos assuntos privados, especialmente no mercado.*

Disso se segue que a *liberdade* é um dos princípios matriciais que está no cerne da relação do Estado com a sociedade, assim como da relação entre as esferas pública e privada. Contudo, inicialmente, esse princípio foi capturado pelo liberalismo e interpretado como um direito *contra* o Estado – com o aval e suporte teórico de pensadores liberais influentes, como Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823), John Stuart Mill (1806-1873), Aléxis de Tocqueville (1805-1859) e de seus seguidores no século XX: Friedrich August von Hayek (1899-1992, o pai do neoliberalismo) e seu principal discípulo Milton Friedmann (1912-2006), que deram nome a “lenda” *Haymann* (*Hayman’s tale*) – um amálgama (acrossemia) das sílabas Hay (de Hayek) e mann (de Friedmann), como passou a ser conhecida.

Entretanto, com o desenvolvimento da economia capitalista; com a formação de monopólios nos fins do século XIX; com as crises cíclicas do capitalismo (especialmente a depressão econômica de 1929); com a conquista (pelos movimentos democráticos) do sufrágio universal; com a criação de sindicatos e de partidos políticos de massa, foi ocorrendo a *socialização da política*³ e a ampliação das funções do Estado. Surgiu, então, uma nova formulação de liberdade, desta vez de sentido *positivo* (*liberdade positiva*),

² “Deixar fazer”. Denominação usada pelos adeptos do liberalismo econômico como sinônimo de irrestrita liberdade de produção e comercialização de mercadorias.

³ Termo usado por Carlos Nelson Coutinho para indicar a crescente participação das massas na vida política.

que invocava a efetiva participação do Estado nos assuntos da sociedade, para, inclusive, tornar as liberdades individuais possíveis. Subjacente a essa concepção, encontra-se a idéia de que a liberdade, como princípio matricial, não deve ser engessada numa postura negadora da participação social do Estado e, por isso, precisa associar-se a um outro princípio matricial: a *igualdade* substantiva (e não só formal), que implica *equidade* e *justiça social*. É o que Della Volpe⁴ chama de *liberdade igualitária*.

Tal entendimento redundou na conquista democrática dos *direitos sociais* (além dos *civis* e *políticos*, tidos como individuais), cuja concretização, a partir do século XX, passou a ser mediada por *políticas públicas*. Estas políticas, por serem *públicas* (e não propriamente estatais ou coletivas e privadas), têm dimensão e escopo que ultrapassa os limites do Estado, dos agregados grupais, das corporações e, obviamente, do indivíduo isolado. Isso porque o termo “público”, que também qualifica a política, tem um intrínseco sentido de *universalidade* e de *totalidade orgânica*. Por isso, a política pública não pode ser confundida com política estatal, ou de governo, e muito menos com a iniciativa privada – mesmo que, para a sua realização, ela requeira a participação do Estado, dos governos e da sociedade e atinja grupos particulares e indivíduos. Essa concepção contraria a ideia corrente de que a política pública, para ser duradoura e sobreviva a diferentes mandatos governamentais, deva se transformar em “política de Estado”, por oposição à “política de governo”. Isso porque o que garante a inviolabilidade de uma política é o seu caráter público (que não é monopólio do Estado), indicador de sua irrecusável legitimidade democrática e normativa, assim como de sua irreduzibilidade ao poder discricionário dos governantes; ao jogo de interesses particulares e partidários; ao clientelismo; aos cálculos contábeis utilitaristas e aos azares da economia de mercado. A política pública, portanto, é uma “coisa” *de todos para todos*, que compromete todos (inclusive a lei, que está acima do Estado), podendo traduzir o conceito de *república* (do latim *res*: coisa; *publica*: de todos), o qual envolve tanto o Estado no atendimento de demandas e necessidades sociais, quanto à sociedade no controle democrático desse atendimento. Sendo assim, a realização de tal política

⁴ DELLA VOLPE, G. *Rousseau e Marx: a liberdade igualitária*. Lisboa: Edições 70, 1982.

exige e reforça a constituição de esferas públicas, isto é, de espaços de todos (e não de *ninguém*, como também é entendido), onde a *liberdade positiva* é condição básica para a participação política e cívica; para o exercício da autonomia de agência e de crítica e para a prática responsável de direitos e deveres. A esfera pública trata-se, por conseguinte, de um *lócus* construído social e historicamente na interconexão da relação entre Estado e sociedade e, como tal, um campo de conflitos e negociações em que se entrecruzam demandas diferenciadas e são tecidas deliberações baseadas em “parâmetros públicos que reinventam a política no reconhecimento de direitos”⁵.

Vê-se, assim, que a incursão ao tema da relação entre Estado e sociedade e da constituição da esfera pública põe em evidência vários fatores, princípios e processos, sem contar que tanto o Estado como a sociedade são instâncias complexas, contraditórias, que variam no tempo e no espaço e não são de fácil explicação. Por isso, não há uma única concepção dos mesmos, assim como não há um único entendimento sobre o tipo de relação que eles estabelecem entre si.

É com base nessa constatação que discorreremos a seguir sobre conceitos e perspectivas teóricas que marcaram, no curso da história, a discussão sobre este tema, destacando as principais formas de organização estatal, societária e pública tratadas por pensadores eminentes. Mas isso será feito tendo como pressuposto a natureza complexa e dialeticamente contraditória não só do Estado e da sociedade em suas lógicas internas, mas também da relação que os mantém em constante e nem sempre pacífica interação, geradora de possibilidades de construção negociadas de esferas públicas compartilhadas.

Começemos, pois, com a seguinte indagação: *por que os seres humanos se organizaram em sociedade e construíram Estados para os regular politicamente?* A matéria contida nesta indagação é bastante complexa, mas indica preocupações, interesses e procedimentos peculiares que só podem ser desvendados a partir da compreensão da dimensão conceitual do Estado (já que, modernamente, indivíduos e

⁵ TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 163.

sociedades vivem sob a égide dessa instituição); da sociedade (como contraponto indissociável do Estado) e da esfera pública (como instância que resulta da relação entre Estado e sociedade). A seguir, serão tratados os conteúdos que fazem parte da matéria contida na indagação.

1 Conceituação de Estado

O conceito de Estado é amplo e complexo e existe considerável discordância sobre a sua caracterização.

Alguns autores dizem que não há concepções divergentes ou rivais na sua definição. Outros, ao contrário, afirmam que definir Estado é tarefa quase impossível, porque ele é constituído de vários aspectos e, dependendo dos aspectos considerados, a definição varia.

Os que dizem que há concordância na definição do Estado ressaltam a presença constante de três elementos que o constituem:

- a) um conjunto de instituições e prerrogativas, entre as quais, o *poder coercitivo*, que só o Estado possui por delegação da própria sociedade;
- b) o *território*, isto é, um espaço geograficamente delimitado onde o poder estatal é exercido. Muitos denominam esse território de sociedade, ressaltando a sua relação com o Estado, embora esse mantenha relações com outras sociedades, para além de seu território;
- c) um conjunto de regras e condutas reguladas dentro de um território, o que ajuda a criar e manter uma *cultura política* comum a todos os que fazem parte da sociedade nacional ou do que muitos chamam de *nação*.

A presença desses elementos, contudo, tem caráter mais ideal do que real, porque, na prática, os Estados têm grande dificuldade de exercer seu poder, regular a sociedade, aplicar regras e controlar a penetração de elementos externos no seu território. Portanto, não é pacífica a existência do Estado e nem a sua relação com os seus elementos, particularmente com a sociedade.

Por outro lado, os que dizem ser difícil definir o Estado apresentam os seguintes argumentos:

a) há diferentes entendimentos a respeito de certas noções de Estado. Ex: i) Estado de Direito significa que há uma organização política ideal ou uma prática de governo não totalitária?; ii) O que vem a ser Estado Liberal: trata-se de um Estado progressista?; iii) E o que quer dizer Estado Social ou de Bem-Estar: que ele produz efetivamente bem-estar a todos os cidadãos que vivem sob sua jurisdição?

b) O Estado designa uma forma política e historicamente constituída. Seu aparecimento está ligado a certas épocas e circunstâncias, que podem ser datadas, e seu desaparecimento ou substituição ocorrerá quando essas condições desaparecerem. Isso quer dizer que é necessário distinguir o tipo de Estado a que nos referimos: feudal, burguês, socialista.

c) A definição de Estado está associada aos seus órgãos ou elementos constitutivos e, às vezes, confunde-se com eles. Para uns, Estado e governo são a mesma coisa. Para outros, o Estado se identifica com a burocracia ou com a justiça. Há os que perguntam: que relações esses órgãos especializados mantêm entre si? Ou, que relações o Estado mantêm com a sociedade? E, ainda: o Estado é apenas um aparelho repressivo ou também pode ter funções protetoras?

Em vista da complexidade do conceito de Estado, torna-se absolutamente necessário evitar tratá-lo parcialmente ou com estereótipos, como o que sugere que ele sempre está voltado para o bem comum ou que existe para servir a uma única classe (a

burguesia, por exemplo); ou ainda que ele é o mais frio de todos os monstros, como dizia Nietzsche.

Na verdade, o Estado não existe em abstrato (sem vinculações com a realidade e com a história) e nem de forma absoluta (assumindo sempre uma única configuração). Quando se fala de Estado, é preciso especificá-lo, isto é, qualificá-lo, porque ele existe sob diferentes modalidades, formas e contextos. Um mesmo país pode viver sob o domínio de um Estado totalitário, em um determinado momento, e de um Estado democrático, em outro. O Brasil é um caso que se enquadra nessa ambivalente situação.

Isso indica que o Estado, além de ser um conceito complexo, é um fenômeno *histórico e relacional*.

Histórico, porque, como visto, ele não existe de forma absoluta e inalterável. É algo em movimento e em constante mutação. Trata-se de um fenômeno que tem que ser pensado e tratado como um *processo*, a despeito de algumas ideologias pretenderem vê-lo como um *ente* que se basta a si mesmo (visão metafísica).

Como processo histórico, o Estado contém em si uma dinâmica que articula passado, presente e futuro. O passado nunca é completamente superado, porque se infiltra no presente e se projeta no futuro. A esse respeito, o filósofo alemão Walter Benjamin, da Escola de Frankfurt, dizia: a história “é um anjo cujo rosto está voltado para o passado”⁶. E, segundo a mesma fonte, Marx indica, no seu livro intitulado *Dezoito Brumário*, que “a tradição de todas as gerações mortas oprime como pesadelo o cérebro dos vivos”⁷. Isso significa que o Estado contemporâneo contém muitos elementos do passado que se mantiveram durante anos, ou até séculos, e convivem com novos elementos recentemente incorporados.

⁶ Segundo NOGUEIRA, Marco Aurélio, p. 6-7.

⁷ Segundo NOGUEIRA (idem), p. 7.

Mas o Estado também tem índole *relacional* porque não é um fenômeno isolado, fechado, circunscrito a si mesmo e autossuficiente, mas algo em relação. Contudo, a relação exercitada pelo Estado não se dá de forma mecânica, linear ou como justaposição de elementos que se agregam sem se interpenetrarem. Por ser um processo histórico, que contempla passado, presente e futuro, bem como a coexistência de antigos e novos elementos e determinações, a relação praticada pelo Estado tem caráter *dialético* – no sentido de que propicia um incessante jogo de oposições e influências entre sujeitos com interesses e objetivos distintos. Ou, em outros termos, a relação dialética realizada pelo Estado comporta igualmente antagonismos e reciprocidades e, por isso, permite que forças desiguais e contraditórias se confrontem e se integrem a ponto de cada uma deixar sua marca na outra e ambas contribuírem para um resultado final. É por isso que se diz que, nesse tipo de relação, há superação de aspectos particulares, mas não a recusa desses aspectos.

Disso decorre que só podemos entender o Estado pelas suas interdependências, por exemplo, a que ele mantém com a sociedade, já que esta, como diz Ianni⁸, é o seu principal oposto, mas também o seu principal termo de complementação. É por meio da relação com a sociedade que o Estado abrange todas as dimensões da vida social, todos os indivíduos e classes, e assume diferentes responsabilidades, inclusive as de atender demandas e reivindicações da sociedade em seu conjunto (não só de uma classe). Por isso, apesar de ele ser dotado de poder coercitivo, também pode realizar ações protetoras, desde que pressionado e controlado pela sociedade.

Sendo assim, o Estado não é⁹:

- uma entidade desgarrada (ou equidistante) da sociedade;
- a única força organizada e autossuficiente na sociedade;

⁸ IANNI, Otávio. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

⁹ IANNI, Otávio (idem).

- um instrumento exclusivo da classe dominante.

Na verdade, ele é uma instituição constituída e dividida por interesses diversos, tendo como principal tarefa administrar esses interesses, mas sem neutralidade. É por isso que Poulantzas¹⁰ o define como uma *condensação de relações de forças*, isto é, uma condensação de forças materializada num *bloco no poder* ou num *pacto de dominação* que exerce o seu domínio por meio de um aparato institucional (burocrático, jurídico, policial, ideológico) sobre a sociedade, embora seja influenciado por esta. Assim, o poder do Estado representa a força concentrada e organizada da sociedade (o bloco no poder) com vista a regular a sociedade em seu conjunto.

Em vista disso, o Estado, apesar de possuir autonomia relativa em relação à sociedade e à classe social com a qual mantém maior compromisso e identificação (a burguesia, por exemplo), tem que se relacionar com todas as classes sociais que compõem a sociedade, para se legitimar e construir a sua base material de sustentação. Além disso, o Estado é criatura da sociedade, pois é essa que o engendra e o mantém (e não o contrário).

Nesse sentido, como diz Ianni (1986), o Estado pode ser considerado “o lugar de encontro e a expressão” de todas as classes porque, embora ele zele pelos interesses das classes dominantes e tenha, ele mesmo, um caráter de classe, esse zelo se dá de forma *contraditória*. Isso porque, para manter as classes dominadas afastadas do bloco no poder, ele tem de incorporar interesses dessa classe e acatar a interferência de todos os integrantes da sociedade nos assuntos estatais, para poder se legitimar e preservar o próprio bloco no poder. É relacionando-se com todas as classes que o Estado assume caráter de *poder público* e exerce o controle político e ideológico sobre todas elas.

Mas esse caráter público ou universal pode ser comprometido, ou perdido, quando o Estado exacerba o seu poder ou se exime de suas responsabilidades para com certos

¹⁰ POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

grupos ou frações de classe, tornando-se, assim, estranho a elas ou sujeito a perder seu apoio e confiança. Quando isso acontece, surgem várias situações contraditórias. Uma delas é a exacerbação do ímpeto organizativo da sociedade com autonomização (independência) de seus movimentos. Esse fato possibilita, de um lado, mudanças que podem pôr em risco a própria manutenção do bloco no poder; e, de outro, propicia a formação de poderes paralelos, à margem da lei (IANNI, 1986). Ou seja, quando o Estado perde o seu caráter de universalidade, virando as costas para a sociedade, ou para parte dessa, ele deixa espaço para que grupos privados mais fortes dominem os mais fracos e imponham seus interesses (Exemplo: o poder do mercado, transformando tudo em mercadoria, ou dos grupos criminosos, mantendo parcelas da população pobre sob seu controle).

Isso expõe uma outra contradição que permeia o Estado, indicada por Ianni (1986), qual seja: “a mesma exacerbação do poder estatal, que debilita e fragmenta a sociedade, propicia também o aparecimento de contra-poderes por parte da sociedade”.

Portanto, estudar o Estado é estudar uma *arena* tensa e contraditória, na qual interesses e objetivos diversos e opostos se confrontam. No contexto capitalista, coexistem, nessa arena, interesses tanto dos representantes do capital, em se reproduzir e se ampliar à custa do trabalho, quanto dos trabalhadores, em partilhar da riqueza acumulada e influir no bloco no poder.

Nesse sentido, o Estado representa mais do que um conjunto de instituições com autoridade para tomar decisões, e com poder coercitivo, pois se configura também como uma *relação de dominação*, que deve ser controlada pela sociedade.

Da mesma forma, o Estado é mais do que *governo*, pois se, por um lado, seus sistemas administrativos, legais e coercitivos (policiais) o diferenciam da sociedade e estabelecem formas particulares de relações com ela, por outro lado, esses mesmos sistemas penetram na sociedade influenciando a formação de relações no interior dessa.

É por isso que se diz que o Estado é ao mesmo tempo uma *relação de dominação*, ou a expressão política da dominação do bloco no poder, e um *conjunto de instituições* mediadoras e reguladoras dessa dominação.

Na linguagem política corrente, a noção de *governo* difere da noção de *Estado*, pois, enquanto este é uma relação de dominação, aquele constitui um conjunto de pessoas jurídicas e órgãos que exerce, institucionalmente, o poder político, ou a dominação, numa determinada sociedade. São *governantes*, portanto, o conjunto de pessoas jurídicas que governa o Estado e, *governados*, aqueles que estão sujeitos ao poder do governo na esfera estatal. Por essa perspectiva, o governo constitui um aspecto do Estado.

Fica claro, portanto, que a conceituação de Estado remete à conceituação de sociedade, cuja tematização, que necessariamente envolve o Estado, é desenvolvida a seguir.

2 Conceituação de sociedade

A sociedade também se trata de um conceito complexo.

Deixando de lado significados que a identificam ora com a totalidade dos seres humanos num determinado território, ora com o oposto de indivíduo ou de comunidade – tendo esta uma conotação mais positiva, porque menos ampla – privilegiaremos, como já indicado, o conceito de sociedade na sua relação com o conceito de Estado.

Esta opção tem raízes no pensamento social do século XX, que privilegia a análise do Estado e da sociedade nas suas *relações* e procura estabelecer diferenças entre essas duas instâncias.

O ponto alto dessa opção é que ela não endossa ou aceita o pensamento que prega a separação entre indivíduo e sociedade, como se esta fosse o somatório de pessoas particulares ou uma entidade supraindividual. Não endossa porque parte do princípio

de que a sociedade é muito mais do que a soma de indivíduos e de que qualquer atividade humana, mesmo individual, é social. A mesma opção também não considera a sociedade divorciada da natureza, pois os seres humanos fazem parte do mundo natural, que, por sua vez, está na base de todas as atividades humanas. Assim, tanto o trabalho como a procriação, por exemplo, constituem processos e relações que, ao produzirem e reproduzirem a vida material, são ao mesmo tempo naturais e sociais.

No entanto, ao se eleger como objeto de análise a relação entre Estado e sociedade para compreender o significado da sociedade, convém trabalhar mais especificamente com o conceito de *sociedade civil*, tal como entendido por Gramsci¹¹, no século XX.

Porém, é importante assinalar que, no curso do pensamento político dos últimos séculos, o uso do termo *sociedade civil* já era empregado com diferentes significados. O que se entende hoje por essa designação, com base em Gramsci, difere frontalmente do que era entendido nas acepções anteriores, tais como: a) a *jusnaturalista*, que a contrapunha à sociedade natural, dando, à sociedade civil, um sentido idêntico ao de sociedade política, ou seja, de Estado; b) a dos *teólogos e escritores eclesiásticos*, que a concebiam como uma esfera temporal, sobre a qual se estende o poder político, e, portanto, distinta da esfera espiritual, em que prevalece o poder religioso; c) a *hobbesiana* (de Hobbes, 1588-1679), que a identifica com civilidade e, por consequência, como instância política racional, inteligente, sociável e sem violência, diferente do “estado de natureza” que era o oposto de tudo isso. Nesta visão, sociedade civil, tal como no *jusnaturalismo* e na concepção *lockeana* (de Locke, 1632-1704), passou a significar sociedade política como instância civilizada; d) a *rousseauiana* (de Rousseau: 1712-1778), que, embora a identifique com uma sociedade civilizada, inverte a percepção *hobbesiana*. Considera que é na civilização que ocorrem violências e estados de guerra permanentes, enquanto que na vida natural prevalece a condição de felicidade, virtude e liberdade. Portanto, para que a condição de paz seja preservada, é preciso que a

¹¹ Antonio Gramsci (1891-1937). Eminent teórico italiano que, no século XX, atualizou o pensamento marxista sobre o Estado e a sociedade civil. Sua grande contribuição ao estudo desta temática foi a reflexão inovadora que fez sobre o significado de cada uma dessas duas instâncias e de sua relação, conforme será visto neste texto.

sociedade, que se tornou civilizada e hostil, estabeleça um pacto de convivência que vai dar origem ao Estado.

A distinção entre sociedade civil e Estado (sociedade política) foi ganhando contornos mais claros a partir de Hegel¹², no século XIX, que, embora não veja coincidência entre um e outro, reconhece na sociedade civil um dos momentos preliminares do Estado. Para ele, a sociedade civil coloca-se como mediação entre a forma primitiva de sociabilidade humana (a família) – onde imperam relações econômicas antagônicas movidas pelas necessidades de existência – e a forma superior do espírito objetivo, colocado acima das necessidades e identificado com a liberdade. Por isso, em Hegel, a sociedade civil representa o momento em que a unidade familiar se dissolve nas classes sociais antagônicas, ainda guiadas pelas necessidades, mas cujas lutas propiciam a instauração da lei como primeira forma externa de regulação de conflitos sociais. Foi essa exterioridade da regulação da lei, materializada na aplicação e na administração da justiça por corporações profissionais, como a polícia, que levou Hegel a compreender que a sociedade civil continha elementos do Estado, embora não fosse ainda Estado por lhe faltar organicidade. Mas isso não impediu que ele a chamasse de “Estado externo”.

A transformação da sociedade civil em Estado, segundo Hegel, acontece quando aquela adquire a organicidade produzida pela unificação de todas as partes da sociedade que surgiram com a dissolução da família. E, como neste conjunto orgânico, denominado Estado, todos se sentem contemplados e representados, o Estado se torna um ente universal e guardião de cada indivíduo.

É importante salientar que, em algumas passagens de sua reflexão, Hegel se referia ao termo *civil* como sinônimo de *burguês*, especialmente quando tinha em mente o

¹² Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831). Importante filósofo alemão da primeira metade do século XIX. Restabeleceu a distinção entre Estado e sociedade efetuada pelos pensadores do século XVIII, mas coloca o Estado como fundamento da sociedade civil e da família, e não o contrário. Diferindo de Rousseau, para ele é o Estado que detém a soberania, e não o povo, e, portanto, é o Estado que funda o povo e organiza a sociedade.

sistema de necessidades produtor de relações econômicas antagônicas, próprio da burguesia em ascensão.

Foi com essa acepção que Marx¹³, ex-discípulo de Hegel, passou a identificar a sociedade civil com a sociedade burguesa, principalmente quando se referia ao sistema de necessidades produtor de relações econômicas e criador de antagonismos de classes. Mas, em vez de identificar a sociedade civil com o Estado, ou considerá-la um momento desse, ele a distingue do Estado.

Para Marx, sociedade civil é o espaço das relações econômicas, que caracterizam a estrutura (mundo material e condições objetivas socioeconômicas) de cada sociedade, enquanto o Estado é parte de uma dimensão denominada superestrutura (política, cultura, ideias e condições subjetivas) que se ergue dessa estrutura, na qual prevalecem as relações de dominação. Assim, com Marx, o conceito de sociedade civil acabou por configurar o oposto daquele considerado no início do pensamento político dos últimos séculos e também por Hegel.

Em Gramsci, podemos perceber que, tal como em Marx, existem distinções entre sociedade civil e Estado. Ambos os pensadores, como diz Dupas¹⁴, converteram a sociedade civil no verdadeiro palco da história. Entretanto, para Gramsci, a sociedade civil não está na estrutura e sim na superestrutura. Ou melhor, a sociedade civil está num dos dois eixos da superestrutura, isto é, naquele constituído por um conjunto de organismos e instituições privadas, ao qual corresponde à função de *hegemonia*¹⁵. No outro eixo está a sociedade política, identificada com o Estado, à qual corresponde à função de puro domínio ou *coerção*.

¹³ Karl Heinrich Marx (1818-1883) é considerado o pai da visão crítica do Estado burguês. Para ele não é o Estado que organiza a sociedade, mas é a sociedade, entendida como o conjunto das relações econômicas, que explica o surgimento do Estado, de sua natureza, caráter e de recursos políticos.

¹⁴ DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

¹⁵ A palavra *hegemonia* vem do grego e significa dirigir, guiar, conduzir. Gramsci usa esse termo para designar a conquista de consenso entre as classes, por oposição ao termo *coerção*, que designa o domínio pela força.

Trata-se, portanto, a sociedade civil, em Gramsci, de um momento da superestrutura, da hegemonia, diferente do momento do puro domínio. Nela não prevalece a força, mas a direção espiritual e cultural, voltada para todo o complexo das relações ideológico-culturais – escolas, instituições culturais, comunicação – por meio do qual as classes exercem sua hegemonia de forma consensual. Em contrapartida, a sociedade política constitui o momento da coerção e da força usada por um Estado restrito, dominador. E o conjunto formado pela sociedade civil e pela sociedade política constitui o que Gramsci denomina de *Estado ampliado*.

Isso não significa que Gramsci desconsidere a prioridade da estrutura econômica em relação à superestrutura política e jurídica, mas sim que encara a superestrutura como possuidora de uma “função hegemônica sobre toda a sociedade” e definidora “do conteúdo ético do Estado”¹⁶. Por assim proceder, Gramsci mudou o significado marxista do conceito de sociedade civil, na medida em que empreendeu uma espécie de retorno à ideia de que a sociedade civil pertence ao Estado, agora ampliado, e criou uma dialética renovada entre essas duas instâncias.

Ou, trocando em miúdos:

- A originalidade do pensamento *gramsciano* está na ampliação marxista do conceito de Estado (Estado ampliado), no qual inclui a sociedade civil. Isso difere da concepção restrita de Estado, de Marx, para quem o Estado é sempre um instrumento de dominação da classe no poder (já que era esse o Estado que ele conhecia) e a sociedade civil designa, assim como em Hegel, o conjunto das relações econômicas capitalistas, denominada de “base material” ou estrutura.
- Gramsci faz diferença entre Sociedade civil e Sociedade política. Para ele, Sociedade civil “é o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias, compreendendo o sistema escolar, os

¹⁶ DUPAS, Gilberto (idem), p. 12.

partidos políticos, as igrejas, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico”¹⁷. Neste âmbito, a classe dominante busca exercer a sua *hegemonia*, isto é, busca ganhar aliados para os seus projetos por meio da *direção* e do *consenso*, tendo como *base material* os aparelhos privados de hegemonia. Já a sociedade política “é o conjunto de aparelhos por meio dos quais a classe dominante detém ou exerce o monopólio legal ou de fato da violência. Trata-se dos aparelhos coercitivos do Estado, encarnados nos grupos burocráticos ligados às forças armadas e policiais e à aplicação das leis”¹⁸. Tem-se aí o Estado restrito da concepção de Marx (o Estado absolutista monárquico), por meio da qual é exercida a *ditadura*, ou a *dominação*, fundada na *coerção*, tendo como base material os aparelhos coercitivos e burocráticos.

- Mas a junção da Sociedade política (Estado restrito) com a Sociedade civil forma o *Estado ampliado*, que pertence à esfera da superestrutura e exerce ao mesmo tempo a *hegemonia* (atributo da sociedade civil) e a *coerção* (atributo da sociedade política). A Sociedade política e a Sociedade civil distinguem-se pela função que exercem na organização da vida social e, mais especificamente, na articulação e reprodução das relações de poder. É isso que torna o Estado uma instituição contraditória, pois ao mesmo tempo em que exerce a dominação pura e simples, ele também usa de mecanismos de consenso para se legitimar perante o conjunto da sociedade, tendo, portanto, de atender demandas e necessidades das classes subalternas.

3 Reflexões conclusivas

É a concepção gramsciana que melhor ajuda a entender as possibilidades de formação de esferas públicas construídas na interface entre sociedade política e

¹⁷ Ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 53-54.

¹⁸ COUTINHO, Carlos Nelson (idem), p. 53.



sociedade civil, ou melhor, na interconexão da dominação/coerção com a hegemonia/direção propiciadora da *socialização da política*. É no bojo dessa relação complexa e ao mesmo tempo recíproca e antagônica, caracterizada como arena pública, que será possível exercitar a liberdade sem detrimento da igualdade e da justiça social. Nesse exercício, evidentemente não cabe satanizar o Estado e nem negar o seu insubstituível papel de garantidor de direitos. Da mesma forma, não cabe ver a sociedade como o lugar das virtudes participativas ou, ao contrário, como a instância representativa de interesses privados. Como foi salientado, ao longo deste texto, tanto o Estado como a sociedade são partes constitutivas e integrais de um todo contraditório que se publiciza à medida que se torna permeável aos conflitos e às diferenças, assim como à definição negociada de políticas públicas, isto é, de todos.

Mesmo numa época, como a atual, em que prevalece o mais explícito individualismo, a privatização da “coisa” pública, o combate aos direitos sociais e às liberdades positivas, sob a égide do neoliberalismo, pesquisas têm revelado o apoio cidadão aos bens e serviços públicos. As classes dominadas, por sua vez, não têm abdicado de seu tradicional empenho de se expressar, de se fazer presente na vida social, econômica e política e de preservar a sua cultura. É esse ânimo político, ético e cívico que certamente ajudará a não “sufocarmos a diferença e a contradição (...), a encontrarmos formas de domesticar a autoridade, a arrogância e o poder”¹⁹ concentrado em poucas mãos e a não perdermos a capacidade de reconhecer na luta por direitos a condição indispensável para a defesa da democracia – a mais ampla possível.

¹⁹ NOGUEIRA (idem), p. 29.

Referências

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. *Rev. Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n. 24, set./1991.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez, 1996. p. 53-54.

DELLA VOLPE, G. *Rousseau e Marx: a liberdade igualitária*. Lisboa: Edições 70, 1982.

DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

IANNI, Otávio. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Possibilidades da Política. Idéias para a Reforma Democrática do Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 163.



Política Social no contexto da crise capitalista

Elaine Rossetti Behring
Professora da Faculdade de Serviço Social UERJ/CNPq

Política Social no contexto da crise capitalista

Introdução

A política social é uma matéria fundamental na formação profissional dos assistentes sociais. Além de um componente curricular das Diretrizes da ABEPSS de 1996, todas as pesquisas e enquetes sobre inserção no mercado de trabalho mostram as políticas sociais e em especial as políticas de seguridade social – seu núcleo central – como principais empregadores dos assistentes sociais. Essa relação na verdade é antiga e remete às formas de enfrentamento da questão social – aqui compreendida como produto da subsunção do trabalho ao capital e das relações econômicas e políticas entre as classes sociais fundamentais. Contudo, nem sempre o Serviço Social realizou reflexões mais densas sobre o assunto. A entrada desta matéria no currículo dos assistentes sociais data dos anos de 1970, o que mostra uma trajetória recente desse debate entre nós (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Apesar disso, hoje o serviço social brasileiro oferece formulações de ponta sobre esse processo social e histórico – a política social – travando uma interlocução ampla com outras áreas do conhecimento, e chamando para si grande parte da responsabilidade da formulação teórico-metodológica e política nesse campo. Esse salto certamente tem relação com a introdução do pensamento crítico e da tradição marxista no debate profissional a partir do final dos anos de 1970, o que enriqueceu e adensou com muitas determinações a reflexão e o conhecimento acerca dessa mediação tão importante, a política social. O presente texto constitui uma espécie de síntese da contribuição que vimos dando ao debate, tendo em vista as requisições do curso CFESS/ABEPSS. Este texto inicia-se, assim, com algumas observações metodológicas e uma apresentação breve das abordagens do tema, para em seguida, a partir do ponto de vista que adotamos – o da totalidade, ou seja, a política social como uma mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital –, analisar a condição geral da política social no contexto da crise do capitalismo em curso. Faremos eventuais referências à

situação brasileira, mas optamos por um texto que aponte as tendências gerais, considerando que os demais textos do curso darão ênfase à particularidade nacional.

1 Nota Metodológica para Pensar a Política Social¹

As concepções da política social supõem sempre uma perspectiva teórico-metodológica, o que por seu turno têm relações com perspectivas políticas e visões sociais de mundo (LÖWY, 1987). Toda análise de processos e relações sociais, na verdade, é impregnada de política e disputa de projetos societários, apesar de algumas perspectivas analíticas propugnarem de variadas formas o mito da neutralidade científica (DURKHEIM, 1987) ou sua versão mais sofisticada, a neutralidade axiológica, segundo Weber. A política social como processo é reveladora da interação de um conjunto muito rico de determinações econômicas, políticas e culturais, e seu debate encerra fortes tensões entre visões sociais de mundo diferentes. Ao mesmo tempo em que tais determinações podem ser reveladas, no mesmo passo podem ser encobertas pelo véu ideológico do “mundo da pseudoconcreticidade”, aquele que, segundo Kosik (1986), precisa ser destruído para que possamos ir além das suas manifestações fenomênicas, imediatas e aparentes, para em seguida reconstruí-lo no nível do pensamento com toda a sua riqueza. Tanto que, muitas vezes, o debate sobre a política social torna-se fortemente descritivo – a partir de uma forte influência funcionalista, com sua perspectiva de tomar os fatos sociais como coisas (DURKHEIM, 1987) –, com um volume excessivo de dados técnicos, os quais evidentemente não falam por si: requisitam a análise exaustiva de suas causas e inter-relações, e das razões econômico-políticas subjacentes aos dados. Esse é um procedimento que amiúde despolitiza a questão, transferindo-a para uma dimensão instrumental e técnica, e esvaziando-a das tensões políticas e societárias que marcam a formulação e a

¹ Aqui se tem uma síntese dos argumentos centrais do Capítulo 1 do livro *Política Social – Fundamentos e História* (BEHRING E BOSCHETTI, 2006). No livro, este debate metodológico encontra-se, evidentemente, muito mais desenvolvido.

cobertura das políticas sociais. Entretanto, no contexto da crise contemporânea e do neoliberalismo, que afeta também as formas de pensar, a influência do funcionalismo talvez esteja realmente num momento de *revival*. Exemplo disso é o resgate da idéia durkheimiana de anomia para a explicação das transformações contemporâneas, que seriam uma espécie de condição mórbida e patológica geral da sociedade, marcada pela desagregação e pelo desequilíbrio social, manifesto pela incapacidade da sociedade de exercer sua ação sobre os indivíduos, levando a disfunções e conflitos. No estado de anomia, há uma espécie de curto-circuito no contato entre os “órgãos” que compõem o organismo social, bem como um afrouxamento das normas sociais. Trata-se, na atualidade, de um resgate dessa perspectiva analítica para descrever a “desorganização” do capitalismo contemporâneo, a “nova” questão social e os também “novos” formatos e coberturas da política social diante da crise do modelo anterior de regulamentação e de consciência coletiva, no contexto do colapso das instituições que “harmonizavam” a sociedade, em especial da relação salarial, em que a política social tem uma presença central (CASTEL, 1998).

De outro ângulo, encontram-se perspectivas prescritivas: discute-se, não a política social como ela é, mas como ela deve ser, sobrepondo-se o projeto do pesquisador à análise da realidade. Com isso inviabiliza-se o conhecimento mais aprofundado da política social, bem como a formulação de estratégias consistentes por parte dos sujeitos políticos envolvidos. O superdimensionamento analítico unilateral das determinações econômicas ou políticas ou mesmo a separação/isolamento dessas esferas (BEHRING, 2002) também tem sido recorrente nas discussões sobre o tema, bem como a formulação de classificações, modelos e “tipos ideais” de forte inspiração weberiana, propondo-se inúmeras tipologias de política social a partir da análise de experiências históricas comparadas (DRAIBE; AURELIANO, 1989; ESPING-ANDERSEN, 1991).

Neste texto, portanto, a política social é abordada a partir da perspectiva crítico-dialética. Esta tem a potencialidade de evitar abordagens unilaterais,

monocausais, idealistas, funcionalistas e a-históricas. Trata-se de analisar as políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação, ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidades. A condição histórica e social da política social deve ser extraída do movimento da sociedade burguesa, em geral e também nas manifestações particulares nos Estados nacionais.

2 Política Social no Capitalismo: uma breve análise de sua trajetória²

Com base na perspectiva metodológica anteriormente explicitada, a intenção é caracterizar as tendências da política social no contexto do liberalismo (que segue até a grande crise de 1929/1932); do keynesianismo-fordismo, que predomina após a Segunda Guerra Mundial até o início dos anos de 1970; e do neoliberalismo, que se espraia a partir da virada para uma onda longa de estagnação a partir da crise de 1973/1974, e mais contundentemente com a ascensão de governos conservadores ao poder em fins dos anos 70 e início dos anos 80 do século XX, sendo que este último período, no qual nos encontramos, será tratado num item a parte, tendo em vista oferecer elementos para sua interpretação.

A lógica liberal funda-se na procura do interesse próprio pelos indivíduos, portanto, seu desejo supostamente *natural* de melhorar as condições de existência, tende a maximizar o bem-estar coletivo. Os indivíduos, nessa perspectiva, são conduzidos por uma mão invisível – o mercado – a promover um fim que não fazia parte de sua intenção inicial. A “*loucura das leis humanas*” não pode interferir nas

² Revisitamos neste item alguns elementos principais do texto produzido para o primeiro curso CFESS/ABEPSS (BEHRING, 2000), bem como de Behring e Boschetti, 2006 e Behring, 2006.

leis *naturais* da economia, donde o Estado deve apenas fornecer a base legal, para que o mercado livre possa maximizar os “*benefícios aos homens*”. Trata-se, portanto, de um *Estado mínimo*, sob forte controle dos indivíduos que compõem a sociedade civil³, na qual se localiza a virtude. Um Estado com apenas três funções: a defesa contra os inimigos externos; a proteção de todo o indivíduo de ofensas dirigidas por outros indivíduos e o provimento de obras públicas, que não possam ser executadas pela iniciativa privada (BOBBIO, 1988). Adam Smith, principal formulador dessas concepções, acreditava que os indivíduos, ao buscarem ganhos materiais, são orientados por sentimentos morais e por um senso de dever, o que asseguraria a ausência da guerra de todos contra todos, preconizada por Hobbes (BEHRING, 2000). A coesão social se originaria na sociedade civil, com a mão invisível do mercado e o cimento ético dos sentimentos morais individuais. Não há para ele, portanto, contradição entre acumulação de riqueza e coesão social.

Esse raciocínio tornar-se-á, ao lado da *ética do trabalho*⁴, amplamente hegemônico, na medida em que a sociedade burguesa se consolida. Trata-se de uma sociedade fundada no *mérito* de cada um em potencializar suas capacidades supostamente *naturais*. O liberalismo, nesse sentido, combina-se a um forte *darwinismo social*⁵, em que a inserção social dos indivíduos se define por

³ Adam Smith, ao concluir que a racionalidade individual leva ao bem coletivo, cristaliza um conceito de sociedade civil autorregulada pela ação involuntária do conjunto dos indivíduos. Dessa forma, a sociedade civil possui uma racionalidade inata e benéfica, diga-se, que conduz necessariamente ao progresso e ao bem-estar geral. A esfera do interesse privado tornou-se autônoma em relação à do interesse público, já que o indivíduo privado divorciou-se do cidadão nessa concepção (BOTTOMORE, 1988, p. 118 e 351).

⁴ Direção intelectual e moral difundida pelos puritanos – ver o clássico de Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* – que predominou no século XIX e perdura até os dias de hoje, e que aponta o trabalho em si como atividade edificante e benéfica, sendo seu fruto o progresso, sem considerar as condições em que este trabalho se realiza. Para uma crítica contundente dessa visão, vale consultar *O Direito à Preguiça*, de Paul Lafargue (São Paulo: UNESP, 1999).

⁵ Charles Darwin publicou *A Origem das Espécies* em 1859, texto no qual discutia a trajetória de animais e plantas em termos das leis da hereditariedade, da variabilidade, do aumento populacional, da luta pela vida e da seleção natural, que implica a divergência de caráter e a extinção das formas menos aperfeiçoadas. Os darwinistas sociais fazem uma transposição das descobertas de Darwin para a história humana. Segundo Herbert Spencer, por exemplo, a

mecanismos de *seleção natural*. Tanto que Malthus, por exemplo, recusava drasticamente as leis de proteção, responsabilizando-as pela existência de um número de pobres que ultrapassava os recursos disponíveis. A legislação social, para ele, revertia leis da natureza. Nas suas palavras: “há um direito que geralmente se pensa que o homem possui e que estou convicto de que ele não possui nem pode possuir: o direito de subsistência, quando seu trabalho não a provê devidamente” (apud LUX, 1993). Nesse ambiente intelectual e moral, não se devia despender recursos com os pobres, dependentes ou “passivos” (KANT apud COUTINHO, 1989), mas vigiá-los e puni-los, como bem mostrou o estudo de Foucault (1987) ou expressa a nova Lei dos Pobres de 1834 (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Relação semelhante se mantém com os trabalhadores: não se deve regulamentar salários, sob pena de interferir no preço *natural* do trabalho, definido nos movimentos *naturais* e equilibrados da oferta e da procura no âmbito do mercado. Trata-se da *negação da política* e, em conseqüência, da política social.

O enfraquecimento das bases materiais e subjetivas de sustentação dos argumentos liberais ocorreu ao longo da segunda metade do século XIX e no início do século XX, como resultado de alguns processos político-econômicos, dos quais vale destacar dois. O primeiro foi o crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos importantes, obrigando a burguesia a “*entregar os anéis para não perder os dedos*”, diga-se, a reconhecer direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos para esses segmentos, sendo que a luta em defesa da diminuição da jornada de trabalho, tão bem analisada por Marx (1988), foi uma forte expressão desse processo, bem como a reação da burguesia alemã frente ao crescimento da social-democracia, como movimento de massas, propondo os seguros sociais e a legislação de acidentes de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Vale lembrar que a vitória do movimento socialista em 1917, na Rússia, também foi importante para configurar uma atitude defensiva do capital

intervenção do Estado no “organismo social” seria contrária à evolução natural da sociedade, em que os menos aptos tenderiam a desaparecer (BOTTOMORE, 1988, p. 97; SANDRONI, 1992, p. 85).

frente ao movimento operário; assim como as mudanças no mundo da produção, com o advento do *fordismo*. É que tais mudanças ofereceram maior poder coletivo aos trabalhadores, que passaram a requisitar acordos coletivos de trabalho, direitos sociais e ganhos de produtividade, o que vai se generalizar apenas no pós-guerra.

O segundo e não menos significativo processo foi a concentração e monopolização do capital, demolindo a utopia liberal do indivíduo empreendedor orientado por sentimentos morais. Cada vez mais o mercado vai ser liderado por grandes monopólios, e a criação de empresas vai depender de um grande volume de investimento, dinheiro emprestado pelos bancos, numa verdadeira fusão entre o capital financeiro e o industrial, bem captada por Lênin (1987). A concorrência intercapitalista feroz entre grandes empresas de base nacional ultrapassou as fronteiras e se transformou em confronto aberto e bárbaro nas duas grandes guerras mundiais. Mas, para além das guerras, existe um divisor de águas muito importante, a partir do qual as elites político-econômicas começam a reconhecer os limites do mercado, se deixado à mercê dos seus movimentos tomados como *naturais*: a crise de 1929/1932, também conhecida como Grande Depressão. Foi a maior crise econômica mundial do capitalismo até aquele momento. Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova Iorque e se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados (SANDRONI, 1992, p. 151) e se instaura, em paralelo à revolução socialista de 1917, uma forte crise de legitimidade do capitalismo.

A expressão teórica e intelectual dessa limitada autocrítica burguesa teve seu maior expoente em Keynes (1983), com sua *Teoria Geral*, de 1936. A situação de desemprego generalizado dos fatores de produção – homens, matérias-primas e auxiliares, e máquinas – no contexto da depressão, indicava para ele que alguns

pressupostos clássicos e neoclássicos da economia política não explicavam os acontecimentos. Keynes questionou alguns deles, pois via a economia como ciência moral, não natural; considerava insuficiente a Lei de Say (Lei dos Mercados), segundo a qual a oferta cria sua própria demanda, impossibilitando uma crise geral de superprodução; e, nesse sentido, colocava em questão o conceito de equilíbrio econômico, segundo o qual a economia capitalista é autorregulável e tende à estabilidade.

Assim, a operação da *mão invisível* não necessariamente produz a harmonia entre o interesse egoísta dos agentes econômicos e o bem-estar global. As escolhas individuais entre investir ou entesourar, por parte do empresariado, ou entre comprar ou poupar, por parte dos consumidores e assalariados, podem gerar situações de crise, em que há *insuficiência de demanda efetiva*⁶ e ociosidade de homens e máquinas (desemprego). Especialmente, as decisões de investimento dos empresários, pelo volume de recursos que mobilizam, têm fortes impactos econômicos e sociais. Tais decisões são tomadas a partir do retorno mais imediato do capital investido e não de uma visão global e de conjunto da economia e da sociedade, o que gera inquietações sobre o futuro e o risco da recessão e do desemprego. Para Keynes, diante do *animal spirit* dos empresários, com sua visão de curtíssimo prazo, o Estado tem legitimidade para intervir por meio de um conjunto de medidas econômicas e sociais, tendo em vista gerar *demand a efetiva*, ou seja, disponibilizar meios de pagamento e dar garantias ao investimento, inclusive contraindo *déficit público*, tendo em vista controlar as flutuações da economia. Segundo Keynes, cabe ao Estado o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem, nos períodos de depressão, como

⁶ A demanda efetiva, segundo Keynes, é aquela que reúne bens e serviços para os quais há capacidade de pagamento. Quando há insuficiência de demanda efetiva, isso significa que não existem meios de pagamento suficientes em circulação, o que pode levar à crise. Nesse sentido, o Estado deve intervir, evitando tal insuficiência. Na economia de mercado, a demanda efetiva é o que importa, embora seja inferior à demanda decorrente das necessidades do conjunto da população (SANDRONI, 1992, p. 87 e 178).

estímulo à economia. Dessa política resultaria um déficit sistemático no orçamento. Nas fases de prosperidade, ao contrário, o Estado deve manter uma política tributária alta, formando um superávit, que deve ser utilizado para o pagamento das dívidas públicas e para a formação de um fundo de reserva a ser investido nos períodos de depressão (SANDRONI, 1992, p. 85).

Nessa intervenção global, cabe também o incremento das políticas sociais. Aí estão os pilares teóricos do desenvolvimento do capitalismo pós-segunda guerra mundial. Ao keynesianismo agregou-se o *pacto* fordista – da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho –, e estes foram os elementos decisivos – fortemente dinamizados pela guerra-fria, o Plano Marshall de apoio à reconstrução da Europa e o armamentismo (O’CONNOR, 1977; MANDEL, 1982) – da possibilidade político-econômica e histórica do *Welfare State*. A formulação de T. H. Marshall (1967) sobre a *cidadania*, em 1949, num contexto de ampla utilização das estratégias fordistas-keynesianas, foi paradigmática das transformações societárias daqueles anos, em que o tema da política social ganha um novo estatuto teórico, expressão de seu novo estatuto histórico nas realidades concretas dos países, aqui se destacando o padrão de bem-estar social europeu. Na verdade, tal formulação encerra uma espécie de comemoração social-democrata do fim da história, diga-se, com a consolidação dos direitos sociais haveria uma tendência de subsumir a desigualdade de classes à cidadania, o que não se confirmou três décadas depois.

Contudo, os “*Anos de Ouro*” do capitalismo “regulado” e da social democracia começam a se exaurir no final dos de 1960. As taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções *mediadoras civilizadoras* cada vez mais amplas e a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, não são as mesmas, contrariando expectativas de *pleno emprego*, base fundamental daquela experiência. As dívidas públicas e privadas cresceram perigosamente. A explosão

da juventude em 1968, em todo o mundo, e a primeira grande recessão – catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/1974 – foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à proteção social estava abalado no capitalismo central e comprometido na periferia do capital onde não se realizou efetivamente. As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais.

3 Crise Contemporânea e Política Social

A reinvenção do liberalismo promovida pelos neoliberais no final dos anos de 1970 e 1980, espraiando-se na década de 1990 em todo o mundo, foi uma reação teórica e política ao keynesianismo e ao *Welfare State* (ANDERSON, 1995). A reversão do ciclo econômico, em fins dos anos de 1960 e mais visivelmente a partir de 1973, dá um novo fôlego às teses neoliberais, que atribuem a crise ao poder excessivo dos sindicatos, com sua pressão sobre os salários e os gastos sociais do Estado, o que estimula a destruição dos níveis de lucro das empresas e a inflação; ou seja, a crise é um resultado do keynesianismo e do *Welfare State*. A fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas: 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa *natural* de desemprego, ou seja, a recomposição do exército industrial de reserva que permita pressões sobre os salários e os direitos, tendo em vista a elevação das taxas de mais-valia e de lucro; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior. Apenas no final dos anos de 1970, início dos de 1980, tais indicações transformam-se em programas de governo, com Margareth

Thatcher (Inglaterra, 1979), Ronald Reagan (EUA, 1980) e Helmut Kohl (Alemanha Ocidental, 1982).

Para Anderson, as promessas do neoliberalismo foram cumpridas apenas em parte. Se houve controle da inflação e retomada das taxas de lucro, fundadas no crescimento do desemprego e na queda da tributação, não houve, contudo, uma reanimação do capitalismo, com taxas de crescimento estáveis, como no período anterior. Isso porque a desregulamentação financeira levou a uma verdadeira explosão das operações especulativas (CHESNAIS, 1996), e o *Welfare State* não diminuiu como o previsto, apesar das perdas e danos aos direitos (NAVARRO, 1998). Pelo contrário, o crescimento do desemprego levou ao aumento da demanda por proteção social e por maiores gastos públicos. Na América Latina, pode-se identificar uma “*virada continental para o neoliberalismo*” no final dos anos de 1980, apesar das pioneiras experiências chilena e argentina sob governos ditatoriais, mediada pelas características políticas e econômicas da região. No Brasil, temos uma espécie de chegada tardia do neoliberalismo, o que tem relação com a força do processo de redemocratização e questões político-econômicas internas, que analisamos em outro trabalho (BEHRING, 2003). Tanto que conseguimos inscrever o conceito de seguridade social na Constituição de 1988, apesar de suas restrições a apenas três políticas, e da tensão entre universalidade e seletividade que está presente em seus princípios.

Para Anderson, o neoliberalismo é constituído por “um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar o mundo à sua imagem”, ou seja, está destinado a disputar hegemonia, opinião que também é compartilhada por Mota (1995). Sônia Draibe (1993), por sua vez, sustenta que o neoliberalismo viveu uma primeira fase de ataque ao keynesianismo e ao *Welfare State*. No entanto, há uma segunda fase, esta mais propositiva, com ênfase, no que diz respeito aos programas sociais, no trinômio articulado da *focalização*, *privatização* e *descentralização*. Assim, trata-se de *desuniversalizar* e *assistencializar* as ações, cortando os gastos sociais e contribuindo para o

equilíbrio financeiro do setor público. Uma política social residual que soluciona apenas o que não pode ser enfrentado pela via do mercado, da comunidade e da família. O carro-chefe dessa proposição é a renda mínima, combinada à solidariedade por meio das organizações na sociedade civil. A renda mínima não pode ter um teto alto, para não desestimular o trabalho, ou seja, há uma perversa reedição da ética do trabalho, num mundo sem trabalho para todos.

Em fins dos anos de 1990, o resultado geral deste programa, que repõe a negação da política e, em consequência, da política social, é desalentador. Do ponto de vista social, atesta-se o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, ao lado de uma enorme concentração de renda e riqueza no mundo (NETTO, 2006). Ao lado disso, prevalecem taxas medíocres de crescimento e maiores endividamentos públicos e privados, com predomínio do capital especulativo sobre o investimento produtivo, do que o Brasil é um exemplo contundente: a dívida pública chegou, em 2005, à casa do 1 trilhão de reais, com um pagamento de 139 bilhões de reais de serviços da dívida no mesmo ano, sendo que o gasto social chegou a 80,3 bilhões apenas (FBO, 2006). Do ponto de vista político, observa-se uma crise da democracia (WOOD, 2003), com visível esvaziamento das instituições democráticas, por uma lógica economicista, autoritária e tecnocrática, assumida pelos poderes executivos, cuja maior expressão são as práticas decretistas. No terreno da cultura, vê-se o aprofundamento do individualismo, do consumismo e do pensamento único. Os neoliberais estimularam uma lógica societária fundada na livre concorrência, que talvez pudesse se adequar ao século XVIII para impulsionar a modernidade, como admite Marx no seu *Manifesto Comunista* (1997). Mas tal lógica não serve ao terceiro milênio, a não ser para impulsionar o retrocesso, a destruição e a barbárie (MÉSZAROS, 2002).

4 Para uma interpretação da crise e da condição da política social

Partimos da hipótese central da incompatibilidade estrutural entre acumulação e equidade, o que atribui à experiência *welfareana e social-democrata* um caráter historicamente datado e geopoliticamente situado, resultado de um conjunto de determinações estruturais e conjunturais, envolvendo escolhas político-econômicas (BEHRING, 2002). Mesmo nos países em que obteve maior êxito, o *Welfare* não conseguiu oferecer igualdade de condições. Como se chega a essa hipótese? Por meio de uma abordagem que critica a economia política liberal e também a keynesiana, já que tais perspectivas não ultrapassam a esfera da circulação e do conflito redistributivo. Para a tradição marxista, produção, distribuição e consumo são momentos político-econômicos necessariamente articulados, em que o valor se produz e se reproduz, e nos quais está também a fonte da desigualdade. Se o Estado, no keynesianismo, amplia suas funções (GRAMSCI, 1984) e, sob a hegemonia do capital, se apropria do valor socialmente criado e realiza regulação econômica e social, isso não significa eliminar as condições de produção e reprodução da desigualdade.

O que move o capital é a busca de lucros, ou seja, a extração do máximo de *mais-valia* (MARX, 1988), a partir dos simultâneos processos de trabalho e valorização que integram a *formação* do valor das mercadorias, o qual se *realiza* na esfera da circulação. A circulação ocorre diferenciadamente em contextos históricos a partir do grau de articulação planetária do mercado mundial; dos níveis de desenvolvimento e generalização das *forças produtivas* e, ainda, dos níveis de consciência e organização das classes sociais e seus segmentos. A busca de lucros adquiriu forma específica em cada período do modo de produção capitalista: o capitalismo concorrencial e liberal (século XIX), o imperialismo clássico (fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial), ainda marcadamente liberal, apesar do crescimento dos monopólios; e o capitalismo tardio (pós-1945 até os dias de hoje). As políticas sociais se *multiplicam* em fins de um longo período depressivo, que se estende de 1914 a 1939, e se *generalizam* no início do período

de expansão após a Segunda Guerra Mundial, o qual teve como substrato a própria guerra e o fascismo, e segue até fins da década de 1960, ou seja, na passagem do imperialismo clássico (LENIN, 1987) para o capitalismo tardio ou maduro (MANDEL, 1982).

Que necessidades vão demandar a articulação de políticas sociais nesse período? A crise de 1929/1932, como já se viu, vai promover uma inflexão na atitude da burguesia, quanto à sua confiança cega nos automatismos do mercado que se expressa na chamada *revolução keynesiana*. As proposições de Keynes têm um ponto em comum: a sustentação pública de um conjunto de medidas anticrise ou anticíclicas. Mandel interpreta que tais medidas, entre as quais as políticas sociais, tiveram, no máximo, a capacidade de reduzir e amortecer a crise. Mas, veja-se como se explica, pela ótica marxista, o longo período de expansão após a Segunda Guerra Mundial, bem como o significado das políticas sociais naquele contexto. Observa-se o crescimento da composição orgânica do capital⁷, o aumento da taxa de mais-valia⁸ (o que pressupõe derrotas do movimento operário) e a baixa dos preços das matérias primas. Essa situação cria seus próprios *obstáculos*, que estão na base do esgotamento da expansão capitalista no final dos anos de 1960. Com a redução do exército industrial de reserva⁹ na situação de pleno emprego

⁷ Expressão em valor da composição técnica do capital, que por sua vez é a razão entre a massa dos meios de produção e o trabalho necessário para pô-los em movimento. O aumento da composição orgânica do capital significa uma redução do número de trabalhadores necessários por unidade de meios de produção, sem diminuir a produção. Ao contrário, trata-se de diminuir seus custos perseguindo um aumento da extração da mais-valia (BOTTOMORE, 1988, p. 69).

⁸ Sendo a força de trabalho uma mercadoria cujo valor é determinado pelos meios de vida necessários à sua subsistência, se este trabalhar além de um número de horas, estará produzindo um valor a mais, um valor excedente, sem contrapartida, denominado por Marx de *mais-valia*. A taxa de mais-valia é a relação entre a mais-valia e o capital variável (salários) e define o grau de exploração sobre os trabalhadores. Mantendo-se inalterados os salários reais, a taxa de mais-valia tende a elevar-se quando a jornada ou a intensidade do trabalho aumentam (SANDRONI, 1992, p. 201).

⁹ Também caracterizado por Marx como *superpopulação relativa excedente*. Trata-se de uma reserva de força de trabalho que é inerente ao processo de acumulação do capital. Este é impulsionado pela concorrência e pela busca de lucros a aplicar novos métodos e tecnologias de produção poupadoras de mão-de-obra, já que ampliam a produtividade do trabalho. O exército industrial de reserva também contém a pressão operária sobre o aumento dos salários. Ele é

promovida pelo keynesianismo, ampliou-se a resistência do movimento operário, baixando a taxa de mais-valia num tempo histórico mais largo. Houve, ainda, uma generalizada incorporação da revolução tecnológica na produção, diminuindo os lucros extraídos do anterior diferencial de produtividade do trabalho¹⁰. A concorrência é acirrada, bem como a especulação. Há uma estagnação do emprego e da produtividade, o que gera uma forte capacidade ociosa na indústria. Assim, configurou-se uma superabundância de capitais, acompanhada de uma queda dos lucros. A política keynesiana de elevar a *demandada efetiva*, captando os capitais abundantes e improdutivos, a partir da ação do Estado, ao invés de evitar a crise, conseguiu apenas amortecê-la, durante um período, sustentando as taxas de lucros em alta, obtendo, com isso, algum controle sobre o ciclo do capital.

Dentro disso, qual foi o lugar da política social? Sua evolução enquanto *estratégia anticíclica* ocorre na era do keynesianismo. No entanto, existiram movimentos anteriores em que houve pressão do movimento operário em torno da *insegurança da existência* que peculiariza a condição operária (desemprego, invalidez, doença, velhice). Superando o recurso à caridade e à beneficência privada ou pública, o movimento operário impõe o princípio dos *seguros sociais*, criando caixas voluntárias e, posteriormente, obrigatórias para cobrir perdas. Esse processo levou ao princípio da *segurança social*, a partir do qual os assalariados deveriam ter cobertura *contra toda perda de salário corrente*. Subjacente à segurança social, nesses termos, está a solidariedade inter e intraclasse e, também, a perspectiva de evitar a constituição de um subproletariado, o que pesaria sobre os salários diretos dos trabalhadores. A partir do período já delimitado, o Estado, enquanto gestor das medidas anticrise, implementa sistemas nacionais de

ampliado, ainda, pela não absorção total da mão-de-obra jovem, pela mecanização da agricultura e processos migratórios daí decorrentes, e falência de pequenas empresas, pressionadas pela concentração de capitais (BOTTOMORE, 1988, p. 144; SANDRONI, 1992, p. 128).

¹⁰ Renda tecnológica proveniente da maior produtividade do trabalho num mesmo ramo de produção. Uma empresa que possui tecnologia de ponta produz a um menor custo em relação às demais no mesmo ramo, extraindo maiores lucros, no contexto da concorrência (BEHRING, 2002, p. 125).

seguridade, com contribuição tripartite (usualmente), tomando emprestadas as enormes somas disponibilizadas por esses mecanismos de poupança forçada, produzindo certa distribuição horizontal de renda.

Dessa forma, o *salário indireto*, que é sustentado pela taxaço dos trabalhadores, além de configurar um empréstimo ao Estado, a partir do qual este desencadeia um feixe de ações anticíclicas (lembrem-se do FGTS, no período pós-1964 no Brasil e sua relação com a política habitacional e o incremento da construção civil), também responde à baixa da *demand efetiva*. Destaca-se, ainda, o elemento político fundamental de que a política social é um componente da relação salarial pactuada com os trabalhadores, que se instaura com o fordismo, no sentido de regular o *processo de reprodução da força de trabalho*.

A reação em cadeia que poderia progredir na crise de superprodução é amortecida, também, por meio do *seguro-desemprego*. Os seguros permitem que a baixa no consumo não seja tão brusca no contexto de desemprego. Entretanto, a ação da seguridade social, isoladamente, não é capaz de assegurar o efeito anticíclico. Vários autores marxistas que pensaram o capitalismo pós-1945, agregam à política social um conjunto de estratégias anticrise, com destaque para o inchamento dos orçamentos militares, em nome da guerra-fria, falando-se inclusive em um *estado previdenciário-militar* (O'CONNOR, 1977). Contudo, é necessário ampliar o conceito de seguridade social, que ultrapassa o sistema previdenciário – seu *núcleo* inicial. Trata-se, na verdade, para além dos seguros sociais, de um conjunto de medidas, do ponto de vista econômico/político: compra de equipamentos de consumo coletivo; garantia estatal dos preços da cesta básica para populações de baixa renda, entre inúmeras outras formas.

A continuidade do sucesso da estratégia keynesiana, contudo, encontrou limites estruturais. A busca de superlucros, associada a uma revolução tecnológica permanente (e sua generalização), a ampliação da capacidade de resistência e, ainda, a intensificação do processo de monopolização do capital, foram elementos

que estiveram na base do início de um novo período depressivo que se abre em fins da década de 1960. O custo da estratégia keynesiana foi o "mar de dívidas" (públicas e privadas), a *crise fiscal*¹¹ (O'CONNOR, 1977) e a *inflação*. As despesas de manutenção da regulação do mercado colocam em crise, também, a política social. Mas, a política social é uma estratégia política e econômica fato do qual decorre uma *crise de legitimação política articulada à queda dos gastos na área social*, já que o suporte dos benefícios e serviços sociais tornou-se decisivo para a vida cotidiana de milhões de famílias, e as políticas e os direitos sociais foram conquistadas dos trabalhadores no terreno da luta de classes, como se viu antes.

Viu-se que a corrida aos superlucros no capitalismo tardio está centrada na busca de rendas tecnológicas, no diferencial de produtividade do trabalho. Esse processo leva à mudança do papel da força de trabalho no processo de constituição do valor. Há um intenso ressurgimento do *exército industrial de reserva*, configurando não um desemprego eventual, mas um *desemprego estrutural*¹², que, como sabemos, aprofundou-se no decorrer das últimas décadas. Essa situação, derivada da aceleração de conjunto do processo de produção/reprodução capitalista, veio, progressivamente, desafiar as contratendências de feição keynesiana e sua perspectiva do pleno emprego. A expansão do setor de serviços absorveu parcela da mão-de-obra liberada. No entanto, também aí se observou limites importantes. Mandel ressalta a tendência da *supercapitalização*, ou seja, da mercantilização e industrialização da esfera da reprodução. Trata-se de impregnar o processo social de relações tipicamente capitalistas. Dessa forma, há um

¹¹ Conceito cunhado por James O'Connor (1977) para caracterizar a crise do capitalismo aberta nos anos de 1970, que denota o esgotamento das estratégias Keynesianas em larga escala. Segundo ele, há uma propensão para os gastos superarem as receitas estatais, gerando um déficit estatal que não é conjuntural, como pressupunha Keynes, mas constitui um verdadeiro hiato estrutural entre despesas e receitas estatais (BEHRING, 2002, p. 86).

¹² Origina-se em mudanças na tecnologia de produção ou nos padrões de demanda dos consumidores. Em ambos os casos, um grande número de trabalhadores fica em situação de desemprego, enquanto uma minoria especializada é beneficiada (SANDRONI, 1992, p. 90). Considerando a corrida tecnológica permanente que demarca esse período do capitalismo, o desemprego estrutural torna-se um componente da vida contemporânea.

incremento tecnológico, na esfera da reprodução, visando à aceleração do conjunto do processo capitalista de produção e reprodução por meio do estímulo nas esferas da circulação e do consumo. E esse processo, a partir de certo período, também expulsa força de trabalho.

Diante disso, o Estado, mesmo tendo à sua disposição parcela considerável do valor socialmente criado na forma do fundo público e um controle maior dos elementos do processo produtivo e reprodutivo, vai perder gradualmente a efetividade prática de sua ação social, sendo redirecionado o fundo público para a sustentação de demandas do capital, em especial o capital financeiro. Isso porque ele se depara com a contraditória demanda pela extensão de sua regulação, por um lado, e com a pressão da *supercapitalização* fortalecida pela queda da taxa de lucros, por outro. *Para o capital, a regulação estatal só faz sentido quando gera um aumento da taxa de lucros, intervindo como um pressuposto do capital em geral* (OLIVEIRA, 1998). Dentro disso é que se tornou aceitável certa redistribuição horizontal e limitada na forma de salários indiretos e serviços sociais, cimentada pelo discurso da cidadania, nos limites marshallianos, e num contexto de forte ascensão das lutas dos trabalhadores. Lembremo-nos de que o Estado, para a tradição marxista, possui uma direção de classe, uma hegemonia, da qual decorrem suas mudanças de papel e transformações. Não é inexplicável, portanto, o ataque do discurso neoliberal às políticas sociais, com o argumento do excesso de paternalismo do *Welfare State*. Quando a regulação estatal cede aos interesses do trabalho, interferindo em alguma medida nas demais ações reguladoras em benefício do capital, multiplicam-se as reclamações do empresariado. Com a crise fiscal, decorrente da ampliação das demandas sobre o orçamento público, a "guerra" em torno do destino dos recursos públicos é cada vez mais acirrada.

Para a política social, este conjunto de tendências e contratendências, que constituem o capitalismo maduro, traz conseqüências importantes. O desemprego estrutural – que nunca deixou de existir na periferia do capital – acena para o aumento de programas sociais. Paradoxalmente, a crise das estratégias

keynesianas e as demandas do capital em torno dos superlucros apontam para a diminuição dos gastos sociais. Vale notar que, com toda a agitação dos neoliberais e monetaristas, o capital não prescindiu ou prescinde da reanimação monetária, no melhor estilo keynesiano (os socorros aos bancos, por exemplo). Porém, sabe-se que, do arsenal das técnicas keynesianas, a política social tem sido a menos solicitada, *a depender das opções políticas, econômicas e sociais de cada governo, sua relação com a classe operária e, sobretudo, sua inserção no capitalismo mundial*. E tais opções serão sempre resultado de um processo conflituoso de negociação e luta de classes e seus segmentos, que se colocam em condições desiguais – sendo neste contexto muito assimétricas em função da condição defensiva dos trabalhadores – nas arenas de negociação disponíveis no Estado democrático de direito, o que leva a conflitos também extrainstitucionais.

As políticas sociais são concessões/conquistas mais ou menos elásticas, a depender da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais e seus segmentos envolvidos na questão. No período de expansão, a margem de negociação se amplia; na recessão, ela se restringe. Portanto, *os ciclos econômicos, que não se definem por qualquer movimento natural da economia, mas pela interação de um conjunto de decisões ético-políticas e econômicas de homens de carne e osso, balizam as possibilidades e limites da política social*.

Após esse percurso, é possível afirmar, com base na crítica marxista, que a política social não se fundou nem se funda, sob o capitalismo, numa verdadeira redistribuição de renda e riqueza. Observa-se que a política social ocupa certa posição político-econômica, a partir do período histórico *fordista-keynesiano*. Percebe-se que a economia política se movimenta historicamente a partir de condições objetivas e subjetivas e, portanto, o significado da política social não pode ser apanhado nem exclusivamente pela sua inserção objetiva no mundo do capital nem apenas pela luta de interesses dos sujeitos que se movem na definição de tal ou qual política, mas, historicamente, na relação desses processos na totalidade. Sem esse olhar, pode ficar prejudicada a luta política em torno das

demandas concretas dos trabalhadores, freqüentemente obstaculizadas, hoje pela alardeada "escassez de recursos". A luta no terreno do Estado – *espaço contraditório, mas com hegemonia do capital* – requer clareza sobre as múltiplas determinações que integram o processo de definição das políticas sociais, o que pressupõe qualificação teórica, ético-política e técnica. Constata-se, que a política social – que atende às necessidades do capital e, também, do trabalho, já que para muitos se trata de uma questão de sobrevivência – configura-se, no contexto da estagnação, como *um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho.*

5 Conclusões

Frente ao exposto, quais são as conseqüências e condições contemporâneas para o exercício profissional no âmbito das políticas sociais? Queremos concluir sinalizando as graves implicações desses processos para o trabalho profissional. No setor público a contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003), que pudemos tratar em texto anterior no âmbito deste curso, no contexto da crise do capital, como vimos, vem implicando um redirecionamento das políticas sociais, com fortes implicações para as condições de trabalho. Do ponto de vista físico, há toda sorte de dificuldades, no âmbito da implementação de políticas pobres para os pobres, focalizadas e residuais, considerando o (des)financiamento em curso e a concepção focalista em vigor. Assim, convive-se com salas sem condições de sigilo, móveis antigos, ausência de equipamentos e de condições de registro, falta de manutenção, de material de consumo e de investimento em bens de capital e equipamentos. Ao lado disso, tem-se a tendência de uma redefinição do próprio trabalho profissional, reduzido ao plantão de emergência, à ambulância que tenta salvar as vítimas do ajuste e ao monitoramento da terceirização do trabalho desprofissionalizado, realizado junto aos usuários por ONGs e congêneres. Não há tempo assegurado para estudar e refletir, para desenvolver projetos de grupalização e organização junto aos usuários. Na verdade, não se faz necessário

um assistente social que pensa, cria, negocia demandas na arena pública, articula e elabora um projeto de intervenção, e cujo produto é o atendimento de necessidades individuais e também coletivas e/ou a formação da consciência. O que este redirecionamento pretende é mobilizar profissionais que operam o projeto de gestão da pobreza (e não do seu combate ou erradicação) que vem de cima, que o reitera junto a indivíduos e famílias – para as quais se transfere cada vez mais responsabilidades de reprodução e cujo produto é o acesso “feliz” a políticas minimalistas e medíocres, a exemplo das políticas de transferência de renda em curso no Brasil que estão à anos luz de propiciar qualquer processo redistributivo, embora tenham impacto imediato importante na vida das populações pobres, propiciando inclusive bases de legitimidade para o projeto em curso.

Colado nessas requisições conservadoras e reiterativas está um projeto de formação profissional que não respeita as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Trata-se de propiciar um perfil profissional adequado aos novos requisitos das políticas minimalistas em tempos neoliberais. O que se pretende é colocar no mercado profissionais sem formação crítica e produzidos em massa especialmente nos cursos de graduação privados e a distância, cujo crescimento recente é incontestado, mas com implicações para a universidade pública, para integrarem as populações e serem gestores da pobreza, realizando a vigilância dos pobres. Essas mudanças contemporâneas mais gerais – a contrarreforma do Estado, a reestruturação produtiva e a financeirização do capital – têm impactos deletérios nas condições cotidianas de trabalho, na medida em que aumenta a demanda por benefícios e serviços exponencialmente com o aumento da desigualdade e da pauperização absoluta e relativa, no mesmo passo em que diminuem as condições de atendimento físicas, éticas e técnicas, o que incluem impactos também na remuneração do funcionalismo público.

O campo da sociedade civil, ostensivamente convocado a implementar projetos sociais em nome do solidarismo e da responsabilidade social, algumas vezes emprega os assistentes sociais em condições salariais e físicas melhores, mas não possui capacidade instalada e critérios universais de atendimento, com o que se torna basicamente assistencialista, num processo de refilantropização da assistência. Mas há também um intenso processo de precarização do trabalho profissional no mundo privado: contratos precários e sem direitos e até o trabalho voluntário, o que representa a máxima mistificação: escravização com alegria de fazer “o bem”. Por outro lado, os profissionais são convocados a serem gestores de benefícios e a trabalharem no chão de fábrica nas múltiplas estratégias de passivização dos trabalhadores, que devem vestir a camisa da empresa.

Na boa síntese de Netto (2006), as tendências que operam no campo das políticas sociais são:

- a desresponsabilização do Estado e do setor público com uma política social de redução da pobreza articulada coerentemente com outras políticas sociais (de trabalho, emprego, saúde, educação e previdência); o combate à pobreza opera-se como uma política específica;
- a desresponsabilização do Estado e do setor público, concretizada em fundos reduzidos, corresponde à responsabilização abstrata da “sociedade civil” e da “família” pela ação assistencial; enorme relevo é concedido às *organizações não-governamentais* e ao chamado *terceiro setor*;
- desdobra-se o sistema de proteção social: para aqueles segmentos populacionais que dispõem de alguma renda, há a privatização/mercantilização dos serviços a que podem recorrer; para os segmentos mais pauperizados, há serviços públicos de baixa qualidade;
- a política voltada para a pobreza é prioritariamente *emergencial, focalizada* e, no geral, reduzida à *dimensão assistencial*.

Acrescentamos a essas tendências mais gerais a criminalização dos pobres, com a emersão de um Estado penal (WACQUANT, 2001) e o crescimento da

demanda para o serviço social sociojurídico, espaço em que o trabalho profissional se realiza de forma intensiva, na maioria das vezes também sem condições adequadas nos presídios, delegacias, varas e locais de cumprimento de medidas socioeducativas. E aqui as condições envolvem, por vezes, a própria segurança física dos trabalhadores. Apenas a organização política e a construção de alianças sociais sólidas no campo dos trabalhadores em torno de um projeto de resistência a essas tendências serão capazes de contê-las, nesses tempos difíceis. A defesa de políticas sociais universais e a disputa pelo fundo público destinado aos trabalhadores é uma tarefa dos próprios trabalhadores.

Referências

AGLIETTA, Michel. *Regulación y Crisis del Capitalismo*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1991.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. *Política Social no Capitalismo Tardio*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social – fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social, 2006.

_____. Principais Abordagens Teóricas da Política Social e da Cidadania. In: *Política Social – Módulo 03*. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOSCHETTI, Ivanete. Previdência e Assistência: uma unidade de contrários na seguridade social. *Universidade e Sociedade – Revista do ANDES-SN*, n. 22, Brasília, ANDES-SN, 2000.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social. Uma crônica do salário*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. Representação de Interesses, Formulação de Políticas e Hegemonia. In: TEIXEIRA, Sônia Fleury (Org.). *Reforma Sanitária – Em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez/ABRASCO, 1989.

DRAIBE, Sônia M. As Políticas Sociais e o Neoliberalismo. *Revista da USP*, São Paulo, n. 17, 1993.

_____; AURELIANO, Liana. A especificidade do 'welfare state' brasileiro. In: MPAS/CEPAL. *A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização*. Brasília, 1989. v. 3.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 13. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *welfare state*. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 24, Marco Zero/CEDEC, set. 1991.

FBO. Lei de Responsabilidade Fiscal e Social. Fórum Brasil de Orçamento. Brasília, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. História da Violência nas Prisões. 14. ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

KEYNES, Joh. Maynard. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LENIN, Vladimir I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. 5. ed. São Paulo: Global, 1987.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de MünchHausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe*. Porto: Elfos, 1989.

LUX, Kenneth. *O Erro de Adam Smith: De Como um Filósofo Moral Inventou a Economia e Pôs Fim à Moralidade*. São Paulo: Nobel, 1993.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARSHALL, Theodore H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. I.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. Rumo a uma Teoria da Transição. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo e Editora da UNICAMP, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da Crise e Seguridade Social: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

O'CONNOR, James. *USA: A Crise do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os Direitos do Antivalor – A Economia Política da Hegemonia Imperfeita*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. 3. ed. Cidade: Nova Cultural, 1992.

WACQUANT, Loic. *Punir os Pobres: Nova Gestão da Miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001b.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação

Ivanete Boschetti
Professora do Departamento de Serviço Social da UnB

Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação

Introdução

Nos marcos dos países capitalistas da Europa ocidental e da América Latina, a Seguridade Social se estrutura tendo como referência a organização social do trabalho, apesar de constituir-se de forma bastante diferenciada em cada país, em decorrência de questões estruturais, como o grau de desenvolvimento do capitalismo e de questões conjunturais, como a organização da classe trabalhadora. A instituição da seguridade social, como núcleo central do Estado social após a Segunda Guerra Mundial, foi determinante na regulação das relações econômicas e sociais sob o padrão keynesiano-fordista¹. Os direitos da seguridade social, sejam aqueles baseados no modelo alemão bismarckiano, como aqueles influenciados pelo modelo beveridgiano inglês, têm como parâmetro os direitos do trabalho, visto que desde sua origem, esses assumem a função de garantir benefícios derivados do exercício do trabalho para os trabalhadores que perderam, momentânea ou permanentemente, sua capacidade laborativa. Historicamente, o acesso ao trabalho sempre foi condição para garantir o acesso à seguridade social. Por isso, muitos trabalhadores desempregados não têm acesso a muitos direitos da seguridade social, sobretudo a previdência, visto que essa se move pela lógica do contrato, ou do seguro social. A seguridade social brasileira, instituída com a Constituição brasileira de 1988, incorporou princípios desses dois modelos, ao restringir a previdência aos trabalhadores contribuintes, universalizar a saúde e limitar a assistência social a quem dela necessitar. Em um contexto de agudas desigualdades sociais, pobreza estrutural e fortes relações informais de trabalho, esse modelo, que fica entre o seguro e a assistência, deixa sem acesso aos direitos da seguridade social uma parcela enorme da população.

¹ Sobre o modelo keynesiano-fordista, ver o texto de Elaine Behring no módulo 1 deste curso.

1 Princípios Estruturantes da Seguridade Social²

As primeiras iniciativas de benefícios previdenciários que vieram a constituir a seguridade social no século XX nasceram na Alemanha, no final do século XIX, mais precisamente em 1883, durante o Governo do Chanceler Otto Von Bismarck, em resposta às greves e pressões dos trabalhadores. O chamado modelo bismarckiano é considerado como um sistema de seguros sociais, porque suas características assemelham-se às de seguros privados: no que se refere aos direitos, os benefícios cobrem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores, o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada; quanto ao financiamento, os recursos são provenientes, fundamentalmente, da contribuição direta de empregados e empregadores, baseada na folha de salários; em relação à gestão, teoricamente (e originalmente), cada benefício é organizado em Caixas, que são geridas pelo Estado, com participação dos contribuintes, ou seja, empregadores e empregados³ (BOSCHETTI, 2003). Esse modelo orientou e ainda sustenta muitos benefícios da seguridade social, sobretudo, os benefícios previdenciários.

Em outro contexto econômico e político, durante a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1942, é formulado na Inglaterra o Plano Beveridge, que apresenta críticas ao modelo bismarckiano vigente até então, e propõe a instituição do *welfare state*. No sistema beveridgiano, os direitos têm caráter universal, destinados a todos os cidadãos incondicionalmente ou submetidos a condições de recursos, mas garantindo mínimos sociais a todos em condições de necessidade. O financiamento é proveniente dos impostos

² Este item se fundamenta nas análises da autora, desenvolvidas no capítulo 1 do livro *Assistência Social no Brasil: um Direito entre originalidade e Conservadorismo*, Brasília, 2003.

³ Na Alemanha e na França ainda predomina este tipo de gestão, com Caixas por modalidade de seguros. As centrais sindicais gerem as caixas, mas com forte intervenção e regulação estatal. No Brasil, essa conformação esteve na origem da previdência social, com as caixas de aposentadorias e pensões (CAPs), organizadas por empresas. Essas foram substituídas pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), organizados por ramo de atividades, durante o governo Vargas. Os IAPs foram unificados no INPS em 1966. Os trabalhadores e empregadores foram sendo gradativamente excluídos da gestão, que se tornou estatizada e centralizada, embora continuem sendo os principais financiadores da previdência social.

fiscais, e a gestão é pública, estatal. Os princípios fundamentais são a unificação institucional e uniformização dos benefícios (BEVERIDGE, 1943; CASTEL, 1998).

Enquanto os benefícios assegurados pelo modelo bismarckiano se destinam a manter a renda dos trabalhadores em momentos de risco social decorrentes da ausência de trabalho, o modelo beveridgiano tem como principal objetivo a luta contra a pobreza (BEVERIDGE, 1943). As diferenças desses princípios provocaram o surgimento e instituição de diferentes modelos de seguridade social nos países capitalistas, com variações determinadas pelas diferentes relações estabelecidas entre o Estado e as classes sociais em cada país. Hoje, é difícil encontrar um “modelo puro”. As políticas existentes e que constituem os sistemas de seguridade social em diversos países apresentam as características dos dois modelos, com maior ou menor intensidade. No Brasil, os princípios do modelo bismarckiano predominam na previdência social, e os do modelo beveridgiano orientam o atual sistema público de saúde (com exceção do auxílio doença, tido como seguro saúde e regido pelas regras da previdência) e de assistência social, o que faz com que a seguridade social brasileira se situe entre o seguro e a assistência social (BOSCHETTI, 2006).

Assim, um dos pilares de estruturação da seguridade social é sua organização com base na lógica do seguro social. Essa é a lógica que estrutura os direitos da previdência social em praticamente todos os países capitalistas. Em alguns países como França, Inglaterra e Alemanha, a lógica do seguro sustenta também a política de saúde. No Brasil, a lógica do seguro estruturou e estabeleceu os critérios de acesso da previdência e da saúde desde a década de 1923 até a Constituição de 1988. O princípio dessa lógica é garantir proteção, às vezes exclusivamente, e às vezes prioritariamente, ao trabalhador e à sua família. É um tipo de proteção limitada, que garante direitos apenas àquele trabalhador que está inserido no mercado de trabalho ou que contribui mensalmente como autônomo ou segurado especial à seguridade social.

Nesta lógica, só tem acesso aos direitos da seguridade social os chamados “segurados” e seus dependentes, pois esses direitos são considerados como decorrentes do direito do trabalho. Assim, se destinam a quem está inserido em relações formais e estáveis de trabalho e possuem duas características centrais. Primeiro são condicionados a uma contribuição prévia, ou seja, só têm acesso aqueles que contribuem mensalmente. Segundo, o valor dos benefícios é proporcional à contribuição efetuada. Essa é a característica básica da previdência social no Brasil, que assegura aposentadorias, pensões, salário-família, auxílio doença e outros benefícios somente aos contribuintes e seus familiares.

Essa lógica impõe um limite estrutural para a universalização da seguridade social, em todos os países em que se efetivou. O acesso à seguridade social pela via do trabalho pôde garantir uma proteção mais universalizada nos países que garantiram uma situação de quase pleno emprego entre as décadas de 1940 e 1970. Sabe-se que nem os países nórdicos e nem os países da Europa Central garantiram o pleno emprego para todos os seus trabalhadores, de modo que esse padrão de seguridade social, fundado na lógica do seguro, só universaliza direitos se universalizar, igualmente, o direito ao trabalho, já que os benefícios são condicionados ao acesso a um trabalho estável que permita contribuir para a seguridade social. Mas, além dessa característica securitária, que é estruturante na seguridade social, ela pode ter outra lógica, que é a lógica da universalização dos direitos sem estabelecimento de contrato de seguro contributivo. Nessa perspectiva, os benefícios podem romper com a lógica do seguro e assumir uma lógica social⁴. Romper de que forma? Assegurando direitos com base nas necessidades sociais, que não sejam condicionados a uma contribuição direta prévia, que não sejam proporcionais a uma contribuição efetuada anteriormente. A introdução e expansão dessa lógica na seguridade social nos países do capitalismo central vêm permitindo a ampliação de direitos e benefícios também para

⁴ Em trabalhos anteriores (BOSCHETTI, 2003 e BOSCHETTI, 2006), designei essas lógicas de lógica do seguro e lógica da assistência e de complexo previdenciário-assistencial, referindo-me à relação existente entre previdência e assistência no âmbito da seguridade social. Mas, tendo em vista que o que designei como lógica da assistência pode ser confundida com a política de assistência social implementada no Brasil a partir de 2004, passo a designar a lógica da assistência como lógica social, para evitar essa confusão, pois não se trata do mesmo fenômeno.

aqueles trabalhadores que não estão inseridos no mercado de trabalho estável, ou que não contribuem diretamente para a seguridade social, em decorrência de desemprego ou de impossibilidade de trabalhar.

A seguridade social pode garantir mais, ou menos, acesso a direitos, quanto mais se desvencilhar da lógica do seguro e quanto mais assumir a lógica social. De todo modo, ambas são profundamente dependentes da organização social do trabalho. Nos países em que as duas lógicas convivem no âmbito da seguridade social, elas estabelecem entre si uma relação que venho designando como sendo de atração e rejeição. É a ausência de uma dessas lógicas que leva à necessidade e à instauração da outra lógica. Por exemplo, aqueles trabalhadores que não estão inseridos no mercado de trabalho, que não têm acesso ao seguro, ou à previdência social, acabam caindo em uma situação de ausência dos direitos derivados do trabalho. Muitos deles, por não terem contribuído para a seguridade social, chegam aos 65 anos (essa idade varia de país para país) e não têm direito à aposentadoria. A exigência da lógica do seguro e a impossibilidade de sua manutenção para todos os trabalhadores, sobretudo para os desempregados, empurram esse trabalhador para demandar a outra lógica, a lógica social, do direito não contributivo. Assim, aqueles que não contribuem, que não estão inseridos em uma relação de trabalho estável e que não têm direito ao benefício contributivo, tornam-se potenciais demandantes da lógica social, do benefício não contributivo.

Essa relação de atração e rejeição é intrínseca à concepção de seguridade social que se instituiu e se desenvolveu nos países capitalistas centrais e periféricos. Basta observar para constatar que essa mesma lógica está presente na seguridade social brasileira, nos países da América Latina e nos países europeus. Por outro lado, a primazia da lógica do seguro, sobretudo nos países que não instituíram uma situação de pleno emprego, ou de quase pleno emprego, limita a lógica social e restringe a universalização da seguridade social, instituindo, muitas vezes, uma incompatibilidade entre trabalho e direitos sociais, em especial o direito à assistência social.

Conforme já apontado em trabalhos anteriores (BOSCHETTI, 2003), existe uma antiga tensão entre assistência social e trabalho, que não deve ser compreendida como incompatível ou excludente. Esse debate é importante para balizar o sentido de trabalho e de assistência social que referencia as análises aqui desenvolvidas. Isso porque o trabalho no capitalismo não é, em si, um bem. Ao contrário, o trabalho, sob relações capitalistas de exploração, produz alienação, destitui o homem da propriedade de sua força de trabalho, obriga o trabalhador a submeter-se a atividades ignóbeis a qualquer preço (MARX, 1984).

É preciso, assim, discutir a relação entre trabalho, assistência social e previdência, para entender, inclusive, se o padrão de seguridade social instituído em determinado país é (ou não) capaz de impor limites à desigualdade social no capitalismo. Reconhecer o direito à assistência social no âmbito da seguridade social não significa defender ou desejar que essa política seja a referência para assegurar o bem-estar ou satisfazer às necessidades sociais no capitalismo, pois adotar essa posição seria ter como horizonte uma sociedade de assistidos. Não é esse o projeto de sociedade e de direitos que orienta nossa análise⁵. Reconhecer o papel do trabalho e do emprego estável na estruturação da vida e na construção das identidades profissionais e sociais também não significa defender qualquer tipo de trabalho. Nesse sentido, a mera contraposição de trabalho e assistência pode ser simplificadora dos complexos processos sociais. Defender a seguridade social em sentido amplo, onde a lógica social se sobreponha à lógica securitária, requer reconhecer o espaço da assistência social em seu âmbito, sem superestimá-la e tampouco sem discriminá-la como um direito incompatível com o trabalho.

A título de exemplo, nos países capitalistas do norte e centro da Europa, a situação de quase pleno emprego vivida após a Segunda Guerra Mundial, até os anos 1970, garantiu

⁵ A análise aqui realizada se refere às possibilidades de reduzir as desigualdades nos marcos da sociedade capitalista, que existem, mas são limitadas. Nos países capitalistas europeus, a expansão de direitos e políticas sociais, entre as décadas de 1940 e 1970, teve a função de atendimento às necessidades básicas e redução de desigualdades, mas não significou sua extinção. Para aprofundar essa perspectiva, ver Behring e Boschetti, 2006.

direito ao trabalho para a maioria dos trabalhadores. A seguridade social ampliada, além de garantir os direitos derivados do trabalho, como seguro desemprego, aposentadorias, pensões e seguro saúde, também instituiu diversos benefícios assistenciais, com intuito de reduzir desigualdades e responder à satisfação de necessidades básicas e específicas, como por exemplo: prestações assistenciais mensais para famílias monoparentais, para pessoas com deficiência, para idosos de baixa renda, para pagamento de aluguel a famílias de baixa renda, entre outras. Nesse caso, os sistemas de seguridade social foram introduzindo a lógica social de direitos não contributivos, que é a lógica da assistência. A seguridade social passa a ter outra lógica de funcionamento: os trabalhadores que recebem rendimentos abaixo de um determinado teto têm direito a receber, mensalmente, benefícios da seguridade social (mesmo aqueles que não contribuíram diretamente), destinados a reduzir o seu gasto com moradia, saúde, educação. O trabalhador desempregado, ou mesmo aquele que tem emprego e salário, mas precisa pagar aluguel, recebe da seguridade social, como direito à assistência social, uma prestação mensal na forma auxílio moradia, calculado em função de seu salário, do valor do aluguel e da composição familiar. Nesse caso, a seguridade social possui uma lógica social não securitária que torna seus benefícios compatíveis com o trabalho/emprego. Trata-se de um direito complementar que contribui para a redução da desigualdade social, não sendo incompatível com o trabalho, e que não deve substituir o trabalho.

Com a crise vivida pelo capitalismo no início da década de 1970, a implementação de medidas neoliberais e a incapacidade estrutural de garantir trabalho para todos, esses países passaram a abrandar a lógica do seguro no âmbito da seguridade social e passaram a instituir benefícios desprovidos da exigência de prévia contribuição, sobretudo na modalidade de programas de transferência de renda. Na situação predominante até a década de 1970, os benefícios assistenciais não são incompatíveis com o trabalho, caracterizando-se como complemento importante na redução das desigualdades sociais e satisfação de necessidades específicas. Por outro lado, na situação contemporânea, os benefícios assistenciais, sob a forma de programas de transferência de renda permanentes,

passam a ter um papel de “substitutos” dos rendimentos dos empregos inexistentes. Essa situação atual não resolve, ao contrário, agudiza a histórica tensão entre trabalho e assistência social, pois é a ausência de trabalho/emprego que provoca a demanda pela expansão da assistência, sem que essa seja capaz de resolver a questão do “direito ao trabalho” e o direito a ter direitos, nos marcos do capitalismo. Assim, a assistência social não pode e não deve substituir o trabalho, mas pode ser um elemento intrínseco de um sistema maior de proteção social, complementar aos direitos do trabalho, podendo contribuir para transferir renda do capital para o trabalho.

2 A Seguridade Social (não) Implementada no Brasil

No Brasil, estamos longe desse padrão de seguridade social. O capitalismo brasileiro implantou um modelo de seguridade social sustentado predominantemente na lógica do seguro. Desde o reconhecimento legal dos tímidos e incipientes benefícios previdenciários com a Lei Elóy Chaves em 1923, predominou o acesso às políticas de previdência e de saúde apenas para os contribuintes da previdência social. A assistência social manteve-se, ao longo da história, como uma ação pública desprovida de reconhecimento legal como direito, mas associada institucionalmente e financeiramente à previdência social.

Foi somente com a Constituição de 1988 que as políticas de previdência, saúde e assistência social foram reorganizadas e re-estruturadas com novos princípios e diretrizes e passaram a compor o sistema de seguridade social brasileiro. Apesar de ter um caráter inovador e intencional compor um sistema amplo de proteção social, a seguridade social acabou se caracterizando como um sistema híbrido, que conjuga direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência) com direitos de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência). Conforme já indicado anteriormente (BOSCHETTI, 2004), aquelas diretrizes constitucionais, como universalidade na cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade nos benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade no custeio, diversidade do financiamento e caráter democrático e

descentralizado da administração (C.F, artigo 194)⁶, não foram totalmente materializadas e outras orientaram as políticas sociais de forma bastante diferenciada, de modo que não se instituiu um padrão de seguridade social homogêneo, integrado e articulado.

Esses princípios poderiam redirecionar as políticas de saúde, previdência e assistência social, no sentido de articulá-las e formar um sistema de seguridade social amplo, coerente e consistente, com predomínio da lógica social e não da lógica contratual do seguro. Isso, contudo, não ocorreu, em função de uma série de elementos conjunturais e estruturais. A onda neoliberal que assolou o país a partir da década de 1990 foi determinante para o desenvolvimento de uma política econômica voltada para a rentabilidade econômica em detrimento dos avanços sociais. A crise econômica vivida no país foi conduzida por um Estado que não assumiu compromissos redistributivos e o “conceito retardatário, híbrido, distorcido ou inconcluso da seguridade social brasileira, conforme apontam importantes pesquisadores do tema⁷, encontrou dificuldades antigas e novas ainda maiores para se consolidar” (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 158).

Os direitos conquistados pela classe trabalhadora e inseridos na carta constitucional foram submetidos ao ajuste fiscal, provocando um quadro de retrocesso social com aumento da extrema e da “nova” pobreza, conforme apontou Soares (2000). Na análise da autora, em toda a América Latina, ocorre um aumento de demanda por benefícios e serviços, o que se explica pela permanência de “Estado de mal-estar”, em função da não implantação ou mesmo destruição dos incipientes sistemas de seguridade social, que vivem um processo de contenção, limitação ou desintegração (SOARES, 2000).

⁶ Para detalhamento destes princípios, consultar Boschetti, 2003; Vianna, 1998 e 1999, entre outros.

⁷ Sobre o nosso conceito tímido de Seguridade Social em comparação com o de Beveridge, consultar o texto de Boschetti (2000 e 2006). Na mesma direção, conferir Pereira, 1996, e também a ideia de seguridade social híbrida que está presente em nosso conceito de seguridade, segundo Fleury, 2004. Já a caracterização de uma seguridade social tardia ou retardatária pode ser encontrada em Soares (2000) e a de sua inconclusão encontra-se em Teixeira (1990) e Fleury (2004).

Assim, estabeleceu-se um sistema de seguridade social que, teoricamente, manteve o princípio de universalidade e integralidade no âmbito da saúde com Sistema Único de Saúde (SUS), que passou a re-estruturar, a partir de 2004, a política de assistência social, com base no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e que fortaleceu a lógica do seguro no âmbito da previdência, sobretudo com as reformas de 1998 e 2003. A seguridade social brasileira, desse modo, não avançou no sentido de fortalecer a lógica social. Ao contrário, caminhou na direção do fortalecimento da lógica do contrato, o que levou Vianna (1998) a caracterizá-la como “americanização perversa”, visto que, em sua análise, o sistema público foi se “especializando’ cada vez mais no (mau) atendimento dos muito pobres”, ao mesmo tempo em que “o mercado de serviços médicos, assim como o de previdência, conquista adeptos entre a classe média e o operariado” (VIANNA, 1998, p. 142)⁸.

Essa imbricação histórica entre elementos próprios à assistência e elementos próprios ao seguro social poderia ter provocado a instituição de uma ousada seguridade social, de caráter universal, redistributiva, pública, com direitos amplos fundados na cidadania. Não foi, entretanto, o que ocorreu, e a seguridade social brasileira, ao incorporar uma tendência de separação entre a lógica do seguro (bismarckiana) e a lógica da assistência (beveridgiana), e não de reforço à clássica justaposição existente, acabou materializando políticas com características próprias e específicas que mais se excluem do que se complementam, fazendo com que, na prática, o conceito de seguridade fique no meio do caminho, entre o seguro e a assistência.

A não instituição de uma “sociedade salarial” no Brasil, que se caracterizaria pela generalização de empregos assalariados estáveis e garantidores de direitos, faz com que aproximadamente metade da população economicamente ativa permaneça fora do mercado formal de trabalho e, portanto, sem garantia de acesso aos direitos decorrentes do trabalho, tais como salário regular, seguro-desemprego e seguro acidente de trabalho, e também

⁸ Sobre o sistema norte-americano, consultar Vianna (1998), p. 143 e 144.

daqueles da seguridade social condicionados a um emprego ou a uma contribuição como autônomos, tais como aposentadorias e pensões, 13^a salário, salário-família e auxílio-saúde⁹. De acordo com a PNAD/IBGE, em 2002, entre os 40,6 milhões de não contribuintes para a Seguridade Social, que não têm e não terão acesso aos direitos previdenciários, o correspondente a 20,4 milhões (50,12%) não possuía rendimentos ou recebia menos de um salário mínimo. Esses dados expressam a dramática condição de desigualdade e pobreza, bem como o limite desse modelo de seguridade social, e a perversidade da estrutura econômico-social que produz e concentra riqueza, ao mesmo tempo em que exclui os trabalhadores pobres de seu acesso e os confina a relações de trabalho precárias, incertas, eventuais, de baixo rendimento e não garantidoras de direitos.

Apesar de reconhecer as conquistas da Constituição no campo da seguridade social, é impossível deixar de sinalizar seus limites estruturais na ordem capitalista. Esses se agravam em países com condições socioeconômicas como as do Brasil, de frágil assalariamento, baixos salários e desigualdades sociais agudas. A situação do mercado de trabalho brasileiro, em que metade da população economicamente ativa possui relações informais de trabalho, faz com que a seguridade social, além de contribuir para a produção e reprodução da força de trabalho, deixe fora do acesso à previdência a população não contribuinte e, ainda, exclui do acesso aos direitos assistenciais aqueles que podem trabalhar. O programa de transferência de renda, que abrange trabalhadores adultos (bolsa-família), não possui caráter de direito e seus valores, condicionalidades e forma de gestão o colocam na órbita das políticas compensatórias.

A assistência social e a previdência, no âmbito da seguridade social, constituem um campo de proteção que não restringem e nem limitam a lógica de produção e reprodução do capitalismo. No Brasil, sua lógica securitária determinante a aprisiona no rol das

⁹ Os dados aqui apresentados e sua análise foram desenvolvidos em Boschetti, “Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo”, 2003a, p. 65-68. Essa condição não se modificou. Como mostra o trabalho de Dias (2006).

políticas, que agem mais na reiteração das desigualdades sociais que na sua redução. E mesmo essa parca conquista vem sofrendo duros golpes, que estão provocando seu desmonte, e não sua ampliação.

3 O Permanente e Gradual Desmonte da Seguridade Social

Praticamente todos os princípios constitucionais estão sendo desconsiderados profundamente: a universalidade dos direitos, a uniformidade e equivalência dos direitos, a diversidade de financiamento no sentido de transferir recursos do capital para o trabalho e a gestão democrática e descentralizada. Todos esses princípios estão sendo gradualmente diluídos em sucessivas contrarreformas ou medidas tidas como de natureza técnica, mas que, na verdade, têm um nítido sentido político de desestruturação da seguridade social. O princípio de seletividade e distributividade é o único que não está sendo derruído, ao contrário, está sendo colocado em prática com bastante rigor. Os caminhos desse desmonte seguem diferentes tendências.

O primeiro caminho do desmonte é o da desconfiguração dos direitos previstos constitucionalmente. Estes não foram nem uniformizados e nem universalizados. Diversas contrarreformas, como a da previdência de 1998, 2002 e 2003, sendo as primeiras no Governo Fernando Henrique Cardoso e outra no Governo Lula, restringiram direitos, reforçaram a lógica do seguro, reduziram valor de benefícios, abriram caminho para a privatização e para a expansão dos planos privados, para os fundos de pensão, ampliaram o tempo de trabalho e contribuição para obter a aposentadoria (BOSCHETTI e SALVADOR, 2003). A tendência mais recente na previdência é a proposta de desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo, o que permitiria reduzir seus valores progressivamente¹⁰. No âmbito da política de saúde, os princípios do SUS, como

¹⁰ No momento de finalização deste texto, em agosto de 2007, essa proposta estava em discussão, com posicionamento favorável de diversos setores conservadores, entre eles o do Ministro da Previdência, Luís Marinho, que quando estava na presidência da CUT era contrário a tal proposição.

descentralização e participação democrática, universalização e integralidade das ações, estão sendo diluídos pela manutenção cotidiana, apenas de uma cesta básica, que não assegura nem os atendimentos de urgência. É notória a falta de medicamento, ausência de condições de trabalho, de orçamento e de capacidade de absorção das demandas, o que se evidencia nas longas filas de espera por uma consulta ou internação. A política de assistência social, por sua vez, não conseguiu superar a histórica focalização em segmentos ditos hoje “vulneráveis” ou nas chamadas “situações de risco”. Sua abrangência é restritiva e os benefícios, serviços e programas não atingem mais do que 25% da população que teria direito, com exceção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do bolsa-família, que vêm crescendo rapidamente nos últimos anos, revelando sua tendência de política de transferência de renda. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem se caracterizado como gestão da escassez, decorrente de uma política econômica que prioriza o pagamento dos juros da dívida. Os recursos federais repassados aos municípios para realização dos serviços socioassistenciais (e que excluem BPC, RMV – Renda Mensal Vitalícia – e Bolsa Família) são reduzidos e apresentam tendência decrescente no Fundo Nacional de Assistência Social¹¹.

O segundo caminho do desmonte é a fragilização dos espaços de participação e controle democrático previstos na Constituição, como Conselhos e Conferências. Enquanto instâncias deliberativas e participativas, os Conselhos não estão sendo consolidados. Primeiro, pela extinção do Conselho Nacional de Seguridade Social, que tinha a função de articular as três políticas e atribuir unidade ao sistema. Em seguida, pela extinção dos Conselhos locais de Previdência Social¹², o que denota a intenção de centralização no Conselho Nacional de Previdência Social. E, sobretudo, pelo movimento de institucionalização dos conselhos, quase como um setor do estado. Essas iniciativas

¹¹ Para uma análise detalhada do orçamento da seguridade social entre 1995 e 2005, consultar Boschetti e Salvador, 2006.

¹² Os Conselhos de Previdência foram reinstituídos em 2004, em âmbito regional, mas com natureza mais técnica e menos política.

dificultam a consolidação dos conselhos como espaço autônomo de participação, controle democrático e fiscalização.

A terceira, e talvez mais destrutiva forma de desmonte, é a via do orçamento. As fontes de recurso não foram diversificadas, contrariando o dispositivo constitucional, e permanece a arrecadação predominantemente sobre folha de salários. Ocorre uma usurpação de 20% dos recursos da seguridade social para o pagamento da dívida pública por meio da Desvinculação das Receitas da União. Em relação ao financiamento, quem paga a conta da seguridade social é, majoritariamente, a contribuição dos empregadores e dos trabalhadores sobre folha de salário, o que torna o financiamento regressivo, já que sustentado nos rendimentos do trabalho. Assim, quem paga a maior parte da conta da seguridade social são os trabalhadores, com o desconto em folha, sendo que as contribuições sociais baseadas no lucro (CSLL) e faturamento das empresas (Cofins) acabam sendo transferidas para as mercadorias onerando os consumidores. Do ponto de vista das fontes de financiamento, podemos afirmar que a seguridade tem caráter regressivo, pois não transfere renda do capital para o trabalho.

Ainda no âmbito do orçamento, outro elemento importante para compreendermos esse processo de desmonte é conhecer o destino dos recursos. Historicamente, a maior fatia de recurso do orçamento da seguridade social fica com previdência social (média de 60%), seguida pela política de saúde (média de 14%), e, finalmente, a política de assistência, com média de aproximadamente 6%. As análises históricas mostram o crescimento da participação percentual da assistência social e a redução da participação da saúde, o que reforça as tendências das políticas de seguridade social, já apontadas acima. Outra tendência revelada na análise orçamentária é que as três políticas reconhecidas constitucionalmente como políticas da seguridade social absorvem em média 80% dos recursos, enquanto 20% são utilizados em outras políticas sociais.

Não se pode compreender a seguridade social em sua totalidade sem entender sua relação com a política econômica. A redução dos direitos, a restrição dos espaços democráticos de controle democrático e as contenções dos recursos têm íntima relação com a política econômica, que engole parte significativa do orçamento da seguridade social. Os recursos que compõem as fontes de financiamento da Seguridade Social desempenham um papel relevante na sustentação da política econômica e social, e, desde 1994, vem ocorrendo apropriação indevida desses recursos do Orçamento da Seguridade Social por meio da Desvinculação das Receitas da União, que são retidos pelo Orçamento Fiscal da União e canalizados para a esfera financeira e geração do *superavit* primário. Esse movimento constitui uma “perversa alquimia” (BOSCHETTI e SALVADOR, 2006), que transforma recursos destinados aos direitos sociais em fonte de sustentação da política monetarista de juros altos, estímulo à ciranda financeira.

Os caminhos do desmonte da seguridade social, apontados acima, desdobram-se em várias trilhas. Uma é a realocação das receitas do orçamento da seguridade social pelo Tesouro Nacional, por meio da DRU, que vem crescendo anualmente. Além do pagamento dos encargos da dívida, os recursos desvinculados pela DRU são utilizados para cobrir aposentadorias do setor público, investimento em infraestrutura nos Estados e vale-transporte e auxílio alimentação de servidores públicos. Outra é a baixa participação do orçamento fiscal no orçamento da seguridade social. O repasse de receitas do Tesouro Nacional (orçamento fiscal) para a seguridade social vem sendo reduzido progressivamente, ou seja, o recurso do orçamento fiscal, que deveria ir para a seguridade social, conforme determinação constitucional, está sendo utilizado para outras destinações. Uma terceira é o mecanismo da isenção fiscal, que faz com que a seguridade social tenha enormes perdas de arrecadação. Calcula-se que seguridade social deixa de arrecadar anualmente em torno de R\$ 13 bilhões devido às renúncias previdenciárias às “entidades filantrópicas” (assistência, saúde e educação), micro e pequenas empresas e clubes de futebol, segundo dados da ANFIP (2005). Ainda que legais, pois previstas em leis, essas isenções poderiam ser limitadas de modo a assegurar maior arrecadação para a seguridade

social. Outra trilha de desmonte é a sonegação fiscal. Dados da ANASPS (Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social) revelam que, entre 2003 e 2005, o governo acumulou R\$ 100 bilhões de *deficit* de caixa no INSS por motivo de uso indevido do orçamento da seguridade social, sendo R\$ 90 bilhões em função de sonegação, evasão e elisão contributiva e R\$ 35 bilhões em função de renúncias contributivas. O favorecimento de planos privados de aposentadoria, que proliferaram após a contrarreforma da previdência social, é outro caminho de desmonte, pois provoca uma privatização passiva, ao estimular a demanda ao setor privado, em detrimento do setor público. Em 2004, mais de seis milhões de brasileiros(as) já haviam se associado a planos privados, o que reduz e fragiliza a seguridade social pública.

Outras medidas de desmonte estão acontecendo intempestivamente. Uma é a reforma tributária, antecipada pela Emenda Constitucional n. 24, que abre a possibilidade para que as contribuições sobre folha de pagamento sejam substituídas por contribuições sobre o faturamento. Isso significa que a única fonte da seguridade social que não está sujeita à DRU, que é a contribuição sobre a folha de salários (não só do trabalhador, mas do empregador), pode ser substituída por outras fontes como a Cofins, o que pode provocar redução do orçamento da seguridade social, já que essa fonte está sujeita à DRU. Outra é publicação da Medida Provisória n. 258 de 16 de agosto de 2005 (aprovada no Congresso), que provoca a fusão da Receita Federal e Previdenciária e concretiza o caixa único entre orçamento fiscal e da seguridade social. Tal medida submete a aprovação e execução do orçamento da seguridade social à autorização e liberação do Ministro da Fazenda, subordinando ainda mais a Seguridade Social à austera e regressiva política fiscal em curso.

Esse quadro revela que a seguridade social brasileira, fruto das lutas e conquistas da classe trabalhadora, é espaço de fortes disputas de recurso e de poder, constituindo-se em uma arena de conflitos. A defesa e ampliação dessas conquistas e o posicionamento contrário às reformas neoliberais regressivas são desafios permanentes e condições para consolidação da seguridade social pública e universal.

Referências

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BEVERIDGE, Sir W. *O Plano Beveridge: relatório sobre o seguro social e serviços afins*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

BOSCHETTI, I. Previdência e Assistência: uma unidade de contrários na seguridade social. Universidade e Sociedade. *Revista da ANDES-SN*, Brasília, ANDES-SN, n. 22, 2000.

_____. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília: GESST/SER/UnB, 2001. (2. ed. rev. ampl. 2003)

_____. Seguridade social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 79, p. 108-132, 2004.

_____. *Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social*. Brasília: Letras Livres/Editora da UnB, 2006.

BOSCHETTI, I.; SALVADOR, E. da S. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 87, p. 25-57, 2006.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DIAS, A. T. “Nova” Questão Social e os Programas de Transferência de Renda no Brasil. 221 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social) – SER/UnB, Brasília, 2006.

FLEURY, S. A seguridade social inconclusa. In: FLEURY, S. *A era FHC e o governo Lula: transição?* Brasília: Inesc, 2004.

MARX, K. Legislação fabril. Cláusulas sanitárias e educacionais e sua generalização na Inglaterra. In: MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 1, t. II.

PEREIRA, P. A. P. *A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.

SALVADOR, E. da S.; BOSCHETTI, I.; A Reforma da Previdência Social no Brasil e os Impactos sobre o Mercado de Trabalho. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 70, p. 114-139, 2002.

SOARES, L. T. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2000.

VIANNA, M. L. T. W. A Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil. *Estratégias de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1998.

_____. Seguridade social: três mitos e uma mentira. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ANDES, n. 19, ago. 1999.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social

Marilda Villela Iamamoto

Professora da Faculdade de Serviço social da UERJ



Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social

O texto *Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social* pretende caracterizar o assistente social enquanto trabalhador assalariado e portador de um projeto profissional enraizado no processo histórico e apoiado em valores radicalmente humanos e tratar alguns dos determinantes históricos e forças sociais que explicam as metamorfoses dos espaços ocupacionais em que inserem os assistentes sociais na atualidade.

Introdução

A análise dos espaços ocupacionais do assistente social – em sua expansão e metamorfoses – requer inscrevê-los na totalidade histórica considerando as formas assumidas pelo capital no processo de revitalização da acumulação no cenário da crise mundial. Sob a hegemonia das finanças e na busca incessante da produção de super lucros, aquelas estratégias vêm incidindo radicalmente no universo do trabalho e dos direitos. As medidas para superação da crise sustentam-se no aprofundamento da exploração e expropriação dos produtores diretos, com a ampliação da extração do trabalho excedente e a expansão do monopólio da propriedade territorial, comprometendo simultaneamente recursos naturais necessários à preservação da vida e os direitos sociais e humanos das maiorias.

Essas estratégias defensivas aliadas às características históricas particulares que presidiram a revolução burguesa no Brasil (FERNANDES, 1975; IANNI, 1984, 2004) têm incidido na dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade de classes, especialmente a partir da década de noventa do século XX, alterando a forma assumida pelo Estado e a destinação do fundo público; a tecnologia e as formas de organização da produção de bens e serviços; o consumo e controle da força de trabalho e as expressões associativas da sociedade civil, entendida enquanto sociedade de classe.

A radicalização liberal em tempos de mundialização do capital reafirma o mercado como órgão regulador supremo das relações sociais e a prevalência do indivíduo produtor, impulsionando a competição e o individualismo e desarticulando formas de luta e negociação coletiva. Impulsiona-se uma intensa privatização e mercantilização da satisfação das necessidades sociais favorecendo a produção e circulação de mercadorias-capitalistas e sua realização. O bem-estar social tende a ser transferido ao foro privado dos indivíduos e famílias, dependente do trabalho voluntário ou dos rendimentos familiares dos diferentes segmentos sociais na aquisição de bens e serviços mercantis, restando ao Estado, preferencialmente, a responsabilidade no alívio da pobreza extrema. Nesse cenário, cresce o desemprego que alimenta a expansão da população excedente, ao lado da desregulamentação e informalização das relações de trabalho, com repercussões na luta salarial e na organização autônoma dos trabalhadores. Adquirem destaque políticas sociais voltadas à preservação dos mínimos vitais dos segmentos da crescente população excedente lançados ao pauperismo; e ao seu controle político, preservando o direito à sobrevivência de imensos contingentes sociais e alimentando o consenso de classe necessário à luta hegemônica.

Nesse cenário, a *questão social* e as ameaças dela decorrentes *assumem um caráter essencialmente político, cujas medidas de enfrentamento expressam projetos para a sociedade*. A ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial, radicaliza a *questão social em suas múltiplas expressões coletivas inscritas na vida dos sujeitos, densa de tensões entre consentimento e rebeldia*, o que certamente encontra-se na base da tendência de ampliação do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social na última década. Ela é indissociável da reconfiguração das estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder de classe – acompanhadas da despolitização das necessidades e lutas sociais –, às quais não estão imunes as políticas sociais públicas. O consenso de classe é alimentado pela mídia, pelas iniciativas empresariais no marco da re-estruturação produtiva e da responsabilidade social, pela ampla re-estruturação gerencial do Estado brasileiro, condensada na contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003) e correspondentes políticas

sociais. Estas passam a organizar-se mediante o crivo da privatização, focalização e descentralização, terreno onde se inscreve predominantemente o trabalho dos assistentes sociais. Verifica-se uma radical reorientação do gasto público em favor do grande capital financeiro e em detrimento da economia política do trabalho

As alterações verificadas nos espaços ocupacionais do assistente social têm raízes nesses processos sociais, historicamente datados, expressando tanto a dinâmica da acumulação, sob a prevalência de interesses rentistas, quanto a composição do poder político e a correlação de forças no seu âmbito, capturando os Estados Nacionais, com resultados regressivos no âmbito da conquista e usufruto dos direitos para o universo dos trabalhadores. Mas os espaços ocupacionais refratam ainda as particulares condições e relações de trabalho prevalentes na sociedade brasileira nesses tempos de profunda alteração da base técnica da produção com a informática, a biotecnologia, a robótica e outras inovações tecnológicas e organizacionais, que potenciam a produtividade e a intensificação do trabalho. É esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao *mercado profissional* de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições. Mas ele impõe também específicas exigências de capacitação acadêmica que permitam atribuir transparências às brumas ideológicas que encobrem os processos sociais e alimentem um direcionamento ético-político e técnico ao trabalho do assistente social capaz de impulsionar o fortalecimento da luta contra-hegemônica comprometida com o universo do trabalho.

Em outro momento (IAMAMOTO, 1992), salientei ser o espaço profissional um *produto histórico*, condicionado tanto: a) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças; b) pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional. Essa afirmativa fundava-se no reconhecimento de ser o trabalho profissional tanto resultante da história quanto dos agentes que a ele se dedicam. Se a correlação de forças entre as classes e grupos sociais cria, nas várias conjunturas, limites e possibilidades em

que o profissional pode se mover, suas respostas se forjam a partir das marcas que perfilam a profissão na sua trajetória, da capacidade de análise da realidade acumulada, de sua capacitação técnica e política em sintonia com os novos tempos. Assim o espaço profissional não pode ser tratado exclusivamente na ótica da *demandas já consolidadas socialmente, sendo necessário, a partir de um distanciamento crítico do panorama ocupacional, apropriar-se das demandas potenciais que se abrem historicamente à profissão no curso da realidade.*

Mas a diretriz a ser resgatada, e que me parece cara ao debate sobre os espaços ocupacionais, é o fato de que eles contêm elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem, abrangendo tanto os espaços ocupacionais resultantes da ação do empresariado e de segmentos específicos da sociedade civil, quanto os derivados da implementação das políticas sociais de Estado e os acionados pela direção das organizações das classes trabalhadoras, todos eles sujeitos ao impacto das tensões de classe, através de mediações específicas (Idem, p. 108-109)¹. Em síntese, importa reconhecer *o fio contraditório que percorre os fenômenos históricos e as instituições que abrigam o trabalho profissional*², *como lente privilegiada para a leitura dos espaços ocupacionais.* O pronunciamento do CFESS na *Carta de Maceió* (CFESS/CRESS, 2000) sobre a seguridade social é oportuno nessa direção, ao apreendê-la:

como um campo de lutas e de formação de consciência crítica em relação à desigualdade social no Brasil e de organização dos trabalhadores. É um terreno de embate que requer competência teórica, política e técnica; que exige uma rigorosa

¹ Portanto os elementos controladores ou contestadores da ordem presentes nos espaços ocupacionais não podem ser unilateralmente tributados sejam aos vínculos com um Estado tido como poder monolítico, suposto representante exclusivo do poder da burguesia; ou apenas aos vínculos e interesses como os movimentos sociais encarados como “expressões puras” dos interesses das classes subalternas, como se a organização das classes trabalhadoras suas propostas fossem impermeáveis à ideologia dominante. Nessa perspectiva, corre-se o perigo de ressuscitar velhos equívocos: o trabalho nas “instituições oficiais” tido como necessariamente conservador, em oposição àquele nos organismos populares vistos como necessariamente “revolucionária”.

² A ciência, a arte, a escola, o teatro, a *intelligentsia* profissional, a imprensa, todas as manifestações culturais estão hoje a serviço da sociedade burguesa, impregnados de seus princípios, de suas aspirações. Não obstante, tanto as instituições do regime burguês como o próprio desenvolvimento capitalista, de acordo com a dialética da história, são fenômenos contraditórios, armas de duplo fio: os meios de desenvolvimento do domínio da classe burguesa são simultaneamente, e em igual medida, os meios que contribuem para a superação do proletariado, estímulos para a luta operária e sua emancipação e para a abolição do domínio da burguesia (LUXEMBURGO, 1979, p. 185).

análise crítica da correlação de forças entre as classes e segmentos de classe e que força a construção de proposições que se contraponham às elites político-econômicas do país.

O desenvolvimento do texto está dividido em três partes: 1) *Assistente social, trabalhador assalariado*; 2) *A metamorfose dos espaços ocupacionais do assistente social*, 3) *Os espaços ocupacionais: exigências para sua análise*.

1 Assistente social, trabalhador assalariado

Pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social³, com base em dados em 2004 (CFESS, 2005), constata que, no nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24%, estaduais e 13,19%, federais. Assim, assistente social no Brasil é majoritariamente um *funcionário público*, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras. O segundo maior empregador são empresas privadas com 13,19% (o mesmo índice que as instituições federais), seguido do “Terceiro Setor”, com 6,81% (englobando Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações, Cooperativas, entre outras que viabilizam a chamada “responsabilidade social”).

A grande maioria dos profissionais, 77,19%, possui apenas um vínculo empregatício; 10,31% registram dois vínculos e apenas 0,76, três ou mais. A ausência de vínculos é expressiva (11,74%), indicando a não inserção no mercado de trabalho na área de Serviço Social.

³ Trata-se de pesquisa realizada pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), em maio de 2004, junto aos assistentes sociais inscritos no CRESS e com registro ativo os quais totalizavam à época um universo de 61.151 profissionais. Não trataremos aqui das particularidades regionais, cujo esclarecimento pode ser encontrado em texto, disponível *online* no *site* do CFESS. Estes são os últimos dados disponíveis, que requerem atualização, uma vez que o contingente profissional já ultrapassa a cifra dos 84 mil assistentes sociais com registro no Conselho.

O principal tipo de vínculo é o de estatutário (55,68%) prevalecente em todas as regiões. Seguem os contratos com base na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que representam 27,24%; os contratos temporários representam 9,41% e serviços prestados, 5,84%. Os demais vínculos não são significativos.

A jornada de trabalho predominante é de 40 horas, abrangendo 50,70% dos assistentes sociais, seguida da jornada de 30 horas (28,65%). A carga de mais de 40 horas ocupa o terceiro lugar.

O nível salarial, em salários mínimos, observa a seguinte ordem de maior incidência: 4 a 6 SM; 7 a 9 SM, mais de 9 SM e até 3 SM. Já a renda familiar é mais elevada que a renda profissional correspondendo a mais de 9 salários mínimos.

A qualificação dos assistentes sociais brasileiros é a seguinte: 55,34% têm graduação; 35,26% têm título de especialista; 6,49% têm mestrado; 1,24%, doutorado e 0,67%, pós-doutorado.

No que se refere à participação em atividade política, 68% não registram qualquer participação e 32% registram algum tipo de participação: em movimento da categoria de assistente social (44,89%); em movimentos sociais (32,18%), em movimento partidário (12,62%) e no movimento sindical (10,40%).

Outro dado a destacar é a presença de 30,44% de assistentes sociais nos Conselho de Direitos ou de Políticas Sociais, como profissionais e militantes de base, envolvidos no exercício democrático do acompanhamento de gestão e avaliação da política, dos planos que as orientam e dos recursos destinados à sua implementação. As maiores frequências incidem nas áreas de: assistência (35,45%), criança e adolescente (25,12%), saúde (16,67%) idoso (7,08%), direitos humanos (6,57%), mulher (4,23%), portador de deficiência (1,41%).

O perfil desse trabalhador é de uma categoria fundamentalmente feminina (97%) com a presença de apenas 3% de homens; as idades prevaletentes encontram-se nas faixas entre 35 a 44 (38%) e 25 a 34 anos (30%), ainda que 25% estejam na faixa entre 45 e 59 anos. A maioria professa a religião católica (67,65); segue-se a protestante (12,69%) e a espírita kardecista (9,83%), e 7,92% não têm qualquer religião. As demais preferências religiosas não têm incidência significativa. A maioria dos assistentes sociais se identifica como branca (72,14%) e as que se declaram pretas e negras totalizam 20,32%. Em relação à orientação sexual, 95% são heterossexual, 3%, homossexual e 2%, bissexual. A maioria (53%) é casada e 47% são solteiros.

Esse quadro sintético permite uma aproximação empírico-descritiva às condições e relações de trabalho que circunscrevem o trabalho dessa categoria profissional e aos sujeitos que a constituem.

O propósito deste segmento é indicar elementos para uma análise do trabalho do assistente social, que considere suas particularidades e focalize as tensas relações entre *projeto ético-político profissional e estatuto assalariado*, como núcleo irradiador da argumentação⁴. Ele permite atribuir visibilidade, no universo do Serviço Social brasileiro, à dupla determinação do trabalho do assistente social como trabalho concreto⁵ e trabalho abstrato⁶, dimensões indissociáveis para se pensar o trabalho na sociedade burguesa, cujo pressuposto é o reino mercantil, no qual se assenta a forma social da propriedade privada capitalista e a divisão do trabalho que lhe é correspondente.

O dilema condensado na inter-relação entre projeto profissional e estatuto assalariado significa, por um lado, a afirmação da relativa autonomia do assistente social na condução

⁴ Recupero, a seguir, extratos do livro de minha autoria: *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice* (IAMAMOTO, 2007).

⁵ Trabalho concreto, útil, é aqui utilizado no sentido de Marx, como trabalho de uma qualidade determinada que produz valores de uso voltados à satisfação de necessidades sociais de uma dada espécie.

⁶ O trabalho humano abstrato, substância do valor, é pensado na sua quantidade e medido pelo tempo: tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção (elemento histórico-social) condicionado pelo desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho.



das ações profissionais, socialmente legitimadas pela formação acadêmica de nível universitário e pelo aparato legal e organizativo que regulam o exercício de uma “profissão liberal” na sociedade (expresso na legislação pertinente e nos Conselhos Profissionais). Aquela autonomia é condicionada pelas lutas hegemônicas presentes na sociedade que alargam ou retraem as bases sociais que sustentam a direção social projetada pelo assistente social ao seu exercício, permeada por interesses de classes e grupos sociais, que incidem nas condições que circunscrevem o trabalho voltado ao atendimento de necessidades de segmentos majoritários das classes trabalhadoras.

Essas projeções coletivas da categoria, materializadas nas ações de seus pares, apoiam-se em conhecimentos teórico-metodológicos concernentes ao Serviço Social nas relações entre o Estado e a sociedade de classes nas particularidades nacionais e em princípios éticos e políticos balizadores do comportamento dos profissionais, que moldam as ações empreendidas. Em outros termos, conhecimentos e princípios éticos alimentam projeções profissionais historicamente determinadas, materializando a dimensão teleológica do trabalho do assistente social: a busca, por parte da categoria, de imprimir nortes ao seu trabalho, afirmando-se como sujeito profissional.

Por outro lado, o exercício da profissão realiza-se pela mediação do trabalho assalariado, que tem na esfera do Estado e nos organismos privados – empresariais ou não – os pilares de maior sustentação dos espaços ocupacionais desse profissional, perfilando o seu mercado de trabalho, componente essencial da profissionalização do Serviço Social. A mercantilização da força de trabalho, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional.

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são

submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. Em outros termos, repõe-se, nas particulares condições do trabalho do assistente social profissional, o clássico dilema entre *causalidade e teleologia*, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito.

Esse dilema tende a ser subjetivamente apreendido pelos profissionais de campo, ao nível da percepção cotidiana, de forma dualista, expressa no recorrente reclamo do “distanciamento entre projeções e realidade, entre teoria e prática”. Mas essa “denúncia” aponta duas questões da maior relevância: (a) a existência de um campo de mediações que necessita ser considerado para realizar o trânsito da análise da profissão ao seu exercício efetivo na diversidade dos espaços ocupacionais em que ele se inscreve; (b) a exigência de ruptura de análises unilaterais, que enfatizam um dos polos daquela tensão transversal ao trabalho do assistente social, destituindo as relações sociais de suas contradições.

Assim, um desafio é romper as unilateralidades presentes nas leituras do trabalho do assistente social com vieses ora fatalistas, ora messiânicos, tal como se constata no cotidiano profissional (IAMAMOTO, 1992). As primeiras superestimam a força e a lógica do comando do capital no processo de (re) produção, submergindo a possibilidade dos sujeitos de atribuírem direção às suas atividades. Com sinal trocado, no viés voluntarista, a tendência é silenciar ou subestimar os determinantes histórico-estruturais objetivos que atravessam o exercício de uma profissão, deslocando a ênfase para a vontade política do coletivo profissional, que passa a ser superestimada, correndo-se o risco de diluir a profissionalização na militância *stricto sensu*.

O outro desafio é participar de um empreendimento coletivo, que permita, de fato, trazer, para o centro do debate, o exercício e/ou trabalho cotidiano do assistente social, como uma questão central da agenda da pesquisa e da produção acadêmica dessa área. O esforço é atribuir transparência aos processos e formas pelos quais o trabalho do assistente



social é impregnado pela sociabilidade da sociedade do capital, elucidando sua funcionalidade e, simultaneamente, o potencial que dispõe para impulsionar a luta por direitos e a democracia em todos os poros da vida social; potencial esse derivado das contradições presentes nas relações sociais, do peso político dos interesses em jogo e do posicionamento teórico-prático dos sujeitos profissionais ante os projetos societários.

A literatura recente sobre os fundamentos do trabalho profissional⁷ vem enfatizando a *natureza qualitativa dessa atividade profissional*, enquanto ação orientada a um fim como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais (condensadas nas múltiplas expressões da *questão social*) de segmentos sociais das classes subalternas na singularidade de suas vidas: indivíduos e suas famílias, grupos com recortes específicos. Parece haver consenso de que se trata de uma atividade inscrita predominantemente *no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos* via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas – com destaque para o campo da seguridade social e, nela, da saúde e assistência – que interferem no padrão de consumo e na qualidade de vida das famílias trabalhadoras.

O exercício profissional tem sido abordado em sua dimensão de *trabalho concreto, útil*: em seu valor de uso social, como uma atividade programática e de realização que persegue finalidades e orienta-se por conhecimentos e princípios éticos, requisitando suportes materiais e conhecimentos para sua efetivação. Em outros termos, a produção recente acumulada que tem o Serviço Social como objeto de estudo centra-se, sobretudo, na qualidade desse trabalho – ou na sua *diferencialidade* – e identifica seus portadores como dotados de uma força de trabalho dotada de capacitação específica: capazes de criar um tipo trabalho concreto distinto e particular. O que não dispõe de centralidade nessa mesma literatura é a *identidade* do trabalho do assistente social com o do conjunto dos trabalhadores: enquanto trabalho abstrato, como parte alíquota do trabalho socialmente produzido. Ainda que a literatura especializada reconheça o fato de o assistente social ser um trabalhador assalariado – e, enquanto tal, vivendo uma situação comum a todos os

⁷ No conteúdo desse item, recupero elementos sobre o tema presentes em IAMAMOTO (2007).

demais assalariados –, as implicações do trabalho do assistente social no circuito do valor, isto é, da produção e distribuição do valor e da mais valia, não têm sido foco de igual atenção.

Ora, a divisão social do trabalho⁸ não se esgota na ótica do intercâmbio de trabalhos qualitativamente diferentes, que satisfazem variadas necessidades do ponto de vista do valor de uso dos produtos ou serviços trocados. No mundo dominado pelo valor de troca, o indivíduo produz para si ao produzir para a sociedade, na qual cada membro trabalha para ele em outra esfera. Ao se produzir uma mercadoria, esta deve ter um valor de uso não para quem a produz, mas para outros: é valor de troca, que só se converte em meio de subsistência para seu produtor depois de ter revestido, no dinheiro, a forma de produto universal, através do qual pode realizar-se em qualquer trabalho de outro qualitativamente distinto. Implica uma *forma específica de divisão do trabalho*, cuja condição fundamental é que os sujeitos criem produtos determinados pelo valor de troca. Trata-se da divisão de trabalho de estrutura histórica determinada, na qual o indivíduo encontra-se determinado pela sociedade.

À medida que a satisfação das necessidades sociais se torna mediada pelo mercado, isto é, pela produção, troca, e consumo das mercadorias, tem-se uma crescente divisão do trabalho social. Esta pode ser considerada nas suas formas gerais (no mercado mundial, por grupos de países, no interior de um país, entre agricultura e indústria, cidade e campo), passando pelas formas singulares e particulares dentro de ramos de produção, até a divisão do trabalho no interior das empresas. Essa divisão determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas, tão logo o trabalho assume um caráter social, executado pela sociedade e através dela. Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho sob a égide do capital, o processo de trabalho passa a ser realizado sob a forma de cooperação de muitos trabalhadores e meios de trabalho, verificando-se, ao mesmo tempo, um parcelamento das atividades necessárias à realização de um produto, sem precedentes em épocas anteriores.

⁸ Retomo algumas poucas indicações constantes em IAMAMOTO (1992, p. 54-75).



O grau de desenvolvimento da divisão do trabalho expressa o grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho. Com a divisão dá-se, ao mesmo tempo, a distribuição quantitativa e qualitativa do trabalho e dos produtos, isto é, da propriedade – do poder de dispor do trabalho de outro. A divisão do trabalho e a propriedade são expressões idênticas: o que a primeira enuncia em relação à atividade do homem, a segunda enuncia em relação ao produto dessa atividade. Assim, a cada fase da divisão do trabalho corresponde uma forma de propriedade, ou a cada estágio do desenvolvimento das forças produtivas corresponde uma forma de apropriação do trabalho (MARX e ENGELS, 1977). Na sociedade capitalista e na forma de propriedade privada que lhe corresponde, o trabalho humano é expressão da atividade humana num contexto de alienação e a divisão do trabalho é a expressão econômica do caráter social do trabalho dentro da alienação.

O desenvolvimento da divisão do trabalho torna o trabalho do indivíduo tão unilateral quanto multilaterais são suas necessidades, fazendo com que seu produto sirva-lhe apenas enquanto meio de troca, visto que o trabalho não é diretamente social. Exige-se, portanto, que o produto do trabalho de qualidade determinada seja simultaneamente produto universal, trocável por qualquer outro. Vale reafirmar que somente na sociedade mercantil o trabalho dos indivíduos apresenta-se ao contrário do que é: como um trabalho carente de individualidade, na sua forma geral. (MARX, 1980, v. I); ou seja, enquanto valor. Logo, a objetividade dos produtos como valores é puramente social – não importando sua forma corpórea –, só passível de ser revelada na relação com outras mercadorias, o que supõe abstrair-se da forma concreta que assumem. Nesse circuito, pouco interessa se existem ou não marcas deixadas pelo trabalho concreto, do qual a mercadoria é resultante (ainda que ela tenha que ter uma utilidade social para ser suporte do valor de troca): se o produto é mercadoria – dotada de uma realidade corpórea – ou serviço – que não assume uma configuração objetiva e uma existência separada do seu prestador –, uma vez que tais determinações referem-se ao valor de uso.



Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária, expresso no preço de sua força de trabalho, o salário ou proventos. É preciso lembrar que, no circuito do valor, o produto que todo assalariado produz para si é o equivalente aos seus meios de vida: o valor de troca de sua força de trabalho expresso no dinheiro, forma de equivalente geral, no qual se manifesta o valor de todas as demais mercadorias de qualidades diferentes, permitindo o seu intercâmbio.

Em decorrência, o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: (a) enquanto trabalho concreto atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências e da tecnologia; (b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato – mero coágulo de tempo de trabalho social médio –, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social.

O assistente social é proprietário de sua força de trabalho especializada. Ela é produto da formação universitária que o capacita a realizar um “trabalho complexo”, nos termos de Marx (1985). Essa mercadoria força de trabalho é uma potência, que só se transforma em atividade – em trabalho – quando aliada aos meios necessários à sua realização, grande parte dos quais se encontra monopolizado pelos empregadores: recursos financeiros, materiais e humanos necessários à realização desse trabalho concreto, que supõe programas, projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais.

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais/ empresariais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. Também a relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho – as múltiplas expressões da *questão social*, tal como se expressam na vida

dos sujeitos com os quais trabalha – depende do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas.

Como se pode observar, existe uma ingerência direta, de parte dos empregadores, na definição do trabalho profissional, na contramão de sua integral autonomia. Entretanto, os componentes universais envolvidos na realização de todo trabalho, qualquer que seja a sua natureza – meios, objeto e o próprio trabalho –, também se repõem no trabalho do assistente social, ainda que sob condições determinadas.

Na compra e venda da força de trabalho, o trabalhador recebe o valor de troca dessa mercadoria – traduzido no equivalente monetário de seu tempo de trabalho socialmente necessário (tempo de trabalho que é efetivamente remunerado) – e entrega ao empregador o seu valor de uso: o direito de consumo dessa força de trabalho durante um período determinado de tempo, equivalente a uma dada jornada de trabalho, segundo parâmetros estabelecidos pelos contratantes, consoante normas institucionais e acordos formalizados no contrato de trabalho. Ou seja, durante o período em que trabalha, sua atividade é socialmente apropriada por outro: o sujeito que trabalha não tem o poder de livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar todos os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções, o que é comumente denunciado como o “peso do poder institucional”. Simultaneamente, o assistente social tem como base social de sustentação de sua relativa autonomia – e com ela a possibilidade de redirecionar o seu trabalho para rumos sociais distintos daqueles esperados pelos seus empregadores – o próprio caráter contraditório das relações sociais. Ou seja, nelas se encontram interesses sociais e antagônicos que se refratam no terreno institucional enquanto forças sociopolíticas em luta pela hegemonia e que podem ancorar politicamente o trabalho realizado. As necessidades e as aspirações dos segmentos subalternos, a quem o trabalho do assistente social se dirige predominantemente, podem potencializar e legitimar os rumos impressos ao mesmo, na contramão das definições “oficiais”. Na defesa de sua relativa autonomia, no âmbito dos espaços ocupacionais, esse profissional conta, a seu favor, com sua qualificação acadêmico-profissional especializada, com a regulamentação de



funções privativas e competências e com a articulação com outros agentes institucionais que participam do mesmo trabalho cooperativo, além das forças políticas das organizações dos trabalhadores que aí incidem.

Na direção de expansão das margens de autonomia profissional no mercado de trabalho, é fundamental o respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que a orientam, competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias à sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado.

A relação contratual supõe equivalência entre compra e venda de mercadorias do mesmo valor e exige um conjunto de códigos que formalizam e institucionalizam as relações de propriedade inerentes às relações de produção que dão vida a essa sociedade. É a relação de equivalência envolvida nas trocas mercantis que funda a ideia de equivalência jurídica. Ou em outros termos, a *forma jurídica* – inerente à relação contratual entre livres proprietários privados de mercadorias equivalentes – só se constitui quando as relações mercantis se generalizam.

Considerando os acordos previstos no contrato de trabalho e a bagagem acadêmico-profissional do assistente social, o que determina o cotidiano das ações profissionais são as condições sociais que circunscrevem esse trabalho e relações sociais por meio dos quais ele se realiza estabelecidas com: o Estado (ou mais precisamente o bloco de poder que o controla); os empresários; os segmentos da sociedade civil à frente das “entidades privadas sem fins lucrativos” e as organizações e movimentos dos trabalhadores. Essas diferentes relações por meio das quais se realiza o trabalho interferem no seu direcionamento consoante os propósitos sociais desses segmentos sociais, nas atribuições delegadas, nos recursos autorizados e repercutem no próprio conteúdo e na qualidade do trabalho



realizado. Soma-se a isso a necessidade de cumprimento de requisitos de produtividade, eficiência, além das pressões de prazos e das rotinas a serem observadas, ainda que os agentes profissionais possam nelas interferir em razão de sua competência e da força política que disponham. A possibilidade de ampliação da relativa autonomia do assistente social é sensível às pressões de parte dos cidadãos por direitos e serviços correspondentes e às lutas coletivas empreendidas pelo controle democrático das ações do Estado e, em particular, das políticas sociais públicas.

Verifica-se, pois, uma *tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho*. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos.

Os dilemas da alienação, indissociáveis do trabalho assalariado, incidem no trabalho do assistente social com matizes distintos nos vários espaços ocupacionais, dependendo das relações sociais que os configuram e ecoam na concretização da autonomia profissional. Ainda que as características do trabalho concreto exercido por esse profissional sejam as mesmas nos vários espaços de trabalho – traduzidas nas competências e atribuições profissionais, sujeitas à fiscalização dos Conselhos Profissionais e legalmente resguardadas –, a organização dos processos de trabalho e/ou das funções públicas em que se inscrevem os assistentes sociais têm significados particulares: na esfera do Estado – e nos seus respectivos Poderes (no nível federal, estadual e municipal) –, nas empresas capitalistas, nas entidades filantrópicas e/ou sem fins lucrativos e nos organismos de representação político-corporativos de segmentos específicos de trabalhadores que, eventualmente, figuram como empregadores de profissionais especializados. Quando a preocupação é

elucidar o significado social desse trabalho no processo de reprodução das relações sociais, é decisivo considerar as particulares condições e relações sociais que emolduram o trabalho profissional para clarificar seus efeitos nos processos sóciopolíticos e culturais e no circuito global de (re) produção do capital.

Como vimos, o Estado tem sido historicamente o maior empregador dos assistentes sociais, atribuindo uma característica de servidor público a esse profissional. Um dos elementos que incide sobre o trabalho realizado no âmbito do aparelho de Estado é a burocracia. Fortes marcas do *saber burocrático* espriam-se na cultura das repartições públicas e de seus agentes e impregnam os profissionais que aí atuam. Lefebvre (1979, p. 104-107) sustenta que o saber burocrático, ao erigir a burocracia em critério de verdade, esforça-se por se constituir como um “saber sistemático”, manifesto no segredo e na competência das repartições públicas e, em geral, dos peritos que aí se encontram.

A divisão capitalista do trabalho e as relações sociais dela derivadas, assentadas na propriedade privada, atribuem à burocracia sua base, qual seja, a *separação entre os interesses particulares e o interesse geral*: cisão no interior do humano entre o privado e o público. No tratamento burocrático dos homens e das coisas – que envolve atos, poderes e vontades –, os seres reais são tratados de *modo invertido*, ou seja, não como são na realidade, mas de acordo com sua imagem no mundo da burocracia. Assim, a racionalidade burocrática adquire uma significação contrária à que se autoproclama – portadora do interesse geral, de toda a sociedade – e se revela como irrealidade de um mundo invertido⁹.

O espírito da burocracia é o segredo de sua competência, guardada pela hierarquia, pelo caráter fechado da corporação burocrática. O princípio efetivo da burocracia é o *culto à*

⁹ “Justamente porque os indivíduos procuram apenas o interesse particular, que para eles não coincide com o seu interesse coletivo (o geral é, de fato, a forma ilusória de coletividade) este interesse comum faz-se valer como um interesse ‘estranho’ aos indivíduos, ‘independente’ deles, como um interesse ‘geral’ especial e peculiar; ou têm que se enfrentar com este conflito, tal como na democracia. Por outro lado, a luta *prática* destes interesses particulares, que constantemente e de modo *real* chocam-se com os interesses coletivos e ilusoriamente tidos como coletivos, torna necessários o controle e a intervenção *prática* através do ilusório interesse geral como Estado” (MARX, K.; ENGELS, F. 1977, p. 47).

autoridade, que constitui a mentalidade burocrática por excelência, em contradição com o sistema de saber. A representação idealizada das altas esferas se materializa no reclamo à sórdida obediência passiva aos mecanismos da atividade fixada em formas e rotinas (LEFEBVRE, 1979)¹⁰. Esse *ethos* da burocracia impregna também a atuação dos profissionais de Serviço Social. A reiteração de procedimentos profissionais rotineiros e burocráticos na relação com os sujeitos pode resultar na invasão de um estranho no seu ambiente privado, muitas vezes aliado a uma atitude de tolerância com a violência que tem lugar nos aparatos burocráticos do Estado. Assim faz-se necessário estimular a criação de mecanismos passíveis de desburocratizar as relações com os sujeitos que reivindicam direitos e serviços, melhorando a qualidade do atendimento.

Os assistentes sociais dispõem de um manancial de denúncias sobre violação dos direitos humanos e sociais e, desde que não firam as prescrições éticas do sigilo profissional, podem ser difundidas e repassadas aos órgãos de representação e meios de comunicação, atribuindo-lhes visibilidade pública na defesa dos direitos. Ao nível do trabalho concreto realizado na esfera do Estado, merece atenção a socialização das informações enquanto uma das atividades profissionais exercidas pelo assistente social. Ela não se reduz ao mero repasse de dados sobre as normas e recursos legais; é uma informação transmitida na ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrossocial de que eles são parte e expressão. A socialização de informações, nos termos expostos, envolve uma relação democrática e aberta à reflexão e à crítica entre o assistente social e os sujeitos que demandam seus direitos (e serviços a eles

¹⁰ Vazquez (1968), na apresentação da obra de Marx, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, considera que para Marx, a burocracia, longe de assegurar o interesse geral, introduz o interesse particular na esfera mesma do Estado. A burocracia, ainda que se identifique formalmente com os fins do Estado, na realidade não faz mais que identificar os fins do Estado com os seus próprios, assumindo-o como sua propriedade privada. Assim, tem que excluir tudo o que implica controle e publicidade. Por isto, “o espírito geral da burocracia é o segredo, os mistérios do Estado, guardados em seu seio pela hierarquia, e para fora, por seu caráter de corporação fechada. O espírito do Estado, ao ser conhecido por todos, como também a opinião pública aparecem ante a burocracia como uma traição ao seu mistério. A autoridade é, em conseqüência, o princípio da sua sabedoria e a idolatria da autoridade constitui seu sentimento” (MARX apud VAZQUEZ, 1968, p. 8).



correspondentes) sem ofuscar os distintos papéis que desempenham na relação¹¹. Por meio da socialização de informações, procura-se tornar transparente ao sujeito que busca os serviços as reais implicações de suas demandas – para além das aparências e dos dados imediatos –, assim como os meios e condições de ter acesso aos direitos. Nesse sentido, essa atividade extrapola uma abordagem com um foco exclusivamente individual – ainda que, por vezes, realizada junto ao um único indivíduo – à medida que considera a realidade dos sujeitos como parte de uma coletividade. Impulsiona, assim, também, a integração de recursos sociais que forneçam uma retaguarda aos encaminhamentos sociais e a articulação do trabalho com as forças organizadas da sociedade civil, abrindo canais para a articulação do indivíduo com grupos e/ou entidades de representação, capazes de afirmar e negociar interesses comuns na esfera pública.

O assistente social, ao atuar na intermediação entre as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais, coloca-se na linha de intersecção das esferas pública e privada, como um dos agentes pelo qual o Estado intervém no espaço doméstico dos conflitos, presentes no cotidiano das relações sociais. Tem-se aí uma dupla possibilidade. De um lado, a atuação do(a) assistente social pode representar uma “invasão da privacidade” através de condutas autoritárias e burocráticas, como extensão do braço coercitivo do Estado (ou da empresa). De outro lado, ao desvelar a vida dos indivíduos, pode, em contrapartida, abrir possibilidades para o acesso das famílias a recursos e serviços, além de acumular um conjunto de informações sobre as expressões contemporâneas da *questão social* pela via do estudo social. Considerando que o assistente social atua numa zona de fronteira entre o público e o privado, a contribuição de Raichelis (1998) sobre o significado da esfera pública merece menção. Para a autora, a esfera pública é um

[...] espaço de publicização de interesses heterogêneos, de confrontos de práticas sociais contraditórias e de luta pela hegemonia político-cultural em torno de projetos societários. Assim concebida, a esfera pública envolve necessariamente a

¹¹ Confira sobre o tema o importante trabalho realizado pelos assistentes sociais do MPAS -INSS: *Matriz teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social*. Brasília, Divisão de Serviço Social, 1994. 32 p. Ver, também, SILVA (2000).



organização de segmentos da sociedade civil ante projetos políticos e, portanto, a representação de interesses coletivos de grupos e classes sociais contrapostos. (RAICHELIS, 1998, p. 82).

Nessa acepção, o processo de publicização é um movimento que impregna todo o tecido social, que depende da correlação de forças políticas e “permite tornar visíveis os conflitos e viabilizar consensos” (RAICHELIS, 1998, p. 27). Ele está voltado à criação de uma ordem democrática que envolve a representação dos interesses coletivos na cena pública, de modo que possam ser confrontados e negociados, reconhecendo e explicitando os conflitos presentes nas relações sociais capitalistas.

2 A metamorfose dos espaços ocupacionais do assistente social

As estratégias para responder à *questão social* têm sido tensionadas por projetos partidários e político-institucionais distintos, que presidem a estruturação legal e a implementação das políticas sociais públicas desde o final dos anos oitenta, e convivem em luta no seu interior. Vive-se uma tensão entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com claras implicações nas condições e relações de trabalho do assistente social (OLIVEIRA; SALLES, 1998; BRAVO, 1996; PEREIRA, 1998).

A primeira proposta que norteia os princípios da seguridade social na Carta Constitucional de 1988 aposta no avanço da democracia, fundada na participação e do controle popular; na universalização dos direitos e, em consequência, da cobertura e do atendimento das políticas sociais; na garantia da gratuidade no acesso aos serviços; na integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da igualdade. Pensar a defesa dos direitos requer afirmar a primazia do Estado – enquanto instância fundamental à sua universalização – na condução das políticas públicas, o respeito ao pacto federativo, estimulando a descentralização do poder e o impulso ao processo de democratização das políticas sociais no atendimento às necessidades das maiorias. Ela

implica partilha e deslocamento de poder (e dos recursos orçamentários), combinando instrumentos de democracia representativa e democracia direta, o que ressalta a importância dos espaços públicos de representação e negociação respaldados em bases efetivas e organizadas. Supõe, portanto, politizar a participação, considerando a gestão como arena de interesses que devem ser reconhecidos e negociados.

Essa primeira proposta político-institucional de resposta à *questão social* é tensionada por outra proposta de inspiração neoliberal, parte das políticas de ajuste recomendadas pelos organismos internacionais, comprometidas com a lógica financeira do grande capital internacional, que capturam o Estado nacional num contexto de crise e de fragilização do processo de organização dos trabalhadores. Ela se materializa, a partir de meados dos anos noventa, na profunda re-estruturação do aparelho de Estado, conforme diretrizes estabelecidas pelo *Plano Diretor do Estado*, do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE)¹², atropelando, no processo de sua regulamentação legal, as normas constitucionais relativas aos direitos sociais, o que atinge profundamente a seguridade social. Essa regulamentação ratifica a subordinação dos direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica e *subverte o preceito constitucional*.

Segundo a ótica oficial, verifica-se um esgotamento da “estratégia estatizante”, afirmando-se a necessidade de ultrapassar a administração pública tradicional, centralizada e burocrática. Considera-se que o Estado deva deslocar-se da linha de frente do desenvolvimento econômico e social e permanecer na retaguarda, na condição de promotor e regulador desse desenvolvimento. Observa-se uma clara tendência de deslocamento das

¹² Cf. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO (MARE). *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília (DF) dezembro de 1995. Os decretos presidenciais n. 2847 e n. 2848, de 02/02/98 regulamentam, respectivamente, medidas de sua organização, processos de qualificação e desqualificação de instituições como *agências executivas* e definem medidas de sua organização administrativa ampliando a autonomia de gestão das instituições assim qualificadas. Opera-se a transformação das fundações públicas em *organizações sociais*, ou seja, entidades de direito privado sem fins lucrativos, que tenham autorização específica do Poder Legislativo para celebrar contratos de gestão com o Poder Executivo e assim ter direito à dotação orçamentária. Ver MARE/ Secretaria de Reforma do Estado. *Projeto de Organizações Sociais*. Brasília, abril de 1996; NUNES, M. A. *Agências Autônomas*. Projeto de Reforma Administrativa das Autarquias e Fundações Federais do Setor de Atividades Exclusivas do Estado. MARE/ Fundação Nacional de Administração Pública, jun. 1996.

ações governamentais públicas – de abrangência universal – no trato das necessidades sociais em favor de sua privatização, instituindo critérios de seletividade no atendimento aos direitos sociais.

Um exemplo atual encontra-se na difusão das “Redes de Parcerias Social” e nos “Fundos de Solidariedade” na contramare de toda a legislação que considera a assistência social como direito não contributivo do cidadão, assegurado pelo Estado. Na contracorrente dos direitos sociais, essas iniciativas potenciam tradicionais marcas da assistência social no Brasil: clientelismo, fragmentação institucional ausência de mecanismos de participação e controle popular, opacidade entre o público e o privado etc. Alguns governos estaduais vêm orientando recursos destinados à Política de Assistência Social, previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ou nos Fundos da Criança e do Adolescente, criados a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para as “Redes”. Por esse meio, a gestão governamental articula-se à iniciativa privada e a organizações do chamado “Terceiro Setor”, como um “novo modelo de gestão da área social”. Institui-se uma Fundação privada que administra o Fundo para o qual são dirigidas doações, que empresas e organizações sociais destinam a projetos sociais. Sob a liderança de uma “entidade âncora” – que consegue captar recursos e incentivos fiscais para um projeto social por ela proposto – e em articulação com “entidades parceiras”, passam a atuar em diferentes municípios sem passar pela sanção das instâncias locais deliberativas e de controle social, minando o caráter público da assistência social em favor de sua privatização. O CFESS fez importante pronunciamento sobre os fundos de solidariedade e a refilantropização da Política de Assistência Social¹³ (CFESS, 2009).

Essa tendência de deslocamento da satisfação de necessidades da esfera pública para esfera privada ocorre em detrimento das lutas e de conquistas sociais e políticas extensivas a todos. É exatamente o legado de direitos conquistados nos últimos séculos que está sendo desmontado nos governos de orientação neoliberal, em uma nítida regressão da cidadania

¹³ Para maior detalhamento da questão, recomendo a leitura *do CFESS Manifesta*, de 1 de setembro de 2009: *Fundos de Solidariedade e Refilantropização da Política de Assistência Social*, disponível no site do CFESS.

que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política, erodindo a cidadania social. Transfere-se, para distintos segmentos da sociedade civil, significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, entre as quais os assistentes sociais.

Esse processo se expressa em uma dupla via: de um lado, na transferência de responsabilidades governamentais para “organizações sociais” e “organizações da sociedade civil de interesse público” e, de outro lado, em uma crescente mercadorização do atendimento às necessidades sociais.

No Brasil, é da maior importância o trabalho que vem sendo realizado por assistentes sociais especialmente na esfera da *seguridade social*: nos processos de sua elaboração, gestão monitoramento e avaliação, nos diferentes níveis da federação. Destaca-se, ainda, a atuação dos assistentes sociais junto aos Conselhos de Políticas – com saliência para os Conselhos de Saúde e de Assistência Social nos níveis nacional, estadual e municipal. Somam-se os Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, responsáveis pela formulação de políticas públicas para a criança e o adolescente, para a terceira idade e pessoas portadoras de necessidades especiais.

Behring e Boschetti (2006, p. 179) informam existir, em 2006, 17 *Conselhos Nacionais de política social* que se desdobram nos níveis estaduais e municipais, nas áreas de: educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social¹⁴, segurança alimentar, cidades, desenvolvimento rural; por *representação de segmentos sociais*, como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, negros; e *Conselhos organizados por interesses temáticos*, a exemplo de execuções penais, comunidades e questões penitenciárias. Numa Federação constituída de 26 estados e 5.563 municípios, o governo federal registra a existência de mais de 20 mil conselhos no país, segundo a mesma fonte.

¹⁴ Segundo dados do então Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) / Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS), “dos 5560 municípios brasileiros existentes em dezembro de 2002, já se encontravam em gestão municipal 4668. Isto significar dizer que 84% já tinham conselhos criados e em funcionamento, já possuíam o fundo e o plano de assistência social aprovado pelo CNAS” (BOSCHETTI, 2003, p. 168).

Os Conselhos, perfilando uma nova institucionalidade nas ações públicas, são instâncias em que se refratam interesses contraditórios e, portanto, *espaços de lutas e disputas políticas*. Por um lado, eles dispõem de potencial para fazer avançar o processo de democratização das políticas sociais públicas. Permitem atribuir maior visibilidade às ações e saturar as políticas públicas das necessidades de diferentes segmentos organizados da sociedade civil, em especial os movimentos das classes trabalhadoras. Por outro lado, são espaços que podem ser capturados por aqueles que apostam na reiteração do conservantismo político, fazendo vicejar as tradicionais práticas clientelistas, o cultivo do favor e da apropriação privada da coisa pública segundo interesses particularistas, que tradicionalmente impregnaram cultura política brasileira e, em especial, as instâncias de poder na esfera municipal. Esvazia-se, assim, o potencial de representação que dispõem os Conselhos, reduzidos a mecanismos formais de uma democracia procedimental (COUTINHO, 2006; BEHRING e BOSCHETTI, 2006).

É necessário ter a clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida *a priori*. Mas eles podem, como sugere Raichellis (2006, p. 73), abrigar experiências coletivas que estimulem a partilha de poder e a intervenção de diversos sujeitos (representantes do governo, da sociedade civil, dos trabalhadores e dos usuários das políticas), em processos políticos decisórios, estimulando a interlocução pública nas relações políticas entre governos e cidadãos. E impulsionar a “construção de esferas públicas autônomas e democráticas no campo das decisões políticas”, que propiciem o controle socializado das ações e deliberações de governo.

Ocupar esses espaços coletivos adquire maior importância quando o bloco do poder passa a difundir e empreender *o trabalho comunitário sob a sua direção*, tendo no *voluntariado* um especial protagonista. Isso representa uma vigorosa ofensiva ideológica na construção e/ou consolidação da hegemonia das classes dominantes em contexto econômico adverso, que passa a requisitar ampla investida ideológica e política para assegurar a direção intelectual e moral de seu projeto de classe em nome de toda a sociedade, ampliando suas bases de sustentação e legitimidade.

O propósito tem sido o de promover uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada, para contribuir na definição de propostas e estratégias comuns ao campo democrático (BRAVO, 2006; RAICHELLIS, 1998, 2006). Assim, é fundamental *estimular inserções sociais que conttenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública*. Essa proposta requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e à necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. O maior desafio, com que atestam os analistas especializados, tem sido a representação dos usuários nos Conselhos, o que supõe o fortalecimento das representações ante suas respectivas bases.

Nesse sentido, é necessário reassumir os trabalhos de base – de educação, mobilização e organização popular –, organicamente integrados aos movimentos sociais e às instâncias de organização política dos segmentos e grupos sociais subalternos, o que parece ter sido parcialmente submerso do debate profissional ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos massivos de organização sindical e social, a partir da década de noventa¹⁵.

Nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social, é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho – e correspondentes expressões culturais – dos segmentos populacionais atendidos, criando um acervo de dados sobre os sujeitos e as expressões da *questão social* que as vivenciam. O conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais poderá alimentar ações inovadoras, capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados, alvos das ações institucionais. Esse conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática para além das mistificações difundidas pela prática social em geral e particularmente pela mídia. Isso requer, também, estratégias técnicas e políticas no campo da comunicação social – no emprego da linguagem escrita, oral e midiática –, para

¹⁵ Cardoso (1995), Abreu (2002) e Silva, M. O. S (1995) são partes de um grupo de intelectuais que vêm mantendo vivo este debate no interior do projeto profissional de ruptura como o conservadorismo.

o desencadeamento de ações coletivas que viabilizem propostas profissionais para além das demandas instituídas.

O debate ocorrido no *II Encontro de Serviço Social e Seguridade Social*, realizado na cidade de Porto Alegre (1999), sustentava ser o orçamento público é a *caixa preta* da seguridade social, indissociável de sua relação com as políticas econômicas e financeiras¹⁶. A elaboração e interpretação dos orçamentos passam a orientar-se conforme parâmetros empresariais de custo/benefício, eficácia/inoperância, produtividade/rentabilidade, subordinando as respostas às necessidades sociais à racionalidade/irracionalidade do capital camuflada na mecânica técnica do orçamento público, predominantemente orientado para responder às políticas macroeconômicas.

As análises oficiais reconhecem que a tendência à ruptura da dimensão universal das políticas sociais – e a sua focalização na pobreza – contribui para a redução das necessidades de financiamento do gasto social público, o que se mostra coerente “com a estratégia mais geral de contenção fiscal do governo diante das transformações auto-impostas pela primazia da estabilização monetária sobre qualquer outra política econômica” (IPEA, 2007, p. 10).

Contra qualquer tendência redistributiva mais justa e progressiva, a vigente estrutura tributária e o padrão fiscal do gasto público federal oneram proporcionalmente mais os setores econômicos de base industrial e comercial, em favorecimento relativo dos setores de base financeira e de serviços (setores de entretenimento e de serviços tecnológicos e de comunicação). Ele impulsiona a “perversidade da imensa transferência de renda que está se processando no Brasil, dos setores produtivos para os financeiros e das classes trabalhadoras para as classes rentistas” (IPEA, 2007, p. 11). E a carga tributária cresce mais do que as contribuições fiscais para os gastos sociais e para investimentos diretos – ou seja, pagam-se mais impostos e são reduzidos os gastos sociais e os estímulos a investimentos

¹⁶ Um balanço do financiamento da seguridade social no Brasil na última década pode ser encontrada em: IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. (1995-2005) Edição especial 13. Brasília: IPEA, 2007.

produtivos –, o que se explica pelo peso *enorme da dívida pública*.

Com isso, tem-se uma situação de explícita transferência de renda do lado real da economia para o lado financeiro que, além de não oferecer contrapartidas suficientes em termos de ampliação de créditos ou valorização do mercado de capitais, *tende a ser mais grave quanto maior o superávit primário, supostamente destinado a demonstrar capacidade de pagamento do país frente aos seus credores, nacionais e estrangeiros* (IPEA, 2007, p. 11, Grifos nossos).

Após 1999, uma parcela dos gastos públicos previstos para as políticas sociais passa a ser canalizada para a geração de elevados e crescentes superávits primários, tendo em vista o refinanciamento da dívida pública e a “sensação de credibilidade e de governabilidade” em prol da estabilização monetária. Essa tem sido a tônica das propostas sobre a desvinculação do salário mínimo como indexador dos benefícios da Previdência Social e da Assistência Social e da desvinculação das contribuições sociais e demais impostos que compõem a política social (IPEA, 2007, p. 23). As fontes do orçamento da seguridade social incluem, além das contribuições de empregadores e trabalhadores ao INSS e da contribuição do serviço público, os tributos vinculados à seguridade (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS); Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); Contribuição sobre o Lucro de Pessoas Jurídicas (CSLLP); parcela das contribuições do programa PIS/ PASEP e Fundos de Pobreza).

Como registra o IPEA (2007, P.13), a estrutura de financiamento das políticas de previdência social, assistência social, saúde pública e seguro desemprego tornou-se, ao longo do período de 1995-2005, quase que exclusivamente dependente das contribuições de empregadores e de empregados ao *Instituto Nacional de Seguridade Social*. A participação de outros tributos não vinculados explicitamente ao financiamento desse sistema caiu de 34,7% para 7,4% entre 1995 e 2005. Entretanto, que pese esta queda, as fontes financeiras remanescentes conseguiram responder, com certa folga, às necessidades globais de financiamento dessas políticas, considerando-se o escopo jurídico da seguridade social. Em outros termos, a seguridade social não tem sido deficitária, considerando-se o

seu orçamento, tal como constitucionalmente definido. O que se apresenta como “explosivo déficit da previdência” – política esta que é o núcleo central do sistema brasileiro de proteção social, tanto em termos de cobertura como de recursos financeiros envolvidos – decorre da desvinculação de recursos desse orçamento¹⁷ realizada pela União para compor sua estratégia de *superávit fiscal primário*, a partir de 1999, por força dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em decorrência da dívida pública. Essa estratégia está voltada a dar “segurança” de seus credores, sendo os recursos canalizados para a amortização da dívida pública, dos seus juros e encargos. Também se constata nos estudos técnicos oficiais a denúncia quanto à mistificação operada pelo discurso que afirma o “déficit da Previdência”, explicitando tratar-se de uma estratégia de favorecimento do capital financeiro em detrimento da garantia dos direitos sociais consagrados pela Constituição de 1988, apesar das resistências dos movimentos sociais e de parcela de representantes políticos comprometidos com a afirmação dos direitos de cidadania e com os avanços na cobertura e nos benefícios, nas diversas áreas da política social brasileira.

A carga tributária no país, além de elevada, é *regressiva*. Boschetti e Salvador (2006, p. 31) informam que “a carga tributária saltou de 29% do PIB para 36% do PIB de 1994 a 2003, sendo muito mais alta que a de muitos países centrais”. O seu caráter regressivo se expressa no fato de que a arrecadação tem incidência proporcionalmente maior sobre as menores rendas, penalizando os contribuintes de menor poder aquisitivo. Prevalecem os *tributos indiretos*, isto é, incidentes sobre a produção e consumo de bens e serviços em favor da menor tributação sobre a renda e a propriedade (tributos diretos), favorecendo a sua concentração. As empresas praticam o repasse integral dos custos das contribuições sociais aos preços das mercadorias, transferindo seus custos sociais para os assalariados e consumidores em geral. Como indicam Boschetti e Salvador (2006, p. 32), 49,8% da carga tributária proveem de tributos que incidem sobre bens e serviços, e apenas 21%, sobre a renda. E a arrecadação sobre o patrimônio é insignificante, não chegando a 3% do Produto Interno Bruto (PIB), em 2006, apesar da enorme concentração de terra no país. Já os

¹⁷ A desvinculação de recursos é realizada via: Fundo Social de Emergência (FSE), Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e Desvinculação das Receitas da União (DRU). Esta última criada em 1994/1995, e prorrogada no Governo Lula até 2007, garante desvinculação de 20% da arrecadação de impostos e contribuições.

tributos sobre bens e serviços (consumo) equivalem, em 2005, a 20,8% do PIB.

No escopo da pesquisa na área de Serviço Social, desde 1999, registram-se importantes estudos sobre o financiamento da seguridade social (a exemplo de: PAIVA; ROCHA, 2001; BOSCHETTI, 2003; BEHRING, 2003; BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Outro elemento que merece destaque, no ordenamento político-institucional vigente da política social, é o aumento da participação não governamental na sua implementação, com a presença do “terceiro setor”¹⁸. Na interpretação governamental, ele é tido como distinto do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor), considerado como um setor “não governamental”, “não lucrativo” e voltado ao desenvolvimento social, que daria origem a uma “esfera pública não estatal”, constituída por “organizações da sociedade civil de interesse público”. No marco legal do terceiro setor no Brasil, são incluídas *entidades de natureza as mais variadas*, que estabelecem um termo de *parceria* entre entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (pública ou privada). Engloba, sob o mesmo título, as tradicionais *instituições filantrópicas, o voluntariado e organizações não governamentais* –desde aquelas combativas que emergiram no campo dos movimentos sociais, àquelas com filiações político-ideológicas as mais distintas, além da denominada “*filantropia empresarial*”. Chama atenção a *tendência de estabelecer uma identidade entre terceiro setor e sociedade civil*, cuja polissemia é patente. A sociedade civil é reduzida a um conjunto de organizações – as chamadas *entidades civis sem fins lucrativos* –, sendo dela excluídos os órgãos de representação política, como sindicatos e partidos, dentro de um amplo processo de despolitização. A sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e “complementares”, destituída de conflitos e tensões de classe, onde prevaleceriam os *laços de solidariedade*. Salienta-se a *coesão social e um forte apelo moral ao “bem comum”*, discurso esse que corre paralelo à reprodução ampliada das desigualdades, da pobreza e violência. Estas tendem a ser naturalizadas e o horizonte é a redução de seus índices mais alarmantes.

¹⁸ Para um aprofundamento sobre o tema, conferir, entre outros: MONTAÑO, C. *Terceiro setor e a questão social*. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.



A universalidade do acesso aos programas e projetos sociais abertos a todos os cidadãos só é possível no âmbito do Estado, ainda que não dependam apenas do Estado. Sendo um Estado de classe, expressa a sociedade politicamente organizada e condensa um campo de lutas e compromissos em que a sociedade civil joga com um papel decisivo para democratizá-lo e controlá-lo. Ao mesmo tempo, é necessário que o Estado se expanda para a sociedade de modo a fazer prevalecer interesses mais coletivos e compartilhados, o que depende da luta entre as forças sociais.

Os projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica central que os diferenciam: não se movem pelo interesse público, e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores. Portanto, ainda que o trabalho concreto do assistente social seja idêntico – no seu conteúdo útil e formas de processamento –, o sentido e resultados sociais desses trabalhos são inteiramente distintos, visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência.

Constata-se uma *progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais*, decorrente da privatização das políticas sociais. Nesse quadro, os serviços sociais deixam de expressar direitos, metamorfoseando-se em atividade de *outra natureza*, inscrita no circuito de compra e venda de mercadorias. Estas substituem os direitos de cidadania, que, em sua necessária dimensão de universalidade, requerem a ingerência do Estado. O que passa a vigorar são os *direitos atinentes à condição de consumidor* (MOTA, 1995). Quem julga a pertinência e qualidade dos serviços prestados são aqueles que, através do consumo, renovam sua necessidade social. O dinheiro aparece em cena como meio de circulação, intermediando a compra e venda de serviços, em cujo âmbito se inscreve o assistente social. O grande capital, ao investir nos serviços sociais, passa a demonstrar uma “preocupação humanitária”, coadjuvante da ampliação dos níveis de rentabilidade das empresas, moralizando sua imagem social. Trata-se de um reforço à necessidade de transformar



propósitos de classes e grupos sociais específicos em propósitos de toda a sociedade: velha artimanha, historicamente assumida pelo Estado, e que hoje tem a mídia como importante aliada nesse empreendimento.

Os (as) assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos. O significado desse trabalho muda radicalmente ao voltar-se aos direitos e deveres referentes às operações de compra e da venda. Se os direitos sociais são frutos de lutas sociais, e de negociações com o bloco do poder para o seu reconhecimento legal, a compra e venda de serviços no atendimento a necessidades sociais de educação, saúde, renda, habitação, assistência social, entre outras pertencem a outro domínio – o do mercado –, mediação necessária à realização do valor e, eventualmente, da mais valia decorrentes da industrialização dos serviços.

Historicamente, os assistentes sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizando-se na linha de frente das relações entre população e instituição ou, nos termos de Netto (1992), sendo “executores terminais de políticas sociais”. Embora esse seja ainda o perfil predominante, não é mais o exclusivo, sendo abertas outras possibilidades. O processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas *funções e competências*. Os assistentes sociais estão sendo chamados a *atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais*. Ampliam seu espaço ocupacional para atividades relacionadas ao controle social à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos.

Tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação, tais como: o domínio de conhecimentos para realizar diagnósticos socioeconômicos de municípios, para a leitura e análise dos orçamentos públicos, identificando seus alvos e compromissos, assim



como os recursos disponíveis para projetar ações; o domínio do processo de planejamento; a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais; a capacidade de negociação, o conhecimento e o *know-how* na área de recursos humanos e relações no trabalho, entre outros. Somam-se possibilidades de trabalho nos níveis de assessoria e consultoria para profissionais mais experientes e altamente qualificados em determinadas áreas de especialização. Registram-se, ainda, requisições no campo da pesquisa, de estudos e planejamento, entre inúmeras outras funções.

A categoria dos assistentes sociais, articulada às forças sociais progressistas, vem envidando esforços coletivos no reforço da esfera pública, de modo a inscrever os interesses das maiorias nas esferas de decisão política. O horizonte é a construção de uma “democracia de base” que amplie a democracia representativa, cultive e respeite a universalidade dos direitos do cidadão, sustentada na socialização da política, da economia e da cultura. Tais elementos adquirem especial importância em nossas sociedades latino-americanas, que se constroem no reverso do imaginário igualitário da modernidade, sociedades que repõem cotidianamente e de forma ampliada privilégios, violência, discriminações de renda, poder, gênero, etnias e gerações, alargando o fosso das desigualdades no panorama diversificado das manifestações da *questão social*.

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania – afirmando inclusive a cidadania social, cada vez mais desqualificada. E, para impulsionar a construção de um outro padrão de sociabilidade, regido por valores democráticos, requer-se a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, a economia e a sociedade, o que depende uma crescente participação ativa da sociedade civil organizada.

Orientar o trabalho nos rumos aludidos requisita um perfil de profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica, em sua lógica



de explicação da vida social. Esses elementos, aliados à pesquisa da realidade, possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-las aos processos sociais macroscópicos que as geram e as modificam. Mas, requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los.

3 Os espaços ocupacionais: exigências para sua análise

O desafio dos textos que se seguem é salientar o trabalho do assistente social em espaços ocupacionais de natureza diferentes particularizando as competências e atribuições profissionais nesses espaços; e o seu significado social no processo de reprodução das relações sociais, ante as profundas transformações que se operam na organização e consumo do trabalho e nas relações entre o Estado e a sociedade civil com a radicalização neoliberal.

Há que registrar as importantes iniciativas para estabelecer parâmetros para a atuação de assistentes sociais na política de assistência social e na saúde, sob a liderança do CFESS e publicados na série: *Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Públicas* (CFESS, 2009a; CFESS, 2009b). E ainda a Resolução do CFESS que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. (RESOLUÇÃO CFESS n. 493/2006 de 21 de agosto de 2006), que expressa o reconhecimento da importância das condições de trabalho na qualidade do exercício profissional.

O pressuposto, que orienta a exposição até aqui apresentada, é o que de que não existe um processo de trabalho *do Serviço Social*, visto que o trabalho é atividade de um sujeito vivo, enquanto realização de capacidades, faculdades e possibilidades do sujeito trabalhador. Existe, sim, *um trabalho do assistente social e processos de trabalho nos quais se envolve na condição de trabalhador especializado*.



O trabalho, força de trabalho em ação, é algo temporal, que só pode existir no sujeito vivo. Enquanto gasto vital é um movimento criador do sujeito – que, no contexto de alienação, metamorfoseia-se no seu contrário, ao subjugar seu próprio criador à condição de criatura –, impregnando a totalidade de seu ser: capacidades, emoções, ritmos do corpo, pensamento e valores. Assim, o trabalho como elemento subjetivo do processo de trabalho é componente da humanidade dos sujeitos, em processo de realização: é objetivação do sujeito e, simultaneamente, subjetivação da realidade pelo sujeito.

Sob a órbita do capital, o trabalho é, para o trabalhador, gasto vital – desgaste do tempo de vida e de energia, vividos como sofrimento e rebeldia – embora, como criador de valor, seja um produto do capital. Ora, sob os seus domínios, todos os componentes envolvidos na realização de qualquer trabalho – instrumentos de trabalho, matérias primas e auxiliares e a própria atividade – são sua propriedade e formas de sua existência no processo produtivo. Os elementos desse processo são acionados sob sua direção e controle, tornando-se um modo do capital produtivo manifestar-se. Logo, o produto do trabalho coletivo também lhe pertence, verificando-se a inversão entre sujeito e objeto: o trabalho vivo dos sujeitos passa, alienadamente, a submeter-se ao trabalho passado, materializado na forma de mercadoria ou na forma de dinheiro, assumida pelo capital. Embora o presente o texto não tenha atribuído maior destaque ao trabalho do assistente social no âmbito empresarial, os textos que se seguem voltados ao tema cobrem largamente essa análise.

Contudo o trabalho do assistente social inscreve-se predominantemente em outras relações que extrapolam o universo do capital na sua forma produtiva de mais-valia. Na órbita do Estado, a alienação enraizada na divisão do trabalho manifesta-se sob formas particulares, como o já indicado, impregnando as atividades dos servidores públicos. Também nos ramos da divisão do trabalho em que o capital assume as formas de mercadoria e de dinheiro – no comércio e nas atividades financeiras –, o trabalho, a ele submetido, interfere no tempo de circulação do capital, acelerando a sua rotação, mas não atua na criação da mais-valia, ainda que o trabalho aí realizado esteja inscrito no universo do valor. O mesmo vale para as formas rentistas e mais parasitárias do capital, como a

renda fundiária e as atividades financeiras voláteis.

Essas observações remetem à conclusão de que, para decifrar o trabalho do assistente social como trabalho concreto e abstrato, exige-se particularizar as análises nas específicas condições e relações sociais em que ele ocorre, pois, se a qualidade do trabalho se preserva nas várias inserções, o seu significado social é diferente: a dimensão social desse trabalho realiza-se por mediações distintas em função da forma assumida pelo valor-capital e pelos rendimentos. Estas formas condicionam, sob a ótica do valor, a contribuição desse trabalhador ao processo de produção e reprodução das relações sociais sob a égide das finanças.

Um segundo pressuposto, que deve ser demarcado, *é que existem diferentes processos de trabalho nos quais se inscreve a atividade do assistente social, contra o mito de um único processo de trabalho do(a) assistente social.*

Quando se admite o processo de trabalho do assistente social, opera-se uma simples mudança terminológica de “prática” para “trabalho” mediante uma sofisticação epidérmica da nomenclatura, sem que se altere o universo de sua construção teórica abstrata. Em outros termos, reitera-se o viés liberal de pensar a prática como atividade do indivíduo isolado, forjando o “encaixe” dos elementos constitutivos desse trabalho concreto em um “modelo universal” para análise de todo e qualquer processo de trabalho – como se ele fosse suspenso da história e das relações sociais que o constituem. A lógica classificatória na leitura dos elementos universais de todo processo de trabalho – atividade, matérias e instrumentos – tende a reduzir o processo de trabalho à forma como se operacionaliza a atividade do assistente social, pensada no seu circuito interno: o “seu” processo de trabalho, em que o projeto profissional é deslocado das bases sociais de sua realização, tratado ao nível da intencionalidade do profissional. A análise da prática nos termos assinalados pode redundar numa incriminação moral da categoria por não aderir ou não ser capaz de implementar o projeto idealizado. A artimanha é clara: as insuficiências da interpretação teórico-metodológica da prática profissional são transferidas para a categoria e imputadas



às deficiências de sua competência profissional ou às suas opções sociopolíticas.

Faz-se necessário, pois, elucidar o exercício profissional nas particulares condições e relações de trabalho em que se inscreve, reconhecendo tanto suas características enquanto trabalho concreto (e avançando na leitura das competências e atribuições privativas do assistente social, tais como se forjam na atualidade), quanto sua dimensão de trabalho humano abstrato, em seus vínculos com o processo de produção e/ou distribuição da riqueza social. Isso remete ao enfrentamento dos dilemas do trabalho produtivo e/ou improdutivo, cuja caracterização depende das relações estabelecidas com específicos sujeitos sociais, na órbita das quais se realiza o trabalho do assistente social.

O desdobramento necessário dessa proposta de análise do trabalho do (a) assistente social é *tratá-lo de forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores – e suas lutas – que sofrem perdas decisivas em suas conquistas históricas nesse tempo de prevalência do capital que rende juros, articulado ao grande capital produtivo internacionalizado*. Este é um dos desafios importantes da agenda profissional, o que requer dar um salto de profundidade na incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliada à acurada pesquisa sobre as condições de trabalho e as respostas profissionais acionadas para fazer frente às expressões da *questão social* nos diferenciados espaços ocupacionais do (a) assistente social na sociedade brasileira.

Referências

ABREU, M. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma*. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E. R.; ALMEIDA, M. H. T. (Org.) *Trabalho e seguridade social*. Percursos e Dilemas. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, Col. Biblioteca Básica de Serviço Social, 2006. v. 2.

BOSCHETTI, I. *Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2. ed. ver. aum. Brasília, DF, I. Boschetti, 2003.

BOSCHETTI, I; SALVADOR, E. Orçamento da seguridade social e política econômica. Perversa alquimia. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 87, p. 25-57, 2006.

BRAVO, M. I. *Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais*. São Paulo / Rio de Janeiro: Cortez/UFRJ, 1996.

BRAVO, M. I; MATOS, M. C. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para debate. In: MOTA, A. E. et al (Org.). *Serviço Social e Saúde*. Formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, Cortez Ed., 2006. p. 197-217.

CARDOSO, F. G. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez./ EDUFMA, 1995.

CFESS (Org.). *Assistentes Sociais no Brasil*. Elementos para estudo do perfil profissional. Brasília /Maceió, UCFESS-UFALGRESS, 2005. 73 p.

CFESS. *Carta de Maceió*. Brasília: CFESS, 2000.

_____. *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*. Brasília: CFESS, 2009a (Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais.).

_____. *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde. (Versão Preliminar)*. Grupo de trabalho Serviço Social na Saúde. Brasília: CFESS, 2009b.

_____. *Resolução CFESS*, n. 493/2006, de 21 de agosto de 2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

_____. *CFESS Manifesta*. O trabalho do assistente social no SUAS. Política pública se faz com condições de trabalho. Brasília, 2 de abril de 2009.

_____. *CFESS Manifesta*. Serviço Social na Saúde. Em defesa da reforma Sanitária e do Projeto Ético-político do Serviço Social na Saúde. Brasília, 8 de junho de 2009.

_____. *CFESS Manifesta*. Fundos de Solidariedade e Refilantropização da Política de Assistência Social. Brasília, 1 de setembro de 2009.

_____. *CFESS Manifesta*. Dia do trabalho. Lutar pelos Direitos da Classe Trabalhadora. Brasília, 1 de maio de 2009.

COUTINHO, C. N. *Intervenções: O marxismo na batalha das idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaio crítico. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. (1995-2005) Edição especial 13. Brasília: IPEA, 2007.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – MPAS-INSS. *Matriz teórico-metodológica do Serviço Social na Previdência Social*. Brasília, DF, Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS – Divisão de Serviço Social, 1994.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO – MARE. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília, dezembro de 1995.

LEFEBVRE, H. *Sociologia de Marx*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

LUXEMBURGO, R. La cuestión nacional y la autonomía. *Cuadernos Pasado y Presente*, n. 81. México: Siglo XXI, 1979.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____. Elementos Fundamentais para la Critica de la Economía Política (Grundrisse). 1857-1858, 12. ed. Mexico: Siglo XXI, 2 v, 1980.

_____. *O Capital*. Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 5 v.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO. MARE/ Secretaria de Reforma do Estado. *Projeto de Organizações Sociais*. Brasília, abril de 1996.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e a questão social*. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, A. E. *Cultura da crise e seguridade social*. Um estudo das tendências da previdência e da assistência social nos anos 80-90. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

NUNES, M. A. *Agências Autônomas*. Projeto de Reforma Administrativa das Autarquias e Fundações Federais do Setor de Atividades Exclusivas do Estado. MARE/ Fundação Nacional de Administração Pública, jun. 1996.

OLIVEIRA, H. C; SALLES, M. A (Org.). *Relatório das Sessões Temáticas*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. Trabalho e projeto ético-político profissional. Goiânia: CFESS, 1998.

PAIVA, B. A.; ROCHA, P. E. O financiamento da política de assistência social em perspectiva. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 83, p. 83-110, 2001.

PEREIRA, P. A. P. Política social no contexto da seguridade e do *Welfare State*: a particularidade da assistência social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, 1998.

RAICHELLIS, R. D. Assistência Social e esfera pública: os conselhos no exercício do controle social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano XIX, n. 56, mar. 1998.

_____. *Esfera pública e Conselhos de Assistência Social*. Caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998

_____. Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, A. E. et al. *Serviço social e saúde*. Formação e trabalho profissional. São Paulo: OPASA, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 73-87.

SILVA, M. L. L. Um novo fazer profissional. In: CEAD/UnB. *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo IV: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, DF: CEAD/UnB, 2000. p. 111-124.



SILVA, M. O. S. *O Serviço Social e o Popular*. Resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

VAZQUEZ, A. S. Marx y su critica de la filosofia política de Hegel. Prólogo. In: HEGEL *Crítica de la Filosofia del Estado de Hegel*. México: Editorial Grijalbo, 1968.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

O trabalho do assistente social na esfera estatal

Raquel Raichelis

Professora na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP



O trabalho do assistente social na esfera estatal

Objetivos do texto

Colaborar para a reflexão sobre o trabalho do assistente social na esfera estatal, em suas diferentes instâncias de poder, na perspectiva de ampliação da esfera pública de direitos, em um difícil contexto que vem interpelando o Serviço Social frente às novas manifestações e expressões da *questão social*, resultantes das transformações do capitalismo contemporâneo: o aprofundamento da desigualdade social, o desemprego estrutural e a precarização das relações de trabalho, a reforma conservadora do Estado, os processos de redefinição dos sistemas de proteção social e da política social.

1 Serviço Social e relações sociais capitalistas - uma referência necessária

Analisar a profissão e os desafios do projeto profissional na esfera estatal supõe apreendê-los na dinâmica sócio-histórica, que configura o campo em que se desenvolve o exercício profissional e problematizar as respostas profissionais – teóricas, técnicas e ético-políticas – que traduzem a sistematização de conhecimentos e saberes acumulados frente às demandas sociais dirigidas ao Serviço Social.

Para enfrentar essa complexa tarefa, vamos pontuar em largos traços algumas das premissas que orientam a análise do Serviço Social inserido na dinâmica da vida social, no âmbito das relações tensas e contraditórias entre o Estado e a sociedade, que colocam limites e abrem possibilidades para o exercício profissional, como resultado do trabalho individual e coletivo dos seus profissionais.

A **primeira premissa** é que as profissões são construções históricas que somente ganham significado e inteligibilidade se analisadas no interior do movimento das sociedades nas quais se inserem.



Para isso, é importante ter presente as determinações sociopolíticas do Serviço Social em sua origem e os processos que levam à sua organização como profissão, condicionados pelas necessidades derivadas do desenvolvimento capitalista, já em sua idade madura, ou seja, em seu estágio monopolista.

As condições propícias à profissionalização do Serviço Social (e de tantas outras profissões) foram criadas a partir da crescente intervenção do Estado capitalista nos processos de regulação e reprodução social, por meio das políticas sociais públicas.

Embora a Igreja Católica tenha importância singular na configuração da identidade que marca a gênese do Serviço Social no Brasil, foi o contexto do final da Segunda Guerra Mundial, de aceleração industrial, das migrações campo-cidade e do intenso processo de urbanização, aliados ao crescimento das classes sociais urbanas, especialmente do operariado, que vai exigir respostas do Estado e do empresariado às necessidades de reprodução social das classes trabalhadoras nas cidades.

É esse processo, indutor da presença de um crescente conjunto de instituições sociais, que cria o espaço ocupacional para o Serviço Social emergir como profissão, no contexto em que a *questão social* se põe como alvo da intervenção do Estado, por meio das políticas sociais públicas¹.

A segunda premissa é a particularidade do Serviço Social como profissão, de intervir nos processos e mecanismos ligados ao enfrentamento da *questão social*, em suas mais agudas manifestações, que se renovam e se atualizam diante das diferentes conjunturas sociopolíticas. Trata-se de novas e velhas questões derivadas da desigualdade social, característica do capitalismo monopolista, em suas múltiplas faces e dimensões, com as quais os assistentes sociais convivem no cotidiano profissional.

¹ Como amplamente analisado por Yamamoto e Carvalho (1982), em plena ditadura de Vargas, é criada, em 1942, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), primeira instituição assistencial de porte nacional, bem como as grandes instituições patronais que irão configurar o que hoje conhecemos como sistema S – entre elas, SESI, SENAI, SESC, SEBRAE.



A crescente centralização das políticas sociais pelo Estado capitalista, no processo de *modernização conservadora*² no Brasil, gera o aumento da demanda pela execução de programas e serviços sociais, impulsionando a conexão entre política social e Serviço Social no Brasil³ e a consequente expansão e diversificação do mercado profissional.

Essas ponderações nos levam à **terceira premissa**, relativa ao fundamento da profissionalização do Serviço Social, a partir da estruturação de um espaço socioocupacional determinado pela dinâmica contraditória que emerge no sistema estatal em suas relações com as classes sociais e suas distintas frações, e que transforma as sequelas da *questão social* em objeto de intervenção continuada e sistemática por parte do Estado.

O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma auto-representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle (NETTO, 2005, p. 71-72).

Instaura-se, assim, um lugar específico do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, por meio da constituição de um mercado de trabalho que passa a requisitar agentes habilitados para a formulação e implementação das políticas sociais, entre os quais o assistente social.

Para os assistentes sociais será reservada, prioritariamente, a relação com os segmentos sociais mais vulnerabilizados pelas sequelas da questão social e que buscam, nas políticas públicas especialmente nas políticas sociais, em seus programas e serviços, respostas às suas necessidades mais imediatas e prementes.

² Vários autores, entre eles, Mattoso (1995), incorporaram o conceito de *modernização conservadora* nas análises do modelo de desenvolvimento econômico-social adotado no Brasil pelos governos militares. As bases deste “modelo”, conduzidas segundo os interesses do grande capital monopolista, reforçaram o desenvolvimento dependente e associado e a integração subordinada do Brasil na (des) ordem capitalista internacional, promovendo intensa centralização e concentração no seu interior. Para maior desenvolvimento da análise, consultar Netto (1991), especialmente o cap.1.

³ Para aprofundamento da reflexão sobre as relações entre política social e Serviço Social, consultar Behring e Boschetti, 2006.



Neste âmbito, configura-se o mercado de trabalho para o assistente social, quando ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais. Como observa Netto (2005, p. 74), “prioritariamente no patamar terminal da ação executiva”, onde o assistente social é convocado a realizar as mais variadas atividades na administração de recursos e implementação de serviços, considerando a tendência cada vez maior de setorização da política social (*políticas sociais no plural*) e a capilaridade que os serviços sociais e assistenciais assumem para gerir as demandas do capital e das massas trabalhadoras.

As principais mediações profissionais (que não são as únicas) são, portanto, as políticas sociais que, apesar de historicamente revelarem sua fragilidade e pouca efetividade no equacionamento das respostas requeridas pelo nível crescente de pobreza e desigualdade social, têm sido a via por excelência para as classes subalternas terem acesso, mesmo que precários e insuficientes, aos serviços sociais públicos.

Assim sendo, é o próprio Estado o grande impulsionador da profissionalização do assistente social, responsável pela ampliação e constituição de um mercado de trabalho nacional, cada vez mais amplo e diversificado, acompanhando a direção e os rumos do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira.

A **quarta premissa** é que a centralidade do Estado, na análise das políticas sociais, não significa reduzi-las ao campo de intervenção estatal, uma vez que para a sua realização participam organismos governamentais e privados que estabelecem relações complementares e conflituosas, colocando em confronto e em disputa necessidades, interesses e formas de representação de classes e de seus segmentos sociais.

A **quinta premissa** é que a reflexão sobre o trabalho do assistente social na esfera estatal remete necessariamente ao tema das relações, ao mesmo tempo recíprocas e antagônicas, entre o Estado e a sociedade civil, uma vez que o Estado não é algo separado da sociedade, sendo, ao contrário, produto desta relação, que se transforma e se particulariza em diferentes formações sociais e contextos históricos.



Para finalizar, a **última premissa** destaca que embora seja frequente observar o tratamento das categorias Estado e governo como sinônimos – considerando que é o governo que fala em nome do Estado –, esse uso indiscriminado pode gerar confusões com graves implicações políticas (uma delas é supor que assumir o poder governamental é equivalente a conquistar o poder do Estado).

Refletir sobre o Estado capitalista implica considerar referir-se a certo número de instituições – o governo (executivo) nos níveis central e subnacionais, a administração pública, as forças militares, de segurança e policiais, os sistemas judiciário e legislativo nos seus diferentes níveis de poder –, que compõem em conjunto a arena de conflitos e a condensação de forças políticas denominadas Estado.

2 Serviço Social, trabalho profissional e transformações recentes nas esferas estatal e societária

Os anos 1990 foram palco de um complexo processo de regressões no âmbito do Estado e da universalização dos direitos, desencadeando novos elementos que se contrapõem ao processo de democratização política, econômica e social em nosso país, no contexto de crise e reorganização do capitalismo em escala internacional.

Esse quadro desencadeia profundas transformações societárias, determinadas pelas mudanças na esfera do trabalho, pela reforma gerencial do Estado (ou *contrarreforma* nos termos de Elaine Behring, 2003), pelos processos de redefinição dos sistemas de proteção social e da política social que emergem nessa conjuntura, e pelas novas formas de enfrentamento da *questão social*, com grandes mudanças e rebatimentos nas relações público/privado.

De um lado, observa-se o processo de destituição de direitos que vem no rastro da reforma conservadora do Estado e da economia e que desencadeia um crescente e persistente processo de sucateamento dos serviços públicos, de ofensiva sistemática contra



os novos direitos consagrados na Constituição de 1988, a partir de ampla mobilização de forças sociais que lutaram pela democratização da sociedade e do Estado no Brasil.

De outro, mais além dessas destituições, o que está em curso é o esvaziamento da própria noção de direitos relacionado a uma suposta desnecessidade de tudo que é público e estatal. Nas palavras de Vera Telles, trata-se do “encolhimento do horizonte de legitimidade dos direitos”, que transforma direito em privilégio em nome da necessária *modernização* da economia, cuja referência maior é o mercado e suas demandas e prerrogativas.

O agravamento da *questão social* decorrente do processo de re-estruturação produtiva e da adoção do ideário neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha – os usuários dos serviços sociais públicos – como também no mercado de trabalho dos assistentes sociais que, como o conjunto dos trabalhadores, sofre o impacto das mudanças que atingem o exercício profissional.

3 Como se expressa esse processo?

A **esfera da produção** é palco de intensas transformações e re-estruturações. Afirmam-se as condições estruturais do capitalismo global financeirizado e o fabuloso desenvolvimento tecnológico e informacional, que promovem intensas mudanças nos processos e relações de trabalho, gerando terceirização, subcontratação, trabalho temporário, parcial e diferentes formas de precarização e informalização das relações de trabalho⁴, para citar apenas algumas das profundas mudanças em curso na esfera da produção e no mundo do trabalho.

⁴ Mais de 50% da força de trabalho brasileira encontram-se na informalidade, e o desemprego aberto saltou de 4% no começo dos anos 1990 para 8% em 2002, mesmo segundo metodologia conservadora do IBGE. Portanto, para Oliveira (2007, p. 34), “entre o desemprego aberto e o trabalho sem-formas, transita, entre o azar e a sorte, 60% da força de trabalho brasileira”.



No âmbito estatal, o retraimento das funções do Estado e a redução dos gastos sociais vêm contribuindo para o processo de desresponsabilização em relação às políticas sociais universais e o conseqüente retrocesso na consolidação e expansão dos direitos sociais.

Trata-se de uma dinâmica societária que atinge as diferentes profissões, e também o Serviço Social, que tem nas políticas sociais seu campo de intervenção privilegiado.

Contudo, a pesquisa realizada pelo conjunto CFESS/CRESS sobre mercado de trabalho do assistente social em nível nacional (2005) indica que os assistentes sociais continuam sendo majoritariamente trabalhadores assalariados, principalmente dos organismos governamentais, com ênfase para o campo da seguridade social nas políticas de saúde e assistência social.

Mas os processos de re-estruturação produtiva atingem também o mercado de trabalho do assistente social, com a redução de postos governamentais, principalmente nos níveis federal e estadual, e a sua transferência para os municípios em virtude dos processos de descentralização e municipalização dos serviços públicos.

Intensificam-se os processos de subcontratação de serviços individuais dos assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria na prestação de serviços aos governos, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais.

Em alguns campos de atuação, como é o caso da habitação social, entre outros, a terceirização vem se consolidando como novo modelo de produção e gestão da habitação, no qual o projeto, a obra, a operação, sua fiscalização e gerenciamento, bem como o *trabalho social* passam a ser contratados através de processos licitatórios, sem que, no



entanto, a administração pública consiga manter a regulação e o controle estratégico de todo o processo.

Na política de assistência social, nos marcos da implantação em todo o território nacional, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, verifica-se também a adoção, pelos estados e municípios, de variadas modalidades de terceirização, pela mediação de empresas ou de ONGs, na contratação de profissionais e na prestação de serviços socioassistenciais, configurando-se a ação indireta do Estado na produção dos serviços públicos.

As consequências dessa forma de condução das políticas públicas para o trabalho social são profundas, pois a terceirização desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais, desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas; além disso, as ações desenvolvidas passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas.

O que é mais grave nessa dinâmica de *terceirização dos serviços públicos* é que se trata de um mecanismo que opera a cisão entre serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito.

No **âmbito da sociedade civil**, as duas últimas décadas vêm sendo palco de múltiplas tendências que se expressam com grande visibilidade, ganhando a opinião pública: o crescimento das ONGs e as propostas de parcerias implementadas pelo Estado em suas diferentes esferas, principalmente nos planos municipal e local.



Se isso não é novo no campo das políticas sociais, a conjuntura de 1990 traz novos elementos que precisam ser analisados.

Na virada dos anos 1990, intensificam-se as parcerias e transferências de responsabilidades públicas para as iniciativas da sociedade civil, de repasse da prestação de serviços para organizações não governamentais, empresariais ou sem fins lucrativos.

O crescimento e a multiplicação das ONGs expressam uma diferenciação do seu perfil, quando se transformam em novos sujeitos políticos: se, nas décadas de 1970 e 1980, as ONGs atuavam na retaguarda, assessorando a luta dos movimentos populares, a partir de 1990, elas passam a disputar recursos, lugares e reconhecimento públicos, ao lado de outros atores que integram o cenário político.

É interessante observar que essa denominação é atualmente bastante abrangente: grande parte das instituições sociais se autointitulam ONGs, inclusive as tradicionais entidades filantrópicas e assistenciais, contribuindo para dificultar a diferenciação de projetos, concepções e práticas, uma vez que também todas assumem um aparente consenso em torno do discurso do combate à pobreza e de defesa da cidadania.

Integrantes do assim denominado “terceiro setor”, essas organizações expressam um amplo movimento associativo que abarca um conjunto heterogêneo de entidades sociais, organizações empresariais, ONGs dos mais variados tipos, que atuam no desenvolvimento de projetos socioeducativos, em grande parte voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias em situações de risco social e pobreza.

Tal movimento, que sinaliza um aumento expressivo do associativismo civil no Brasil, se de um lado decorre do fortalecimento da sociedade civil e da ampliação da participação política de segmentos organizados, é consequência, ao mesmo tempo, das mudanças do papel do Estado na economia e na vida social.



Por esse processo, o Estado deixa de prestar serviços diretos à população e passa a estabelecer parcerias com organizações sociais e comunitárias, incluindo-se aí as fundações e institutos empresariais que, atualizando seu discurso, convertem a assistência social e a filantropia privadas para a linguagem do capital – agregar *valor ao negócio*, *responsabilidade social* das empresas, *ética empresarial* são alguns dos termos que passam a ser recorrentes.

Nesse contexto sociopolítico, ressurge com intensidade o discurso da participação comunitária, da solidariedade social e do estímulo a iniciativas privadas nas ações sociais.

Nesse contexto, dissemina-se, simultaneamente, uma versão *comunitarista* de conceber a sociedade civil, que passa a ser incorporada como sinônimo de “terceiro setor”. A sociedade civil, nesses termos, é definida como um conjunto indiferenciado de organizações, identificadas sob a denominação genérica de *entidades sem fins lucrativos*, passando por cima das clivagens de classe, da diversidade dos projetos políticos e das instâncias de representação política como sindicatos e partidos. Reitera-se a noção da comunidade abstrata, valorizando-se relações de solidariedade social e ajuda mútua, despolitizando-se os conflitos sociais em nome de um suposto *bem-comum*.

Diante do esvaziamento do espaço público contemporâneo e do crescimento de demandas sociais não atendidas, o risco é o de fragmentação da sociedade civil em múltiplas ações e movimentos que não conseguem articular-se em torno de projetos coletivos a serem confrontados e explicitados.

Esta dinâmica societária vem implicando a desmontagem das instituições de representação coletiva em todos os níveis, a progressiva diminuição do alcance e da qualidade das políticas sociais, a redução dos espaços de negociação com diferentes atores da sociedade civil, com amplo rebatimento na conformação da esfera pública e na defesa de direitos. Para Oliveira (2007, p. 42), “o deslocamento do trabalho e das relações de classe esvazia essa “sociedade civil” do conflito que estrutura alianças, opções e estratégias”, além



de se transformar em uma noção enganosa e anacrônica por evocar e buscar restaurar a “comunidade de iguais”, que não tem correspondência com as relações sociais conflitivas que caracterizam a sociedade capitalista.

Portanto, a partir dos anos 1990, o campo das políticas sociais e da luta por direitos ficou muito mais complexo, especialmente se considerarmos que, apesar de todos os desmontes e desmanches que têm atingido a esfera estatal, o Estado permanece sendo a forma mais efetiva de operar a universalização dos direitos.

Para ampliar a reflexão sobre o trabalho do assistente social na esfera estatal, é preciso considerar, além do âmbito executivo, os poderes judiciário e legislativo nos quais o assistente social também se insere, diversificando-se as temáticas com as quais trabalha e as atribuições e atividades que desenvolve.

No caso da esfera judiciária, os assistentes sociais atuam no vasto campo do acesso aos direitos e à justiça, na perspectiva de buscar superar a aplicação discriminatória das leis que se verifica no cotidiano das classes subalternas.

O assistente social é um dos mediadores do Estado na intervenção dos conflitos que ocorrem no espaço privado, particularmente nos âmbitos doméstico e familiar, atuando prioritariamente nas Varas da Infância, Juventude e Família, nas dramáticas manifestações da *questão social*, expressas pela violência contra a mulher, a infância e a juventude, as situações de abandono e negligência familiar, o abuso sexual, a prostituição, a criminalidade infanto-juvenil.

Mediante o estudo social e a elaboração conclusiva de laudos periciais, a articulação de recursos sociais e encaminhamentos sociais – entre outras atividades e instrumentos técnicos – interfere na viabilização dos direitos, oferecendo ao juiz alternativas de aplicabilidade da sentença, além de informações sobre denúncias de violação de direitos humanos às autoridades judiciais e aos Conselhos Municipais

de Direitos da Criança e do Adolescente [e também aos Conselhos Tutelares].
(IAMAMOTO, 2002, p. 38-39)

A participação dos assistentes sociais no poder legislativo, embora ainda restrita, tem se colocado como possibilidade para um número crescente de profissionais que veem no parlamento, nas diferentes esferas de poder, uma possibilidade, embora limitada, de avançar nas lutas sociais e inscrever na legislação os direitos sociais das classes subalternas. Nesse sentido, inúmeros projetos e leis têm sido formulados por assistentes sociais atuantes nos parlamentos municipais, estaduais e federal, revelando que o compromisso ético-político da profissão pode e deve manifestar-se em todos os espaços em que for possível tensionar e politizar a luta pela universalização dos direitos.

Diante desse quadro complexo, quais são os desafios que se apresentam no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais na esfera estatal?

Sem pretender esgotar a análise, destacam-se alguns elementos:

a) Desafios da interlocução pública do Serviço Social

Um primeiro aspecto de ordem geral é a constatação de certa perplexidade dos assistentes sociais diante das mudanças societárias em curso, quando presenciam que temas tradicionais ao Serviço Social, que sempre foram tratados no âmbito interno da profissão, agora se tornam públicos, ganham visibilidade e novos interlocutores na cena pública.

É cada vez maior a multiplicidade de novos atores sociais – governantes, empresários, ONGs, entidades sociais – que falam de temáticas como pobreza, exclusão social, cidadania, e que hoje ganham enorme visibilidade na mídia e na grande imprensa, passando a disputar poder de vocalização nos fóruns e espaços públicos de debate e deliberação de políticas e programas sociais.



Isso põe em xeque a capacidade analítica e propositiva dos assistentes sociais nas diferentes esferas em que se desenvolve o exercício profissional, e também nos espaços públicos onde se inserem, como os conselhos de direitos e de gestão das políticas sociais, conferências, plenárias, audiências públicas, fóruns, entre outros.

A predominância dos assistentes sociais nos conselhos de políticas sociais e de defesa de direitos nas três esferas de governo exige nova capacitação teórica e técnica, mas também ético-política, principalmente no âmbito municipal, em que a velocidade de criação dos conselhos nem sempre é sinal de democratização, sendo com frequência mero cumprimento formal para acessar recursos federais.

Ao mesmo tempo, o debate e a difusão de um conhecimento crítico sobre as políticas sociais, especialmente na conjuntura atual, precisam ser ampliados no interior da própria categoria dos AS e nos espaços de formação profissional.

Estamos, assim, diante de um duplo desafio: de um lado, avançar a articulação entre as ações desenvolvidas e a reflexão teórica crítica, que seja capaz de se antecipar aos desafios e colaborar nas definições mais substantivas do conteúdo das políticas sociais e dos direitos que devem garantir. E, de outro lado, participar ativamente do movimento de defesa do caráter universalizante da Seguridade Social brasileira e da primazia do Estado na sua condução, reafirmando a consolidação do SUS, do SUAS, da Previdência Social, da Educação Pública, combatendo o reducionismo do modelo de política social voltada aos mais pobres entre os pobres, a despolitização da política, a refilantropização da *questão social*, trazendo de volta ao debate o ideário e o imaginário da subjetividade pública e da universalização dos direitos.



b) Exigências de profundas mudanças no perfil do assistente social

O processo de descentralização das políticas sociais públicas, especialmente sua municipalização, exige dos assistentes sociais e dos demais profissionais o desempenho de novas atribuições e competências.

Embora historicamente os assistentes sociais tenham se voltado à implementação de políticas públicas, como “executores terminais das políticas sociais”, como definiu José Paulo Netto, esse perfil vem mudando nos últimos anos e, apesar de ainda predominante, abrem-se novas alternativas e áreas de trabalho profissional.

Os assistentes sociais passam a ser requisitados para atuar também na formulação e avaliação de políticas, bem como no planejamento e na gestão de programas e projetos sociais, desafiados a exercitarem uma intervenção cada vez mais crítica e criativa.

Os espaços ocupacionais se ampliam também para atividades relacionadas ao funcionamento e implantação de conselhos de políticas públicas nas áreas da saúde, assistência social, criança e adolescente, habitação, entre outros, em programas de capacitação de conselheiros, na elaboração de planos municipais, no monitoramento e avaliação de programas e projetos, na coordenação de programas e projetos, no planejamento estratégico do trabalho, etc.

O atendimento adequado a essas demandas exige novas qualificações e capacitação teórica e técnica para a leitura crítica do tecido social, elaboração de diagnósticos integrados das realidades municipais e locais, formulação de indicadores sociais, apropriação crítica do orçamento público, capacidade de negociação, de interlocução pública, etc., o que interpela as instâncias formadoras e demanda a adoção abrangente de mecanismos de educação continuada para técnicos e gestores públicos.



c) O caráter interdisciplinar e intersetorial do trabalho profissional no campo das políticas sociais públicas

É cada vez mais frequente e necessário o trabalho compartilhado com outros profissionais na coordenação e implementação de projetos em diferentes campos das políticas sociais e nas atividades sociojurídicas, que impõem novas exigências para os assistentes sociais.

Ao contrário do que muitas vezes se considera, o trabalho interdisciplinar demanda a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares de análise e propostas de ações diante dos objetos comuns a diferentes profissões, cada uma delas buscando colaborar a partir dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas.

Como afirma Yamamoto (2002, p. 41), tal perspectiva de atuação não leva à diluição das identidades e competências de cada profissão; ao contrário, exige maior explicitação das áreas disciplinares no sentido de convergirem para a consecução de projetos a serem assumidos coletivamente.

Para tanto, o trabalho interdisciplinar e intersetorial se torna fundamental e estratégico, bem como a ampliação do arco de alianças em torno de pautas e projetos comuns, tanto no âmbito governamental como na relação com os diferentes sujeitos e organizações da sociedade civil, em especial com os usuários dos serviços públicos e suas organizações coletivas.

d) O desafio de recuperar o trabalho de base junto à população

O Serviço Social tem uma rica trajetória de trabalho direto com a população e proximidade com o seu modo de vida no cotidiano. Nesses últimos anos, porém, com o refluxo dos movimentos populares e o enfraquecimento das instâncias coletivas de



representação política, o trabalho de mobilização e organização popular cedeu lugar a formas institucionalizadas de participação.

Sem abandonar os espaços institucionais como Conselhos e Conferências, é preciso extrapolá-los e combiná-los com outros mecanismos de ação coletiva, capazes de impulsionar a participação popular em múltiplos espaços onde possam manifestar suas visões, expectativas, necessidades e reivindicações.

Impactos e avanços na esfera pública somente serão possíveis pela articulação dos variados sujeitos e organizações governamentais e não-governamentais, como os conselhos de direitos, tutelares e de gestão, os fóruns e órgãos de defesa dos direitos, o poder judiciário, o Ministério Público, as defensorias e ouvidorias públicas, em uma efetiva cruzada pela ampliação de direitos e da cultura pública democrática em nossa sociedade.

Para concluir, é necessário ressaltar que, apesar de todos os obstáculos encontrados no exercício profissional, a categoria dos assistentes sociais vem construindo uma história de lutas e de resistência, apostando no futuro, mas entendendo que ele se constroi agora, no tempo presente.

Para isso, é fundamental continuar investindo na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, no cotidiano de trabalho profissional, que caminhe na direção do desenvolvimento da sociabilidade pública capaz de refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos.

Referências

BEHRING, Elaine R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

_____. e BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social – fundamentos e história*. Biblioteca Básica de Serviço Social, São Paulo, Cortez Editora, 2006. v. 2.

IAMAMOTTO, Marilda V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do (a) assistente social em questão*. Brasília: CFESS, 2002.

_____. e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social pós-64*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F. de; RIZEK, Cibele S. (Org.). *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2007.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais – um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana E. et alii (Org.). *Serviço Social e Saúde – formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

_____. Gestão pública e cidade: notas sobre a *questão social* em São Paulo. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez Editora, n. 90, junho, 2007.



O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático

Maria Inês Souza Bravo
Professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ

O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de controle democrático

Apresentação

Este texto tem por intencionalidade explicitar a contribuição dos assistentes sociais nas instâncias públicas de controle democrático, com destaque aos conselhos de políticas e de direitos.

Os assistentes sociais podem ter uma dupla inserção nesses espaços: uma essencialmente política, quando participam enquanto conselheiros, e outra que caracteriza um novo espaço sócio-ocupacional, quando desenvolvem ações de assessoria aos conselhos ou a alguns de seus segmentos (usuários, trabalhadores e poder público). Vai-se ressaltar, portanto, neste artigo, a segunda inserção em face das demandas colocadas na atual conjuntura.

Pensar o trabalho profissional dos assistentes sociais nessas instâncias supõe uma dupla dimensão: analisar o controle democrático no contexto macrossocietário, que vem alterando as políticas sociais com retração dos direitos sociais, e as respostas técnico-profissionais e ético-políticas dos agentes profissionais.

A temática é abordada em três itens. No primeiro, será caracterizada a importância das instâncias de controle democrático na atual conjuntura, tendo por referência a defesa da Seguridade Social e das demais políticas públicas na garantia dos direitos sociais. Serão ressaltados os principais desafios frente às mudanças efetivadas na relação Estado-sociedade, orientadas pelo neoliberalismo, traduzidas nas políticas de ajuste recomendadas pelos organismos multilaterais nos marcos do “Consenso de Washington”.

O segundo se deterá no trabalho do assistente social nesses espaços, considerado como uma nova demanda ao profissional. Vai-se refletir sobre as possibilidades do profissional de Serviço Social contribuir para o fortalecimento e organização política dos conselhos e/ou dos seus diversos segmentos com destaque para os usuários e trabalhadores através da defesa da democracia e dos direitos humanos e sociais. Nesta inserção, cabe ressaltar também a importância da articulação dos conselhos e/ou conselheiros com os movimentos sociais. Pretende-se colocar a relevância dessa temática para a intervenção profissional.

No terceiro item, procurar-se-á levantar algumas reflexões com relação à assessoria aos conselhos e movimentos sociais, bem como explicitar os desafios postos para a formação profissional e para o exercício da profissão de Serviço Social.

1 As Instâncias Públicas de Controle Democrático e os Desafios na Atual Conjuntura

A análise dos principais mecanismos de controle democrático, na atual conjuntura, exige uma reflexão entre o momento de sua proposição – anos 80 – e o da sua implementação – anos 90 – bem como das questões enfrentadas na atual conjuntura.

Destaca-se que esses mecanismos foram propostos num contexto de mobilização da sociedade civil, do processo Constituinte e promulgação da Constituição de 1988, que introduziu avanços que buscaram corrigir as históricas injustiças sociais acumuladas secularmente, mas incapaz de universalizar direitos tendo em vista a longa tradição de privatizar a coisa pública pelas classes dominantes.

Importantes dispositivos foram definidos com relação à descentralização do poder federal e a democratização das políticas no sentido da criação de um novo pacto federativo, sendo o município reconhecido como ente autônomo da federação, transferindo-se, para o âmbito local, novas competências e recursos públicos capazes de

fortalecer o **controle social**¹ e a **participação da sociedade civil**² nas decisões políticas. Essas concepções precisam ser qualificadas, pois ambas têm sido influenciadas por diferentes matrizes teóricas o que lhes atribui antagônicos conteúdos.

A concepção de participação, defendida nos anos 1980, é a gestão nas políticas através do planejamento e fiscalização pela sociedade civil organizada. Ou seja, a interferência política das entidades da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do Estado responsáveis pela elaboração e gestão das políticas públicas na área social. Está relacionada à ampliação dos sujeitos sociais na democratização do Estado brasileiro, tendo no horizonte uma nova relação Estado-Sociedade com a ampliação dos canais de participação direta.

O controle social enquanto direito conquistado pela Constituição Federal de 1988, mais precisamente do princípio “participação popular”, pretende ampliar a democracia representativa para a democracia participativa, de base³. Estão previstas duas instâncias de participação nas políticas sociais: os *conselhos* e as *conferências*.

¹ Historicamente, a categoria **controle social** foi entendida apenas como controle do Estado ou do empresariado sobre as massas. É nessa acepção que quase sempre o controle social é usado na Sociologia, ou seja, no seu sentido coercitivo sobre a população. Entretanto, o sentido de controle social inscrito na Constituição é o da participação da população na elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais. Esta última concepção de controle social tem como marco o processo de redemocratização da sociedade brasileira com o aprofundamento do debate referente à democracia (BRAVO, 2001).

² A participação tem diversas concepções. Gohn (2001) destaca a liberal, autoritária e revolucionária/ radical. Carvalho (1995) apresenta três perspectivas de participação em saúde presentes na sociedade política brasileira: a participação comunitária, a participação popular e a participação social. Atualmente, tem-se destacado a participação cidadã coerente com a proposta do Banco Mundial (2000), ou seja, a participação da sociedade civil é necessária para “assegurar a prestação de serviços e a adoção de políticas sensíveis às necessidades dos pobres” (BIRD, 2000). Simionato (2006) ressalta que se tem apostado na perspectiva do voluntariado na mobilização da sociedade civil para assumir ações emergenciais que englobam diversas atividades como coleta e distribuição de alimentos, educação alimentar e nutricional, entre outros. A sociedade civil passa a ser compreendida como pólo de todas as virtudes, lócus de resolução de problemas e responsável por tarefas inerentes à esfera estatal. Esta concepção de participação vai à contramão da proposta gestada nos anos 1980.

³ A noção de democracia é analisada por diversos autores como um processo histórico e está relacionada à soberania popular. Nesta concepção, a **democracia representativa** é considerada uma vitória dos movimentos organizados da sociedade civil, entretanto, é percebida como uma vitória parcial, uma vez que na sociedade capitalista existe o domínio da classe capitalista, havendo um limite interno, pois as principais decisões econômicas são tomadas pelo poder privado. Para Ingrao (1980), a democracia precisa ser ampliada, havendo necessidade de democracia direta, de base, articulada à democracia representativa para se concretizar a democracia progressiva, ou seja, a democracia de massas. Netto (1990) considera que a **democracia de massas** – com ampla participação social – deve conjugar as instituições parlamentares e os sistemas partidários com uma rede de organizações de base: sindicatos, comissões de empresas, organizações profissionais e de bairro, movimentos sociais urbanos e rurais, democráticos.

Os *conselhos* são espaços paritários em que a sociedade civil (50%) e os prestadores de serviços públicos, privados e filantrópicos discutem, elaboram e fiscalizam as políticas sociais das diversas áreas: saúde, educação, assistência social, criança e adolescência, idoso, entre outras. São baseados na concepção de participação social, que tem sua base na universalização dos direitos, pautada por uma nova compreensão do caráter e papel do Estado (CARVALHO, 1995). A sua novidade é a ideia do controle exercido pela sociedade através da presença e da ação organizada de diversos segmentos. Os Conselhos devem ser visualizados como lócus do fazer político, como espaços contraditórios, orientados pela democracia participativa, tendo no horizonte a construção da democracia de massas. Os Conselhos nos três níveis: nacional, estaduais e municipais foram criados no início da década de 1990, após as Leis Orgânicas das diversas políticas sociais.

As *conferências* são eventos que devem ser realizados periodicamente para discutir as políticas sociais de cada esfera e propor diretrizes de ação. As deliberações das conferências devem ser entendidas enquanto norteadoras da implantação das políticas e, portanto, influenciar as discussões travadas nos diversos conselhos.

Destaca-se, entretanto, que esses não são os únicos espaços de ação para o exercício do controle social apesar de, sem dúvida, serem mecanismos fundamentais, já que estão previstos em lei federal (BARROS, 1994, p. 35) ⁴.

Os mecanismos de controle democrático, entretanto, foram implementados a partir dos anos 1990, num cenário de regressão dos direitos sociais, de globalização e mundialização do capital, que tem na financeirização da economia um novo estágio de acumulação capitalista. As estratégias do grande capital passam a ser: acirrada crítica às

⁴ Existem outros mecanismos que também, se acionados, podem e devem ser entendidos enquanto instâncias de exercício do controle social, a saber: O Ministério Público, que é uma instituição essencial à função do Estado, incumbida na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Ele se configuraria num "advogado da sociedade". Os órgãos de defesa do consumidor, como o PROCON, que não só se dedica ao consumidor de bens e objetos, mas também prevê a proteção ao consumidor de serviços: as condições precárias de funcionamento das diversas instituições podem e devem ser notificadas ao PROCON (BARROS, 1994); os meios de comunicação oficiais, apesar da dificuldade de acesso e os alternativos; os Conselhos de profissionais, em que é possível que qualquer pessoa denuncie um mau atendimento no conselho respectivo.

conquistas sociais da Constituição de 1988 – com destaque para a concepção de Seguridade Social – e a construção de uma cultura persuasiva para difundir e tornar seu projeto consensual e compartilhado⁵.

Na atual conjuntura brasileira, o debate das políticas sociais públicas tem privilegiado a focalização em oposição à universalização, enfatizando a despolitização e a tecnificação dos interesses sociais⁶. As forças majoritárias da sociedade brasileira precisam debater a opção política a ser tomada, pois a questão de fundo está relacionada aos valores em que a mesma se estruturará, ou seja, se em valores individualistas, como os da sociedade norte-americana, ou em valores solidários, universalistas. Esta questão tem que ser politizada com os movimentos organizados e nos espaços públicos de controle democrático para que se fortaleça a concepção de Seguridade Social Pública. Essa não é uma tarefa fácil, pois vários impasses estão colocados, cabendo destacar a comunicação estabelecida com a sociedade brasileira; a fragilidade das lutas empreendidas pela sociedade civil em defesa das políticas públicas, seja nos espaços de controle democrático, como também em outras esferas e movimentos sociais organizados, bem como o papel desmobilizador dos governos na sua relação com a sociedade⁷.

⁵ Mota (1995) ressalta que esta cultura tem como eixo a crise e procura naturalizar a objetividade da ordem burguesa, tendo como base o novo conformismo social, visando o consentimento das classes subalternas a partir dos seguintes argumentos: a crise afeta toda a sociedade, desqualifica as posições antagônicas das classes, constroi um modo de integração passiva à ordem do capital, desmobilizando e despolitizando as lutas sociais e políticas. O projeto do grande capital tem como vetores privilegiados a defesa do processo de privatização e a constituição do cidadão consumidor.

⁶ Vianna (2001) destaca que três mitos sobre a política social têm sido plantados pela retórica neoliberal: o tecnicista, o naturalista e o maniqueísta. No primeiro, enfatizam-se a despolitização e a tecnificação dos interesses públicos. No segundo, naturalizam-se os processos sociais em curso na economia com a afirmação de que a seguridade social enfrenta, na atualidade, uma crise que é mundial, havendo o esgotamento das suas possibilidades. No terceiro, as soluções propostas são mutuamente excludentes, colocando a oposição entre o público e o privado e entre o universal e o focal.

⁷ Verifica-se que as entidades da sociedade civil têm substituído as lutas coletivas por lutas corporativas restritas a grupos de interesses. Essa concepção está de acordo com o ideário das classes dominantes, que têm como perspectiva a americanização da sociedade brasileira, neutralizando os processos de resistência com a utilização de estratégias persuasivas, obrigando os trabalhadores a uma prática política defensiva (VIANA, 1999). O projeto coletivo, cuja construção iniciou-se na década de 1980, tem sido questionado e substituído pelo projeto corporativo, que procura naturalizar a objetividade da ordem burguesa.

Na atualidade, com as condições objetivas explicitadas de fragilização das lutas coletivas, considera-se como uma estratégia importante o fortalecimento da organização popular, tais como os conselhos, conferências e movimentos sociais, tendo como um dos objetivos o questionamento da cultura política da crise gestada pelo grande capital. Assim, precisa-se ter conhecimento das principais questões que esses mecanismos de Controle Social da Sociedade sobre o Estado têm, como também, atentar para alguns desafios a serem enfrentados.

Diversos autores têm abordado esses espaços, tanto no Serviço Social como nas outras áreas do conhecimento, ressaltando seus limites e possibilidades. Várias pesquisas também têm sido realizadas em diversas áreas das políticas sociais⁸.

Os conselhos têm sido objeto de estudo entre setores liberais e da esquerda com diferentes matizes. Pelos liberais, eles são pensados como instrumentos ou mecanismos de colaboração, e pela esquerda como vias ou possibilidades de mudanças sociais, no sentido de democratização das relações de poder. Ressalta-se que os conselhos podem ser espaços de fortalecimento da gestão democrática, mas podem, também, ser transformados em estruturas burocráticas de aprovação de políticas sociais ou, ainda, em instrumentos que amenizam os conflitos (GOHN, 2001).

Coutinho (1992) ressalta que é somente por meio da articulação entre mecanismos de representação indireta com os organismos populares de democracia de base que os elementos de uma nova concepção de democracia e cidadania podem surgir e tomar corpo. Considera que é a partir dessa articulação que as classes subalternas podem participar ativamente do poder político, influenciando nas decisões, havendo a possibilidade de construção do predomínio da vontade geral e a conservação do pluralismo.

⁸ Destacam-se apenas alguns autores: Raichelis (1998), na Assistência Social; Bravo (2001 e 2006), Carvalho (1995), Correia (2000 e 2005) e Cortes (1998) na Saúde.

Os conselhos estão na contramão de um processo histórico conjuntural marcado pela ação deliberada de redução da esfera pública. Tatagiba (2002) ressalta que o fortalecimento de práticas profundamente antidemocráticas de resolução dos conflitos pode levar os conselhos a reforçarem ações de desresponsabilização do Estado.

Bravo (2001 e 2006) ressalta que os conselhos não podem ser nem super valorizados, nem subvalorizados, apontando como dificuldades: o desrespeito do poder público pelas deliberações dos conselhos e conferências; o não cumprimento das leis que regulamentam o seu funcionamento; a burocratização das ações e dinâmica dos conselhos que não viabilizam a participação dos representantes; a não divulgação prévia da pauta das reuniões; a infraestrutura precária; a ausência de definição orçamentária; a falta de conhecimento da sociedade civil organizada sobre os conselhos; a ausência de articulação mais efetiva dos conselheiros com suas bases; a dificuldade dos conselheiros interferirem na dinâmica dos conselhos; a chantagem institucional do Poder Executivo, alegando que, caso as propostas apresentadas sejam questionadas pelos conselheiros, irá trazer prejuízos para a população; a ausência de soluções jurídicas mais ágeis quanto à necessidade de se defrontar com o executivo; a contribuição ainda incipiente dos conselhos para a democratização da esfera pública. A autora, entretanto, também vai salientar seus aspectos positivos.

Os conselhos podem ser espaços de legitimação do poder dominante e de cooptação dos movimentos sociais ou se constituir em mecanismos de participação e controle social na perspectiva de ampliação da democracia direta (CORREIA, 2005).

Cortes (1998) apresenta como determinantes que influenciam o caráter da participação social nos conselhos: as mudanças recentes na estrutura institucional do sistema brasileiro de saúde; a organização dos movimentos sociais e sindical na cidade; a aliança entre trabalhadores e lideranças populares ou sindicais; as posições dos gestores municipais sobre a participação dos usuários no sistema e a dinâmica de funcionamento dos conselhos.

Campos e Maciel (1997) ressaltam como fundamental a eleição das entidades representativas dos segmentos dos usuários. A escolha dessas entidades nem sempre tem levado em consideração critérios como tradição política, base de sustentação, interesses representados, organização e dinâmica de funcionamento. A inobservância a esses critérios tem incentivado a participação elitista, burocrática e os representantes têm atuado de forma pessoal, subjetiva e arbitrária, não debatendo com as bases de sua entidade as temáticas tratadas nos conselhos⁹.

Tendo por referência as análises desses espaços de controle democrático na atual conjuntura, considera-se, entretanto, que eles são importantes para a democratização do espaço público e para a mudança da cultura política presente ao longo da história brasileira, pautada no favor, no patrimonialismo, no clientelismo e populismo. Todas essas práticas não permitiram a criação de mecanismos de participação no processo de gestão das políticas sociais públicas diante do autoritarismo do Estado brasileiro.

Um aspecto importante de ser reforçado é a afirmação de Dagnino (2002), que considera como equívoco atribuir aos espaços de participação da sociedade o papel de agentes fundamentais na transformação do Estado e da Sociedade. Eles têm que ser visualizados como uma das múltiplas arenas em que se trava a disputa hegemônica no país.

Os autores citados, quando ressaltam os limites, também têm levantado as possibilidades que vão depender do nível de organização da sociedade civil, bem como do investimento através de assessoria dos profissionais e/ou entidades. Esse aspecto será ressaltado no próximo item, ao referir-se à contribuição dos assistentes sociais para o fortalecimento do controle democrático.

⁹ Os autores citados e a nossa pesquisa também identificaram que a não observação de critérios para eleição das entidades tem limitado a participação de entidades representativas dos interesses dos trabalhadores, como por exemplo: as centrais sindicais, sindicatos, federação de mulheres, e favorecido a inserção de entidades não governamentais, entidades mais corporativas e prestadoras de serviços.

2 O Trabalho do Assistente Social nos Espaços de Controle Democrático

Enormes desafios estão postos para efetivar a participação social e o controle democrático nas políticas públicas na atual conjuntura.

A retomada dos pressupostos que marcaram as lutas sociais e que foram incorporados por diversas profissões, entre elas, a de Serviço Social é de fundamental importância na atualidade para combater as tendências de reforço do terceiro setor, de desresponsabilização do Estado e da participação cidadã.

A ampliação da esfera pública, o fortalecimento de instâncias democráticas e a garantia de direitos sociais são uns dos desafios postos para os profissionais que têm como referência um novo projeto societário. O Serviço Social nos seus diversos documentos legais que fundamentam o seu projeto ético-político¹⁰ ressalta a construção de uma nova ordem social, com igualdade, justiça social, universalização do acesso às políticas sociais, bem como a garantia dos direitos civis, políticos e sociais para todos. Os projetos profissionais, segundo Netto (1999), são indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores e expressam um processo de luta pela hegemonia entre as forças sociais presentes na sociedade e na profissão.

Os profissionais de Serviço Social desde os anos 1980 – período marcante de releitura da profissão – incorporaram a temática dos movimentos sociais na formação profissional, nas pesquisas e na produção acadêmica. Entretanto, a articulação do debate com análises empíricas, e sua relação com o trabalho do Serviço Social, foi pequena, como identifica Duriguetto (1996) em pesquisa realizada. A autora afirma que os profissionais de Serviço Social têm dificuldade de tomar sua inserção frente aos movimentos sociais como trabalho profissional. Essa questão também se expressa pela

¹⁰ Os principais são o Código de Ética dos Assistentes Sociais e a Lei que regulamenta a profissão (CFESS, 1993) e as diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social (ABESS/CEDEPSS, 1996).

falta de reflexões sobre a influência das instituições assessoras na organização dos movimentos sociais (DURIGUETO, 1996, p. 145).

Nos anos 1990, o debate do Serviço Social se desloca para os espaços de controle democrático, perante o esvaziamento dos movimentos sociais e a implementação dos conselhos. Considera-se, entretanto, que os estudos e intervenções com relação a esses mecanismos precisam estar articulados ao debate relativo aos movimentos sociais.

Nesta direção, os profissionais adeptos do projeto ético-político da profissão precisam qualificar suas ações a fim de contribuírem para a ampliação de uma cultura política crítica e democrática necessária ao efetivo controle democrático dos sujeitos coletivos, que buscam na arena pública – enquanto interlocutores e representantes dos interesses da maioria da população – defender a garantia dos direitos sociais, num cenário de regressão dos mesmos e de destruição das conquistas históricas dos trabalhadores.

A participação dos sujeitos, entretanto, só poderá ser exercida mediante amplo trabalho de capacitação para que ocorra uma intervenção qualificada e propositiva, no sentido de exigir direitos e exercer formas de pressão sobre o poder público. Nas frações de classe com baixo poder de organização, as dificuldades são ainda mais complexas. Para que o controle democrático se efetive, é necessário que os representantes da sociedade civil possam organizar-se institucionalmente e nas suas bases e que tenham consciência dos seus direitos e a quem reclamá-los. Reconhecem-se a necessidade e a importância da organização para a participação efetiva nas decisões públicas. O Estado aposta em manter o populismo regressivo, ou seja, a simpatia política difusa desse setor popular pauperizado e desorganizado (SIMIONATO, 2006).

É nesta tensão que os profissionais de Serviço Social podem atuar. É necessário ter a clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida a priori, porque são espaços de disputa. Podem abrigar experiências democráticas que

propiciem o aprendizado de um tipo de socialização, o partilhamento de poder e a intervenção em processos decisórios. Mas, podem, também, alimentar vícios populistas e clientelistas no trato da coisa pública (IAMAMOTO, 2002).

Iamamoto (2002) ressalta que é importante a ação dos assistentes sociais nos conselhos e nos movimentos sociais. Trata-se de reassumir o trabalho de base, de educação, de mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional frente ao refluxo dos movimentos sociais. É necessária uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente.

Souza (2001) estudou o material publicado nos anos 1990 sobre Controle Social na saúde, no âmbito do Serviço Social, bem como as comunicações apresentadas nos eventos nacionais da categoria. Seu trabalho, entretanto, apresenta algumas preocupações: são poucos os estudos referentes à assessoria e/ou ao trabalho profissional nesses espaços. Ressalta que os perfis dos profissionais que estão sistematizando esse debate são vinculados à universidade, ou seja, docentes, alunos de graduação e pós e profissionais engajados em projetos de extensão.

Correa (2005), em pesquisa realizada em 2000, com os assistentes sociais da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas, identificou que as equipes técnicas dos setores que trabalham com controle social são compostas, em sua maioria, por assistentes sociais.

Ao comparar os resultados da pesquisa bibliográfica de Souza (2001), que foi nacional, com os de Correa (2003), que foi uma investigação empírica de caráter estadual, pode-se levantar como hipótese que os assistentes sociais têm se inserido, a partir dos anos 2000, em experiências de controle democrático, procurando desenvolver

um trabalho profissional, e não apenas como conselheiros. Entretanto, eles não estão sistematizando essas ações.

A análise da bibliografia publicada no Serviço Social, nos anos 2000, comprova essa hipótese. São poucos os autores que têm enfatizado o trabalho dos assistentes sociais nas instâncias de controle democrático, a saber: Gomes (2000), Bravo et al. (2001), Bravo e Souza (2002), Correia (2005), Bravo e Matos (2006) e Simionato (2006).

Gomes (2000) afirma que o assistente social deve ser um socializador de informações, desvelando com competência técnico-política as questões, propostas, armadilhas que aparecem nos conselhos. Os usuários só poderão ter participação qualificada, interferindo nas políticas se tiverem os instrumentos de análise da realidade. Quanto mais qualificada a participação dos sujeitos e politicamente comprometida com a transparência, mais visibilidade terá o exercício do controle social e mais amplo será o espaço público.

Bravo e Souza (2002) identificam algumas respostas dadas pelos assistentes sociais relacionadas à assessoria técnica aos conselheiros representantes dos usuários e dos trabalhadores de Saúde. Essa assessoria tem sido efetivada por meio de diferentes maneiras, ou seja, pode ser uma assessoria cotidiana ou mais pontual, presente nas reuniões ordinárias e extraordinárias do conselho, como nos fóruns de discussão.

Os autores destacam como principais ações que envolvem essa assessoria: a organização da documentação dos Conselhos; a organização de plenárias; a elaboração de cartilhas sobre controle social e política de saúde; a pesquisa de temas e realização de oficinas; a elaboração das atas de reuniões do conselho; a idealização de boletins informativos do Conselho; a elaboração de Planos com propostas de participação popular, que devem conter o diagnóstico da localidade e o plano propriamente dito; a realização de reuniões periódicas, que discutam previamente a pauta da reunião dos Conselhos; a pesquisa sobre a realidade; a realização de cursos de capacitação de

conselheiros; o acompanhamento dos conselhos; a realização do perfil do conselheiro e o incentivo à realização e participação no orçamento participativo¹¹.

Correa (2005) salienta que o assistente social está relacionado com o controle social em duas dimensões: primeiro, como profissão auxiliar ao controle social, visto como um meio utilizado pelo Estado para a manutenção do consenso e da ordem, necessário à reprodução social capitalista. Segundo, como profissão que pode contribuir para o exercício do controle dos setores populares sob as ações do Estado, para que esse atenda aos interesses da maioria da população. Isso tem se tornado um desafio, tendo em vista o panorama atual das políticas públicas. Ressalta que a prática profissional, neste campo, desenvolve-se a partir de ações que muito se assemelham ao que foi destacado por Bravo e Souza (2002): estímulo à participação social, capacitação de conselheiros, suporte aos conselhos (contribuição nas pautas, atas, apoio as comissões internas, organização de conferências), socialização de informações (divulgação de documentos, cartilhas, boletins), assessoria à elaboração de Planos.

A autora relaciona também alguns requisitos importantes que constituem desafios para esta nova demanda profissional: aporte teórico, compreensão histórica da política social e dos seus aspectos legais e jurídicos, capacidade de realizar constantes análises conjunturais, compreensão de que esses espaços são contraditórios, capacidade de elaborar planos, programas e projetos de forma participativa e de intervir em orçamento, competência para capacitar conselheiros e/ou população usuária para o exercício do controle social; articulação com as demais políticas; consciência dos limites e possibilidades de participação social em espaços institucionais (CORREIA, 2005).

Bravo e Matos (2006) fazem uma reflexão sobre assessoria junto a usuários e suas entidades destacando estratégias para o fortalecimento da participação da sociedade

¹¹ O primeiro texto publicado que ressalta o trabalho do assistente social e o controle social na saúde é de Simionato e Nogueira (1994).

civil¹². Relatam que, a partir de uma demanda de capacitação de conselheiros, iniciam junto com os solicitantes uma problematização sobre o tema. A preocupação central consiste em desmistificar que a capacitação resolveria os problemas que são de ordem política. Por outro lado, os autores sabem, contraditoriamente, do potencial da capacitação não como uma ação episódica, mas no contexto de assessoria. É nesta perspectiva que as oficinas são desenvolvidas tendo por referência outras ações como a elaboração de planos municipais de saúde e mobilização dos sujeitos para continuarem a articulação com os demais segmentos e entidades. O curso é uma estratégia para o desenvolvimento de outras atividades, e, não por acaso, no seu encerramento, criam-se fóruns populares de políticas públicas para fortalecer a organização social. Tem-se utilizado como procedimentos técnico-operativos a pesquisa participante articulada a outros instrumentos de investigação, o planejamento estratégico situacional e ação socioeducativa¹³. O objetivo da assessoria é a democratização e/ou socialização do conhecimento, tendo por intencionalidade a ampliação dos diversos sujeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais. A pesquisa é socializada com os sujeitos tendo por objetivo a análise da realidade¹⁴. A ação socioeducativa é a que articula os diversos procedimentos na busca da problematização e desvendamento do real com vistas à mobilização e organização dos sujeitos para enfrentamento das questões concretas.

Bravo et al. (2001) e Correa (2005) também elaboraram um material de apoio ao fortalecimento do controle social, fruto de experiências dos autores em capacitação com conselheiros. O primeiro reúne textos de forma didática e crítica que podem servir de suporte para as oficinas dos cursos com conselhos¹⁵. O segundo apresenta a proposta de treze oficinas com temas diferentes¹⁶ e sugestões para realizá-las, incluindo roteiro do

¹² O texto é fruto da experiência do Projeto Políticas Públicas de Saúde: o potencial dos conselhos do Rio de Janeiro, coordenado pela autora que articula ensino, pesquisa e extensão.

¹³ Abreu (2002) faz um retrospecto da função educativa no processo histórico brasileiro e ressalta três perfis pedagógicos da prática do assistente social: da ajuda, da participação e da emancipação.

¹⁴ Diversas pesquisas já foram realizadas, a saber: análise dos conselhos de saúde (formação, composição, dinâmica de funcionamento), perfil dos conselheiros de saúde, inserção das entidades dos trabalhadores nos conselhos e inserção dos assistentes sociais nos conselhos. Atualmente, está em andamento a investigação relacionada aos movimentos sociais e usuários nos conselhos.

¹⁵ Os textos estão reunidos na coletânea “Capacitação para Conselheiros de Saúde: textos de apoio”, 2001.

¹⁶ Os temas são: Conhecendo os Participantes; Estruturação dos Conselhos: composição, organização e funcionamento; A Participação e o Controle Social na Saúde; Ao Papel do Conselheiro; O que é Saúde?; A Saúde na esfera da Seguridade

conteúdo a ser trabalhado, material necessário, metodologia, resumo do conteúdo e bibliografia para que possa servir de referência para os profissionais que atuam e/ou pretendem atuar em experiências de capacitação, adaptando-os às realidades específicas.

As reflexões, investigações e proposições apresentadas pelos diversos autores oferecem elementos importantes de reflexão sobre o trabalho dos assistentes sociais nas instâncias de controle democrático. No item a seguir, algumas considerações são levantadas a partir do exposto.

3 Algumas Considerações

Identificam-se, no Serviço Social, a partir dos anos 1990, diversas produções que analisam os mecanismos de controle democrático construídos nos anos 1980, no processo de redemocratização da sociedade brasileira, e implementados nos anos 1990, período de crise e aprofundamento da política de ajuste, que têm impactos na organização e mobilização dos sujeitos sociais, conforme já explicitado neste texto.

Essas produções, entretanto, não têm como preocupação central a análise do trabalho do assistente social nessas instâncias. Algumas pontuam questões a serem enfrentadas, demandas para o profissional, mas não se detêm nessa análise.

As publicações que tratam dessa temática são produzidas a partir do ano 2000, sendo resultado da inserção dos profissionais em diversos espaços de controle democrático, como conselhos, conferências, fóruns, plenárias, comitês, orçamento e planejamento participativo, bem como de projetos de extensão que articulam ensino e pesquisa das universidades. As proposições apresentadas abrem a possibilidade para que os assistentes sociais passem de meros executores das políticas para atuarem na

formulação e assessoria aos diversos sujeitos coletivos e movimentos sociais participantes deste processo. Sabe-se, entretanto, que essa produção é ainda muito restrita.

A maioria dos autores do Serviço Social que estão estudando os conselhos têm sua fundamentação em Gramsci e apreendem a contradição de classes como questão central desses mecanismos, analisando-os como arena de conflitos, onde estão em jogo interesses antagônicos. Nas outras áreas, identifica-se um número significativo de estudos que concebem os conselhos enquanto espaços de consenso, de pacto, onde os diferentes interesses sociais convergem para o interesse de todos.

Com relação à ação do assistente social, podem-se identificar duas direções. A primeira tem sido desenvolvida pelos profissionais como apoio-técnico ou técnico-administrativo, ou seja, os profissionais dão suporte aos conselhos exercendo as seguintes atividades: elaboração da pauta e de relatórios da reunião, convocação das reuniões, organização da documentação. Esse tipo de trabalho tem sido exercido por funcionários das prefeituras e que, muitas vezes, ocupam o lugar de secretário executivo dos conselhos. Este tipo de atividade precisa de reflexão, pois a atuação profissional está reduzida à atividade administrativa, de suporte legal aos conselhos, não estabelecendo relação com o projeto ético-político da categoria.

A segunda caracteriza as ações técnico-políticas, desenvolvidas pelos assistentes sociais, junto aos conselhos e/ou segmentos dos conselhos que envolvem a democratização e socialização da informação, realização de pesquisas, ação socioeducativa. Elas configuram um trabalho de assessoria que, conforme foi sinalizado por alguns autores, não deve ser pontual, mas estar articulada com diversas ações. É importante, nesta atividade, a colaboração da Universidade para garantir uma relativa autonomia na análise com relação às políticas sociais¹⁷.

¹⁷ Os governos têm como intenção divulgar as suas políticas, mas a crítica não é realizada. Por isto, é importante a presença da Universidade para garantir a análise crítica e elaboração de proposições.

Outra questão importante refere-se ao desafio posto aos profissionais de Serviço Social vinculados à Universidade para retomar a articulação ensino-pesquisa e extensão. Nos anos 1980, houve um dinamismo das experiências de extensão articuladas ao estágio. Estas, entretanto, tiveram um recuo a partir de 1990. A extensão também tem sofrido mutações. A concepção que se defende pauta-se na universidade compromissada com a sociedade e com as transformações necessárias para o fortalecimento da democracia de massas, e não na prestação de serviços, com viés privatista.

Ressalta-se que as entidades da categoria, principalmente o conjunto CFESS/CRESS, têm estimulado a inserção dos assistentes sociais nos espaços de controle democrático desde 1998.

A partir das indicações pontuadas, considera-se que a assessoria às instâncias públicas de controle democrático articulada aos movimentos sociais é um espaço de trabalho que os assistentes sociais podem contribuir para o fortalecimento dos sujeitos políticos na perspectiva da garantia e/ou ampliação dos direitos sociais, tendo no horizonte a emancipação humana.

Referências

ABESS/CEDEPSS. Proposta Básica para Formação Profissional. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 50, 1996.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*. O Estado num mundo em transformação. Washington: Banco Mundial, 2000.

BARROS, E. O controle social e o processo de descentralização dos serviços de saúde. In: *Brasil/ Ministério da Saúde*. Incentivo à participação popular e o controle social no SUS. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 1994.

BRAVO, Maria Inês Souza. *Serviço Social e Reforma Sanitária*. Lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo; Rio de Janeiro: Cortez/Ed. UFRJ, 1996.

_____. Gestão Democrática na Saúde: o potencial dos conselhos. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara, A. P. (Org.). *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

_____. et al. (Org.) *Capacitação para Conselheiros de Saúde – textos de apoio*. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.

_____.; SOUZA, Rodriane de Oliveira. Conselhos de saúde e Serviço Social: luta política e trabalho profissional. *Ser Social – Revista do programa de pós-graduação em política social*. Brasília, UnB, n. 10, 2002.

_____. Desafios Atuais do Controle Social no Sistema Único de Saúde (SUS). *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 88, 2006.

_____.; MATOS, Maurílio Castro de. O Potencial de Contribuição do Serviço Social na Assessoria aos Movimentos Sociais pelo Direito à Saúde. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de (Org.). *Assessoria, Consultoria & Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

CAMPOS, E. B.; MACIEL, C. A. B. Conselhos paritários: O enigma da participação e da construção democrática. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 55, 1997.

CARVALHO, Antônio Ivo. *Conselhos de Saúde no Brasil: participação cidadã e controle social*. Rio de Janeiro: FASE/ IBAM, 1995.

CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. Brasília, 1993.

CORREIA, Maria Valéria da Costa. *Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

_____. *Desafios para o Controle Social: subsídios para capacitação de conselheiros de saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CORTES, S. M. V. Conselhos Municipais de Saúde: a possibilidade dos usuários participarem e os determinantes da participação. *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, ABRASCO, n. 3, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e Construção Democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *A Temática dos Movimentos Sociais e sua Incorporação no Serviço Social*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 1996 (mimeo).

GONH, Maria da Glória. *Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade*. Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em questão. Brasília: CFESS, 2002.

INGRAO, Pietro. *As massas e o poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. *Democracia e Transição Socialista: escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social e a crise contemporânea. Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília, CEAD, 1999.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e os conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.

SIMIONATTO, I.; NOGUEIRA, V. Políticas de Saúde – do projeto formal à prática concreta. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 44, 1994.

SIMIONATTO, Ivete. Estado, sociedade civil e espaços públicos: uma análise do “Plano Plurianual” – 2004/2007. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 88, 2006.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. *Serviço Social na Saúde: contribuições políticas e profissionais ao exercício do controle social*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – ESS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001 (mimeo).

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. O Silencioso Desmonte da Seguridade Social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. (Org.). *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas

Angela Santana do Amaral

Professora Adjunta na Universidade Federal de Pernambuco, UFPE

Monica de Jesus Cesar

Professora Adjunta na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ

O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas

Introdução

No Brasil, desde os anos de 1980, vem ocorrendo uma série de mudanças nas empresas capitalistas. Tais mudanças são determinadas pela nova dinâmica da acumulação capitalista e respondem à necessidade de integração a um mercado cada vez mais competitivo e globalizado. Ao longo de mais de três décadas, observamos profundas alterações, seja na organização da produção, nos processos de trabalho, seja nas formas de intervenção estatal que dão amparo a essas mudanças. Potencializadas pela adoção de novas tecnologias associadas a um complexo conjunto de inovações organizacionais, elas imprimem novos requisitos aos trabalhadores, modificam as condições de inserção no mercado de trabalho e rebatem nos mecanismos de proteção social.

Na década de 1980, o cenário empresarial mostrava uma grande dinamicidade, influenciado pela emergência de inovações reveladas pela chamada reengenharia e expressas na crescente informatização de processos de trabalho, modernização das plantas industriais, implantação de programas de qualidade total, programas participativos, entre outras mudanças. Desde então, e particularmente ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, o discurso empresarial enfatiza as múltiplas competências, a qualificação dos trabalhadores, a adaptabilidade da força de trabalho às transformações em curso, a participação e o envolvimento de seus “colaboradores” nos objetivos empresariais.

Este período tem sido marcado pelas privatizações e fusões de empresas, por novas formas de produzir mercadorias, por exigências de produtividade e rentabilidade que reduzem os postos de trabalho e implicam a adoção de padrões mais rígidos de controle do desempenho do trabalhador. As terceirizações, a precarização, a flexibilização do trabalho e conseqüente desregulamentação das leis trabalhistas são características de um movimento mais geral da economia mundial que redirecionam as

estratégias empresariais no sentido de criar uma cultura do trabalho adequada aos requerimentos de produtividade, competitividade e maior lucratividade.

De modo análogo, as corporações empresariais passam a difundir a retórica da “responsabilidade social corporativa”, articulada à ideia de um “compromisso ético” com o “desenvolvimento sustentável”, ao tempo em que discursam sobre a “ineficiência” do Estado na solução dos “problemas sociais” do país e defendem a substituição dos sistemas de proteção social pelas ações focalizadas na pobreza.

Nesse contexto, parece surgir um conjunto diverso de frentes de trabalho para o assistente social nas empresas, entre as quais destacamos: gestão de recursos humanos; programas participativos; desenvolvimento de equipes; ambiência organizacional; qualidade de vida no trabalho, voluntariado; ação comunitária; certificação social; educação ambiental etc. Podemos afirmar que essas frentes de trabalho estão relacionadas com os processos macrossociais contemporâneos que incidem na vida social e inflexionam as práticas sociais, nas quais se inclui a experiência profissional do assistente social.

Portanto, o objetivo deste texto é buscar compreender de que forma o exercício profissional nas empresas é afetado pelas mudanças no “mundo do trabalho”, tendo em vista o movimento de transformação das forças produtivas e dos mecanismos de reprodução social.

1 O significado do Serviço Social nas empresas capitalistas

É a partir dos anos de 1970 e, particularmente, nos anos de 1980 que identificamos uma presença significativa de assistentes sociais nas empresas. Nesse período, a conjuntura brasileira favorece a ampliação do mercado de trabalho nesse campo. Trata-se de um contexto em que as classes trabalhadoras experimentam um massivo processo de organização política, a exemplo da fundação de partidos, sindicatos,

comissões de fábrica, entre outras representações, imprimindo formas combativas na sua relação com o capital.

Do ponto de vista do Serviço Social, a década de 1980 é marcada pela negação do conservadorismo profissional e por um movimento de explicitação da dimensão política da profissão, perspectiva denominada de "ruptura do Serviço Social", por colocar em xeque a gênese, os princípios e as práticas a que se vinculavam o Serviço Social, na sua trajetória sócio-histórica (NETTO, 1990; IAMAMOTO, 1998). Daí resultou, no interior da categoria profissional, um pensamento crítico, organicamente articulado às necessidades sociais das classes subalternas, pautado em bases teórico-metodológicas, éticas e prático-operativas assentadas na teoria social de Marx, capazes de compreender a realidade na trama das relações sociais contraditórias, determinada por condições históricas objetivas.

É nesse contexto que tanto as empresas públicas estatais e também as empresas privadas incorporam, nos seus quadros, o profissional de Serviço Social. Mota (1985, p. 16), em extensa e pioneira pesquisa que aborda as determinações do Serviço Social na empresa, ao se referir à absorção desses profissionais, afirma que:

a presença do assistente social numa empresa, antes de qualquer coisa, vem confirmar que a expansão do capital implica na criação de novas necessidades sociais. Isto é, a empresa, enquanto representação institucional do capital, passa a requisitar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e sua família.

Na realidade, o que fôra identificado naquela década como uma particularidade da intervenção do assistente social na empresa era uma ação voltada tanto à preservação da força de trabalho dos empregados como à necessidade de mediar conflitos/comportamentos que surgiam na relação entre capital e trabalho. A requisição profissional, portanto, atenderia, contraditoriamente, tanto às necessidades do capital – contratante dos serviços profissionais – como às do trabalho, pela via de uma

intervenção voltada a considerar as necessidades básicas dos trabalhadores e de suas famílias.

Dessa forma, a empresa conseguia controlar e disciplinar sua força de trabalho aos níveis de produtividade requeridos ao seu processo produtivo, participando ativamente da dinâmica de reprodução social das classes trabalhadoras. Ao interferir diretamente na esfera da reprodução social, os assistentes sociais, na condição de assalariados e submetidos às mesmas condições e relações de trabalho do conjunto dos trabalhadores, definem seus objetivos profissionais, desenvolvem iniciativas e estratégias para responder aos “problemas sociais” postos pelos empregadores. Mas, é nesse mesmo processo, que os assistentes sociais podem se apropriar criticamente dos objetos de intervenção originários dos seus empregadores e qualificar as suas práticas, por meio da problematização das situações reais que geram as necessidades dos trabalhadores e, assim, fortalecer os projetos das classes subalternas.

Nos anos de 1980, as empresas capitalistas se dinamizaram no lastro de uma grande efervescência do movimento político-sindical. No interior destas, assistia-se a inúmeras reivindicações dos trabalhadores organizados que exigiam melhores condições de vida e de trabalho, expressas nas lutas por democratização das relações de trabalho, instituição de comissão de fábricas, de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), acesso a informações empresariais, reconhecimento e negociação com as Comissões de Empresa, entre outras, que se constituíam expressão de um confronto aberto com os capitalistas.

Ao mesmo tempo, as direções empresariais se modernizavam e eram impelidas a buscar maiores índices de desempenho de produtividade para participar do processo de integração à dinâmica econômica mundial, e cujas exigências se voltavam à implementação de mudanças tecnológicas e organizacionais inspiradas nas experiências das economias japonesa e americana.

Ao final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, em grande medida, parte do setor industrial brasileiro já tinha realizado os ajustes e reformas organizacionais como parte das estratégias de integração econômica à dinâmica capitalista mundial. Para isso, o empresariado necessitou engendrar mecanismos sociopolíticos junto aos trabalhadores para dar legitimidade a tais mudanças, moldando, assim, novas formas de gestão e de relações de trabalho, fundadas no participacionismo e na colaboração dos trabalhadores com a gestão empresarial. Exemplo disso são os Círculos de Controle de Qualidade, dos quais os assistentes sociais foram partícipes ativos, no sentido da sua organização, mobilização, capacitação e acompanhamento.

Podemos afirmar que a ação empresarial nessas duas décadas imprimiu um esforço intenso para promover uma intervenção sociopolítica consoante às reformas capitalistas que estavam em curso. As áreas de recursos humanos das empresas, onde, de modo geral, estavam localizados os profissionais de Serviço Social, desempenharam um papel decisivo nesse processo. As respostas empresariais às demandas e reivindicações dos trabalhadores pareciam se resolver no âmbito interno das Comissões, espaço de socialização de algumas demandas políticas que não incluíam o controle sobre o processo de produção e decisões afetas à produtividade. Aqui, identifica-se a tentativa de esvaziamento do conteúdo político do movimento sindical, na medida em que há a substituição das práticas de confronto pelas de colaboração, estratégias compreendidas como “passivizadoras” das lutas sociais em presença.

Todavia, é necessário demarcar que essa inovação não se realizava isenta de contradições. Tensionadas pela ação sindical, as práticas que visavam à integração dos trabalhadores aos objetivos empresariais eram questionadas e, também, o Serviço Social era instado a fazer uma leitura crítica dessas iniciativas e a responder – ainda que se reconhecendo como “atividade subordinada” – a um conjunto de demandas do trabalho.

Nesse tensionamento, estavam postos os limites – dados pelas condições objetivas de trabalho – e, ao mesmo tempo, as possibilidades de intervenção dos assistentes sociais nos processos sociais, traduzidas na sua capacidade de compreender

a realidade, propor alternativas e negociar, junto às direções empresariais, o atendimento de necessidades fundamentais à reprodução da força de trabalho.

Mas, é no trânsito da década de 1990 para os anos 2000 que vamos assistir profundas mudanças que reorganizam o processo de produção de mercadorias e realização do lucro, como parte de estratégias mais gerais que definem atualizados mecanismos e condições de acumulação capitalista, definidos por alguns autores, como sendo uma fase de “acumulação flexível”.

Seus traços principais são: a financeirização da economia, a introdução de tecnologias avançadas no processo de produção, a ênfase em processos informacionais, a desregulamentação dos mercados, a flexibilização do trabalho, expressa nas novas modalidades de contratação, na supressão de direitos sociais e nas novas formas de gestão do trabalho, a desterritorialização da produção, entre outros.

Nesse cenário, são evidenciados um extensivo programa de privatizações, fusões empresariais e um drástico enxugamento de postos de trabalho, que redefiniram a composição do mercado de trabalho e, nas empresas, acarretaram uma brutal redução de trabalhadores agrupados, além de um intenso processo de concentração e descentralização de capitais e de transformações profundas nos processos de trabalho. Transformações estas que afetam, sobremaneira, a intervenção profissional, nos seus aspectos técnico-operativos e também no arsenal de conhecimentos acumulados e consolidados no caldo cultural da profissão na década de 1980.

Sob essa ótica, a atuação do assistente social nas empresas capitalistas também é objeto de novas exigências e qualificações e assume, nesses espaços, uma configuração e um estatuto bastante distintos daqueles expressos nas ações problematizadoras do projeto profissional dos anos de 1980. A complexificação da sociedade, as mudanças no mundo do trabalho, no papel do empresariado e o protagonismo dos organismos internacionais na definição de estratégias de “desenvolvimento” para os países

periféricos, são alguns determinantes que conduzem a uma ação profissional caracterizada por rupturas e continuidades, como poderemos ver mais adiante.

2 As empresas reestruturadas e o Serviço Social

O processo de reestruturação produtiva do capital, desencadeado como resposta à crise capitalista internacional dos anos de 1970 e 1980 (cf. MANDEL, 1990), é um movimento que visa à recriação das bases de valorização e dominação ideológica do capital. Supõe o desenvolvimento de estratégias que reordenam as forças produtivas e atualizam as práticas organizativas das classes.

No contexto nacional, esse processo implica profundas alterações no “mundo do trabalho” e expressa uma série de transformações que afetam diretamente o conjunto da vida social, mediadas pela inserção subalterna do Brasil no sistema capitalista mundial e pelas particularidades de sua formação econômica, política e social.

Nesse movimento, a questão determinante é a redefinição do processo de produção de mercadorias que deverá permitir e potencializar o desenvolvimento da dinâmica de acumulação. Isso resulta em mudanças na organização da produção e do processo de trabalho, nas estratégias de gestão da força de trabalho e nos sistemas gerenciais que lhes servem de suporte. Sendo assim, nessa estrutura reestruturadora, é possível constatar um conjunto de iniciativas do capital que mobiliza novas formas de:

a) consumo da força de trabalho – as empresas utilizam inovações tecnológicas que permitem a substituição da eletromecânica pela eletrônica e uma crescente informatização do processo de produção que, por sua vez, exige uma maior qualificação para determinados segmentos de trabalhadores. Para isso, as empresas investem em treinamento e buscam elevar os níveis de escolaridade da força de trabalho. Essa requalificação, associada ao desenvolvimento da polivalência e multifuncionalidade, também evidencia o processo de precarização das condições em que o trabalho se

realiza, pois intensifica-se o ritmo de execução das tarefas em prol de maior produtividade, além de eliminar postos e ocupações, aumentando o desemprego.

b) controle da força de trabalho – as empresas sofisticam os mecanismos de adequação do comportamento produtivo aos novos métodos de produção, buscando obter a adesão do trabalhador às metas de qualidade e produtividade. A natureza da relação salarial se afasta do processo de negociação coletiva e se concretiza na estratégia de individualização dos salários e na negociação direta empresa-trabalhador, sitiando os sindicatos e esvaziando o conteúdo político das reivindicações dos trabalhadores. São formulados critérios meritocráticos de julgamento no sistema de avaliação de desempenho e, sob a pretensa horizontalização das relações de trabalho, são implementados programas participativos com base na Gestão da Qualidade Total. Tais estratégias, por sua vez, se associam aos incentivos, que passam a compor o sistema de remuneração, e à ascensão funcional, condicionando-os à geração de resultados.

c) reprodução material da força de trabalho – as empresas oferecem aos seus empregados um leque de benefícios e serviços sociais, chamados de “salários indiretos”, que constituem um importante instrumento para mobilizar o consenso em torno das metas de produção. Desse modo, ao mesmo tempo em que se verifica a diminuição da intervenção estatal, com a retração das coberturas públicas e o corte nos direitos sociais, assiste-se à transferência dos mecanismos de proteção do Estado para as grandes corporações que refuncionalizam, de acordo com seus interesses, a esfera dos “benefícios ocupacionais”. Com isso, as empresas ampliam os sistemas de benefícios e incentivos, reforçando a dependência dos trabalhadores e intensificando a sua subordinação à disciplina fabril.

d) reprodução espiritual da força de trabalho – as empresas investem num processo de “aculturação” dos empregados e em formas ideológicas que pressupõem um “moral de envolvimento” para a geração de um novo comportamento produtivo adequado aos novos métodos de produção. Esta “moral de envolvimento” passa a permear o discurso e as práticas gerenciais, cujas prerrogativas são o “colaboracionismo

entre as classes” e o “engajamento dos colaboradores” ou “associados”. Disseminando valores e formas de racionalidade, as empresas estabelecem uma lógica menos despótica e mais consensual, envolvente e manipulatória que atinge a consciência, a subjetividade do trabalho e as suas formas de representação.

Para assegurar o “engajamento dos colaboradores”, é necessário que sejam consideradas as suas necessidades fisiológicas, sociais, de segurança, estima e autorrealização. A empresa, a título de prover tais necessidades, estabelece políticas de recursos humanos que têm por objetivos: favorecer o envolvimento com as metas; desenvolver capacidades e habilidades para as necessidades da produção, treinando e reeducando; reconhecer o desempenho por critérios individuais e atender supostas satisfações no trabalho para amenizar os conflitos; e estabelecer a remuneração a partir da geração de resultados. Desse modo, há uma harmoniosa integração entre as políticas da Administração de Recursos Humanos e os princípios da Gestão da Qualidade Total.

Em síntese, o processo de reestruturação produtiva inflexiona as políticas de recursos humanos, no Brasil, principalmente a partir dos anos de 1990, nos seguintes aspectos: crescimento dos investimentos empresariais com a qualificação da força de trabalho; introdução de técnicas e métodos de gerenciamento participativo, com forte apelo ao envolvimento dos trabalhadores com as metas empresariais; combinação do sistema de benefícios e serviços sociais com as políticas de incentivo à produtividade do trabalho; e adoção de práticas de avaliação e monitoramento do ambiente interno.

Sendo assim, nas empresas, o exercício profissional é perpassado por uma nova racionalidade técnica e ideopolítica, no âmbito do gerenciamento de recursos humanos, que refuncionaliza o “tradicional” em prol do “moderno” e conjuga, no campo das atividades profissionais, “velhas” e “novas” demandas, exigindo dos assistentes sociais estratégias que assegurem sua legitimidade social (cf. CESAR, 1998).

Com relação às velhas demandas, cabe destacar que o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social nas empresas mantém o seu caráter “educativo”, voltado para mudanças de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador, objetivando sua adequação ao processo de produção. Desse modo, o profissional continua sendo requisitado para responder às questões que interferem na produtividade – absenteísmo, insubordinação, acidentes, alcoolismo etc. –, a intervir sobre os aspectos da vida privada do trabalhador, que afetam seu desempenho – conflitos familiares, dificuldades financeiras, doenças etc. – e a executar serviços sociais asseguradores da manutenção da força de trabalho (cf. MOTA, 1985).

O assistente social se caracteriza como um dos profissionais que possui atributos para intervir na vida cotidiana dos trabalhadores, tanto no âmbito fabril quanto na esfera do seu ambiente doméstico ou de sua vida particular. Assim, ao mesmo tempo em que interfere na reprodução da força de trabalho, por meio da administração de benefícios sociais ou dos “salários indiretos”, exerce o papel de mediador nas relações empregado-empresa, implementando programas integrativos que, abrangendo a família-comunidade, contribuem para a intensificação do controle e do disciplinamento dos trabalhadores, tendo em vista a sua subordinação aos requisitos do processo de valorização (cf. IAMAMOTO, 1995).

Então, a dimensão “pedagógica” da intervenção do assistente social na propagação da mútua colaboração entre empregados e empregadores e na neutralização das tensões inerentes às relações entre capital e trabalho é uma marca que, historicamente determinada, condiciona as requisições das empresas ao Serviço Social, consolidando sua posição neste espaço sócio-ocupacional. É desse modo que o assistente social intervém na reprodução material e espiritual da força de trabalho, por meio da prestação de serviços sociais e da orientação sobre um determinado modo de ser, sentir, pensar e agir, em relação ao trabalho, à sociedade e à vida (cf. FREIRE, 2003).

Todavia, essas demandas “tradicionais” são atravessadas pelos conteúdos e instrumentos de controle renovados nos processos e relações de trabalho, que se expressam nos principais programas desenvolvidos pelas empresas, abordados a seguir.

3 O Serviço Social nos programas empresariais

Como exemplos da combinação entre o “velho” e o “novo” presente no trabalho do assistente social nas empresas, destacam-se os programas a seguir listados.

- Programa de Treinamento e Desenvolvimento – diretamente relacionado com as novas modalidades de consumo da força de trabalho, esse programa diz respeito à adequação do funcionamento do mercado interno de trabalho e à requalificação da força de trabalho requerida pelos novos métodos de produção, congregando as funções de: formação e treinamento; capacitação e desenvolvimento; mobilidade e sucessão.

À medida que os planos de treinamento integram a estratégia de qualidade e produtividade, eles são precedidos por levantamentos de necessidades e seguidos por processos de avaliação dos resultados da sua aplicabilidade. Apesar de estarem dirigidos para a capacitação gerencial e técnico-operacional, os maiores investimentos desses planos se concentram na chamada "requalificação comportamental" (cf. CESAR, 1996).

É nesse campo que o assistente social se insere, buscando desenvolver um processo educativo para a adequação dos padrões de desempenho à flexibilização da produção e uma mobilização ideológica favorável à adesão do trabalhador com as metas da empresa. Temas como desenvolvimento de equipes, cooperação intergrupar, relacionamento interpessoal, entre outros, tornam-se objetos das atividades de treinamento organizadas pelos profissionais. Cabe ressaltar que, como todo trabalhador, o assistente social também é submetido aos programas de treinamento das empresas, sejam eles técnicos ou comportamentais, para a conformação de um dado perfil profissional.

- Programas Participativos – estes programas se pautam na Gestão da Qualidade Total, cujo pressuposto é o da satisfação das necessidades dos clientes externos e internos das organizações. Para isso, são realizados investimentos para elevar os padrões de qualidade e confiabilidade dos processos, produtos e serviços, bem como para fomentar a participação dos trabalhadores que, dentro da ordem e do universo da empresa, passa a ser estimulada por meio de incentivos materiais e simbólicos.

Com a incorporação da “cultura da qualidade”, o trabalho do assistente social é redimensionado e passa a assumir o papel de impulsionador da inovação e mudança, principalmente, no que toca à “democratização” das relações de trabalho, enquanto um processo que, em tese, beneficia tanto à empresa quanto aos trabalhadores. Estes últimos se beneficiariam pelo crescimento profissional e pela possibilidade de transcenderem seu papel meramente executor, para se tornarem sujeitos ativos no processo de produção.

Então, tal como no programa anterior, a intervenção profissional se estabelece com base nos princípios do envolvimento e do comprometimento, tendo por objetivo adequar idéias, comportamentos e atitudes. Assim, o Serviço Social busca promover a “valorização do empregado”, desenvolvendo ações incentivadoras do seu envolvimento com o trabalho e a empresa. De modo geral, a inserção do assistente social ocorre pelo reconhecimento, por parte da gerência, da sua facilidade de persuasão e inserção no cotidiano dos trabalhadores, o que reitera o caráter pedagógico de sua ação.

- Programa de Qualidade de Vida – no discurso empresarial, o termo “qualidade de vida” é empregado para enunciar a conjugação de interesses entre patrões e empregados, isto é, a associação entre os objetivos das empresas de aumentarem a produtividade e as necessidades de “bem-estar” dos trabalhadores.

Neste sentido, os programas de “qualidade de vida no trabalho” seguem a tendência já apontada, ou seja, visam conformar um comportamento adequado aos novos métodos de produção. Condizentes com as novas modalidades de reprodução da força de trabalho, esses programas buscam, por meio dos serviços sociais e das ações socioeducativas, o enquadramento de hábitos e cuidados com a saúde, alimentação, lazer etc., que implica uma intervenção normativa sobre a vida do trabalhador dentro e fora da empresa.

Além disso, muitos desses programas são estruturados em função das consequências nocivas das mudanças efetuadas na produção sobre as condições de vida e de trabalho, como o aumento do desgaste e da instabilidade, que associam antigas doenças profissionais com novos distúrbios e patologias vinculadas ao sofrimento psíquico e às psicopatologias (cf. MELO et. al., 1998). Com isso, há uma reatualização da intervenção do assistente social na prevenção de acidentes e doenças, bem como uma revalorização das atividades desportivas e recreativas, voltadas para o combate ao “*stress*”.

Como será visto a seguir, o trabalho do assistente social, nesse tipo de programa, tem como base o levantamento do nível de satisfação no trabalho, tendo em vista a instrumentalização das ações gerenciais para a melhoria da “qualidade de vida”, que abrange questões relativas às políticas recursos humanos.

- Programa de Clima ou Ambiência Organizacional – esse programa comporta os fatores do “ambiente de trabalho” que afetam o comportamento produtivo. Nas empresas, o clima organizacional é concebido como um conjunto de aspectos que caracterizam uma determinada corporação e influenciam o comportamento dos trabalhadores, ou seja, se refere à relação existente entre organização do trabalho, satisfação e desempenho.

Desse modo, a “atmosfera da empresa” é considerada um conjunto mensurável de propriedades do “ambiente de trabalho” que, percebidas direta ou indiretamente pelos trabalhadores, são capazes de influenciar sua motivação e desempenho. Associada aos processos de comunicação interna, ela é considerada uma condição estratégica para a propagação do “moral de envolvimento” em torno dos objetivos corporativos.

A atuação do assistente social incide, então, na mensuração dessas propriedades, principalmente, por meio da aplicação periódica de questionários compostos de questões que buscam correlacionar as práticas de gestão com o clima organizacional, a partir da percepção dos empregados sobre a organização do trabalho, as relações e condições de trabalho. Os resultados desse tipo de pesquisa são analisados e transmitidos para as chefias e seus subordinados, servindo como indicadores para a implementação de modificações nos sistemas gerenciais, o aprimoramento das políticas de recursos humanos e o desenvolvimento de ações de sociais, com vistas à melhoria do clima organizacional e, conseqüentemente, do aumento da produtividade do trabalho.

Cabe destacar que o conjunto de ações sociais que a empresa desenvolve para atender, internamente, às necessidades dos seus empregados passou a compor a ideia da “responsabilidade social corporativa”, que ganhou consistência no meio empresarial, no decorrer dos anos de 1990. A esta idéia somam-se, também, as ações que visam atender, externamente, às demandas das comunidades, em termos de assistência social, alimentação, saúde, educação, preservação do meio ambiente, entre outras.

Com o desenvolvimento de ações sociais que extrapolam o âmbito da empresa e se estendem à sociedade, configura-se, então, o ideário da “empresa cidadã” (cf. CESAR, 2006), corroborando com as medidas governamentais de fortalecimento das iniciativas da “sociedade civil” que, supostamente neutra e desprovida de ideologias e práticas classistas (cf. AMARAL, 2006), é posta como parceira indispensável do Estado no enfrentamento dos desafios nacionais, como o combate à pobreza e à desigualdade social.

Considerações finais

As mudanças no mundo da produção e as necessidades de reatualizar os mecanismos de acumulação de capital exigem a adoção de novas formas de consumo da força de trabalho e estratégias de gestão, controle e disciplinamento do comportamento produtivo compatíveis ao momento atual da economia. As empresas capitalistas, ao serem impelidas a modificar suas estratégias de intervenção, tanto do ponto de vista interno quanto externo, passaram a investir em ações e a desenvolver práticas que pudessem legitimar suas iniciativas em busca de competitividade internacional e, conseqüentemente, de maiores lucros.

Nesse sentido, os traços distintivos desse processo, que, no Brasil, adquire maior visibilidade a partir dos anos de 1990, são os mecanismos de conciliação, colaboração e de consensos desenvolvidos pelo empresariado, que envolvem os trabalhadores no seu processo de trabalho e também na totalidade da vida social. Se, na década de 1980 até início dos anos de 1990, do ponto de vista da política, a conjuntura era propícia a um confronto aberto com os patrões, o que se observa na década atual é um campo de conciliação de interesses que compõem as iniciativas gerenciais para mobilizar o consenso em torno das metas de qualidade e produtividade das empresas.

É possível dizer que os processos relativos às transformações operadas nas empresas capitalistas, cujas principais modificações são determinadas pela mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais, alteram também a cultura profissional, incidindo nas suas áreas de intervenção, nos seus suportes de conhecimento, nas suas funcionalidades (cf. NETTO, 1996).

Na atualidade, a forma “de ser no trabalho” do assistente social é marcada por um cenário, no qual coexistem formas arcaicas e modernas de trabalho, ambientes em que convivem terceirizados, subcontratados e empregados “formais”, força de trabalho superespecializada que lida com processos informacionais dos mais sofisticados e, ao mesmo tempo, trabalhadores que só necessitam de conhecimentos básicos e estão

expostos a condições precárias de trabalho. Essa heterogeneidade no ambiente empresarial, em que a capacidade de organização e de resistência se torna cada vez mais diluída ou até mesmo inexistente, é mediada pelo crescente desemprego de grande parte dos trabalhadores, sob a justificativa de enxugamento de quadros e de redução dos custos de produção.

Nesse contexto, o trabalho do assistente social ainda é requisitado para atuar nas situações de trabalho que interferem na produtividade das empresas e nas suas necessidades de reprodução material e de sua família. Mas, agora, também são chamados para intervir em novos projetos, mais amplos e “extra muros” da empresa, que requerem uma ação “colada” à filosofia e às práticas empresariais modernas de gestão do trabalho.

Podemos dizer, então, que há a coexistência do “antigo” e do “inovador”, num movimento que vai do “conservadorismo” à “renovação”. Seu processo interventivo, embora se estabeleça em uma sociedade e em um espaço institucional permeados por discursos e práticas contraditórias que refletem interesses contrapostos que convivem em tensão, é marcada pela necessidade imperativa de formar consensos e pactos hegemônicos, de modo a legitimar as ações estratégicas das corporações empresariais. Esse caráter contraditório do exercício profissional torna a definição do que é “velho” e do que é “novo” imprecisa e diluída para os próprios assistentes sociais.

A ênfase nas ações de responsabilidade socioambiental, balanço social, qualidade de vida no trabalho, negociação sindical, acompanhamento dos códigos de ética e de “melhores práticas”, por exemplo, parecem revelar uma empresa mais integrada à sociedade e, portanto, formadora de valores para uma nova cultura do trabalho, mais consensual e comprometida com os objetivos e finalidades das empresas. No entanto, tais iniciativas se incluem em um projeto estratégico de ajustes e reformas para adequar as empresas capitalistas à dinâmica contemporânea da acumulação.

Mesmo sem modificar a natureza da ação do Serviço Social, as mudanças na produção impactaram as exigências feitas ao profissional e as suas condições de trabalho nas empresas. Este, em larga medida, vem respondendo às novas requisições, com conhecimentos e habilidades específicos que, de certo modo, se afastam dos elementos e exigências da formação generalista, apropriando-se, cada vez mais, de informações técnicas, e, por muitas vezes a-críticas, amparadas em matizes teóricas de outras áreas de conhecimento.

Do ponto de vista das condições de trabalho, há que se considerar que o próprio trabalho do assistente social, hoje, é exercido sob condições que não fogem ao quadro mais geral da economia: muitos desses profissionais são terceirizados, fazem parte de cooperativas de trabalho, são contratados “por projetos” e não têm assegurada a proteção social pública. Portanto, são variadas as modalidades de contratação dos seus serviços, fato que reduz a sua capacidade de se contrapor, de questionar os objetivos empresariais e de trabalhar o campo de contradições que é inerente às práticas capitalistas.

Contudo, a despeito das visões mecanicistas – que acentuam a vinculação da profissão com o poder monolítico do capital – ou das concepções voluntaristas – que superestimam o papel transformador do exercício profissional – é fundamental compreender que, mesmo considerando que as empresas cobram dos assistentes sociais uma organicidade em relação aos seus objetivos, a vivência cotidiana com as contradições sociais cria condições para a expansão da consciência crítica e o alinhamento dos objetivos profissionais com as reais necessidades dos trabalhadores.

Por isso, vale salientar que, apesar de predominar a tendência de absorção da “cultura da qualidade” e do “ideário da responsabilidade social” pelo Serviço Social, vários profissionais formulam críticas às ações e programas desenvolvidos pelas empresas. Tais críticas denunciam: o aprofundamento da exploração, pela intensificação das pressões sobre o trabalho; o crescimento da competitividade e rivalidade que dividem o coletivo dos trabalhadores; a conversão da participação do trabalhador num

meio de cooptação política e apropriação do seu conhecimento; a manipulação dos programas sociais como forma de angariar subsídios e incentivos fiscais ou como estratégias de promoção e *marketing* social.

Portanto, considerando esse potencial crítico e a relativa autonomia teórica, ética, política e técnica do assistente social, é possível direcionar o exercício profissional para os interesses fundamentais dos trabalhadores, em contraposição aos interesses de lucratividade e rentabilidade dos empresários no circuito da reestruturação capitalista, trabalhando o campo de mediações presentes na ordem burguesa, necessário à identificação de estratégias de ação que se articulem ao projeto ético-político da profissão.

Referências

AMARAL, Ângela Santana. *Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas*. (Tese) Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

CESAR, Mônica de Jesus. A reestruturação industrial e as Políticas de Recursos Humanos: Um Estudo de Caso no Setor Químico. *Em Pauta*, Rio de Janeiro: FSS/UERJ, n. 09, 1996.

_____. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A intervenção social das empresas no Brasil. In: *Serviço social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Lúcia Maria de Barros. *O serviço social na reestruturação produtiva: espaços, programas e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital*. Campinas: UNICAMP/Ensaio, 1990.

MELO, Ana Inês Simões Cardoso et al. Na corda bamba do trabalho precarizado: a terceirização e a saúde dos trabalhadores. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elisabete. *O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa*. São Paulo: Cortez, 1985.

_____; AMARAL, Ângela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, n. 50, Ano XVII, São Paulo, Cortez, 1996.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil no pós 64. São Paulo: Cortez, 1990.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

O Trabalho do Assistente Social nas Fundações Empresariais

Ângela Santana do Amaral

Professora da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE

Monica de Jesus Cesar

Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O Trabalho do Assistente Social nas Fundações Empresariais

Introdução

O tema da “cidadania empresarial” ou da “responsabilidade social corporativa” vem ganhando projeção não só com sua propagação na mídia, mas também com a divulgação dos resultados de estudos e pesquisas, que apontam a sua expressividade no conjunto das transformações contemporâneas, resultantes do movimento de reestruturação do capital em resposta às suas crises. Neste movimento, o receituário neoliberal foi difundido como prerrogativa do programa de “ajuste global” imposto pelos organismos financeiros internacionais aos países devedores, cujas reformas estruturais enfocavam a desregulamentação dos mercados, a privatização do setor público e a redução do Estado, em prol de um “desenvolvimento sustentável”.

No Brasil, principalmente a partir dos anos 90 do século passado, expressões como “sociedade civil” e “terceiro setor” passaram a ser empregadas para denotar a suposta emergência de uma “nova forma de gestão social” que, fundamentada na solidariedade, na cooperação voluntária e no compromisso cívico com as necessidades coletivas, se contrapõe à gestão estatal acusada de ser ineficiente, burocrática e corporativista. A “Reforma do Estado” postulou o reconhecimento de um “espaço público não-estatal”, composto por organizações e iniciativas privadas sem fins lucrativos, que, em tese, seriam capazes de absorver a prestação de serviços sociais com base na “cidadania” e no “espírito comunitário”.

É justamente para este “espaço público, porém privado”, que convergem as ações das empresas “socialmente responsáveis” e os “investimentos sociais” das fundações empresariais, promotoras da imagem positiva de suas mantenedoras, associando as logomarcas de seus produtos e serviços às causas sociais, como uma estratégia de mercado. As empresas e suas fundações financiam ou desenvolvem diretamente atividades comunitário-assistenciais, sob o pretexto de possuírem um compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população e, assim, buscam conjugar a avidez pelo lucro com princípios éticos de conduta.

Na perspectiva de alcançarem os resultados esperados com seus “investimentos sociais”, as empresas e suas fundações procuram se afastar da tradicional “filantropia”, profissionalizando sua intervenção com base nas modernas formas de gestão, planejamento estratégico, administração financeira, *marketing* e captação de recursos. Desta forma, vários profissionais são mobilizados para o gerenciamento de projetos, inclusive o assistente social, cuja atuação se estabelece na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas, contribuindo para legitimar o “ativismo social” do “mundo dos negócios capitalistas”.

Nesta direção, o objetivo deste texto é abordar o trabalho dos assistentes sociais nas fundações empresariais, tendo em vista que, atualmente, a crescente intervenção sociopolítica das “empresas-cidadãs” mistifica o fato de que a responsabilidade pública sobre os destinos das extremas desigualdades sociais é lançada para o âmbito privado. Trata-se, portanto, de considerar o investimento do empresariado em programas de “responsabilidade social” como uma expressão da atual intervenção sociopolítica do Estado, sob a égide das reformas neoliberais, e um componente constitutivo da hegemonia burguesa no país.

1 A mundialização financeira e as novas formas de intervenção das empresas

O processo de re-estruturação produtiva, desencadeado como resposta às recessões generalizadas da economia capitalista internacional, nos anos de 1970 e 1980 (cf. MANDEL, 1990), implicou uma recomposição das bases sociais e materiais da hegemonia burguesa, seja no âmbito da produção, seja nas estruturas políticas, para atualizar os mecanismos de controle e comando do capital, rebatendo nas formas de intervenção das classes e do Estado.

Neste processo, foram desencadeadas mudanças significativas nas operações de diferentes setores da atividade econômica, alterando estruturas de produção e de mercados em meio ao aprofundamento da internacionalização capitalista. As inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais possibilitaram a formação de novos oligopólios, com base nas alianças entre a burguesia industrial e financeira, e o

surgimento de novas modalidades de associação interfirmas. Propiciaram, também, condições para a conformação de um mercado de capitais abrangente, capaz de concentrar recursos e canalizá-los para aplicações remuneradoras em escala mundial, em virtude da capacidade das empresas de coordenarem suas atividades e estabelecerem estratégias competitivas globais.

O conjunto de mudanças empreendidas na sociedade no contexto da mundialização do capital, da re-estruturação produtiva e do neoliberalismo possibilita às empresas localizarem suas atividades em qualquer lugar do mundo ou integrar redes regionais ou globais. Elas expandem seus limítrofes, sem deixar de explorar as vantagens derivadas da localização específica das suas operações, e isto parece estreitar as margens de manobra de cada governo nacional. Como nos recorda Harvey (2005), embora seja o local, o território que esteja na agenda dos governos nacionais, trata-se, na verdade, de um desenvolvimento geográfico sob o capitalismo que diz respeito às formas de enfrentamento das desigualdades, das relações de poder que permitem uma maior ou menor autonomia do Estado e do lugar da periferia capitalista no processo global de acumulação.

Ao considerarmos tais questões, podemos afirmar que o local, o território, ganha relevância, principalmente porque as relações espaciais são dinâmicas estratégicas na configuração do capitalismo contemporâneo. Por meio da sua reconstrução, os limites geográficos específicos podem ser liberados para dar vez a mudanças que substituem processos produtivos anteriores. Nessa perspectiva, ocorre o que o autor, ao discutir sobre a produção da organização espacial, caracteriza como sendo a forma industrial de urbanização, “resposta capitalista específica à necessidade de minimizar o custo e o tempo de movimento sob condições da conexão interindústrias, da divisão social do trabalho e da necessidade de acesso tanto à oferta de mão-de-obra como aos mercados de consumidores finais” (idem, p. 146).

Essa mesma dinâmica confere uma dimensão sistêmica ou estrutural à competitividade de cada empresa, vinculada não só ao papel articulador do setor de bens de capital na difusão de novas tecnologias e às relações do sistema financeiro com a

indústria, mas, também, aos atributos do contexto produtivo, social e político do país onde atuam. A competição intercapitalista passa a depender, cada vez mais, de um amplo conjunto de fatores que, considerados fundamentais para definir a “atratividade” de um país para os grandes grupos e investimentos estrangeiros, são condicionados pelas decisões tomadas pelo Estado. Por isso, os governos nacionais, regionais e locais disputam a oportunidade de reter e atrair capitais financeiros à procura de lucro máximo imediato, seja para evitar o êxodo de capitais do território, seja para atraí-los pelo dumping social, fiscal e salarial (cf. CHESNAIS, 1996).

Cabe destacar que, no quadro de mundialização financeira, o rendimento financeiro de ativos é vigiado pelos detentores de carteiras de ações, e mais, intensivamente, na medida em que esses se constituem de grandes investidores institucionais, como fundos de pensão e seguradoras. Na nova configuração rentista, os investidores institucionais têm o poder de escolher os segmentos da cadeia de valor que estimam ser os mais rentáveis e os mais “isentos de riscos”. Os grupos transnacionais, então, precisam ser eminentemente rentáveis, mas essa rentabilidade, na atualidade, não pode ser baseada, de forma única, na produção e comercialização próprias do grupo e de suas filiais, pois depende, cada vez mais, das suas relações com outras empresas, pela proliferação minoritária de companhias “coligadas”, pelas participações em cascata ou pelos numerosos acordos de terceirização e de cooperação interempresas que fazem surgir as chamadas “empresas-rede”.

As empresas-rede alocam recursos funcionalmente e organizam, de forma hierárquica, os diversos setores de produção. As funções de planejamento e relação com o mercado ficam nas mãos das empresas líderes, que descentralizam a produção industrial entre “parceiros”, formando uma rede pessoal de fornecimento selecionado, estável e relativamente dependente. Com efeito, pela distribuição global de capitais, tecnologias, bens e serviços, as empresas transnacionais constroem vastas redes de comunicação e, por meio delas, estabelecem um complexo dispositivo de obtenção de mais-valia.

Neste contexto, as empresas, além de metaorganizadores da produção e dos mercados, passam a fornecer bens e serviços de tipo coletivo: de pesquisa científica e tecnológica à criação de infraestruturas econômicas e sociais; de atividades culturais aos serviços de assistência e de qualificação, voltados não somente para os próprios trabalhadores, mas para a “rede” envolvida nas relações com a empresa. Sua intervenção deve, então, ultrapassar a esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, atingindo outras esferas, direta ou indiretamente, vinculadas à produção econômica. Isso requer a ampliação da capacidade dirigente e técnica do empresário, uma vez que esse deve ser um organizador de massa de homens, um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria (cf. GRAMSCI, 2001).

Essa visão que ultrapassa o núcleo de atividades centrais das empresas está articulada às práticas do mercado de capitais denominadas de *corporate governance*. Por meio delas, as empresas são compelidas por diversos organismos internacionais, como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, a apresentarem bons indicadores de sustentabilidade. Assim, podem obter recursos financeiros e parceiros para seus processos econômicos e, com isso, galgarem novos patamares de rentabilidade, elevando o potencial de valorização dos seus ativos e diminuindo os riscos das suas aplicações.

A difusão internacional dos princípios do *corporate governance* favorece a internacionalização de uma “regulação rentista mundializada”. Nessa regulação, os principais países, considerados fontes do capital-dinheiro concentrado, ficam situados no centro de uma vasta rede, que se nutre de uma parte crescente do valor produzido no mundo inteiro. Desta forma, o *corporate governance* aparece como a sistematização gestora de uma prática onde o capital-dinheiro concentrado subordina, em escala nacional e internacional, parcelas cada vez mais importantes do aparelho produtivo (cf. FARRETI, 1998).

Nesse contexto, a “governança corporativa” exige uma modificação na forma de relacionamento das companhias com todos os envolvidos pelas suas atividades, ou seja, com as diversas categorias de acionistas, credores, investidores, governo, empregados e

“comunidade” em que atua. Isso significa que a empresa deve potencializar sua capacidade de articulação política, a fim de coordenar os diferentes interesses em jogo. A “governança corporativa” vincula-se, portanto, à “responsabilidade social empresarial”, que passa a ser um dos indicadores da sustentabilidade dos negócios e vem sendo objeto de iniciativas dos empresários no contexto de mudanças no padrão de organização e gestão das empresas.

Esse “modelo de gestão” vem sendo “importado” dos Estados Unidos, onde este filão de carteiras de investimento tem sido ampliado, pois os empresários norte-americanos consideram que a ação social das suas empresas possui benefícios bastante abrangentes que incluem, por exemplo, um maior acesso ao capital de risco. Esta tendência do mercado de capitais, gradativamente, vem se afirmando no Brasil através de várias iniciativas, tais como: a criação do Índice de Governança Corporativa (IGC) pela Bovespa, que mede a transparência das empresas e sua relação com os acionistas; a criação dos critérios de Investimentos Socialmente Responsáveis pela Abrapp em conjunto com o Instituto Ethos, para direcionar os investimentos dos fundos de pensão para empresas que implementam projetos sociais e a ampliação dos chamados Fundos Éticos, que anunciam obras sociais como sendo o destino das aplicações financeiras dos seus investidores.

Somam-se a essas iniciativas, a criação da Norma Brasileira de Responsabilidade Social (ABNT NBR 16001), cujo objetivo é certificar e legitimar o sistema de gestão da responsabilidade social das empresas, e o Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas (PAIS) pelo BNDES. Esse programa usa os recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e do PIS/PASEP para financiar diretamente até 100% dos investimentos realizados pelas empresas. Deste modo, integra as parcerias estabelecidas entre as empresas e o Estado, que deslocam parte dos fundos públicos da esfera coletiva para o âmbito privado, financiando as ações sociais empresariais com recursos que, por força da lei, deveriam beneficiar, diretamente, os trabalhadores.

A empresa adquire, assim, um poder indispensável ao exercício da política que ela quer e referencia: retirar da arena pública os conflitos distributivos e, cada vez mais,

tornar o Estado um instrumento efetivo para a consecução de seus interesses econômicos e financeiros, por meio de uma renovada articulação entre público e privado. Trata-se de fortalecer a subordinação dos fundos públicos aos interesses privados, que tentam se tornar identificados com o interesse público. Mais que tentar privatizar o “público”, o empresariado parece intencionar “publicizar” o privado e, assim, diluir as fronteiras do conflito pela distribuição social dos bens coletivos, com base na cooperação entre atores governamentais e não-governamentais, em nome de interesses compartilhados no seio da “sociedade civil”.

2 O protagonismo da “sociedade civil” na contrarreforma do Estado

O processo de mundialização da economia com predomínio do capital financeiro representa um novo momento de aglutinação das forças do capital, recriando as bases de valorização e dominação ideológica da burguesia num contexto político em que ela tenta “sepultar” as alternativas anticapitalistas, tendo em vista a crise do *Welfare State*, o fim da Guerra Fria e a desagregação da economia socialista (cf. MÉSZÁROS, 2002). Dando suporte a este processo e combatendo o avanço das lutas sociais herdadas dos períodos precedentes, o projeto neoliberal burguês atacou os mecanismos de base keynesiana e investiu contra a regulação do Estado e o poder dos sindicatos.

O Consenso de Washington, cujos focos originários eram os problemas dos países que atravessavam a chamada “crise da dívida”, estabeleceu o receituário neoliberal para que o “Terceiro Mundo” pudesse superar o débil desempenho econômico e enfrentar o agravamento das expressões da questão social. A adoção de políticas de estabilização associada às reformas estruturais liberalizantes foi recomendada sem que fosse desconsiderada a necessidade de uma intervenção estratégica para diminuir os índices de pobreza produzidos pela crise e pelas próprias medidas de ajuste (cf. FIORI, 1993).

No Brasil, na passagem da década de 1980 para a de 1990, sob os postulados do receituário neoliberal, o Estado foi impelido a livrar-se das obrigações públicas de proteção e garantia dos direitos sociais. As conquistas sancionadas na Constituição de 1988, que resultaram das lutas sociais travadas em prol de mudanças profundas na



direção político-econômica do país, tornaram-se alvo de violentos ataques, por parte das forças conservadoras, que culminaram nos mecanismos de revisão constitucional.

As propostas redistributivas foram tencionadas pelas pressões exercidas para a abolição do controle estatal sobre o movimento do capital e as condições de uso da força de trabalho, bem como para a privatização das atividades do Estado no campo econômico e social. O projeto político do grande capital concentrou-se na “Reforma do Estado”, que, efetuada no Governo FHC, lançou as atividades produtivas para o mercado e transferiu a prestação de serviços sociais para o setor “público não estatal”, conhecido como “terceiro setor”, configurando um retrocesso social, uma contrarreforma (cf. BEHRING, 2003).

As políticas sociais, retiradas da órbita do Estado, são transferidas para o mercado e/ou alocadas na “sociedade civil”, direcionadas para as parcelas mais vulneráveis da população e descentralizadas administrativamente, através da municipalização e das parcerias com diversas organizações sociais. Configura-se, assim, o trinômio articulado pelo ideário neoliberal no campo das políticas sociais: privatização, focalização e descentralização. Sob uma ótica inteiramente diversa da Constituição de 1988, a seguridade social é subordinada às estratégias do capital, aos parâmetros mercantis e ao neossolidarismo da “sociedade civil”.

A concepção norteadora da “reforma do Estado” define “sociedade civil” como uma esfera autônoma contraposta ao Estado e arena privilegiada para a participação popular e o exercício da cidadania. Em grande medida, esta concepção incorporou as bandeiras das forças progressistas e dos movimentos sociais, que, durante o regime militar, compuseram a frente de oposição democrática. Naquela conjuntura, “sociedade civil” se tornou equivalente ao que se opunha ao Estado ditatorial, favorecendo a dicotomia entre as duas esferas e adensando as tentativas de “satanização” do Estado, empreendida pelos neoliberais. Assim, o conceito de “sociedade civil” foi despolitizado e convertido num mítico “terceiro setor”, falsamente situado para além do Estado e do mercado (cf. MONTAÑO, 2002).

Operando um transformismo nos conteúdos das bandeiras progressistas, a investida neoliberal esvazia o significado do conceito gramsciano. Longe de representar o momento das relações ideoculturais e políticas, da luta de classes pela hegemonia, da direção e do consenso, a “sociedade civil” é transformada num agregado de indivíduos que realizam os seus interesses particulares. Desta forma, é configurada por uma cidadania de “livres” possuidores/consumidores e caracterizada como o espaço privilegiado das mobilizações solidárias, das negociações pactuadas, que se desenvolvem dentro de uma perspectiva integradora à ordem, despolitizando os conflitos de classes e as lutas sociais travadas.

Esse transformismo faz parte das tentativas da burguesia de constituir o consenso hegemônico, já que, para construir as bases de sua reforma intelectual e moral, as classes dominantes precisam exercitar sua condição de dirigente, para neutralizar os projetos sociais antagônicos, não apenas pela força e coerção, mas apropriando-se de seus referenciais, incorporando suas demandas e bandeiras de luta, dotando-lhes de novos conteúdos e, assim, refuncionalizando-as de acordo com o seu projeto político.

Deste modo, a defesa de uma sociedade democrática, pautada na construção da cidadania pelas classes subalternas, passa a ser encarada sob a ótica da oposição entre o público e o privado, cuja conciliação se estabelece com o surgimento de um setor intermediário “público, porém privado”, que passaria a atuar, progressivamente, no enfrentamento das expressões da questão social.

De forma geral, a recorrência à “sociedade civil” está vinculada à necessidade de envolver a sociedade nas ações estatais, conferindo legitimidade aos ajustes e reformas requeridos pelo processo de re-estruturação capitalista. Todavia, também tem se transformado em um conceito que resvala para o âmbito empresarial para referir-se ao engajamento e comprometimento de amplas parcelas da população no desenvolvimento de ações sociais promovidas pelas empresas, através de suas fundações.

Nestas últimas duas décadas do século XX, especialmente, referir-se à “sociedade civil” é associá-la ao contexto da ofensiva neoliberal nos países centrais e periféricos e

apreender a dinâmica que esta realidade revela, tendo como uma das referências a apropriação ideológica do conceito e a necessidade de conferir às práticas de classe outros elementos, cujos conteúdos expressam a formação de um consenso nas sociedades. A nossa análise parte do suposto de que este consenso vem se formando, paulatinamente, a partir das propostas participativas que incluem a sociedade em alguns processos, numa clara tentativa de subordiná-la para legitimar o conjunto de reformas neoliberais empreendidas pelo Estado, apoiadas e/ou formuladas pelo empresariado.

Os argumentos que afirmam a necessidade de imprimir novas configurações à “sociedade civil” e aos meios de enfrentamento da desigualdade social estão mediados pelo debate genérico sobre democracia e cidadania. Aqui, entendemos que as “práticas cidadãs”, entre as quais as iniciativas das empresas são exemplares, expressam esse consenso que apela para o envolvimento dessa “sociedade civil” no enfrentamento das expressões da questão social. Então, no contexto em que se afirma o protagonismo da “sociedade civil”, os empresários, que, historicamente, não se sentiram responsáveis pelos “problemas sociais” do país, buscam construir um discurso de colaboração no resgate da chamada “dívida social”, ampliando sua intervenção para além dos muros da corporação, conectando-a com o processo de privatização das políticas sociais, que avança a passos largos na trilha aberta pelas “reformas” neoliberais.

No Serviço Social, a tematização acerca da “sociedade civil” tem encontrado espaços férteis de debate e intervenção, principalmente se considerarmos que, a partir da segunda metade dos anos 1980, os assistentes sociais estiveram à frente de diversos movimentos sociais em defesa da democracia e da cidadania. Nesse sentido, o tratamento teórico-político e prático-operativo dado à “sociedade civil” ora foi pensado como expressão da ação das classes e do Estado, ora significou, muitas vezes, um conceito destituído de crítica e incorporado às práticas profissionais como ideário e projeto profissional, que teria, na “sociedade civil”, a expressão ou mesmo a condição de exercício da cidadania e da democracia. Obviamente, ao custo da cidadania assumir uma gama diferenciada de significações.

O tratamento indiferenciado dado ao conceito de “sociedade civil” nos leva a refletir sobre a tendência que vem se apresentando em deslocar a centralidade do conceito de classe em prol da noção de “sociedade civil”, localizando seus nexos com as atuais necessidades do processo de re-estruturação do capital e com a construção dos processos políticos necessários para tal. Interesse acentuado pelo fato de que é principalmente a partir do final dos anos 1980 que veio se acentuando a ideologia de pensar a sociedade como instância autônoma, com potencial para agregar os interesses e as necessidades dos indivíduos a partir da formação e disseminação de uma cultura, cujos valores fundamentais são a solidariedade, o empreendedorismo, a sustentabilidade social, as parcerias, o comunitarismo, a colaboração de classes.

A expressão “sociedade civil”, nessa perspectiva, equivale ao “terceiro setor” e a um conjunto de instituições que assim se denominam, a exemplo das fundações empresariais, que podem ser públicas ou privadas. Nessa direção, o conceito de “sociedade civil” adquire um valor estratégico: o de subsumir o conceito de classe ao de cidadania e democracia, ao mesmo tempo em que naturaliza e universaliza os conteúdos classistas dominantes nas práticas da “sociedade civil”.

3 O Serviço Social nas “empresas-cidadãs” e suas fundações

Na transição dos anos 1980 - 1990, as expressões da questão social estiveram no centro das atenções do empresariado, que empreendeu mudanças no seu discurso sobre o tratamento das desigualdades no Brasil. A redemocratização do país, acompanhada das lutas ofensivas dos trabalhadores, num contexto de crise econômica, forçou os empresários a redimensionarem sua intervenção sociopolítica e a reciclarem as bases de constituição de sua hegemonia. Passaram a postular a desregulação social, ao mesmo tempo em que buscaram dotar a cultura empresarial de novos elementos articuladores de uma proposta alternativa às reformas sociais alçadas na Constituição de 1988 (cf. CESAR, 2006).

Essa alternativa vem se configurando com a difusão do ideário da empresa “cidadã” ou “socialmente responsável”, que desenvolve um papel ideológico funcional

aos interesses do capital: a afirmação da responsabilidade social do empresariado compõe um dos pilares da negação da responsabilidade do Estado, ou seja, dos direitos materializados nas políticas sociais que, financiadas por um sistema de solidariedade universal e compulsória, potencializaram os processos de emancipação política dos trabalhadores.

Neste contexto, o padrão de resposta às refrações da “questão social”, engendrado pela contrarreforma do Estado, é amplamente defendido pelos empresários que, na esteira da mobilização de uma “sociedade civil” supostamente neutra e desprovida de ideologias e práticas classistas (cf. AMARAL, 2006), reservam um lugar preferencial para a inserção das corporações capitalistas. Essas, com base em ações “socialmente responsáveis”, buscam fortalecer as bases de constituição da sua hegemonia e obter legitimidade para as reformas estruturais. Tais reformas são consideradas indispensáveis e inadiáveis para reduzir ou eliminar o chamado Custo Brasil, incluído aí os “gastos sociais”, que, para o empresariado, impedem o país de galgar o “desenvolvimento sustentável”.

Deste modo, o discurso empresarial sobre o tratamento dado às desigualdades sociais, no Brasil, assumiu os contornos das políticas “recomendadas” pelos organismos internacionais. Seus temas centrais são o ajuste fiscal do Estado e a substituição dos sistemas de proteção social pelas ações pontuais de “administração da pobreza”, caracterizadas pela intermitência e pelo focalismo, ambos derivados da natureza de uma intervenção basicamente emergencial (cf. NETTO, 1999).

Com efeito, não há apenas uma modificação no discurso empresarial, mas também um redimensionamento da intervenção sociopolítica dos empresários em torno das expressões da questão social. Isto faz com que ela se estenda para além das ações de reprodução da força de trabalho ativa e penetre no terreno das funções sociais historicamente assumidas pelo Estado, principalmente, no campo da assistência. As empresas adotam programas de “responsabilidade social” e criam fundações que, como aparelhos privados de hegemonia, estabelecem um conjunto de práticas, valores e ideologias, para afirmar a centralidade da empresa como ator capacitado a assumir o

desafio de articular, estrategicamente, o desempenho econômico com o “desenvolvimento social” (cf. CESAR, 2008).

As empresas, preocupadas com os “problemas sociais” que afetam a maioria da população e atuando como “modernos agentes da sociedade”, buscam realizar investimentos sociais e estabelecer alianças estratégicas, através de suas fundações, em substituição às antigas formas de filantropia empresarial pautadas no financiamento a fundo perdido ou doação.

No discurso empresarial, as fundações são apontadas como um meio adequado para profissionalizar as ações sociais das grandes corporações, tendo em vista uma melhor estruturação dos projetos sociais, um maior controle dos investimentos, uma maior transparência na gestão e, conseqüentemente, a ampliação das possibilidades de parcerias e captação de recursos. Todavia, as fundações, em geral, financiadas por um portfólio de ações no mercado financeiro, constituem uma estratégia das empresas de grande porte e alta rentabilidade, que adotam esta forma jurídica legal como um meio formal e lícito de se protegerem das exigências fiscais e tributárias (cf. FISHER; FALCONER, 1997).

Atuando como “braços sociais” das empresas, fundações e institutos empresariais estão sujeitos às prioridades de suas mantenedoras (cf. FALCONER; VILELA, 2001). Há fundações cujas atividades e recursos são destinados exclusivamente ao público interno, ou seja, aos empregados da “empresa-mãe” e há aquelas que investem no público externo, financiando ou executando diretamente ações sociais voltadas para “grupos” relacionados com os bens e serviços que as mantenedoras produzem ou comercializam. Principalmente nas fundações que possuem projetos sociais próprios, o rol de atividades é extenso e diverso, o que indica que há uma pulverização de recursos e uma fragmentação das ações, evidenciando o seu caráter pontual e compensatório.

No que tange às ações sociais desenvolvidas para a “comunidade”, as empresas e as suas fundações preferem focalizar o seu atendimento na “erradicação da pobreza”, ou seja, direcionando-o para públicos notadamente “mais necessitados”, vulnerabilizados



ou em situação de risco social, como crianças e adolescentes. Em grande medida, optam por atender públicos relacionados às atividades da empresa, como uma estratégia de mercado, para fortalecer a marca dos produtos e a imagem da organização.

Devido aos incentivos fiscais existentes, preponderam as ações de incentivo à cultura, ao esporte e lazer, seguidas dos programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho, educação e alfabetização, educação em saúde, além das doações diretas, arrecadação e distribuição de donativos, geralmente, vinculadas ao trabalho de voluntários. Destacam-se, ainda, as ações que visam apoiar o poder público nas áreas da cultura, patrimônio histórico, educação, assistência social, saúde, urbanismo, bem como aquelas voltadas ao meio ambiente, principalmente em relação ao controle da poluição e degradação, geradas pelas próprias operações e atividades empresariais.

Nota-se que, no campo dessas ações, é reafirmada a ideia de que o apoio ao poder público dado pelas empresas e suas fundações deve-se ao fato de essas reconhecerem a “incapacidade” do Estado em enfrentar os graves problemas que assolam o país. Reiterando as proposições neoliberais, colocam-se disponíveis a colaborar, incrementando a corresponsabilidade e as parcerias público-privadas para o aprimoramento das políticas sociais. Para isso, dispõem de um corpo técnico especializado que, apesar de enxuto e heterogêneo, é altamente qualificado e capaz de potencializar as atividades tanto das fundações em que predominam o financiamento a terceiros, quanto naquelas que operam diretamente os seus projetos sociais (cf. MANSUR, 2004).

Apesar dos assistentes sociais, muitas vezes, não figurarem na lista de profissionais que atuam nas fundações empresariais, em geral, sua participação nos “programas de responsabilidade social” ocorre nas seguintes frentes de trabalho: elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de projetos sociais e campanhas institucionais internas e externas; assistência social aos empregados e seus dependentes; suporte ao trabalho comunitário; coordenação do programa de voluntariado; desenvolvimento de projetos educativos e socioambientais, de capacitação e inserção no mercado de trabalho.

Destaca-se também a difusão da ideologia do “empreendedorismo” vinculada à ideia da “empregabilidade” e fortalecimento da “sociedade civil” na perspectiva da formação de uma cultura cívica, que é o campo de intervenção preferencial das fundações empresariais. Neste campo, a diretriz é estabelecer uma relação próxima às comunidades, na perspectiva do “desenvolvimento social”, apoiando grupos existentes no processo de mobilização social, fortalecendo as ações voluntárias, as parcerias e os valores cívicos, tais como solidariedade, participação e cooperação.

Cabe destacar que, nas empresas, a maioria dos assistentes sociais encontra-se vinculada à administração de recursos humanos e, por isso, prepondera, entre os gerentes, a visão de que sua participação deve ocorrer, prioritariamente, nos programas voltados para a “responsabilidade social interna”, ou seja, para os empregados e seus dependentes. Sendo assim, quando a empresa possui uma fundação, cujo alvo das ações é o seu público interno, o assistente social é alocado no seu quadro funcional para desenvolver os chamados programas de “qualidade de vida no trabalho” (cf. AMARAL; CESAR, 2008).

Isto ocorre porque, historicamente, o assistente social foi requisitado pela empresa para penetrar as esferas da vida do trabalhador, invadir o seu cotidiano e promover ações que buscam capturar as suas dimensões subjetivas, submetendo-as à disciplina fabril, seja pela prestação de serviços sociais, seja pela organização de atividades educativas, recreativas, culturais, entre outras (cf. MOTA, 2008). Todavia, essas demandas “clássicas” tendem a ser ampliadas pelos programas de “responsabilidade social externa”.

Nos programas voltados para a “responsabilidade social externa”, o assistente social concorre com outros profissionais, como especialistas em comunicação e *marketing*, assessores externos, consultores ambientais, entre outros, que são mobilizados em torno das ações sociais das empresas, de acordo com o caráter disciplinar preponderante nelas e/ou com as características regionais ou locais onde se desenvolvem.

Quando o assistente social é inserido nesses programas, sua intervenção se expande para fora da empresa, reatualizando, em grande medida, a ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil (cf. AMMANN, 1985). Como a “comunidade” também se torna alvo da atuação do Serviço Social, a abrangência do seu trabalho é redimensionada, tanto em relação à sua “clientela”, quanto ao escopo de suas atividades e competências, que passa a incorporar os preceitos da “responsabilidade social” e de suas certificações e premiações. As antigas práticas de trabalho em comunidades são reeditadas e passam a ser direcionadas à formação de uma nova sociabilidade requerida pelos imperativos da reprodução capitalista e à necessidade de mostrar a “face humana” de um sistema que produz e reproduz incessantemente desigualdades, inerentes à sua lógica, em todas as dimensões da vida societária.

Ao participar dos projetos sociais, o profissional é reconhecido, pela empresa, como portador de um conhecimento específico e de um instrumental de trabalho capaz de propiciar a leitura da realidade e a elaboração de propostas de atuação. Assim, o assistente social é visto como capacitado para identificar as demandas internas e externas, efetuar a análise delas, sugerir, planejar, executar ações e avaliar os seus resultados.

Nesse sentido, os requisitos fundamentais para a intervenção do assistente social nas empresas e suas fundações permanecem intocados. O profissional é chamado para desenvolver uma ação pedagógica voltada para a construção de ideologia e cultura adequadas aos requisitos de uma nova sociabilidade capitalista, fundadas em valores, comportamentos, atitudes e práticas cooperativas, cívicas e, supostamente, destituídas de quaisquer antagonismos. Enfim, representando a face “humanitária e benévola” da empresa junto aos seus empregados e à “comunidade”, através dos programas sociais desenvolvidos, o assistente social estende sua ação sobre o modo de ver, de agir, de pensar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade, na perspectiva de articular sua integração à empresa.

Considerações finais

Para muitos apologistas da “responsabilidade social corporativa”, principalmente a partir da década de 1990, as fundações e institutos empresariais foram os principais promotores de uma nova cultura de profissionalização do chamado “terceiro setor” e da adoção de conceitos e práticas do mundo dos negócios na gestão de entidades sociais sem fins lucrativos. Foram, também, impulsionadores da “cidadania empresarial”, difundindo a necessidade de uma inserção mais ampla das empresas na realidade social em que atuam.

Nesta seara, a “responsabilidade social” das empresas refere-se à promoção do “bem-estar” dos seus empregados nos locais de trabalho, ao desenvolvimento de novas atitudes orientadas a conjugar lucro e competitividade com princípios éticos universais e abstratos, à preservação do meio ambiente e à melhoria das condições de vida da população brasileira. As empresas seriam, então, protagonistas do progresso econômico e social, estabelecendo parcerias em prol de ações, capazes de atenuar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais no país.

O conceito de “desenvolvimento sustentável”, integrado pelas dimensões econômica, ambiental e social, tornou-se o pilar de edificação do novo patamar de intervenção dos empresários. As modernas empresas capitalistas se empenham no sentido de articular suas iniciativas às experiências das grandes corporações internacionais, perseguindo recomendações, normas, modelos e comportamentos ditados pelos “intelectuais da geopolítica do capital”, de modo a serem reconhecidas como socialmente responsáveis.

Adotando o lema da “responsabilidade social”, as empresas difundem conteúdos ideológicos e simbólicos, uma vez que, para se tornarem “protagonistas sociais” legítimas, devem ser “confiáveis”, perseguir fins socialmente aceitos, bem como apoiar sua conduta em ações benéficas para todos. A suposição de que a responsabilidade social proporciona benefícios para a sociedade como um todo, no entanto, desconsidera os determinantes estruturais e a dimensão pública dos problemas que procuram

“solucionar”, tendo por suposto um “vazio político” preenchido por motivações de ordem moral e valorativa.

No discurso empresarial sobre a “responsabilidade social corporativa”, tida como uma conduta “avançada e moderna”, em contraposição às tradicionais práticas filantrópicas e assistencialistas, não há qualquer menção quanto à participação das empresas na configuração dos “problemas sociais” do país. Nesse discurso, tais problemas não nascem na e com a empresa, sendo, portando, externos a ela. As empresas, obviamente, atenuam os impactos de suas operações “re-estruturadas” sobre os trabalhadores, a “comunidade” e o meio ambiente, responsabilizando o Estado por “não fazer a sua parte” em prol do desenvolvimento econômico e social do país.

Ora acusando o Estado pela sua ineficiência na “gestão social”, ora reconhecendo a sua incapacidade em responder sozinha aos dilemas sociais do país, a empresa propõe-se a colaborar por meio de suas ações sociais. Tais ações, no entanto, não se limitam, apenas, aos seus empregados, mas se estende às “comunidades” circunvizinhas e à sociedade. Reforça-se, então, a necessidade de uma parceria, de um pacto entre empresa, Estado e sociedade, como condição para viabilizar o “desenvolvimento social”.

Trata-se de uma estratégia político-econômica, revestida de um discurso afirmativo da responsabilidade empresarial para com “o social” e com o meio ambiente, que busca criar um aparente consenso entre as iniciativas capitalistas, as bandeiras de luta dos movimentos sociais e as “ações solidárias” da “sociedade civil”. Então, reconhecendo as expressões da questão social, como sendo pertinentes às suas prerrogativas, e dispondo-se a assumir um “ativismo social” em busca de soluções alternativas, que se somam aos esforços do “terceiro setor”, as empresas isentam-se de qualquer “culpa” sobre as “mazelas sociais” do país. Para isso, elaboram vários argumentos de justificação para a sua pretensa conduta cívica, que escamoteiam a “produção destrutiva” de mercadorias, promotora da crise econômica, social e ambiental.

Assumindo o discurso da “cidadania solidária”, com base na consciência de sua responsabilidade em relação aos dilemas sociais do país, as empresas e suas fundações buscam legitimar sua intervenção, esfumegar as vantagens decorrentes de sua racionalidade político-econômica e afastar qualquer discussão politizadora sobre a questão social, deslocando-a do campo da política, privando-a de uma contextualização classista e destituindo-a de suas correspondentes ideologias.

É no âmbito da reificação da ordem social como um todo, portanto, que as expressões da questão social são “teorizadas” pelos empresários, a fim de enquadrá-las na ótica da “defesa da cidadania” e do “solidarismo” e deslocá-las para o âmbito da racionalidade técnica, própria da administração gerencial, com base nos princípios da eficiência e eficácia empresariais.

Para esse “gerenciamento”, as empresas contratam uma gama diversificada de profissionais, incluindo o assistente social, que coloca seus conhecimentos a serviço da estratégia de seus empregadores. Nesta estratégia, prevalece a lógica dos interesses corporativos, com vistas à obtenção de resultados vantajosos, com o desenvolvimento de ações sociais, seja depurando a imagem da empresa e potencializando o *marketing* institucional, seja obtendo a isenção de impostos, subsídios e incentivos, entre outras vantagens econômicas e políticas.

Atuando nos “programas de responsabilidade social” das empresas e suas fundações, o assistente social é requisitado para levantar demandas e necessidades, operar com recursos para atendê-las, racionalizar e administrar sua distribuição e, ainda, controlar o acesso e o uso dos serviços sociais pelos “assistidos”. Portanto, o assistente social tem, no conteúdo político-ideológico de sua atuação técnico-operativa, a possibilidade de estender os domínios da corporação capitalista para muito além da fábrica.

Referências

AMARAL, Ângela Santana do; CESAR, Monica de Jesus. Do feitiço da ajuda à fábrica de consensos. In: MOTA, Ana Elisabete. *O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa*. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

AMARAL, Ângela Santana do. A categoria sociedade civil na tradição liberal e marxista. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). *O mito da assistência social*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

_____. *Qualificação dos trabalhadores e estratégia de hegemonia: o embate de projetos classistas*. 2005. 323 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1985.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CESAR, Monica de Jesus. *“Empresa-cidadã”: uma estratégia de hegemonia*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A intervenção social das empresas no Brasil. In: *Serviço social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 2006.

FALCONER, Andres Pablo; VILELA, Roberto. *Recursos privados para fins públicos: as grantmakers brasileiras*. São Paulo: Editora Petrópolis; GIFE - Grupo de Instituições Fundações e Empresas, 2001.

FARRETI, Richard. O papel dos fundos de pensão e de Investimentos coletivos anglo-saxônicos no desenvolvimento das finanças globalizadas. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A mundialização financeira: gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

FIORI, José Luís. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FISCHER, Rosa Maria; FALCONER, Andrés Pablo. Desafios da parceria Governo e Terceiro Setor. *RAUSP – Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n. 1, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital*. Campinas, UNICAMP/Ensaio, 1990.



MANSUR, Maria Cecília Costa. *A ação social das fundações e institutos empresariais: o caso do Rio de Janeiro*. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elisabete. *O feitiço da ajuda: as determinações do serviço social na empresa*. 5. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.) *O desmonte da nação*. Balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas

Mônica Maria Torres de Alencar

Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social/UERJ



O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas

Introdução

Este texto pretende refletir acerca do trabalho do Assistente Social nas organizações privadas não lucrativas, enquanto um novo espaço sócio-ocupacional para a profissão. Adensado, sobretudo a partir da década de 1990 no marco da redefinição do papel do Estado no Brasil e suas relações com a sociedade, delineou novos contornos para o mercado de trabalho do Assistente Social, com novas atribuições, funções, bem como requisitos e habilidades, sob novas condições e relações de trabalho com incidências sobre a autonomia profissional.

A compreensão desta questão remete necessariamente à complexidade do contexto histórico recente, mais precisamente “às novas mediações históricas na gênese e expressões da questão social, assim como nas formas até então vigentes, de seu enfrentamento, seja por parte da sociedade civil organizada ou do Estado” (IAMAMOTO, 2003, p. 112). Tal processualidade implicou sensíveis alterações na divisão social e técnica do trabalho, atingindo, de forma particular, o Serviço Social mediante a constituição de novas requisições para o trabalho do assistente social.

1 O papel das organizações privadas não lucrativas no contexto da (contra) reforma do Estado no Brasil

Diante de seus limites históricos, visíveis no cenário de crise econômica, o capital articulou uma ampla reorganização aos níveis da esfera da produção e das relações sociais, que significou a re-estruturação da economia e da produção, bem como uma redefinição dos mecanismos sociopolíticos e institucionais necessários à manutenção da reprodução social (MOTA, 1995).

As transformações sociais em curso no cenário mundial desde a década de 1970 não se restringem à dimensão produtiva e tecnológica, mas diz respeito também a regulação socioestatal com claras incidências na configuração dos sistemas públicos de proteção social nacionais. No novo contexto social, foram restauradas as perspectivas liberal-conservadoras, travestidas no neoliberalismo, entoando o canto do poder autorregulador das forças de mercado para restabelecer o ajuste entre oferta e demanda de trabalho; e, também, avesso à intervenção do Estado no plano econômico e social. Ancorados nos princípios econômicos e políticos do neoliberalismo¹, este processo repercutiu nos processos de regulação e reprodução social, estabelecendo outros mecanismos sociopolíticos e institucionais na relação entre o capital, o trabalho e o Estado.

O ajuste neoliberal da crise preconiza a defesa do mercado livre, como pressuposto da liberdade civil e política; a desregulamentação da economia e da administração; a configuração do Estado mínimo, porém máximo para o capital (NETTO, 1993), subordinado às prerrogativas do mercado; e, finalmente, a oposição e crítica aos sistemas de seguridade social, permitindo alguma intervenção apenas face ao pauperismo. A direção desse processo econômico e político visa, antes de tudo, rejeitar o compromisso que implica influência pública sobre o investimento e a distribuição da renda ou, enquanto um projeto histórico da direita, pretende libertar a acumulação de todas as cadeias impostas pela democracia (PRZEWORSKI, 1991, p. 258).

Para os teóricos neoliberais, a ultrapassagem da crise do capital está hipotecada à reconstituição do mercado como a principal instância reguladora das relações sociais.

¹ As origens do neoliberalismo, enquanto doutrina econômica e política, remontam ao texto *O Caminho da Servidão* (1944), de Friedrich Hayek, que criticava veementemente os mecanismos de regulação do Estado sobre o mercado. Hayek criticava os pressupostos keynesianos de regulação do mercado sem, no entanto, obter êxito, dado que, no Pós-Segunda Guerra Mundial, o capitalismo entrava numa fase de expansão, o que dava bases para as políticas keynesianas de regulação da economia e do trabalho. Com a crise do capital nos anos 1970, as ideias liberais retornam ao debate político e econômico através do neoliberalismo, propondo limites ao Estado intervencionista, este visto como um dos vetores principais da crise contemporânea do capitalismo.



Daí a necessidade de suprimir a intervenção do Estado na economia a fim de garantir e estimular a competição e o individualismo no mercado e, no âmbito do bem-estar social, situar como prerrogativa, o que é considerado como suas fontes naturais: a comunidade, a família e os serviços privados (LAURELL, 1995, p. 162-278).

O neoliberalismo, ao ter seus princípios expressos na economia de mercado, na regulação estatal mínima e na formação de uma cultura que deriva liberdade política da liberdade econômica (MOTA, 1998), vai de encontro à ordem societária, que, desde a Segunda Guerra, nos países do capitalismo central, tornou-se hegemônica e permitiu, durante um período excepcional na história do capitalismo, um maior equilíbrio entre as forças do mercado e do trabalho.

Para Netto (1993), na mesma linha de argumentação, o neoliberalismo, ao erigir *o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável*, proclama que sem mercado livre não há possibilidade de nenhuma forma de liberdade. Outrossim, a defesa do mercado livre não está reduzida à sua dimensão econômica, dado que, à primeira vista, esta remete para eficiência do mercado em termos de inovação e crescimento econômico; como nos diz Netto, a “funcionalidade” do mercado livre abre-se para um “projeto societário global” em que a liberdade tem como salvaguarda “a propriedade privada e o mercado de concorrência” (NETTO, 1993, p. 78-79). Para Netto (idem, p. 80), *a proposta neoliberal centra-se na inteira despolitização das relações sociais: qualquer regulação política do mercado (via Estado, via outras instituições) é rechaçada de princípio*.

Nessa perspectiva, é o mercado que determina o espaço legítimo do Estado, e o que está em jogo na base de todo esse processo econômico e político é a regulação pública do mercado e dos direitos, que o capital tenta substituir pela restauração da soberania dos interesses privado-possessivos, *que supõe a desconstrução da racionalidade reguladora e dos pactos sócio-políticos afirmados ao longo do século XX; ambos concebidos como*

'obstáculos' às atuais tendências da acumulação em escala planetária (ABREU, 1997, p. 58). A crise do Estado tornou-se, então, a prova irrefutável da eliminação econômica do poder político e do ingresso dos mercados capitalistas numa fase superior de auto-regulação universal (FIORI, 1995, p. 202).

Nesta processualidade em curso desde a década de 1980, nos países centrais do capitalismo, e desde a década de 1990 no Brasil, de acordo com Netto (1993, p. 99-100), observa-se um redimensionamento considerável do Estado, posto na *diminuição da sua ação reguladora* ou no *encolhimento de suas 'funções legitimadoras'*, elementos visíveis no cenário mundial, *quando o grande capital rompe o 'pacto' que suportava o Welfare State*, numa clara direção que pretende *diminuir os ônus do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho (e das condições gerais da reprodução capitalista)*. Trata-se, na verdade, de uma nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação (CHESNAIS, 1996), profundamente diferente do período fordista, ou seja, a fase dos "trinta anos gloriosos". Hoje, o processo em curso trata de liberar o capitalismo das regras, procedimentos e instituições que haviam permitido construir o "contrato social", o Estado previdenciário ou o *Welfare State*, substituindo pela mundialização da economia de mercado, privatizada, desregulamentada e liberalizada; ou seja, trata-se de um *movimento único de libertação do capital de todas as instituições que enquadravam e regulavam suas operações* (Idem, *Ibidem*, p. 297).

Com a crise do padrão de acumulação do pós-guerra e a emergência de um novo padrão produtivo e econômico, sob a hegemonia do capital financeiro, põe-se em xeque o papel desempenhado pelo Estado na redistribuição dos ganhos de produtividade e na fixação e garantia dos mecanismos institucionais e políticos que regulavam a economia, o mercado de trabalho e, no plano mais geral, as relações entre o capital e o trabalho. Neste sentido, as políticas voltadas para o pleno emprego, o Estado de bem-estar, a distribuição de renda, o consumo de massas e a perspectiva de integração social (via a disseminação



do trabalho assalariado protegido) tornam-se coisas do passado. Passaram a prevalecer as políticas restritivas ao crescimento econômico, voltadas para o controle inflacionário, o equilíbrio fiscal e a estabilidade financeira.

Na década de 1980, enquanto os países centrais assistiam o avanço da hegemonia neoliberal, o Brasil experimentava um pacto social democrático que se explicitou na Constituição de 1988, que nasceu sob o signo de uma forte contradição. A experiência em torno de um denso processo de democratização da sociedade obstaculizava a aceitação dos pressupostos neoliberais. Todavia o processo sociopolítico engendrado nos anos que se seguiram a promulgação da Constituição de 1988 foi o de ataque às parcas conquistas sociais e trabalhistas nela estabelecida. De acordo com Netto, *levar à prática o pacto social plasmado na Constituição de 1988 equivalia, no plano econômico, à redução das taxas de exploração e, no plano político, à construção de mecanismos democráticos de controle social capazes de contrarrestar as práticas de manipulação mais grosseiras* (NETTO, 1999, p. 78). Neste sentido, portanto, o que se consolidou na virada dos anos 1990 foi uma ofensiva das classes dominantes, representadas no país por frações da burguesia industrial e financeira e pela burocracia estatal a ela associada. As bases do projeto neoliberal foram fincadas mediante a constituição de um ideário ou de uma cultura política da crise que advogava a defesa da retomada do crescimento econômico, da inserção do Brasil na economia internacional e da necessidade de redefinição do papel do Estado (MOTA, 1995).

As mudanças econômicas propostas no país a partir da década de 1990 apareciam como alternativa para a crise econômica que o Brasil enfrentava desde a década de 1980. Nos últimos anos desta década, o acirramento dessa crise caracterizou-se pela paralisia e estagnação econômica brasileira, visíveis nos elevados patamares inflacionários, na crise cambial e na retração da atividade econômica. A década de 1980 caracterizou-se por picos de estagnação e recessão econômica, seguidas de algum nível de recuperação. De fato, ao longo dessa década, a dinâmica econômica oscilou, no início da década, entre a



queda do produto industrial, desemprego, deterioração das condições de trabalho; recuperou-se entre 1984-86, com a elevação do nível do emprego do setor industrial, diminuição do desemprego, tendo, inclusive, a recuperação do mercado de trabalho e elevação do salário mínimo. No entanto, sem um projeto nacional de reformas estruturais coerentes que atingisse as contradições da economia brasileira, isso fez com que o Brasil chegasse ao final da década marcado pela estagnação econômica (MATTOSO, 1995).

No entanto, em um forte contexto de transformações econômicas e tecnológicas mundiais, colocou-se o desafio de superar os impasses econômicos e sociais produzidos no país durante a chamada “década perdida”. As exigências econômicas e políticas da nova ordem mundial, associadas ao cenário de crise econômica do país, forjaram, paulatinamente, um amplo consenso liberal, apoiado pelos governos dos países credores e pelas agências financeiras internacionais, em torno da necessidade de reformas econômicas e político-institucionais (FIORI, 1995).

Em linhas gerais, portanto, desde o início da década de 1990, o Brasil passou a seguir o receituário neoliberal, promovendo a inserção da economia numa ordem globalizada, a privatização do Estado, a redução dos gastos sociais, desenvolvendo, em suma, políticas econômicas com impactos negativos sobre as condições estruturais da produção e do mercado de trabalho. A orientação da política econômica do país apontou, por um lado, para a contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003), considerado o responsável pela crise econômica brasileira e, de outro, para a abertura financeira e comercial da economia, sob os pressupostos da soberania do mercado.

Neste contexto, alteraram-se as relações entre o Estado e a sociedade, bem como entre o capital e o trabalho. O Estado perdeu o seu papel de promotor e articulador do desenvolvimento econômico e social, tornando-se um agente estimulador do grande capital por meio do fortalecimento da autorregulação do mercado. A redefinição do papel



do Estado passou a ser pedra-de-toque nos argumentos neoliberais para os quais o Estado passa a ser regulador e gestor, para o qual se preconiza a redução do Estado especialmente no que concerne aos serviços sociais. No plano social, observou-se a consequente redução do tamanho do Estado e do seu âmbito de atuação comprometendo as políticas sociais. O projeto da reforma do governo brasileiro apostou, então, numa reconfiguração do Estado justificada nas exigências postas pela globalização e pela crise fiscal do Estado.

Neste cenário de redefinição do papel do Estado, observa-se a transferência de uma considerável parcela de serviços sociais para a sociedade civil. Na verdade, está-se diante da desresponsabilização do Estado e do Capital com as respostas da “questão social”. Este deslocamento engendra o retorto de práticas tradicionais no que se refere ao trato das contradições sociais no verdadeiro processo de refilantropização da questão social, sob os pressupostos da ajuda moral próprias das práticas voluntaristas, sem contar a tendência de fragmentação dos direitos sociais.

Ao lado da ampliação desses programas sociais de corte assistencialista, predomina o aprofundamento de tendências históricas do sistema de proteção social brasileiro, como, por exemplo, a tendência de privatização nas áreas da saúde, educação e, também, previdência. Por fim, essas fortes tendências convivem hoje com as novas formas de gestão pública das políticas sociais que, por meio da descentralização e municipalização das ações, têm conduzido, muitas vezes, ao desmonte dos programas tornando ainda mais grave o quadro de pobreza e miséria do país.

Nesse ponto, aponta-se a transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, sob o discurso ideológico da “autonomia”, “solidariedade”, “parceria” e “democracia”, enquanto elementos que aglutinam sujeitos diferenciados. No entanto, vem se operando a despolitização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado e responsabiliza os sujeitos sociais pelas respostas às suas necessidades sociais.

Nesta perspectiva, ganha acento a noção de “terceiro setor”, enquanto espaço situado ao lado do Estado (público) e Mercado (privado), no qual são incluídas entidades de natureza distinta como ONGs, fundações empresariais, instituições filantrópicas e atividades do voluntariado. Consideram-se entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (privada e pública). O “terceiro setor” é considerado um setor “não-governamental”, “não-lucrativo” e “esfera pública não-estatal” materializado pelo conjunto de “organizações da sociedade civil consideradas de interesse público”.

De acordo com Montaño (2002), “o desenvolvimento do chamado ‘terceiro setor’ decorre das sensíveis alterações nas modalidades de respostas às sequelas da ‘questão social’”. Decorre, pois, da forte crítica que se faz das políticas sociais universais, contratualistas e constitutivas de direito de cidadania. Significa uma alteração no padrão de resposta à questão social, representando a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e autorresponsabilização do cidadão e das comunidades locais para essa função.

As contradições deste processo podem ser observadas: na setorialização da realidade social, dividida em setores, operando, pois, uma segmentação da realidade social em três dimensões, o Estado, o mercado e a sociedade civil; na privatização das políticas sociais, assumindo caráter mercantil ou filantrópico, o que gera os processos de remercantilização dos serviços sociais e a refilantropização das respostas à questão social; na focalização do atendimento, sendo esse voltado para parcelas de segmentos sociais e serviços pontuais, da qual decorre a completa fragmentação das políticas sociais agora destinadas a pequenas parcelas da população; a implementação descoordenada de programas sociais, dada a ausência de uma instância de coordenação das políticas sociais (MONTAÑO, 2002).



Em suma, a supervalorização do chamado “terceiro setor” tem de fato levado à hegemonia das tendências de despolitização da “questão social”, remetendo o seu enfrentamento ao âmbito privado, à sociedade civil, identificada pelo conjunto de organizações privadas, muitas vezes heterogêneas e díspares quanto à sua natureza e âmbito de atuação. Neste contexto, observa-se um profundo deslocamento quanto aos direitos sociais agora transmutados em “direito moral”, sob os princípios abstratos da “ajuda mútua” e “solidariedade”.

2 O trabalho do Assistente Social nas organizações privadas não lucrativas

O processo da contrarreforma do Estado brasileiro com a transferência dos serviços sociais para o “terceiro setor” repercute na profissão de Serviço Social, no seu espaço ocupacional, nas condições e relações de trabalho, criando novas funções e competências. Mas, quais os elementos desse processo?

Historicamente, o Serviço Social constituiu-se como uma especialização do trabalho coletivo, na divisão sociotécnica do trabalho, no quadro do desenvolvimento das relações sociais capitalistas (IAMAMOTO, 1982). Para Netto (1992), o surgimento do Serviço Social como profissão vincula-se às peculiaridades da “questão social” em um momento histórico específico, o da ordem monopólica, a partir do qual se internaliza na ordem econômica, passando a ser alvo das políticas sociais. No marco histórico de crescente potencialização das contradições do capitalismo, alterou-se a dinâmica da sociedade, o qual redimensionou e refuncionalizou o Estado.

Entre os principais elementos, situa-se o argumento de sua base de sustentação e legitimação através da generalização e institucionalização dos direitos sociais (NETTO, 1993). Durante esses anos, foi articulado um padrão de regulação social pautado no reconhecimento político dos direitos do trabalho, dando origem a um amplo processo de institucionalização do mercado de trabalho e de um sistema de proteção social calcado

no *Welfare State* ou Estado-Providência². Abriu-se o espaço para a interiorização do conceito de direito e proteção social com a eclosão da perspectiva de cidadania nos termos de Marshall (1967), incluindo além dos direitos civis, os direitos políticos e sociais. Passaram a ganhar força as concepções que feriam o primado do liberalismo pautado na autorregulação do mercado e legitimavam, apoiadas nas proposições keynesianas, a interferência do Estado nos processos econômicos e sociais.

Os chamados “anos dourados” se caracterizaram pela forte intervenção do Estado, que *tornou-se o verdadeiro mestre de obras do processo global de reprodução do capital* (BIHR, 1998, p. 113). No marco do chamado período fordista-keynesiano³, ampliou-se e diversificou-se a intervenção do Estado: no plano econômico, além de suas funções de regulação conjuntural e de planificação, garantiu a produção e a socialização de um grande número de meios de produção; no plano social, garantiu a reprodução social da força de trabalho mediante a contratualização do salário direto, a instituição dos salários indiretos e ampla garantia das necessidades sociais, tais como habitação, saúde, educação, formação profissional, social e cultural; no plano político, o Estado criou as condições institucionais de um “equilíbrio de compromisso” entre o conjunto das classes sociais (BIHR, 1998, p. 113). Tornou-se possível *compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais*

² Todavia, não se pode desconsiderar que as condições históricas para a existência desse período excepcional na história do capitalismo, tanto no que diz respeito à consolidação de um novo padrão de desenvolvimento, como ainda na formatação desse enorme aparato de bem-estar social, conhecido como padrão keynesiano, remontam mais imediatamente à onda de transformações no capitalismo, iniciadas ainda no final do século XIX, mas, cujo amadurecimento, ocorreu no período entre guerras. Trata-se do trânsito ou passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, que se situa entre 1890 e 1940, onde se “recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 1993, p. 15).

³ O modelo fordista-keynesiano caracterizava-se pela concentração da produção homogeneizada e verticalizada em torno de determinados setores industriais, dominados por grandes monopólios que empregavam uma mão-de-obra numerosa; pela produção de bens de massa para um consumo de massa; pela intensificação das formas de exploração através da racionalização do processo de trabalho; pelo parcelamento e fragmentação do trabalho conjugado a uma grande extração do sobre trabalho através da redução do tempo e do aumento do ritmo de trabalho; pela separação entre elaboração e execução do processo de trabalho; pela gestão macroeconômica da sociedade mediante a articulação de políticas monetárias fiscais e sociais; e, pela combinação de máximo de produtividade e intensidade de trabalho associado a salários crescentes (OLIVEIRA, 1999).

mínimos (NETTO, 1993), no marco de um padrão de desenvolvimento econômico, sustentado por uma onda longa expansiva (MANDEL, 1982), o que tornou viável o financiamento da estrutura sociopolítica peculiar ao *Welfare State*.

O fato é que, por meio das políticas sociais, o Estado intervém sobre as sequelas da “questão social”, compondo áreas e campos através da intervenção de uma “instância política que, formal e explicitamente, mostrava-se como expressão e manifestação da coletividade” (NETTO, 2001, p. 30). Nesse contexto histórico, funda-se o espaço sócio-ocupacional para a configuração do mercado de trabalho do assistente social, determinado por um conjunto de demandas específicas que se adensam a partir de condições histórico-sociais particulares, que abrem “espaço em que se possam mover práticas profissionais como a dos assistentes sociais”, ou seja, “cria e funda a profissionalidade do Serviço Social” (NETTO, 2001, p. 69). No marco do conjunto de procedimentos técnico-operativos, que compõem as políticas sociais.

Ora, o conjunto de mudanças no padrão de resposta à questão social nas últimas décadas tem implicado o reordenamento do espaço socioprofissional, à medida que reconfigura de forma significativa o campo das políticas, mediante as tendências de privatização, mercantilização e refilantropização das formas de enfrentamento da “questão social”.

A retração do Estado quanto à responsabilidade no enfrentamento da questão social, mediante a transferência de responsabilidades do Estado para o “terceiro setor”, identificado erroneamente como a sociedade civil, altera substantivamente a orientação e a funcionalidade das políticas sociais, e, por consequência, a profissão sofre alterações na sua demanda e no seu campo de atuação, na sua modalidade de intervenção e no seu vínculo empregatício (MONTAÑO, 2002).

O primeiro elemento a assinalar é que aquele espaço profissional-ocupacional dos assistentes sociais, constituído sob os princípios da politização da questão social, passa a ceder lugar às chamadas organizações sociais, imbuído dos princípios da ajuda e solidariedade e que pode levar à desprofissionalização do atendimento social. Para Yamamoto (2005), os projetos sociais das organizações privadas são movidos pelo interesse privado em detrimento do interesse público. Ocorre que, sendo o atendimento voltado para grupos e segmentos sociais específicos, ele tem por base os princípios da seletividade e da elegibilidade do atendimento social. O trabalho do assistente social passa a ter, portanto, sentidos e resultados sociais bem distintos, o que altera o significado sócio do trabalho técnico-profissional, bem como ainda seu nível de abrangência.

Por outro lado, observa-se que, com a tendência de redução do Estado, tem-se a diminuição do espaço profissional do assistente social mediante os processos de diminuição das despesas estatais na órbita da esfera social, acarretando a racionalização dos gastos sociais com as políticas sociais, com implicações nos postos de trabalho para o assistente social na esfera pública, com a diminuição de demandas, sucateamento do aparato organizacional e institucional, a precarização das condições de trabalho, principalmente em face do perigo da terceirização.

Quanto ao mercado de trabalho aberto no chamado “terceiro setor”, este está muito “longe de se constituir como um canal minimamente expressivo e estável de absorção de profissionais (não só de assistentes sociais)” dado que “apostar nas ONGs como saída profissional é desconhecer os graves riscos de pluriemprego” (NETTO, 1996, p. 122). De fato, a inserção dos assistentes sociais nestes espaços sócio-ocupacionais tende a ser caracterizada pela precariedade das inserções empregatícias, predominando a flexibilização das relações contratuais, marcada pela rotatividade de emprego, multiplicidade dos vínculos de trabalho e níveis salariais reduzidos, jornada de trabalho de tempo parcial (SERRA, 2000, p. 182). Para Netto (1996), configura-se uma

processualidade que produz a fragmentação do mercado de trabalho que pode, inclusive, acarretar a desagregação profissional. A crescente segmentação do mercado de trabalho estabelece uma diferenciação nas condições de trabalho nas instituições estatais e nas da iniciativa privada e alterando as atribuições e papéis profissionais, efetivando numa direção conciliadora e/ou numa perspectiva doutrinadora (MONTAÑO, 2002).

No que se referem às atribuições profissionais, os assistentes sociais estão sendo demandados nestes novos espaços profissionais para atuar na Gestão de programas sociais, o que implica o desenvolvimento de competências no campo do planejamento, formulação e avaliação de políticas sociais. Sendo assim, há uma grande tendência de crescimento das funções socioinstitucionais do serviço social para o plano da gerência de programas sociais, o que requer do profissional o domínio de conhecimentos e saberes, tais como de: legislações sociais correntes, numa atualização permanentes; análises das relações de poder e da conjuntura; pesquisa, diagnóstico social e de indicadores sociais, com o devido tratamento técnico dos dados e das informações obtidas, no sentido de estabelecer as demandas e definir as prioridades de ação; leitura dos orçamentos públicos e domínio de captação de recursos; domínio do processos de planejamento e a competência no gerenciamento e avaliação de programas e projetos sociais.

Por fim, vislumbra-se, ainda, a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos de assessoria e consultoria aos movimentos sociais e à gestão de políticas sociais o qual vem sendo demandada por diferentes sujeitos, dentre os quais se destacam os conselhos de direitos e de políticas, mas também representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; os gestores empresariais; profissionais que atuam nos setores públicos e privados (MATOS, 2006). Embora essa não seja uma prerrogativa exclusiva do assistente social, percebe-se que, nos últimos anos, tem aumentado significativamente a realização dessas atividades ao assistente social, principalmente a partir dos anos 1990 com os processos de descentralização das políticas sociais e da perspectiva da participação popular nos processos de gestão das políticas sociais.



Referências

GONH, Maria da Glória. O novo associativismo e o Terceiro Setor. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 58, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Serviço Social no tempo do capital fetiche*. Tese apresentada para concurso de professor titular na FSS/UERJ. Rio de Janeiro, 2005 (mimeo).

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: *Estado e políticas no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1995.

MATOS, Maurílio. Assessoria e Consultoria: reflexos para o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio. *Assessoria, consultoria e serviço social*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.

MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do estado” as “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro Setor” em questão. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 61, 1999.

_____. *O Terceiro Setor e Questão Social*. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social democracia*. Rio de Janeiro. Ed. Companhia das Letras, 1991.

SERRA, Rose M. S. *Crise de materialidade no Serviço Social: repercussões no mercado profissional*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional do Serviço Social. In: SERRA, Rose (Org.). *Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens*. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, Ademir Alves da. A profissão de assistente social no limiar do novo século. *Revista o Social em Questão*. Rio de Janeiro, PUC, n. 2, 1997.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora

Franci Gomes Cardoso

Professora Participante do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA

Josefa Batista Lopes

Professora do Departamento de Serviço Social da UFMA



O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora

1 Introdução

Pensar e produzir um texto sobre o tema “O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora”, proposto pelas maiores e mais dinâmicas organizações da categoria profissional dos assistentes sociais no Brasil – CFESS e ABEPSS –, é bastante desafiador. Primeiro porque instiga a uma abordagem da recente polêmica em torno do trabalho do assistente social levantada e travada, no final da década de 90 do século XX, entre um grupo de estudiosos expressivos do Serviço Social. É uma polêmica importante que não pode deixar de ser registrada e que caberia ser tratada como uma preliminar para o texto, mas que não trataremos, na medida em que o fundamental aqui é pensar os processos concretos do trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. São processos complexos que podem ocorrer a partir de duas referências institucionais distintas: a primeira diz respeito ao trabalho profissional do assistente social realizado nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, como empregadora desses profissionais; e a segunda refere-se ao trabalho que o assistente social desenvolve junto a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional.

No esforço de resgate desses processos é importante buscar as determinações históricas que orientaram o trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora no Brasil para, em seguida, identificar e analisar as tendências no país hoje.

Dar conta desses eixos temáticos é, certamente, o maior e o mais importante desafio da reflexão a ser desenvolvida neste texto, pois devemos considerar, de um lado, o fato de que se trata de um tema com pouca literatura produzida pelos estudiosos do Serviço Social, detendo-se, especificamente, nos processos de trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora. Mesmo no momento em que essa parecia ser uma tendência a crescer e a se fortalecer no Brasil, devido ao período recente de ascensão das lutas e da organização dos trabalhadores, no final da década de



1970 e durante a primeira metade da década de 80 do século em questão, chegando até a promulgação da constituição de 1988¹. De outro lado, considerando a hipótese com a qual trabalhamos de que os impactos da reestruturação produtiva do capital e das relações de trabalho sobre as formas de organização e luta da classe trabalhadora incidem, fortemente, sobre essa tendência, é importante destacar, nesse movimento, a explosão das Organizações Não-Governamentais (ONGs), entre as quais um número significativo atua na organização da luta social e nas quais a inserção profissional dos assistentes sociais foi ampliada na década de 90 do século XX; ainda que, em alguns casos tal fato também ocorra em organizações da classe trabalhadora, como no caso do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), pois a questão da identidade profissional é fortemente colocada. Nesse aspecto, é frequente encontrar assistentes sociais nas ONGs que se negam a fazer filiação no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) por não se reconhecerem como assistentes sociais.

Das indicações feitas acima decorre que o texto foi desenvolvido por meio de dois eixos de reflexão: o primeiro é constituído por uma análise histórica das determinações do trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora como uma tendência da prática profissional, destacando os fundamentos históricos que levaram os assistentes sociais a atuar ou a pretenderem atuar nesses espaços, como profissionais, e as perspectivas atuais dessa tendência; a fim de se buscar as condições objetivas de sua constituição e possibilidades atuais. E o segundo eixo resgata a tendência atual do trabalho dos assistentes sociais nessas organizações, destacando as perspectivas teórico-políticas, as estratégias e táticas da atuação, bem como as condições e relações de trabalho.

¹ Este é também o período em que se desencadeia um importante avanço da produção bibliográfica do Serviço Social no Brasil que se deu, inicialmente, com a publicação de Dissertações de Mestrado dos primeiros Programas de Pós-Graduação implantados no país a partir de 1972 do século especificado acima.



2 Determinações históricas e condições objetivas do trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora

O resgate das determinações históricas do trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora, como uma tendência da prática profissional dos assistentes sociais na qualidade de assalariados no Brasil, merece particular atenção nesse momento histórico da sociedade brasileira, em face de dois aspectos centrais. O primeiro deles se configura no significado dos fundamentos histórico-políticos dessa tendência na constituição do chamado projeto ético-político do Serviço Social, que vincula a profissão à luta das classes subalternas cuja hegemonia, construída no meio profissional, desde a década de 80 do século XX, está ancorada em três instrumentos essenciais: o Código de Ética da Profissão, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação e a lei que regulamenta a profissão², com a sustentação das principais instituições de organização acadêmico-profissional dos assistentes sociais que são: a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o Conselho Federal de Serviço Social e a Entidade Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

O segundo aspecto se fundamenta no fato de que o projeto conservador da burguesia, sob a hegemonia do capital financeiro, se consolidou e se fortaleceu no Brasil com a adesão de duas das mais importantes instituições contemporâneas da organização dos trabalhadores no Brasil: o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva – fundador e dirigente do PT desde a sua criação. O destaque aqui se faz necessário porque essas duas instituições de organização da classe trabalhadora no Brasil se constituíram sobre a mesma base histórica do movimento da sociedade a partir da qual a tendência do trabalho do assistente social nas organizações dessa classe é fundada na

² O Código de Ética de Serviço Social e as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação de Serviço Social, ao mesmo tempo em que sintetizam um período histórico de organização e luta dos assistentes sociais na superação da perspectiva tradicional e definição do chamado projeto ético-político profissional, se constituem instrumentos de resistência e luta no movimento de reação conservadora que ganhou força com a reestruturação produtiva de enfrentamento da profunda crise do capital dos anos 70 do século passado.



profissão, estabelecendo uma relação de influência com as duas instituições citadas³, conforme pode ser verificado em Abramides e Cabral (1995).

Essa tendência no Serviço Social tem seu marco de constituição no movimento latino-americano de reconceitualização no processo de crítica à vinculação tradicional da profissão com a classe trabalhadora, com a mediação das práticas de reprodução das condições de existência dessa classe, as quais foram fundadas no assistencialismo, na filantropia e em relações de ajustes às condições e interesses dominantes na sociedade burguesa (ABREU, 2002). É, no entanto, com o aprofundamento teórico-crítico da formação profissional que no Brasil a crítica aos processos concretos do trabalho profissional, até então desenvolvido pelos assistentes sociais e seus vínculos, vai apontar para a possibilidade de alternativa⁴ de vinculação, mediada pelos interesses e necessidades da classe trabalhadora e orientada pela perspectiva histórica de sua emancipação, bem como a emancipação de toda a humanidade. A possibilidade de redirecionamento da prática profissional desencadeou um significativo interesse dos assistentes sociais pelos estudos sobre a classe trabalhadora e seu movimento de organização, dos quais, entre outros, situa-se o estudo sobre a Organização das Classes Subalternas, apontada como “um desafio para o Serviço Social” (CARDOSO, 1995), realizado por uma das autoras deste texto.

O primeiro momento de síntese desse processo de crítica e indicação da possibilidade de vinculação da profissão à luta e organização dos trabalhadores, orientada pelos interesses dessa classe⁵, se expressa em um contexto econômico e político bastante favorável, no âmbito do movimento de ascensão das lutas sociais populares e, em particular, da organização e luta dos trabalhadores no país. Entre os trabalhadores urbanos cresceu a tendência que apontou para a necessidade de um “Novo Sindicalismo” e empreendeu um amplo esforço de construção da Central Única

³ No caso da CUT, o Serviço Social, por meio da extinta Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) ou das entidades sindicais, participou muito ativamente de todo o processo de fundação e consolidação.

⁴ Cabe destacar aqui que o fundamental é o projeto que funda e orienta essa tendência, considerando que por sua própria natureza, no âmbito da práxis social, o Serviço Social tem, desde a sua origem, vínculo com a classe trabalhadora, apoiando, fundamentalmente, o projeto da classe dominante.

⁵ Conforme, já destacado na literatura de Serviço Social, as principais referências desse momento síntese no Serviço Social resultou da Convenção da ABEPSS (então ABESS), realizada, em Natal, no ano de 1979, e também do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo, no mesmo ano.



dos Trabalhadores (CUT) em um confronto de tendências político-organizativa em relação a uma central; e de um Partido dos Trabalhadores (PT) como partido de quadros e de massa, fincado em seu início, fundamentalmente, nos centros urbanos a partir de São Paulo, mas avançando para o campo. Ao mesmo tempo crescia o movimento dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária, apresentando um fato novo que foi a organização do MST (LOPES, 2005). Nesse momento, os assistentes sociais, além de avançarem em sua própria organização como categoria profissional, rumo à organização sindical, encontraram um terreno fértil para se desenvolverem no trabalho profissional, portanto, como assalariados⁶, nas organizações da classe trabalhadora; um trabalho realizado, fundamentalmente, a partir de instituições (tradicionais) empregadoras de assistentes sociais abertas a essa tendência da prática profissional⁷ e com base na articulação com os movimentos sociais populares da classe trabalhadora, incentivando os processos organizativos e apoiando as suas lutas e reivindicações; mas, também, em instituições de organização autônoma da classe trabalhadora, como os sindicatos, por exemplo.

Contraditoriamente, o ano de 1979, como marco desse momento no Brasil é também o marco do movimento mundial de rearticulação e fortalecimento das forças conservadoras em torno do projeto neoliberal que dá sustentação política à reestruturação produtiva do capital e que derrota o projeto no qual se apoiava o movimento de luta e organização dos trabalhadores no país. Ou seja, enquanto no Brasil o movimento operário e as lutas sociais avançavam, ocorreu a ascensão do projeto neoliberal de alcance mundial⁸ que, como é sabido, só alcançou efetivamente o Brasil em 1990. Um projeto que se constituiu como um dos obstáculos à continuidade do avanço da perspectiva de emancipação em todo o mundo ao desarticular os fundamentos do

⁶ Anote-se aqui a polêmica que existe no Serviço Social sobre a questão da militância política em relação ao exercício profissional, na qual as análises de Marilda Yamamoto (2002; 1992) se destacam. Trata-se de uma questão que neste espaço da prática profissional se coloca, certamente, não como polêmica acadêmica, mas como desafio real para o profissional, considerando-se a natureza militante do próprio espaço ocupacional e a dimensão política da prática profissional.

⁷ Nessa tendência, pode-se encontrar o registro de um significativo número de experiências, realizadas a partir desta referência institucional, destacadamente as universidades públicas, como, por exemplo, o *Trabalho Junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís*, desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de 1979 a 1983, em cujo âmbito foram elaboradas e defendidas, aproximadamente, 50 trabalhos de conclusão de cursos, conforme Brandão (2006).

⁸ Vale lembrar sempre que 1979 é o ano da eleição de Margareth Thatcher para o governo da Inglaterra que vai marcar o início do movimento neoliberal no mundo.



próprio movimento operário, a partir da reestruturação da produção, das relações de trabalho e da ideologia neoliberal, que vêm destruindo direitos que a classe trabalhadora conquistou ao longo de sua história de lutas (ANTUNES, 2006).

O projeto conservador do capital, ao alcançar o Brasil, impôs profunda derrota⁹ à luta social pela construção de uma alternativa emancipatória da classe trabalhadora e da humanidade. Como produto dessa derrota tem-se que significativas referências históricas objetivas no campo econômico e político, a partir da reestruturação da produção e do trabalho, foram desfeitas com a desarticulação dos grandes parques industriais, a exemplo do ABC paulista, berço das greves de 1978, da CUT e do PT na década de 1980 (ABREU; LOPES, 2004). O próprio MST que vinha avançando no processo de confronto com o capital, por meio das ocupações de terras, também uma mediação na relação com o Estado, em um primeiro momento, fez uma retirada estratégica, dedicando-se mais aos processos organizativos internos, na expectativa de reunir elementos de maior clareza em relação ao novo quadro histórico que estava se delineando.

Nesse momento, significativos setores da intelectualidade de esquerda ficaram perplexos, passivos, alguns até admitindo a vitória do capital. No Serviço Social, no entanto, esse movimento de reação conservadora encontrou uma profissão hegemônica pelo pensamento marxista em sua orientação acadêmico-profissional e em pleno processo de maturidade intelectual e política, com uma produção intelectual bastante significativa e consistente, fruto da maturidade e consolidação da pós-graduação e da pesquisa na área. Com esse acúmulo acadêmico e apoiado em uma forte organização acadêmico-profissional¹⁰, o Serviço Social no Brasil continuou fazendo a síntese de um novo projeto profissional no Código de Ética da Profissão e nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação que hoje são, sem dúvida, importantes instrumentos de resistência do projeto ético-político profissional contra a reação

⁹A análise de James Petras (1995) sobre o que ele chama de “Derrotas Históricas” é a referência para uma reflexão sobre o conceito de derrota que o autor considera “conceito-chave”.

¹⁰ Em que pese a reorientação quanto a organização sindical por ramo de atividade, no âmbito da Central Única dos Trabalhadores (CUT), isso levou os assistentes sociais a extinguirem a recém-criada Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS) e a maioria dos sindicatos de assistentes sociais no Brasil, conforme pode ser visto em Abramides e Cabral (1995).



conservadora que tem invadido todos os setores da vida social (ABREU; LOPES, 2006).

As condições objetivas de avanço do projeto profissional, orientado pela perspectiva marxista e que tem como espaço privilegiado da prática a organização da classe trabalhadora, entretanto, se tornaram mais complexas a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Uma grande quantidade de análise já vem demonstrando com consistência que, como dito acima, nesse governo, o projeto conservador da burguesia, sob a hegemonia do capital financeiro, se consolidou e se fortaleceu no país, contando com a adesão de duas das maiores instituições de organização da luta dos trabalhadores que são o PT e a CUT. Certamente, entre as mais expressivas organizações de mediação da luta dos trabalhadores no Brasil, só o MST conseguiu manter a clara perspectiva de um projeto emancipatório, fundado na solidariedade intraclasse trabalhadora, em confronto com a burguesia e o capital, procurando articular os combates do campo com os da cidade e internacionalizar a luta nacional (ABREU; LOPES, 2004).

E, ainda que importantes segmentos dos grupos oprimidos e dominados continuem a luta contra a opressão, como, por exemplo, os atingidos por barragens, organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), é necessário reconhecer o grande refluxo dos movimentos de luta pela construção de uma nova sociedade, para além do capital (MÉSZÁROS, 2002); e que grande parte da luta organizada das classes subalternas vem recebendo influência das chamadas ONGs, desde a década de 90 do século XX, quando se verifica o início de uma explosão dessas organizações no Brasil, que tiveram o incentivo da Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso¹¹, sendo por isso que vem crescendo a inserção profissional dos assistentes sociais.

Todo esse processo político, no contexto da reestruturação produtiva do capital e das relações de trabalho com forte impacto sobre as organizações da classe trabalhadora, é de grande relevância na configuração das condições objetivas do trabalho dos assistentes sociais nessas organizações, sustentando o Projeto Ético-Político Profissional na perspectiva de emancipação humana. De toda forma é necessário

¹¹ O incentivo encontra-se claramente colocado no Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1995, especificamente, no item relativo às “Organizações Sociais e Publicização” (BRASIL, 1995).



ressaltar a necessidade de pesquisas mais amplas e rigorosas que indiquem o nível de incidência da reação conservadora da sociedade mundial e brasileira sobre essa perspectiva do Serviço Social no Brasil. Um aspecto a ser considerado no aprofundamento da análise, no contexto da adesão do PT e do governo Lula ao neoliberalismo é a política de assistência, particularmente, em face da centralidade do direito à assistência em detrimento do direito ao trabalho. Trata-se, como diz Marx (1989), que:

O direito ao trabalho é, no sentido burguês, um contra-senso, um desejo mísero, mas por trás do direito ao trabalho está o poder sobre o capital e, por trás do poder sobre o capital, a apropriação dos meios de produção, sua subordinação à classe operária associada, portanto a superação dialética do trabalho assalariado, do capital e de suas correlações.

Esse é, certamente, um dos maiores desafios dos assistentes sociais em relação à tendência referida, considerando-se a reafirmação da assistência como o espaço privilegiado da prática profissional a partir da Lei Orgânica da Assistência (LOAS) e agora do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com o qual avançou entre os assistentes sociais a perspectiva da luta pela assistência como direito, cuja centralidade merece atenção em relação à luta pelo direito ao trabalho, fundamental na sociedade capitalista e à organização da classe trabalhadora (ABREU; LOPES, 2006). Uma revisão dos textos apresentados pelos profissionais nos eventos da categoria, realizados desde 1990 pelo CFESS e pela ABEPSS, sinaliza uma penetração da reação conservadora, mas mostra, sobretudo, a significativa resistência dos profissionais na sustentação do Projeto Ético-Político Profissional e da articulação com os movimentos de luta das classes subalternas. Também o trabalho desenvolvido por assistentes sociais, como profissionais assalariados no MST, indica a persistência e a possibilidade da tendência do trabalho profissional em instituições das organizações autônomas da classe trabalhadora.



3 Tendências atuais do trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora

Neste eixo, conforme já mencionado na introdução, resgatamos as perspectivas fundamentais do trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora, dando destaque para as orientações teóricas e político-ideológicas, as condições e relações de trabalho, as estratégias e táticas de atuação.

Nas décadas de 1970 e 1980, a perspectiva do trabalho profissional do assistente social nos espaços de formação e organização políticas da classe trabalhadora, como sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais populares (urbanos e rurais), entre outros, era de mobilização social e organização, de modo a contribuir para viabilizar projetos de interesse dessa classe, tais como: projetos de construção de novas relações hegemônicas na sociedade para superação da sua condição de subalternidade. Tal direcionamento se traduziu pela vinculação do projeto ético político-profissional a uma determinada perspectiva societária, cuja construção exige o fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas. Trata-se da perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista de emancipação humana.

É importante lembrar que, mesmo no campo de interesse dessas classes, o projeto ético-político-profissional do Serviço Social não é monolítico, havendo uma diversidade de posições quanto à apropriação pelos Assistentes Sociais, da matriz teórico-metodológico que o sustenta – a tradição marxista. Desse modo, desde a sua origem, não se desenvolve de forma homogênea nas diversas dimensões que compõem a totalidade da profissão.

Assim, embora venha constituindo-se a direção hegemônica na formação profissional, na produção intelectual e na organização política do assistente social, (nessa última, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980), nas instituições empregadoras dos Assistentes Sociais, onde se dão as relações diretas com os usuários, esse projeto não se imprimiu com a mesma força na implementação de respostas profissionais às requisições colocadas pelas classes sociais.



Reafirma-se, portanto, como pressuposto nesta reflexão, que o trabalho profissional desenvolvido pelos assistentes sociais – tanto nos espaços institucionais de organização autônoma da classe trabalhadora como em outras instituições, nas quais se desenvolve o trabalho profissional – pode assumir a direção político-ideológica de emancipação humana dessa classe, bem como a de sua subalternização pelos setores dominantes.

A partir de 1990, principalmente nos espaços institucionais que operam as políticas sociais, uma forte tendência é o redirecionamento da perspectiva de mobilização social e organização, no horizonte da emancipação humana, para o horizonte de subalternidade, buscando a legitimação pelas classes subalternas, do atual padrão de política social sob a égide do neoliberalismo. A política neoliberal privilegia a mercantilização das políticas sociais, transferindo para o setor privado as obrigações do Estado quanto às políticas públicas, em detrimento do atendimento às necessidades como direito; e investe na cooptação das organizações e lutas da classe trabalhadora por meio da intensificação de programas eminentemente assistencialistas, mas que atendem, mesmo precariamente, às necessidades prementes das classes subalternas.

Em face da prevalência da ideologia neoliberal, os avanços do trabalho do assistente social conquistados, nos anos de 1980, já mencionados, não se consolidaram, principalmente nas organizações da classe trabalhadora enquanto segmento das classes subalternas.

Nesse contexto de predomínio do neoliberalismo, é importante ressaltar o caráter contraditório do trabalho profissional do assistente social, cuja história é um processo orgânico da história da sociedade em que se insere a profissão, sendo, portanto, determinada pelas contradições inerentes a essa sociedade. Nesse sentido, destacam-se as implicações econômicas, políticas e sociais decorrentes do avanço do capitalismo no mundo e, em contraposição,

a luta da classe trabalhadora norteadada pelos ideais emancipatórios da sociedade que repõem a participação como estratégia da politização das relações sociais e de intervenção crítica dessa classe no movimento histórico,



nos espaços da produção e reprodução social; isto é, como principal eixo do processo concreto de construção da classe como força antagônica à ordem do capital. (ABREU, 2004).

Essa é a perspectiva de diferentes organizações da classe trabalhadora, em particular o MST, o qual representa o mais importante dos movimentos sociais e políticos do Brasil atual, fazendo renascer e ressurgir a luta dos trabalhadores no campo e convertendo-a no centro da luta política brasileira e da luta de classes.

No bojo desse movimento contraditório da sociedade e mesmo nos espaços de formação e organização política da classe trabalhadora, há projetos profissionais e projetos societários diferenciados disputando a hegemonia.

Quais são esses projetos e quais as perspectivas do trabalho do assistente social nesses espaços?

Nas organizações da classe trabalhadora, o trabalho profissional dos assistentes sociais tende a assumir duas grandes perspectivas teóricas e político-ideológicas que perpassam os projetos profissionais e projetos societários em disputa na sociedade brasileira na atualidade: 1) a perspectiva de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelo fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas; 2) a perspectiva de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternidade da classe trabalhadora, enquanto segmento das classes subalternas.

Com essas perspectivas, os projetos profissionais e os projetos societários se desenvolvem pela ação dos sujeitos das profissões e das classes sociais, disputando a hegemonia nos espaços de organização da classe trabalhadora, em particular, e no movimento social, na sociedade brasileira. Torna-se hegemônica uma ou outra perspectiva, conforme os vínculos dos projetos profissionais com os projetos societários de emancipação humana ou de manutenção da ordem capitalista; e conforme as relações de força no processo de disputa da hegemonia na sociedade.



No pensamento gramsciano, a questão da hegemonia é central em relação às possibilidades das classes subalternas se tornarem protagonistas históricas, dotadas de vontade coletiva própria; e a constituição da ideologia das classes subalternas é uma condição essencial, porém não suficiente para a conquista da hegemonia dessas classes, na medida em que conseguem romper com a dominação ideológica das classes adversárias. Esse rompimento não se efetiva independentemente das transformações econômicas, mas não há, por outro lado, uma dependência absoluta dessas transformações. A organização e a consciência de classe são condições indispensáveis para essa conquista política, pelas classes subalternas.

Nesses processos de organização e formação de consciência de classe das classes subalternas, constituem possibilidades de atuação do assistente social: 1) a participação no desenvolvimento de propostas de formação político-organizativa, que possibilite a essas classes a apreensão crítica das contradições econômicas e político-ideológicas inerentes às sociedades capitalistas; a criação de formas próprias de reprodução e de resistência no enfrentamento cotidiano com os interesses das classes adversárias e a construção de formas de superação da opressão por essas classes; 2) desenvolvimento de propostas eminentemente educativas de fortalecimento das organizações da classe trabalhadora e de processos de constituição ideológica das classes subalternas na luta pela construção de uma alternativa emancipatória da classe trabalhadora e de toda humanidade.

Se o modo de pensar e a organização política ocupam no pensamento gramsciano um lugar decisivo na conquista da hegemonia, também é decisivo o papel que o teórico marxista confere aos intelectuais e ao partido na construção de uma nova cultura.

Gramsci (1978, p. 21) entende que “uma massa humana não se distingue e não se torna independente por si, sem organizar-se; [...] e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes [...]”. Isso supõe um trabalho sistemático de caráter educativo-organizativo para elevar intelectualmente grupos subalternos cada vez mais amplos e suscitar o surgimento de intelectuais de tipo novo, que, emergindo das massas, permaneçam a elas vinculadas.



O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas um imiscuir-se ativamente na vida prática como construtor, organizador, persuasor permanente. (GRAMSCI, 1988, p. 8).

Nessa perspectiva, que tem convergência com o projeto ético-político-profissional do Serviço Social vinculado ao projeto societário de emancipação humana, o que fazem e o que podem fazer os assistentes sociais? Quais as estratégias e táticas do trabalho profissional e em que condições e relações de trabalho atuam?

Conforme já explicitado na introdução, nas organizações da classe trabalhadora, o trabalho profissional do assistente social se desenvolve em duas dimensões: na primeira, é realizado em espaços ocupacionais nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora como empregadora desses profissionais; e na segunda, o trabalho do assistente social se realiza junto a essas instituições e no movimento de organização da classe trabalhadora, a partir de outras instituições da prática profissional, com as quais mantém o vínculo como trabalhador assalariado.

Dessas organizações, tomamos como referência o MST, pelo seu significado político na luta dos trabalhadores no campo e, também, na luta política brasileira, muito embora os profissionais de Serviço Social que desenvolvem seu trabalho nesse movimento não se reconheçam como assistente social no desempenho de suas funções. Apesar dessa questão de identidade profissional, que se coloca no movimento, entendemos que o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais é uma expressão concreta da profissão, a partir das demandas do movimento. Tais demandas à equipe interprofissional, da qual fazem parte os profissionais de Serviço Social, estão vinculadas a dois eixos: a educação e a produção.

Quanto à educação, visa garantir aos seus assentados a educação formal e sua formação política, na perspectiva da construção da consciência de classe indispensável para luta.



No que se refere à produção, há uma concentração em torno de cooperativas agrícolas, aliada a um projeto de organização popular, mediante desenvolvimento de relações sustentadas em valores de cooperação e solidariedade intraclasse. Para que essas cooperativas possam ser implantadas, são levadas em conta: as condições objetivas e subjetivas das famílias que vivem no assentamento, as condições financeiras e da terra para a escolha adequada da cultura, grau de consciência política e história de luta dessas famílias. Especificamente, no que se refere à produção, o MST tem como proposta o trabalho baseado na cooperação agrícola, a qual busca a organização da produção por meio do trabalho de forma cooperada entre famílias, na perspectiva de garantir o avanço da reforma agrária. Assim, incentiva formas coletivas de trabalho tendo como princípio a necessidade da construção de uma sociedade sustentada em valores sociopolíticos direcionados para a superação da atual ordem societária (AZAR, 2005).

Esse direcionamento é compatível com o projeto ético-político-profissional do serviço social, hegemônico na formação dos assistentes sociais, e essa convergência de princípios dá sustentação ao trabalho profissional nesse espaço de organização da classe trabalhadora, embora os referidos profissionais, conforme mencionamos anteriormente, não se identifiquem como assistentes sociais, na sua atuação profissional.

As estratégias e práticas utilizadas pelos assistentes sociais inseridos nas equipes interprofissionais atuantes nessa organização da classe trabalhadora se evidenciam, principalmente:

- no incentivo e apoio político-organizativo às formas coletivas de trabalho, como: mutirões, associações e grupos coletivos, percebidos como mecanismos utilizados pelo MST no fortalecimento da solidariedade intraclasse e na sua luta pela reforma agrária;
- na mobilização social e organização das famílias trabalhadoras para a participação em processos de educação formal e de formação política, para contribuir na construção da consciência de classe, necessária à luta dos



trabalhadores e à sua organização autônoma em relação aos partidos políticos e instituições que representam o Estado, com as quais o MST mantém relações;

- na produção e socialização de conhecimentos, a fim de contribuir na constituição de sujeitos coletivos capazes de criar mecanismos de resistência e luta e de participarem da construção da hegemonia da classe trabalhadora.

Tais estratégias são inerentes a essa instituição de organização da classe trabalhadora (MST) e se expressam como uma tendência política atual do trabalho dos assistentes sociais nessas organizações. Essa tendência não se expandiu para outros espaços de organização dessa classe, como também não houve expansão do trabalho desse profissional em outras organizações da mesma natureza, o que confirma a hipótese com a qual trabalhamos. Ao mesmo tempo, é apontada a possibilidade de atuação do assistente social na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político-profissional que tem como horizonte a emancipação da classe trabalhadora e de toda a humanidade.

Considerações finais – Algumas indicações para reflexão, debate e aprofundamento

No decorrer do texto, reafirmamos a hipótese trabalhada de que não houve avanço, a partir de 1990 do século passado, do trabalho dos assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora, e nessas a perspectiva de emancipação política e emancipação humana, em virtude, principalmente, da forte influência da reestruturação produtiva sob a orientação do pensamento neoliberal no mundo e, particularmente, no Brasil. Entretanto, contraditoriamente, nesse mesmo contexto, é apontada a possibilidade de trabalho na perspectiva do projeto ético-político-profissional do serviço social, hegemônica na formação profissional, como tendência que nos permite indicar algumas estratégias do trabalho profissional para reflexão e aprofundamento. Essas estratégias podem ser fortalecidas nos espaços de organização da classe trabalhadora, sejam essas instituições empregadoras do assistente social ou em espaço onde o profissional atua a partir de projetos organizativos vinculados a outras instituições com as quais mantém o vínculo como trabalhador assalariado.



As estratégias indicadas são as seguintes:

- a) prestar assessoria técnica e apoio político aos setores organizados da classe trabalhadora, na criação de mecanismos de resistência e de luta, em âmbitos local, nacional e também mundial, em todas as esferas da vida social;
- b) desenvolver junto aos trabalhadores atividades educativas formadoras de um modo de pensar e de agir que lhes permitam a constituição de um núcleo organizatório que se proponha a tarefa de unificar as experiências parciais de setores organizados das classes subalternas, em uma alternativa política – um projeto global concreto que acene com as possibilidades de transformação da sociedade;
- c) desenvolver um trabalho pedagógico junto aos trabalhadores, em suas instituições de organização, que contribua com os mesmos, para a formulação e implementação de uma política que concretize a participação das massas que, pela prática concreta, alcance a necessidade de quebrar seus limites e, de forma organizada, construa novas relações hegemônicas.

É fundamental ressaltar a importância de todas essas estratégias de luta e resistência, sobretudo de união e organização dos trabalhadores e dos expropriados dos mais ínfimos direitos, mas é indispensável que tenhamos clareza de que a efetiva solução para o agravamento da questão social nos países de capitalismo dependente só é possível com a construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo, que garanta a emancipação da humanidade e supere, portanto, as desigualdades sociais e a questão social. Uma tarefa que é, fundamentalmente, da classe trabalhadora, na qual as práticas profissionais, enquanto expressão da práxis, tem papel relevante.



Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; CABRAL, M. do Socorro. *O Novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Serviço Social e a questão da participação: tendências e desafios na sociedade brasileira*. São Luis: UFMA, 2004. (capítulo de livro no prelo).

ANTUNES, Ricardo. Construção e Desconstrução da Legislação Social no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

AZAR, Zaira Sabry. *A Organização da produção da Vila Diamante na luta pela Terra o Maranhão*. 2005. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2005.

BRANDÃO, Selma Maria silva de Oliveira. *Serviço social e questão Social no Maranhão: resgate histórico do “Trabalho Junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís” no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA*. 2006. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

CARDOSO, Franci Gomes. *Organizações das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez; Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1995.

_____. Os movimentos sociais populares no processo de transformação social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 33, ano XI, Cortez, 1990.

_____. *Trabalho Junto ao Pescador Artesanal da Ilha de São Luís*. Projeto de Pesquisa. São Luís: Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, 1979.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

IAMAMOTO, Marilda. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições Privativas do(a) Assistente Social Em Questão*. Brasília: CFESS, 2002.

_____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. Ensaio Crítico. São Paulo: Cortez, 1992.



LOPES, Josefa Batista. *As Lutas Sociais Operárias e Populares no Brasil: a eleição do PT para o governo da República no fim de um ciclo*. São Luís. *Anais... II Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís: UFMA, 2005. 1 CD-ROM.

_____. *A formação profissional do assistente social no contexto da atual reestruturação do capital: respostas e questões das diretrizes curriculares no Brasil*. In: IASSW – International Organization of Schools of Social Work, Corporación Chilena para la Enseñanza del Trabajo Social – ACHETS, Santiago/Chile. *Anais... do 33º Congreso Mundial de Escuelas de Trabajo Social “Crecimiento y Desigualdade – escenarios y desafios para el trabajo social Del siglo XXI”*. Santiago, 2006.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar M. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. O 13 de junho de 1849. In: FERNANDES. Florestan (Org.). *Marx & Engels*. São Paulo: Ática, 1989.

MÉSZÁROS, Istiván. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

PETRAS, James. *Ensaio Contra a Ordem*. São Paulo: Scritta, 1995.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



Estudos Socioeconômicos

Introdução

Abordar o tema – **estudos socioeconômicos** – no âmbito do Serviço Social remete a pensá-lo, inicialmente, enquanto parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais. Afinal de contas o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações. No entanto, esse tema se impõe ao debate, de forma especial, quando a Lei n. 8.662, que dispõe sobre o exercício da profissão, no seu artigo 4º, lhe atribui o estatuto de competência profissional. Entre outras competências elencadas nesse artigo, o item XI afirma que constitui competência do assistente social “realizar estudos sócio-econômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (CRESS/SC, 1999).

Dentro dos marcos de uma legislação, esta definição legitima o reconhecimento social de uma competência construída historicamente pela profissão, particularmente, no âmbito das políticas sociais, que constitui o campo de trabalho privilegiado dos assistentes sociais. Isso significa dizer que a realização de estudos socioeconômicos esteve presente no cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais ao longo da trajetória do Serviço Social, mas nem por isso manteve o mesmo significado e direção. A sua concepção e as questões implicadas na sua operacionalização se transformaram à medida que a profissão também se transformou, buscando responder aos desafios impostos pela realidade social.

Nessa perspectiva, o texto que se apresenta pretende contribuir para o aprofundamento da discussão dos estudos socioeconômicos como competência profissional, visando à construção de um diálogo para uma qualificação mais apurada dessa ação profissional e a produção de um marco de referência para a operacionalização dos estudos socioeconômicos. Para tanto, está estruturado em quatro tópicos: Serviço Social e estudos socioeconômicos; Estudos socioeconômicos/estudos sociais: o que são, para que são e onde se realizam; Estudos socioeconômicos/estudos sociais: quem são seus sujeitos;

Estudos socioeconômicos/estudo sociais: realização e elaboração de documentos; e finalmente, uma brevíssima (in)conclusão.

1 Serviço Social e estudos socioeconômicos

Os estudos socioeconômicos na trajetória do Serviço Social brasileiro tiveram um grande desenvolvimento técnico no período da consolidação da profissão, através da apropriação do marco conceitual do Serviço Social americano e particularmente do Método do Serviço Social de Caso. De acordo com Nicholds (1969), tinha como objetivo realizar o ajustamento dos indivíduos a seu meio, cooperando com eles a fim de beneficiá-los e também a sociedade em geral. Enquanto “método de tratamento”, incluía a necessidade de diminuir ou resolver o problema trazido pelos “clientes” e, se possível, modificar as dificuldades e complicações fundamentais. Esse “método” previa que, quando um “cliente” pedia auxílio, era necessária a realização do estudo social de caso, numa primeira etapa, posteriormente o diagnóstico e por último o tratamento.

No estudo social de caso, dois grupos de informações eram importantes: aquelas inerentes ao indivíduo (aparência física, capacidade mental, habilitações específicas) e aquelas próprias do ambiente (tipo de casa, tipo de emprego do presente e do passado, “companheiros dos quais gostava”). A assistência ao cliente tinha como premissa a busca de recursos tanto na personalidade como no seu ambiente para corrigir a situação (HAMILTON, 1976; NICHOLDS, 1969).

Essa postulação sobre o estudo social de caso no contexto do Serviço Social é reveladora – como apontaram inúmeros estudos entre os quais se destacam os de Yazbec (1993) e Yamamoto (1994) – de uma perspectiva paradigmática de orientação positivista/funcionalista que partia da concepção que a desigualdade social era um “fato natural”. Assim, as relações sociais dos indivíduos eram compreendidas no plano do imediato e a solução dos problemas sociais, como responsabilidade dos próprios indivíduos. Portanto, a busca de solução dos problemas se concentrava essencialmente nas questões de personalidade e adaptação dos indivíduos. Disso se pode deduzir que o acesso

a determinados auxílios materiais e a serviços no âmbito das instituições se vinculavam muito mais a julgamentos morais do assistente social sobre a personalidade e os modos de vida dos indivíduos do que de suas condições objetivas de vida. Mais que isso, pautava-se na ideia de que o auxílio público só deve acontecer de forma temporária e depois de esgotadas as possibilidades da utilização dos recursos dos próprios indivíduos ou de seu ambiente (materiais e imateriais).

Ancorados nessa perspectiva, os assistentes sociais aprimoraram os seus instrumentos e técnicas – tais como a entrevista, a observação, a visita domiciliar – direcionados basicamente para o processo de averiguação dos modos de vida dos indivíduos. Houve, no interior das instituições, um processo de burocratização dos procedimentos e de regulamentação para a condução dos estudos socioeconômicos. Nessa linha, enraizaram-se no interior da profissão as bases dessa concepção e das formas de operar os estudos socioeconômicos. A sua reatualização tem encontrado terreno fértil no contexto da lógica neoliberal que revigora tanto o ideário de seletividade e merecimento na obtenção de auxílios materiais e de serviços, quanto incentiva o processo de refilantropização e despolitização do tratamento da questão social (YASBEC, 2000).

Em contraposição à lógica prevalente dos estudos socioeconômicos desenvolvida sob a chancela do serviço social de caso, uma outra lógica para o encaminhamento desses estudos foi sendo engendrada. Isto ocorreu a partir do momento em que autores e profissionais de Serviço Social passaram a discutir a profissão dentro das bases da teoria social de Marx, que permitiu tanto o avanço do debate teórico-metodológico da profissão, quanto a construção de seu projeto ético-político¹. A partir dessa nova perspectiva paradigmática e da afirmação do compromisso ético político dos assistentes sociais com as classes trabalhadoras, os estudos socioeconômicos ganham uma nova configuração pautada em dois pontos fundamentais.

¹ O debate teórico-metodológico do Serviço Social com base na teoria social de Marx, bem como do projeto ético-político encontram-se amplamente referenciados nesse curso, nos módulos anteriores.

O primeiro concerne à interpretação das demandas postas aos assistentes sociais pelos indivíduos. Aquelas necessidades trazidas por sujeitos singulares não são mais compreendidas como problemas individuais. Ao contrário, tais demandas são interpretadas como expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista. Assim, o assistente social tem como objeto de sua ação as expressões da questão social, e essa premissa não admite que se vincule a satisfação das necessidades sociais à competência ou incompetência individual dos sujeitos.

O segundo refere-se ao redimensionamento que a perspectiva crítico-dialética exige da ação profissional no que diz respeito ao seu alcance e direcionalidade. Ao postular que as soluções dos problemas dos sujeitos singulares só se efetivam, de fato, com a transformação das bases de produção e reprodução das relações sociais – superação do modo de produção capitalista –, exige-se que a ação profissional seja pensada na sua teleologia. Para além de sua eficiência operativa ou de sua instrumentalidade, como propõe Guerra (2000), incorpora a elas o compromisso ético com a transformação social.

Por outro lado, ao reconhecer o terreno sócio-histórico na qual se movimenta a profissão, adota a categoria dos Direitos e da Cidadania como direção no encaminhamento das ações profissionais. Os direitos são entendidos como caminhos para a concretização da cidadania por meio de políticas sociais orientadas para o atendimento das necessidades humanas básicas. O Estado é reconhecido como instância responsável por essa garantia e atenção (VIEIRA, 2004; LIMA, 2006).

Tal redimensionamento impõe uma nova lógica aos estudos socioeconômicos, e eles passam a ser entendidos como ações significativas no processo de efetivação, garantia e ampliação de direitos fundamentais e no enfrentamento das expressões da questão social. Assim, exige-se a ampliação da ação profissional para além dos sujeitos singulares que serve de subsídio para as respostas coletivas às demandas que são “singulares”.

Enfim, pode-se dizer que a perspectiva crítica no Serviço Social provocou uma verdadeira revolução nas formas de conceber e conduzir os estudos socioeconômicos. As mudanças abrangeram também as formas de relacionamento entre os sujeitos (agora sujeitos de direitos), os assistentes sociais e a sociedade. A partir dessa ótica, discutem-se os estudos socioeconômicos enquanto ação de competência dos assistentes sociais. Como tal, constroi-se como processo sem poder ser definido *à priori* e sem poder ser desvinculado dos determinantes estruturais, conjunturais e profissionais, que condicionam os seus limites e as suas possibilidades.

2 Estudos socioeconômicos/ estudos sociais: o que são, para que são e onde acontecem

O avanço e consolidação do debate da profissão no bojo da teoria crítica fizeram surgir várias aproximações que passaram a ser construídas para redimensionar a prática dos estudos socioeconômicos em diferentes espaços sociocupacionais, especialmente aqueles vinculados ao campo das políticas públicas, com destaque à seguridade social e ao campo sociojurídico. Nesse processo de construção do debate, os estudos socioeconômicos também foram se afirmando terminologicamente como estudo social, simplesmente. As manifestações provindas das diversas áreas profissionais têm insistido na importância dessa ação profissional e têm destacado a realização dos estudos sociais sob o ponto de vista da totalidade e da garantia de direitos. A ação profissional dos assistentes sociais é reveladora do compromisso dos assistentes sociais com a matriz da teoria crítica.

A adoção da perspectiva de totalidade revela-se através da inclusão no estudo social da observação e análise dos diferentes aspectos da vida social que incidem na configuração das situações singulares, inclusive os de ordem estrutural (COSTA; OLIVEIRA, 2004; MOREIRA; ALVARENGA, 2004). Nessa ótica, Fávero (2004, p. 42) afirma que o estudo social tem “por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional especialmente nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais”.

No mesmo sentido, Iamamoto (2004, p. 286) afirma que existe uma exigência de articulação da “vida dos indivíduos singulares” com as dimensões estruturais e conjunturais uma vez que são estas que a conformam. As situações individuais ou familiares “condensam, simultaneamente, as dimensões universais, particulares e singulares da vida em sociedade”.

A perspectiva dos direitos de cidadania é destacada como fundamental, especialmente, à medida que os estudos sociais subsidiam pareceres sociais que são instrumentos “de viabilização de direitos, um meio de realização do compromisso profissional com os usuários, tendo em vista a equidade, a igualdade, a justiça social e a cidadania” (SILVA, 2000, p. 116). Acrescenta-se a isso que a sistematização e análise do conjunto de informações contidas no conjunto dos estudos realizados geram possibilidades de discussão do processo de fruição dos direitos relativa tanto à garantia como à sua ampliação. Assim pode-se impactar tanto a gestão e o planejamento de programas e serviços, como a formulação de políticas sociais.

Os estudos sociais são realizados nos mais diversos campos de intervenção profissional e estão vinculados ao acesso a determinados benefícios sociais de ordem material e financeira, em que se inclui a aquisição de bens e de serviços. Ou ainda, são realizados para servir como subsídio para o arbítrio de situações conflituosas como é típico do campo sociojurídico. Assim acontece em inúmeros espaços sociocupacionais presentes na organização dos mais variados serviços e programas vinculados às políticas públicas, ao judiciário de maneira geral, as organizações privadas e também às organizações não-governamentais (ONGs).

No âmbito das políticas públicas, destaca-se a seguridade social, área em que os estudos sociais são largamente utilizados. Na Assistência Social, são utilizados tanto para o acesso de usuários ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), como aos programas de transferência de renda. Na Previdência Social, destinam-se, à concessão de benefícios, recursos materiais e para subsidiar a decisão médico-pericial. Na Saúde, são realizados para o acesso a determinados serviços, como é o caso da oxigenoterapia. Na Política Urbana, são

utilizados pelas administrações municipais nos processos de isenção de impostos, caso do Imposto Territorial Urbano (IPTU). Nos Programas Habitacionais de caráter governamental ou não, cresce o número de contratação de assistentes sociais para que realizem estudos socioeconômicos, entre outras ações, com vistas à aquisição e manutenção da casa própria.

Nas empresas privadas, os estudos sociais servem para proporcionar acesso a determinados benefícios, inclusive empréstimos financeiros. Nas ONGs destinam-se à adstrição da população no acesso a determinados serviços (creches, por exemplo) ou concessão de diferentes auxílios. As mesmas finalidades estão presentes nos inúmeros programas vinculados às parcerias público-privadas tão em voga atualmente. E, por fim, no campo sociojurídico, os estudos sociais são a base para emissão de pareceres e laudos, que inclusive têm valor de prova nos processos judiciais, Eles visam a contribuir, nas palavras de Fávero (2004, p. 42), para a “justa aplicação da lei”.

Além dos programas e serviços vinculados às diferentes áreas de intervenção profissional que têm os estudos sociais como finalidade precípua, merece destaque o espaço do plantão social. Este existe no contexto de um grande número de organizações públicas ou privadas, como espaço também privilegiado de realização de tais estudos. É no plantão social que, tradicionalmente, se define o acesso a uma gama imensa de recursos e serviços dentro ou fora das organizações. Tal definição tem na sua base a realização de um estudo socioeconômico/estudo social, independente de ser realizado com mais ou menos tempo, com mais ou menos qualidade, ou ainda com mais ou menos compromisso, uma vez que estas ações têm sido altamente desvalorizadas no contexto profissional.

Dentro desse universo de larga utilização, que certamente extrapola os mencionados acima, os estudos socioeconômicos assumem determinadas características e finalidades condicionadas tanto pelas especificidades das áreas (saúde, educação, judiciário), como pela natureza dos espaços sociocupacionais (o público, o privado) e isso tanto exige do profissional conhecimentos relacionados a matérias específicas, como impõe condutas éticas e limites à sua ação.

Os estudos socioeconômicos/estudos sociais, como toda ação profissional, consistem num conjunto de procedimentos, atos, atividades realizados de forma responsável e consciente. Contêm tanto uma dimensão operativa quanto uma dimensão ética e expressa, no momento em que se realiza a apropriação pelos assistentes sociais dos fundamentos teórico-metodológico e ético-políticos da profissão em determinado momento histórico.

Os estudos sociais são estruturados a partir dos sujeitos para os quais a ação está dirigida, formas de abordagem desses sujeitos, bem como pela utilização dos instrumentos técnico-operativos e pela produção de documentos. Documentos esses relacionados tanto às ações na sua singularidade, como na produção de sistematizações como: informes e relatórios que podem desencadear outras ações profissionais, de si ou de outros, ou subsidiar outras instâncias de planejamento, gestão e formulação de políticas sociais.

Operacionalmente, os estudos socioeconômicos/estudo social podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer – formalizado ou não – sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação/usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios. Essa finalidade é ampliada quando se incluem a obtenção e análise de dados sobre as condições econômicas, políticas, sociais e culturais da população atendida em programas ou serviços, partir do conjunto dos estudos efetuados como procedimento necessário para subsidiar o planejamento e a gestão de serviços e programas, bem como a reformulação ou a formulação de políticas sociais.

Na breve apresentação sobre o que são os estudos sociais, suas finalidades e os espaços onde essa ação profissional geralmente ocorre, o próximo passo será conhecer um pouco os sujeitos implicados na realização desses estudos.

3 Estudos socioeconômicos/estudo sociais: quem são os seus sujeitos

Os estudos sociais se realizam, via de regra, a partir de demandas de um determinado sujeito que chega a um programa ou serviço. Eles devem contemplar o conhecimento da situação em que o sujeito demandante está implicado e de suas condições de vida. Devem

reconstruir processos sociais geradores de tal situação tendo em consideração o conjunto de relações e determinações sociais para permitir um conhecimento mais amplo e profundo e uma interpretação crítica da situação. (MIOTO, 2001; IAMAMOTO, 2004).

Tradicionalmente, a rede de relações primárias tem sido sujeito privilegiado desse processo, em particular, a família por ser o primeiro núcleo de referência dos indivíduos na vida social e por conformar a sua condição social. De acordo com Cioffi (1998), as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. A família é reconhecida como instância de proteção social, inclusive em termos legais. No Brasil, além de constar da Constituição Federal e do Código Civil, essa condição aparece em outras leis vinculadas à proteção social. Atualmente, a Lei Orgânica da Assistência Social (CRESS/SC, 1999) é clara em estabelecer a responsabilidade da família para com seus membros quando no seu artigo 2º, item V, afirma que para o acesso aos benefícios é necessário que se comprove que os indivíduos não possuem meios de prover sua manutenção e nem tê-la provida por sua família (CAMPOS; MIOTO, 2003).

De acordo com a linha teórica adotada neste trabalho, a família é concebida na sua condição histórica e as configurações que ela vai assumindo no arco do tempo e das culturas estão condicionadas às diferentes formas de relações sociais estabelecidas. Assim, reconhece-se a sua diversidade, descarta-se a ideia de modelos de estrutura e de relações e desprende-se do ideal do amor e da harmonia ao tomar o conflito como inerente às suas relações, inclusive àquelas que estabelecem com outras esferas da sociedade (MIOTO, 2000).

A realização dos estudos sociais implica, em termos gerais, conhecer as formas assumidas pelas famílias, isto é, sua estrutura de relações tanto dentro de seus limites como fora deles. Deve analisar como ela exerce a proteção social de seus membros e como o Estado/Sociedade provê suas necessidades. Trata-se de um trabalho complexo que exige clareza sobre os marcos teóricos que orientam a sua compreensão, pois a falta dela pode redundar numa ação profissional que reduz o social ao familiar e a proteção social à

solidariedade familiar. A falta de clareza pode levar à perda da perspectiva de totalidade e da lógica dos direitos e da cidadania.

Ao considerar que o ponto de partida para o conhecimento de uma determinada situação vivida por um sujeito no contexto de suas relações sociais é a estrutura das relações familiares, a questão conceitual não pode ser desmerecida. Por isso, é importante saber distinguir as diversas referências para transitar por ela e para definir o que é uma família. Isto propicia uma compreensão mais abrangente da situação e de suas inter-relações com os processos sociais, dos critérios estabelecidos para o acesso a benefícios no âmbito das políticas sociais.

Lima (2005) e Mioto e Nora (2006), apoiadas na literatura, apontam três indicadores importantes para definir família: o domicílio, o parentesco e os afetos. No indicador domicílio, a família é definida a partir da co-habitação na mesma unidade de moradia. O termo domicílio refere-se à estrutura física da residência e ao grupo de pessoas que residem no seu interior, sendo este o indicador utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBGE classifica os domicílios em coletivos e particulares, nos últimos, convivem pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. Reconhece-se a existência de vários núcleos numa mesma unidade de moradia quando existe independência no acesso a determinado espaço da habitação ou quando existe independência nas despesas de alimentação e moradia (MEDEIROS; OSÓRIO, 2001).

No entanto, embora a moradia seja um dos indicadores mais óbvios da existência de uma família, nem sempre se considera família o conjunto de todas as pessoas que convivem em seu espaço. Em sentido inverso, também se reconhece que a organização e as relações de dependência entre os indivíduos não se limitam àquelas que se estabelecem dentro da moradia. Portanto, não devem ser relegados os dois outros indicadores, a saber, o parentesco e as relações afetivas.

O parentesco define-se pela existência de laços consanguíneos ou biológicos e, não necessariamente, coincide com a unidade de moradia ou com as relações afetivas. No entanto, quando se trata de família, a noção de parentesco é um indicador importantíssimo. Toda a discussão antropológica sobre família tem na categoria do parentesco sua pedra fundamental, e esse indicador tem orientado ao longo da história tanto as definições legais sobre os direitos como as obrigações familiares que rebatem fortemente nas definições sobre os beneficiários das diferentes políticas sociais.

As relações afetivas concorrem para se definir família a partir de aspectos e vivências subjetivas e por isso assumem características muito particulares. Nessa concepção de família, podem ser incluídas pessoas, como amigos e vizinhos, que não têm laços nem de parentesco e nem partilham da mesma unidade de moradia.

Apesar da distinção efetuada, esses indicadores não se excluem, mas se apresentam superpostos ou inter-relacionados e ganham sentidos diversos nas diferentes classes sociais, nas diferentes culturas e nas diferentes formas de organização e de convivência das famílias. Assim, forjam-se as estruturas e as dinâmicas familiares que expressam a constante inter-relação entre os acontecimentos próprios do curso de vida das famílias (nascimentos, mortes, envelhecimento, casamentos, separações), os acontecimentos e exigências do mundo “extrafamiliar” (trabalho/desemprego, migrações, exigências institucionais, catástrofes), as demandas individuais de seus membros, as demandas impostas pela sociedade sobre ela. Tudo isso produz contínuas transformações no caráter dos vínculos familiares, na natureza das competências, nas atribuições de autoridade e de poder e nas formas de inserção dos grupos familiares na sociedade.

O conhecimento da estrutura de relações das famílias permite chegar a um outro ponto importante, que é o entendimento de como as famílias se organizam para a satisfação das necessidades de seus membros ou para a provisão de bem-estar. Para tanto é necessário entender como as famílias dispõem de seus próprios recursos (o trabalho, o afeto) e de outros advindos da rede social primária, da rede social secundária (instituições, associações) e de direitos sociais assegurados. Nesse processo, se detectam justamente as

condições que as famílias possuem e os mecanismos de proteção social disponíveis, para que exerçam a sua proteção.

Na montagem desse quebra-cabeça, torna-se possível articular os processos familiares com os processos sociais mais amplos e definir com maior clareza a situação em pauta. E conseqüentemente, torna-se possível propor alternativas e realizar encaminhamentos que atendam as necessidades postas pelos sujeitos estudados e ações que permitam a ampliação do leque de soluções que podem ser estendidas a outros. O conhecimento dos sujeitos envolvidos nos estudos implica adotar posturas profissionais, formas de abordagens e instrumentos que estruturam a ação profissional.

4 Estudos socioeconômicos/estudo sociais: a aproximação com a realidade social e a elaboração de documentos

Para realizar estudos sociais, é necessário aproximar-se da realidade social dos sujeitos demandantes da ação para compreender com precisão a sua situação e poder analisá-la, avaliá-la ou emitir um parecer sobre ela. Prevê-se que esse processo seja conduzido de acordo com os princípios dispostos no Código de Ética Profissional do Assistente Social. Na abordagem dos sujeitos, é dever do assistente social informá-los sobre os objetivos de seu trabalho, prestar as informações solicitadas e manter o sigilo profissional conforme dispõe o capítulo V do referido código (GRESS, 1999, p. 17-18).

Os estudos socioeconômicos/estudos sociais se realizam pela abordagem de determinados sujeitos implicados, diretamente ou indiretamente, na situação a ser estudada. De acordo com Sarmiento (1994, p. 281-282), a abordagem

é um contato intencional de aproximação, através do qual criamos um espaço para o diálogo, para a troca de informações e/ou experiências para a tomada de conhecimento de um conjunto de particularidades necessárias a ação profissional e, ainda, para o estabelecimento de novas relações [...] permite a criação de um espaço para conhecimento (e intervenção) desencadeando um

processo de ação-reflexão (crítica) com a realidade e entre os sujeitos envolvidos.

A abordagem ocorre, portanto, de diferentes formas. Nos estudos socioeconômicos são mais comuns as abordagens individuais e grupais, realizadas através de instrumentos tradicionalmente definidos pela profissão: a entrevista, a observação, a reunião, a visita domiciliar e a análise de documentos referentes à situação.

As entrevistas supõem habilidade e técnica do assistente social para que viabilizem o ato de conhecer. Para tanto podem ser utilizadas entrevistas estruturadas, não estruturadas e semiestruturadas. As estruturadas são conduzidas com formulários que visam a obtenção de determinadas informações e que, na maioria das vezes, são preenchidos de acordo com padrões já definidos no âmbito de programas ou de serviços. As não-estruturadas privilegiam o diálogo aberto, conduzido preferencialmente pelos entrevistados. Nesse processo, as informações vão sendo produzidas à medida que os temas surgem e se concatenam. Finalmente, as entrevistas semiestruturadas comportam tanto a utilização de determinados roteiros como também o diálogo aberto com os entrevistados. Tem sido uma modalidade bastante adotada por permitir a obtenção de dados sobre a situação e a captação de sua dinâmica.

As entrevistas podem ser realizadas de forma individual ou de forma conjunta. Essa última modalidade permite observar e estudar as transações concretas entre os sujeitos participantes e criar uma situação em que se estabelece o diálogo entre eles sobre a situação. São comuns, nessa modalidade, as entrevistas familiares conjuntas que possibilitam ao assistente social compreender a dinâmica e a estrutura das relações das famílias (MIOTO, 2001).

As visitas domiciliares, de acordo com Miotto (2001), acontecem na residência dos sujeitos envolvidos na situação e visam conhecer as condições de vida (residência, bairro) e os aspectos do cotidiano das relações desses sujeitos que geralmente escapam às entrevistas de gabinete. Além da entrevista, da visita domiciliar e da observação realizada

durante o processo de entrevistas e de visitas, os documentos gerados e que estão relacionados à situação também são fundamentais para o conhecimento da realidade em questão. Os instrumentos acima referidos não devem ser vistos de maneira estática, eles são criados e recriados de acordo com os objetivos e com as exigências da ação profissional. No contexto das entrevistas e das visitas domiciliares, a observação é instrumento indispensável, como fonte de dados e indícios sobre a realidade social.

Uma vez efetuado e documentado todo o processo, elabora-se o documento final. Não havendo um modelo institucionalmente definido, alguns pontos são fundamentais para sua elaboração, tais como: a identificação dos sujeitos demandantes dos estudos e dos sujeitos implicados na situação e da situação; a descrição concisa da situação estudada que deve trabalhar, de forma organizada, o conjunto de informações contidas nos relatórios de entrevistas, documentos, visitas domiciliares, observações; a análise da situação na qual o profissional dará a conhecer como articulou os dados da realidade com o marco teórico-metodológica que orientou sua ação e com seu conhecimento da área em que está se realizando o estudo, das legislações em vigor e de outros estudos que embasem sua perspectiva analítica. Não se trata obviamente de um ensaio teórico, mas de uma análise da situação que permita embasar e direcionar o parecer sobre ela. O parecer deve expressar a opinião do profissional sobre a demanda que motivou o estudo social ou responder questões sobre a situação. Nele são sugeridos encaminhamentos possíveis para atender tanto à demanda quanto à situação. Destaca-se que o documento final, que expressa o estudo social realizado, assume diversas configurações de acordo com as características e exigências dos diferentes campos sociocupacionais do Serviço Social.

A elaboração do documento final significa a consecução de um objetivo importante da ação profissional, que é responder, a partir de uma perspectiva de totalidade, uma demanda na sua singularidade. Uma vez realizados tais estudos, o assistente social passa a dispor de um conjunto de informações sobre as demandas e necessidades de uma determinada população. As informações são fundamentais para desencadear outros processos que visem tanto a garantia como a ampliação de direitos de cidadania, ou seja, a efetiva fruição da proteção social. Portanto, trabalhar na realização de estudos sociais pressupõe o

cumprimento de outros objetivos. Um deles é subsidiar a realização de diagnósticos sobre o funcionamento de serviços e programas e de processos de planejamento. Um outro é subsidiar o planejamento e a formulação de políticas sociais e o debate em espaços públicos (como os conselhos de direitos por exemplo). Ou seja, as informações e as análises geradas a partir dos estudos podem colocar na agenda pública o debate sobre o acesso aos direitos, sobre como estão sendo acessados esses direitos no âmbito das diferentes políticas sociais e ainda sobre a qualidade dos serviços responsáveis pela execução das políticas sociais. Para tanto, a sistematização das informações, a sua análise e a produção de documentos a serem encaminhados para diversas instâncias também fazem parte do conjunto de ações profissionais do assistente social e devem ser realizadas de acordo com os princípios éticos da profissão.

O redimensionamento dos estudos sociais exige planejamento para que as informações possam ser compiladas e trabalhadas posteriormente e para que contribuam para a construção de respostas coletivas às demandas e às necessidades da população. Eles expressam não só as dimensões teórico-metodológicas/ ético-políticas/ técnico-operativas do trabalho do assistente social, mas também o caráter investigativo da profissão.

5 Conclusão

A título de (in)conclusão, destaca-se que, como toda ação profissional, o estudo social coloca muitos dilemas e desafios aos assistentes sociais, pois ele se movimenta no terreno da contradição: das contradições inerentes ao sistema capitalista que são geradoras das múltiplas expressões da questão social e das contradições presentes no cotidiano do trabalho profissional, que são vinculadas ao embate de projetos societários antagônicos. Para transitar no terreno da contradição, exige-se tanto competência teórico-metodológica como ético-política. Elas são necessárias para a análise da conjuntura na qual os estudos sociais se inserem, a fim de que não se reduzam à efetivação de processos seletivos e nem sejam realizados de forma simplista e desqualificada.

Portanto, o redimensionamento dessa ação profissional na perspectiva crítica significa o rompimento com uma perspectiva pautada na individualização dos problemas sociais no momento em que a hegemonia da lógica neoliberal insiste na redução do papel do Estado no âmbito da proteção social e recoloca a família como instância máxima de proteção social. Significa também a afirmação do compromisso com os princípios do Código de Ética da profissão que postula a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, o posicionamento em favor da equidade e da justiça social.

Referências

ALVARENGA, R. F. C. de; MOREIRA, M. C. O. Parecer Social: um instrumento de viabilização de direitos. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). *O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos*: contribuição para o debate no judiciário, penitenciário e previdência social. São Paulo: Cortez, 2004.

CAMPOS, M. S.; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. *Revista Ser Social*, Brasília: UnB, v. 1, n. 1, p. 165-190, jan./jun., 2003.

CIOFFI, S. *Famílias Metropolitanas: Arranjos Familiares e Condições de Vida*. São Paulo: SEADE, 1998.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Coletânea de Leis*. Florianópolis: CRESS/12ª Região, 1999.

COSTA, D.; OLIVEIRA, M. T. *A Perícia Técnica como Instrumento de Inclusão Social*: documento norteador para a capacitação de procedimentos envolvidos no processo de concessão e revisão do benefício de prestação continuada no Paraná. Paraná: [s.n.], 2004.

FÁVERO, E. T. O. Estudo Social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). *O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos*: contribuição para o debate no judiciário, penitenciário e previdência social. São Paulo: Cortez, p. 9-47, 2004.

HAMILTON, G. *Teoria e Prática do Serviço Social de Caso*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1976.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1983.

IAMAMOTO, M. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*: ensaios críticos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Questão Social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sócio-jurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. de C.; LEAL, M. C. (Org.). *Política Social, Família e Juventude*: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

LIMA, E. M. *A proteção social no âmbito da família*: um estudo sobre as famílias do bairro Monte Cristo em Florianópolis. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

LIMA, T. C. S. *As ações sócio-educativas e o projeto ético político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica*. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. *Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil: classificação e evolução de 1977 a 1998*. Brasília: IPEA, 2001.

MIOTO, R. C. T. *Perícia Social: proposta de um percurso operativo*. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 67, 2001.

_____; NORA, N. I. *Sistematização do conceito de família: indicadores para a ação profissional*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. *Anais X ENPESS...* Recife, ABEPSS, 2006.

_____; NOGUEIRA, V. M. R. *Sistematização, Planejamento e Avaliação das ações profissionais no campo da saúde*. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

NICHOLDS, E. *Noções Básicas de Serviço Social de Caso*. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Cortez, 1969.

SARMENTO, H. B. de M. *Instrumentos e Técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão*. 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SILVA, M. L. L. da. *Um novo fazer profissional*. *Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais*. Módulo 4. Brasília: UnB, p. 111-124, 2000.

VIEIRA, E. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2000.

YASBEC, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *Terceiro Setor e despolitização*. *Revista Inscrita*, Brasília: CFESS, jul., 2000.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias

Regina Célia Tamaso Miotto

Professora do Departamento do Serviço Social da UFSC



Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias

1 Introdução

Historicamente, orientação e acompanhamento são termos largamente utilizados pelos assistentes sociais, como executores terminais das políticas sociais, para referenciar um arco bastante grande de ações profissionais que se desenvolvem em diversos espaços sócio-ocupacionais. Por isso, seu tratamento se torna extremamente difícil e complexo, porém necessário à medida que as exigências do exercício profissional vão se avolumando e a qualificação das ações profissionais vai se tornando um imperativo cada vez maior para o processo de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.

Este texto tratará o tema em três tempos, enfrentando o desafio de tentar organizar a discussão do assunto. No primeiro, situam-se a orientação e o acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias, vinculados ao caráter educativo da profissão. Em seguida, assumem-se a orientação e o acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias como ações socioeducativas articuladas no âmbito dos processos socioassistenciais. Posteriormente, as ações são discutidas no bojo das políticas sociais, sendo enfatizada a dimensão técnico-operativa. Finalmente, como conclusão, discute-se as implicações da proposição efetuada no texto, considerando seus dilemas e desafios.

2 O caráter educativo da orientação e do acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias

As bases do pensamento crítico dialético no Serviço Social permitiram compreender que as ações profissionais estão profundamente condicionadas pelas relações entre as classes na sociedade capitalista e que elas interferem na reprodução material e social da força de trabalho, tanto por meio das ações materiais como das ações de cunho sociopolítico e ideocultural. Ou seja, participam da reprodução das relações sociais que se faz por meio da reprodução de valores, de modos de vida e de práticas culturais e políticas. Nesse sentido, as ações profissionais são dotadas de caráter



educativo e se desenvolvem mediatizadas pelas políticas sociais que garantem o acesso aos serviços, programas e benefícios sociais (IAMAMOTO, 1999; YASBEK, 1999; SIMIONATTO, 1999; CARDOSO, MACIEL, 2000; ABREU, 2002; 2004).

Na esteira desse pensamento, Cardoso e Maciel (2000, p. 142) afirmam que a profissão “se institucionaliza e se desenvolve na sociedade capitalista como ação de cunho sócio-educativo, inscrita no campo político-ideológico, nos marcos institucionais das políticas sociais públicas e privadas”. Abreu (2002), aprofundando essa perspectiva com base no pensamento de Gramsci, afirma que as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais têm uma “função pedagógica”, cujo princípio educativo está condicionado pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais. A materialização dos resultados advindos dessa função e de sua direção pode ser observada nos processos de luta das classes subalternas, nas práticas de gestão de recursos humanos e também nas políticas sociais de caráter público ou privado. Portanto, no momento em que a profissão se redefine a partir do paradigma crítico-dialético e constrói seu projeto ético-político, firma-se um novo princípio educativo. Esse coloca em movimento, nos termos da autora, uma “pedagogia emancipatória” que, no contexto do processo histórico, visa a contribuir para subverter a maneira de pensar e de agir dos homens enquanto totalidade histórica e assim subverter a ordem intelectual e moral estabelecida no capitalismo.

Diante dessas afirmações, pode-se dizer que discutir orientação e acompanhamento significa discutir o caráter educativo dessas ações, uma vez que interferem diretamente na formação de condutas e subjetividades de sujeitos que frequentam o cotidiano dos diferentes espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social (VASCONCELOS, 2000). Nesse contexto, postula-se a **orientação** e o **acompanhamento** como ações de natureza socioeducativa que, como os próprios nomes indicam, interferem diretamente na vida dos indivíduos, dos grupos e das famílias. Movimentam-se no terreno contraditório “tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho” (YASBEK, 1999, p. 90). São determinadas pelo paradigma teórico-metodológico e ético-político dos profissionais que as realizam de acordo com



determinados projetos de profissão e de sociedade. A orientação e o acompanhamento, enquanto ações socioeducativas realizadas por assistentes sociais alinhados ao atual projeto ético-político da profissão, podem

contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos democráticos, garantidores de Direitos e de relações horizontais entre profissionais e usuários, ao mesmo tempo que projeta a sua emancipação e a transformação social. (LIMA, 2006, p. 137).

Para Lima (2006), essas finalidades condicionam os objetivos e os procedimentos necessários à sua realização e se constituem como mediações privilegiadas no processo de materialização de Direitos e consolidação da Cidadania porque possibilitam aos sujeitos graus ascendentes de autonomia¹.

O desenvolvimento dessas ações, de acordo com Mioto e Nogueira (2006); Mioto (2006) e Lima (2006), está vinculado a três grandes processos de articulação das ações profissionais que são os processos político-organizativos, processos de planejamento e gestão e os processos socioassistenciais. Resumidamente, os processos político-organizativos correspondem ao conjunto de ações profissionais, entre as quais se destacam as de mobilização e assessoria, que visam à participação política e à organização da sociedade civil para garantir e ampliar os Direitos na esfera pública e exercer o controle social. Os processos de planejamento e gestão correspondem ao conjunto de ações de planejamento, gestão e administração de políticas sociais, de instituições e de empresas públicas ou privadas, bem como do próprio trabalho do Serviço Social. Os processos socioassistenciais correspondem ao conjunto de ações profissionais desenvolvidas, a partir de demandas singulares, no âmbito da intervenção direta com os usuários em contextos institucionais.

¹ Autonomia entendida, de acordo com Pereira (2000, p. 70), como “a capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões. Isso se opõe à noção de auto-suficiência do indivíduo perante as instituições coletivas ou, como querem os liberais, à mera ausência de constrangimentos sobre preferências individuais, incluindo no rol desses constrangimentos os direitos sociais que visam protegê-lo”.

Esses processos se articulam dialeticamente e estão fundados na dimensão investigativa da profissão, no planejamento e na documentação das ações profissionais. Isso significa dizer que as ações socioeducativas acontecem vinculadas aos três eixos propostos, tendo em vista as mesmas finalidades. Porém, assumem objetivos diferenciados e formas particulares de desenvolvimento de acordo com as demandas e as necessidades advindas dos diferentes âmbitos em que transitam os assistentes sociais. Considera-se que a orientação e o acompanhamento, tradicionalmente vinculados ao atendimento de demandas singulares de indivíduos, grupos e famílias, configuram-se como ações socioeducativas que se desenvolvem nos processos socioassistenciais e que se articulam organicamente com os processos de planejamento e gestão e com os processos político-organizativos.

Resumindo, concebe-se que a lógica das ações socioeducativas, realizadas no escopo dos processos socioassistenciais, está centrada nos usuários, enquanto sujeitos de Direitos. Nessa lógica, desenvolve-se, por meio das relações que se estabelecem entre assistentes sociais e usuários, um processo educativo que possibilita aos usuários, a partir de suas individualidades, apreender a realidade de maneira crítica e consciente, construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais) e interferir no rumo da história de sua sociedade. Essa concepção exige, por um lado, o rompimento com a lógica tradicional dos processos sócio-assistenciais por ser ela calcada prioritariamente na consecução dos objetivos institucionais, em respostas pontuais às demandas marcadas por uma leitura fragmentada da realidade social e por ter ela um caráter disciplinador.

Como Yamamoto e Carvalho já afirmavam que

[...] a existência de uma relação singular no contato direto com os usuários – ‘os clientes’ – o que reforça um certo espaço para atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional. A isso acresce outro traço peculiar ao Serviço Social: a indefinição ou fluidez do ‘que é’ ou ‘do que faz’ o Serviço Social, abrindo ao assistente social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem

meramente a demanda institucional. Tal característica apreendida às vezes como estigma profissional, pode ser reorientada no sentido de ampliação de seu campo de autonomia, de acordo com a concepção social do agente sobre a prática. (IAMAMOTO; CARVALHO,1982, p. 80-81).

Por outro lado, exige enfrentar o desafio de dar materialidade ao papel transformador que as ações socioeducativas podem ter no cenário da sociedade capitalista atual; um cenário adverso à medida que induz à refuncionalização e à mistificação das relações pedagógicas mediante estratégias de reorganização da cultura dominante. No Serviço Social, particularmente os processos socioassistenciais tornam-se um terreno fértil para a retomada de ações profissionais com características de “ajuda psicossocial individualizada”. Essas aparecem metamorfoseadas na “adequação de posturas pedagógicas subalternizantes às necessidades e demandas colocadas pela intensificação da exploração, do envolvimento produtivo do trabalhador e do controle persuasivo do trabalho pelo capital” (ABREU, 2004, p. 47; p. 64).

Diante disso, torna-se imperativo que os assistentes sociais saibam o que fazem e para que fazem. Nessa direção discute-se em que consistem as ações socioeducativas com indivíduos, grupos e famílias.

3 As ações socioeducativas

As ações socioeducativas, no âmbito dos processos socioassistenciais, se estruturam sobre dois pilares. Um relacionado à socialização de informações e outro referente ao processo reflexivo desenvolvido na trajetória da relação estabelecida entre profissionais e usuários. São eles que dão sustentação ao processo educativo que tem como finalidade os princípios contidos no código de ética do assistente social de 1993.

A **socialização das informações** está pautada no compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental de cidadania. Cepik (2000) classifica o direito à informação como um direito civil, político e social e destaca a sua centralidade para a construção da cidadania contemporânea. Para o autor a socialização da

informação constitui-se, por um lado, como uma pré-condição para a incorporação plena de indivíduos e sujeitos coletivos, de forma organizada e qualificada, aos processos decisórios. Por outro, instaura a possibilidade de uma efetiva contraposição à lógica das grandes organizações, sejam elas estatais ou empresariais. Assim, ela constrói possibilidades de ajudar a qualificar a relação entre “sujeitos autônomos numa esfera pública reconstruída”. Além disso, destaca que, apesar de o direito à Informação estar contemplado na Constituição Federal de 1988, o Brasil enfrenta “o enorme desafio político, legal e administrativo de democratizar o acesso à informação, uma condição essencial para expansão e aprofundamento da própria cidadania” (CEPIK, 2000, p. 12).

A socialização das informações, de acordo com Silva (2000, p. 124), é um componente fundamental para a viabilização de direitos, pois se apresenta como uma ação de fortalecimento do usuário para acessar esses direitos e para mudar a sua realidade. Além disso, é uma alternativa para a “tradicional orientação” vinculada à normatividade legal e ao enquadramento institucional dos usuários. Para a autora, a perspectiva do Direito nessas ações é conferida por meio de dois aspectos. Um atribuído ao compromisso com a cidadania e, portanto, entendida como um processo de politização. Outro que consiste na compreensão do usuário como um “sujeito de valores, interesses e demandas legítimas”, referenciado numa realidade imediata, porém conectada às relações de classes e ao contexto global.

Ressalta-se nessas considerações que o direito à informação não está restrito apenas ao conhecimento dos direitos e do legalmente instituído nas políticas sociais. Inclui-se o direito dos usuários de usufruírem de todo conhecimento socialmente produzido, especialmente daqueles gerados no campo da ciência e da tecnologia, necessário para a melhoria das condições e qualidade de vida ou para que os usuários possam acessar determinados bens ou serviços em situações específicas. Acresce-se ainda que o direito à informação não se restringe ao acesso à informação. Ele pressupõe também a compreensão das informações, pois é ela que vai possibilitar seu uso na vida cotidiana. Dessa forma, o uso da informação ou a incorporação da informação pelos sujeitos, torna-se um indicador importante de avaliação no processo de construção da autonomia dos indivíduos, dos grupos e das famílias, que é a grande finalidade das ações educativas.



Diante disso, pode-se dizer que as informações requeridas do assistente social no seu cotidiano são múltiplas e abrangentes. Abrangem desde o conhecimento dos direitos e da forma de acessá-los, passam por informações referentes ao funcionamento das instituições e dos serviços, da organização do trabalho profissional, dos direitos dos usuários e chegam àquelas relacionadas às necessidades básicas ou às condições específicas de indivíduos ou grupos. Porém, a forma como são trabalhadas essas informações é fundamental para a construção da consciência crítica.

O **processo reflexivo**, característico das ações socioeducativas, se desenvolve no percurso que o assistente social faz com os usuários para buscar respostas para suas necessidades, imediatas ou não. Pauta-se no princípio de que as demandas que chegam às instituições, trazidas por indivíduos, grupos ou famílias, são reveladoras de processos de sujeição à exploração, de desigualdades nas suas mais variadas expressões ou de toda sorte de iniquidades sociais. Ele tem como objetivo a formação da consciência crítica. Esse objetivo somente se realiza à medida que são criadas as condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica sua própria concepção de mundo. Ou seja, que se façam sujeitos do processo de construção da sua história, da história dos serviços e das instituições e da história da sua sociedade.

De acordo com Lima (2006), a sustentação desse processo reflexivo, para vários pesquisadores assistentes sociais, acontece por meio da interpenetração de dois elementos fundamentais que são o diálogo e a problematização. Essas categorias são originárias do pensamento de Paulo Freire, das suas proposições sobre o processo de conscientização enquanto base de uma educação para a liberdade. Nessa direção, Faleiros, em diálogo com Freire, vincula a conscientização à ação e afirma que

o ponto de partida teórico e prático para o movimento de conscientização é a própria realidade, a realidade concreta histórica como um todo, e que se manifesta nas particularidades de cada situação [...] A conscientização não se produz num movimento de idéias, mas se enraíza nas situações concretas, nas contradições, nas lutas cotidianas para superação dessas contradições. Assim, o diálogo não é um meio de persuasão ou de orientação, uma estratégia de convencimento e



manipulação, mas uma relação, uma comunicação, um intercâmbio de mensagens a partir de situações específicas, de relações de poder e de uma visão geral do processo social. (FALEIROS, 1981, p. 99-100).

Faleiros (1997) também tem destacado a importância das ações dos assistentes sociais para explicitar relações de poder presentes no contexto institucional. Nessa perspectiva o diálogo e o agrupamento dos usuários, em torno de questões pertinentes aos serviços ou a garantia de direitos, são capazes de produzir mudanças, especialmente nas relações institucionais. Vasconcelos (2006), ao discutir a prática profissional dos assistentes sociais na área da saúde, afirma que a prática reflexiva torna possível a politização da demanda e o fortalecimento dos usuários enquanto sujeitos políticos coletivos.

É importante assinalar ainda que a forma como se estrutura o processo educativo é reveladora da direção desse processo. Por isso, o estabelecimento de vínculos e a conformação de uma relação democrática entre profissionais e usuários são fundamentais para que o processo educativo alcance seus objetivos. Ou seja, espera-se que por meio do processo educativo, o usuário – com informação e reflexão – ganhe mais autonomia para circular no espaço social, tomar decisões sobre as formas de conduzir sua vida, avançar na consciência de sua cidadania e ter participação em diferentes instâncias da esfera pública, especialmente nas de controle social.

Finalizando, as ações socioeducativas no âmbito dos processos socioassistenciais² ocorrem em instituições, serviços ou programas vinculados às diferentes políticas sociais (seguridade social, habitação, criança e adolescente, emprego e renda, entre outras), de natureza pública ou privada, e também no campo sociojurídico. O vínculo com esses diferentes campos confere a essas ações configurações particulares que

² A discussão das ações socioeducativas no âmbito dos processos socioassistenciais foi efetuada nesse texto de forma sucinta, atendendo as suas finalidades e as possibilidades do momento. Porém, trata-se de uma discussão que necessita ser aprofundada e explorada, principalmente a partir das proposições gramscianas. Nelas, o processo educativo é visto como meio utilizado pelas classes fundamentais para preparar, estabelecer e consolidar a hegemonia. O processo educativo ocorre em dois níveis: o da “macro-educação” e o da “educação molecular”. A “educação molecular” é voltada para o indivíduo e o prepara para a sociedade, enquanto que a “macro-educação” visa, em primeiro plano, ao homem-coletivo. (ABREU, 2002; JESUS, 2005; PIRES, 2003).



exigem conhecimento das demandas ou dos segmentos sociais que esses campos visam a atender. Porém, mesmo com as particularidades dos diferentes campos profissionais, as ações socioeducativas se orientam em todos eles pelas mesmas finalidades e se estruturam a partir dos seus dois pilares: a socialização das informações e o processo reflexivo. Além disso, considerando que as demandas configuradas nos diferentes campos nada mais são do que diferentes expressões da questão social, as ações socioeducativas não podem ser conduzidas de forma fragmentada e aleatória. Portanto, encaminha-se a discussão para a sua dimensão operativa.

4 As ações socioeducativas com indivíduos, grupos e famílias

As ações socioeducativas com indivíduos, grupos e famílias no âmbito dos processos socioassistenciais ganham materialidade e legitimidade à medida que se inscrevem de forma articulada nos processos de trabalho compartilhados nas diferentes instituições, serviços ou programas. Trata-se de ações planejadas, equacionadas aos objetivos do Serviço Social e conectadas ao conjunto de outras ações desenvolvidas no âmbito dos processos socioassistenciais, dos processos de planejamento e gestão e dos processos político-organizativos.

Nessa perspectiva, a proposição dessas ações requer em primeiro lugar conhecimento. Conhecimento do espaço sócio-ocupacional e do campo em que o assistente social está inserido. Os espaços sócio-ocupacionais se organizam a partir de um conjunto de princípios e finalidades voltado, especialmente, à execução de determinadas políticas sociais. Estão estruturados dentro de um campo de proposições, recursos e diretrizes voltadas ao atendimento de determinadas necessidades/direitos de cidadania ou de determinados segmentos da população. Conhecer o espaço de trabalho implica ter informações sobre as postulações legais referentes a ele e às políticas sociais correspondentes, entender a dinâmica de organização e funcionamento desses espaços e conhecer o próprio objeto de trabalho desse campo. Ou seja, compreender como se expressam nesses espaços os princípios e diretrizes das políticas sociais e o debate teórico-metodológico em torno de seu objeto (saúde, assistência social, educação). Assim, a qualificação técnica e teórica do assistente social possibilita,

por um lado, um processo educativo (informação/reflexão) qualificado e resulta em análises fundamentadas desses espaços. São essas que viabilizam o encaminhamento de ações para a desburocratização dos serviços e para a criação de espaços de gestão democrática, com participação dos usuários.

As ações socioeducativas requerem também conhecimento das demandas/necessidades dos usuários, tanto nas suas singularidades, como no conjunto dos usuários ao longo do tempo (conhecimento cumulativo). Esse conhecimento se completa com as informações sobre o território onde vivem os usuários que buscam a instituição ou o serviço. Território é entendido, de acordo com Santos (1985), como espaço geográfico, histórico e político construído por meio de relações entre diferentes atores que determinam o conjunto de condições em que vive a população. A noção de território pressupõe articulação entre a dinâmica demográfica e a dinâmica socioterritorial e, em decorrência disso, também é entendida como espaço da intersectorialidade de ações e políticas públicas, para resolver problemas concretos de uma população (KOGA; NAKANO, 2007). Dessa forma, o conhecimento do território é essencial tanto para elaborar, no próprio espaço institucional, respostas às necessidades dos usuários como para inseri-los nos espaços de participação sociopolíticas e na rede de serviços.

O conhecimento advindo das diferentes fontes e trabalhado de forma articulada é que torna possível a proposição e o planejamento das ações socioeducativas. O planejamento implica a definição dos objetivos dessas ações, a partir dos diferentes espaços ocupados pelos assistentes sociais nos serviços, nos programas ou nas instituições e dos sujeitos destinatários das ações. Inclui, ainda, as formas de abordagem dos sujeitos e os instrumentos necessários para sua realização. No contexto dos serviços, programas e instituições, de natureza pública ou privada, elas acontecem no momento em que os assistentes sociais desempenham ações de caráter marcadamente pericial ou socioemergencial e se constituem em ações que têm como objetivo precípua o desenvolvimento do processo educativo. Explicando melhor, o caráter educativo no primeiro caso (ações socioemergenciais e periciais) não define a ação, pois ela tem como objetivo principal emitir um parecer sobre uma determinada situação ou tomar uma



providência em caráter de urgência. No escopo dessas ações, o processo educativo tem um alcance condicionado aos objetivos dessas ações e às condições nas quais se realizam. Por isso, tende a fixar-se na socialização de informações e nos encaminhamentos para atender às demandas dos usuários.

As ações socioeducativas, que têm como objetivo precípua desenvolver o processo educativo, são propostas que se constroem a partir do conhecimento e análise das necessidades postas pela totalidade dos usuários, pelas finalidades dos serviços e também pelas características dos territórios. Assim, a definição das ações a serem implementadas é orientada para mudanças no perfil das demandas dos usuários e também de suas relações no contexto social. Por isso, se realizam dentro de um plano de construção do processo educativo, que é estruturado no circuito da informação, diálogo, problematização e reflexão e que cria condições de avaliação. As avaliações das ações socioeducativas são imprescindíveis para que se possa verificar o impacto delas na vida dos usuários, bem como nos serviços. Isso pode ser realizado por meio da identificação de alterações no quadro das demandas e nas formas de relacionamento entre usuários e serviços. Sob esse prisma pode-se dizer que os assistentes sociais trabalham o processo educativo em dois planos. Num em que o caráter educativo é subsidiário de uma outra ação, e noutro em que as ações se definem a partir do processo educativo. Nesse plano, a ação educativa não está atrelada à singularidade da demanda, mas trabalha, em primeira instância, na formação da consciência crítica e na autonomia dos usuários.

Os espaços em que ocorrem as ações educativas são múltiplos. Geralmente o plantão social, tão comum nesses espaços, abriga as ações de caráter emergencial e tem sido a porta de entrada dos usuários para o acesso aos direitos de cidadania, a começar pelo direito à informação. Como afirmou Sarmiento (2000, p. 106): “o atendimento emergencial àqueles que estão diante da falta de condições de produzir sua subsistência é um direito social”. O caráter educativo que se imprime a essas ações é importante no acesso a direitos que são cruciais para a vida dos usuários e também no processo de construção da cidadania. Além do plantão social, são incontáveis as possibilidades para a realização de ações socioeducativas. Essas possibilidades se multiplicam quando se considera a diversidade de espaços em que circulam os assistentes sociais: no arco dos



serviços, programas e instituições aos quais se vinculam e nas diferentes áreas de trabalho. A efetivação dessas ações depende das proposições do Serviço Social e da eleição de suas prioridades no seu plano de trabalho.

Das ações socioeducativas, participam indivíduos, famílias e grupos de indivíduos, que de forma direta ou indireta se referenciam entre si. Ou seja, quando um indivíduo participa de encontros com o assistente social, muito provavelmente ele está referenciado numa família ou num grupo. Ou, quando os indivíduos participam de grupos caracterizados por uma determinada situação (por exemplo: gestantes, idosos) além de estarem conectados entre si, também estão vinculados a diferentes famílias. Essa condição de co-referencialidade imprime às ações socioeducativas um efeito multiplicador. Esse efeito se materializa à medida que os sujeitos, ao se transformarem, introduzem mudanças nos ambientes ou grupos dos quais participa.

As abordagens mais utilizadas no contexto das ações educativas são as individuais e as grupais. A formação de grupos é altamente recomendável porque permite, por meio da reunião de diferentes sujeitos, a realização do processo educativo de forma coletiva. Tanto nas reuniões como nos encontros individuais (entrevistas), que são os instrumentos utilizados para a abordagem dos sujeitos, o desenvolvimento do processo educativo se faz com a utilização de inúmeros recursos. Esses incorporam técnicas de dinâmica de grupo, recursos audiovisuais, técnicas de reconhecimento do território, entre muitas outras. A escolha da forma de abordagem, dos instrumentos e das técnicas a serem utilizadas vai depender dos objetivos propostos para ação, dos destinatários das ações, e das características das instituições e dos profissionais. Portanto, todo o seu percurso necessita de planejamento e avaliação sistemática.

Finalmente, é importante assinalar que as ações socioeducativas se constituem como processos que se constroem e se reconstroem continuamente, não existindo modelos pré-definidos. Porém, para desenvolvê-las, é necessário estabelecer um alto grau de coerência entre a direção teórico-metodológica e ético-política e a definição dos objetivos e dos procedimentos operativos. Essa coerência é necessária à medida que são os procedimentos que dão materialidade às possibilidades de os sujeitos aprenderem



novas formas de se relacionarem e se posicionarem na sociedade em que vivem. É por meio da clareza na compreensão e na proposição do *como* se faz que se constrói uma ação profissional menos improvisada e mais legítima teoricamente (LIMA, 2006).

5 Considerações Finais

Ao término deste texto, duas considerações devem ser realizadas: uma referente à proposição efetuada e outra concernente aos dilemas e desafios dessa proposição para os assistentes sociais. Quanto à proposição da orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias como ações socioeducativas, que se desenvolvem no âmbito dos processos socioassistenciais, considerou-se que ela representa a possibilidade de fortalecer a discussão de ações construídas historicamente pela profissão, a partir da perspectiva crítico-dialética. Dessa forma, acredita-se que a qualificação das referidas ações no quadro do debate teórico-metodológico contemporâneo propiciará, por um lado, a sustentação das competências atribuídas ao assistente social pela Lei n. 8.662/1993. Essa Lei, no artigo 4º, particularmente nos itens III e V, afirma que são competências do assistente social:

encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população [e] orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos. (CRESS/SC, 1999).

Por outro lado, poderá contribuir para a consolidação do projeto ético-político à medida que possibilita rearticular o trânsito entre teoria e prática. Essa rearticulação é fundamental para que as ações profissionais, desenvolvidas em espaços tradicionais de trabalho dos assistentes sociais, não se percam no labirinto da desqualificação e da dispersão em referências teóricas que pouco têm a ver com o projeto da profissão.

Os dilemas e desafios contidos na proposição apresentada são inúmeros e estão relacionados tanto a questões de natureza técnica, como de natureza ética. Os de natureza técnica concentram-se no desafio de construir processos educativos em situações, na maioria das vezes, muito adversas. Ou seja, em momentos em que as



carências e o sofrimento marcam a trajetória dos usuários nas diferentes áreas do exercício profissional e em que a ansiedade por “respostas rápidas” torna-se a tônica do processo de atendimento. Os de natureza ética se referem aos dilemas que o próprio processo educativo impõe sobre natureza das mudanças a serem efetuadas. Nele, o assistente social defronta com questões relativas a: o que mudar e para que mudar? Até que ponto o respeito a determinados valores e crenças dos usuários deve prevalecer, se muitos deles concorrem para a reprodução da própria subalternidade? Ou até que ponto se imprime mudanças que disciplinam o usuário e que impossibilitam a autonomia? Enfim, são questões como essas, tanto de natureza técnica como ética, que merecem ser aprofundadas para que se possa construir processos educativos na perspectiva emancipatória.

Concluindo, com base nas contribuições gramscianas, é possível dizer que as ações socioeducativas, realizadas no âmbito dos processos socioassistenciais criam condições para que ele elabore, de maneira crítica e consciente, sua própria concepção de mundo e que participe ativamente na produção da história do mundo construindo uma nova cultura. Dessa forma, os assistentes sociais colocam em movimento o princípio educativo da “pedagogia emancipatória” proposto por Abreu (2002). Este, segundo a autora, erigiu-se a partir de condições sócio-históricas e político-ideológicas de elaboração e desenvolvimento de um projeto profissional de caráter ético-político, calcado no paradigma crítico-dialético.



Referências

ABREU, M. M. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 61, p. 43-71. 2004.

_____. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

CARDOSO, F. G; MACIEL, M. *Mobilização social e práticas educativas*. Brasília: UnB, 2000. p. 139-149. (Cadernos Capacitação em Serviço Social e Políticas sociais, módulo 4).

CEPIK, M. Direito à Informação: situação legal e desafios. *iP informática pública*. Belo Horizonte: Prefeitura BH, n. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.ip.pbh.gov.br>>. Acesso em: 18 fev. 2006.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Coletânea de Leis*. Florianópolis: CRESS/12ª Região, 1999.

FALEIROS, V. de P. *Metodologia e ideologia do Trabalho Social*. São Paulo: Cortez, 1981.

_____. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982.

JESUS, C. da S. de. *O Serviço Social e as ações sócio-educativas com famílias: um estudo sobre as publicações dos assistentes sociais*. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

KOGA, D; NAKANO, M. Perspectivas Territoriais e Regionais para as Políticas Públicas Brasileiras. *A Abong nas Conferências 2005 criança e adolescente: assistência social*. Brasília, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 23 fev. 2007.

LIMA, T. C. S. *As ações sócio-educativas e o projeto ético político do Serviço Social: tendências da produção bibliográfica*. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MIOTO, R. C. T. *A dimensão técnico-operativa do exercício profissional dos assistentes sociais em foco: contribuições para o debate*. Florianópolis: UFSC/DSS/CSE, 2006. (Trabalho não publicado).



____; NOGUEIRA, V. M. R. Sistematização, Planejamento e Avaliação das ações profissionais no campo da saúde. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, P. A. P. *Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

PIRES, S. R. de A. *Serviço Social: função educativa e abordagem individual*. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Studio Nobel; 1985.

SARMENTO, H. B. de M. *Serviço Social: das tradicionais formas de regulação sócio-política aos redirecionamentos de suas funções sociais*. Brasília: UnB, 2000. p. 94-109. (Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, módulo 4).

SILVA, M. L. L. da. *Um novo fazer profissional*. Brasília: UnB, 2000. p. 111-124. (Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, módulo 4).

SIMIONATTO, I. *As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade*. Brasília: UnB, 1999. p. 77-90. (Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, módulo 1).

VASCONCELOS, A. M. de. *A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Cortez, 2002.

____. *O trabalho do assistente social e o projeto hegemônico no debate profissional*. Brasília: UnB, 2000. p. 125-137. (Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, módulo 4).

____. *Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde*. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e Saúde: formação e trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica

Maurílio Castro de Matos

Mestre em Serviço Social (UFRJ) e Doutorando em Serviço Social (PUC-SP). Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Professor Assistente da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica

Introdução

Nos últimos anos temos assistido no Serviço Social referências ao exercício profissional no campo da assessoria/consultoria. Isso é interessante, mas como toda temática emergente deve ser tratada com cuidado para que não se caia em um modismo, tão querido pela onda pós-moderna na sua busca frenética de novas “teorias” e “metodologias”. Acreditamos que a temática da assessoria/consultoria é importante para a profissão, mas não pode ser tratada de forma independente do rico debate teórico que o Serviço Social vem acumulando nas últimas décadas.

Uma temática só é emergente em uma profissão quando há a incidência de pelo menos duas variáveis. Uma é a conjuntura, que passa a uma categoria profissional um conjunto de demandas que até então eram inexistentes ou inexpressivas. É a demanda da realidade e a capacidade de resposta dos profissionais que fazem a emersão, ou não, da citada demanda. Outra variável é que, ao mesmo tempo em que conectados com a realidade, os profissionais de uma categoria, podem estimular a realização de ações até bem pouco tempo não priorizadas ou mesmo não realizadas. Obviamente, que a segunda variável só se efetiva se houver uma ressonância da demanda na realidade, ou seja, o que está colocado é a capacidade de alguns profissionais de perceberem uma demanda em potencial e provocá-la para que esta se efetive.

Parece-nos que o vulto da temática assessoria/consultoria no Serviço Social na atualidade é uma confluência das duas incidências. Tanto há demandas explícitas para esse trabalho para os(as) assistentes sociais; como também os(as) assistentes sociais, notadamente os(as) envolvidos(as) na docência, vêm buscando espaços de assessoria. Em ambos, o que está em cena é a capacidade intelectual que os(as) assistentes sociais vêm tendo. Os que requisitam os profissionais de Serviço Social para assessoria/consultoria vêm neste sujeito uma capacidade de conhecimentos a serem disponibilizados, em geral sobre políticas sociais e na área de mobilização social. E os profissionais de Serviço Social que buscam a assessoria/consultoria, identificam esse espaço como propício para a efetivação do atual projeto de formação profissional do assistente social ou como uma alternativa de trabalho. Contudo, esse

conhecimento que hoje os profissionais de Serviço Social detêm pode estar servindo a distintos interesses. Os profissionais de Serviço Social vêm sendo demandados a assessorar a criação de políticas sociais, de serviços sociais, de trabalhos educativos junto à população, entre outros. Contudo cabe indagarmos: para fortalecer interesses de quais segmentos essas assessorias e consultorias têm sido desenvolvidas?

É nos rumos dessa reflexão – entre a riqueza do potencial de assessoria que os assistentes sociais hoje apresentam e os riscos iminentes de uma ação não problematizada desta natureza – que este artigo se inscreve. Para tanto iniciaremos por uma necessária reflexão conceitual sobre assessoria/consultoria; apontaremos os possíveis problemas e as riquezas potenciais da assessoria/consultorias para o Serviço Social e, por fim, discutiremos estratégias para o trabalho de assessoria/consultoria rumo ao fortalecimento da democracia e dos direitos humanos na perspectiva tratada no atual Código de Ética dos Assistentes Sociais, sempre em articulação com experiências concretas sobre assessoria/consultoria retiradas da bibliografia disponível.

1 As origens da temática assessoria/consultoria no Serviço Social

A recorrência ao tema assessoria/consultoria no Serviço Social não é tão recente. Identificamos a remissão a esta, em textos de circulação restrita, em meados dos anos de 1970¹. Contudo, foi desde então um tema lateralizado na profissão. A temática no Serviço Social sempre esteve ligada a busca de uma nova possibilidade de atuação profissional, para além das ações profissionais classicamente desenvolvidas pelo Serviço Social (intervenção junto aos usuários dos serviços sociais e políticas sociais públicas ou privadas).

A remota produção dos anos de 1970 apresenta a assessoria como uma estratégia de atuação que visa à superação da tricotomia de intervenção, à época, do Serviço Social: caso, grupo e comunidade. Aponta para a riqueza da atuação profissional na assessoria, mas já indica a nebulosa compreensão do que seja assessoria, a partir de entrevistas com assistentes sociais que se julgam assessores. O estudo conclui que na realidade poucas dessas atuações são de

¹ Não faremos aqui uma análise bibliográfica. Apenas recorreremos a alguns textos como forma de ilustração. Para reflexões sobre a produção na área, ver Fonseca (2006) e Matos (2006).

assessoria e o que há é uma adoção dessa nomenclatura devido ao *status* que a mesma disponibiliza (VASCONCELLOS; SAVOY; GUIRADO; 1977).

Os anos de 1980 apresentam duas importantes questões para o estudo do tema. O primeiro é o artigo sobre assessoria escrito por Balbina Ottoni Vieira (1981) e inserido em seu segundo livro sobre supervisão. Esse artigo, escrito em pressupostos do estrutural-funcionalismo, trata da importância da assessoria para assistentes sociais. A segunda questão é a experiência, vivenciada por vários cursos de Serviço Social no Brasil, da criação de campos próprios de estágio junto aos movimentos sociais. Esses trabalhos, mesmo que na época não seja ainda uma assessoria, face à nebulosa relação entre exercício profissional e prática política, foram os percussores das atividades de assessoria que hoje os assistentes sociais desenvolvem no campo das políticas sociais.

Os anos de 1990 apresentam um *boom* da temática assessoria, que está ligado a duas questões. A primeira pela conjuntura de reestruturação produtiva e reforma do aparelho do Estado que exigiu a reorganização das instituições. Nesse processo, o conhecimento do Serviço Social foi solicitado (o que demonstra o reconhecimento acadêmico da profissão) e disponibilizado, tanto na perspectiva da busca da garantia dos direitos da população usuária, como ao contrário com vistas a contribuir para aprofundamento da redução de direitos que a citada reforma e a reestruturação produtiva promoveram. Aqui também há indícios de um elogio inocente dos assistentes sociais ao seu trabalho de assessoria sem perceber que o deslocamento do seu exercício profissional, sem a sua substituição por outro profissional da área, era prejudicial para a população usuária. Por outro lado, fruto do mesmo reconhecimento acadêmico, há importantes experiências de assessorias a implementação das políticas sociais pós Constituição Federal de 1988. Quanto à realização dos campos próprios de estágio, há uma brusca redução destes na maioria dos cursos de Serviço Social do Brasil, fruto da releitura do Serviço Social sobre a factibilidade destes e, em especial, do desfinanciamento da extensão nas universidades. Produção importante sobre o tema é o artigo de Vasconcelos (1998).

Nos anos 2000, a temática assessoria/consultoria continua presente em iniciativas profissionais, mas ainda pouco problematizadas sobre o que sejam esses processos. Identificam-se experiências de assessoria com diferentes perspectivas políticas. Importante se

atentar para o grande crescimento dos cursos privados de Serviço Social e a estratégia destes na construção de campos próprios, dada a impossibilidade de inserirem o grande número de alunos que têm nas instituições onde atuam os profissionais de Serviço Social nas diferentes cidades brasileiras. Emerge, então, nesse período, textos que se intitulam sobre assessoria, mas que na sua maioria são problematizações ou relatos sobre trabalhos, na sua maioria pontuais, junto a comunidades, movimentos sociais ou entidades de trabalhadores, frutos dessas experiências universitárias.

Enfim, pelo que foi visto podemos observar que a temática vem sendo tratada no Serviço Social, contudo não há uma clareza sobre o que seja. Historicamente, o exercício de assessoria está ligado ao *status* que essa função tem, que está ligado ao reconhecimento intelectual que se dispensa ao assessor. Consideramos importante a clareza do que seja assessoria/consultoria, não como uma forma de supremacia desta. Ao contrário, para que não caiamos no modismo e neguemos outras ações profissionais também importantes, como o trabalho com comunidades, com movimentos sociais e a importância da supervisão de programas e de profissionais.

2. Assessoria e consultoria na área do Serviço Social

A bibliografia do Serviço Social brasileiro sobre assessoria/consultoria é recente e marcada, na sua maioria, por reflexões sobre experiências de assessoria. Essas reflexões, geralmente ricas, são marcadas por uma imprecisão sobre o tema e pela ausência de referência teórica sobre o assunto. Percebemos, em geral, uma nebulosa compreensão de assessoria, ora entendida como a supervisão profissional, ora como trabalho interventivo junto a comunidades ou movimentos sociais, ora como militância política. Longe de isso ser uma mera questão epistemológica, entendemos como importante a desvelação do que estamos, na categoria profissional, chamando de assessoria/consultoria.

A importância de uma reflexão sobre assessoria/consultoria para o Serviço Social se dá pelo fato de que a maioria da produção teórica sobre o tema tem sido, em geral, produzida em outra área do conhecimento – o campo da administração de empresas – com vistas a maximização do lucro, pressuposto muito distante do atual projeto profissional do Serviço Social, mas que tem espaço na bibliografia de alguns planos de aula e em textos de Serviço

Social sobre o tema. Portanto, a reflexão conceitual sobre o tema é importante com vistas a subsidiar o debate e a produção sobre a assessoria/consultoria no âmbito do Serviço Social brasileiro e do seu projeto ético-político.

Assim, hoje, na categoria profissional, quando falamos de assessoria estamos nos remetendo a qual conceito e com quais objetivos?

Se observarmos a origem da palavra (FERREIRA, 1999), podemos entender que assessoria é aquela ação que visa auxiliar, ajudar, apontar caminhos. Não sendo o assessor um sujeito que opera a ação e sim o propositor desta, junto a quem lhe demanda esta assessoria.

Assim, definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições. (MATOS, 2006, p.).

A distinção entre assessoria e consultoria é mínima. Consultoria vem da palavra consultar, que significa pedir opinião. Portanto, consultoria é mais pontual que assessoria que remete a ideia de assistir. Devido à pequena diferença, entre assessoria e consultoria, trataremos neste artigo os dois processos de forma indistinta. Mas, vale trazer aqui a definição de Vasconcelos (1998):

Frequentemente para que uma equipe ou assistente social solicite um processo de consultoria, é necessário que já tenha passado, ainda que precariamente, pela elaboração de um projeto de prática, objetivando, com a consultoria, respostas para algumas questões pontuais que dificultam o encaminhamento do mesmo (VASCONCELOS, 1998, p. 128).

Os processos de assessoria são também solicitados tanto por uma equipe como por indicação externa, mas neles nos deparamos com uma realidade diferente.

As assessorias são solicitadas ou indicadas, na maioria das vezes, com o objetivo de possibilitar a articulação e preparação de uma equipe para a construção do seu projeto de prática por meio de um *expert* que venha assisti-la teórica e tecnicamente (VASCONCELOS, 1998, p. 129).

Uma vez definido o que seja assessoria e consultoria, passaremos aqui a chamar atenção para algumas iniciativas que se apresentam como assessoria/consultoria, mas não são.

√ Assessoria não é sinônimo de supervisão

Como a supervisão profissional caiu em desuso no Serviço Social desde os anos de 1970, a assessoria/consultoria tem sido utilizada como sinônimo. Contudo, como já apontava Vieira, não é:

O que distingue assessoria da supervisão é sua natureza temporária, eventual (o supervisionado procura o assessor quando precisa) e ampla liberdade do assessorado em aceitar ou não, em seguir ou não as indicações do assessor. Mais do que supervisor, assessor tem uma autoridade de 'idéias', ou de 'competência' e não 'de mando' (VIEIRA, 1981, p. 108).

√ Assessoria não é sinônimo de toda e qualquer ação extensionista

Há nas universidades brasileiras uma ampla gama de concepção de extensão universitária. Desde a ideia de promoção de cursos a comunidades, como a prestação de serviços de saúde. Muitas das ações extensionistas têm sido na prestação de serviços, algo distante, como já acima delineado no que seja assessoria. Contudo, é na universidade que a assessoria encontra um espaço privilegiado para se constituir, já que por meio do saber que envolve os seus integrantes (alunos, professores e servidores técnico-administrativos) pode disponibilizar novos conhecimentos e se retro alimentar por meio do contato dinâmico com as demandas da sociedade.



✓ **Assessoria não é, necessariamente, trabalho precarizado e/ou temporário**

Muitas das organizações empregadoras, públicas e privadas, têm contratado profissionais para a prestação temporária de serviços, sem vínculo trabalhista. Isso muitas das vezes tem sido chamado de assessoria, mas nada mais é que uma estratégia de burlar os direitos trabalhistas, já que os contratados na realidade exercem ações, não desenvolvendo, na prática, nenhuma assessoria/consultoria.

✓ **A assessoria no Serviço Social não é abandono do trabalho assistencial**

Devido ao *status* que ainda se tem hoje sobre o cargo de assessor, é importante que os profissionais de Serviço Social se atentem para importância de se garantir o atendimento direto do assistente social a população usuária nas instituições em que assessoram. Não podemos menosprezar a importância do nosso trabalho profissional junto aos usuários. Assim, uma frente de trabalho não substitui a outra.

✓ **Assessoria não é mera militância política**

Em que pese a importância cada vez maior da participação política, não podemos misturar a contribuição que muitos assistentes sociais dão a diferentes entidades de mobilização política, como assessoria. Ambas as ações são importantes e se inter-relacionam, mas possuem objetivos distintos.

3 As possibilidades de atuação profissional na área da assessoria

A assessoria, mesmo que na Universidade encontre seu espaço privilegiado de trabalho, pode ser desenvolvido pelos assistentes sociais no conjunto das atribuições que desenvolvem nos seus locais de trabalho.

Os assistentes sociais podem ser excelentes assessores, desde que garantam a sua capacitação profissional continuada, esta, aliás, uma necessidade intrínseca para atuação competente em qualquer área de trabalho. A formação profissional e a experiência possibilitam, especialmente, um domínio sobre as políticas sociais e de práticas educativas com a população.

Se observarmos a atual lei de regulamentação da profissão, Lei n. 8.662/1993, poderemos identificar o exercício da assessoria/consultoria como uma atribuição privativa do assistente social e também como uma competência desse profissional:

Art. 4º Constituem competência do Assistente Social:

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo²;

IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;”

“Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

III – assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

A partir disso temos trabalhado com a perspectiva de que existem na atualidade três frentes de assessoria, em potencial, a serem desenvolvidas e/ou aprofundadas pelos profissionais de Serviço Social (MATOS, 2006).

No campo das atribuições privativas identificamos como importante reforçar e ampliar as atividades de assessoria dos assistentes sociais aos profissionais da mesma profissão. Essa frente de assessoria visa qualificar a intervenção profissional e traz o compromisso, em tese, da Universidade com a formação profissional continuada dos assistentes sociais.

Análise relevante sobre essa frente de assessoria é desenvolvida por Vasconcelos (1998). A partir de uma reflexão sobre a dicotomia entre teoria e prática na profissão e preocupada com a viabilização de um projeto profissional competente, e que se posiciona contra o avanço do projeto neoliberal, a autora propõe como caminho uma articulação concreta entre a Academia e o meio profissional. Para tanto, segundo a autora, se faz necessário romper com o raciocínio, na profissão, de que em um espaço se elabora teoricamente e, em outro, se aplica/intervém. É nessa perspectiva que a autora propõe como caminho a assessoria e/ou consultoria como uma estratégia possível.

² O inciso II possui a seguinte redação: “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos e/ou sejam do

Na perspectiva de Vasconcelos, a assessoria/consultoria seria um desdobramento de uma relação mais próxima entre a Academia e o meio profissional, por meio da disciplina “estágio supervisionado”. Pois é no trabalho de supervisão que os docentes envolvidos tomam contato com a realidade institucional e, a partir daí, podem pensá-la e problematizá-la. E também nesse processo é possível ao assistente social tomar contato (e interagir) com o debate posto na Academia.

Almeida (2006) trata da experiência de assessoria aos profissionais de Serviço Social por meio da disciplina estágio supervisionado articulada ao projeto de extensão que coordena. Interessante, porque nessa sua proposta os alunos de Serviço Social integram junto com o autor a equipe de assessoria.

No campo das competências profissionais identificamos duas frentes de assessoria/consultoria. Uma que os profissionais de Serviço Social vêm desenvolvendo mais, que é a assessoria à gestão das políticas sociais. Atualmente, várias são as experiências de assessoria prestada por assistentes sociais aos diferentes sujeitos envolvidos nesta área, como por exemplo: aos gestores públicos, privados e filantrópicos; aos conselhos tutelares, conselhos de direitos e de políticas; aos profissionais que atuam nos setores públicos e privados; aos movimentos sociais; entre outros. Sobre essa frente é importante que os integrantes da categoria profissional tenham clareza dos objetivos e intenções dessa demanda. Importante reflexão, sobre os contraditórios interesses de assessoria, é desenvolvida por Freire (2006), por meio da sua experiência de assessoria a empresas, gestores e trabalhadores.

Ainda no campo das competências profissionais existe uma outra frente, em potencial, de assessoria, mas pouco explorada pelos assistentes sociais, que é a assessoria a organização política dos usuários. Essa rica frente pode ser desenvolvida no bojo das atividades que os profissionais de Serviço Social desenvolvem nos seus locais de trabalho. Para tanto, faz-se necessário que as equipes de Serviço Social desenvolvam um profundo debate sobre o seu exercício trabalho profissional, na perspectiva do trabalho coletivo, para que a assessoria não vire um “sobre-trabalho” e nem consista em uma ação episódica. Essa frente de assessoria pode vir a possibilitar uma contribuição concreta da categoria, por meio do seu exercício

profissional, para a rearticulação e/ou fortalecimento dos movimentos sociais.

Desconhecemos alguma produção sobre esse tipo de assessoria desenvolvida nas instituições pelas próprias equipes de Serviço Social. Contudo, a profissão possui maturidade profissional para o deslançar desta frente. Mesmo que seja a partir de uma experiência universitária, Bravo e Matos (2006) trazem uma reflexão sobre a experiência junto a usuários e suas entidades, informando estratégias para o fortalecimento da participação política da sociedade civil.

4 Estratégias para o trabalho de assessoria/consultoria

Neste item buscaremos apresentar algumas estratégias para o desenvolvimento de assessorias/consultorias. Tais estratégias são generalizantes, pois não pretendem ser um rígido roteiro do que e como fazer. Ao contrário, pois a assessoria/consultoria só pode ser desenvolvida a partir de uma acurada leitura, pois possui particularidades. Aqui o que faremos é socializar parte das reflexões desenvolvidas – em continuidade ao diálogo feito com os autores citados no item acima –, como forma de apontar caminhos para outros processos de assessoria e consultoria.

O primeiro ponto a ser tratado pelos assessores é o desvelamento do porque da assessoria. Em geral, uma assessoria quando é solicitada é porque o profissional, a equipe ou movimento social identifica a necessidade de alguma mudança. Por isso Vieira (1981), na concepção tradicional, trata da importância da assessoria na mudança de hábitos e depois de congelamento das ações julgadas corretas para aquelas equipes que se assessoram. Assim, o assessor propõe a solução, por meio da correção de problemas³. Contudo, a assessoria pode ser entendida como um processo que gera mudança, mas a partir de uma relação em que assessores e assessorados possuem distintas contribuições a serem dadas. Isso fica claro no texto de Vasconcelos (1998) quando a autora propõe que a Universidade desenvolva assessoria as equipes de Serviço Social por meio do estágio supervisionado. Esse processo se dá como uma troca de saberes diferenciados, em que a Universidade tem, ou teria, um papel na formação profissional continuada. Portanto, não necessariamente, a assessoria é apenas para

³ Essa concepção vem da área da administração de empresas, daí a semelhança com a tradicional obra de Block (1991).

aqueles sujeitos ou equipes com problemas e sim um processo, que pode ser continuado, de aperfeiçoamento da ação desenvolvida pelos assessorandos. O assessor, na sua privilegiada posição de agente externo e a partir da sua capacidade profissional, pode contribuir apontando caminhos e auxiliando na desvelação de questões que a equipe e o profissional, sozinhos, não podem identificar.

Assim, este primeiro passo não é pouca coisa, é um momento em que o assessor ou a equipe da assessoria clareiam para si, na realidade, a concepção política e teórica de assessoria. Contudo, não basta estar claro isso para o assessor, é necessário também que esteja claro para quem irá ser assessorado. É necessário que os assessores tomem muito cuidado com as demandas que inicialmente são solicitadas. Não que estas estejam erradas, mas quase sempre são apenas expressões, partes fenomênicas, da demanda real de assessoria. Para tanto, se faz necessário por parte da assessoria um profundo estudo da realidade, de preferência em conjunto com a equipe que será assessorada. Só a partir daí é que se poderá construir conjuntamente, com quem se assessorar um projeto de assessoria, em que aquelas demandas originais e outras serão debatidas, pactuadas e outras serão apresentadas.

Esse processo de estudo da realidade pode ser desenvolvido por meio de diferentes procedimentos. Vasconcelos (1998), pensando em equipes de Serviço Social, propõe alguns eixos que, acreditamos, também podem contribuir para outras frentes de assessoria, que são: conhecimento do estágio da equipe quanto à projeção do espaço profissional (existência ou não de projetos, tipos de leituras feitas, levantamentos desenvolvidos etc.) e dos seus registros de prática (relatórios, artigos, estatísticas etc.); qual o tipo de relação – eventual ou não – com a Academia; expectativas da equipe sobre a assessoria/consultoria; qual o tempo disponível para as atividades que envolvam projetar, sistematizar e analisar o fazer profissional; o número de profissionais interessados na assessoria *versus* o contingente total de profissionais; a inserção quantitativa e qualitativa dos profissionais nos projetos; a existência de recursos institucionais destinados à realização de cursos, pesquisas, levantamentos, aquisição de bibliografia etc.

É somente a partir da clareza teórico-política da proposta de assessoria, da pesquisa sobre a instituição ou dos movimentos sociais, ou da vida dos usuários de algum serviço que os profissionais de Serviço Social poderão iniciar o processo de assessoria e consultoria, que se

dará como já sinalizado por meio de um projeto de assessoria e a discussão desse processo em conjunto com quem será assessorado.

Esse processo inicial é fundamental. Por vezes, se há a tentação de “por logo a mão na massa”, ou seja, iniciar logo a assessoria, sobretudo pela habitual ansiedade de quem será assessorado. Contudo, esta fase é fundamental, pois, invariavelmente, os assessorandos apresentam demandas de assessoria que não são as reais, como por exemplo: as equipes de Serviço Social, em geral, solicitam assessoria para a elaboração de pesquisas, quando ainda se faz necessária uma discussão sobre o seu trabalho profissional e da importância da sistematização da prática (ALMEIDA, 2006); empresas solicitam assessoria para a adesão dos trabalhadores a mudança, quando no fundo é importante uma discussão sobre a reestruturação produtiva e assim desvelar o impacto do atual forma de produção na vida do trabalhador (FREIRE, 2006); e conselheiros de saúde reivindicam cursos de capacitação, enquanto que o fundamental é a discussão da organização política e articulação junto às bases (BRAVO; MATOS, 2006). Esses são exemplos reais tirados de artigos sobre assessoria e que serão retomados.

Uma vez definidos os pressupostos da assessoria, cabe o início do processo em si. Essa etapa, talvez a mais importante, é a operacionalização das intenções. É preciso ter claro que o assessor não é um porta-voz do que deve ou não ser feito. Não está em cena aqui a figura de um assessor que estuda a realidade, ouve e acolhe as sugestões de quem o contratou, que propõe alterações do fluxo de trabalho e depois busca convencer a quem assessora congelar as suas ações, para que assim possa ter o perfeito desempenho.

Ao contrário, o processo de assessoria é cotidianamente construído com os sujeitos fundamentais – os assessorados – e estes têm autonomia em acatar ou não as proposições da assessoria. Esse processo deve ser franco e aberto, por ambos os lados. O assessor é um sujeito propositivo, mas que só terá êxito nesta atividade se tiver interlocução com quem assessora. Para tanto, fundamental é a adoção de estratégias de trabalho participativas.

Esse tema, muito caro para o Serviço Social, tem sido lateralizado, sendo exceção recente a produção de Abreu (2002). A análise da citada autora é interessante, pois faz uma leitura

crítica da dimensão educativa que o profissional de Serviço Social tem, já que identifica diferentes concepções de prática educativa, desde a que a busca manter controle sobre a população à que busca contribuir para a emancipação das classes subalternas, perspectiva esta certamente defendida pela autora. Contudo, se pouco tem se produzido no Serviço Social sobre práticas participativas, as experiências de assessorias – as pautadas nos princípios do atual projeto ético-político do Serviço Social – têm frequentemente lançado mão dessas estratégias.

Almeida (2006), na sua experiência de assessor de equipes de Serviço Social, ao encontrar com a demanda de pesquisa, tem provocado uma reflexão sobre o trabalho profissional, para tanto lança mão da construção de um fluxograma da trajetória do usuário nos serviços. Assim, identifica o autor – junto com a equipe que assessora – diferentes lacunas do trabalho coletivo (portanto, não só da atuação profissional dos assistentes sociais) que, em geral, impactam negativamente na vida do usuário e que devem ser tratadas, antes mesmo da constituição de equipes de pesquisa. Nesse processo, segundo o autor, várias das lacunas são enfrentadas por meio da capacitação, no bojo do processo de assessoria.

Freire (2006) toma como referência as solicitações de empresas para assessoria na implantação de novos projetos ou de reestruturações, em que a demanda está na busca de adesão dos trabalhadores ou na construção de um controle diferenciado destes, muitas das vezes aparentando um controle social de fato. Nesse tipo de assessoria é também importante que o assessor desvele a demanda original (por exemplo, a suposta busca de participação dos trabalhadores). Essa assessoria se dá, explicitamente, num espaço contraditório, tendo empresários e trabalhadores com interesses distintos e, como tal, passível de conflitos e de consensos, a partir da aliança ou tensão em determinados pontos, que podem ou não ser negociados. A par de sua capacidade profissional – mesmo com a relativa autonomia que aqui detém – o assistente social assessor poderá aqui contribuir efetivamente para o favorecimento dos interesses dos trabalhadores. Em todo esse processo, a autora trabalha com a “pesquisa-ação” ou “pesquisa participante”, em que os assessorados participam de todo o processo de assessoria, como o levantamento das informações e a análise institucional e, por isso, faz a autora, em seu texto, uma defesa destes, entendidos como um meio de trabalho importante para a constituição de sujeitos políticos (FREIRE, 2006, p. 190-191).

Bravo e Matos (2006) relatam que a partir da demanda, que geralmente gira em torno da solicitação de capacitação de conselheiros, inicia junto com os solicitantes uma problematização sobre o tema. O que está no cerne é a desmistificação de que a capacitação resolveria problemas, que são de ordem da política. Mas, por outro lado, os autores sabem, contraditoriamente, do potencial da capacitação e, por isso, na maioria das vezes, a desenvolvem. Mas, num contexto de assessoria, com discussão dos conteúdos do curso e não como uma ação episódica. O curso costuma ser uma ação, junto com outras, como a construção de planos municipais de saúde, por exemplo. Por isso, estratégias importantes têm sido o recurso ao planejamento estratégico-situacional e a pesquisa participante. Em geral, o curso é uma estratégia de articulação entre os militantes, tanto que não por acaso em geral no seu encerramento tem se criado fóruns populares de políticas públicas. Muitos não vão à frente, mas isso está vinculado ao potencial da participação política na atualidade.

Os exemplos acima demonstram a riqueza das possibilidades de estratégias participativas. Estas devem ser criativas e não normativas, sendo a realidade e os objetivos que determinam como e de que forma. Assim, a centralidade cai sobre o sujeito que a empreende. Pois, o referencial teórico e os objetivos que determinam a escolha de uma ou outra técnica. Esse raciocínio fica claro com os aportes de Guerra (2000), quando lembra que a partir da necessidade de transformar a natureza, que o homem define por quais meios e constrói os instrumentos de trabalho. Analogia que podemos tomar para a reflexão sobre o porquê de determinada técnica ou metodologia. Contudo, é importante que os profissionais saibam das possibilidades existentes e é por isso que elas aqui são socializadas.

Uma vez atingido o objetivo, principal ou não, da assessoria, esta necessariamente não se acaba. Entendemos que o processo pode ter continuidade ou não. Afinal, na nossa concepção não está em cena uma adaptação a um modelo ideal de atuação. A realidade é dinâmica e apresenta permanentemente desafios, que podem ser melhor encarados por meio da troca de conhecimentos que a assessoria propicia. Importantes espaços para isso são as avaliações que devem ser periodicamente realizadas.

O assessor, muitas das vezes, apresentará proposições que não serão aceitas por quem esse profissional assessoria. Isso é previsível, pois o assessor não possui a prerrogativa de

executor de ações. Mas, isso não quer dizer que o assessor seja um sujeito neutro. Ao contrário, se o profissional é credenciado para ser assessor é porque há um reconhecimento da sua capacidade. Assim, como a premissa da crítica é um pressuposto da democracia, é importante que o assessor não se omita e indique seus argumentos favoráveis ou não a tal ação. O espaço para a crítica, de ambos os lados, deve ser garantido e estimulado.

Acreditamos que todo o processo da assessoria – planejamento, desenvolvimento, seus impasses, avanços etc. – deve ser avaliado e registrado. Há um conjunto de conhecimentos que a prática da assessoria gera que merece ser socializado. Assim, se o assessor estiver atento, pode – em conjunto com quem assessora – construir documentos com diferentes perfis e profundidades, como textos educativos, panfletos, artigos. Esse material deve alimentar o conhecimento acadêmico, mas, em especial, deve ser socializado com os sujeitos fundamentais deste processo, que são as equipes ou profissionais assessorados.

Notas Finais

A reflexão aqui empreendida visou clarificar o que seja assessoria/consultoria e, em especial, apontar as possibilidades que essas estratégias indicam para o nosso exercício profissional, tanto na busca de qualificação do trabalho que realizamos como para as possibilidades de assessoria que podemos desenvolver. Esse caminho merece ser sempre alimentado com estudos, análise crítica da realidade e a capacidade de proposições, exatamente no caminho de que Iamamoto (1998, p. 79) vem apontando: um profissional informado, culto, crítico e competente.

A assessoria/consultoria, também, é uma importante possibilidade que temos de aprofundar o trânsito entre o conhecimento teórico acumulado pela profissão e a renovação crítica das suas estratégias técnico-operativas, desafio urgente do atual projeto de profissão.

Por fim, cabe dizer que consideramos importante o adensamento de reflexões sobre assessoria/consultoria e a sistematização dos desafios que essas experiências apontam. Apesar da pouca bibliografia sobre o tema, conforme já informado neste texto, consideramos que um bom início de estudos, para os que pretendem se aprofundar neste tema, é a recorrência ao



texto seminal de Vieira (1981), ao artigo de Vasconcelos (1998) e a leitura do conjunto dos textos, disponível em Bravo e Matos (2006), sobre assessoria em áreas como a assistência social, saúde, envelhecimento, criança e adolescente, organização política da profissão etc.

Referências

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. Assessoria e extensão universitária. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006.

BLOCK, Peter. *Consultoria: o desafio da liberdade*. Tradução de Myrtes Suplicy Vieira. São Paulo: Markron; Mc Graw-Hill, 1991.

BRASIL. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social (Lei n. 8.662/1993). In: CRESS 7ª Região. *Assistente Social: Ética e direitos – Coletânea de leis e resoluções*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lidador, 2001.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006.

_____. O potencial de contribuição do Serviço Social na assessoria aos movimentos sociais pelo direito à saúde. In: _____. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FONSECA, Tatiana. Análise da literatura profissional sobre a temática da assessoria. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006.

FREIRE, Lúcia. Assessoria e Consultoria a gestores e trabalhadores como trabalho do Assistente Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 62, São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

MATOS, Maurílio Castro. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006.

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação Teoria/Prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 56, São Paulo: Cortez, 1998.



VASCONCELLOS, Márcia; SAVOY, Maria Elisa; GUIRADO, Suely. *Assessoria: uma função do Serviço Social*. São Paulo: PUC (Trabalho de Conclusão de Curso), 1977 (mimeo).

VIEIRA, Balbina Ottoni. Modelo “assessoria” em Serviço Social. In: *Modelos de Supervisão em Serviço Social*. Rio de Janeiro: Agir, 1981.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Supervisão em Serviço Social

Yolanda Guerra

Professora da ESS da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ

Maria Elisa Braga

Assistente social e mestre pela PUC/SP



Supervisão em Serviço Social

Introdução

A supervisão em Serviço Social aparece como uma atribuição profissional desde a primeira versão da lei de regulamentação da profissão, que data de 1952, sendo aprovada em 1957.

Não obstante, tem sido frequente na categoria profissional a observação da ausência do tema supervisão no debate e na produção bibliográfica, especialmente, a partir dos anos de 1980, década na qual Yamamoto reconhece como a maioria intelectual do Serviço Social brasileiro.

Na atualidade, verifica-se empiricamente que algumas das modalidades de supervisão encontram-se em decadência ou se metamorfoseiam, tais como a supervisão de políticas sociais, programas e projetos, e a supervisão técnica de equipes e de profissionais. Estas parecem ter sido banidas do horizonte das atribuições, mas isso é mera aparência. Muitas vezes assumindo uma conotação de assessoria, a supervisão em serviço, de programas, políticas, projetos, equipes e profissionais continua sendo uma atribuição socioprofissional das mais requisitadas.

Como as entidades da categoria vêm investindo na construção das bases legais, institucionais e teórico-metodológicas da supervisão e quais investimentos ainda precisam ser feitos no sentido de subsidiar o exercício profissional competente, crítico e comprometido com um projeto societário que aponte para a ruptura com o conservadorismo e na direção da construção de uma nova sociedade? Como a supervisão pode fornecer os elementos necessários a uma formação continuada que capacite profissionais na perspectiva de qualificar os serviços prestados? Em que medida a supervisão pode ser conduzida na perspectiva da democratização das decisões e emancipação dos sujeitos envolvidos?



Essas questões dão o norte da reflexão que aqui desenvolveremos.

Inicialmente, cabe a consideração de que há uma crítica explícita ou velada, de cunho conservador, que afirma que a vertente chamada por Netto (1991) de intenção de ruptura não forneceu os instrumentais operativos capazes de colocar a “teoria em ação”. Reclama a necessidade de indicativos teórico-práticos para consumir a intervenção. Aqui, a ideia é a de que o estatuto profissional é dado pelo domínio de técnicas, instrumentos, procedimentos e de uma metodologia do Serviço Social.

Tais críticas não apenas apontam uma fragilidade no debate na perspectiva da vertente que intenciona a crítica radical do conservadorismo, mas, sobretudo, esconde os avanços até o momento conquistados que se explicitam na concepção e no perfil profissional presente nas diretrizes curriculares vigentes a partir de 1996, como um dos pilares do projeto ético-político profissional.

Resultado do investimento da profissão, temos a concepção de supervisão como uma atribuição profissional que se localiza no âmbito da formação graduada e permanente para a qualificação dos serviços prestados à sociedade, direcionada para a realização dos objetivos, valores, princípios e direção social estratégica do projeto ético-político profissional com vistas à emancipação social.

É certo que uma abordagem da supervisão concebida a partir das suas funções pedagógica, socioprofissional, ética e política, e analisada criticamente no contexto da crise contemporânea e de seus impactos no Estado, nos espaços sócio-ocupacionais, nas demandas e no exercício profissional, constitui-se, ainda, uma lacuna a ser preenchida pela produção teórico-bibliográfica crítica.

Realizar algumas aproximações críticas sobre a supervisão como uma atribuição socioprofissional e mediação fundamental à formação e à capacitação profissional, desafio a que nos propomos, nos exige explicitar os pressupostos gerais dos quais partimos, bem como mencionar cada uma das modalidades de supervisão nas suas particularidades e singularidades.



1 Alguns pressupostos e premissas que orientam estas reflexões

a) A supervisão é a expressão da indissociabilidade entre trabalho e formação profissional. Nela as duas dimensões da profissão se articulam, de modo a realizar uma síntese de múltiplas determinações que envolvem o exercício profissional na sua totalidade: as condições objetivas que se operam no mercado de trabalho, as condições subjetivas relativas ao sujeito e a necessidade de qualificá-las permanentemente. Nessa perspectiva, a supervisão, na condição de atribuição profissional, contempla uma dimensão formativa. Aqui, pensa-se tanto a supervisão de estágio quanto a supervisão de equipes, políticas, programas e projetos. Em todas as suas modalidades, a supervisão detém o potencial de cumprir com os princípios de compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, bem como com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, expressa no nosso projeto ético-político profissional.

b) A supervisão é expressão da unidade entre teoria e prática. Uma unidade dialética e interdependente que pressupõe a contradição, aproximações sucessivas e a construção de saberes. A supervisão comporta a diversidade, ou seja, constitui-se num processo de síntese entre teoria/prática, entendendo-a enquanto unidade indissolúvel, na qual, a partir de um determinado referencial teórico, no enfrentamento das condições concretas do real, serão construídas alternativas e respostas profissionais. Trata-se de um processo dialético, que incorpora um conjunto de atividades e procedimentos, que mantém uma certa continuidade e que apresenta certa unidade, organicidade, exigindo particulares modos de fazer, metodologias e procedimentos adequados, ainda que não definidos *a priori*, mas a partir de reflexões e problematizações, os quais dependem da clareza acerca dos objetivos, da convicção nos valores e princípios e da escolha e utilização de um conjunto de estratégias e instrumentos adequados.

c) A supervisão não pode ser compreendida desvinculada dos seus componentes teórico, ético e político, da compreensão do significado social do Serviço Social na sociedade brasileira, dos valores que privilegia, de um projeto profissional que se conecta (ainda que por meio de muitas mediações) a projetos de sociedade.



d) A supervisão, qualquer que seja sua modalidade, não pode ser realizada independentemente do caráter e modelo de políticas sociais seja público ou privado e das formas particulares de enfrentamento da chamada “questão social” pelo Estado, bem como da sua relação com a dinâmica do mercado de trabalho. Assim, a supervisão será sempre mediada por questões que particularizam as políticas sociais, seja a de educação superior, especialmente no caso da supervisão de estagiários, sejam as demais políticas sociais setoriais, no que se refere às modalidades de supervisão de políticas sociais, entidades, programas e projetos, equipe, assistentes sociais e estagiários.

e) Na supervisão se realiza a unidade entre ensino e aprendizagem: trata-se da inserção de sujeitos sociais numa relação dialética, a partir do engajamento em situações concretas, cujo objeto de conhecimento é o próprio movimento da realidade, o qual permite a análise concreta de situações concretas. Ensinar e aprender são experiências indissociáveis do processo de Supervisão, que se materializam na relação intrínseca entre estágio, supervisão acadêmica e de campo e supervisão profissional. No processo de aprendizagem, os sujeitos envolvidos: estudantes, equipes profissionais e o/a supervisor/a, ao discutir e materializar a profissão no exercício profissional, se constroem e se reconstroem como sujeitos, elaboram saberes conjuntos em um processo deliberado de favorecer o aprimoramento ético e intelectual, por meio de um espaço didático-pedagógico privilegiado.

O objetivo deste texto é refletir sobre a supervisão e suas diversas modalidades no âmbito das políticas sociais, das entidades responsáveis pela sua execução, dos programas e projetos, de equipes profissionais, de estagiários, como uma responsabilidade legal e legitimamente constituída pela Lei n. 8.662/1993, entre as atribuições privativas do assistente social, que se realizam norteadas por princípios, valores e perspectivas do seu projeto ético-político profissional.

Partindo de uma tentativa de elaboração conceitual da supervisão na sua dimensão mais genérica, ou seja, abarcando suas diversas modalidades, busca-se situar historicamente o papel da supervisão nas atribuições socioprofissionais e nos diversos contextos e conjunturas sócio-históricas, no intuito de indicar suas potencialidades



rumo ao fortalecimento de uma perspectiva democrática e de defesa dos direitos sociais e humanos.

Estamos entendendo supervisão como uma atividade imprescindível à formação não só acadêmica, mas direcionada para a formação e capacitação profissional permanente, que detém a possibilidade de orientar o aprimoramento da intervenção profissional que se realiza por meio da formulação e implementação de políticas e serviços sociais. É um processo de estimular, provocar, acompanhar e contribuir na capacitação de estudantes e/ou profissionais, equipes e executores e/ou formuladores de políticas, programas e/ou projetos a apreender e interpretar, na conjuntura, a particularidade do fenômeno com o qual trabalham, com a finalidade de analisar e encontrar o modo mais qualificado de operacionalizar a intervenção profissional.

Em qualquer dessas modalidades há a necessidade de preparação/qualificação de modo que a supervisão passa a ser a mediação necessária na preparação de profissionais aptos a realizar seu trabalho com competência e compromisso na direção da efetivação dos princípios e valores do projeto ético-político profissional. Essa particular atividade realizada por assistentes sociais visa à formação dos quadros técnicos e intelectuais, cuja intervenção na realidade requer a compreensão do significado social da profissão e da sua inserção no contexto de relações e condições específicas dentro de conjunturas determinadas, apreendendo os fenômenos sociais como processos em constituição, cuja legalidade tendencial só se explica no contexto contraditório das relações sociais. Nesse sentido, todo fenômeno social analisado (e aqui se inserem as políticas sociais e a própria intervenção profissional) deve ser apreendido como síntese de múltiplas determinações e funcionalidades.

2 Supervisão, orientação ou supervisão técnica de políticas, projetos e programas sociais

Prática antiga no âmbito da profissão, adquiriu várias denominações, formas e conteúdos ao longo da sua trajetória histórica.



A bibliografia que trata do tema mostra que “as primeiras ações do serviço social na perspectiva da assistência técnica se situam em termos de orientação técnica às entidades privadas de filantropia” (NOGUEIRA, 1990, p. 40). Surgindo no marco da década de 1930, a prática de assistência/orientação técnica tinha por objetivo intervir no processo de organização das obras sociais, orientando e, ao mesmo tempo, exercendo controle e fiscalização sobre a mesmas, dando a direção social e política dessas instituições. Encontrando subsídios teóricos numa bibliografia oriunda do Serviço Social norte-americano, como aponta as produções de Reynolds (1942) e Robinson (1949), a supervisão aparecia como: “o processo educacional pelo qual uma pessoa possuidora de conhecimento e experiência prática, toma responsabilidade de treinar outra possuidora de menos recursos técnicos” (ROBINSON apud VIEIRA, 1979, p. 29). Sob a influência dos EUA, enfocava os aspectos psicanalíticos do, então, Serviço Social de Casos, priorizando o relacionamento (numa abordagem psicossocial) e os procedimentos metodológicos, dando ênfase à uma abordagem individual.

Na década de 1960, não casualmente, ampliam-se as instituições sociais que instauram a prática denominada de assistência técnica em serviço social, cujas modalidades de intervenção são: assessoria, consultoria, supervisão e orientação, como parte das estratégias dos organismos internacionais (ONU, OEA, CEPAL, entre outros) de eliminar os obstáculos à mudança e ao desenvolvimento.

Assim, essa prática consolida-se efetivamente no Brasil após 1964, com a implantação do Estado ditatorial, com o estabelecimento de um novo pacto com o capital monopolista internacional, nomeadamente o norte-americano (NETTO, 1991, p. 26), e, especialmente após 1968, quando se aprofunda sua condição de país periférico, dependente e associado.

A perspectiva dessas ações combinava não apenas com o projeto desenvolvimentista e com suas estratégias na direção da modernização conservadora. Mais do que isso: ao articular economia e política, o Estado burguês, principal empregador dos assistentes sociais, se reestruturava do ponto de vista funcional e organizacional promovendo uma diferenciação e especialização das atividades



resultante tanto da ampliação e do modelo das políticas sociais quanto das novas expressões da chamada questão social que aí se manifestam.

A tendência de modernização do conservadorismo no Serviço Social se valeu desse expediente para oferecer ao projeto societário hegemônico à época o arsenal técnico-operativo necessário para assegurar os objetivos e metas do projeto autocrático burguês. A racionalidade técnica que permeia a concepção de supervisão hegemônica neste período (que lhe é peculiar, mas não exclusiva) tem por fim superar a racionalidade assistencial que caracteriza as instituições sociais, bem como as práticas tradicionais, interpretadas por Netto (1991, p. 17) como: “a prática empirista reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa [...]”, pela utilização de técnicas das áreas de Administração e Planejamento, a luz dos critérios de eficácia e eficiência das ações com vistas à superação do desenvolvimentismo.

Com o aprofundamento da ditadura, os traços tradicionais passam a ser deslocados por procedimentos racionais, incorporando ações administrativas “de controle, e sua verificação segundo critérios burocráticos-administrativos das instâncias hierárquicas” (NETTO, 1991, p. 123). Nesse contexto, a formação profissional também havia de ser reformulada: empreende-se a uma articulação entre as preocupações operativas e os recentes conteúdos teóricos, apropriados das disciplinas das ciências sociais, em especial, da psicologia, sociologia, administração (com destaque para os conhecimentos da administração científica do trabalho), dotando o profissional de um perfil fundamentalmente tecnocrático. Aqui, a supervisão passa a ser concebida como um conjunto de etapas que se sucedem umas as outras, um método de eliminação das distorções do modelo das políticas sociais.

A bibliografia que trata do tema mostra que, nesse período, a chamada assistência ou supervisão técnica se restringe a fiscalização e controle dos programas, visando a sua eficácia e eficiência, donde o predomínio do caráter técnico-administrativo em detrimento do político-ideológico. Adota uma perspectiva estrutural-funcionalista e sistêmica na compreensão da realidade e da supervisão a ser realizada, com ênfase na



captação de “desvios” contratuais, financeiros e/ou metodológicos, priorizando aspectos quantitativos na condução da formulação e implementação das políticas, programas e projetos. Vale lembrar que a condução do trabalho técnico tem em vista eliminar os desvios e promover a integração social, donde o deslocamento de eixo da intervenção promove a passagem do caráter assistencial para o promocional e socioeducativo, cuja alternativa mais viável passa a ser a prática da supervisão de programas e/ou de entidades públicas e/ou privadas.

A chamada assistência ou supervisão técnica se modifica com a ampliação das funções de macroatuação do Serviço Social, quais sejam: no âmbito da Política Social, Administração e Planejamento. Agora sua dimensão política é explícita quando interfere na formação do ideário dos dirigentes e profissionais das instituições sociais, bem como quando busca a manutenção de um padrão de intervenção profissional homogêneo, sustentado em procedimentos administrativo-burocráticos e valores liberal-burgueses velados pelo discurso da neutralidade técnica.

A citação de Vieira é exemplar do significado da chamada assistência técnica por parte da Organização das Nações Unidas. Concebe essa instituição, a orientação técnica como: “auxílio dado por técnicos altamente qualificados e durante um tempo determinado, a governos que a solicitam, para organizar ou reformular programas ou serviços de Bem Estar, demonstrar técnicas e treinar pessoal” (VIEIRA apud NOGUEIRA, 1990, p. 47).

Cabe observar que o que parametrizou a supervisão nesse período foram ações de planejamento, organização, orientação e controle direcionadas pela racionalidade administrativo-burocrática que prioriza a relação custo-benefício e a otimização de recursos, estabelecendo vínculos diretos com o alcance dos objetivos, metas e resultados definidos *a priori*, sem a problematização sobre os interesses subjacentes aos mesmos. Muitos investimentos foram feitos na tentativa de construção de modelos e supervisão¹.

¹ Ver a produção do CBCISS – Cadernos Verdes e a obra seminal de Vieira: *Modelos de Supervisão em Serviço Social*, Rio de Janeiro, editora Agir, 1981.



Nota-se na América Latina, especialmente no Brasil, que a produção da temática da Supervisão em Serviço Social não acompanhou a profícua produção do Serviço Social reconceituado, que redirecionou ética, política e teoricamente o Serviço Social².

Isso significa que, não obstante a direção hegemônica dada pela racionalidade formal, tecnocrática, gerencial, e sem querer subestimá-la, o movimento social e as pressões internas e externas à profissão põem em questão a concepção hegemônica e o significado da assistência/supervisão técnica vigente no período, que passa a se constituir em objeto de disputa de diversas vertentes, entre elas a denominada por Netto (1991) de intenção de ruptura, herdeira da vertente mais crítica do movimento de reconceituação latino-americana.

Se no Brasil, até a metade da década de 1970, não se apresentavam polêmicas na profissão, os anos seguintes são ricos em demonstrar a diferenciação de perspectivas, as polêmicas e os projetos político-profissionais e societários que se confrontam com o projeto que vai se tornando hegemônico na profissão.

A inserção da formação profissional dos assistentes sociais no âmbito acadêmico, que ocorre com a incorporação crítica de referências teórico-metodológicas das ciências sociais, deveria permitir um salto de qualidade nas elaborações teóricas da profissão colocando os seus intelectuais na condição de interlocutores críticos das ciências sociais.

Com a inclusão da temática sobre movimentos e lutas sociais entre os temas objeto de preocupação da profissão, como resultado do processo de democratização da sociedade brasileira e dos movimentos revolucionários e de libertação nacional da América Latina, passa-se a questionar o modelo burocrático da assistência técnica ou supervisão e a incorporar, gradativamente, a racionalidade subjacente ao controle social democrático. Essa perspectiva, por responder às demandas e requisições da classe trabalhadora, é a direção presente no projeto ético-político profissional. Porém, a

² Reconhece-se que até a década de 1990, a única produção que rompeu com a influência norte-americana foi a de Tereza Sheriff, em 1973, com *Supervisión en Trabajo Social*, onde a supervisão é entendida como: “um processo educativo e administrativo da aprendizagem mútua entre supervisor e supervisionado no qual ambos são sujeitos do processo, tratando de que sejam portadores de uma educação libertadora” (SHERIFF, T. et alli. *Supervisión en Trabajo Social*. Buenos Aires: Ecro, 1973, p. 26).



questão que aí se coloca é: em que medida a supervisão de políticas, programas e projetos sociais vem sendo concebida e conduzida na perspectiva da socialização de saber e democratização de poder e fortalecimento do projeto ético-político profissional.

A bibliografia consultada faz referência a uma distinção entre supervisão e assessoria³, as quais, apesar dos aspectos singulares, possuem particularidades, dentre elas o fato de que não implicam em uma intervenção direta na execução das políticas sociais, planos e /ou projetos, posto que o profissional não é executor, mas proponente de ações, de novas estratégias, mediante avaliação dos mesmos.

Não obstante as suas particularidades, segundo Vieira (1981, p. 108):

o que distingue assessoria da supervisão é sua natureza temporária, eventual (o supervisionado procura o assessor quando precisa) e ampla liberdade do assessorado em aceitar ou não, em seguir ou não as indicações do assessor. Mais do que supervisor, assessor tem uma autoridade de 'idéias', ou de 'competência' e não 'de mando'.

A supervisão, por sua vez, constitui-se em uma atividade programada que se realiza segundo uma sistematização programática, muitas das vezes, por meio de controle, acompanhamento, avaliação e replanejamento. Pautam-se em decisões em termos de diretrizes ou procedimentos operacionais previamente estabelecidos, normas e metas a serem cumpridas. A autoridade é resultante da própria atividade e é de natureza formal, institucional e hierárquica. Em muitos casos envolve o acompanhamento de recursos públicos, visando a sua racionalização e otimização, e verificação da observância de regras e normas contratuais preestabelecidas nos planos e projetos. Em alguns casos o supervisor é contratado pela instituição demandante; em outros, vincula-se à instituição financiadora. O que importa considerar é que o supervisor possui vínculo de assalariamento e, portanto, não é um profissional liberal. Aqui, as condições e relações de trabalho que se estabelecem, somadas à natureza, características e limites próprios da supervisão devem ser considerados, já que

³ Uma abordagem interessante sobre o tema assessoria encontra-se em Matos, no artigo intitulado *Assessoria e Consultoria*, que compõe o material didático deste curso.



condicionam o processo: hierarquização, controle, poder, saber especializado, decisão, autoridade, padronização de procedimentos, unidade de orientação, sistematização de ações, organização e racionalização de recursos, necessidade de provocar mudanças nos sujeitos, enfoque adaptativo e no relacionamento entre os sujeitos envolvidos, perspectiva de resultados e cumprimento de metas.

Ora, é exatamente nessas relações e condições que essa atribuição profissional se faz necessária. A supervisão de políticas sociais (públicas ou privadas), programas e projeto, ao exigir que se estabeleça claramente seus objetivos frente aos objetivos da instituição contratante, pressupõe um conhecimento amplo, claro, largo e profundo (ainda que sempre provisório) da relação Estado-sociedade civil, da Política Social e das políticas setoriais e de seus nós problemáticos. Requer atualização e conhecimento permanente e sempre aproximativo da política da instituição, do papel do Estado e dos sujeitos políticos coletivos e individuais envolvidos, seus interesses e a correlação das forças em presença⁴. Sugere formas de intervenção, no que se refere ao processo de tomada de decisão e de implementação da mesma, bem como as possíveis revisões de rota no que se refere aos seguintes aspectos: amplitude das políticas, programas, projetos, serviços sociais, seu significado social e funcionalidade, resultados e metas, enfim, todos os elementos que atribuem forma e conteúdo à política, planos, programas, projetos e/ou serviços objeto da supervisão.

A nosso juízo, a supervisão, seja ela de projetos, programas e políticas sociais e de equipes/assistentes sociais e estagiários, é atravessada pelas contradições da realidade social, na qual encontra-se inserida a instituição e os sujeitos sociais e políticos. Nela comparecem um conjunto de interesses e de demandas divergente e, muitas vezes, antagônico. Com base nessa premissa, entendemos que a supervisão pode adotar uma perspectiva controlista ou emancipadora, ou seja, pode ser realizada na direção da democratização das decisões e da emancipação política dos sujeitos. Ela detém a capacidade de garantir a continuidade das diretrizes do programa, o alcance dos

4 A título de ilustração podemos indicar alguns aspectos da política/programa/instituição social que podem ser observados: concepção, objetivos, estratégias de gestão e controle social, fontes de financiamento, alcance social, amplitude da população atendida, demandas, valores, requisições profissionais.

objetivos; de avaliar e qualificar o padrão de prestação dos serviços; de contribuir com os profissionais para que direcionem seus esforços na apreensão crítica da realidade e realização de pesquisas, favorecendo a compreensão da particularidade das expressões da questão social com a qual trabalham, em uma perspectiva de totalidade; de orientar profissionais na formulação, implementação e avaliação das políticas sociais e da participação de usuários nesse processo. Permite, ainda, a proposição de ações que garantam a universalidade dos direitos sociais, na perspectiva do controle social democrático, preparem profissionais críticos e propositivos, contribuam na realização de metas e de objetivos profissionais e assegurem e/ou melhorem a qualidade dos serviços, contribuam na avaliação de impacto e no alcance dos objetivos da política, programa ou instituição, na definição/ampliação dos critérios de elegibilidade, visando desencadear ações que sejam baseadas em princípios democráticos e de democratização das decisões, convergentes com o nosso projeto ético-político profissional.

O que está sendo dito é que, se de um lado, a supervisão possui uma natureza de controlar, inspecionar e vigiar, por ser essa natureza histórica e social, ela depende das condições objetivas e subjetivas nas quais se realiza, podendo ser orientada para a autonomia, democratização das relações de poder e emancipação política.

Na perspectiva da autonomia, com base nos valores do projeto ético-político profissional, a supervisão adota uma conotação formativa, daí a necessidade de profundo conhecimento na área, advindo da trajetória do profissional, da sua qualificação teórico-metodológica e de suas experiências, dos objetos, da população, da instituição. Exige a adoção de uma postura investigativa propositiva de ações e estratégias direcionadas ao profissional ou à equipe supervisionada. Nesse âmbito, se evidencia a dimensão política da supervisão e a autonomia relativa do profissional que a realiza, uma vez que ela pode ser conduzida como uma atribuição que estabelece a dependência ou a autonomia dos sujeitos⁵. Assim, há que se reconhecer as forças sociais e políticas que explicitam diversos interesses que mobilizam a supervisão.

⁵ Cabe a notação de que, por não ser neutra, a supervisi o será orientada pelo referencial teórico-metodológico e político que lhe d  a direc o.



Também, é importante explicitar a dimensão ética inerente a todo processo de supervisão porque ela sinaliza o horizonte onde se inscrevem as práticas sociais. É nesse território que se colocam as tensões entre querer, poder e dever fazer. É no processo de aprendizagem, frente aos dilemas e impasses do trabalho cotidiano, que a reflexão ética se coloca como componente essencial, conduzindo o fazer intencionalmente parametrado pelo projeto profissional coletivamente construído pela categoria.

3 Supervisão de estágio e suas particularidades

Outra modalidade de supervisão, essa sim difundida e aprofundada nos debates teóricos dos últimos anos, tendo em vista a sua centralidade nas diretrizes da formação profissional dos assistentes sociais brasileiros, é a “supervisão direta de estagiários”, responsabilidade atribuída aos assistentes sociais pela Lei n. 8.662/1993, enquanto atribuição privativa dispõe no seu artigo 5º, inciso VI, sobre o “treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social”. Tal atribuição:

será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (Cf. Resolução CNE/CES n. 15/2002 que aprovou as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social).

Assim, a legislação profissional, ao vincular a supervisão como sendo direta, estabeleceu o seu caráter obrigatório no exercício da supervisão⁶. Há o reconhecimento explícito das entidades da categoria de que:

a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui

⁶ Como apresenta o Parecer Jurídico n. 12/1992, de 17 de março de 1998, de autoria de Sylvia Helena Terra, assessora do Conselho Federal de Serviço Social, que trata da concepção, abrangência e alcance da Supervisão Direta, em suas folha 3 diz que: “O acompanhamento direto do aluno estagiário será efetivado pelo Assistente Social dos quadros da instituição onde se realiza o estágio, cabendo a este delegar funções ao estagiário como forma de treinamento e aprendizagem. Quando da delegação de função ao estagiário, deverá acompanhar minuciosamente a adequada aplicação dos métodos e técnicas do Serviço Social, transmitindo seus conhecimentos sobre a prática profissional.” Além disso, como afirma esse mesmo parecer em sua folha 4: “A concessão de estágio só poderá ocorrer em situação que fique caracterizada a natureza didática da atividade a ser realizada pelo aluno e sob a condição de Supervisão Direta”.



momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008).

Para além do aspecto normativo e jurídico-legal e da necessidade de seu conhecimento pelos sujeitos envolvidos, mas sem menosprezar a sua importância, a relação entre supervisão e estágio, como faces de um mesmo processo, e, ao mesmo tempo, com atribuições distintas, para se efetivar como processo de ensino/aprendizagem, estágio/supervisão, necessita ser construída e reconstruída permanentemente. Aqui cabe a indicação de que, sendo a supervisão um processo que é parte integrante do projeto de formação profissional, seus pressupostos, princípios, orientação teórico-metodológica e direção social devem ser buscados nas Diretrizes da Formação Profissional dos assistentes sociais e em outros componentes do projeto ético-político profissional.

Como processo ensino/aprendizagem, a supervisão conjunta envolve dois sujeitos profissionais, quais sejam supervisor acadêmico e supervisor de campo, prevê a realização de encontros sistemáticos nos quais se constrói, se acompanha e se avalia o plano de estágio, tendo por base os objetivos a serem alcançados, as metas, os instrumentos e estratégias didático-pedagógicas⁷. Essa avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diversos segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários)⁸.

⁷ Estamos entendendo que quando planejada conjuntamente, a Supervisão de estágio tende a contemplar de maneira mais clara possível os objetivos do estágio, as diretrizes de ação do estagiário e dos supervisores.

⁸ De acordo com o texto da proposta da Política Nacional de Estágio, elaborada pela ABEPSS, gestão 2009-2010. Além da PNE-ABEPSS, a Resolução CFESS n. 533/2008, em seu artigo 4º, item II, indica que caberá aos supervisores acadêmico e de campo e ao estagiário, no início de cada semestre ou ano letivo, a construção do plano de estágio onde estejam claramente definidos os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão.



Cabe observar que, parametrizada por uma concepção de estágio vinculado à supervisão, há o reconhecimento da natureza que diferencia a atividade do professor e do assistente social na condição de supervisor, bem como das atividades de supervisão como prática docente e como atribuição privativa do assistente social. Ao ser concebida como atividade indissociável do estágio, articulada ao projeto profissional, a supervisão é configurada como lugar que permite uma reflexão sistemática que busca apreender os processos sociais para além da sua aparência imediata. Os encontros periódicos constituem condição indispensável à sua realização, na perspectiva de construir e manter espaços de problematização, reflexão e síntese permanentes.

Assim, a bibliografia que trata do tema considera a supervisão de estágio como atividade sistemática que tem de ser organizada por meio de processos interativos para a aproximação e a relação entre os sujeitos envolvidos. Grande parte dessa produção recai no enfoque da relação entre os sujeitos profissionais. Nesse espaço, priorizaremos as condições e relações de trabalho nas quais ela se realiza, abordando as distintas lógicas presentes na supervisão.

3.1 Problematização acerca das lógicas que polarizam a supervisão

A crise do capital e suas mais recentes estratégias de reprodução em escala ampliada vêm alterando substancialmente as condições e relações de trabalho profissional, o cotidiano profissional, o padrão e a condição das políticas sociais, o processo de formação profissional, os estágios supervisionados e os processos de supervisão. A isso se soma a lógica da expansão universitária, a precarização da formação profissional estimulada pela proliferação de cursos de graduação de pouca qualidade e a distância, as dificuldades enfrentadas pelos cursos presenciais (com suas particularidades nos âmbitos público e privado), a lógica mercadológica, instrumental, gerencial e produtivista que sustenta o atual padrão de acumulação do capital e atravessa as instituições campos de estágio/mercado de trabalho profissional, que enfraquece a dimensão pedagógica da supervisão e acirra sua dimensão controlista, gerencial, administrativa, burocrática.



Outra determinação que faz parte dessa problematização diz respeito à lógica que atravessa todo o processo da supervisão, já que a lógica do mercado, utilitarista e instrumental, acaba subsumindo também esse espaço, historicamente considerado pela profissão como privilegiado no que se refere à formação teórica-prática e ético-política.

Assim, constatam-se práticas que para atender às necessidades de abertura de campo de estágio ou para viabilizar o estágio ao estudante trabalhador, facultam-lhe a realização do estágio: a) no seu local de trabalho, sem a clara definição de que se trata de objetivos, tempos e situações diferentes; b) em fins de semana; c) em períodos de tempo curtos ou concentrado num único dia da semana ou no mês de suas férias trabalhistas, impedindo a vivência do processo e contrapondo-se aos requisitos obrigatórios indicados nas diretrizes curriculares, entre outras ações. Também se observa a substituição da prática de estágio supervisionado pela de participação em pesquisa ou, ainda, por atividades de extensão, sem que essas possam dar conta das particularidades da experiência que o estágio deve proporcionar à formação de assistentes sociais.

Há que se problematizar as condições de realização da supervisão, de inserção do estagiário e os interesses por essa contratação, a partir da reflexão de quem a demanda: certamente não é o departamento de Serviço Social diretamente, mas sim os dirigentes e, portanto, a contratação se dá a partir da lógica mercadológica e utilitarista, centrada na, já citada, relação custo-benefício. O estagiário é contratado para atender às demandas institucionais, por um custo muito menor que um profissional. Este acaba sendo utilizado como mão-de-obra barata, sem vínculos/direitos trabalhistas, em condições ainda mais precárias que os profissionais, para, em muitos casos, responder às mesmas demandas e exigências profissionais⁹. A observação empírica da realidade nos permite afirmar que tem havido uma substituição da contratação de profissionais por estagiários e a área das ciências humanas e sociais é ainda mais afeita a isso¹⁰.

⁹ Muitos dos equívocos que envolvem a imagem da profissão pela sociedade brasileira têm a sua gênese na relação que a mesma estabelece com leigos (ou ainda estudantes) que se autointitulam assistentes sociais.

¹⁰ Para conter a contratação desmedida de estagiários e garantir qualidade e condições de realização da Supervisão que em consonância com a Lei federal n. 11.788/2008, foi aprovada a Resolução CFESS n. 533/2008, que em seu artigo 3º, parágrafo único, dispõe: “A definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais sendo, que o limite máximo não deve exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho”.



Tal lógica institucional não incorpora a lógica pedagógica da formação profissional. Mais ainda, ela é o seu avesso, pois a instituição não prioriza nem a demanda dos usuários, nem a demanda de aprendizagem do estagiário. Disso decorre um conjunto de problemas que se coloca na contramão do nosso projeto de formação profissional. Os espaços profissionais que se convertem em campos de estágio são constituintes de condições objetivas e subjetivas que se autodeterminam e se autoimplicam. As primeiras se colocam de maneira cada vez mais precária para os assistentes sociais: contratos temporários ou parciais, por tempo determinado ou por programas, redução da jornada de trabalho e de salário, o duplo vínculo e os baixos salários, o trabalho em regime de plantão, entre outras condições que não podem ser analisadas aqui. Certamente a essas condições os estagiários terão de se sujeitar. Daí a relação entre mercado de trabalho profissional e campos de estágio (como campo de aprendizagem)¹¹. Outra realidade é o chamado estágio não obrigatório de natureza extracurricular. O debate dessa modalidade de estágio é recente para as Unidades de Formação Acadêmicas e para categoria profissional como um todo, uma vez que a Lei Federal n. 11.788, bem como a Resolução CFESS n. 533, que ratifica essa discussão, foram sancionadas em setembro de 2008. Nessas legislações fica explicitado que o estágio não obrigatório deverá ocorrer nas mesmas condições que o obrigatório, isto é, os projetos pedagógicos dos cursos deverão indicar claramente o sentido e o lugar que ele ocupa na formação universitária. Assim, na realização do estágio não obrigatório na formação profissional dos assistentes sociais se exige, como requisito legal e acadêmico, os mesmos critérios e instrumentais que o estágio obrigatório, bem como a exigência de supervisão acadêmica e de campo. Os impasses e dificuldades para sua efetivação são desafios a serem enfrentados pelas entidades da categoria em conjunto com as UFAS.

Quanto aos fatores subjetivos da relação estágio e supervisão, o próprio profissional, a despeito de a dimensão formativa ser intrínseca à própria profissão, de a supervisão ser uma atribuição privativa e não obstante a se tornar mais uma

¹¹ Há que se enfatizar que, como uma das estratégias de enfrentamento à precarização das condições de trabalho e de estágio supervisionado, a Resolução CFESS n. 533/2008, artigo 2º, parágrafo único, indica: “Para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos da Resolução CFESS n. 493/2006 que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social”.



competência do assistente social frente à instituição exigindo dedicação e qualificação diferenciada, a própria formação profissional nem sempre capacita para essa atribuição. Também nem sempre se verifica o acompanhamento e/ou a capacitação sistemática do corpo de supervisores e, por isso, sem perceber acabam reforçando a lógica mercadológica que envolve essa relação entre estagiário e instituição.

Outra questão que pauta o binômio estágio e supervisão é a concepção que dele se tem os docentes, discentes e assistentes sociais, nas instituições de ensino superior e nas instituições que se convertem em mercado de trabalho profissional. Nesse âmbito, muitas vezes prevalece uma concepção instrumental de estágio, onde este é entendido como a realização de ações, de operacionalização, espaço para aquisição de comportamentos e de treinamento de habilidades (manipulação, adestramento). Essa concepção instrumental de estágio, bem como de exercício profissional, tem levado tanto professores da disciplina quanto supervisores a referenciar o estágio como prestação de serviços e não como um momento privilegiado na formação profissional.

Com isso, as práticas de estágio acabam sendo reduzidas a: 1) execução de tarefas conferidas institucionalmente ao aluno, prestação de serviços, execução de atividades meio para solucionar problemas institucionais; 2) *locus* de articulação, ou pior, de aplicação da teoria na prática; 3) espaço de repetição das ações realizadas pelos assistentes sociais; 4) ações voltadas para secretariar o assistente social.

Tais requisições também encerram uma contradição já que não tem havido resistência a essa lógica por parte dos estudantes. Ao contrário, a procura por estágio curricular ou extracurricular nestas condições (considerando que estes possibilitam uma remuneração) tem sido uma iniciativa recorrente dos próprios estudantes, que os disputam acirradamente, tendo em vista o desemprego e o processo de pauperização que os mesmos vêm sofrendo na condição de classe trabalhadora.

Essa lógica ainda adquire peculiaridades em termos das instituições envolvidas a depender se a unidade de ensino é pública ou privada, bem como da instituição campo de estágio e da supervisão ali realizada (suas finalidades, metas e objetivos). Aquela



lógica mercadológica se agrava quando se trata das escolas particulares. Nestas, o estágio aparece com uma das disciplinas mais caras do curso, uma vez que, em geral, a demanda por campos de estágio é sempre menor do que oferta, não há carga horária (ou há pouca) para acompanhamento do estagiário no campo, em alguns casos os próprios alunos têm de se responsabilizar por encontrar um estágio.

Outra questão que envolve o estágio/supervisão é que nele não têm sido observadas diretrizes acadêmicas e políticas e instrumentos normativos da categoria, tão pouco se realizam por meio da necessária articulação entre universidade e campo de estágio. A ausência de relação mais intrínseca entre os campos de estágios e unidades de ensino encontra-se expressa nos problemas: desconhecimento das diretrizes por parte dos assistentes sociais supervisores¹², ausência de capacitação e prevalência da visão de supervisão como uma prática volitiva, ou seja, de que sua realização está vinculada à (boa) vontade do assistente social.

Há que se ressaltar que essa relação entre estágio e supervisão deve ser direcionada ao perfil profissional proposto pelo projeto de formação profissional. Assim, pode-se conceber o estágio como o espaço privilegiado para que o aluno amplie as possibilidades de análise, compreenda as dimensões constitutivas das questões específicas que se põe ao campo, supere o nível de uma racionalidade imediata que é própria da vida cotidiana (uma vez que aí se coloca ao estudante processos concretos, síntese de múltiplas determinações), adquira valores e vivências dos mesmos, participe da construção de contra-hegemonias. É no enfrentamento do cotidiano no estágio que o estudante observa e vivencia as expressões da chamada questão social, podendo identificar e problematizar a alienação e os preconceitos forjados na socialização dessa sociedade classista, racista, patriarcal e homofóbica. Assim, o espaço da supervisão de estágio favorece a compreensão de que “nos limites de nossa sociedade e nos limites mais estreitos do trabalho profissional, há o que fazer, especialmente para não perder o rumo ético e a medida do político”. (BARROCO, 2008, p. 231).

¹² Uma pesquisa realizada pelo CFESS sobre o mercado de trabalho profissional mostra que quase 50% dos assistentes sociais entrevistados não conheciam as “novas” Diretrizes Curriculares da atual formação profissional dos assistentes sociais, aprovadas pela categoria em 1996 (Cf. *site* do CFESS).



Há que se desenvolver as potencialidades da supervisão como espaço de reflexão sobre a conjuntura, sobre o contexto socioinstitucional e de aprendizado das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-política. O conhecimento sobre as expressões da chamada “questão social” que atravessam o campo de estágio permite iluminar a descoberta de estratégias e táticas de intervenção profissional.

Assim espera-se que o estágio/supervisão ou o estágio supervisionado proporcione uma reflexão e releitura essencialmente crítica das ações profissionais nas suas múltiplas dimensões e articulações, que capacite estudantes para: investigar, analisar criticamente, desenvolver sua capacidade argumentativa e a utilizar, construir e renovar o instrumental técnico profissional¹³. Problematizar o contexto socioinstitucional e o significado sócio-histórico do trabalho profissional, vislumbrar as formas de articular nossa prática a outras práticas profissionais, tecendo relações interdisciplinares, por meio das quais podem se estabelecer nexos políticos, reconhecer e refletir criticamente sobre sua visão de homem e mundo, seus preconceitos e estereótipos, desenvolver valores e adquirir competência.

A partir das responsabilidades assumidas e das ações desencadeadas nos processos de Supervisão pelos sujeitos partícipes diretos (supervisor, supervisionado, unidades de ensino, entidades da categoria), espera-se que possam ser capazes de materializar o projeto profissional, enquanto uma mediação que venha a contribuir para a construção de uma outra sociabilidade que assegure a emancipação humana. Como diz Lukács: “O homem criador responsável por seu próprio destino determina o destino da Humanidade” (2007, p. 72).

¹³ No âmbito da instrumentalização do estudante vemos no estágio o local adequado para: 1) o equacionamento sobre o papel e do lugar do instrumental técnico tradicional; 2) a apropriação do instrumental técnico e construção de novos; 3) a criação/recriação de estratégias sociopolíticas e profissionais para a ação. Observa-se o potencial da discussão da instrumentalidade como condição de possibilidade de um aprendizado profissional que incorpore a totalidade das dimensões da profissão.



4 Algumas considerações finais

Considerando que a Supervisão faz parte constituinte das atribuições socioprofissionais desde a sua primeira legislação até a lei que a regulamenta na atualidade, isso deve ser objeto de pesquisas sistemáticas, produção teórico-bibliográfica e construção cotidiana por parte da categoria e das instituições que a materializam, como as Unidades de Formação Acadêmicas, Unidades Contratantes e Unidades de Intermediação como o Centro de Integração Empresa e Escola (CIEE), Núcleo Brasileiro de Estágios (NUBE), entre outros, ressaltando o protagonismo das assistentes sociais que a desenvolvem.

A crise capitalista, os ajustes neoliberais, a reação conservadora que domina as sociedades contemporâneas nesta fase do capitalismo impõem à categoria profissional – sujeito particular e coletivo – a luta contra a restauração das concepções e práticas controlistas, burocráticas e de inspencionamento que marcam a profissão desde a sua gênese.

Frente a esses desafios, a supervisão de qualidade prescinde da luta contra a precarização do trabalho e da formação profissional. Esta, por sua vez, tendo em vista suas particularidades, requer a luta contra a mercantilização e o aligeiramento a que se encontra submetido o ensino superior, bem como uma apropriação da lógica das diretrizes curriculares e de outros instrumentos normativos e legais da categoria.

Considerando a complexidade dos Campos de Estágio, a intersectorialidade das políticas sociais e a formação generalista, há que se promover e inserir as experiências de estágios dos alunos em todos os espaços e dimensões da academia, tais como: nas disciplinas curriculares, pesquisas e extensão, núcleos temáticos, e não somente no espaço da Supervisão Acadêmica.

Considerando que a Supervisão é uma atividade intrínseca e primordial da formação profissional, as Unidades de Ensino devem favorecer condições para que docentes possam exercitá-la por meio de: atribuição de carga horária para este fim,



grupos pequenos de estudantes, supervisor acadêmico capacitado, espaços e recursos didáticos necessários, apoio administrativo e arquivos para a documentação legalmente exigida. Também deve propiciar condições para que o estudante vivencie e valorize essa atividade inerente à formação, além de favorecer um intercâmbio “verdadeiro” com supervisores de campo, propiciando cursos de extensão, atualização e capacitação, supervisão técnica quando solicitada, assessorias, reuniões periódicas, pois estes são parceiros indispensáveis à formação dos estudantes daquela respectiva Unidade de Formação Acadêmica.

A peculiaridade da contribuição do estágio na formação acadêmica requer compreender e efetivamente reconhecer como sujeitos os segmentos que o compõem. A experiência da constituição de Fóruns de Supervisores expressa uma participação propositiva para contribuir com a organização da categoria para com o projeto de formação profissional, para troca de saberes e para a qualificação do exercício da Supervisão.

As Unidades de Formação Acadêmicas devem ter uma relação articulada com o CRESS de cada região, especialmente com a Comissão de Fiscalização e os agentes fiscais, visando à construção coletiva de enfrentamentos dos desafios presentes na implementação com qualidade dos estágios supervisionados e no desempenho da Supervisão Direta de Estágio, como atribuição privativa. Também, os sujeitos envolvidos devem participar efetivamente das discussões promovidas pelos órgãos representativos da categoria profissional.

A esse respeito, é importante reconhecer, como afirma Boschetti, que “a organização das entidades nacionais de Serviço Social no Brasil (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO) articula uma mediação fundamental para o estabelecimento de uma relação entre o projeto profissional e um projeto societário comprometido com uma nova sociabilidade” (2009, p. 42) que tem como meio a socialização da política e o fortalecimento de ações democráticas; exige o posicionamento contrário a toda forma de exploração, dominação e violência, a defesa de uma política econômica que garanta crescimento e redistribuição de riqueza, pelo direito ao trabalho e ampliação de salários,



a defesa da educação laica, pública e de uma formação em Serviço Social com qualidade e na vigilância e fiscalização da materialização das legislações construídas coletiva e democraticamente pela categoria profissional.

Como tentamos demonstrar, como parte de um dos processos mais avassaladores do contexto neoliberal, a precarização do ensino superior no Brasil faz com que a supervisão em todas as suas modalidades necessite do empenho vigoroso, radical e objetivo dos sujeitos para que efetivamente se converta em espaço de formação profissional e de possibilidade efetiva de capacitação permanente.

Referências

ABESS/CDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Formação Profissional: trajetórias e desafios. *Caderno ABESS*, São Paulo, n. 7, Cortez, 1997.

ALMEIDA, Maria de Fátima L. de. Uma sistematização de supervisão de Programas a nível institucional. 1976. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1976. (Original inédito).

BARROCO, Maria Lúcia S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008. 4. v. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

BOSCHETTI, Ivanete. Trabalho, Direitos e Projeto Político Profissional. *Revista Inscrita*, Brasília, n. 11, CFESS, 2009.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Regulamentação da profissão de Assistente Social. Diário [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 jul. 1993.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1993. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Parecer Jurídico n. 12, de 17 de março de 1998. Supervisão Direta de Estágio. Sylvia Helena Terra, CFESS, Brasília. 1998.

BRASIL. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Código de ética profissional do Assistente Social. CFESS, Brasília, 1993.

BRASIL. Resolução CFESS n. 493, data. Trata das condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social. CFESS, Brasília, 2006.

BRASIL. Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. CFESS, Brasília, 2008.

BRITES, M. Cristina; SALES A. Mione. *Ética e Práxis profissional*. Caderno 2. Curso Ética e Movimento. Brasília: CFESS, 2000.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. *Supervisão em Serviço Social – O Supervisor; sua relação e seus papéis*. São Paulo: Cortez, 1994.

CARVALHO, Maria Cecília P. B. Rodrigues de. A supervisão em uma instituição pública: crítica à visão mecanicista. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984. (Original inédito).

GUERRA, Yolanda. Ensino da Prática no Serviço Social: elementos para reflexão. *Revista Temporalis*, Brasília, n. 2, ABEPSS, 2000.

LUKÁCS, G. *O Jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Organização, apresentação e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.



NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. *Assistência Técnica em Serviço Social*. 1990. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990. (Original Inédito).

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. Estágio e Supervisão – Um desafio teórico-prático do Serviço Social. *Revista NEMESS – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social*, São Paulo, n. 3, PUC, 1997.

SANTOS, Silvana M. M. Direitos Humanos dominação ideológica e resistência. *Revista Inscrita*, Brasília, n. 11, CFESS, 2009.

SHERIFF, Tereza et alli. *Supervisión em Trabajo Social*. Buenos Aires: ECO, 1973.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. *Formação Profissional do Assistente Social*. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

VIEIRA, Balbina Ottoni. *Supervisão em Serviço Social*. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

_____. *Modelos de Supervisão em Serviço Social*. Rio de Janeiro: Agir, 1981.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Formulação, administração e execução de políticas públicas

Joaquina Barata Teixeira

Professora adjunta aposentada / UFPA



Formulação, administração e execução de políticas públicas

Introdução

A trajetória das(os) assistentes sociais na sociedade brasileira, na América Latina e no mundo tem traçado um percurso extraordinariamente progressivo do ponto de vista técnico e ético-político, quer na dimensão conceitual, quer na dimensão operativa. A profissão consolidou-se e vem avançando por meio da conquista de novas responsabilidades profissionais e de novos espaços ocupacionais, onde se impõem exigências de expansão qualitativa e quantitativa de conhecimentos no campo teórico e prático. Além disso, tornam-se cada vez mais complexos e desafiantes os enigmas de seu trabalho e de seu tempo. Requisições inéditas são inauguradas nos marcos da divisão intelectual do trabalho, novas interpelações são postas, novas respostas profissionais são exigidas, tanto no campo investigativo quanto no da intervenção, quer redefinindo funções predominantes nos espaços profissionais consolidados do Serviço Social, quer abrindo novos espaços no mercado. Entre outras, abrem-se as possibilidades ao seu ingresso no complexo campo da formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, planos, programas e projetos sociais, impondo a apropriação de conceitos e procedimentos para a atuação nesse largo e diversificado espectro de relações de gestão em âmbito institucional e não institucional. São conquistas que confirmam a afirmação de Lukács (1989) quando diz que toda a atividade humana, tende a ganhar, com o seu exercício contínuo, graus superiores de realização e de complexidade. Não seria diferente com o Serviço Social.

Temos hoje uma grande demanda municipal, estadual e federal em todo o país para o planejamento, a gestão e formulação de políticas públicas nos marcos jurídico-políticos da Constituição de 1988, que avançou na concepção de direitos sociais (no que toca à política de Seguridade Social com seu tripé: Saúde, Previdência e Assistência Social) e no que diz respeito a direitos em outros campos, a exemplo dos conquistados pelas

diversificadas etnias e “minorias”, na medida em que essa mesma Constituição inovou e inaugurou um pluralismo jurídico para a atuação com diferentes formações sociais.

O Serviço Social vem alçando funções de comando e liderança em vários espaços do Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, precisando estar preparado para os trabalhos de gestão e planejamento que lhe atribuem. A cada Ministério, a cada Secretaria e a cada órgão está imposta a responsabilidade de elaborar suas políticas, seus planos, programas e projetos e de supervisionar serviços e benefícios. Prefeitos devem conceber e elaborar Planos Diretores, Planos de Assistência Social, criar Conselhos e fundos. Nos últimos anos, as prefeituras vêm solicitando aos CRESS a indicação de assistentes sociais para a participação nesse trabalho.

Este texto tem o escopo de favorecer uma apropriação atualizada das teorias do planejamento e gestão. Em seu primeiro tópico, localiza a gestão e o planejamento no campo das políticas sociais. No segundo, aborda o planejamento estratégico como forma contemporânea de planificação. No terceiro, situa o contexto da formulação de políticas como espaço de disputa e ressalta a necessidade da participação popular. No quarto, enfoca orçamento público e, finalmente, no quinto, apresenta as clássicas considerações finais.

1 Gestão e planejamento no campo das políticas sociais

1.1 O processo de planejamento como componente da gestão

A formulação de políticas sociais, com as atuais exigências de democratização do espaço público, tende a atravessar o espaço estatal e civil da sociedade brasileira, deixando de ser cada vez mais decisão adstrita ao âmbito da gestão e do poder. Cabe, entretanto, a gestores e técnicos, processar teórica, política e eticamente as demandas sociais, dando-lhes vazão e conteúdo no processo de planejamento e gestão, orientando a

sua formatação e execução. Não bastam pronunciamentos políticos gerais e abstratos que afirmem intenções sociais. É necessário que sejam materializadas por meio de um cuidadoso processo de planejamento institucional, com alcance capilar, indicando desde concepções globais até ações (na ponta), de execução de políticas públicas.

Há sinais que indicam o planejamento ter longa tradição em culturas bem sucedidas, não obstante a afirmação de Habermas (2002) que o coloca como produto da modernidade. Como refere TATIWA (2004), não se pode imaginar a construção das pirâmides do Egito sem planejamento prévio ou, ainda, as conquistas do Império Romano sem uma estratégia de guerra.

Em 1884, o Japão elaborou o *Kogyo Tken* – plano decenal japonês considerado como o primeiro plano de desenvolvimento feito no mundo. Em 1916, Fayol publica estudos sobre planejamento empresarial e, em 1920, surge a primeira experiência de planificação socialista da sociedade na antiga URSS. Nas sociedades capitalistas, o ideário liberal não estimula a planificação da sociedade e as experiências de planejamento só se intensificaram após as guerras mundiais; privilegiaram o planejamento econômico. O *New Deal* (1933-1945) é considerado um marco dessa forma de planejar no mundo capitalista do Ocidente. Em 1946, a França elaborou um Plano de recuperação econômica e de modernização e, em 1947, os EUA elaboraram também um plano de recuperação econômica da Europa e Japão (Plano Marshall). No Brasil, está sendo proposto o PAC (Plano de Aceleração da Economia), o qual, como todos os demais já surgidos (Plano de Metas – governo JK), PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento - época da ditadura militar), formulam objetivos e ações gerais para a área econômica, cabendo a cada Ministério elaborar seus planos específicos. Há que haver pressão para que as políticas sociais tenham sua inserção nos Planos Globais de Desenvolvimento Sustentável.



1.2 Planos, programas e projetos

O planejamento é muitas vezes confundido com o plano, programa ou projeto, os quais são apenas os meios pelos quais o planejamento se expressa. Carvalho (1978) torna claro o lugar de cada um no interior do processo geral que pretende concretizar políticas públicas.

PLANO – É o documento mais abrangente e geral, que contém estudos, análises situacionais ou diagnósticos necessários à identificação dos pontos a serem atacados, dos programas e projetos necessários, dos objetivos, estratégias e metas de um governo, de um Ministério, de uma Secretaria ou de uma Unidade.

PROGRAMA – É o documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitem alcançar o objetivo maior de uma política pública.

PROJETO - É a menor unidade do processo de planejamento. Trata-se de um instrumento técnico-administrativo de execução de empreendimentos específicos, direcionados para as mais variadas atividades interventivas e de pesquisa no espaço público e no espaço privado.

A distinção básica entre plano, programa e projeto está, portanto, no nível de agregação de decisões e no detalhamento das operações de execução, ou seja, o plano tem maior nível de agregação de decisões que o programa e este, mais que o projeto. Por outro lado, o projeto tem maior detalhamento das operações a serem executadas que o programa e este, mais que o plano.



1.3 Sistemas, benefícios e serviços

A gestão democrática hoje exige que se constituam, além dos planos, programas e projetos (os quais orientam ações num prazo determinado), a estruturação, no aparelho do Estado, de **sistemas, benefícios e serviços** ofertados às populações da cidade e do campo, às etnias e às chamadas “minorias”. Trata-se da implementação de direitos assegurados em lei, com caráter de ações permanentes, as quais são também objeto do processo de planejamento, para revisão e aperfeiçoamento. São conhecidos os sistemas existentes no Estado brasileiro: Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Unificado de Assistência Social (SUAS), Sistema Educacional, Sistema Previdenciário etc.

É no interior dos sistemas que se estruturam ações às quais os cidadãos recorrem para o atendimento de necessidades sociais (Educação, Saúde, Previdência e Assistência). É verdade que há ainda organismos que se estruturam fora dos sistemas, a exemplo da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), mas a tendência contemporânea é integrar ações nos sistemas unificados nacionalmente.

2 Planejamento estratégico: forma contemporânea de planificação

O planejamento estratégico vem sendo entendido como a forma contemporânea da planificação. Os estudos permitiram que a temática do planejamento pudesse ressurgir com renovada importância no contexto sociopolítico e institucional, nos níveis local, estadual, nacional e mundial, quer no âmbito da Administração Pública, quer no do setor privado.

Certamente que o desencanto com o planejamento tradicional, também chamado “normativo” por Matus (1985, p. 3), vem orientando a busca de alternativas teóricas e metodológicas ao planejamento. Todos querem superar o velho enfoque de técnicas ou métodos, que, por si só, não permitia refletir e encaminhar ações no campo da estratégia



política de gestão. Absorver a noção de estratégia implica, no caso das instituições governamentais e não governamentais, absorver um sentido político para a gestão pública, concebendo-se a unidade a ser gerida como uma unidade plural (não consensual), onde a inconformação está presente e a utopia é o horizonte. Além disso, a sociedade a quem se destinam as ações planejadas é também uma sociedade plural e multiétnica.

Há, em toda a parte, um clima propício à criação de instrumentos e ferramentas que possibilitem a construção do novo, com vistas em mecanismos agilizadores que concretizem os sonhos, transformando-os em projetos. Este clima possibilitou, no início do milênio, a rápida disseminação das idéias do planejamento estratégico.

Hoje, enfrentando e absorvendo todas as críticas, retoma-se o planejamento para desvendar algumas de suas faces ocultas e de suas armadilhas, muito claras no planejamento tradicional, como o mito do instrumental técnico neutro, o mito do técnico planejador, o mito da previsão do futuro, etc., para inscrevê-lo como um exercício de liberdade e participação, necessário aos que governam e aos que não governam. É instrumento dos que querem tornar-se sujeitos e construir o presente e o futuro desde já, dos que não querem sucumbir às forças do acaso ou do mercado, ou à vontade estranha, ou aos desígnios dos donos do poder. O planejamento contemporâneo põe, claramente, no âmago de sua reflexão, o papel da estratégia no processo de tomada de decisões compartilhadas.

Sabe-se que a categoria “estratégia”, além de conferir um sentido político para a gestão pública e para o planejamento, resgata a noção de combate. A partir dela, pode-se reconhecer as instituições como trincheiras específicas de luta, naturalmente, com mediações.

Evidentemente, há muito a combater: a desinformação, o preconceito, o obscurantismo, a injustiça, a amoralidade, a violência, a fome, a miséria, a doença, a



desigualdade, o racismo e o desemprego. As instituições têm um papel significativo nessa luta. Se estamos num combate, queremos o êxito, queremos envolvimento, queremos compromisso.

Uma genérica e repetitiva rotina institucional que não desperta apelo não condiz com a noção de estratégia e de combate, como a rotina de meses e meses de despachos burocráticos cotidianos; por isso, as instituições devem ter coragem de se comprometer com metas que estão fora do alcance comum. Metas ambiciosas são metas envolventes e pode-se alcançá-las por caminhos muitas vezes simples. Às vezes, processos complicados e emperrados têm como horizonte objetivos institucionais medíocres (por exemplo, licitações que demoram seis meses, para aquisição de material de manutenção). O desafio é limpar e simplificar os caminhos em direção a horizontes largos.

É verdade que há grandes obstáculos à intenção estratégica, principalmente quando as instituições trabalham sob esquemas arcaicos que já não satisfazem. O autoritarismo é um deles, a centralização das glórias por vitórias conquistadas é outro. Todas as honras devem ser socializadas. O êxito é o resultado do trabalho de todos. Segundo Hamel (1993), outro obstáculo é a tônica da “alocação” de recursos. Mais do que “serem alocados”, os recursos devem ser alavancados na perspectiva das aspirações mobilizadoras. Para o autor, o “custo” também não é uma competência central no planejamento estratégico. Competência central é ter **qualidade social concreta** e mais alguma coisa difícil de imitar. Ainda segundo Hamel (1993), qualidade não pode se resumir, como vem ocorrendo, a um chavão discursivo que sirva como álibi aos velhos propósitos nem à simples modernização de equipamentos e prédios. Qualidade é ter coragem de afirmar princípios ético-institucionais e objetivos sociais ousados. Qualidade é conceber as instituições e organizações em interação com o seu ambiente, logo, abertas e sensíveis aos movimentos sociais de seu meio, em permanente interlocução com a sociedade para a construção do futuro.



Nessa concepção, planejamento e **gestão pública** caminham lado a lado, porque perseguem instrumentos que permitem fluir a **direção democrática** do(da) gestor(a) no interior das unidades plurais de trabalho.

3 Confronto de interesses, negociação e participação popular na formulação de políticas sociais e no planejamento

A noção de **estratégia** no planejamento surge para desvendar o seu caráter de concepção e ação (institucional ou não), que busca efetividade em um ambiente não homogêneo, onde diferentes interesses e diferentes posições disputam o alcance de resultados e da hegemonia. Formular políticas sociais no capitalismo e, mais do que isso, no contexto do neoliberalismo, é enfrentar poderosas forças sociais sempre em luta para assegurar no Estado a consolidação de seus interesses e privilégios, os quais investem contra direitos sociais, especialmente contra aqueles que têm perspectiva redistributiva.

Não é à toa que o conceito de estratégia está vinculado à ciência ou à arte da guerra, daí que seu sentido etimológico, tomado do grego *strategía*, o define como “arte militar de planejar e executar movimentos e operações de tropas, navios e/ou aviões, visando alcançar ou manter posições relativas e potenciais bélicos favoráveis a futuras ações táticas sobre determinados objetivos”, ou, ainda: “arte de aplicar os meios disponíveis com vista à consecução de objetivos específicos” (AURÉLIO, 1975, p. 586).

A transposição do conceito para a política dá-se pela sua dimensão também de luta, combate, meio em que é permanente a disputa entre forças antagônicas e às vezes até hostis, empenhadas em manter o poder. Ora, como diz Gramsci (1978, p. 207), “a luta política é enormemente mais complexa”.

O planejamento estratégico absorve a categoria estratégia e lhe dá visibilidade por agregar ao processo a noção de mobilização, de negociação, de movimento, de manejo de



técnicas, recursos, enfim, todos os meios (táticos) necessários para enfrentar o(s) oponente(s) ou uma situação complexa. Daí que os seguintes procedimentos, interrelacionados, passam a fazer parte do exercício de planejar:

- Identificação do “terreno” ou “cenário” em que se desenvolverá a ação e suas tendências.
- Identificação de “aliados”, “oponentes”, “interessados”, “neutros” e, em alguns casos, até “inimigos”, mapeando a natureza e consistência de seus vínculos.
- Identificação do perfil das forças em confronto, seus recursos, suas técnicas, suas alianças (em magnitude e qualidade), sua capacidade operacional.
- Identificação do tempo disponível (de luta).

Como numa luta, quer-se vitória com hegemonia, isto é, domínio de situação, ampliação de posições, transformação de oponentes em aliados ou, no mínimo, se o cenário é desfavorável, evitar ou adiar um combate direto. Trata-se de uma espécie de transição para um novo conteúdo e uma nova forma.

3.1 Gestão pública planejada como exercício de liberdade e de democracia

Sabe-se que a gestão pública democrática sintoniza com o planejamento estratégico. Primeiro, porque tende a romper, nas organizações, com as hierarquias verticais rígidas de comando, promovendo um tipo de comunicação horizontal intensiva (colegiada). Segundo, porque busca ultrapassar a democracia representativa, combinando-a com a democracia participativa ou direta. É nesse horizonte que surgem e multiplicam-se os inúmeros fóruns compostos por representantes das organizações da sociedade civil, como o Fórum Nacional de Assistência Social, os Conselhos de Direitos:

Conselho Nacional, Estaduais e Municipais de Assistência Social, Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Saúde, Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Econômico e Social etc. Tais Conselhos participam das deliberações de políticas públicas. A democracia direta é exercida nos fóruns sindicais, associativos etc. Se extrairmos desses fóruns lideranças para organizações intermédias, estaremos avançando nos rumos da combinação da democracia representativa com a democracia direta. Há que se ressaltar, ainda, que o avanço tecnológico dos meios de comunicação vem possibilitando maior alcance da consulta popular direta, via telefone, TV, internet etc. Terceiro, porque caminha da centralização para a descentralização. A descentralização é uma tentativa de democratização das decisões de interesse coletivo. Mas não se pode confundir descentralização com desconcentração. Há desconcentração quando responsabilidades são delegadas a instâncias estaduais e municipais, sem que sejam descentralizados os recursos necessários.

3.2 Trajetória da gestão para formas democráticas

Afirma Chiavenato (1993) que, nos próximos 25 a 50 anos, o mundo verá o fim da organização burocrática de hoje. Com o fim da ordem burocrática, chegará ao fim também a **gestão burocrática** que predomina nas instituições, obstruindo ao Serviço Social dar vazão às potencialidades criadoras e transformadoras de seu projeto ético-político profissional. Pode-se dizer que já foram traçados os caminhos para essa trajetória de superação. Em 1995 e 1998, documentos emanados do então denominado Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), procuraram sintetizar uma trajetória no tocante ao setor público (que envolve a relação Estado/Sociedade). Os textos oficiais tinham uma clara intenção de justificar a subsunção das Políticas Públicas do governo às pressões dos organismos internacionais, transferir aos servidores públicos a responsabilidade pelo sucateamento da coisa pública, ocultar os determinantes da retração de verbas e de pessoal, e ainda os gargalos dos serviços

públicos como se fossem “problemas gerenciais”, e não da política governamental sob o ideário neoliberal. Os documentos apresentam uma espécie de tipologia das formas de administração, identificando três modelos básicos, coerentes com as formas de Estado e de sociedade. Nenhuma das formas teria sido totalmente abandonada, porque haveria herança de todas na Administração Pública. Vejamos os três modelos:

O primeiro é o que o documento denomina “Administração Pública Patrimonialista”, praticada no Estado absolutista, em que o aparelho de Estado funcionava como uma extensão do poder real (do soberano). Os cargos do aparelho do Estado, nessa situação, eram *prebendas*¹. Passam a ser inerentes a esse tipo de administração, o nepotismo e a corrupção. Com a sociedade capitalista, surge, na segunda metade do século XIX, o Estado liberal (Estado democrático burguês – e sua doutrina da *res-publica*), que trouxe consigo outro modelo: a “Administração Pública Burocrática”, cujos princípios seriam: a profissionalização, a idéia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, os controles rígidos de comando, enfim, o poder racional-legal. A Administração Pública Burocrática teria trazido alguns avanços em relação à Administração Patrimonialista, mas, com o crescimento e complexificação da sociedade e dos organismos, essa forma de administrar “burocratizou-se tanto que se tornou incapaz de trabalhar em favor dos cidadãos, voltando-se para si mesma” (MARE, p. 1995). Problemas da Administração Pública Burocrática teriam aberto espaço para o surgimento, na segunda metade do século XX, da chamada “Administração Pública Gerencial”, como resposta à expansão das funções econômicas e sociais do Estado, por um lado, e, por outro, como resposta à globalização da economia, ao desenvolvimento tecnológico, à necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, segundo os documentos do MARE (1995). Seriam características da Administração Gerencial: a) a definição precisa dos objetivos que o administrador público deve atingir em sua unidade; b) a garantia da autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros; c) a cobrança a

¹ Sinecura, ocupação rendosa e de pouco trabalho.

posteriori dos resultados; d) a descentralização; e) a permeabilidade aos anseios da sociedade; f) a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços públicos; g) a ênfase nos resultados alcançados, mais do que nos processos internos.

A Administração Gerencial não se constituiu um avanço em relação à Administração Burocrática. Primeiro, porque não pode ainda negar todos os seus princípios, conforme registros do MARE (1998, p. 06): “A administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de se basear nos processos para se concentrar nos resultados”. Na verdade, um avanço real em relação à Administração Burocrática está por ser construído.

Apesar das formulações citadas reunirem importantes informações da teoria da administração, é preciso ter cuidado com algumas conceituações nelas apresentadas. É possível questioná-las. Em primeiro lugar, não se pode denominar a Administração Patrimonialista como “Administração Pública”. A concepção moderna da coisa pública só surge com a doutrina liberal no Estado burguês. O Estado absolutista, anterior a essa doutrina, reconhecia a desigualdade e admitia o patrimonialismo. A igualdade (embora formal), é ideário iluminista absorvido na *res-pública*. Em segundo lugar, a ideia de revolução na gestão pública somente pela “Administração Gerencial” é duvidosa, porque não se muda um paradigma de gestão, no Estado, tão repentinamente, sem que se mude a base das relações sociais que configuram uma sociedade. A “Administração Gerencial”, embora traga como perspectiva alguma democratização da gestão pública, pode ser apropriada por diferentes projetos políticos-ideológicos. No MARE, foi proposta para referenciar os encaminhamentos neoliberais do governo, no tocante ao conteúdo das contra-reformas do Estado.



O importante, nisso tudo, é reter a idéia de gestão pública planejada, enquanto exercício de **democracia** e de **cidadania**. Colocar o cidadão como portador de direitos e beneficiário das instituições passa a ser essencial na gestão democrática e isso não depende somente de uma cultura gerencial, mas de uma cultura ético-política. Isso porque o patrimonialismo e o clientelismo ainda persistem na administração pública e precisam ser superados.

3.3 O planejamento estratégico e a questão da participação

O conceito de participação no planejamento não é pacífico. Muitos supõem que a ultrapassagem do planejamento tradicional dá-se pelo planejamento participativo e isso resolveria a questão da democracia do plano. Mas não é bem assim. Hoje, tem-se que o planejamento estratégico busca inclusive ultrapassar o planejamento participativo, e por quê?

Porque houve, entre as décadas de 50 e 70, um discurso do planejamento participativo que foi incorporado ao ideário e à prática do Desenvolvimento de Comunidade, como parte de um Programa instituído pela ONU (após a Segunda Guerra Mundial) para os países pobres (do chamado terceiro mundo): Paquistão, Índia, toda a América Latina, etc.

Esse programa encontrou espaço no Brasil no fim da década de 1960 e início da década de 1970. Tais países, embora já subordinados ao que se chamava, naquela época, de imperialismo dos países ricos (o que explicava em parte seus grandes índices de pobreza, analfabetismo, doenças e miséria), ainda conservavam relações sociais não capitalistas, vistas, na ótica e no ideário dos países hegemônicos daquela época, como relações **atrasadas**, que precisavam ser rompidas para dar lugar a grandes empreendimentos capitalistas.

Era preciso, portanto, desenvolver essas comunidades e prepará-las para o rompimento dessas relações, o que queria dizer: introduzir outras formas de propriedade, outras regras sociais, enfim, outras relações econômicas e sociais.

Na concepção desse programa, a noção de participação assentava-se:

1) em uma microvisão social localista, reduzida às fronteiras das distintas formas de associativismo ou aos limites espaciais das comunidades: vilas, povoados, aldeias, pequenas cidades. Para as populações, era uma forma de participação aparentemente desconectada dos processos decisórios da sociedade global. Esperava-se uma contribuição das lideranças aos tecnocratas no estudo de problemas locais ou na programação de melhorias localizadas;

2) quando os planos pensavam as instâncias macro-societárias, já no interior da linha keynesiana, tinham uma visão harmônica e unitária do todo societário, ou seja, o desenvolvimento é identificado com as plataformas do governo, cabendo ao Estado promovê-lo, orientá-lo e planificá-lo. O Desenvolvimento de Comunidade (DC) proclamava precisamente a integração dos esforços da população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento. A participação é tida aí como **adesão**. O trabalho dos técnicos é obter a participação das populações a programas prontos, decididos na cúpula e segundo os interesses das forças hegemônicas no Estado.

Essa é uma das razões pelas quais algumas pessoas torcem o nariz quando se fala em “planejamento participativo”, porque o assemelham a essa herança do Desenvolvimento de Comunidade, que, na Amazônia, deixou um rastro de problemas que refletem ainda hoje, como, por exemplo, a transformação da posse comunitária da terra em propriedade privada, a expropriação pura e simples, que deu lugar a grandes latifúndios, à migração rural-urbana que gerou o inchaço das cidades, à invasão das terras indígenas etc.

Isso não quer dizer, contudo, que a participação tenha sido descartada como um procedimento do processo de planejamento contemporâneo. Pelo contrário, quer-se tornar claro de que participação se está falando. Fala-se da participação como **adesão** ou se fala de decisões compartilhadas em todos os níveis e instâncias?

A participação não pode ser descartada porque ela deve integrar a prática social e designa uma variada série de atividades: o ato do voto universal, por exemplo, é uma forma de participação, a militância num partido político, a presença numa manifestação de rua, num comício, numa assembléia de bairro, etc. são formas de participação política. Sabe-se que o sufrágio universal só foi conquistado nos primeiros decênios do século XX e foi gradual. No início, as mulheres não votavam, nem os analfabetos, etc., o que demonstra a conquista de patamares cada vez superiores de participação.

Se colocada a noção de participação numa escala de **graus**, indo da participação como mera presença (que seria o grau mais elementar, tido como participação passiva) até um grau bem superior, diríamos que esse grau superior é o da **decisão**, da **ação** e do **controle social** que o planejamento requer.

A participação no planejamento tem o escopo de compartilhar decisões, quer sejam econômicas, quer sejam políticas, quer sejam sociais ou culturais. Tomar decisões como um exercício de liberdade, sim, mas tomá-las de forma compartilhada.

O ideal democrático supõe cidadãos atentos para as escolhas que estão sendo procedidas entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e sociais, quer nas instâncias locais, quer no universo globalizado, principalmente vendo a relação de um com o outro (do local com o global).

É preciso construir a participação **orgânica** e **qualificá-la**. Isso quer dizer que a participação não pode se dar de forma aleatória, eventual, amadorística e ao sabor do acaso.

PARTICIPAÇÃO ORGÂNICA – Participação assegurada por meio de uma organização ou órgão. Trata-se de uma estrutura organizada, legal, que ocupa um espaço institucional na organização da sociedade,

Para que a participação seja orgânica e qualificada são necessários alguns requisitos.

REQUISITOS PARA UMA PARTICIPAÇÃO ORGÂNICA – Para que a participação seja orgânica, há condicionantes que precisam ser considerados: a construção de organismos, instrumentos, estruturas que a consolidem como uma prática orgânica, a saber: colegiados, organizações, conselhos, etc., garantidos em dispositivos legais, com representatividade e escolha democrática.

Efetiva-se a participação orgânica institucionalizando-se essas estruturas colegiadas (conselhos, comissões, assembleias) que ocasionam formas de participação, como aconteceu com o voto universal, que foi assegurado constitucionalmente. Há que se criar instrumentos legais, rituais e dispositivos que consolidem a participação, tornando-a um direito.

A organicidade dessas práticas participativas não as tornam, contudo, imunes a alguns vícios que tendem a tomar conta do processo de participação, a exemplo dos observados no processo eleitoral do voto universal, como a venda do voto, a barganha eleitoral, o clientelismo, a defesa do interesse particular, etc. Entretanto, são problemas a serem resolvidos, que não impedem a busca cada vez maior de participação da sociedade nas escolhas referentes ao público.

REQUISITOS PARA UMA PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA - Por outro lado, esses organismos e essas estruturas não são suficientes onde a indiferença é grande, a

motivação é baixa, limitada a um círculo restrito. A participação, portanto, completa-se com o envolvimento subjetivo e a qualificação do participante, o qual deve ter acesso a informações e códigos que às vezes são privilégios de cúpula. É o caso da participação na elaboração de orçamentos. Na maioria dos casos, os orçamentos estão tão codificados, que se transformam em uma “caixa preta”.

Outra questão que aparece na relação entre participação e planejamento é a da relação entre participação direta e indireta.

Há instâncias em que a participação popular não se dá diretamente, e o povo delega representantes seus para a tomada de decisões. O Congresso Nacional é um exemplo clássico. As Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais também. Já as assembleias sindicais e de associações são formas diretas de participação. Pode-se dizer que há formas de combinar uma participação delegada com a participação direta. Isso depende de mobilização, criatividade e disposição para formar colegiados em vários níveis.

O exercício do planejamento com participação é sobretudo importante para que se modifique o panorama da relação entre os cidadãos e as instâncias de decisão e de poder. Isso porque o conceito de **exclusão/includente** não se refere somente a condições materiais de existência, refere-se também ao exercício das decisões de políticas globais e setoriais e ao exercício da soberania coletiva. É uma questão de poder, à qual é preciso a sociedade estar atenta.

4 Orçamento público

4.1 O orçamento como instrumento de planejamento

O orçamento, de modo geral, é um importante instrumento de planejamento em todas as áreas. Conforme Tavares (2004), é ele que fornece as informações sobre o

suporte monetário para as ações a serem implementadas, constituindo-se, de forma genérica, num “plano das receitas e despesas esperadas” (FGV, 1987). Mas o orçamento que nos interessa abordar é o orçamento público, o qual, segundo Dalton (1980), trata da receita e da despesa pública, bem como da coordenação entre ambas ou, ainda, diz respeito aos “recursos e encargos do Estado para determinado período (GÉLÉDAN, 1988). Trata-se de uma peça de um sistema onde estão inscritos, também como peças fundamentais e anteriores, o Plano Plurianual² e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)³, os quais são exigências constitucionais para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios (estes, a partir de determinado número de habitantes).

Segundo Tatiwa (2004, p. 43), se o processo de planejamento de políticas públicas busca incorporar sonhos e utopias para transformá-los em projetos, “o orçamento é um dos toques de realidade que transforma os sonhos em cenários desejados, porém possíveis”. Mannermaa (1991) contesta essa afirmação ao dizer que precisamos fazer do impossível o possível.

Há uma relação entre sistema de planejamento e orçamento público, na medida em que o orçamento anual é o instrumento de operacionalização de curto prazo, da programação constante dos planos e programas de médio prazo, os quais, por sua vez, devem cumprir o marco fixado pelos planos de longo prazo, onde estão definidos os grandes objetivos e metas, os projetos estratégicos e as políticas básicas.

Na prática, o orçamento público tem sido reflexo da forte relação entre a conjuntura política do país e as ações de governo, que se consubstanciam por meio de planos, programas e projetos prioritários. Nele rebatem as crises e os momentos de prosperidade, os contextos ditatoriais e democráticos, as pressões ou ausência de

² PLANO PLURIANUAL – Lei que estabelece de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal (PIRES, 1999, p. 34).

³ LDO – Lei que precede o Orçamento Programa, definindo as diretrizes gerais para sua elaboração (PIRES, 1999).



pressões resultantes do jogo de forças sociais e políticas na sociedade.

4.2 Execução financeira e orçamentária

Aprovado o orçamento, há a responsabilidade de torná-lo operante. Antigamente isso se dava por meio do sistema de duodécimos, segundo o qual as despesas eram divididas em 12 partes iguais, correspondentes aos meses do ano. Hoje estabelece-se um quadro de quotas trimestrais para cada unidade orçamentária, por meio das quais o executivo delega responsabilidades pela movimentação dos créditos orçamentários.

Do ponto de vista legal, o art. 75 da Lei n. 4.320/1964 diz que o controle da execução orçamentária compreenderá:

- I. A legalidade dos atos de que resultam a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações.
- II. A finalidade funcional dos agentes de administração responsáveis por bens e valores públicos.
- III. O cumprimento do programa de trabalho, expresso em termos monetários e em termos de realização, de obras e prestação de serviços.

No Brasil, o ano financeiro coincide com o ano civil. Assim, os orçamentos anuais são executados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

4.2.1 Rituais de acompanhamento da execução financeira

O primeiro passo da execução orçamentária trata de registrar os créditos e dotações, de forma a possibilitar o acompanhamento da evolução dos saldos e programação do orçamento. Há vários métodos que permitem o acompanhamento, desde lançamentos manuais e mecânicos em fichas até o uso do processamento

eletrônico, que tende a ganhar forma em todos os espaços, inclusive nos municípios mais longínquos. A Lei n. 4.320, em seu art. 35, parágrafo segundo, define o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD)⁴, promovendo, de fato, o ritual da execução orçamentária do governo.

4.2.2 Controle social do orçamento público

O controle e avaliação do orçamento público assume cada vez mais importância numa sociedade que se democratiza. No Brasil, Congressos de Controle Social do Orçamento Público e a organização do Fórum Brasil de Orçamento (FBO) são indicações do interesse da sociedade em controlar e avaliar não só a execução orçamentária e financeira, mas todo o processo orçamentário, desde o momento da arrecadação (incluindo o processo tributário). Nem os orçamentos participativos, que significam, sim, um avanço no campo democrático, lograram alcançar essa dimensão. Há que se observar, ainda, que no Orçamento da União não há participação popular e ainda é incipiente essa participação nos orçamentos municipais, na medida em que as Prefeituras submetem ao controle do orçamento participativo apenas entre 15 e 20% de suas despesas.

Segundo Pires (1999), a participação popular nos orçamentos federais, estaduais e municipais buscam protagonizar todas as fases do processo orçamentário:

- a) Na fase de preparação e conexão com o planejamento, cujos produtos são o PPA e a LDO, em que as bases para a elaboração das peças orçamentárias são estabelecidas.
- b) Na fase de elaboração do orçamento, na qual se estabelece a previsão da receita e despesa.
- c) Na fase de tramitação legislativa, quando o orçamento é transformado em um Projeto de lei, momento em que é submetido à análise das comissões/votação de

⁴ QDD – Quadro que demonstra onde estão alocados os recursos empenhados para as atividades de uma instituição.



emendas e finalmente deliberação.

d) Na fase de execução orçamentária, quando o orçamento é posto em prática.

5 Conclusões

Os processos reais indicam que as formulações do planejamento contemporâneo não ficarão imunes ao **embate** sempre travado entre as forças conservadoras da sociedade e as forças democráticas. Uma e outra captarão as categorias do planejamento estratégico, redefinindo-as e redesenhando-as segundo os seus interesses. Na perspectiva de fortalecer o campo democrático, pode-se chegar a alguns enunciados conclusivos.

É urgente a necessidade de revisão da forma como se vem operando o planejamento em algumas (talvez, a maioria) das instituições que têm a responsabilidade da gestão pública no país, para que o ato de planejar se inscreva como um momento de liberdade e de criação. Planejamento estratégico não é uma simples mudança de roteiro nem uma insípida sequência de passos, por meio da qual um catecismo é recitado e um formulário é preenchido, sem que se deflagre um processo de construção de uma nova realidade diferente, compartilhada e assumida.

É imperioso resistir ao pensamento único da solução de mercado para os problemas nacionais, que invalidam o planejamento público como ferramenta de governo e de direção. Esse planejamento, no Brasil, tem que aspirar à construção de um legado, ser marcada pela ousadia de quebrar a espinha dorsal do capitalismo: a apropriação concentrada da riqueza e a expansão destrutiva da natureza, ambas geradoras de violência, miséria e fome.



A questão da mudança de paradigmas deve vir à tona no exercício do planejamento estratégico, para que o processo de transformação do real que se deseja deflagrar afirme-se como uma consciente fuga dos modelos mecanicistas e adaptativos.

O planejamento estratégico não é o mero transporte do mundo dos negócios para a gestão pública dos procedimentos gerenciais. Trata-se de uma dimensão que transcende a gerência e se inscreve como uma busca de uma nova ética, de um patamar superior de sociedade e até de civilização.

Referências

- ANDER-EGG, Ezequiel. *Introducción a la planificación*. Buenos Aires: Lumen, 1995.
- ARGUIN, Gérard. *O planejamento estratégico no Meio universitário*. Tradução Valdemar Cadó. Brasília: CRUB, 1988.
- BETTELHEIM, Charles. *A planificação socialista da economia*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília. Editora da UnB, 1995.
- BRAGA, J. C. S. *O espectro que ronda o capitalismo*. F. S. P. 1996, p. 5-3.
- BRÜSEKE, F. J. *O problema do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA, 1993.
- CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. *Administração estratégica: Planejamento e Implantação da Estratégia*. Tradução Flávio Deni Steffen. São Paulo: Makron Books, 1993.
- CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Makron Books, McGraw-Hill, 1993.
- CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996
- ENAP/SAF. *Código de ética profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal*. Centro de Documentação, Informação e Difusão Graciliano Ramos, 1993.
- FORRESTER, Viviane. *O Horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- HAMEL, Gary. *Conferência proferida no 1º Encontro AMANA de Estrategistas*. São Paulo: 1993.
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S/A, s/d.
- HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2002.

IGNEZ, Maria Helena Pinto. *Curso administração gerencial para um novo estado: Gestão estratégica de Recursos Humanos*. Escola Nacional de Administração Pública, 1997.

INAPP/PMI. *O planejamento estratégico em Ipatinga*. Belo-Horizonte: INAPP, 1996.

INPA. *Relatório Final do Plano Estratégico*: Manaus. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1994.

JARDIM, José Maria. *A face oculta do Leviatã*. In: Revista do Servidor Público. Brasília: ENAP, ano 46, v. 119, n. 01, jan-abril, 1996, p. 137/132.

KITAMURA, P. C. *Desenvolvimento sustentável: Uma abordagem para as questões ambientais da Amazônia*. Campinas: 1994.

KORTEN, David C. *Quando as corporações regem o mundo*. São Paulo: Futura, 1996.

KURZ, Robert. *O torpor do capitalismo*. F. S. P. 5-14.

LALANDE, André. *Vocabulario técnico y crítico de la filosofía*. Buenos Aires: El Ateneu, 1967.

LUKACS, Georg. O Que é o Marxismo Ortodoxo? In: *História e Consciência de Classe*. Porto, Elfos, 1989.

MAIA, Leonel Sá. *Fundamentos metodológicos: Curso de planejamento estratégico*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1994.

MANNERMAA, Mika. *In search of an evolutionary paradigm for futures research*. London: Futures, 1991.

Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Programa da qualidade e participação na Administração Pública: Curso de Formação de Facilitadores para a Avaliação da Gestão Pública*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1998.

_____. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: MARE/Presidência da República, 1995.

MATUS, Carlos. *Adeus, senhor presidente: planejamento, antiplanejamento e governo*. Recife: Litteris, 1989.

_____. *Política, planejamento & governo*. Tomos I e II, Brasília: IPEA, 1997.

_____. *ZOPP: Iniciação ao Método*. Material apostilado da Deutsche Gesellschaft für

Technische Zusammenarbeit (GTZ), Instituto Cajamar, 1994.

_____. *Planificación, libertad y conflicto: Fundamentos de la reforma del sistema de planificación en Venezuela*. Venezuela: Ediciones IVEPLAN, 1985.

_____. *O plano como aposta*. Material do Instituto Cajamar, Editora do Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social, 1994.

MEYER JR., Victor. *Considerações sobre o planejamento estratégico na universidade*. In: FINGER, Almeri Paulo (Org.). *Universidade: Organização, planejamento, gestão*. Florianópolis: UFSC/CPGA/NUPEAU, 1988, p. 53-69.

MPEG/CNPQ. *Planejamento estratégico do museu paraense Emílio Goeldi*. Belém, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RODRIGUES, Eliene Jaques. *Planejamento e política: Um esboço de marco teórico*. Material xerografado, s/d.

SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SIQUEIRA, Moema M. *Cenários como mecanismo dinamizador de formulação de Políticas Públicas*. Belo Horizonte: UFMG, 1993.

SUDAM. *Concepção estratégica do desenvolvimento da Amazônia*, Belém: 1997.

_____. *Ação governamental na Amazônia: Subsídios ao zoneamento ecológico-econômico e ao plano de desenvolvimento da Amazônia*. Belém: 1990.

TATIWA, R. F. *Introdução à teoria do planejamento*. Belém: Editora da UFPA, 2004.

TAVARES, A. C. *Orçamento*. Belém: Editora da UFPA, 2004.

TEIXEIRA, J. B. *O planejamento estratégico nas universidades brasileiras*. Brasília: Revista do CRUB, v. 17, n. 35, 1995.

_____. *Planejamento estratégico*. Belém: Editora da UFPA, 2004.

UFPA. *Plano estratégico da UFPA: Esboço para a equipe da gestão 93/97*, Belém: 1993.

VALÊNCIA, Sofia; SHEPHERD, Geoffrey. *Modernizando a Administração Pública na América Latina: Problemas comuns sem soluções fáceis*. In: Revista do Servidor Público. Brasília: ENAP, ano 47, v. 120, n. 03. 1996.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Avaliação de políticas, programas e projetos sociais

Ivanete Boschetti

Professora do Departamento de Serviço Social da UnB

Avaliação de políticas, programas e projetos sociais

Introdução

A maioria das obras que tem como objeto o estudo de metodologias de análise e avaliação de políticas sociais dedica boa parte de suas páginas à tentativa de definir o que é e em que consiste a avaliação de políticas sociais públicas (AGUILAR; ANDER-EGG, 1995; COHEN; FRANCO, 1993; ARRETCHÉ, 1998; SILVA, 2000). Feito isso, apresenta os tipos, formas e tendências da avaliação e relaciona as principais técnicas e procedimentos para aferição da efetividade e eficácia de políticas, programas e projetos sociais.

Neste texto, o movimento será outro. Primeiro, situaremos brevemente essas perspectivas correntes de avaliação, com o intuito de problematizar suas possibilidades e potencialidades para a compreensão do surgimento, desenvolvimento e funções das políticas sociais no enfrentamento das desigualdades sociais e garantia dos direitos sociais nas sociedades capitalistas. Em seguida, discutiremos uma perspectiva de análise que situa a avaliação das políticas sociais nas contraditórias relações entre Estado e sociedade no capitalismo.

1 Crítica a algumas perspectivas correntes na avaliação de políticas sociais

Autores como Arretche (1998), diferenciam avaliação de políticas públicas de outras modalidades de avaliação, que ela designa como avaliação política e análise de políticas públicas. A avaliação política, segundo a autora, se dedica a analisar o processo de tomada de decisão que resulta na adoção de determinado tipo de política pública. Nessa perspectiva, a avaliação política não está voltada para análise da natureza, dimensão ou abrangência de uma política social, mas destina-se a compreender e explicar os motivos, razões ou argumentos que levam (ou levaram) os governos a adotarem determinados tipos de políticas públicas, em detrimento de outros. A avaliação política se dedica a explicar o processo decisório e os fundamentos políticos que explicam a existência de uma política social, constituindo um objeto de estudo

privilegiado da ciência política. Esse tipo de avaliação, assim, pouco se preocupa em compreender o escopo ou funções, ou mesmo a composição de uma dada política social.

Por outro lado, segundo a mesma autora, a análise e avaliação de políticas sociais se dedicam a compreender a configuração das políticas sociais, o que pressupõe conhecer e explicitar sua dimensão, significado, abrangência, funções, efeitos, enfim, todos os elementos que atribuem forma e significado às políticas sociais. Mas, para Arretche (1998), a avaliação se distingue da análise de políticas sociais, pois em sua compreensão, a análise objetiva reconstitui as diversas características de uma política, como a relação entre público e privado, as formas de financiamento, as modalidades de prestação de serviços e as possibilidades de desenho institucional que atribuem corpo a uma política social. Analisar uma política social, nessa perspectiva, pressupõe examinar o quadro institucional, os traços constitutivos da política analisada, a fim de decompor o todo em suas partes componentes; observar, examinar e criticar minuciosamente. Em tal definição, a análise de políticas sociais se contenta em apreender sua conformação e estrutura, sem se preocupar com seus efeitos e implicações na realidade. Para Arretche (1998, p. 31):

ainda que a análise de uma política pública possa atribuir a um determinado desenho institucional alguns resultados prováveis, somente a avaliação desta política poderá atribuir uma relação de causalidade entre um programa X um resultado.

Essa distinção se baseia na compreensão de que avaliar pressupõe determinar a valia ou o valor de algo; exige apreciar ou estimar o merecimento, a grandeza, a intensidade ou força de uma política social diante da situação a que se destina. Avaliar significa estabelecer uma relação de causalidade entre um programa e seu resultado, e isso só pode ser obtido mediante o estabelecimento de uma relação causal entre a modalidade da política social avaliada e seu sucesso e/ou fracasso, tendo como parâmetro a relação entre objetivos, intenção, desempenho e alcance dos objetivos. É consenso entre os autores citados acima que a avaliação tem como principal objetivo estabelecer um valor ou julgamento sobre o significado e efeitos das políticas sociais.

Contudo, para além dessa diferenciação entre análise e avaliação de política social, o que emerge desse debate é a compreensão que o fundamental é tratar esses diferentes momentos, sentidos e movimentos avaliativos como inter-relacionados e complementares. A avaliação de uma política social pressupõe inseri-la na totalidade e dinamicidade da realidade. Mais que conhecer e dominar tipos e métodos de avaliação ou diferenciar análise e avaliação, é fundamental reconhecer que as políticas sociais têm um papel imprescindível na consolidação do Estado democrático de direito e que, para exercer essa função, como seu objetivo primeiro, devem ser entendidas e avaliadas como um conjunto de programas, projetos e ações que devem universalizar direitos. Para tanto, toda e qualquer avaliação de políticas sociais (ou de programas e projetos) deve se sobrepôr à mera composição de técnicas e instrumentos, e se situar no âmbito da identificação da concepção de Estado e de política social que determina seu resultado.

A produção de um sofisticado arsenal de métodos e técnicas de avaliação emerge originalmente nos Estados Unidos na década de 1960, como uma tentativa de produzir dispositivos operacionais de aferição das ações públicas, objetivando fornecer “receitas” para o estabelecimento de um “bom” e eficaz governo, no contexto de uma economia de mercado (MULLER; SUREL, 1998). No Brasil e América Latina, a expansão da utilização de modelos e métodos de avaliação se deu a partir dos anos de 1970, com mais ênfase nos anos de 1980 e de 1990, sob a hegemonia de uma ótica gerencialista (FARIA, 2005) que, ao classificar, fragmentar e tipificar os processos avaliativos os colocou a serviço das contrarreformas do Estado (BEHRING, 2003), com intuito de sustentar sua redução e transformação sob a alegação de maior busca de eficiência e eficácia.

A ênfase na aplicação de um arsenal de métodos e técnicas avaliativas, desprovido de criticidade acerca do conteúdo e papel do Estado e das políticas sociais no enfrentamento das desigualdades sociais, levou a uma profusão de produções teóricas sobre avaliação, mais preocupadas com a medição e desempenho de uma suposta intervenção técnica e neutra do Estado, do que interessadas em revelar suas funções e papel na produção e reprodução das desigualdades sociais. Nessa direção, a avaliação, em geral, é apresentada como o instrumento capaz de determinar a relação custo-benefício (AGUILAR; ANDER-EGG, 1995) existente entre os “gastos” de determinado

programa ou política social e seus efeitos em matéria de pessoas beneficiadas, sem considerar as especificidades e particularidades dessas políticas na garantia dos direitos e o papel do Estado no cumprimento desse dever. Muitos desses estudos não consideram que a relação custo-benefício não pode se aplicar às políticas sociais públicas com o rigor e intencionalidade com que se aplica ao mercado, visto que seu objetivo não é (e não deve ser) o de atender o maior número de pessoas com o menor dispêndio e recursos. Ao contrário, a avaliação de políticas sociais públicas deve ser orientada pela intencionalidade de apontar em que medida as políticas e programas sociais são capazes e estão conseguindo expandir direitos, reduzir a desigualdade social e propiciar a equidade.

Não raro, os estudos de natureza mais operacional e tecnicista se limitam a classificar a avaliação de políticas e programas sociais em diferentes tipos, de acordo com seu objetivo (efetividade, eficácia, eficiência), em função do momento em que se realizam (avaliação *ex-ante* e *ex-post*, que se desdobra em avaliação de impacto ou de processo), da posição de quem realiza a pesquisa (interna ou externa), da escala de projetos (grandes e pequenos projetos) e dos seus destinatários (COHEN; FRANCO, 1993; ARRETCHE, 1998; SILVA, 2000). Para cada tipo de avaliação é apresentado um leque infindável de métodos, técnicas e instrumentos de aferição.

Não queremos aqui reproduzir essas abordagens, já fartamente debatidas na literatura especializada sobre metodologias avaliativas. Em nossa opinião, elas padecem de uma preocupação essencialmente tecnicista e gerencialista, pois enfatizam métodos e técnicas e carecem de análises qualitativas, dedicadas ao conteúdo e significado da política social e/ou programa avaliados. Do ponto de vista metodológico, adotam uma abordagem sequencial, que trata as políticas sociais como um conjunto de ações que possuem início, meio e fim, e não como processo de formulação, execução e consolidação de direitos e serviços sociais que devem ser permanentes e universais.

Essa abordagem sequencial explica as políticas sociais como sucessão linear de ações que, invariavelmente, seguiriam as seguintes etapas: a) identificação do problema (construção da agenda com base nas demandas); b) formulação de objetivos adaptados

ao problema identificado; c) tomada de decisão; d) implementação/execução; e) avaliação de processo e/ou impacto; f) extinção ou manutenção da política, em decorrência da avaliação. Essa perspectiva não considera as políticas sociais como resultado das históricas e contraditórias relações entre Estado e sociedade, em diferentes contextos históricos.

Embora alguns autores considerem que a abordagem sequencial tem a vantagem de propor um quadro de análise simples, que atribui ordem ao complexo processo de ações e decisões no campo da formulação, implementação e avaliação de políticas sociais, os limites da abordagem sequencial, contudo, são muito mais expressivos: a) apresenta visão linear e etapista, não considerando a complexidade dos fenômenos sociais e do processo de construção de respostas às questões sociais; b) postura teórica simplista, que concebe as políticas sociais como instrumentos de resolução de problemas individuais; c) supervaloriza as funções das políticas sociais e desconsidera que o enfrentamento das desigualdades sociais é muito mais complexo e se situa no âmbito da estrutura econômica e social (MULLER; SUREL, 1998).

As políticas e programas sociais nas relações entre Estado e classes sociais¹.

As políticas sociais não são apenas espaços de confrontação de tomadas de decisão, mas constituem elementos de um processo complexo e contraditório de regulação política e econômica das relações sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Nesse sentido, a análise e avaliação de políticas sociais ultrapassam a mera disposição e utilização primorosa de métodos e técnicas racionais e operativos, preocupados com a relação custo-benefício ou com a eficiência e eficácia. A avaliação de políticas sociais deve se situar na compreensão do significado do papel do Estado e das classes sociais na construção dos direitos e da democracia.

Quando entendida como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e classes sociais em cada contexto histórico, a análise das políticas sociais deve tentar superar enfoques restritos ou

¹ Esse item está parcialmente desenvolvido na obra *Política Social: fundamentos e história* (2006), de Elaine Behring e Ivanete Boschetti.

unilaterais, comumente utilizados para explicar sua emergência, funções ou implicações. Ao privilegiar os impactos das políticas sociais, as análises pluralistas se habituaram ao racionalismo tecnocrático que busca enxergar a eficiência e eficácia, sem discutir a (im)possibilidade de justiça social e equidade no capitalismo, e limitando-se a demonstrar os parcos e limitados impactos de programas específicos em situações bem delimitadas histórica e socialmente.

Em outro campo analítico, a tradição marxista tematiza, sobretudo a partir dos anos de 1970, o surgimento e desenvolvimento das políticas sociais, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidades na produção do bem-estar nas sociedades capitalistas (MISHRA, 1975). Esse campo, contudo, não é homogêneo, e alguns autores dessa tradição restringem as análises das políticas sociais a explicações unilaterais. São exemplos de análise unilateral aquelas que situam a emergência de políticas sociais como iniciativas exclusivas do Estado para responder a demandas da sociedade ou, em outro extremo, explicam sua existência exclusivamente como decorrência da luta e pressão da classe trabalhadora. Em ambas, predomina uma visão do Estado como esfera pacífica, desprovido de interesses e luta de classe. Também são exemplares, nessa direção, as abordagens que, ao estudar os efeitos das políticas sociais, as compreendem apenas como funcionais ao capitalismo. Nessa perspectiva, a política social é vista exclusivamente como mecanismo de favorecimento do capital, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Pelo ângulo econômico, as políticas sociais assumem a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevado os níveis de demanda e consumo, mesmo em épocas de crise. Pelo ângulo político, as políticas sociais são vistas como mecanismos de legitimação da ordem capitalista pela via da adesão dos trabalhadores ao sistema (COIMBRA, 1987).

O problema, nesses enfoques, não é apresentar equívoco analítico, pois as políticas sociais assumem de fato essas funções. Mas são insuficientes e unilaterais porque não exploram devidamente as contradições inerentes aos processos sociais e, em consequência, não reconhecem que as políticas sociais podem ser funcionais também ao trabalho, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital, como demonstrou Marx ao analisar as primeiras legislações fabris da

Inglaterra no século XIX e afirmar que as legislações sociais, ao impor limites ao capital, representam um ganho da economia do trabalho (MARX, 1984).

A investigação sob o enfoque do método dialético proposto por Marx consiste, precisamente, em situar e compreender os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, determinados por múltiplas causas e inseridos na perspectiva de totalidade. O princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta que, antes de tudo, significa que cada fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo e desempenha uma função dupla: definir a si mesmo e definir o todo, ser ao mesmo tempo produtor e produto, conquistar o próprio significado e ao mesmo tempo conferir sentido a algo mais (SWEEZY, 1983). Nesse sentido, todo fenômeno social analisado (e aqui se inserem as políticas sociais) deve ser compreendido em sua múltipla causalidade, bem como em sua múltipla funcionalidade.

Isso não significa dizer que a investigação dos fenômenos sociais deve conhecer todos os aspectos da realidade, sem exceções, e oferecer um quadro total da realidade, na infinidade dos seus aspectos e propriedade. Na verdade, os fatos expressam um conhecimento da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético, isto é, determinados e determinantes desse todo, de modo que não podem ser entendidos como fatos isolados. Não podem ser compreendidos e explicados como átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, ou seja, ao nos referirmos às políticas sociais, estas não podem ser avaliadas como fatos em si, mas sim como partes estruturais do todo (KOSIK, 1986).

Nessa perspectiva, deve considerar sua múltipla causalidade, as conexões internas, as relações entre suas diversas manifestações e dimensões. Do ponto de vista histórico é fundamental situar o surgimento da política social, relacionando-a com as expressões da questão social que determinaram sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, é importante relacionar a política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições

de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. Dito de outra forma, deve-se buscar relacionar as políticas sociais com as determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração às políticas sociais, assumindo, assim, um caráter histórico-estrutural. Do ponto de vista político, é importante conhecer as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atuação de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que se situam.

Essas dimensões – história, economia e política – não devem ser entendidas como partes estanques que se isolam, superpõem ou se complementam, mas como elementos de um todo profundamente imbricado e articulado.

Do ponto de vista estrutural, é importante buscar compreender as raízes que explicam o surgimento, desenvolvimento e conformação das políticas sociais em cada momento histórico e em cada país especificamente. Muitos estudos já se dedicaram a tentar construir modelos avaliativos de políticas sociais², para tentar explicar como surgem as políticas sociais e também porque estas assumem características diferentes em cada país e em diferentes contextos socioeconômicos. Apesar da enorme diversidade de ângulos e pontos de vista, alguns aspectos parecem ser centrais quando se deseja ir além da descrição empírica de como as políticas se apresentam. Os estudos que intencionam explicar as multicausalidades das políticas sociais convergem na afirmação que as políticas sociais não são resultado apenas de decisões políticas de grupos ou tecnocratas que atuam no âmbito das instituições governamentais, conforme preconizam alguns autores como Santos (1987), que enfatiza a abordagem dos atores no âmbito do pluralismo. Também não podem ser explicadas apenas com base na teoria dos interesses e das necessidades, o que enfatizaria seu âmbito mais político. Tampouco podem ser resumidas como exclusivo resultado de imperativos do processo de produção capitalista, o que enfatizaria o âmbito mais econômico (OFFE, 1991).

Entendemos que alguns elementos são fundamentais para explicar o surgimento e desenvolvimento de um determinado tipo de política social em um contexto sócio-

² Conforme Liana Aureliano e Sônia Draibe, *A especificidade do welfare state brasileiro*, 1990.

histórico definido. O primeiro é a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevalentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais, e o terceiro é o papel das classes sociais. Nessa direção, não se pode explicar a gênese e desenvolvimento das políticas sociais sem compreender sua articulação com a política econômica. Assim, é imprescindível analisar aspectos centrais da política econômica, como índices de inflação, taxas de juro, taxas de importação/exportação, distribuição do produto interno bruto nos orçamentos das políticas econômica e social, grau de autonomia do Estado na condução da política econômica, acordos assinados com organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional, grau de acumulação e concentração da riqueza socialmente produzida, de modo a mostrar seus efeitos sobre a conformação das políticas sociais.

Do ponto de vista político, é importante que a análise contemple o papel do Estado em sua relação com os interesses das classes sociais, sobretudo na condução das políticas econômica e social, no sentido de identificar se atribui maior ênfase nos investimentos sociais ou prioriza políticas econômicas; se atua na formulação, regulação e ampliação (ou não) de direitos sociais; se possui autonomia nacional na definição das modalidades e abrangência das políticas sociais ou segue imperativos dos organismos internacionais; se investe em políticas estruturantes de geração de emprego e renda; se fortalece e respeita a autonomia dos movimentos sociais; se a formulação e implementação de direitos favorece os trabalhadores ou os empregadores³. Enfim, deve-se avaliar o caráter e as tendências da ação estatal e identificar os interesses que se beneficiam de suas decisões e ações.

Da mesma forma, é fundamental identificar as forças políticas que se organizam no âmbito da sociedade civil e que interferem na conformação da política social, no sentido de identificar sujeitos coletivos de apoio e/ou de resistência a determinada política social, bem como sua vinculação a interesses de classe. Essas forças sociais tanto podem se situar no âmbito dos movimentos sociais de defesa de trabalhadores quanto de defesa

³ Um bom exemplo de formulação de direitos que revelou a posição favorável do poder executivo aos empregadores foi o recente veto do presidente da República aos itens que ampliavam direitos do FGTS e do seguro desemprego para empregadas domésticas.



de interesses de empregadores e empresariado, como também de organizações não-governamentais que muitas vezes se autoproclamam “imparciais”, mas que uma análise mais minuciosa acaba revelando seus interesses de classe.

Esses elementos não constituem tópicos ou indicadores de análise, ao contrário, devem permear e estruturar as avaliações de políticas sociais, de modo a constituir os elementos que permitirão ao avaliador atribuir sentido e significado às políticas sociais e compreender que são as relações de poder, de coerção e de ameaça, legal e politicamente sancionadas, bem como as oportunidades correspondentes da realização de interesses, que determinam o grau de "justiça social" que a política social tem condições de produzir (OFFE, 1991).

2 Aspectos para análise e avaliação das políticas sociais

Analisar as políticas sociais na perspectiva acima exposta pressupõe, além da incorporação das dimensões enunciadas, conhecer a conformação da política social ou programa social avaliado, que muitos autores designam de quadro institucional da política social (LAUTIER; THÉRET, 1993). Esses aspectos, para efeitos didáticos, podem ser considerados como planos de análise que, no seu conjunto, atribuem sentido à gama de indicadores empíricos que os avaliadores podem lançar mão para subsidiar suas análises.

A indicação desses aspectos neste texto não esgota a variedade de possibilidades que pode ser explorada no processo de análise e avaliação de políticas sociais, de acordo com os objetivos e intenções da avaliação. Sua adoção⁴, contudo, se revela como caminho profícuo no sentido de: 1) buscar analisar a política em sua totalidade, a partir da incorporação analítica dos principais aspectos que a constituem; 2) revelar o caráter contraditório existente entre as determinações legais e a operacionalização da política social; em outros termos, verificar até que ponto os conceitos fundantes das normas legais são estruturadores da política social; 3) articular tanto os determinantes

⁴ Utilizamos essa abordagem analítica para analisar a Política de Assistência Social no livro intitulado “Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo”, 2 ed. Brasília, 2003, e na pesquisa de avaliação dos 10 anos de implantação da Lei Orgânica de Assistência Social, intitulada “LOAS + 10. Avaliação dos 10 Anos de Loas: o Olhar dos Conselhos Estaduais, Municipais e do DF, Brasília, 2003.



estruturais que conformam a política social quanto as forças sociais e políticas que agem na sua formulação e execução.

É possível sinalizar alguns aspectos que constituem elementos empíricos de análise para delineamento do quadro institucional que conforma a política ou programa social avaliado: 1) os direitos e benefícios estabelecidos e assegurados; 2) o financiamento (fontes, montantes e gastos); 3) gestão (forma de organização) e controle social democrático (participação da sociedade civil). Cada um desses aspectos pode ser desdobrado em inúmeros fatores e indicadores, de acordo com os objetivos da avaliação. Apresentamos abaixo um conjunto, evidentemente não exaustivo, que pode ser utilizado na análise de diferentes políticas sociais e que podem constituir um arsenal de fontes empíricas para a análise. A compreensão e explicitação conceitual do seu significado, contudo, serão sempre determinadas pelo arcabouço teórico que o avaliador adotará como referência⁵.

2.1 Aspecto 1: Configuração e abrangência dos direitos e benefícios

O objetivo deste aspecto é delinear um quadro dos direitos e/ou benefícios previstos e/ou implementados pelas políticas e/ou programas sociais, de modo a chegar o mais próximo possível do estabelecimento de suas características essenciais. Para tal, deve explicitar elementos que possam explicar sua natureza, função, abrangência, critérios de acesso e permanência e formas de articulação com as demais políticas econômicas sociais.

Indicador 1 - Natureza e tipo dos direitos e benefícios previstos e/ou implementados: delinear a natureza da política e/ou programa significa conhecer e explicitar suas propriedades e qualidades intrínsecas, de modo a mostrar a tendência evolutiva, bem como sua possibilidade de responder à determinada situação social e contribuir para reduzir desigualdades sociais. Para tanto, vários elementos/informações podem ser considerados, como: se está reconhecido em legislação como direito

⁵ A análise e avaliação de uma política social, por mais que adote um rigoroso instrumental metodológico, serão sempre determinadas e direcionadas pelas referências teóricas adotadas pelos avaliadores, que atribuirão sentido e significado ao conteúdo da avaliação.

reclamável judicialmente ou não; se é um benefício que requer contribuição prévia ou se é um benefício não contributivo; se é reconhecido e implementado sob a ótica do direito ou se é executado de forma clientelista; se tem caráter universal ou seletivo; se garante benefícios monetários (em dinheiro) ou em bens e serviços; se tem continuidade ou se é eventual e incerto; se existem (e quais são) critérios definidores dos montantes dos benefícios (para o benefício em espécie). Muitos outros indicadores podem e devem ser agregados, de acordo com a especificidade da política ou programa avaliado e com os objetivos da avaliação.

Indicador 2 – Abrangência: a identificação da abrangência contribui para revelar o alcance da política e/ou programa avaliado. O principal dado que compõe esse indicador é o número de pessoas beneficiadas; mas este, se apresentado isoladamente, não revela, necessariamente, o que se quer demonstrar. Assim, esse indicador deve sempre ser relacionado ao universo a que a política e/ou programa deveria se destinar. Por exemplo, se num universo de 10 milhões de crianças em idade de 0 a 4 anos, apenas 1 milhão for beneficiada pelo programa de creche, embora esse seja um direito previsto em lei, pode-se afirmar que sua abrangência é restrita, pois atinge apenas 10% do universo a quem deveria se destinar.

Indicador 3 – Critérios de acesso e permanência: os critérios de acesso e permanência dos cidadãos em determinada política e/ou programa social são reveladores de sua intencionalidade e capacidade de inclusão e/ou exclusão do acesso. Quanto mais rigorosos e restritos forem os critérios de acesso e permanência, mais focalizados e seletivos a política e/ou programa tendem a ser. Assim, é importante associar os critérios de acesso às condicionalidades para permanência. Os critérios para acesso podem ser relativos à idade, rendimento (em geral os programas voltados para indivíduos ou famílias de baixa renda), composição familiar (exemplo de programas voltados apenas para famílias mono parentais ou famílias com crianças), condição física (programas direcionados para pessoas com deficiência ou doenças específicas). As condicionalidades para permanência podem ser extremamente variadas, indo desde a participação na execução do programa, até a permanência de filhos na escola (caso do programa bolsa família). Os critérios de acesso e permanência, associados à

abrangência, são fatores fundamentais para determinar a universalidade das políticas e/ou programas sociais e definir o tipo de direito que garantem.

Indicador 4 – Formas e mecanismo de articulação com outras políticas sociais: considerando que cada política e/ou programa social se destina a situações específicas (saúde, educação, habitação, previdência, assistência, transporte, trabalho, etc.), é fundamental perceber se existe articulação e complementaridade entre a política avaliada e as demais, o que possibilita realizar uma avaliação mais ampla sobre as possibilidades do conjunto das políticas sociais assegurar a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos.

2.2 Aspecto 2: Configuração do financiamento e gasto

A análise do financiamento e gasto no âmbito das políticas sociais é um fecundo caminho para compreender sua estrutura orçamentária e seus impactos na natureza e alcance dos direitos, já que o tipo, montante e modo de financiamento são definidores da existência, concepção, efetivação e extensão das políticas sociais (FAGNANI, 1998). Esse aspecto contempla a análise e avaliação das fontes dos recursos, bem como o montante dos gastos na política e/ou programa avaliado, de modo a verificar se possui caráter regressivo ou progressivo e quais são as implicações na abrangência e concepção dos direitos.

Indicador 1 – Fontes do financiamento: a partir da identificação das fontes de financiamento é possível compreender a origem dos recursos e identificar “quem paga a conta” na garantia de políticas sociais. As fontes de financiamento revelam se o recurso é proveniente de impostos que sobrecarregam os trabalhadores (e nesse caso são regressivas) ou se oneram os empregadores e o capital (nesse caso podem ser progressivas e contribuir para redistribuir renda)⁶. No Brasil, a estrutura tributária e orçamentária das políticas sociais tem uma tendência a onerar os assalariados com baixo e médio rendimento, o que contribui para manter e aprofundar a concentração de

⁶ No texto “Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia”, de Ivanete Boschetti e Evilásio Salvador (2006), pode ser encontrada explicação sobre caráter progressivo e regressivo das fontes de financiamento.

renda e aumentar as desigualdades sociais. Esse é um dos elementos que faz com que as políticas sociais brasileiras não tenham fortes impactos na redistribuição e desconcentração de renda. Além da identificação dos impostos que originam os recursos, pode-se verificar sua procedência (impostos municipais, estaduais ou nacional), se estão alocados em rubricas específicas nas leis orçamentárias, se há vinculação entre receitas e despesas, o que pode garantir continuidade e manutenção da política e/ou programa social avaliado.

Indicador 2 – Direção dos gastos: corresponde à análise da aplicação dos recursos de uma política e/ou programa social, e pode contemplar duas dimensões fundamentais para se conhecer o destino dos recursos públicos: 1) a distribuição dos recursos entre programas, projetos, benefícios e serviços que integram uma política social, o que possibilita analisar o grau de prioridade recebido pelos programas no âmbito da política social analisada; 2) distribuição federativa/geográfica dos recursos entre Estados e municípios, o que permite identificar as regiões que recebem prioridade e relacionar com as necessidades e índices socioeconômicos locais. É importante identificar os critérios utilizados para essa distribuição dos recursos.

Indicador 3 – Magnitude dos gastos: a análise do volume de investimentos nas políticas e/ou programas sociais objetiva verificar se houve manutenção, crescimento, redução ou realocação dos recursos. Para tanto, é fundamental realizar uma análise longitudinal que demonstre o comportamento dos gastos pelo menos durante três anos, para efeito de comparação. Nesse aspecto, pode-se observar: 1) comparação entre os recursos aprovados e aqueles efetivamente executados, pois geralmente os recursos aprovados não são totalmente executados, o que implica redução ou descontinuidade dos programas; os recursos aprovados e não executados, normalmente, voltam para o orçamento dos governos e podem ser realocados para outras ações ou funções, como geração do superávit primário, por exemplo; 2) percentual de crescimento ou redução de recursos ao longo dos anos, pois muitas vezes ocorre crescimento nominal, mas o percentual de crescimento é inferior aos índices inflacionários, ou decresce ao longo dos anos, de modo que ao final de longo período, o valor do recurso aplicado na política e/ou programa social é insuficiente para sua manutenção ou ampliação. A análise da



magnitude dos gastos pode ser enriquecida e clareada com o estabelecimento de comparações e relações: por exemplo, o percentual dos gastos em relação ao orçamento geral, em relação ao PIB, em relação ao gasto com juros, etc.

2.3 Aspecto 3 – Gestão e controle social democrático

Este aspecto da análise tem por objetivo demonstrar como está estruturada a organização e gestão da política e/ou programa avaliado, tendo como parâmetro os princípios contemporâneos de gestão federada estabelecidos na Constituição Federal e como ocorre a participação e controle popular. Na Constituição Federal, foram estabelecidas diretrizes de descentralização com autonomia das esferas governamentais e participação da sociedade no controle das ações governamentais, como base para estruturação das relações entre os poderes públicos das três instâncias e entre estes e a sociedade civil na implementação das políticas sociais. Nessa direção, a avaliação de organização, gestão e controle social pode levar em consideração vários fatores, como os apontados abaixo.

Indicador 1: Relação entre as esferas governamentais: o principal interesse é compreender os papéis assumidos em cada uma das esferas – federal, estadual e municipal – na perspectiva de identificar se há autonomia das instâncias, se a definição de atribuições respeita e fortalece a descentralização na formulação e execução do política e/ou programa social analisado; objetiva verificar a quem cabe a definição de normas e diretrizes, a quem cabe a responsabilidade de financiamento e se ocorre complementação na aplicação dos recursos ou se há sobrecarga de alguma(s) instância(s); se há superposição de ações e competências; se existe estrutura institucional adequada (recursos materiais, financeiros, equipamentos e pessoal) e necessária à implantação da política social.

Indicador 2 – Relação entre estado e organizações não-governamentais: é cada vez mais frequente a participação de organizações não-governamentais (ONGs) na defesa de direitos e na execução de políticas e/ou programas sociais. Nesse sentido, é fundamental avaliar e compreender a relação que se estabelece entre os órgãos públicos e as

organizações não-governamentais (ONGs) que atuam na implementação da política e/ou programa avaliado; algumas questões podem nortear a análise: qual é o papel e a responsabilidade do Estado e das organizações não-governamentais na condução da política e/ou programa? O Estado assume a primazia da responsabilidade ou ocorre transferência de ações e responsabilidades para a sociedade? O Estado financia e repassa recursos para as ONGs? O Estado acompanha a aplicação dos recursos pelas ONGs? As ONGs atuam na perspectiva de defesa dos direitos ou executam programas com recursos públicos? Neste caso, o fazem com respeito aos direitos de cidadania ou atuam na perspectiva de benemerência e filantropia?

Indicador 3 - Participação e controle social democrático: busca analisar os mecanismos de controle que a sociedade dispõe para acompanhar e fazer valer o exercício da cidadania; esse indicador implica discutir o papel e as atribuições dos movimentos sociais e dos Conselhos de gestão, instituídos após a Constituição de 1988. Um dado importante é o grau de mobilização e participação social em torno de determinada política e/ou programa social, o que pode ser percebido na identificação de existência de Fóruns específicos, na realização e participação da população em conferências e conselhos, na existência de ações sistemáticas e planejadas para socialização de informações e mobilização. Outro dado importante é compreender a criação, estrutura e funcionamento dos Conselhos, com observação dos seguintes elementos: estrutura física e equipe técnica do Conselho, existência e garantia de recursos para financiamento dos Conselhos, processo de escolha e nomeação dos conselheiros, composição do colegiado para verificar se existe paridade entre Estado e sociedade civil, caráter e periodicidade das reuniões do Conselho, formas de encaminhamento e acompanhamento das decisões (deliberações) do Conselho. Outro dado que pode ser analisado se refere à atuação e autonomia do Conselho, a fim de verificar como estes realizam o acompanhamento e fiscalização das ações governamentais, se participam no processo de planejamento da política correspondente, se analisam os relatórios anuais referentes ao órgão gestor; se discutem politicamente o conteúdo, abrangência, alcance e funções da política social; se possuem autonomia na tomada de decisões sobre as políticas sociais, frente ao poder executivo; se suas decisões (deliberações) são cumpridas pelo poder executivo.



Os aspectos e indicadores apontados acima são elementos que podem ser considerados na análise e avaliação, na perspectiva de delinear o quadro institucional que dá forma às políticas e/ou programas sociais. A compreensão do sentido e significado desses aspectos, contudo, é profundamente determinada pelas referências teóricas que sustentam a análise do avaliador. Assim, o método (caminho) de análise e avaliação é um instrumento que deve ser inserido no arcabouço teórico que lhe dá sentido e direção.

Referências

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. *Avaliação de Serviços e Programas Sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

ARRETCHE, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth. *Avaliação de Políticas: uma Questão em Debate*. São Paulo: Cortez Editora; IEE/PUC/SP, 1998. p. 29-39.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete (Coord.) *Avaliação dos Dez Anos de Implementação da Lei Orgânica de Assistência Social: o Olhar dos Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal*. Brasília: CNAS, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo*. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. Orçamento da Seguridade Social e Política Econômica: Perversa Alquimia. *Revista Serviço Social e Sociedade*, v. 87, São Paulo, Cortez Editora, 2006.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. *Avaliação de Projetos Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.

COIMBRA, Marcos. Abordagens Teóricas ao Estudo das Políticas Sociais. In: *Política Social e Pobreza*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1987.

FAGNANI, Eduardo. Avaliação do Ponto de Vista do Gasto e Financiamento das Políticas Sociais. In: RICO, Elizabeth. *Avaliação de Políticas: uma Questão em Debate*. São Paulo, Cortez Editora; IEE/PUC/SP, 1998.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, out. 2005. Disponível em: <www.scielo.org.br>. Acesso em: 1 jun. 2009.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAUTIER, Bruno ; THÉRET, Bruno. Etat et protection sociale : une comparaison entre l'Europe et l'Amérique latine. *Cahiers des Amériques latines*, n. 15, Paris, 1993.

MARX, K. Legislação fabril. Cláusulas sanitárias e educacionais e sua generalização na Inglaterra. In: *O Capital*. v. I, tomo II, São Paulo: Cultural, 1984.

MENY, Yves; THOENING, Jean-Claude. *Politiques Publiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.



MISHRA, Ramesh. *Marx e o Bem Estar*, 1975. (original: Marx and Welfare State, in Sociological) *Review*, New Series, v. 23 (2), maio 1975. (Texto traduzido pela professora Potyara Pereira).

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *L'Analyse des Politiques Publiques*. Paris: Editions Montchrestien, 1998.

OFFE, C. Algumas contradições do Estado social moderno. In: *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro : Tempo Universitário, 1991.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. A Política Social na Ordem Brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Execução e Avaliação de Políticas e Programas Sociais. In: *CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB*. Capacitação Continuada em Serviço Social e Política Social, Módulo 4. Brasília, UnB, 2000.

SWEEZY, Paul. O Método de Marx. In: *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Mobilização social e práticas educativas

Marina Maciel Abreu

Professora do Departamento de Serviço Social / UFMA

Franci Gomes Cardoso

Professora aposentada pela Universidade Federal do Maranhão / UFMA



Mobilização social e práticas educativas

1 Introdução

Neste texto, abordamos a função pedagógica desempenhada pelo assistente social na sociedade, considerando as práticas educativas construídas no desenvolvimento da intervenção profissional, com destaque para os processos de **mobilização social e organização**, a partir da perspectiva das *classes subalternas*.

O nosso objetivo é desenvolver uma reflexão sobre os fundamentos das práticas educativas, particularizando as dimensões técnico-operativas e ético-políticas da mobilização social e da organização em suas expressões, em diferentes espaços sócio-ocupacionais da prática dos assistentes sociais, na sociedade brasileira.

Historicamente, as práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais vinculam-se, predominantemente, à necessidade de controle exercido pelas classes dominantes, quanto à obtenção da adesão e do consentimento do conjunto da sociedade aos processos de produção e reprodução social consubstanciados na exploração econômica e na dominação político-ideológica sobre o trabalho. Em contraposição a essa tendência, evidencia-se, nas três últimas décadas, no desenvolvimento profissional no contexto brasileiro, a construção de práticas educativas consubstanciadas no estabelecimento de vínculos e compromissos com a perspectiva societária das classes subalternas, fundadas nas conquistas emancipatórias da classe trabalhadora e de toda a humanidade – base do projeto ético-político profissional alternativo do Serviço Social, consolidado, nos anos de 1980 e 1990.

A função pedagógica desempenhada pelo assistente social inscreve a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da **cultura**, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade. A

formação da cultura, no pensamento gramsciano, adequa-se às necessidades do padrão produtivo e do trabalho, sob a **hegemonia** de uma classe.

A **mobilização social e a organização**, enquanto expressões das práticas educativas desenvolvidas em diferentes *espaços sócio-ocupacionais*, consubstanciam-se em processos de participação social, formulados e implementados de formas diferenciadas pelas classes sociais fundamentais – burguesia e proletariado – na luta pela hegemonia na sociedade; não constituem, portanto, processos exclusivos da prática dos assistentes sociais.

A **mobilização social e a organização**, no âmbito do Serviço Social, traduzem modalidades da assimilação/recriação desses processos no movimento da prática profissional e, assim, inscrevem-se no corpo teórico-prático da profissão enquanto elementos constitutivos (não exclusivos) e como condição indispensável para sua concretização na sociedade. Para avançarmos nessa discussão, cabe indagar:

Quais os fundamentos e tendências das práticas educativas desenvolvidas pelos assistentes sociais na sociedade brasileira?

Quais as particularidades da mobilização social e da organização, enquanto práticas educativas presentes na atuação do assistente social?

Com a pretensão de desdobrar essas indagações, o conteúdo ora apresentado envolve duas partes: a primeira parte centra-se na busca dos fundamentos da função pedagógica da prática do assistente social na sociedade brasileira, apontando as tendências atuais das práticas educativas em que se destacam a “ajuda” e a participação como eixos centrais. Convém assinalar que reafirmamos os fundamentos histórico-políticos e teórico-metodológicos das práticas educativas, no âmbito do Serviço Social, abordados em trabalho anterior (CARDOSO; ABREU, 2000), sustentados na tese de que o Serviço Social, como profissão, inscreve-se na divisão sociotécnica do trabalho como uma atividade de cunho



eminentemente educativo. A segunda parte aborda os fundamentos histórico-conceituais, objetivos, implicações ético-políticas, estratégias e instrumentos técnicos da mobilização social e da organização nos distintos espaços sócio-ocupacionais, com destaque para a assistência social, enquanto principal espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais; e para as lutas sociais das classes subalternas, enquanto referência da definição/redefinição dos espaços sócio-ocupacionais, colocada a partir do movimento de construção do projeto profissional ético-político alternativo do serviço Social, nas três últimas décadas.

2 A função pedagógica do assistente social: fundamentos e tendências atuais das práticas educativas na sociedade brasileira

É inquestionável a função pedagógica desempenhada pelo assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais em que se materializa a prática profissional. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, elementos moleculares de uma cultura, aqui entendida, como mencionamos anteriormente, no sentido gramsciano, como sociabilidade (ABREU, 2002).

O fundamento básico dessa discussão sobre a função pedagógica desempenhada pelos assistentes sociais encontra-se na premissa gramsciana de que “toda relação de hegemonia é eminentemente pedagógica” (GRAMSCI, 1978), mediante a qual fica afirmada a vinculação das práticas educativas à luta pela hegemonia na sociedade, como elemento estratégico na base dos processos formadores da cultura.

Sob esse ponto de vista, as práticas educativas fazem parte do nexos orgânico entre a racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura, por meio do qual são articulados interesses econômicos, políticos e ideológicos, na formação de um modo de vida – cultura – adequado a um dos projetos societários das classes sociais em confronto.



O que particulariza os distintos projetos culturais?

Subjacente ao ponto de vista do capital está a necessidade de manutenção de sua hegemonia, a qualquer custo, alicerçada numa concepção de mundo mistificada/mistificadora da realidade, que tende a ocultar as desigualdades e os antagonismos de classes, na tentativa de dissimular a realidade. Mas essa necessidade se manifesta, sobretudo, em decorrência das ameaças ao sistema, colocadas pelas constantes crises econômicas. A cada crise econômica, o capital procura não só reestruturar-se, reconstituir-se materialmente, para garantir a recuperação e a contínua elevação das taxas médias de lucro, tendo em vista a sua reprodução ampliada, às custas do aprofundamento dos processos de exploração e dominação sobre o trabalho; assim como recompor as bases político-culturais de sua hegemonia, isto é, reorganizar a cultura, para adequá-la às exigências do padrão de racionalização da produção e do trabalho, na perspectiva da unidade em torno dos interesses da acumulação capitalista. Visa, portanto, eliminar as resistências, o dissenso, na busca da adesão e do consentimento do trabalhador aos imperativos do desenvolvimento econômico (ABREU, 2004).

Por outro lado, as exigências históricas da construção da hegemonia pelas classes subalternas, como estratégia revolucionária, redefinem o lugar da cultura, a partir de uma verdadeira reforma intelectual moral, base de uma nova cultura. Reforma esta que só pode ser pensada como parte da totalidade dos processos revolucionários de transformação da sociedade capitalista, ou seja, do conjunto de transformações estruturais e superestruturais em que a ação política direta ocorre, como assinala Marx (1993), e que constitui o primeiro passo no sentido da autorrealização autotranscendente das referidas classes.

Quais os eixos centrais da função pedagógica do assistente social?

Considerando os distintos e contraditórios projetos culturais, a função pedagógica desempenhada pelos assistentes sociais na sociedade brasileira, ao longo da sua trajetória

histórica, define-se a partir de estratégias educativas postas na luta de classes, em que podemos distinguir: a) as estratégias educativas subalternizantes, vinculadas à necessidade de reprodução das relações de dominação e exploração do capital sobre o trabalho e o conjunto da sociedade; b) as estratégias educativas emancipatórias, vinculadas à necessidade histórica de construção de uma alternativa societária à ordem do capital.

Tais estratégias educativas, como mencionamos anteriormente, são assimiladas/recriadas no âmbito do Serviço Social, imprimindo perfis pedagógicos à prática profissional. Estudos anteriores sobre esta temática, na sociedade brasileira (ABREU, 2002, 2004), apontam dois eixos definidores dos perfis pedagógicos das práticas educativas em Serviço Social: a **ajuda** e a **participação**.

A **ajuda** é o eixo que marca a constituição do Serviço Social, desde a sua institucionalização como profissão, nos Estados Unidos, na segunda década do século XX, mantendo-se até o momento atual. Surge na profissão como o conteúdo do Serviço Social de Caso, enquanto “ajuda psicossocial individualizada”, que, na formulação de Mary Richmond (1950, 1977) refere-se a um tratamento prolongado e intensivo, centrado no desenvolvimento da personalidade, com vistas na capacitação do indivíduo para o ajustamento ao mundo que o cerca. A “ajuda psicossocial individualizada” vincula-se às estratégias de reforma moral e de reintegração social impostas pelas necessidades organizacionais e tecnológicas, introduzidas com a linha de montagem nos moldes fordista e taylorista, em relação à formação de um novo tipo de trabalhador. Trata-se do trabalhador fordiano, base de uma nova sociabilidade – o americanismo. Esse padrão cultural é difundido a todo o mundo capitalista, no pós-Segunda Guerra Mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos, nos marcos do desenvolvimento e crise do Estado de bem-estar. Tal padrão societário se consolida, nesse período, nos países centrais e mantém-se durante 30 anos (anos gloriosos) quando entra em crise. Tem-se, então, o desenvolvimento e crise da chamada “cultura do bem-estar”.

A “ajuda psicossocial individualizada”, como modalidade interventiva do Serviço Social, é difundida para outros países periféricos e centrais, no movimento expansionista do capital no pós-Segunda Guerra Mundial, desdobrando-se também nas modalidades de intervenção centradas nos pequenos grupos (serviço social de grupo) e na comunidade (serviço social de comunidade).

Em relação aos países periféricos, como é o caso do Brasil, essa difusão é intensificada no bojo do chamado projeto desenvolvimentista, base de uma política de modernização conservadora, nos anos de 1950 e 1960, que reafirma a ajuda psicossocial individualizada enquanto modalidade de intervenção profissional do Serviço Social (ALMEIDA, 1976). Além disso, o projeto desenvolvimentista do governo brasileiro à época viabiliza a inscrição da **participação** – até então, elemento inerente aos processos de ajuda – como esfera programática das políticas sociais, tendo em vista a chamada integração social aos programas de desenvolvimento.

Esse redimensionamento da participação incide no Serviço Social constituindo-se na referência de inovação metodológica da prática profissional, numa “perspectiva de globalidade” (DEBATES SOCIAIS, 1967). Nesses marcos, afirmam-se os processos de mobilização e organização como desdobramentos das propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), que, contraditoriamente, contribuem para a criação/recriação das condições sócio-históricas e intelectuais para a redefinição profissional, com vistas na vinculação profissional aos interesses e lutas populares, em que a participação popular coloca-se como elemento estratégico.

Integradas ao projeto desenvolvimentista da modernização conservadora, nos anos 1950 e meados dos anos 1960, e posteriormente com a ampliação das políticas sociais sob a ditadura militar, a ajuda psicossocial individualizada e a participação consolidam-se como perfis pedagógicos da prática profissional vinculados a estratégias educativas subalternizantes e respondem fundamentalmente à necessidade de ideologização da assistência aos pobres, a partir dos parâmetros de uma racionalidade técnica e



administrativa difundida pelo regime militar (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 1986). Nesse contexto, as práticas educativas tendem a dissimular as formas de reprodução do trabalhador nos limites precários da política social, portanto, deslocadas das relações salariais. Esses limites são impostos pela necessidade de reprodução do capital e do seu controle sobre o trabalho, bem como pela necessidade da manutenção desse mesmo trabalhador e sua família em permanente estado de necessidade em relação aos meios de sua subsistência física.

Ao mesmo tempo e de outro modo, a participação popular situa-se novamente nessa mesma contextualidade, como elemento estratégico no processo de redefinição profissional vinculado às lutas das classes subalternas, na perspectiva da resistência política ao regime ditatorial (1964-1985) e da democratização da sociedade. A participação popular é, assim, elemento central do processo de politização das relações sociais e de intervenção crítica e consciente dessas classes no movimento histórico e do desenvolvimento teórico-político da profissão (ABREU, 2004).

Aqui cabe considerar o avanço dos processos participativos nos anos 1980, no contexto profissional, que se explicitou na construção do projeto ético-político-profissional alternativo do Serviço Social, com o redirecionamento do tratamento dado à participação, a partir da busca de maior aproximação aos chamados movimentos sociais populares e da própria mobilização e organização política da categoria dos assistentes sociais integrados ao processo organizativo dos trabalhadores. Nesse processo, sobressaem a criação de entidades sindicais nas unidades da federação e do sindicato nacional – Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS, 1982) – e os redimensionamentos políticos da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e o conjunto Conselho Federal de Assistentes Sociais/Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CFAS/CRAS), hoje Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) (ABRAMIDES; CABRAL, 1995).

Esses processos influenciam a inserção crítica de assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais tradicionais da prática profissional e apontam a perspectiva de inserção profissional em espaços que se criam/recriam no contexto das lutas sociais das classes subalternas, com a abertura de possibilidades de inserção e legitimação da atuação profissional em instituições de formação e organização política dos trabalhadores, como sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais e organizações não governamentais.

Quais as tendências atuais das práticas educativas na sociedade brasileira?

Em decorrência das estratégias econômico-sociais de enfrentamento da crise mundial do capital, aprofundadas, no Brasil, a partir dos anos 1990, sob a orientação neoliberal, as redefinições atuais que se estabelecem no campo interventivo em que se insere o Serviço Social buscam a apropriação das estratégias participativas das classes subalternas, que são transfiguradas em colaboracionismo e solidariedade entre sujeitos antagônicos na base das relações entre classes, no âmbito da produção e reprodução social. Tais processos redirecionam as demandas da mobilização social e organização tendo em vista a necessidade de legitimação pelas classes subalternas do atual padrão de política social materializado no chamado “terceiro setor”, que privilegia a mercantilização das políticas sociais, reafirmando a assistência social enquanto “ajuda solidária”, principalmente por meio da filantropia, em detrimento do atendimento a necessidades como direito, e investe na despolitização e na cooptação das organizações e lutas das classes subalternas pela chamada responsabilidade social.

Essas estratégias tendem a debilitar as iniciativas e lutas das classes subalternas em torno de sua constituição autônoma e do atendimento de suas necessidades imediatas, integradas à formação de uma vontade coletiva nacional-popular, a qual é atingida pela ofensiva ideológica do capital, direcionada para a reconstituição de sua hegemonia, que potencializa a captura da subjetividade do trabalhador à lógica do capital, ao mesmo tempo em que busca o enfraquecimento da solidariedade no interior da classe e a negação de sua



perspectiva classista. Além disso, fertilizam o surgimento de uma vontade corporativa em detrimento do fortalecimento de uma vontade coletiva nacional-popular, o que aponta, pois, para uma tendência de fragilização das estratégias de construção de uma pedagogia emancipatória das classes subalternas.

Desse modo, o processo de construção de uma pedagogia emancipatória, que reflete as contradições e os desafios postos nas lutas sociais das classes subalternas, afirma-se entre duas direções, nem sempre excludentes, quais sejam, entre o horizonte da cultura do “bem-estar” e o da superação da ordem capitalista e construção de nova e superior cultura. Os desdobramentos desses processos na configuração da mobilização social e organização no âmbito das práticas educativas em Serviço Social serão abordados no item seguinte.

3 Mobilização social e organização como práticas educativas: concepção, objetivos, implicações ético-políticas, estratégias e instrumentos técnicos

A mobilização social e a organização, como elementos constitutivos e condição indispensável na concretização das práticas educativas desenvolvidas pelo assistente social, vinculam-se, como já vimos no item anterior, a diferentes projetos profissionais e societários. Projetos de interesse das classes subalternas ou projetos de interesses das classes dominantes, cujas perspectivas são, respectivamente: de superação da sociedade capitalista, tendo como horizonte a conquista da emancipação humana, passando pelas lutas democráticas e pelo fortalecimento de processos emancipatórios das classes subalternas e de toda a sociedade; e de manutenção da ordem capitalista, tendo como exigência a subalternidade da classe trabalhadora, enquanto segmento das classes subalternas.

Tal vinculação, em sua diversidade, é determinada pelos compromissos profissionais estabelecidos com as classes sociais e se materializa pelos efeitos da ação profissional no modo de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos nos processos das práticas educativas.



O desempenho da função do assistente social, nesses processos de mobilização social e organização, é profundamente tensionado no quadro das transformações por que passa a sociedade brasileira nas últimas décadas. A reestruturação produtiva e as reformas institucionais, sob a orientação neoliberal, determinam inflexões no campo profissional do assistente social, provocadas pelas demandas postas pelo reordenamento das relações entre capital/trabalho, Estado/sociedade civil.

Como se desenvolvem as funções de mobilização social e organização, desempenhadas pelo assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais?

Quais são as principais estratégias e os instrumentos técnicos?

Se privilegiarmos as demandas postas pelo reordenamento das relações entre capital/trabalho, Estado/sociedade civil, que revitalizam o princípio do mercado e fortalecem a tese do Estado mínimo, as funções de mobilização social e organização, desempenhadas pelo assistente social, no âmbito das políticas sociais, em particular na política de assistência, tendem a fortalecer o deslocamento da responsabilidade do Estado para a sociedade civil, no atendimento das classes subalternas, sob a retórica da importância da participação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas públicas.

Esse processo, nos marcos da reforma do Estado, a partir dos anos 1990, refuncionaliza o padrão assistencial estatal no atendimento das necessidades das classes subalternas, tendo como fundamento a solidariedade indiferenciada da sociedade sob a forma de ajuda, em detrimento da garantia do direito. A reestruturação da solidariedade indiferenciada da sociedade, ou seja, da solidariedade social, reconfigura-se como uma necessidade da redefinição neoliberal das políticas sociais, de substituição/negação do chamado pacto de solidariedade social, sob a organização estatal consubstanciada em princípios redistributivistas (via sistemas de proteção social), pela solidariedade



“voluntária” amparada em princípios humanistas de ajuda centrados na filantropia – base da institucionalização do chamado “terceiro setor”.

Assim, no contexto da (contra) reforma do Estado, a partir dos anos 1995, evidencia-se a tendência de negação dos direitos conquistados pela classe trabalhadora em relação à seguridade social (previdência, assistência e saúde), com o aprofundamento da desarticulação entre as três áreas e ênfase na assistência social como estratégia de controle da pobreza, em detrimento do direito à seguridade dos trabalhadores.

Como política, foi fortalecido o eixo da assistência, atualmente o principal espaço de prática dos assistentes sociais no Brasil. Nessa relação, enquanto a assistência social cresceu como espaço do exercício profissional do Serviço Social, diminuiu e até tem sido ameaçado de extinção o espaço profissional no campo da previdência. Aqui está, talvez, o eixo problemático mais importante hoje para se confrontar o projeto ético-político-profissional do Serviço Social, pautado pela perspectiva de emancipação humana e ação prática cotidiana dos assistentes sociais no mercado de trabalho (ABREU; LOPES, 2006).

Tal tendência coloca grandes desafios, na medida em que

tem crescido entre os profissionais, a partir da Lei Orgânica da Assistência (LOAS) e agora do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a perspectiva da luta pela assistência como direito, cuja centralidade pode obstruir a perspectiva da luta fundamental na sociedade capitalista, que é o direito ao trabalho (ABREU; LOPES, 2006).

Nos espaços da assistência social nas esferas pública e privada, as demandas profissionais reafirmam-se em relação à prestação direta de serviços e benefícios sociais e a outras expressões da gestão de programas e projetos sociais envolvendo processos de mobilização social e organização, na perspectiva da participação dos sujeitos assistidos. Isso



vem ocorrendo seja por meio dos mecanismos de gestão pública, como é ilustrativo o caso dos conselhos de direitos e de políticas sociais, seja na viabilização de contrapartidas ao acesso aos atendimentos, como são exemplares o trabalho voluntário e a inserção obrigatória do público alvo em atividades programadas para a concessão dos atendimentos.

Em relação à participação nos conselhos de direitos ou de gestão de políticas, sob esse ponto de vista, identifica-se a tendência de implementação do processo de mobilização social e organização sem um posicionamento crítico dos profissionais sobre as contradições que conformam esses espaços constituídos por representantes da burocracia estatal e de segmentos da sociedade civil. Consequentemente, tal atuação aponta para a despolitização e cooptação das classes subalternas e contribui para a debilitação e inibição das formas de resistência e pressão em torno de seus interesses imediatos e históricos.

A mobilização social e a organização tendo em vista contrapartidas dos sujeitos atendidos na implementação dos programas sociais tendem a reforçar a responsabilização do indivíduo por sua própria sobrevivência. Ao mesmo tempo, inscrevem-se nas estratégias de legitimação das formas de autofinanciamento dos benefícios recebidos – que é a regra de ouro das políticas sociais nos atuais governos, como assinalou Kameyama (2000).

Se privilegiada a concretização dos interesses das classes subalternas, a função de mobilização social desempenhada pelos assistentes sociais direciona-se para o fortalecimento dos espaços de luta dessas classes, onde é possível gerar e socializar conhecimentos, constituindo sujeitos coletivos capazes de participar da construção da hegemonia das referidas classes (CARDOSO, 1995).

Essa perspectiva pode nortear processos pedagógicos nos espaços sócio-ocupacionais tradicionais dos assistentes sociais, evidenciando-se, também, nos conselhos de direitos e de políticas, mas por meio de uma inserção crítica e de compromisso político, na perspectiva de inscrição dos interesses imediatos dessas classes na agenda das políticas sociais. Nessa direção, as estratégias de mobilização social e organização referem-se à



participação na construção dos referidos conselhos, não como mecanismos de colaboracionismo de classes, mas como espaços de luta, espaços de enfrentamento entre interesses antagônicos, na explicitação de demandas das classes subalternas e implementação de respostas às suas necessidades.

Para além desses espaços sócio-ocupacionais dos conselhos e de organização política, as estratégias de mobilização utilizadas pelo assistente social podem ainda desenvolver-se no campo da comunicação social, utilizando a linguagem escrita e audiovisual, pela mídia, de modo a impulsionar uma consciência crítica capaz de desmistificar e desencadear ações coletivas que se contraponham à cultura domesticadora, também difundida pela mídia e outros meios de comunicação; na produção e atualização sistemáticas de acervo de dados relativos às expressões da questão social nos diferentes espaços ocupacionais do assistente social, que subsidiem e estimulem ações inovadoras, contrapostas à progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais, decorrente da privatização das políticas, e propiciem o atendimento às efetivas necessidades das classes subalternas, alvo das ações institucionais, principalmente das políticas de seguridade social, que se constituem espaços sócio-ocupacionais tradicionais do assistente social.

Destaca-se também que, na esfera da produção, as demandas postas aos assistentes sociais relacionadas às funções de mobilização social e organização se expressam, por exemplo, no âmbito da formação e capacitação de mão-de-obra, na formação de grupos de produção, nos convênios entre instituições públicas e empresas privadas visando ao engajamento do trabalhador no mercado de trabalho e na criação de estratégias de subsistência das classes subalternas (CARDOSO; MACIEL, 2000, p.146).

Apontamos, ainda, a inserção real e legítima, embora diminuta, da atuação do assistente social em espaços sócio-ocupacionais de formação e organização política dos trabalhadores, como: sindicatos, movimentos sociais e outras organizações de mediação política das classes subalternas.

Portanto, como foi mencionado anteriormente, as estratégias de mobilização social efetivam-se em torno dos processos de luta que demarcam as tendências do movimento dessas classes na sociedade a partir dos anos 1990. Considerando a particularidade do movimento sindical, Antunes (1999) identificou duas tendências: uma tendência traduzida numa postura de “acomodação dentro da ordem” aponta nítidos reflexos em relação à concepção classista, socialista e anticapitalista das lutas que marcaram esse movimento dos anos 1980 – denominado novo sindicalismo; a outra tendência consubstancia-se na possibilidade histórica de elaboração de um programa de lutas direcionado para a construção de uma alternativa societária contraposta à ordem do capital, a partir do conjunto dos trabalhadores. Tal programa, considerando o atual perfil da classe trabalhadora, marcado pela fragmentação e heterogeneização, deve colocar-se como capaz de “responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização societária fundada em valores socialistas e efetivamente emancipadores, que não tenha ilusões quanto ao caráter destrutivo da lógica do capital” (ANTUNES,1999, p. 243).

Em suma, essas indicações dão a dimensão real das tendências dos processos de mobilização social e organização no âmbito do Serviço Social, a partir de duas direções anteriormente mencionadas, quais sejam:

- a) uma direção circunscreve esses processos no horizonte histórico do Estado de bem-estar, centrados no fortalecimento do poder do usuário, mediante processos de publicização em relação aos sujeitos e recursos institucionais, na perspectiva da luta pela democratização e universalização das políticas públicas. Todavia, a ênfase na defesa do direito à assistência aponta para retrocessos profissionais, na medida em que pode distanciar-se da perspectiva da luta fundamental na sociedade capitalista, que é o direito ao trabalho.
- b) a outra direção vincula os processos de mobilização social e organização desencadeados na prática profissional dos assistentes sociais ao movimento dos



trabalhadores, em torno da sua organização autônoma, sustentada na necessidade e na possibilidade de lutas que favoreçam a garantia e a ampliação das conquistas sociais e políticas, bem como a ultrapassagem dessas conquistas do horizonte histórico do Estado de bem-estar, mediante o avanço dessas lutas na perspectiva do fortalecimento dos processos de superação da ordem burguesa e da conquista da emancipação humana. Convém assinalar que tal horizonte é posto tardiamente na sociedade brasileira, quando as condições concretas desse padrão societário nos países centrais já se encontravam esgotadas.

Considerações Finais

A problematização das questões presentes neste texto nos permite concluí-lo reafirmando algumas concepções, tais como:

- ✓ a retomada e o avanço da organização política da categoria dos assistentes sociais, integrados aos processos organizativos das classes subalternas, podem potencializar uma inserção crítica dos assistentes sociais nos espaços ocupacionais tradicionais e ampliar a abertura para a mesma inserção nos espaços específicos de luta e organização política dessas classes;
- ✓ as contradições inerentes aos espaços ocupacionais e às práticas educativas de mobilização social e organização não impedem uma atuação comprometida com os interesses das classes subalternas, mas impõem exigências e desafios para a construção autônoma dessas classes, tendo como horizonte a perspectiva da emancipação humana;
- ✓ no enfrentamento dos desafios e exigências presentes nos processos de mobilização social e organização das classes subalternas, o “modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente...” (GRAMSCI, 1989).

Referências

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro. *Novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria, 1978-1988*. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, n. 79, ano XXV, especial, 2004.

ALMEIDA, Anna Augusta de. Capacitação social: um modelo de intervenção do Serviço Social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2., 1976, Recife. *Anais...* Rio de Janeiro: CFEES, 1979. p. 77-112.

CARDOSO, Franci Gomes. *Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora e EDUFMA, 1995.

_____. Os movimentos sociais populares no processo de transformação social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 33, ano XI, agosto, 1990.

_____. Organização, luta e consciência de classe: condições para conquista da hegemonia pelas classes subalternas. In: *CD-R Anais da I Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís, 2005.

CARDOSO, Franci Gomes; ABREU, Marina Maciel. Mobilização social e práticas educativas. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *O trabalho do assistente social e as políticas sociais*. Capacitação em Serviço Social e política social. Mód. 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000.

DEBATES SOCIAIS. *Documento de Araxá*. 2. ed. Rio de Janeiro, ano 3, n. 4, maio, 1967.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 7. ed. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

KAMEYAMA, Nobuco. Filantropia empresarial e entidades da sociedade civil. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *O trabalho do assistente social e as políticas sociais*. Capacitação em Serviço Social e política social. Mód. 4. Brasília: CFESS, ABEPSS, UnB/CEAD, 2000. p. 217-224.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1848*. Lisboa: Edições Avante!, 1993.



OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo; TEIXEIRA, Sonia M. Fleury. *(IM) Previdência Social: 60 anos de história da previdência no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1986.

RICHMOMD, Mary E. *O diagnóstico social*. Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo José, 1950.

_____. *Caso social individual*. Buenos Aires: Humanitas, 1977.

SECCO, Lincoln. *Crise e estratégia em Gramsci*. In: DIAS, Edmundo et al. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

Glossário

Classes subalternas: categoria gramsciana que contempla “todos os segmentos da sociedade capitalista que não possuem os meios de produção e estão, portanto, sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital no conjunto das relações de produção e das relações de poder: assalariados dos setores caracterizados como primário, secundário e terciário (elementos do setores produtivo e improdutivo); os que exercem atividade manual e os que exercem atividade não manual e intelectual. Incluem-se, ainda, os segmentos não incorporados ao mercado de trabalho, que são os trabalhadores em potencial, inclusive o exército industrial de reserva, que é um segmento extremamente funcional ao capitalismo” (CARDOSO, 1995, p. 63).

Espaços ocupacionais dos assistentes sociais: aqui entendidos como instâncias da vida social, construídas historicamente (mediações), que vinculam e viabilizam a inserção orgânica da prática profissional no conjunto das relações sociais. Os espaços sócio-ocupacionais, como assistência, saúde, previdência, trabalho, lutas sociais, dentre outros, materializam-se no conjunto das instituições empregadoras, mediante as quais o assistente social se insere no mercado de trabalho.

Cultura: Gramsci (2001, p. 266), em sua análise sobre o americanismo e fordismo, desenvolve uma concepção de cultura na relação estrutura e superestrutura, quando considera que “os métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro.

Hegemonia: segue-se neste trabalho o conceito gramsciano de hegemonia, que envolve duas funções: domínio e direção intelectual e moral. Quando Gramsci fala “em hegemonia incluindo ‘domínio’, refere-se à burguesia industrial italiana, classe proprietária, assentada num modo de produção que já se desenvolvera no interior da formação social feudal; ao generalizar nas lições para os socialistas, ele fala em hegemonia política como direção de classes aliadas antes da conquista do poder político e como direção + domínio depois” (SECCO, 1996, p. 86).

Burguesia e proletariado: classes fundamentais da sociedade capitalista.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Instruções sociais de processos, sentenças e decisões

Eunice Teresinha Fávero

Doutora em Serviço Social e professora da UNICSUL/São Paulo.



Instruções sociais de processos, sentenças e decisões

Introdução

Instruções sociais de processos, sentenças e decisões são aqui pensadas enquanto instruções da área de Serviço Social em processos judiciais – processos nos quais decisões e sentenças, na maioria das vezes, determinam mudanças de histórias de vida. Esse é o foco do conteúdo aqui apresentado. Conhecer essa temática implica estabelecer um diálogo com o referencial teórico-metodológico e ético do Serviço Social. Qual é o conhecimento pertinente a essa área de trabalho e os fundamentos éticos que o direcionam? Como esse conhecimento e essa postura ética têm-se colocado na intervenção cotidiana no âmbito das ações judiciais? Qual é a dinâmica de uma ação processual e com que base de conhecimentos o magistrado toma uma decisão e profere uma sentença na Justiça da Infância e Juventude, Justiça da Família, Justiça Criminal – enquanto áreas nas quais mais comumente a atuação do assistente social é solicitada? Em síntese, quais são as instruções da área do Serviço Social que fundamentam a ação e a decisão processuais?

A realidade socioeconômica e cultural dos sujeitos que se tornam personagens – ou “partes” das ações processuais – é a base sobre a qual a instrução social se apresenta. Assim, desvelar a realidade social em suas conexões e determinações mais amplas e em suas expressões particularizadas no dia a dia de crianças, adolescentes, adultos, mães, pais, famílias envolvidos nessas ações, interpretá-la com o apoio de conhecimentos científicos pertinentes à área e tomar uma posição do ponto de vista do Serviço Social – portanto, de um ponto de vista fundamentado teórica e eticamente – apresenta-se como conteúdo central da instrução. Isso significa considerar que a instrução social se dá com base na construção do conhecimento da situação que se apresenta como objeto de uma ação judicial, articulada ao conhecimento acumulado pela ciência, que vai balizar e referendar uma ação e uma análise competente do ponto de vista profissional.



Nesse processo de trabalho, o estudo social e/ou sua tradução, em alguns espaços do campo sociojurídico, como perícia social tornam-se procedimento essencial.

1 Instrução processual e instrução social – particularidades do tema

A instrução social faz parte da **instrução processual**, ou seja, conhecimentos da área de Serviço Social, registrados em um informe, um relatório, um laudo ou um parecer, servem de referência ou prova documental que vai contribuir para formar o processo, para informar a ação sobre a qual o magistrado decide.

Segundo Ferreira (1986), instrução traduz-se por transmissão de conhecimentos, informação ou explicação que se dá com vistas em uma finalidade. No âmbito jurídico, sua definição relaciona-se a “pôr (um processo, uma causa etc.) em estado de ser julgado” ou “anexar a (uma petição apresentada em juízo) documentos comprobatórios das alegações nela feitas”.

O processo refere-se ao “conjunto de peças que documentam o exercício da atividade jurisdicional em um caso concreto”, isto é, o conjunto dos documentos, denominados usualmente de **provas**, que constituem os autos processuais. Essas provas são obtidas de diversas maneiras e geralmente são constituídas por documentos que as pessoas envolvidas juntam ao processo (prova documental), diretamente ou por meio de advogado – a depender da instância onde tramita a ação; testemunhos recolhidos, via de regra, por determinação judicial, podendo acontecer em audiência ou em outros locais, se necessário (prova testemunhal), ou por meio de perícia (prova pericial), que é produzida por profissional detentor de conhecimentos especializados de uma determinada área do saber, os quais possibilitam elementos de informação e de explicação da situação, de maneira a subsidiar o magistrado na tomada de uma decisão e/ou no proferimento de uma sentença. Essas possibilidades de provas e seus trâmites são previstos no Código de Processo Civil¹.

¹ Conferir, a respeito, Dal Pizzol (2005, p. 21-23), quanto aos aspectos legais e doutrinários do estudo social e perícia social no âmbito do Judiciário.



A decisão em relação a uma situação processual e/ou à sentença, que é de competência do magistrado, relaciona-se ao julgamento e ao veredicto, como usualmente se diz no meio jurídico.

O ato de julgar, de decidir, no âmbito jurisdicional, deve basear-se em fundamentação (dada pelas provas) que possibilite a aplicação da justiça. As esferas judiciais que mais comumente recorrem aos conhecimentos acumulados pelo Serviço Social são a Infância e Juventude, a Família e a Criminal. Embora os julgamentos, decisões e sentenças devam manter relação com uma base legal que propicie a aplicação da justiça, a ação profissional especializada em uma área do conhecimento e a ação judicial deparam-se com particularidades, nem sempre possíveis de serem enquadradas nos limites da positividade da legislação, em virtude da complexidade da realidade social. Considerar que a realidade contempla várias e amplas possibilidades de explicação – dentre as quais aquelas relacionadas aos direitos fundamentais e sociais – é atitude necessária a uma instrução processual.

A construção do conhecimento na área do Serviço Social acerca de uma situação processual acontece geralmente por meio do estudo social. No meio Judiciário, o estudo social, com a finalidade de oferecer elementos para a decisão judicial, pode ser denominado perícia social, isto é, o juiz solicita e nomeia um perito, que é um profissional com conhecimento especializado na área – nesse caso, graduado em Serviço Social – para a realização da perícia social, de maneira a contribuir como suporte à decisão que irá tomar. O profissional poderá registrar esse conhecimento por meio de alguns documentos, entre eles, a informação técnica, o relatório, o laudo e o parecer, documentação essa objeto de detalhamento mais à frente.



2 Realidade social – fundamentos para a instrução social

O que particulariza a instrução em Serviço Social em cada situação ou ação processual?

Para essa reflexão, é fundamental ter clareza de qual é o objeto de conhecimento do Serviço Social em uma determinada demanda que chega para o assistente social – trata-se de um objeto delimitado por ele, ainda que relacionado às peculiaridades socioinstitucionais, tal como as demais especificidades e particularidades do trabalho profissional.

À delimitação do objeto vinculam-se as etapas relacionadas aos objetivos e finalidades do conhecimento que se busca, ou seja, por quê e para quê esse conhecimento é necessário. Tais objetivos e finalidades devem observar o ponto de vista profissional, relacionados ao projeto ético-político e teórico-metodológico da profissão.

Em conjunto com esses componentes da ação, define-se a metodologia operativa: como conhecer, como agir, como informar, como documentar, para o que é solicitado o domínio dos instrumentais técnico-operativos. Essa operacionalização se articula com o instrumento essencial da ação, que é o domínio do conhecimento teórico e ético que direciona a profissão.

É imprescindível considerar que “o caso” em estudo não é “um caso”, ou seja, ele tem sua condição singular, todavia a sua construção é social, histórica, cultural. As influências familiares, os condicionantes culturais, as determinações sociais relacionadas ao mundo do trabalho, às políticas sociais, ao território onde vive, particularizam-se em sua história e explicam sua condição presente.

Quando se fala em aspectos sociais de uma instrução processual, fala-se do conhecimento relacionado à área de Serviço Social acerca de uma situação concreta, envolvendo um indivíduo social, uma família, um grupo, uma



organização. Os fundamentos da área de Serviço Social que podem dar suporte à decisão judicial estão postos na realidade social. Estão nos acontecimentos e nas relações sociais, econômicas, políticas, familiares, culturais, construídas historicamente pelo movimento das forças sociais que provocam avanços ou recuos no caminho emancipatório da humanidade.

Assim, ao acolher um indivíduo ou uma família para uma entrevista – que compõe os procedimentos técnicos para a construção do estudo social –, o assistente social se depara com uma situação que lhe é revelada, no primeiro momento, em sua expressão imediata. Ele vai saber, por exemplo, que aconteceu um ato de violência (física, sexual, psicológica etc.) de um adulto (pai, mãe ou outros) contra uma criança ou um adolescente ou um ato expresso como violência de gênero; vai saber que uma mãe e/ou um pai abandonou uma criança ou, então, vai se deparar com a entrega de uma criança para abrigo ou para adoção, mediante alegação de impossibilidade material para cuidar dela ou também em razão da ausência de afetividade e de desejo de cuidar dela; vai encontrar um indivíduo ou um casal que pretende inscrever-se para adoção ou que já está cuidando de uma criança ou adolescente e pretende efetivar a adoção; vai se deparar com um adolescente que praticou um furto, um roubo, um homicídio; vai se defrontar com uma mãe cumprindo pena de privação de liberdade e que necessita entregar o filho recém-nascido para outra pessoa cuidar, haja vista a criança não poder permanecer em sua companhia no presídio (geralmente, além de quatro meses).

Também vai encontrar um adulto que praticou furto, sequestro, homicídio – aqueles que participaram de crimes considerados leves e/ou primários até aqueles envolvidos no crime organizado, com alto grau de violência; vai se deparar com um idoso que depende de auxílio previdenciário para sobreviver ou que está em estado de abandono familiar; vai encontrar uma mãe e um pai ou outros familiares que disputam a guarda de uma criança ou adolescente (inclusive a disputa com base em argumentos relacionados à proteção e a cuidados (in)adequados até aquela que se relaciona à possibilidade de recebimento de benefícios de programa



de transferência de renda ou auxílio previdenciário, cada qual com sua aparente dose de razão). Enfim, essas e tantas outras situações expressas em um primeiro momento, em sua imediaticidade, requerem do assistente social a capacidade de conhecê-las com profundidade, ou seja, a capacidade de recuperação de sua construção histórica em uma perspectiva crítica, a capacidade de identificação da complexidade da realidade socioeconômica-cultural na qual se inserem no presente, a fim de analisá-las e interpretá-las.

Quando o Judiciário solicita ao assistente social um estudo a respeito de sujeitos envolvidos em situações dessa natureza, está implícito o objetivo institucional de recolher elementos que possam contribuir para que o magistrado forme um **juízo** sobre o caso e tome uma decisão justa a respeito. Esses elementos esperados da área de Serviço Social se relacionam, portanto, a um saber acumulado pela ciência e que deve ser de domínio do assistente social. Um saber que remonta ao referencial teórico que ilumina a ação, ao saber acumulado pela experiência em articulação com esse referencial, ao domínio do conhecimento legal e das particularidades institucionais necessárias ao encaminhamento da ação.

Assim, ao se falar da realidade social na qual situações ou acontecimentos como os que foram mencionados se expressam, torna-se necessário conhecer os determinantes socioeconômicos-culturais que a compõem – e que necessariamente se colocam e se articulam em âmbito mais amplo e na localidade onde os sujeitos vivem e interagem. Esses determinantes são, na maioria das situações, constitutivos da questão social formulada pelas relações estabelecidas por uma sociedade de classes, extremamente desigual.

Como se configura essa realidade social, se pensada em termos nacionais, em termos do território onde os sujeitos vivem, em termos de suas famílias?

Na sociedade em que vivemos, o trabalho e os rendimentos por ele propiciados estão na base da garantia de relativa autonomia dos sujeitos, isto é, por meio da renda auferida pelo trabalho, os sujeitos e/ou a sua família deveriam



ter a possibilidade de se manter com dignidade. Manter-se com dignidade significa alimentar-se, vestir-se, abrigar-se em habitação adequada, ter acesso ao lazer, ao transporte, à saúde, à educação, à previdência².

Para dizer da situação de trabalho do(s) sujeito(s), não basta dizer se alguém está ou não trabalhando. Necessárias são a contextualização e a interpretação de sua realidade, bem como do significado do trabalho – para aquele sujeito particular, no território onde se insere, no Estado e no país onde vive – e suas conexões com a política e a economia mundiais. Isso não significa afirmar que cada estudo social ou perícia social deva resultar em uma tese; tal operacionalização, com essa base de fundamentos, torna-se impraticável em um cotidiano de trabalho tenso que, muitas vezes, exige intervenções emergenciais, em condições de trabalho por vezes inadequadas e, não raro, com salários insuficientes para dar conta de uma formação continuada. O que se quer ressaltar com a afirmação precedente é que é importante manter vivo o exercício da criatividade e realizar uma permanente atualização em termos do movimento da realidade social, o que hoje pode ocorrer, por exemplo, via acesso a muitos endereços eletrônicos disponíveis na Internet ou por meio de grupos de estudos entre colegas – reunidos para estudo e debates em torno de temáticas comuns – a partir de textos, filmes, estudos de casos, estudos de resoluções ou planos pertinentes ao cotidiano de trabalho etc.

Significa, por exemplo, levar em conta que são inerentes ao exercício da profissão o conhecimento e a interpretação da realidade do mundo do trabalho. Essa realidade vem passando por grandes transformações nos últimos anos, em

² De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), para que o trabalhador brasileiro pudesse manter a família com dignidade, dependeria hoje de um salário mínimo necessário no valor de R\$ 1.565,61 considerando uma família composta por dois adultos e duas crianças. Conforme o Dieese, o salário mínimo necessário é o “salário mínimo de acordo com o preceito constitucional: ‘salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim’ (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV)”. O salário mínimo nominal – ou vigente – é de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais). Fonte consultada disponível em: <<http://www.dieese.org.br>> Acesso em: 14 fev. 2007.



termos de tecnologias, de relações e de regulamentações trabalhistas, atingindo todos os trabalhadores e mais diretamente aqueles que não tiveram ou não têm acesso a uma educação formal de qualidade, a uma qualificação profissional conectada aos avanços tecnológicos. O trabalho informal e a desregulamentação das relações de trabalho passam a fazer parte do cotidiano de milhares de trabalhadores. O desemprego e a insegurança trabalhista apresentam-se como dados reais para a grande parcela da população.

Uma pesquisa sobre as condições de trabalho dos assistentes sociais e psicólogos que atuam no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é exemplar quanto ao desvelamento da realidade da população envolvida nas ações judiciais, que tem um predomínio de indicadores de pobreza. De 280 respostas emitidas pelos sujeitos participantes da pesquisa, 131 descrevem as condições de vida da população com indicadores relativos a “miséria”, “carência socioeconômica”, “baixa renda”. O desemprego e o subemprego aparecem em 76 respostas. Soma-se, ainda, um quadro de ausências ou precariedades no que se refere à escolaridade e ao atendimento à saúde (FÁVERO, MELÃO, JORGE, 2005, p. 81-82).

Portanto, falar de trabalho, de emprego, de desemprego, de renda, em um relatório ou em um laudo, implica reunir conhecimento das referidas transformações e de como elas afetam a vida dos indivíduos e/ou famílias envolvidas nas ações judiciais. Como o desemprego, por exemplo, afeta as relações familiares; de que forma reage o homem, historicamente provedor da casa e da família, ao se ver desempregado e sem perspectivas de dar conta desse papel. Ainda que mudanças nas relações de gênero venham possibilitando novas feições a essa tradicional divisão de responsabilidades pelo público (homem) e pelo privado (mulher), a incorporação cultural de uma nova realidade demanda tempo. Nesse contexto, no dia a dia de trabalho, comumente os profissionais se deparam com histórias familiares que revelam que o sentimento de fracasso e vergonha por parte do homem/trabalhador que se vê sem condições, pela “incapacidade” – situada por ele no plano individual –, de dar conta desse papel, afeta o cotidiano de muitos trabalhadores desempregados e subempregados, resultando, por vezes, em



violência e/ou em rompimento de vínculos.

Assim como o homem, a mulher/mãe, nesse contexto, se vê como a única responsável pelo cuidado da casa e dos filhos e, ao mesmo tempo, responsável pelo provimento material da família. Portanto, ela precisa trabalhar para efetivar esse provimento. Para isso, necessita de suporte para manter os cuidados aos filhos, o que poderia, em princípio, encontrar na rede familiar e na rede de proteção social. Mas poderia – e em grande parte das vezes isso é real – não contar com o apoio da rede familiar, pelo fato de os familiares também não reunirem condições para tal. Da mesma maneira, qual a possibilidade de acesso a direitos como creches, escolas de ensino fundamental e médio, espaços de proteção para os filhos permanecerem quando estão fora do período escolar e durante o horário de trabalho da mãe? Dados dessa natureza o assistente social necessita conhecer para realizar a instrução processual. Por exemplo, por que não existe vaga suficiente em creche para dar conta da demanda? Qual é o orçamento previsto para projetos com essa finalidade? O que a legislação diz a respeito? Quais as informações e explicações sobre essa realidade que o assistente social pode oferecer em uma instrução processual de maneira a possibilitar que o Ministério Público, por exemplo, provoque o Poder Executivo para que cumpra a legislação, criando programas que garantam a convivência familiar e comunitária³?

A clareza teórica e o bom senso para discernir qual é a finalidade da “instrução” – que pode diferir de processo para processo – são essenciais para a base de fundamentação. Assim, para um estudo relacionado a abrigamento de criança e/ou adolescente em razão de precariedade material ou revisão de BPC para uma pessoa idosa, informações como as indicadas são fundamentais. Ao se trabalhar com uma demanda de disputa e regulamentação de guarda de filho por

³ Conforme o artigo 19 do ECA (Lei n. 8.069/1990), “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”. O artigo 4º dispõe que “É dever da família, da comunidade em geral e do Poder Público a efetivação dos direitos da criança e do adolescente à vida, à saúde, à alimentação e à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.



parte de uma família de classe média ou mesmo de média-alta, o conhecimento das condições econômicas é importante e de competência do assistente social, mas a relação com o mínimo necessário para a vida com dignidade não obrigatoriamente é item fundamental – exceto no que se refere a possíveis indicativos para a fixação de pensão alimentícia, por exemplo.

Quando se fala em fundamentos e base teórica, não se está falando de algo abstrato, fora da realidade e da possibilidade de efetivação. Fala-se de informações – descritas e interpretadas a partir da dinâmica da realidade social, política, econômica e cultural, de maneira a provocar ações cotidianas que garantam e efetivem direitos.

Assim, ao desenvolver um estudo social e registrá-lo em documento pertinente, informações como as descritas dão suporte à sua fundamentação. É essa fundamentação que pode fornecer elementos para que o magistrado forme seu juízo, de maneira a poder tomar uma decisão justa. Se questionado por meio de recurso (os envolvidos podem recorrer à instância superior para revisão da decisão, se a decisão for considerada injusta.), o magistrado pode recorrer ao estudo social para ratificar a sua decisão.

A fundamentação se reporta a direitos sociais constitucionalmente previstos, muitos deles consolidados ou em vias de consolidação em legislação específica. Assim, conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência Social, o Estatuto do Idoso, a Política de Seguridade Social, o Código Civil – especialmente os artigos relativos à família –, a Lei de Execução Penal, por exemplo, insere-se nos fundamentos necessários que o assistente social deve dominar para o exercício de suas competências. Não para informar ao defensor, ao Ministério Público ou ao magistrado o que diz a lei – cujo domínio é uma de suas competências, mas para oferecer elementos que possibilitem a transmissão adequada da mensagem, demonstrando que os dados da realidade se conectam ou se contradizem no tocante à lei. Isso não significa que o profissional deve ater-se ao estrito legalismo – o qual, se tomado em sua positividade, pode até, dependendo da



interpretação, dificultar a garantia e/ou efetivação de direitos. Mas, sim, que ele deve fazer uso do que a legislação brasileira avançou em termos de possibilidades (explícitas e implícitas), no que se refere aos direitos humanos e sociais, de maneira a garantir a dignidade humana. Conforme Comparato⁴,

a finalidade última do ato de julgar consiste em fazer justiça, não em aplicar cegamente as normas do direito positivo. Ora, a justiça, como advertiu a sabedoria clássica, consiste em dar a cada um o que é seu. O que pertence essencialmente a cada indivíduo, pela sua própria natureza, é a dignidade de pessoa humana, supremo valor ético. Uma decisão judicial que negue, no caso concreto, a dignidade humana é imoral e, portanto, juridicamente insustentável.

Nesse sentido, acompanhar – e estar informado de – resoluções e planos aprovados pelos Conselhos de Direitos, nas três esferas de governo, manter-se atualizado sobre conteúdos de planos, projetos de lei e leis, relacionados ao trabalho cotidiano, é fundamental para a “instrução social” processual. Por exemplo, em dezembro de 2006, foi aprovado pelo CONANDA e pelo CNAS o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária⁵, cujas ações previstas envolvem o trabalho do assistente social na Justiça da Infância e Juventude, nos abrigos, no trabalho de adoção etc. Está tramitando no Congresso Nacional projeto de lei sobre guarda compartilhada de filhos⁶, o que significa que em breve a guarda compartilhada

⁴ Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/comparato>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

⁵ Plano que enumera uma série de objetivos relacionados à efetivação da convivência familiar e comunitária, sendo o primeiro deles: “Ampliar, articular e integrar as diversas políticas, programas, projetos, serviços e ações de apoio sócio-familiar para a promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária”.

⁶ Segundo Brito (2004, p. 356), a guarda compartilhada ou conjunta “não significa uma divisão estrita das horas que a criança passa com cada genitor – dispositivo denominado como guarda alternada. No modelo de guarda conjunta, apesar de a criança residir com um dos pais, deve-se garantir uma convivência ampliada com ambos os genitores, responsáveis pela educação das crianças. Se durante a vigência da união conjugal os filhos representam cuidados e responsabilidades que devem ser compartilhados, após a separação, o que se reconfigura é o estado referente à conjugalidade, e não à parentalidade”.

poderá tornar-se uma norma legal, um direito do filho e dos pais⁷ e não uma opção ou resultado de um processo de mediação familiar ou de conciliação⁸. Em 2006 também foi aprovada a Lei Maria da Penha⁹, por meio da qual todo caso de violência doméstica contra a mulher passa a ser considerado crime. Os registros de agressão irão gerar inquéritos policiais e os julgamentos dar-se-ão nos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou nas Varas Criminais até que sejam criados os juizados específicos. Para a instrução dos processos, o juiz poderá valer-se de avaliações realizadas por profissional especializado. Recentemente, também foi instituído o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), por meio do qual se pretende priorizar as medidas socioeducativas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) no atendimento a adolescente em conflito com a lei, em detrimento das restritivas da liberdade (semiliberdade e internação em estabelecimento educacional, a serem usadas em caráter de excepcionalidade e brevidade).

Em termos de políticas sociais, no Brasil, há uma política de educação e de saúde de caráter universal, mas com condições de acesso precário em muitos locais do país, existindo tanto cidades com compromisso político e econômico de atendimento digno no que se refere a essas políticas como aquelas – a maioria, na realidade brasileira – cujo acesso a serviços públicos de saúde e educação é extremamente deficitário. A Política Nacional de Assistência Social, que tem como principal função a proteção social, a ser operacionalizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), prevê níveis de proteção básica e especial, inserindo-se

⁷ Exceto, evidentemente, para casos de comprovada incapacidade ou inadequação de pai ou mãe permanecer com o filho.

⁸ Ainda que com a aprovação da lei esses procedimentos não sejam excluídos, ao contrário, poderão facilitar o processo de diálogo, de compreensão e de estabelecimento de bases para o compartilhamento da guarda.

⁹ Lei Federal n. 11.340/2006, que, de acordo com seu artigo 1º, “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar”.



nesta última as situações de média complexidade e de alta complexidade¹⁰, com as quais o assistente social se depara no cotidiano de trabalho, em variadas áreas de atuação, entre elas, as situadas no campo sociojurídico.

É necessário refletir sobre o fato de que o estudo realizado envolve seres humanos que vivem em condições objetivas, as quais afetam sua subjetividade e são por ela afetadas. O assistente social também tem sua subjetividade afetada nessas relações de trabalho. Nesse sentido, o conhecimento científico e a reflexão ética são fundamentais para a posição que o profissional assume nas relações com os sujeitos e nos registros e pareceres que emite. Assim, no cotidiano de trabalho, lida com sujeitos que mantêm ou mantiveram relações familiares com diversas realidades e configurações. Falar de família e de relações familiares faz parte da maioria das instruções sociais processuais realizadas pelo assistente social. Como realizar um estudo social a partir da situação de um adolescente em conflito com a lei sem saber de sua história de vida¹¹, de seu processo de socialização¹², de suas relações familiares ao longo de sua existência e naquele momento da intervenção?

Elaborar instruções processuais sobre a realidade familiar exige capacitação e informação a respeito da realidade e da diversidade das famílias na contemporaneidade: das tantas famílias chefiadas por mulheres, muitas delas avós; do crescente – mesmo que ainda não tão expressivo – número de homens chefiando famílias sozinhos; das uniões consensuais sem vínculo legal, das uniões homoafetivas, das famílias extensas, das famílias unidas por laços consanguíneos e das famílias unidas por laços de afetividade etc. Da circulação de crianças,

¹⁰ Nas de média complexidade, encontram-se os cidadãos e famílias com vivência de negligência, abandono, ameaça, maus-tratos, violações, discriminações sociais e medidas socioeducativas. Nas de alta complexidade encontram-se as famílias e os indivíduos que estão sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando de ações protetivas especiais temporárias, fora de seu núcleo familiar e comunitário (NOB – SUAS, 2005).

¹¹ História de vida não enquanto uma história linear e cronológica, mas, sim, uma história forjada em uma realidade mediada por fatores objetivos e subjetivos que condicionaram sua realidade e/ou sua condição hoje.

¹² Sobre processo de socialização, conferir BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Tradução F. A. Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

decorrente de elementos culturais ou enquanto estratégia de sobrevivência¹³; do desenraizamento familiar provocado por separações, distâncias geográficas, migrações etc.

Esse trabalho implica a busca de condições para estabelecer distanciamento ou para rever concepções com as quais nos colocamos individualmente em relação à nossa própria família ou às relações familiares em geral, a fim de conhecer efetivamente essa outra família, que pode ter uma constituição e uma concepção – por opção ou por contingência – opostas à concepção pessoal do profissional.

Vale aqui registrar a fala de Sarti (2003, p. 34-35) a respeito de famílias e políticas sociais, para fazer um paralelo em relação ao trabalho com famílias no âmbito da instrução social processual. Essa autora diz que refletir sobre famílias e pensar as políticas sociais a elas direcionadas “implica pensar a relação entre si e o outro”. Nesse caso, afirma que entram em jogo duas ordens de questões:

[...] de um lado, a idealização da família, projetada num dever ser (e da própria afetividade como um mundo que exclui o conflito); de outro, está a idealização de si, por parte dos profissionais, expressa na tendência a atribuir-se exclusivamente um saber, com base em sua formação técnica, e negar que a família assistida tenha um saber sobre si própria.

Ouve-se o discurso das famílias como ‘ignorância’, negando que este possa ser levado em conta como um diálogo entre pontos de vista. Essa tendência à desqualificação do outro será tanto mais forte quanto mais a família assistida pertencer aos estratos mais baixos da hierarquia, reproduzindo os mecanismos que instituem a desigualdade social.

¹³ Fonseca (1995) trata do tema circulação de crianças como parte da realidade cultural, no livro *Caminhos da adoção*. No estudo *Rompimento dos vínculos do pátrio poder*, Fávero (2001) fala da entrega de filhos a outros enquanto estratégia de sobrevivência. Esse livro, revisto e atualizado, está sendo reeditado com o título *Questão social e perda do poder familiar* (FÁVERO, 2007 – no prelo).

À dificuldade que o tema da família apresenta, por sua forte identificação como nossas próprias referências e pelo esforço de estranhamento que a aproximação ao outro exige, soma-se o problema do estatuto que atribuímos ao nosso próprio discurso e, conseqüentemente, ao discurso do outro.

Considerar o ponto de vista alheio envolve o confronto com o nosso ponto de vista pessoal, o que significa romper com o estatuto de verdade que os profissionais, técnicos e pesquisadores, tendem a atribuir a seu saber. Esse estranhamento permite relativizar seu lugar e pensá-lo como um entre outros discursos legítimos, ainda que enunciados de lugares socialmente desiguais.

Nesse sentido, a reflexão ética se apresenta como essencial no exercício profissional que projeta uma direção social comprometida com a liberdade, a democracia, a efetivação de direitos humanos e sociais, a emancipação humana.

3 Ética: apontamentos para pensar a instrução social

Como pensar a ética – que envolve valores – em relação ao conhecimento de fatos objetivos que a lei e o sistema Judiciário têm como objeto de julgamento, de decisões, de análises?

Conforme Lyons (1990, p. 6), “os fatos podem ser observados, ou ao menos eles podem ser verificados por técnicas empíricas. Mas os valores (diz-se) não descrevem o mundo; eles expressam nossos desejos, esperanças, vontades, atitudes e preferências”.

O diálogo com o(s) sujeito(s) envolvido(s) na ação judicial, isento de conceitos estabelecidos *a priori*, é essencial no trabalho do assistente social. A consciência de que o saber que acumula enquanto especialista, se cristalizado, aumenta o risco de não considerar o saber do outro, os significados atribuídos pelo outro a partir de sua realidade, exige um exercício ético inerente ao esforço e ao



dever de isolamento do preconceito, da banalização da vida humana, do risco da imersão total nas atividades e exigências postas no cotidiano sem levar em conta o necessário distanciamento para a reflexão teórica, para a reflexão ética, para a efetiva ação em conexão com a competência técnica, ética e política.

Konder (2002, p. 66), em estudos sobre o pensamento de Lukács, aponta que, para esse autor, a imersão na cotidianidade é inevitável aos indivíduos: em razão das necessárias simplificações e generalizações às quais eles recorrem no dia a dia; “a dimensão **teórica** da consciência deles é obrigada a autolimitar-se, em função de uma entrega inevitável do espírito às múltiplas demandas de constantes adaptações e ações práticas imediatas”.

O mesmo autor observa que essa “consciência cotidiana” é “complexa e contraditória”: ela necessita, de um lado, “simplificar seus critérios e suas motivações, sob o signo do **imediato**” e, de outro, “ela se serve da linguagem, isto é, de um sistema cheio de **mediações** complicadas”. O conhecimento científico (e também o filosófico e o artístico, conforme Lukács) enriquece a compreensão do mundo e de si próprio por parte do ser humano, possibilitando, assim, a superação “dos limites da consciência cotidiana” e, por consequência, a “efetivação de transformações históricas” (KONDER, op. cit., p. 66).

Assim, ainda que o profissional esteja necessariamente inserido na cotidianidade, o grande desafio que tem pela frente relaciona-se à possibilidade de estabelecer algum distanciamento e desenvolver a reflexão crítica sobre ela, a investigação científica a respeito das situações com as quais ele se depara no dia a dia da intervenção. A criatividade e a curiosidade em busca de novas respostas e novas maneiras de agir são elementos que podem impulsionar transformações, o que exige ultrapassar o imediato, ou a “aparência” dos dados empíricos.

Fazer o exercício da aproximação necessária e inevitável ao cotidiano, ao imediato colocado no dia a dia da intervenção profissional, e do distanciamento, para pensar os dados empíricos a partir de referenciais teóricos e valorativos



contidos no projeto da profissão, é o que pode possibilitar o conhecimento dessa realidade, o respeito aos saberes e à diversidade revelados nessas situações, e a análise conectada com a competência profissional.

A intervenção do Poder Judiciário junto aos indivíduos, famílias e grupos sociais, requer uma análise enquanto intervenção do Estado na família. Uma intervenção que apresenta riscos e dificuldades, especialmente no que se refere ao estabelecimento de limites entre o direito à proteção e o direito à privacidade, por exemplo. Que ação realizar e como empreendê-la, de maneira a contribuir com a proteção como direito, e não como inserção na vida privada do sujeito ou da família, enquanto detentor de um saber-poder direcionado pelo autoritarismo, pelo preconceito, pelo controle de comportamentos e atitudes?

Mioto (2004, p. 50) estabelece relação com a ideia de proteção subjacente à intervenção junto à população em outros espaços de trabalho no âmbito do Poder Público, ou que executam programas a ele vinculados, e afirma que o direito à privacidade e o direito à proteção – pelo Estado – são colocados em choque no cotidiano da intervenção com famílias, pois esse último, ao mesmo tempo que fornece “recursos e sustentação às famílias”, movimenta “estratégias de controle”. Uma situação que se torna mais complicada “quando se observa que a permeabilidade dos limites da privacidade familiar é diretamente proporcional à vulnerabilidade social”, na medida em que a família pobre está mais sujeita a “visitas domiciliares” em situações que envolvem suspeitas de violência, por exemplo, do que famílias que, em razão de sua condição social diferenciada, conseguem manter sua privacidade, solucionando “suas violências” sem torná-las públicas.

Considerando que, especialmente na Justiça da Infância e Juventude e cada vez de maneira mais frequente na Justiça da Família e das Sucessões, a família atendida se coloca, da ótica do Estado e dos demais prestadores de serviços, entre aquelas que historicamente têm sido incapazes de suprir suas necessidades e cuidar de seus membros, como instruir processos do ponto de vista social,

considerando-as enquanto sujeitos sociais e políticos, deixando de focalizar suas demandas tão somente enquanto “demandas” decorrentes de problemas individuais? Como fazê-lo, deixando de centrar a atenção do trabalho em “indivíduos-problema”, como “a criança, o adolescente, a mulher, o idoso, a partir de situações específicas, tais como a doença, a delinquência, o abandono, os maus-tratos, a exploração”, de maneira a levar em conta “os processos relacionais como um todo”? (MIOTO, 2004, p. 55).

Quando realiza um estudo social, o profissional estabelece relações com sujeitos históricos, que vivem situações concretas, construídas socialmente. Se ele parte do pressuposto de que nesse estudo deve considerar a dimensão do trabalho, da família, das políticas sociais, da cultura etc., necessária é a reflexão sobre o significado dessas dimensões e as relações que as determinam, inseridas na totalidade do mundo social.

Falar, portanto, de trabalho, de família, de políticas sociais, de território, de cultura, localizar nas relações que os sujeitos mantêm com essas dimensões da realidade o objeto de sua ação, exige o conhecimento e a crítica permanente dessa realidade. Se, por exemplo, “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores [...]”¹⁴, quais são as condições sociais – internas e externas à vida familiar – para que os pais cumpram esses deveres? E se não o estão cumprindo, quais as explicações a serem dadas? É possível levantar dados que indiquem que tal descumprimento é resultado de negligência? Ou constatar que as condições materiais de existência para uma vida com dignidade estão aquém de suas possibilidades concretas de acesso, pelas determinações conjunturais e estruturais dadas pela sociedade desigual onde vivem? E como o Poder Público está aparelhado em termos de políticas e programas sociais para o cumprimento desse dever¹⁵?

¹⁴ Artigo 22, Lei n. 8.069/1990, ECA.

¹⁵ O artigo 23 do ECA (Lei n. 8.069/1990) dispõe que “A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder [leia-se poder familiar – atual Código Civil]”. E completa, em parágrafo único: “Não existindo outro motivo que por si só



Esse exercício permanente de investigação da realidade é um dever profissional, nem direção à superação de preconceitos, à superação de um saber *a priori*, para a valorização e não a desqualificação – ou autodesqualificação – do trabalho profissional.

4 Instrumentos técnico-operativos: fundamentos para a instrução social

O Serviço Social constitui-se pelas dimensões ético-política (poder), teórico-metodológica (saber) e técnico-operativa (fazer), as quais interagem enquanto mediações da prática profissional, em diferentes espaços sociocupacionais (MARTINELLI, 2005). As três dimensões caracterizam e fundamentam a intervenção nesses espaços e a elas se somam os conhecimentos relativos às particularidades e às especificidades de cada área de intervenção.

Os documentos que integram um processo judicial, como relatórios, laudos e pareceres sociais, são registros reveladores dessas dimensões, as quais são documentadas em sua objetividade, mas também revelam traços da subjetividade dos sujeitos.

A partir de demandas objetivadas em ações de separação litigiosa e disputa da guarda de filhos – inclusive para acesso a benefícios assistenciais, destituição do poder familiar, adoção, abrigo de crianças e adolescentes, aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes em conflito com a lei, crime de violência doméstica contra criança, adolescente, mulher, violência urbana, aplicação da lei de execução penal, concessão e/ou revisão de BPC etc. –, o assistente social desenvolve trabalhos que podem incluir orientação, articulações e encaminhamentos à rede social, contatos e entrevistas com membros da rede familiar, articulações com organizações de defesa de direitos e de controle social, programas de mediação familiar, entre outros. Contudo, a solicitação institucional

autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio”.



mais comum à área de Serviço Social¹⁶ diz respeito aos subsídios para a decisão judicial, os quais, via de regra, são colhidos, organizados e analisados por meio do estudo social, que pode ser efetivado ora de maneira mais aprofundada, ora mais brevemente, dependendo da demanda e da necessidade apresentadas.

5 Estudo social e perícia social

O estudo social é um processo de trabalho de competência do assistente social¹⁷. Tem como finalidade conhecer e interpretar a realidade social na qual está inserido o objeto da ação profissional, ou seja, a expressão da questão social ou o acontecimento ou situação que dá motivo à intervenção.

Como no sistema de justiça o estudo social é realizado com a finalidade de instruir o processo com conhecimentos da área de Serviço Social, recebe também a denominação de perícia social, isto é, um perito – especialista em determinada área de conhecimento, no caso, em Serviço Social – é nomeado para realizar um estudo e emitir um parecer a respeito. O registro desse estudo ou perícia, com suas conclusões e seu parecer, dá-se, geralmente, por meio de um relatório social ou de um laudo social, trabalho esse regulamentado na legislação que dispõe sobre a profissão como atribuição privativa do assistente social¹⁸. O que significa que, qualquer profissional de outra área, servidor ou não, que aceite eventual designação para realização de trabalho dessa natureza deve ser denunciado aos órgãos de segurança pública ou de justiça¹⁹.

No meio judiciário, o estudo e/ou perícia social pode ser realizado por assistente social servidor da instituição, por servidor de outro órgão da

¹⁶ Bem como à área da Psicologia, com a qual o Serviço Social atua interdisciplinarmente em muitos desses espaços de trabalho.

¹⁷ Em *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos*, organizado pelo CFESS (2003), essa metodologia de trabalho é apresentada de maneira mais detalhada. Parte das informações aqui expostas a respeito do estudo social baseia-se em texto que compõe esse livro, a saber, *O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária* (Fávero, Eunice T.).

¹⁸ Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social. Conforme essa lei, é atribuição privativa do assistente social a realização de “vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social”.

¹⁹ É importante que o responsável por tal designação seja informado a respeito das prerrogativas do assistente social.



Administração Pública estadual ou municipal, eventualmente solicitado para prestar serviços, e por perito ou assistente técnico, evidentemente, com formação na área²⁰.

É prerrogativa do assistente social designado para a realização do estudo social e/ou perícia social definir os meios necessários para atingir a finalidade de sua ação. É esse profissional que, por uma ação refletida e planejada, define quais conhecimentos deve acessar e em que nível vai aprofundá-los; se necessita realizar entrevistas, com quem e quantas pessoas (por exemplo, com a criança²¹, o adolescente, o pai, a mãe, outro adulto, responsáveis por escola ou outro equipamento social que frequentam etc.), se deve realizar visitas domiciliares e/ou institucionais, se precisa estabelecer contatos variados com a rede familiar e a rede social, se deve consultar material documental e bibliográfico e quais; etc.

Em muitos casos, o assistente social poderá ser solicitado a responder quesitos²², que são questões relativas a esclarecimentos que as partes envolvidas na ação, representadas por seus defensores, formulam, para as quais avaliam que o profissional deveria trazer respostas. Nesse caso, o assistente social responde àquelas que dizem respeito a prerrogativas, princípios e especificidades da profissão – em itens específicos ou no corpo do registro²³ –, seja relatório ou laudo, apontando também, se for o caso, que não é de sua competência oferecer respostas a eventuais quesitos que fogem à sua área de formação.

²⁰ O assistente técnico tem atuado principalmente na Justiça da Família, sendo nomeado, e remunerado, por indicação do defensor de uma das partes envolvidas no conflito. Sua ação tem respaldo legal e deve dar-se em consonância com as prerrogativas profissionais e os princípios éticos que norteiam a profissão, o que significa que, embora contratado por uma das partes, sua ação não se dá enquanto defensor daquela parte, mas enquanto mais uma possibilidade de conhecimento técnico-científico da situação objeto da ação judicial.

²¹ É importante que o profissional sempre mantenha contato com a criança, independentemente de sua faixa etária. A observação de seu dia a dia, suas reações, suas relações, sua fala, sempre que possível, é fundamental para se colher elementos possibilitadores de ações que lhe garantam o direito à proteção integral.

²² O que é mais comum em processos que tramitam na Justiça da Família. Nesse caso, geralmente o defensor de uma ou de ambas as partes em litígio indica questões (por ele elaboradas diretamente ou indicadas a ele por assistente social contratado pelas partes, como assistente técnico).

²³ Nesse caso, informando que os quesitos estão respondidos no corpo do documento apresentado.



Embora a ação do Serviço Social relacionada a instruções processuais vincule-se essencialmente ao oferecimento de conhecimentos para suporte a uma decisão judicial, o assistente social atua em diferentes instâncias do sistema Judiciário, e geralmente cada um delas tem características, normas, rotinas e demandas diferenciadas. Assim, geralmente, o trabalho na Justiça da Infância e Juventude difere daquele realizado na Justiça da Família, na Justiça Criminal, nos Juizados Cíveis etc. Cada uma dessas organizações e/ou instâncias tem suas particularidades e segue trâmites, muitas vezes, norteados por diferentes legislações. Na Justiça da Infância e Juventude trabalha-se basicamente a partir das normas ditadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e suas ações visam à proteção integral da criança e do adolescente. Na Justiça da Família, o Código Civil é que norteia as ações, ainda que, por razões óbvias, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em muitas ações, necessita ser observado. A Justiça Criminal tem como base o Código Penal e a Lei de Execuções Penais. O Serviço Social na Justiça Federal trabalha com muitos estudos relacionados a revisões de benefícios previstos na legislação relacionada à seguridade social.

Se nessas últimas instâncias o assistente social é requisitado, muitas vezes, na condição de perito, com objetivos de realizar o estudo/perícia social, na Justiça da Infância e Juventude ele também oferece subsídios à decisão judicial, mas sua ação pode diluir-se em vários momentos e etapas, implicando – como se adota em alguns locais – o trabalho de acompanhamento do caso, o que exige informes e relatórios diversos, parciais (no sentido de que se registra determinado momento ou ação), sequenciais. Nessa situação, nem sempre o registro do estudo/perícia social é apresentado em um único documento.

Cada área dessas merece um enfoque particular, que foge à proposta e às possibilidades deste texto. Em razão disso, abordam-se aqui apenas alguns dos principais instrumentos, técnicas e procedimentos de intervenção comuns a elas.

Em seguida, apresentam-se alguns aspectos importantes do cotidiano de trabalho, relativos a procedimentos operativos. Conforme indicado, não se



pretende dar conta da complexidade e diversidade de elementos que constituem esses instrumentais e que podem se fazer presentes no seu uso. Tratar-se-á apenas de alguns indicativos de ações e possíveis respostas relativas ao dia a dia de trabalho, cujo conhecimento poderá ser aprofundado em bibliografia específica.

6 Entrevista

Ao se realizar uma entrevista, parte-se de um objetivo profissional e se almeja uma finalidade. Sempre que possível, o primeiro passo para desenvolvê-la é munir-se das informações referentes a antecedentes da situação a ser estudada, para obter elementos que possibilitem o avanço do diálogo, evitando que o usuário seja obrigado a repetir informações que já constam de um prontuário ou auto processual.

Apresentar-se e informar ao sujeito entrevistado os objetivos do trabalho faz parte dos deveres e da conduta ética profissional. Ao realizar uma entrevista em razão de uma ação processual, o assistente social, independentemente de sua postura e de seu desejo, está em uma posição de poder: ele representa, para o sujeito, o Poder Judiciário ou outra instituição de poder que integra o sistema de justiça, que tomará uma decisão a respeito de sua vida, de sua família, de sua comunidade. O limite entre a busca do conhecimento para a garantia e efetivação de direitos e a invasão de privacidade de maneira arbitrária é tênue. Nesse espaço de poder, institucional e vinculado ao saber profissional, é necessário usá-lo, sim, mas sempre de acordo com as diretrizes éticas e metodológicas da profissão. O profissional necessita estar constantemente alerta para não fazer, por exemplo, do desejo de colocar uma criança aos cuidados de uma família que reúna aparentes condições subjetivas e condições objetivas para dar-lhe cuidados e formação dignas, um ato de desqualificação da família de origem, sem a necessária contextualização da situação sociocultural que engendrou um suposto abandono ou entrega de uma criança a outros.



O objeto da ação processual (como regulamentação de guarda de filho; destituição do poder familiar; interdição de pessoa idosa; aplicação de medida socioeducativa; revisão de BPC etc.) e os objetivos da entrevista definirão os conteúdos a serem abordados. Em uma entrevista com um pai e/ou mãe que disputam judicialmente a guarda de um filho, por exemplo, existem particularidades da cultura, do processo de socialização, da história de vida que necessitam ser desvelados, sem que se enverede por outras áreas do conhecimento que não são de competência do assistente social, as quais, sempre que possível, podem ser somadas por meio do trabalho interdisciplinar ou com a indicação de indícios de situações e/ou atitudes para as quais seria recomendável a avaliação por profissional de outra área do saber. Em uma entrevista com um jovem que praticou um ato infracional e com seus familiares, também existem particularidades de seu processo de socialização, de sua história de vida, de seus projetos, seus desejos, suas perspectivas. Em ambas as situações, ainda que tenham natureza distinta e diferentes objetivos, há informações socioeconômicas e familiares que cabe ao assistente social conhecer, a fim de informar acerca da realidade social de cada sujeito, de suas condições sociais; de seu acesso ou não à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à alimentação; sobre o território em que vive, o acesso a bens e serviços sociais e culturais; suas relações familiares, seus valores, enfim, um conjunto de informações que, registradas no que é fundamental ao processo, e analisadas do ponto de vista do Serviço Social, irão compor a instrução processual.

7 Visita domiciliar

A definição da necessidade de visita à moradia dos sujeitos envolvidos na ação processual para a complementação do estudo social é de competência do assistente social. Ela é comumente usada em várias instâncias de trabalho no Judiciário como mais uma possibilidade de dialogar e conhecer a realidade sociocultural e familiar dos sujeitos, a partir de seu espaço de vivência – em condição diferente à da entrevista realizada no espaço físico de um fórum.



Essa visita se apresenta como mais uma possibilidade de entrevista, de conhecimento do território onde os sujeitos vivem, das possibilidades ou impossibilidades de acesso a bens e serviços que efetivem direitos sociais, de outros espaços relacionais. Enfim, trata-se de um procedimento com o objetivo de complementar o estudo, e não de fiscalizar ou de invadir a privacidade da vida cotidiana dos sujeitos. Por mais que uma visita tenha como objetivo, por exemplo, a garantia de proteção de uma criança denunciada por maus-tratos sofridos na família – e ela, por ser indefesa e não ter autonomia para se proteger, necessita, muitas vezes, da intervenção do Estado –, o contato estabelecido pelo profissional com a família deve pautar-se por regras éticas e também pelo bom senso, de maneira que o assistente social possa discernir a real informação que contribuirá para a proteção e a que pode assemelhar-se a um inquérito policial, o que foge, obviamente, de qualquer possibilidade de um trabalho competente no sentido ético-político.

8 Encaminhamentos/articulação com rede familiar e social

O assistente social, ao realizar um estudo para subsidiar a ação judicial, também se depara com situações que exigem e que possibilitam articulações e ações com vistas em atender a uma necessidade e/ou direito dos sujeitos com os quais interage nesse trabalho, dependente ou independentemente dos objetivos do estudo que realiza. O que significa que, do ponto de vista profissional, ele tem a prerrogativa e o dever de intervir na situação para além do estudo ou a intervenção pode vir a trazer dados importantes ao estudo. Por exemplo, se em uma avaliação de revisão de BPC ele encontra uma pessoa idosa ou uma pessoa com deficiência que poderia ter acesso a outros direitos ou poderia contar com algum recurso da rede familiar e da rede social para melhor qualidade de vida, é papel do assistente social realizar esse encaminhamento ou, dependendo do caso, apontar essa possibilidade no relatório ou laudo, de maneira a que o Ministério Público e/ou o magistrado, por meio da aplicação da lei, garanta o acesso a tal direito. Se, em outra situação, um jovem está com algum problema de saúde não identificado ou identificado, mas sem o encaminhamento necessário para os



devidos cuidados, e os familiares desconhecem os recursos necessários para os devidos cuidados ou a eles não têm acesso, compete ao profissional de assistência social atitude similar à indicada anteriormente.

Esses exemplos têm o intuito de esclarecer que, mesmo que solicitado para uma perícia, o assistente social pode – e, em muitas situações, deve – ir além do procedimento da constatação, descrição e interpretação da situação. A ação em prol da possibilidade de efetivação de direitos pode ser parte integrante de informações importantes a serem registradas em relatórios e laudos que instruirão o processo judicial.

9 Registros na instrução social processual

Os registros mais comumente elaborados pelo assistente social, que integrarão os autos processuais, são o informe, o relatório, o laudo e o parecer.

Denomina-se informe ou informação técnica, o documento que relata, geralmente de maneira breve, alguma informação inicial ou complementar relacionada à ação processual, o que pode variar dependendo da dinâmica de cada espaço de trabalho e/ou instância judiciária²⁴.

O relatório social, por sua vez, apresenta de maneira descritiva e interpretativa o registro de uma ou mais entrevistas, iniciais ou de acompanhamento. Esse documento também pode ser mais detalhado, dando conta de uma entrevista aprofundada, de maneira a registrar os aspectos do caso pertinentes à área de atuação do Serviço Social. Em algumas situações, sobretudo relativas à Justiça da Infância e da Juventude, pode ser o único documento da área a compor os autos, por exemplo, em alguma medida de guarda de criança a terceiros, em que há consenso entre todos os envolvidos (partes e técnicos) quanto

²⁴ Existem Varas da Infância e Juventude em que, na maioria das vezes, é o assistente social, ou ele em conjunto com o psicólogo, que faz o primeiro atendimento aos sujeitos e, por meio de uma informação geralmente mais breve – a depender da gravidade ou não da situação –, dá início ao processo. Em outras, ele recebe o processo já autuado pelo cartório e com determinação judicial para a realização de estudo social.



à sua adequação. Pode acontecer ainda que os autos sejam compostos por vários relatórios, realizados em momentos diferentes, os quais, no seu conjunto, apresentam a dinâmica de um estudo social e/ou a realização do acompanhamento. Em ações que envolvem a medida protetiva de abrigo, por exemplo, os registros podem acontecer dessa maneira.

O relatório social é o documento no qual constam o registro do objeto de estudo, a identificação dos sujeitos envolvidos e um breve histórico da situação, a finalidade à qual se destina, os procedimentos utilizados, os aspectos significativos levantados na entrevista e a análise da situação. O profissional deve valer-se de suas competências teóricas, éticas e técnicas para avaliar os aspectos importantes a serem registrados, considerando aqueles que, de fato, podem contribuir para o acesso, a garantia e a efetivação de direitos. Assim, é desnecessário o registro excessivamente detalhado de informações que não servirão para os objetivos do trabalho. Pode-se, inclusive, dotar o setor de trabalho de prontuários próprios do Serviço Social, mantidos sob sigilo em respeito aos princípios éticos, documentando-se no relatório anexo aos autos tão somente as informações e análises importantes ao andamento do processo.

O laudo social é outro tipo de documento, utilizado como uma das “provas” que instruirá o processo e que poderá dar suporte à decisão, à sentença judicial.

O laudo é o registro que documenta as informações significativas, recolhidas por meio do estudo social, permeado ou finalizado com interpretação e análise. Em sua parte final, via de regra, registra-se o parecer conclusivo, do ponto de vista do Serviço Social. Conclusivo no sentido de que deve esclarecer que, naquele momento e com base no estudo científico realizado, chegou-se à determinada conclusão. Para a efetivação desse registro, o profissional vai ter como referência conteúdos obtidos por tantas entrevistas, visitas, contatos, estudos documental e bibliográfico que considerar necessários²⁵ para a finalidade do trabalho.

²⁵ Nas várias instâncias da justiça em que pode ser requisitado o estudo social com a apresentação do laudo, geralmente o profissional obedece a um prazo para a realização/conclusão do trabalho.



Sua apresentação geralmente segue uma estrutura constituída por: introdução, indicando a demanda judicial e objetivos do trabalho; identificação das pessoas envolvidas na ação e que direta e indiretamente estão incluídas no estudo; a metodologia utilizada para a efetivação do trabalho (entrevistas, visitas, contatos, estudos documental e bibliográfico etc.) e a definição breve de alguns conceitos utilizados, na medida em que o receptor da mensagem contida nesse documento não necessariamente tem familiaridade com os conhecimentos da área do Serviço Social. Assim, seu caráter científico e as especificidades da área são clareados; em sequência, registram-se os aspectos socioeconômicos e culturais que podem ser permeados pela análise ou finalizados com a análise interpretativa e conclusiva, também denominada de parecer social. O parecer social sintetiza a situação, apresenta uma breve análise e aponta conclusões ou indicativos de alternativas, que irão expressar o posicionamento profissional frente ao objeto de estudo.

Assim como o relatório, o laudo não necessariamente precisa detalhar todos os conteúdos do estudo realizado. São importantes, sim, a documentação desses conteúdos e o seu arquivamento, de maneira que o profissional a eles tenha acesso, se necessário, obedecendo ao sigilo profissional. Em consonância com as diretrizes e os princípios éticos da profissão, o assistente social é que vai poder dizer, em cada situação, o que deve ser objeto de maior detalhamento.

O parecer social pode ser parte final de um laudo ou pode ser realizado em razão de determinação judicial, com base em conteúdos já documentados nos autos e/ou informações complementares. Como exemplo, pode ser citado o parecer emitido a partir da análise dos autos processuais referentes a uma criança e/ou adolescente que cumprem medida protetiva de abrigo; ou parecer emitido por assistente técnico a respeito de estudo social realizado por outro profissional da área.

Assim, os instrumentos e procedimentos necessários para efetivá-lo também estão condicionados a esse prazo. Dependendo da situação e da impossibilidade de o profissional dar conta da realização do estudo no prazo determinado, ele pode solicitar dilação de prazo. Entretanto, é necessário observar a importância de, sempre que as condições possibilitarem, contribuir para a agilização do trabalho da justiça, enquanto respeito aos direitos do(s) cidadão(s) envolvido(s) na ação judicial.



Conforme Dhamer Pereira (et al., 2003, p. 93), em estudo sobre exames criminológicos, o que deve ser dito e a maneira de interpretação dos dados empíricos obtidos em uma entrevista devem ser objeto de preocupação constante por parte do profissional. Nesse trabalho, é necessário ter o suporte não apenas das disciplinas fundamentais à área profissional, mas o conhecimento possibilitado por outras disciplinas da área das ciências humanas e sociais, que irão permitir “a análise das contradições sociais numa perspectiva de totalidade”. Tal conhecimento evita que se caia “na rotinização de exames meramente descritivos, sem uma elaboração mental sobre os dados coletados nas entrevistas ou em qualquer outro instrumento necessário ao conhecimento da situação” em relação à qual o profissional se pronuncia.

Todos os registros que o assistente social junta aos autos serão, a partir daí, meios de comunicação de mensagens. Comunica-se, então, uma mensagem de uma área específica do conhecimento a profissionais de outras áreas do conhecimento, os quais, ao realizar a leitura, o farão com determinados objetivos e a partir de determinadas perspectivas, nem sempre coincidentes com as do profissional que emitiu a mensagem. Para que o receptor da área do Direito, por exemplo, compreenda o teor da mensagem do profissional da área do Serviço Social, é fundamental que este conheça as normas da língua formal, que faça uso da coerência, objetividade e clareza de linguagem, que estabeleça critérios para destacar os dados mais significativos, que emita uma linguagem técnica, evidentemente, contudo evitando referências literais a terminologias ou conceitos²⁶ muito específicos que, em vez de dar clareza à informação, poderão deixar pontos obscuros ou levar o magistrado a não considerá-la por não compreendê-la integralmente²⁷.

²⁶ A explicitação de determinados conceitos é importante no registro de alguns estudos, para fundamentar o posicionamento do profissional. O que se deve evitar é a referência a determinadas categorias teóricas ou possíveis medidas consideradas pertinentes, sem sua explicação.

²⁷ O magistrado tem a prerrogativa de considerar ou não o laudo social (ou outro documento do gênero), válido como prova convincente para a formação de seu juízo a respeito de determinada situação.



A comunicação escrita é passiva, isto é, inexistente possibilidade de que seja clarificada se forem percebidos equívocos, contradições, falta de clareza (MAGALHÃES, 2003). No Judiciário, dependendo de particularidades do espaço de trabalho, até poderá haver solicitação de esclarecimentos, verbal ou por escrito, mas o que comumente se verifica é que, em grande parte das ações, não há essa possibilidade; muitas vezes, o profissional desconhece a decisão ou a sentença proferida pelo magistrado.

Na comunicação via laudos, relatórios e pareceres estabelecida no contexto sociojurídico, a “intervenção” tem continuidade de forma indireta, ou seja, a mensagem enunciada nesses documentos subsidiará decisões a respeito da vida de um indivíduo ou grupo social; tais documentos irão intermediar o “diálogo” entre a realidade do usuário e a dos demais profissionais que terão acesso a eles, como juiz, promotor, psicólogo, defensor etc.; a interpretação dessa comunicação dar-se-á com base nos objetivos profissionais específicos dessas áreas²⁸.

Ao registrar um relatório, um laudo, um parecer, o assistente social está exercendo um papel intermediário entre o indivíduo e/ou família envolvidos na ação judicial, o promotor e o magistrado. O profissional ouve a mensagem originalmente, esta sofre interferências por parte do próprio emissor – que, não se pode esquecer, em uma entrevista fala de si a alguém que é estranho ao seu convívio, o qual sobre ele exerce ou pode exercer alguma forma de autoridade (o que é implícito, sobretudo no Judiciário, pela natureza institucional) –, e interpreta e registra essa mensagem. Por sua vez, esse registro deverá ser estudado e analisado por quem vai interferir (defensor, promotor etc.) ou proferir a decisão e/ou sentença (magistrado) a respeito do emissor inicial. Se, nesse processo de efetivação do estudo social, registro e sentença, não houver possibilidade de diálogo entre todos os envolvidos na comunicação (o que é possibilitado quando acontecem audiências multiprofissionais), maior risco de interpretação equivocada

²⁸ Magalhães (2003), no livro *Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres*, apresenta estudo sobre o uso do instrumental técnico, com enfoque na linguagem – verbal e escrita – como instrumento privilegiado dos profissionais que atuam na área dos cuidados e da intervenção, e no caráter avaliativo que perpassa esse trabalho, em especial na área judiciária.



da situação poderá ocorrer. Daí a necessidade da constante atenção e do compromisso técnico, político e ético do assistente social, para dar conta de uma ação que, de fato, tenha como direção a efetivação de direitos e não venha a se estabelecer como uma inquisição em busca de punição, disciplinamento ou enquadramento moralizante.



Referências

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Tradução F. A. Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRITO, L. M. T. Guarda conjunta: conceitos, preconceitos e prática no consenso e no litígio. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de Direito de Família/2003*. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Direito de Família/Del Rey, 2004.

CFESS (Org.). *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos*. São Paulo: Cortez, 2003.

COMPARATO, Fábio K. *O papel do juiz na efetivação dos direitos humanos*. Disponível em <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/comparato>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

GRESS 9ª R – SP. *Legislação brasileira para o serviço social*. São Paulo, 2006.

DAL PIZZOL, A. *Estudo social ou perícia social? Um estudo teórico-prático na justiça catarinense*. Florianópolis: Insular, 2005.

DAHMER PEREIRA, Tânia M. et. al. O exame criminológico: notas para sua construção. In: CFESS (Org.). *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos*. São Paulo: Cortez, 2003.

FÁVERO, Eunice T. *Rompimento dos vínculos do pátrio poder: condicionantes socioeconômicos e familiares*. São Paulo: Veras, 2001.

_____. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CFESS (Org.). *O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Questão social e perda do poder familiar*. São Paulo: Veras, 2007 (no prelo).

_____.; MELÃO, M. J. R.; TOLOSA JORGE, M. R. *O serviço social e a psicologia no judiciário: construindo saberes, conquistando direitos*. São Paulo: Cortez, 2005.

FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 2. ed., revista e aumentada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LEI n. 8.662/1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social.

LEI n. 8.069/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

LEI Federal n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).



LYONS, David. *As regras morais e a ética*. Tradução Luís Alberto Peluso. Campinas: Papirus, 1990.

KONDER, L. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MAGALHÃES, Selma M. *Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres*. São Paulo: Veras, 2003.

MARTINELLI, M. L. *Concepção de profissão na perspectiva sócio-histórica: premissas analíticas*. São Paulo, set. 2005. Mimeo.

MIOTO, R. C. T. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, M. A.; LEAL, M. C.; MATOS, M. C. (Org.). *Política social, família e juventude: Uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo (SINASE). Brasília, CONANDA, 2006.

SARTI, Cynthia A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A R.; VITALE, M. A F. (Org.). *Famílias: Redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Magistério, Direção e Supervisão Acadêmica

Ney Luiz Teixeira de Almeida

Professor assistente da Faculdade de Serviço Social/ UERJ

Magistério, Direção e Supervisão Acadêmica

Introdução

O exercício de funções vinculadas ao magistério, à direção de unidades formadoras em cursos de graduação e pós-graduação, assim como as de supervisão acadêmica nas atividades de estágio supervisionado, relacionadas à matéria de Serviço Social, compõe parte das atribuições privativas dos assistentes sociais, conforme consta, particularmente, dos incisos V, VI, VII e VIII do artigo 5º da Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993¹, que trata da regulamentação da profissão. Mas qual é o significado sócio-institucional desse marco legal? Quais os desafios que hoje são colocados aos assistentes sociais no exercício dessas atribuições? Elas se restringem àqueles profissionais que diretamente estão vinculados às instituições de ensino superior? O objetivo do presente texto é o de apresentar um conjunto de referências de natureza teórica e política que possibilitem uma reflexão mais ampla sobre essas funções, problematizando o horizonte legal que elas ensejam e desvelando processos históricos que entrelaçam a dinâmica da profissão às particularidades dos processos de produção e reprodução das relações sociais na atualidade.

1 A formação do assistente social: produção e reprodução da própria profissão

A trajetória do Serviço Social no Brasil revela como, ao longo de cerca de setenta anos, o campo da formação dos assistentes sociais passou por mudanças marcantes, que carecem ainda de estudos aprofundados acerca da relação entre a dinâmica interna à profissão e os processos sócio-históricos, particulariza, nesse período, pelas políticas públicas, pela esfera da cultura e pela educação superior. Desde a forte influência ideológica da Igreja Católica e das referências do Serviço Social que se desenhava na Europa (IAMAMOTO E

¹ Os incisos referidos versam sobre as seguintes atribuições privativas: “V – assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI – treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII – dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social” (CRESS 7ª Região, 2000, p. 33-4).



CARVALHO, 1982), passando pelos processos de renovação, em suas diferentes matrizes teóricas (NETTO, 1991), até o estabelecimento de um diálogo mais maduro com o campo das ciências sociais² e com a tradição marxista (NETTO, 1996), o Serviço Social percorreu um caminho que esteve longe de ser linear e homogêneo, mas que, indubitavelmente, particulariza a profissão no âmbito da história das profissões que requerem uma formação de nível superior, pela sua peculiar capacidade de organização e pelo adensamento de sua produção e reconhecimento intelectual em um curto período de tempo.

Já ao final da primeira década de existência de uma experiência de formação institucionalizada em Serviço Social, a partir da organização das primeiras escolas no país, sua trajetória foi marcada pela fundação, em 1946, da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e pela realização, em 1947, do I Congresso Brasileiro de Serviço Social. Esses marcos da história da profissão revelam como sua dinâmica e, em particular, sua capacidade de organização, não podem ser compreendidas desvinculadas da própria realidade social, do movimento histórico e contraditório que a impulsiona. Há uma rica e complexa relação de determinação entre o movimento que caracteriza os rumos tomados pela profissão, a partir das disputas e decisões formuladas pelos próprios assistentes sociais, seja do ponto de vista teórico, político ou ético, e as relações entre as classes sociais, o Estado e a Sociedade Civil e os projetos societários em disputa formulados ao largo das últimas sete décadas.

As funções desempenhadas pelos assistentes sociais vinculadas ao magistério, à direção de unidades formadoras e à supervisão de estágio, ao mesmo tempo em que guardam particularidades em relação ao exercício efetivo da profissão no aparato prestador de serviços sociais no âmbito das políticas sociais, seja em estabelecimentos públicos, empresariais ou não governamentais, compõem o amplo espectro de atividades que conformam o Serviço Social como uma instituição social bastante complexa, que produz um modo de ser profissional e movimenta uma série de práticas e de procedimentos dirigidos à

² Mesmo diante da chamada crise de paradigmas das ciências sociais.

sua própria regulação³ em relação com os processos sociais. Ocupam um lugar de destaque tanto no âmbito da produção de conhecimentos e da proposição dos perfis e projetos profissionais que orientam a formação de novos assistentes sociais como na reprodução de determinadas práticas, valores e modos de relacionamento com as expressões da questão social e suas formas de enfrentamento. Constituem, desse modo, funções importantes na dinâmica de produção do Serviço Social como uma instituição que se modifica, se renova e se posiciona no cenário acadêmico e político, como também na objetivação das próprias condições e processos institucionais necessários à continuidade da profissão.

Embora estejamos tratando de funções desenvolvidas por assistentes sociais⁴, sua regulamentação e dinâmica, no entanto, não se restringe às legislações e aos processos institucionais exclusivos à profissão. A vinculação a outras instâncias, processos sócio-institucionais e legislações expressa exatamente o grau de complexidade que envolve os processos de produção e de reprodução da profissão, ou seja, sua relação com a dinâmica da educação superior, do mercado de trabalho, assim como das políticas públicas e suas formas particulares de organização da prestação dos serviços sociais. Tanto a formação quanto o exercício profissional dependem de um conjunto de relações sociais e das mediações entre elas, que situam o Serviço Social em diferentes esferas da vida social, ou seja, como um conjunto de práticas, valores e conhecimentos que, embora tenham no fazer cotidiano do assistente social, em sentido estrito, seu foco central, nele não se esgotam.

Compreender essas funções envolve um esforço que vai além do reconhecimento de suas rotinas, instrumentais, regulamentos e relações com o exercício profissional. Requer um movimento que situe suas vinculações aos processos internos da profissão e à dinâmica

³ Referimo-nos aqui à legislação que regulamenta o exercício profissional, aos Códigos de Ética produzidos no período, aos currículos mínimos, às diretrizes para a formação dos assistentes sociais e às entidades da categoria, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, os Conselhos Regionais e Federal de Serviço Social, dentre outras, que cumprem a função de regular o exercício e a formação profissional, assim como a de dar coesão a um determinado projeto profissional de forma articulada com a dinâmica social.

⁴ O exercício do magistério superior, a direção de unidades acadêmicas e a atividade de supervisão, de modo algum, são atividades exclusivas aos assistentes sociais. Nos termos dessa reflexão, assim o são em função de abordamos aquelas que dizem respeito à matéria de Serviço Social.



de outras instâncias da realidade social, em particular da educação superior, como uma totalidade que precisa ser pensada sem perder de vista a dinâmica do ser social. Diante dessa compreensão acerca das condições de existência e de continuidade da profissão, cabem algumas indagações importantes: como tem sido construída a articulação entre os campos da formação e do exercício profissional? Quais os projetos profissionais formulados ao longo da história do Serviço Social? A quais projetos societários se vincularam?

2 A formação do assistente social nos marcos da política de educação superior

A formação do assistente social em nível superior foi regulamentada pela Lei n. 1.899, de 13 de junho de 1953, contudo sua expansão não se deu de imediato, sobretudo, em razão do processo histórico de ampliação e consolidação da rede assistencial no país, bastante concentrada, até meados do século passado, na região sudeste. Em 1959, havia 28 escolas de Serviço Social no Brasil, sendo “quatro localizadas no Distrito Federal, duas em São Paulo, uma na capital de cada estado (salvo Mato Grosso e Piauí) e ainda uma nas cidades de Campinas (SP), Lins (SP), Campina Grande (PB) e Juiz de Fora (MG)” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982, p. 190). A expansão que se desenhou na década seguinte deve ser analisada levando-se em conta as novas requisições postas aos assistentes sociais, seja em função das significativas mudanças ocorridas com a consolidação de um mercado nacional de trabalho, seja em razão da necessidade de um perfil profissional mais funcional ao projeto da autocracia burguesa.

Essa expansão representou além do aumento do acesso ao ensino de Serviço Social, a ponto de o quantitativo de estudantes, em 1960, ser de 1.289 e o total, em 1971, na ordem de 6.352, uma interação da profissão com as disciplinas das ciências sociais e, simultaneamente, um enquadramento da formação ao viés tecnocrático que prevaleceu sobre boa parte da formação universitária no período (NETTO, 1991). A vinculação da formação profissional em Serviço Social à vida universitária, ainda que nem todas as unidades formadoras no período estivessem vinculadas a esse tipo de organismo cultural,



foi decisiva para a ampliação dos horizontes de interlocução da profissão com as diferentes matrizes do pensamento social. Também foi fundamental para o acirramento dos debates sobre as questões de natureza teórica e metodológica e de compreensão dos processos de institucionalização e expansão do Serviço Social que pautaram a agenda intelectual de parte da categoria profissional, inicialmente nos anos 1960 e 1970 e, posteriormente, nos anos 1980, com a singular e decisiva característica de terem ocorrido em sintonia com as discussões em tela no campo das ciências sociais, ao longo de todo o período, e da tradição marxista, fundamentalmente naquela última década. Desse modo, a vinculação à dinâmica própria da universidade foi decisiva tanto para os rumos do processo de renovação do Serviço Social, nos anos 1960 e 1970, quanto para o adensamento de uma produção intelectual de cariz inédito na trajetória intelectual da profissão, nos anos 1980, ambos os avanços com decisivos rebatimentos nos processos de formação e de produção de conhecimentos sobre a realidade social e o significado político da atuação do assistente social.

Cabe destacar que, se a universidade passou por profundas mudanças nos anos 1960, a partir da forte intervenção da autocracia burguesa – expressa em processos de repressão aos estudantes e professores, censura à produção intelectual e aos debates políticos, alteração de sua estrutura e dinâmica de funcionamento e no seu reordenamento institucional face aos interesses do capital – ela também se constituiu em espaço de resistência política e acadêmica, logrando uma herança cultural que não se perdeu diante de tão forte investida (ALMEIDA, 1996); e permanecendo, ainda hoje, como um patrimônio cultural que a lógica privatista e o sucateamento a que vem sendo duramente exposta não conseguiram superar. Resulta dessas condições uma subordinação cada vez mais acentuada da vida acadêmica a uma estrutura tecnocrática, que molda, sobretudo, os processos de formação profissional, consolida um padrão de expansão da carreira docente

em seus diferentes níveis e abre importantes flancos para a valorização do capital no âmbito da educação superior⁵.

Se a tônica da refuncionalização da universidade, a partir da Reforma de 1968, foi sentida inicialmente a partir das restrições à sua pluralidade intelectual e política, assim como à sua vitalidade cultural, na década de 1970, foram consolidados os primeiros esforços de diversificação das formas de acesso discente e docente, com o incentivo à expansão privatista da educação superior por meio das faculdades isoladas ou integradas - o que acirrou os visíveis limites de uma “reforma” que se pretendia “universitária” - e com a ampliação da pós-graduação⁶ (ALMEIDA, 2000). Neste último caso, a necessidade da formação de quadros intelectuais que amparasse a própria expansão da educação superior na esfera pública e privada e o fomento à produção científica, destacadamente naquelas áreas que mais diretamente atendiam às demandas decorrentes do processo de intensificação da acumulação capitalista, impulsionou os processos de capacitação docente de forma associada à produção do conhecimento científico⁷, consolidando, em diversas áreas do saber, alguns centros de referência, potencializando a estruturação e a hierarquização da carreira docente e das atividades de pesquisa nas universidades⁸.

Esse processo esteve longe de ocorrer de forma homogênea, pelas razões mais diversas, porém, no caso do Serviço Social, seus efeitos vão ser mais visivelmente sentidos,

⁵ Vale como registro e para estudos mais profundos sobre as contradições que atravessam esse processo, a análise feita por Dumerval Trigueiro (1967) sobre os rumos que os debates sobre a expansão da educação superior tomaram. A análise é formulada a partir de uma crítica produzida por dentro do próprio aparato estatal.

⁶ Embora a Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) tenha sido criada, em 1951, para dinamizar exatamente a pós-graduação, somente em 1975 foi instituído um Sistema Nacional de Pós-Graduação, a partir da aprovação do I Plano Nacional de Pós-Graduação, com a finalidade central de dar uma nova organicidade ao processo de planejamento da expansão da pós-graduação por áreas e regiões, assim como para elevar os padrões de desempenho e racionalização dos recursos.

⁷ É fundamental destacar que a universidade pública no Brasil é a principal produtora de conhecimentos e tecnologias, independentemente de sua utilização se dar na esfera pública ou privada, daí a função estratégica da pós-graduação.

⁸ Em que pese a forte expansão privada da educação superior ao longo das últimas três décadas, cabe sinalizar que ela não se deu a partir do modelo universitário e, quando assim ocorreu, salvo raríssimas exceções, em nada lembra a potência e dinamismo da universidade pública no campo da produção de conhecimento.



na passagem dos anos 1980 para os 1990, muito em função da própria ausência de lastro intelectual de um campo de formação umbilicalmente vinculado ao domínio dos processos técnicos de intervenção social, assim como em virtude de sua gravitação fora do circuito de maior interesse para investimentos públicos por parte do Estado. Tal situação, aliás, produziu e reproduziu uma enorme desigualdade entre as diferentes áreas de conhecimento científico. Destarte, embora já em 1972 tivessem sido criados os dois primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social no Brasil, primeiro na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) e depois na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), a pós-graduação se diversificou e se consolidou para além do eixo Rio-São Paulo quase duas décadas depois. Hoje o Serviço Social é reconhecido como área específica de Pós-Graduação pela CAPES e possui 19 Programas de Pós-Graduação, envolvendo 19 cursos de Mestrado e 9 de Doutorado. O conjunto desses programas é formado, em função de sua natureza, por 13 de Serviço Social; 3 de Política Social; 2 de Políticas Públicas e 1 de Serviço Social e Política Social; sendo 13 realizados em universidades federais; 3 em universidades católicas e 3 em universidades estaduais. Em termos de distribuição geográfica, a região sudeste concentra 8 cursos de Mestrado e 5 de Doutorado; a região sul possui 3 cursos de Mestrado e 1 de Doutorado; a região centro-oeste tem 1 curso de Mestrado e 1 de Doutorado; a região nordeste tem 6 cursos de Mestrado e 2 de Doutorado; e a região norte apenas um curso de Mestrado (YASBEK; SILVA e SILVA, 2005).

Esse quadro geral fornece um importante componente para a compreensão das mudanças sofridas pela profissão nos últimos trinta anos: o fato de que as condições de exercício das funções vinculadas à docência, tanto no exercício direto das atividades de formação quanto no campo da gestão de unidades acadêmicas ou da produção de conhecimentos e seus processos de socialização, passaram a estar cada vez mais vinculadas à dinâmica da política de educação superior e, de modo particular, à vida universitária. Assim, o critério da competência acumulada ao longo do exercício profissional para

ingresso na carreira docente foi se tornando insuficiente diante das novas exigências institucionais.

Se o percurso da pós-graduação em Serviço Social expressa um acelerado crescimento, na passagem dos anos 1980 para os anos 1990, de forma alguma, podemos considerá-lo em separado dos processos vividos no âmbito da profissão em relação à ação de suas entidades nacionais. Em particular, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social⁹, que desempenhou papel decisivo na condução de dois vultosos processos de revisão curriculares, fundamentais para o fortalecimento de dois campos de interesse teórico centrais para a profissão, em torno das temáticas das políticas sociais e do trabalho, que hoje atravessam tanto os cursos de graduação quanto de pós-graduação. Os esforços empreendidos tanto no campo da formação quanto do exercício profissional modificaram de forma ampla os pressupostos éticos e políticos que passaram a balizar a profissão nos seus processos internos e em sua relação com a sociedade, expressando uma construção coletiva de um novo projeto para o Serviço Social brasileiro. Conforme situa José Paulo Netto (1999, p. 95-6) “os projetos profissionais são dinâmicos e respondem às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, assim como às transformações econômicas e culturais”, da mesma forma que respondem ao desenvolvimento da profissão, constituindo-se em projetos que “se renovam e se modificam” historicamente.

Em virtude de sua vinculação aos processos societários, o projeto profissional em construção no período adquire feições marcantes na defesa da democracia como valor universal e se contrapõe à arquitetura institucional que emerge no processo de expansão do ideário neoliberal, adentrando os anos 1990 com a explícita delimitação dos desafios e das fronteiras que a articulação entre a formação, em seus diferentes níveis, e o exercício

⁹ A partir de 1996, a ABESS passou a ser denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Cabe ainda destacar que, nesse processo, também cumpriram importante papel o extinto Centro de Documentação e Pesquisa em Serviço Social (CEDEPSS) e o movimento estudantil que, ao longo deste período, se organizaram a partir da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).



profissional enfrentam numa conjuntura extremamente adversa e hostil à crítica, à diversidade e aos investimentos coletivos e públicos. É neste cenário que as funções vinculadas ao magistério, à direção de unidades formadoras e à supervisão acadêmica devem ser examinadas, ou seja, como possibilidades de um exercício profissional que embora não incida diretamente sobre o público e as situações com os quais o assistente social lida cotidianamente, em momento algum se distancia dessa realidade. Em primeiro lugar, em função de sua vinculação a um projeto profissional que se encontra em construção e articulado aos processos de disputa pela hegemonia cultural e política na sociedade, ou seja, aos processos de disputa sobre as alternativas sociais dos modos de compreender e atuar sobre os mesmos fenômenos com os quais os assistentes sociais se ocupam profissional e politicamente. Como também em razão de sua particularidade nos processos de elaboração de conhecimentos e de formação dos quadros intelectuais que produzirão efeitos direta ou indiretamente sobre o relacionamento da profissão com essa mesma realidade.

3 Atividades docentes no âmbito da graduação e da pós-graduação

As funções dos assistentes sociais vinculadas ao magistério na educação superior integram hoje um processo de organização da produção intelectual e da formação profissional que respondem a racionalidades cada vez mais subordinadas à “expansão da lógica da mercadoria ao campo cultural” (JAMESON, 1996). A subsunção dos processos pedagógicos, das formas de organização do trabalho docente, da produção científica e dos sistemas de avaliação à razão privatista que predomina nas formulações que orientam o campo da “gestão da educação superior” integra um esforço mais amplo na área de educação formulado pelos organismos multilaterais, em particular, pelo Banco Mundial (GENTILI, 2001). A ampliação dessa lógica se manifesta tanto na rápida expansão das unidades formadoras particulares como na privatização do espaço e das práticas acadêmicas no interior das universidades públicas. Neste último caso, a organização de um sistema de avaliação e financiamento da política de educação como o que foi inaugurado no



Governo Fernando Henrique Cardoso e que se mantém com algumas inovações no Governo Lula, a partir da criação de parâmetros flexibilizadores dos conteúdos, dos sistemas avaliativos centrados essencialmente nos resultados, na criação dos fundos de financiamento articulados ao alcance de metas previamente determinadas e nas propostas de autonomia ancoradas na criação de fundações, diminuindo gradativamente a responsabilidade do setor público (LEHER, 2001; DOURADO; CATANI, 1999), corroborou de forma decisiva para uma radical mudança nas formas de gerenciamento da distribuição do tempo, das condições e da produtividade do trabalho docente nas universidades públicas e mesmo nas particulares.

Compreendemos que o trabalho docente desenvolvido pelos assistentes sociais no âmbito dos cursos de graduação, seja em estabelecimentos universitários ou não, públicos ou privados, se defronta cotidianamente, já há quase uma década, com uma importante tensão: a implantação das diretrizes para o curso de Serviço Social a partir de projetos pedagógicos que são fortemente pressionados a assumirem feições mais flexíveis, a partir das mudanças advindas da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB)¹⁰, de condições de trabalho cada vez mais precarizadas e das exigências de produtividade que submetem a autonomia intelectual, a capacidade criativa e as práticas pedagógicas a um conjunto de inovações e procedimentos alheios às referências que de fato deveriam pautar o trabalho acadêmico.

Por outro lado, a maturidade intelectual alcançada por uma parcela bastante expressiva da categoria – cujo processo não pode ser analisado sem nos atermos às contradições que envolvem a própria expansão da pós-graduação, ao combinar a necessidade de ampliação do contingente de professores titulados com a submissão a rígidos critérios de produtividade – determina condições substantivamente novas na

¹⁰ Há uma importante questão a ser resgatada que é o fato de que tanto as diretrizes para o Curso de Serviço Social quanto a LDB foram aprovadas no mesmo ano, em 1996. No caso das nossas diretrizes, sua aprovação se deu na Convenção da ABESS, no Rio de Janeiro, sendo aprovadas oficialmente – e completamente desfiguradas – pelo MEC somente em 2001. Contudo, este lapso de tempo não impediu que as diretrizes servissem de referência para várias mudanças curriculares nos cursos de Serviço Social e que sua versão original continuasse a ser a referência principal, adotada pelas entidades da categoria e por profissionais envolvidos com a formação profissional em Serviço Social.



trajetória da profissão, para se apreender as relações entre as requisições postas ao Serviço Social e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, na esfera do Estado e na dinâmica entre as classes. O aumento dessa capacidade tornou-se um elemento decisivo para abordarmos os êxitos e as lacunas de um processo de formação profissional em suas estreitas conexões com o próprio exercício profissional. Essa tarefa, ainda em construção, exprime o quanto é fundamental pensar a formação e o exercício profissional como dimensões distintas, mas articuladas, da complexidade que o Serviço Social encerra como instituição.

Já no campo da pós-graduação, as funções docentes convergem para a afirmação do perfil intelectual da profissão, consolidando processos de produção de conhecimento sobre o Serviço Social e a realidade social que, ao mesmo tempo, integram um movimento de fortalecimento da dinâmica própria à universidade, por meio do convívio e diálogo com outros campos de conhecimento, como ensejam articulações entre grupos acadêmicos e profissionais na disseminação das experiências coletivas dos programas e linhas de estudo, vitais para a vitalidade dos processos de capacitação continuada.

As funções ligadas ao magistério no âmbito da educação superior englobam ainda as de extensão universitária e direção acadêmica. No primeiro caso, é importante salientar que o Serviço Social, na maioria das universidades¹¹ onde se insere como curso de graduação, tem historicamente contribuído com a formulação, execução e gestão de projetos de extensão que possibilitam uma relação entre os processos de produção e socialização do conhecimento científico e as ações dos movimentos e forças sociais, atuantes no âmbito da sociedade civil, ressaltando a dimensão pública da política de educação superior, bem como oxigenando e aproximando a formação acadêmica aos desafios postos pela realidade local e nacional.

¹¹ Muito embora a formação profissional se dê em larga escala em unidades acadêmicas não universitárias, as referências contidas nas diretrizes apontam condições para o desenvolvimento dos projetos pedagógicos das unidades acadêmicas tendo como suposição uma educação do tipo universitária, o que representa um elemento a mais na consolidação do projeto profissional do Serviço Social.



Em relação às funções de direção, os assistentes sociais têm encontrado um leque cada vez mais amplo de atuação em razão das demandas diferenciadas que a formação de nível superior apresenta e que precisam ser detidamente discutidas e acordadas com os professores assistentes sociais e não assistentes sociais, sempre balizadas pelo projeto ético e político do Serviço Social. As discussões em torno do processo de reforma da universidade, os programas governamentais de ampliação do acesso por meio dos financiamentos, bolsas e políticas de ação afirmativa, a educação a distância, a participação nos processos de avaliação institucional e nos exames nacionais, têm ocupado a agenda de diferentes diretores de unidade acadêmica na condição de assuntos urgentes, conflituosos em sua grande maioria com as referências construídas na profissão, que se colocam sempre na ordem do dia em razão de suas vinculações institucionais com as condições de sobrevivência das próprias unidades acadêmicas.

Desse modo, as funções vinculadas ao magistério, exercidas pelos assistentes sociais, não se reportam ao artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão apenas em decorrência do que poderíamos delimitar como “matéria de Serviço Social”, enquanto conteúdo formativo, mas como questões que dizem respeito aos processos de produção de conhecimento, formação e de requisições sociais ao Serviço Social, sempre mediados e ampliados pelas questões que particularizam a educação superior e, em especial, a defesa da dimensão pública das instituições e das práticas que envolvem.

4 Supervisão de estágio: em busca da unidade entre exercício e formação profissional

A supervisão de estágio se inscreve nessa dinâmica de modo muito particular, visto que diferentes sujeitos e instituições compõem o universo articulador do exercício e da formação profissional. Essa função pode ser desempenhada por todo e qualquer assistente social, pois independe de uma capacitação específica para tanto. A partir das diretrizes para o curso de Serviço Social – aprovadas em 1996 pela ABEPSS –, a supervisão passou a constar como conteúdo da formação profissional e pode se vincular a diferentes



componentes curriculares. Esse conteúdo, no entanto, constituiu objeto de preocupação na esfera da formação e do exercício profissional, desde as primeiras instituições formadoras e, em alguns períodos, alcançou um estatuto de ação pedagógica central para os profissionais de Serviço Social. Longe de resgatarmos essa marca da trajetória profissional, nos ocupamos aqui mais com o balizamento que a atividade requer entre a unidade campo de estágio e a unidade formadora, para a construção de um plano de estágio que integre as particularidades da ação pedagógica desenvolvida no campo e sob responsabilidade do assistente social supervisor com a condução dos componentes curriculares na unidade de ensino sob a responsabilidade dos assistentes sociais professores. Em diferentes unidades de ensino, ambas são consideradas atividades de supervisão acadêmica, muito embora devam ser organizadas a partir de um planejamento integrado, o qual mobiliza práticas e sujeitos diferenciados.

A condução das atividades de supervisão realizadas por professores nas unidades acadêmicas, supervisores de campo ou, ainda, professores extensionistas (nesse caso, cumprindo, sobretudo, a função tradicionalmente desempenhada pelos assistentes sociais do campo de estágio), gravita em torno de um elemento comum: o exercício de reflexão sobre os fundamentos éticos, políticos e teórico-metodológicos que informam o fazer profissional em determinada área de política social. Esse ponto comum implica em preocupações e ênfases diferenciadas, mas articuladas, visto que submetidas a dinâmicas e funções institucionais diferentes, que só se justificam em razão da função pedagógica que cumprem na formação profissional. Dessa forma, para além da importante regulamentação legal, o estágio envolve uma particular forma de combinação entre as diferentes instâncias nas quais se materializa a própria profissão e nas quais ela se aprofunda e expressa seu significado intelectual e social, assim como sua direção ética e política.

A supervisão constitui uma estratégica forma de amalgamar e atualizar o projeto profissional, em especial por proporcionar um confronto, permanente e sistemático, entre as reflexões e as alternativas construídas em diferentes esferas da profissão e a dinâmica da



realidade. As preocupações com o desenvolvimento das atividades de investigação, de sistematização, de planejamento, avaliação e articulação com os movimentos de trabalhadores e usuários das políticas sociais podem compor um terreno rico de reflexões que, articuladas, potencializam a dimensão intelectual e política da profissão, a partir de pólos diferentes, mas que são responsáveis pela construção do projeto profissional do Serviço Social.

5 Elementos para reflexão

As funções aludidas neste parcial esforço de reflexão costumam soar como distantes do cotidiano profissional. Em muitas falas, soam como expressões concretas do hiato que existe entre as formulações teóricas e as respostas forjadas no chão das instituições contratantes dos assistentes sociais. Se há um elemento a ser polemizado nesses argumentos, consiste no seguinte questionamento: em que medida as reflexões teóricas são prerrogativas exclusivas do campo da formação profissional? Uma leitura mais atenta da Lei de Regulamentação da Profissão, do Código de Ética, das Diretrizes para a Formação dos Assistentes Sociais e da crescente produção dos assistentes sociais não inseridos no campo da educação superior, nos revela que as reflexões teóricas são, sobretudo, uma condição do exercício profissional. Se os processos e alcances dessas reflexões são distintos no campo da formação e do exercício profissional, isso só reitera a natureza e as funções das instituições às quais esses esforços se articulam.

O que procuramos salientar, a partir desse texto, é que a profissão tem empreendido processos internos que, ao mesmo tempo em que produzem respostas sociais, são determinados pelas próprias condições históricas que busca superar. Desse modo, as funções desempenhadas pelos assistentes sociais no campo do magistério superior, da direção e supervisão acadêmica não constituem um apêndice das atividades que lhes são mais tradicionais, visto que estão inscritas no próprio movimento de produção e reprodução social do Serviço Social. São funções que, ao serem realizadas em articulação



com outras esferas da dinâmica social, contribuem para a consolidação do projeto profissional do Serviço Social, sublinhando a capacidade de formulação de respostas sociais da profissão, sintonizadas aos processos de disputa pela direção política e cultural em nossa sociedade em outros espaços institucionais fundamentais para a construção de projetos societários contra-hegemônicos.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *Universidade e Cultura no Brasil dos anos sessenta*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFF, Niterói, 1996. (Mimeo).

_____. Cultura e Universidade no Brasil dos anos 60. *ADVIR*. n. 13. Rio de Janeiro: ASDUERJ, setembro de 2000. p. 68-72.

CRESS 7ª Região. Assistente social: ética e direitos. *Coletânea de Leis e Resoluções*. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região/RJ, maio de 2000.

DOURADO, Luiz Fernando e CATANI, Afrânio Mendes (Org.). Universidade pública: políticas e identidade institucional. *Coleção Polêmicas do Nosso Tempo*. São Paulo: Autores Associados; Goiânia: Editora da UFG, 1999. v. 70.

GENTILI, Pablo. Universidades na penumbra. O círculo vicioso da precarização e a privatização do espaço público. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 97-128.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1982.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

LEHER, Roberto. Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 151-187.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 50, abril, 1996.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em Serviço Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD, 1999. p. 91-110.

TRIGUEIRO, Dumerval. O Problema dos excedentes e a reforma universitária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília. v. 48, n. 107, p. 163-168, jul./set., 1967.



YASBEK, Maria Carmelita; SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (Org.). *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.



Formulação de projeto de trabalho profissional

Berenice Rojas Couto

Professora de Política Social nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da
Faculdade de Serviço Social da PUCRS/Rio Grande do Sul.

Formulação de projeto de trabalho profissional

Introdução

Um dos grandes desafios hoje colocados aos assistentes sociais consiste em formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido. Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que, do ponto de vista jurídico-legal, dois instrumentos são fundamentais nessa definição: a Lei n. 8.662/1993 (BRASIL, 1993), que regulamenta a profissão, e o Código de Ética de 1993 (CFESS, 1993), que define as competências e os valores éticos norteadores do trabalho profissional. Para além desses instrumentos legais que compõem o projeto ético-político da profissão¹, há um arsenal teórico de produções que reiteram as posições que vêm sendo construídas pela categoria profissional em defesa dos direitos sociais.

É importante ressaltar que se parte do pressuposto de que há uma margem de autonomia nos processos de trabalho em que os assistentes sociais estão envolvidos, o que lhes permite desenvolver atividades comprometidas com interesses sociais presentes nos espaços sócio-ocupacionais. Assim, sem negar os condicionantes colocados pela condição de trabalhador assalariado, busca-se acentuar que há espaço para a defesa do projeto profissional em qualquer local, público ou privado, em que o assistente social é requisitado a intervir.

É certo que esse espaço não é só ocupado por assistentes sociais nem que as condições objetivas para a afirmação de um trabalho comprometido com a “garantia e ampliação dos direitos sociais” (CFESS, 1993) estão colocadas *a priori*. É necessário

¹ Além dos instrumentos legais referidos, as diretrizes curriculares compõem o Projeto ético-político da profissão. Para maior aprofundamento, ver Iamamoto (2001) e Netto (2006).

reafirmar que o Serviço Social é uma profissão que se constitui no processo de produção e reprodução das relações sociais e tem como seu objeto as diversas refrações da questão social, esta fundante para a profissão (IAMAMOTO, 2001).

Ademais, reafirma-se que as formas de regulação do trabalho afetam o conteúdo do mesmo e podem interferir na autonomia relativa do profissional.

Portanto, é preciso reconhecer o real compromisso da profissão com o trabalho coletivo e com o atendimento às necessidades sociais. Toda e qualquer leitura da realidade que prescindir do reconhecimento de que o trabalho do assistente social se coloca na tensão direta entre trabalho e capital corre o risco de produzir um conhecimento pragmático, descritivo, desconectado da sociedade e com as condições para a culpabilização individual de sujeitos, famílias e grupos sobre as mazelas produzidas pela sociedade capitalista.

Para além desse reconhecimento, é preciso mapear o terreno sobre o qual se trabalha. Embora os princípios norteadores do projeto profissional estejam fundados na perspectiva da construção de uma outra sociedade, é nos parâmetros do capitalismo que se materializa a profissão, e o assistente social é chamado a prestar serviços que podem corroborar o *status quo* ou atuar para criar outras formas de sociabilidade, que problematizem a organização da sociedade. Para que isso ocorra, é necessária uma sólida formação teórica e técnica. É preciso fugir das improvisações, é imperioso planejar o trabalho, dar-lhe sentido teleológico.

Como fazê-lo? Usando todo o arsenal que a ciência oferece, bem como renovando a qualificação permanentemente.

Hoje, é fundamental estar preparado para as inúmeras demandas que surgem no cotidiano, tanto em quantidade como em qualidade e forma. É preciso manter os “olhos abertos”, pois o profissional que a contemporaneidade exige deve ser criativo e competente, teórica e tecnicamente, e comprometido com o projeto profissional (IAMAMOTO, 2001).

Como trabalhador especializado, o assistente social deve apresentar propostas profissionais que vislubrem soluções para além da requisição da instituição, cujas demandas são apresentadas na versão burocratizada e do senso comum, destituídas da tradução ético-política ou da interpretação teórico-metodológica. Portanto, cabe ao assistente social a responsabilidade de imprimir na sua ação os saberes acumulados pela profissão, ao longo do processo de reelaboração das demandas a ele encaminhadas (PAIVA, 2000, p. 81).

Então, a necessidade de clareza do projeto de trabalho coloca-se sobre vários ângulos. Um deles é o de que o assistente social, ao ser contratado, identifica como trabalho seu naquele espaço sócio-ocupacional. Nesse ângulo, há o reconhecimento, por parte do profissional, daquilo que lhe compete. Rompe-se, assim, com uma característica que, em muito, contribui para a desqualificação profissional, ou seja, aquela em que os assistentes sociais reproduzem o projeto institucional como o seu projeto. É certo que o projeto da instituição compõe o arsenal de conhecimento a ser levado em conta pelo assistente social, mas não encerra aquilo que a profissão tem a oferecer. Ao assumir um espaço sócio-ocupacional, há que se estabelecer, com clareza, o que a profissão tem a oferecer como subsídio para o atendimento das demandas que competem à instituição; satisfazer resguardando-se as características da natureza pública ou privada, mas mantendo-se o compromisso com estratégias que traduzam o trabalho do assistente social como espaço coletivo e democrático.

Outro ângulo a ser analisado é que o projeto profissional é um importante instrumento para o trabalho com outros profissionais, quando houver, e também de balizamento do entendimento da profissão pela instituição que contrata. O projeto de trabalho deve compor as normas de regulação instituída, ser um elemento presente nas negociações, no espaço sócio-ocupacional. Ao apresentar o projeto de trabalho, o assistente social estabelece parâmetros importantes da relação profissional dentro da instituição em que trabalha.

Também é preciso que esse projeto seja um ponto de agregação da população demandatária. Ao ser formulado, deve indicar como se coloca ante as demandas da população, como pretende atendê-las e como a população pode exercer o controle do trabalho a ser executado. Aliás, essa formulação responde diretamente a um preceito do



Código de Ética, que, no artigo quinto, indica como deveres do assistente social na relação com os usuários, dentre outros: “contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” e “[...] democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários”.

Mais que isso, o projeto de trabalho transforma-se em um potente recurso do próprio profissional, que, assim, cria as condições adequadas para analisar seu trabalho e os resultados do mesmo.

Desse modo, é importante ressaltar que o projeto de trabalho não é um mero instrumento e, muito menos, um manual a ser seguido; ele deve condensar as possibilidades e os limites colocados ao profissional para executar suas tarefas e deve iluminar sua constante avaliação da eficácia de seus instrumentos, técnicas e conhecimentos para atingir as metas propostas, que devem estar articuladas aos elementos presentes no espaço sócio-ocupacional, como também referendarem os compromissos profissionais.

1 Os elementos constitutivos do projeto de trabalho

A identificação institucional é fundamental para o projeto de trabalho. Que tipo de instituição é? Pública ou privada? Qual é a sua finalidade? Como se organiza? Que recursos usa na sua manutenção? Como se estabelecem as relações de poder? Por que requisitou o assistente social? Em que medida presta serviços à população? Como absorve os demandatários na órbita institucional? Quais são as necessidades sociais da população que se propõe a atender e de que forma? Há espaço institucional para alterações nessa organização? A resposta a esses questionamentos fornece ao assistente social a identificação mínima necessária para construir uma proposta que seja exequível.

Para além da instituição, é necessário reconhecer quem são os cidadãos usuários desse serviço, quais são suas características, quais refrações da questão social estão sendo objeto de atendimento, como eles organizam seu modo de vida e de resistência.

Enfim, é preciso buscar conhecê-los de forma que a proposta de trabalho venha ao encontro de suas formas de resistência e busque romper com tudo que os aniquila e os subjuga, pois, conforme nos coloca o Código de Ética, entre os princípios fundamentais da profissão estão: “[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”, bem como o “[...] compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993).

Também é necessário reconhecer as demais intervenções profissionais que compartilham e/ou disputam o espaço com o Serviço Social, buscando compreender a totalidade da proposta de trabalho que se estabelece nesse espaço. A identificação de projetos solidários ou antagônicos que partilham o mesmo espaço faz com que a escolha de estratégias seja mais pertinente. Esse reconhecimento poderá fornecer elementos para a conjugação de esforços, a identificação de parcerias e também de resistências, o que é fundamental para a proposta de intervenção.

Por fim, é preciso identificar esse espaço dentro da realidade social onde o trabalho se inscreve, reiterando a compreensão de que é necessário ter clareza dos impactos que o modo de organização da sociedade causa sobre a realidade do espaço onde se desenvolve o trabalho. É fundamental que o assistente social, ao propor o projeto de trabalho, compreenda como se conforma a instituição onde trabalha, quem são os usuários que se propõe a atender, que demandas lhe são colocadas e como isso pode ser compreendido dentro dos movimentos mais amplos da sociedade capitalista. Sem a interconexão das particularidades que enfeixam a demanda a ser atendida com as determinações gerais da sociedade, o trabalho fica reduzido, perdendo a potencialidade de transformação, da qual deve ser portador.

Um elemento fundamental e essencial a todo projeto diz respeito à filiação teórica com a qual é construído o projeto de trabalho. Embora seja de domínio público a identificação da profissão com o referencial dialético-crítico, ainda é possível encontrar propostas com outras filiações teóricas. Assim, é necessário clarificar quais são os

pressupostos teóricos que vão dar concretude ao trabalho. Para isso, é preciso ter claro que, ao se filiar à teoria dialético-crítica, o profissional está alimentado por uma visão de mundo que compreende as refrações da questão social como produto intrínseco do capitalismo, e não como consequência de um posicionamento individual do sujeito, de seus familiares e de seus grupos, que, por falta de capacitação ou sorte, enfrentam dificuldades para sobreviver.

Ao compreender os processos sociais em que estão envolvidos os cidadãos usuários como produto do tensionamento da apropriação do espaço do trabalho pelo capital, o assistente social busca, na realidade, nas potencialidades coletivas dos sujeitos, elementos que lhes ajudam a enfrentar suas dificuldades e a criar um caldo de cultura que permita oferecer estratégias de enfrentamento.

Assim, reconhecer a necessidade de buscar na teoria uma consistência para a ação garante qualidade interventiva e contribui para reforçar a legitimidade da profissão. Pois,

Orientar o trabalho profissional no rumo aludido requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo [...] (IAMAMOTO, 2001, p. 144).

Esse profissional, atento às demandas contemporâneas, compreende o arsenal técnico-operativo como expressão de sua opção teórica, materializando o seu uso com o propósito de garantir a execução de seu trabalho na direção da construção de relações democráticas e emancipadoras, pressupostos básicos do projeto ético-político do Serviço Social.



2 A explicitação do projeto de trabalho: elemento fundamental na relação profissional

Para que o assistente social possa ter o projeto de trabalho como estratégia de reconhecimento profissional, o projeto deve ser escrito, não pode estar apenas na cabeça do profissional, a sua materialização é fundamental. É necessário que ele possa ser acessado, acompanhado e entendido. Assim, a sua formulação deve conter alguns elementos fundamentais, como:

a) a identificação, a delimitação e a justificativa, claras, do objeto da ação: o que o assistente social, com seu trabalho, se propõe a atender, que refrações da questão social serão objetos de sua intervenção. Nessa identificação, o assistente social deve estabelecer prioridades, que, por sua vez, devem responder de forma efetiva às demandas colocadas;

b) a definição de seus objetivos com esse trabalho: o que pretende fazer, quais objetivos pretende alcançar. Os objetivos devem ser claros e exequíveis. A definição de objetivos dá a clareza necessária para compreender a proposta de intervenção profissional;

c) a identificação das metas: é preciso quantificar e qualificar o trabalho proposto. Essas metas devem estar relacionadas com os objetivos. É necessária a explicitação de indicadores, que serão os medidores da efetividade do trabalho. Todo o trabalho social pressupõe, ao ser executado, uma transformação sobre a realidade; para avaliar isso, é fundamental, na formulação do projeto, que se anunciem os resultados a que se pretende chegar e como, principalmente, o trabalho será monitorado, a fim de que se possam avaliar os resultados;

d) o apontamento dos recursos: o projeto deve deixar muito claro quais recursos serão necessários para a sua execução. Neste item, é preciso atentar para os recursos financeiros que serão despendidos. Cada vez mais, os assistentes sociais devem procurar entender de orçamento, seja público, seja privado, dos



mecanismos de formulação de propostas orçamentárias e de desembolso financeiro, para não só propor um projeto de trabalho exequível, mas também para buscar, nesse entendimento, estratégias de alargamento de recursos para atender às demandas dos cidadãos usuários;

e) por fim, é necessário que o projeto indique os mecanismos de controle social de seu trabalho, como os registros serão efetuados e como o conhecimento produzido no trabalho será potencializado. Um projeto de trabalho deve preocupar-se com que todo o conhecimento produzido seja um elemento que realmente novos projetos e que ofereça elementos de reforço à população usuária, na sua organização por ampliação de direitos sociais.

Um projeto de trabalho, para além da formulação técnica e precisa – que é essencial –, deve constituir instrumento potente de impacto sobre a realidade, e seu produto deve apontar a transformação dessa realidade. Necessita ser um elemento fundamental de reafirmação do projeto ético-político profissional e, portanto, construído para ser um elemento que indique, tanto para a instituição como para a população usuária, os compromissos assumidos pela profissão. Ele deve ser o reflexo do compromisso com a emancipação dessa população e da negação do papel de controle e tutela das classes subalternas.

O projeto de trabalho assim construído materializa o compromisso profissional e tem a possibilidade de lhe conferir substância política. Esse caminho poderá levar à ruptura com o papel de “executor terminal de políticas sociais” (NETTO, 1990), materializando uma identidade profissional que responde com produção de conhecimento, pela tarefa de planejar, assessorar e propor intervenções na realidade social.

3 Os instrumentos jurídicos formais e seu papel na formulação do projeto profissional

Como já enunciado, a lei que regulamenta a profissão e o Código de Ética profissional são elementos essenciais na formulação de um projeto de trabalho. Todo assistente social deveria recorrer a esses instrumentos na elaboração do projeto, procurando identificar o cumprimento de seus preceitos, quando no exercício da profissão. Assim, cabe lembrar que a Lei n. 8.662/1993 (BRASIL, 1993) coloca como atribuições privativas do assistente social, dentre outras:

- a) **coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar** estudos, pesquisas, planos, programas e **projetos na área de Serviço Social**; e
- b) **planejar, organizar e administrar** programas e projetos em unidade de Serviço Social.

Além disso, são competências do assistente social, segundo a lei, as tarefas de **elaborar, implementar, executar e avaliar** planos, programas e políticas sociais, ressaltando a importante participação da sociedade civil nesse movimento (Lei n. 8.662/1993, artigo quarto). Como demonstrado no enunciado da Lei, são garantidos ao assistente social os elementos para que se constitua em profissional competente teórica e tecnicamente, tendo asseguradas as tarefas de condução de seu projeto de trabalho.

Essa garantia de que a Lei reconhece as competências dos assistentes sociais se fortalece quando essas tarefas são complementadas pelo enunciado do Código de Ética profissional. Se a Lei diz o que se deve e pode fazer, o Código anuncia quais valores devem ser preservados, quando se explicita o trabalho a ser desenvolvido. Assim, ao elaborar uma proposta de trabalho, é preciso ter claro que ela deve referendar **sempre** os princípios éticos fundamentais, a saber:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;

Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;

Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional e,

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CFESS, 1993, p. 20-21).

Esses princípios, articulados, sustentam a intervenção profissional e, ao serem anunciados e reafirmados tanto na instância institucional, como na relação com os cidadãos usuários do trabalho do assistente social, contribuem para a constituição da identidade profissional. Reforça-se a ideia de que o Código de Ética não é um manual para ser acionado em determinadas situações, ele deve estar expresso em todas as intervenções de todos os assistentes sociais, portanto, é impensável estruturar um projeto de trabalho sem a sua explicitação.

Assim, a proposta de trabalho elaborada estará respaldada, e o assistente social terá garantido o exercício da profissão nos patamares da identidade construída pela profissão, na contemporaneidade.

Apenas como exercício, seria importante que todo assistente social, na tarefa de elaborar a proposta de trabalho, procurasse mapeá-la dentro desses referenciais, o que poderia ser feito a partir da construção de um quadro norteador, como exemplificado no Quadro 1.

Quadro 1 — Formulação do projeto profissional

CÓDIGO DE ÉTICA	LEI N. 8.662/93	PROJETO DE TRABALHO				
		Objeto	Objetivos	Metas	Indicadores	Avaliação
Princípios do Código que devem balizar a proposta.	Prerrogativas da Lei que embasam a proposta.	Manifestações da questão social que deverão ser enfrentadas no projeto.	Objetivos que indicam o que pode ser esperado com a intervenção profissional.	Aonde se busca chegar. É importante quantificar, deixar claro quais metas deverão ser atingidas.	Identificação dos indicadores que serão utilizados para a intervenção e avaliação do processo.	É fundamental explicitar a forma de avaliação do projeto proposto. Lembrar-se da importância do espaço para a participação da população usuária.

Ao ser enunciada a proposta, a composição dos dados relacionados no quadro deve estar baseada em uma leitura da realidade que aponte os elementos que fundamentarão a proposta formulada. Dessa forma, a pesquisa transforma-se em elemento fundamental para o trabalho. É essencial que o assistente social esteja respaldado por dados da realidade que assegurem a legitimidade de sua proposta e lhe confirmem qualidade.

Essa tarefa também coloca como requisito fundamental para a elaboração da proposta o conhecimento das legislações específicas do campo da política social, como ferramenta essencial para o exercício profissional. Assim, a Constituição de 1988, bem como a legislação da seguridade social (previdência social, saúde e assistência social) e as leis criadas para defender os direitos dos segmentos populacionais específicos devem compor o arsenal a ser utilizado pelos profissionais.

Considerações finais

O projeto de trabalho constitui um instrumento fundamental para a consolidação do projeto ético-político profissional.

Ao desenhá-lo e publicizá-lo, o assistente social estabelece os parâmetros profissionais que demarcam o seu trabalho e o compromisso assumido com o projeto coletivamente construído pela profissão, ao longo das últimas décadas, em conjunto com as organizações da categoria.

A vinculação desse projeto com os ditames da profissão fez com que o estatuto profissional conquistasse relevância nos últimos anos. É preciso lembrar que o projeto ético-político profissional é materializado pela soma de todos os projetos de assistentes sociais na ocupação dos espaços sócio-ocupacionais. Quanto mais qualidade ético-política esses projetos encerrarem, mais a profissão terá reconhecido seu estatuto na sociedade contemporânea.

Os desafios colocados na sociedade capitalista de hoje exigem, cada vez mais, clareza, pois os desafios de trabalhar com necessidades sociais advindas da exploração do trabalho requerem um grande preparo teórico e técnico-operativo. Essas constatações indicam que os projetos de trabalho são necessários e essenciais, para não se sucumbir nas tramas do real e no pragmatismo individual que busca capturar o trato da questão social. Todos os assistentes sociais, quando da ocupação de um espaço profissional, estão desafiados a estabelecer projetos de trabalho que possam lhes assegurar o reconhecimento do valor social de seu trabalho e que servirão de instrumento potente na busca de afirmação do projeto ético político profissional.



Referências

BRASIL. *Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993*. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 7 de junho de 1993. Disponível em: http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/Leis/8662_93. Acesso em: jan. 1998.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Resolução CFESS n. 273/1993, de 13 de março de 1993*. Institui o Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Coletânea de leis revista e ampliada. Porto Alegre: Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), 10^o região, 1996.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.) *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1990.

PAIVA, B. A. Reflexões sobre pesquisa e processos de formulação e gestão. In: *Capacitação em Serviço Social e política social*. Módulo 4. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Introdução ao método da teoria social

José Paulo Netto

Professor titular do Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social da
UFRJ.

Introdução ao método da teoria social

Todo começo é difícil em qualquer ciência.

(K. Marx)

Introdução

A *questão do método* é um dos problemas centrais (e mais polêmicos) da teoria social – demonstra-o o esforço dos clássicos das ciências sociais: não foi por acaso que Durkheim (1975) se ateuve à construção de um método para a sociologia e que Weber (1992, 2000), além de se ocupar da conceptualização das categorias sociológicas, escreveu largamente sobre metodologia. Por isto mesmo, toda aproximação séria a tais ciências implica um esforço de clarificação metodológica (FERNANDES, 1980). E não é casual que sempre que elas foram objeto de questionamento, o debate metodológico esteve em primeiro plano – assim ocorreu, por exemplo, quando se tornou visível, nos anos 1970, a crise da sociologia acadêmica (GOULDNER, 2000; MORIN, 2005; GIDDENS, 1978), e assim voltou a verificar-se quando, já aprofundada esta crise, as ciências sociais desenvolveram explicitamente a discussão sobre os “paradigmas” (SANTOS, 1989, 2000).

A questão do método – que também é alvo de polêmica nas ciências que têm por objeto a natureza (POPPER, 1980; GEYMONAT, 1984-1985; FEYERABEND, 1990, 2007) – apresenta-se tanto mais problemática quanto mais está conectada a supostos de natureza filosófica. De fato, não se pode analisar a metodologia durkheimiana sem considerar o seu enraizamento positivista, bem como não se pode debater a “sociologia compreensiva” de Weber sem levar em conta o neokantismo que constitui um de seus suportes.

Também no que toca à teoria social de Marx, a questão do método se apresenta como um nó de problemas. E, neste caso, problemas que não se devem apenas a razões de natureza teórica e/ou filosófica: devem-se igualmente a razões ideopolíticas – na medida em que a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário, a análise

e a crítica da sua concepção teórico-metodológica (e não só) estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando. Durante o século XX, nas chamadas “sociedades democráticas”, ninguém teve seus direitos civis ou políticos limitados por ser durkheimiano ou weberiano – mas milhares de homens e mulheres, cientistas sociais ou não, foram perseguidos, presos, torturados, desterrados e até mesmo assassinados por serem marxistas.

Esta referência ideopolítica não será tematizada neste texto introdutório, elaborado especificamente para profissionais de Serviço Social inscritos num processo de formação continuada (donde, inclusive, o caráter da bibliografia, citada apenas nos idiomas mais utilizados pela categoria profissional). Mas é preciso levar tal referência sempre em conta, porque uma parcela considerável das polêmicas em torno do pensamento de Marx parte menos de motivações científicas e mais de recusas ideológicas – afinal, Marx nunca foi um obediente servidor da ordem burguesa: foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista.

1 Interpretações equivocadas

O estudo da concepção teórico-metodológica de Marx apresenta inúmeras dificuldades – desde as derivadas da sua própria complexidade até as que se devem aos tratamentos equivocados a que a obra marxiana foi submetida. Antes de tangenciar os principais elementos que contribuem para superar as dificuldades específicas do tema, cabe mencionar rapidamente alguns equívocos que decorrem das interpretações que deformaram, adulteraram e/ou falsificaram a concepção teórico-metodológica de Marx.

Curiosamente, quando se analisam os equívocos e as adulterações existentes acerca desta concepção, verifica-se que foram responsáveis por eles tanto os próprios seguidores de Marx quanto seus adversários e detratores. Uns e outros, por razões diferentes, contribuíram decisivamente para desfigurar o pensamento marxiano.

No campo marxista, muitas das deformações tiveram por base as influências positivistas, dominantes nas elaborações dos principais pensadores (Plekhanov, Kautsky) da Segunda Internacional, organização socialista fundada em 1889 e de grande importância até 1914. Essas influências não foram superadas – antes se viram agravadas, inclusive com incidências neopositivistas – no desenvolvimento ideológico ulterior da Terceira Internacional (organização comunista que existiu entre 1919 e 1943), culminando na ideologia stalinista. Delas resultou uma representação simplista da obra marxiana: uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o *materialismo dialético*) e sua especificação em face da sociedade (o *materialismo histórico*). Sobre esta base surgiu farta literatura manualesca, apresentando o método de Marx como resumível nos “princípios fundamentais” do materialismo dialético e do materialismo histórico, sendo a *lógica dialética* “aplicável” indiferentemente à natureza e à sociedade, bastando o conhecimento das suas *leis* (as célebres “leis da dialética”) para assegurar o bom andamento das pesquisas. Assim, o conhecimento da realidade não demandaria os sempre árduos esforços investigativos, substituídos pela simples “aplicação” do método de Marx, que haveria de “solucionar” todos os problemas: uma análise “econômica” da sociedade forneceria a “explicação” do sistema político, das formas culturais etc. Se, num texto célebre dos anos 1960, Sartre (1979) ironizava os resultados obtidos desta maneira, já muito antes, numa carta de 5 de agosto de 1890, Engels protestava contra procedimentos deste gênero, insistindo em que a

nossa [de Marx e dele] concepção da história é, antes de tudo, um guia para o estudo [...]. É necessário estudar novamente toda a história – e estudar, em suas minúcias, as condições de vida das diversas formações sociais – antes de fazer derivar delas as idéias políticas, estéticas, religiosas [...] etc. que lhes correspondem (MARX;ENGELS, 1963, p. 283; itálicos não originais).

Acresce, ainda, que, no registro dos manuais, Marx aparece geralmente como um teórico fatorialista – ele teria sido aquele que, na análise da história e da sociedade, situou o “fator econômico” como determinante em relação aos “fatores” sociais, culturais etc. Também Engels, em carta de setembro de 1890, já advertira contra essa deformação: recordando que Marx e ele sustentavam tão somente a tese segundo a qual

a produção e a reprodução da vida real apenas em última instância determinavam a história, advertia: “Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isto. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o *único* fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda” (ENGELS, op. e loc. cit., p. 284).

Tal concepção reducionista, que nada tem a ver com o pensamento de Marx, é compartilhada também por muitos dos adversários teóricos de Marx. Weber, por exemplo, criticou, na “concepção materialista da história”, as explicações “monocausalistas” dos processos sociais, isto é, explicações que pretendiam esclarecer tudo a partir de uma única causa (ou “fator”); a crítica é procedente se relacionada a teorias efetivamente “monocausalistas” – mas é inteiramente inepta se referida a Marx, que jamais recorreu a “monocausalidades”, uma vez que, como realçou um de seus melhores estudiosos, “é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (LUKÁCS, 1974, p. 41).

Atualmente, no diversificado e heterogêneo campo dos adversários (e mesmo detratores) de Marx, porém, a crítica se concentra especialmente sobre dois eixos temáticos. O primeiro diz respeito a uma suposta irrelevância das dimensões culturais e simbólicas no universo teórico de Marx, com todas as consequências daí derivadas para a sua perspectiva metodológica. Apesar de amplamente difundida em meios acadêmicos, trata-se de crítica absolutamente despropositada, facilmente refutável com o recurso à textualidade marxiana – dados os limites deste texto introdutório, recordo, tão somente como contraprovas, o peso que Marx atribui às “tradições” quando tangencia a propriedade comunal entre os eslavos (MARX, 1982, p. 18) e as suas permanentes preocupações com a especificidade de esferas ideais como a arte (MARX-ENGELS, 1971; LUKÁCS, s.d. e 2009, p. 87-119). O segundo eixo temático relaciona-se a um pretense “determinismo” no pensamento marxiano: a teoria social de Marx estaria comprometida por uma teleologia evolucionista – ou seja, para Marx, uma dinâmica qualquer (econômica, tecnológica etc.) dirigiria necessária e compulsoriamente a história para um fim já previsto (o socialismo). Vários estudiosos já mostraram a inconsistência dessa

crítica (MÉSZÁROS, 1993, p. 198-202; WOOD, 2006, p. 129-154; BORON et alii, 2007, p. 43-47); recentemente, contudo, ela foi retomada por um teórico pós-moderno de grande influência no Brasil (SANTOS, 1995, p. 36-38, 243), a que dediquei uma nota crítica (NETTO, 2004, p. 223 e ss).

Praticamente todas essas interpretações equivocadas podem ser superadas – supondo-se um leitor sem preconceitos – com o recurso a fontes que operam uma análise rigorosa e qualificada da obra marxiana como, por exemplo, os diferenciados estudos de Rosdolsky (2001), Dal Pra (1971), Lukács (1979), Dussel (1985), Bensaïd (1999, terceira parte) e Mézáros (2009, cap. 8).

Entretanto, é a recorrência aos próprios textos de Marx (e, eventualmente, de Marx e Engels) que propicia o material indispensável e adequado para o conhecimento do método que ele descobriu para o estudo da sociedade burguesa.

2 O método de Marx: uma longa elaboração teórica

Sabe-se que Marx (1818-1883) inicia efetivamente a sua trajetória teórica em 1841, aos 23 anos, ao se doutorar em Filosofia pela Universidade de Jena. Mas é entre 1843 e 1844, quando se confronta polemicamente com a filosofia de Hegel, sob a influência materialista de Feuerbach, que ele começa a revelar o seu perfil de pensador original (são deste período os seus textos *Para a questão judaica* e *Crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução*).

É, porém, com o estímulo provocado pelas formulações do jovem Engels acerca da economia política que Marx vai direcionar as suas pesquisas para a análise concreta da sociedade moderna, aquela que se engendrou nas entranhas da ordem feudal e se estabeleceu na Europa Ocidental na transição do século XVIII ao XIX: a sociedade burguesa. De fato, pode-se circunscrever como *o problema central* da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista.

Esta pesquisa, de que resultarão as bases da sua teoria social, ocupará Marx por cerca de quarenta anos, de meados da década de 1840 até sua morte – e pode-se localizar o seu ponto de arranque nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 e a sua culminação nos materiais constitutivos d’*O capital* (MARX, 1994 e 1968-1975). Alicerçando essa pesquisa de toda uma vida, além do profundo conhecimento que Marx adquiriu em seu trato com os maiores pensadores da cultura ocidental e da sua ativa participação nos processos político-revolucionários da época, está a sua *re-elaboração crítica* do acúmulo cultural realizado a partir do Renascimento e da Ilustração. Com efeito, a estruturação da teoria marxiana socorreu-se especialmente de três linhas-de-força do pensamento moderno: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês (LENIN, 1977, p. 4-27 e 35-39). Numa palavra: Marx não fez *tábula rasa* do conhecimento existente, mas partiu criticamente dele.

Cabe insistir na perspectiva *crítica* de Marx em face da herança cultural de que era legatário. Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de “crítica”, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o “bom” do “mau”. Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionamentos* e os seus *limites* – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais. É assim que ele trata a filosofia de Hegel, os economistas políticos ingleses (especialmente Smith e Ricardo) e os socialistas que o precederam (Owen, Fourier).

Avançando criticamente a partir do conhecimento acumulado, Marx empreendeu a análise da sociedade burguesa, com o objetivo de descobrir a sua estrutura e a sua dinâmica. Esta análise, iniciada na segunda metade dos anos 1840, configura um longo processo de elaboração teórica, no curso de qual Marx foi progressivamente determinando o método adequado para o conhecimento veraz, verdadeiro, da realidade social (MANDEL, 1968). Isto quer dizer, simplesmente, que o método de Marx não resulta de descobertas abruptas ou de intuições geniais – ao contrário, resulta de uma demorada investigação: de fato, é só depois de quase quinze anos das suas pesquisas iniciais que Marx formula com precisão os elementos centrais do seu método,

formulação que aparece na “Introdução”, redigida em 1857, aos manuscritos que, publicados postumamente, foram intitulados *Elementos fundamentais para a crítica da economia política. Rascunhos. 1857-1858* (MARX, 1982, p. 3-21). É nestas poucas páginas que se encontram sintetizadas as bases do método que viabilizou a análise contida n’*O capital* e a fundação da teoria social de Marx.

3 Teoria, método e pesquisa

Antes de sinalizar rapidamente o processo intelectual que surge resumido na “Introdução” referida linhas acima, e mesmo antecipando algo do conteúdo deste texto de 1857, é preciso esclarecer o significado que *teoria* tem para Marx. Para ele, a teoria não se reduz ao exame das formas dadas de um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta – à base de hipóteses que apontam para relações de causa/efeito – de seu movimento visível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empirista e/ou positivista. E não é, também, a construção de enunciados discursivos sobre os quais a chamada comunidade científica pode ou não estabelecer consensos intersubjetivos, verdadeiros jogos de linguagem ou exercícios e combates retóricos, como querem alguns pós-modernos (LYOTARD, 2008; SANTOS, 2000, cap. 1).

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento (outras modalidades são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso – cf. MARX, 1982, p. 15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidade: o conhecimento teórico é *o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. *A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. Esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. Detenhamo-nos um pouco neste ponto tão importante e complexo, começando pela própria noção de “ideal”.

Ao mencionar a relação do seu método com o de Hegel, de quem recolheu criticamente a concepção dialética, Marx anotou:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, *o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado* (MARX, 1968, p. 16; itálicos não originais).

Assim, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – *é o real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento). Prossigamos: para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*¹. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador *reproduz* no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador *reproduz*, no plano ideal, a essência do objeto que investigou.

O objeto da pesquisa tem, insista-se, uma existência objetiva, que independe da consciência do pesquisador. Mas o objeto de Marx é a sociedade burguesa – um sistema de relações construído pelos homens, “o produto da ação recíproca dos homens” (MARX, 2009, p. 244). Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou

¹ Para Marx, como para todos os pensadores dialéticos, a distinção entre aparência e essência é primordial; com efeito, “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (MARX, 1985, III, 2, p. 271); mais ainda: “As verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas” (MARX, 1982, p. 158). Por isto mesmo, para Marx, não cabe ao cientista “olhar”, “mirar” o seu objeto – o “olhar” é muito próprio dos pós-modernos, cuja epistemologia “suspeita da distinção entre aparência e realidade” (SANTOS, 1995, p. 331).

na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isto mesmo, a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de “neutralidade”, geralmente identificada com “objetividade” (acerca do debate que sobre a “objetividade” se acumulou nas ciências sociais e na tradição marxista, cf. Löwy, 1975, p. 11-36).

Entretanto, essa característica não exclui a *objetividade* do conhecimento teórico: a teoria tem uma instância de verificação da sua *verdade*, instância que é a *prática social e histórica*. Tomemos um exemplo: da sua análise do movimento do capital, Marx (1968a, p. 712-827) extraiu a *lei geral da acumulação capitalista*, segundo a qual, no modo de produção capitalista, a produção da riqueza social implica, necessariamente, a reprodução contínua da pobreza (relativa e/ou absoluta); nos últimos cento e cinquenta anos, o desenvolvimento das formações sociais capitalistas somente tem comprovado a correção da sua análise, com a “questão social” pondo-se e repondo-se, ainda que sob expressões diferenciadas, sem solução de continuidade. E ainda outro exemplo: analisando o mesmo movimento do capital, Marx (1974, 1974a e 1974b) descobriu a *impossibilidade de o capitalismo existir sem crises econômicas*; também, no último século e meio, a prática social e histórica demonstrou o rigoroso acerto dessa descoberta. Essas e outras projeções plenamente confirmadas sobre o desenvolvimento do capitalismo não se devem a qualquer capacidade “profética” de Marx: devem-se a que sua análise da dinâmica do capital permitiu-lhe extrair do seu objeto “a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (MARX, 1968, p. 6) – não uma “lei” no sentido das leis físicas ou das leis sociais durkheimianas “fixas e imutáveis”, mas uma *tendência histórica* determinada, que pode ser travada ou contrarrestada por outras tendências².

Voltemos à concepção marxiana de teoria: a teoria é a reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Esta reprodução, porém, não é uma espécie

² No posfácio à segunda edição (1873) d’*O capital*, Marx cita passagens de um crítico de sua obra que considera ter apreendido corretamente o seu método de pesquisa, contrapondo-o aos “velhos economistas [que] não compreenderam a natureza das leis econômicas porque as equipararam às leis da física e da química”; ora, “é isto o que Marx contesta. [...] Cada período histórico, na sua opinião, possui suas próprias leis” (MARX, 1968, p. 15). De fato, Marx escrevera n’*O capital*, a propósito das “leis da população”: “[...] Todo período histórico tem suas próprias leis [...], válidas dentro de limites históricos. Uma lei abstrata da população só existe para plantas e animais e apenas na medida em que esteja excluída a ação humana” (MARX, 1968a, p. 733).

de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si. Se assim fosse, o papel do sujeito que pesquisa, no processo do conhecimento, seria meramente passivo. Para Marx, ao contrário, o papel do sujeito é essencialmente *ativo*: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada do objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um *processo*), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa. Marx, aliás, caracteriza de modo breve e conciso tal processo: na investigação, o sujeito “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, 1968, p. 16).

Neste processo, os instrumentos – ou, se se quiser, *técnicas* – de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc.³. Esses instrumentos são meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”, mas não devem ser identificados com o método: instrumentos similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes. Cabe observar que, no mais de um século decorrido após a morte de Marx, as ciências sociais desenvolveram um enorme acervo de instrumentos (técnicas) de pesquisa, com alcances diferenciados – e *todo* pesquisador deve esforçar-se por conhecer este acervo, apropriar-se dele e dominar a sua utilização.

É só quando está concluída a sua investigação (e é sempre relevante lembrar que, no domínio científico, toda conclusão é sempre provisória, sujeita à comprovação, retificação, abandono etc.) que o pesquisador apresenta, expositivamente, os resultados a que chegou. E Marx, na sequência imediata da última citação que fizemos, agrega: “Só depois de concluído este trabalho [de investigação] é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada” (*id., ibid.*). Como se vê, para Marx, os pontos de partida

³ O próprio Marx recorreu à utilização de distintas técnicas de pesquisa (hoje caracterizadas como análise bibliográfica e documental, análise textual, análise de conteúdo, observação sistemática e participante, entrevistas, instrumentos quantitativos etc.); conhece-se, inclusive, um minucioso questionário que elaborou, disponível em Thiollent (1986).

são opostos: na investigação, o pesquisador parte de perguntas, questões; na exposição, ele já parte dos resultados que obteve na investigação – por isto, diz Marx, “é mister, sem dúvida, distinguir formalmente o método de exposição do método de pesquisa” (id., *ibid.*).

É importante observar que, considerado o conjunto da sua obra, Marx poucas vezes se deteve explicitamente sobre a questão do método. Não é casual, de fato, que Marx nunca tenha publicado um texto especificamente dedicado ao método de pesquisa tomado em si mesmo, como algo autônomo em relação à teoria ou à própria investigação: a orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza *ontológica* e não *epistemológica* (LUKÁCS, 1979): por isto, o seu interesse não incidia sobre um abstrato “como conhecer”, mas sobre “como conhecer um objeto real e determinado” – Lênin, aliás, sustentava, em 1920, que o espírito do legado de Marx consistia na “análise concreta de uma situação concreta”. O mesmo Lênin, uns poucos anos antes, já compreendera que a Marx não interessava elaborar uma ciência da lógica (como o fizera HEGEL): importava-lhe *a lógica de um objeto determinado* – descobrir *esta* lógica consiste em *reproduzir* idealmente (teoricamente) a estrutura e a dinâmica *deste* objeto; é lapidar a conclusão lenineana: “[...] Marx não deixou uma *Lógica*, deixou a lógica de *O capital*” (LÊNIN, 1989, p. 284).

4 As formulações teórico-metodológicas

Sublinhei, há pouco, que o método de Marx não resulta de operações repentinas, de intuições geniais ou de inspirações iluminadas e momentâneas. Antes, é o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto. Vejamos, muito esquematicamente, os principais passos dessa elaboração.

É no segundo terço dos anos 1840 que se encontram as formulações teórico-metodológicas iniciais de Marx. Suas primeiras aproximações ao materialismo – devidas à influência de Feuerbach – já surgem, nítidas, numa crítica à filosofia do direito de

Hegel, redigida em dezembro de 1843 a janeiro de 1844 e logo publicada⁴. É especialmente no curso de 1844, quando começa a se deslocar da crítica filosófica para a crítica da economia política – como se verifica nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, só tornados públicos em 1932 (MARX, 1994) –, que essas aproximações ganham uma articulação claramente dialética. Não é por acaso que, paralelamente à redação desses *Manuscritos...*, Marx retorne à hegeliana *Fenomenologia do Espírito*, demonstrando o domínio que já possui das suas categorias (MARX, 1994, p. 155-161), e a leitura dos *Manuscritos...* se revela um conhecimento ainda insuficiente da economia política, isso indica a segurança do autor no manuseio da dialética. Manuseio que se aprofunda na sequência do estabelecimento da relação pessoal com Engels: no livro que marca o começo da sua colaboração intelectual, *A sagrada família ou A crítica da crítica crítica*, de 1845 (MARX; ENGELS, 2003), confrontando-se com os pensadores alemães contemporâneos. Em várias passagens, os dois jovens autores apontam a perspectiva teórica a partir da qual criticam filósofos com os quais, até pouco tempo antes, mantinham boas relações intelectuais.

Porém, é na obra a que se dedicam em seguida, *A ideologia alemã* (escrita em 1845/1846, mas só publicada em 1932), que surge a primeira formulação mais precisa das suas concepções. Marx e Engels esclarecem que as suas análises têm pressupostos, mas se trata de pressupostos *reais*: constituem-nos “os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87)⁵. E escrevem que, por isto mesmo, nas suas análises, “não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco os homens pensados, imaginados ou representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; *parte-se dos homens realmente ativos [...], do seu processo de vida real*” (id., *ibid.*, p. 94; *itálicos não originais*). Na base dessas ideias, está um argumento essencial:

⁴ Trata-se do ensaio *Crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução*, que não deve ser confundido com o manuscrito de 1843 conhecido como *Crítica da filosofia do direito de Hegel, Manuscrito de Kreuznach, Manuscrito de 1843* etc. e só publicado em 1927 – ambos estão disponíveis em Marx (2005).

⁵ Observe-se nesta formulação a antecipação de uma passagem célebre d’*O 18 brumário de Luís Bonaparte*, na qual os homens são tomados como, simultaneamente, autores e atores da história: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1969, p. 17).

Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde [...]. A consciência não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] *Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência* (id., ibid.; itálicos não originais).

Extraída da análise da realidade histórica e expressamente materialista, é esta determinação das relações entre o ser e a consciência dos homens em sociedade que permitirá a Marx avançar, na segunda metade dos anos 1840, na sua análise da sociedade burguesa. Mas ela se insere na concepção que Marx e Engels já alcançaram neste período acerca da história, da sociedade e da cultura e que será desenvolvida e aprofundada nos anos seguintes. Para ambos, *o ser social* – e a sociabilidade resulta elementarmente do *trabalho*, que constituirá o modelo da *práxis* – *é processo, movimento*, que se dinamiza por *contradições*, cuja superação o conduz a patamares de crescente complexidade e novas *contradições* impulsionam a outras superações. Por estes anos, como Engels o recordará bem mais tarde, já estavam – ele e Marx – de posse de “uma grande idéia fundamental”, que extraíram de Hegel: a ideia “de que não se pode conceber o mundo como um conjunto de *coisas* acabadas, mas como um conjunto de *processos*” (MARX-ENGELS, 1963, p. 195). É a partir desta “idéia fundamental” – prosseguirá Engels noutra oportunidade – que

se concebe o mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, como um mundo sujeito à constante mudança, transformações e desenvolvimento constante, procurando também destacar a íntima conexão que preside este processo de desenvolvimento e mudança. Encarada sob este aspecto, a história da humanidade já não se apresentava como um caos [...], mas, pelo contrário, se apresentava como o desenvolvimento da própria humanidade, que incumbia ao pensamento a tarefa de seguir [...] até conseguir descobrir as leis internas, que regem tudo o que à primeira vista se pudesse apresentar como obra do acaso (ENGELS, 1979, p. 22).

À medida que Marx se desloca da crítica da filosofia para a crítica da economia política, suas ideias ganham crescente elaboração. É o que se verifica no primeiro texto em que desenvolve com mais rigor a crítica da economia política – o livro *Miséria da filosofia* (1847), de polêmica com o socialista francês P.-J. Proudhon –, aliás, logo que lê a obra de Proudhon (*Filosofia da miséria*, 1846) e antes mesmo de escrever a sua réplica, Marx observa que o fracasso teórico desse pensador deve-se a que ele “não concebe nossas instituições sociais como produtos históricos e não compreende nem a sua origem nem o seu desenvolvimento” (MARX, 2009, p. 250). Na mesma carta, Marx esclarece como já concebe a estrutura do que constituirá o objeto de pesquisa de toda a sua vida (precisamente do qual investigará a “origem” e o “desenvolvimento”):

O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher, livremente, esta ou aquela forma social? Nada disso. A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil. A uma determinada sociedade civil corresponde um determinado estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil. [...] É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher as suas *forças produtivas* - base de toda a sua história -, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com forças produtivas adquiridas pela geração precedente [...] cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade [...]. As suas [dos homens] relações materiais formam a base de todas as suas relações” (id., p. 245).

E Marx avança a indicação que, nos anos seguintes, fundamentará persuasivamente: “[...] Os homens, ao desenvolverem as suas faculdades produtivas, isto é, vivendo, desenvolvem certas relações entre si, e [...] o modo destas relações muda necessariamente com a modificação e o desenvolvimento daquelas faculdades produtivas” (id., p. 250). Todas estas ideias comparecem na *Miséria da filosofia* e são basilares para a compreensão do método de Marx. Observem-se duas passagens do livro:

As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, ao transformá-lo, alterando a maneira de ganhar a sua vida, eles transformam todas as suas relações sociais. O moinho movido pelo braço humano nos dá a sociedade com o suserano; o moinho a vapor dá-nos a sociedade com o capitalista industrial (idem, p. 125).

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as idéias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, essas idéias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios* (MARX, 2009, p. 126).

É ainda neste texto que Marx avança duas ideias fundamentais, que só se desdobrarão com mais elementos cerca de uma década depois. A primeira diz respeito ainda às categorias econômicas, escreve ele: “As categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais de produção” (id., p. 125). E mais: “As relações de produção de qualquer sociedade constituem um todo” (id., p. 126). Trata-se, na verdade, de duas determinações teóricas que constituirão núcleos básicos do método de pesquisa de Marx, e a elas voltaremos logo adiante.

Todas estas concepções e ideias, fundadas nos estudos históricos e nas análises de realidade que acumula a partir de meados dos anos 1840⁶ – ademais das experiências políticas vividas no curso da revolução de 1848 –, vão adquirir um significado ainda maior no período que se inicia (1850) com o exílio de Marx em Londres. Especialmente a partir de 1852, ele se dedica obsessivamente ao estudo da sociedade burguesa: analisa documentação histórica, percorre praticamente toda a bibliografia já produzida da economia política, acompanha os desenvolvimentos da economia mundial, leva em conta os avanços científicos que rebatem na indústria e nas comunicações e considera as manifestações das classes fundamentais (burguesia e proletariado) em face da atualidade. Vivendo em Londres, então capital do país capitalista mais desenvolvido, de um império de dimensões mundiais, sede do maior centro financeiro (a *City*), tendo à sua disposição a imprensa mais informada da economia e a mais completa biblioteca da época (a do *British Museum*), Marx pode enfim determinar precisamente, em sua plena maturidade, o seu objeto de estudo e o seu método de investigação. É, pois, ao fim de quase quinze anos de pesquisa que ele escreve, entre agosto e setembro de 1857, a célebre “Introdução”, onde a sua concepção teórico-metodológica surge nítida⁷.

Ele inicia a “Introdução” delimitando com clareza o seu objeto de investigação: a *produção material*, que só pode ser algo de “indivíduos produzindo em sociedade” – e, com isto, Marx descarta figuras isoladas de indivíduos nas atividades econômicas. De fato, “quando se trata [...] de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais”. Por isto mesmo, Marx considera que a “produção em geral” é uma abstração, que denota apenas um fenômeno comum a todas as épocas históricas: o fenômeno de, em qualquer época, a produção implicar sempre um mesmo sujeito (a humanidade, a sociedade) e um mesmo objeto (a natureza)⁸. Este fenômeno confere unidade à história da humanidade, mas *unidade* não é

⁶ Não se esqueça que Marx, de 1848 até o fim da vida, foi um permanente “analista de conjunturas” (históricas, político-econômicas e sociais). As incontáveis análises que ele produziu – geralmente publicadas em jornais e revistas – contribuíram em boa medida para o seu acúmulo teórico. Para exemplos dessas análises, cf. Marx (1979, 1986 e 1987).

⁷ Neste e nos seguintes parágrafos não farei a remissão às páginas donde se extraem as citações de Marx, desde que retiradas da “Introdução” – todas proveem de Marx (1982, p. 3-21).

⁸ Anos depois, n’*O capital*, ele determinará o *processo de trabalho* humano (“processo em que o ser humano, com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”) como *sempre* constituído por três elementos: “a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; os meios de trabalho, o instrumental de trabalho”

o mesmo que *identidade*: é preciso distinguir “as determinações que valem para a produção em geral” daquelas que dizem respeito a certa época; do contrário, perde-se a *historicidade* na análise, e às categorias econômicas atribuem-se vigência e valor eternos. Destarte, e conseqüentemente, Marx especifica que quer estudar uma determinada forma histórica de produção material: a “produção burguesa moderna”.

Marx está convencido, em função dos estudos históricos que já realizara, de que “a sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção”. E deixa bem claro que o conhecimento rigoroso da sua produção material *não* basta para esclarecer a riqueza das relações sociais que se objetivam no marco de uma sociedade assim complexa; por exemplo, no trato da cultura, Marx enfatiza a existência de uma “relação desigual do desenvolvimento da produção material face à produção artística” e assinala ainda as dificuldades para clarificar “de que modo as relações de produção, como relações jurídicas, seguem um desenvolvimento desigual”. Mas – por todo o acúmulo teórico que realizou com suas pesquisas anteriores – ele está igualmente convencido de que o *passo necessário e indispensável* para apreender inteira a riqueza dessas relações sociais consiste na plena compreensão da produção burguesa moderna. Sem esta compreensão, será impossível uma *teoria social* que permita oferecer um *conhecimento verdadeiro da sociedade burguesa como totalidade* (incluindo, pois, o conhecimento – para além da sua organização econômica – das suas instituições sociais e políticas e da sua cultura). Para elaborar a reprodução ideal (a teoria) do seu objeto real (que é a sociedade burguesa), Marx descobriu que *o procedimento fundante é a análise do modo pelo qual nele se produz a riqueza material*.

A questão da riqueza material – ou, mais exatamente, das *condições materiais da vida social* –, porém, não envolve apenas a produção, mas articula ainda a distribuição, a troca (e a circulação, que é “a troca considerada em sua totalidade”) e o consumo. Por que, então, começar pela produção? A argumentação de Marx, baseada no aprofundamento de seus estudos anteriores e consolidada no exílio londrino, depois de demonstrar que a produção é, em parte, consumo e este, parcialmente, é produção, e também depois de relacioná-los à distribuição e à circulação, leva ao seguinte resultado:

estes momentos (produção, distribuição, troca, consumo) não são idênticos, mas todos “são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma mesma unidade”. Mas, sem prejuízo da interação entre esses elementos, é dominante o momento da produção:

A produção se expande tanto a si mesma [...] como se alastra aos demais momentos. O processo começa de novo sempre a partir dela. Que a troca e o consumo não possam ser o elemento predominante, compreende-se por si mesmo. O mesmo acontece com a distribuição [...]. Uma [forma] determinada da produção determina, pois, [formas] determinadas do consumo, da distribuição, da troca, assim como *relações determinadas desses diferentes fatores entre si*.

Uma teoria social da sociedade burguesa, portanto, *tem* que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social. Este ponto de partida não expressa um juízo ou uma preferência pessoal do pesquisador: ele é uma exigência que decorre do próprio objeto de pesquisa – sua estrutura e dinâmica só serão reproduzidas com veracidade no plano ideal a partir desse fundamento; o pesquisador só será fiel ao objeto se atender a tal imperativo (É evidente que o pesquisador é livre para encontrar e explorar outras vias de acesso ao objeto que é a sociedade e pode, inclusive, chegar a resultados interessantes; entretanto, tais resultados nunca articularão uma teoria social que dê conta dos níveis decisivos e da dinâmica fundamental da sociedade burguesa.)⁹.

Uma vez determinado o seu objeto, põe-se a Marx a questão de como conhecê-lo – põe-se a questão do método. Aqui, nada melhor que dar a palavra ao próprio Marx:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua

⁹ “É o caso, para ficarmos entre os “clássicos” das ciências sociais, de Durkheim e Weber. Nas suas obras encontram-se análises e proposições que oferecem indicações pertinentes à compreensão da vida social; dadas, porém, as suas concepções teóricas e metodológicas (todas conducentes a pensar as relações sociais no marco de uma ciência particular e autônoma, a Sociologia, dela excluída precisamente a questão da produção material, tornada objeto de outra disciplina acadêmica, a Economia), eles - mesmo Weber, que, sabe-se, interessava-se por Economia - não foram capazes de elaborar uma teoria social apta a dar conta da *articulação entre relações sociais e vida econômica*. Para uma crítica de princípio à Sociologia como ciência particular e autônoma”, cf. Lukács (1968, cap. VI).

repartição entre cidades e campo [...]; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo e, através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples.

Como bom materialista, Marx separa claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como *dados*; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. Este foi o caminho ou, se se quiser, o *método*:

[...] historicamente seguido pela nascente economia. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc., mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc.

Marx considera que este procedimento analítico foi necessário na emergência da economia política, mas está longe de ser suficiente para reproduzir idealmente (teoricamente) o “real” e o “concreto”. Com efeito, depois de alcançar aquelas “determinações mais simples”, “teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas”.

É esta “viagem de volta” que caracteriza, segundo Marx, o método adequado para a elaboração teórica. Ele esclarece:

O último método é manifestamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo [...]. *No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento* (itálicos não originais).

Deve-se distinguir, a esta altura, para alcançar a inteira compreensão do método que Marx considera “cientificamente exato”, o sentido de “abstração” e “abstrato”. A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair da sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador¹⁰. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir “determinações as mais simples”. Neste nível, o elemento abstraído torna-se “abstrato” – precisamente o que não é na totalidade de que foi extraído: nela, ele se concretiza porquanto está saturado de “muitas determinações”. A realidade é concreta exatamente por isto, por ser “a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade. O

¹⁰ “[...] Na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios” (MARX, 1968, p. 4).

conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só “a viagem de modo inverso” permite esta reprodução. Já salientamos que, em Marx, há uma contínua preocupação em distinguir a esfera do ser da esfera do pensamento; o concreto a que chega o pensamento pelo método que Marx considera “cientificamente exato” (o “concreto pensado”) é um produto do pensamento que realiza “a viagem de modo inverso”. Marx não hesita em qualificar este método como aquele “que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto”, “único modo” pelo qual “o cérebro pensante” “se apropria do mundo”.

Cabe também precisar o sentido das “determinações”: determinações são traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade; nas palavras de um analista, para Marx, a determinação é um “momento essencial constitutivo do objeto” (DUSSEL, 1985, p. 32). Por isto, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As “determinações as mais simples” estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade¹¹.

Ora, o objetivo da pesquisa marxiana é, expressamente, conhecer “as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa”. E o que são “categorias”, das quais Marx cita inúmeras (trabalho, valor, capital etc.)? As categorias, diz ele, “exprimem [...] formas de modos de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada” – ou seja: elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser – são categorias *ontológicas*); mediante procedimentos intelectivos (basicamente, mediante a abstração), o pesquisador as reproduz teoricamente (e, assim, também pertencem à ordem do pensamento – são categorias *reflexivas*). Por isto mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são *históricas e transitórias*: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado). E uma vez que, como vimos, para Marx “a

¹¹ A análise cuidadosa dessas categorias encontra-se em Lukács (1970, cap. III e 1979, p. 77-171).

sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção” – vale dizer: a mais *complexa* de todas as organizações da produção até hoje conhecida –, é nela que existe realmente o maior desenvolvimento e a maior diferenciação categorial. Logo, a sua reprodução ideal (a sua teoria) implica a apreensão intelectual dessa riqueza categorial (o que significa dizer que a teoria da sociedade burguesa deve ser também rica em categorias¹²).

Depois de anotar que a sociedade burguesa apresenta a mais desenvolvida organização da produção, Marx, numa argumentação que interdita qualquer procedimento de natureza positivista, observa:

As categorias que exprimem suas [da sociedade burguesa] relações, a compreensão de sua própria articulação, permitem penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, levam de arrastão, desenvolvendo tudo que fora antes apenas indicado e que toma assim a sua significação etc. A anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior não pode ser compreendido [...] senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia da antiguidade etc.

Esta argumentação inverte a vulgar proposição positivista de que “o mais simples explica o mais complexo”: somente quando uma forma mais complexa se desenvolve e é conhecida é que se pode compreender inteiramente o menos complexo – é o presente, pois, que esclarece o passado. Na sociedade burguesa, a categoria *dinheiro* (eis um exemplo do próprio Marx) encontra-se muito mais desenvolvida do que na Antiguidade – onde funcionava como meio de troca. Se a analisássemos apenas como meio de troca, não teríamos condições de detectar as suas outras possíveis funções; quando a analisamos na sociedade burguesa (onde, ademais de meio de troca, opera como equivalente geral, medida de valor, meio de acumulação, meio de pagamento universal),

¹² É precisamente esta *riqueza categorial* que não aparece nas exposições que geralmente pretendem divulgar “o método de Marx” – seu conhecimento exige a leitura da obra do próprio Marx, em especial *O capital*.

seu pleno desenvolvimento ilumina o seu processo anterior.

Obviamente, afirmando-se que o presente ilumina o passado (ou, noutras palavras: que a forma mais complexa permite compreender aquilo que, numa forma menos complexa, indica potencialidade de ulterior desenvolvimento), não se descarta a necessidade de conhecer a gênese histórica de uma categoria ou processo – tal conhecimento é absolutamente necessário. Mas dele não decorre o conhecimento da sua relevância no presente – sua estrutura e sua função atuais. Ambos, estrutura e função, podem apresentar características inexistentes ou atrofiadas no momento da sua emergência histórica. Assim, as condições da gênese histórica não determinam o ulterior desenvolvimento de uma categoria. Por isto mesmo, o estudo das categorias deve conjugar a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual)¹³.

Entretanto, retornemos à última citação de Marx. Adicionalmente, e dando consequência à observação que acabamos de fazer, ele adverte: se a economia burguesa fornece a chave da economia da Antiguidade, isto não significa a inexistência de diferenças históricas – as categorias não são eternas, são historicamente determinadas e esta determinação se verifica na articulação específica que tem nas distintas formas de organização da produção. Esta é a conclusão de Marx: no estudo da sociedade burguesa,

[...] seria, pois, impraticável e errôneo colocar as categorias econômicas na ordem segundo a qual tiveram historicamente uma ação determinante. [...] Não se trata da relação que as relações econômicas assumem historicamente na sucessão das diferentes formas da sociedade. [...] Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa.

E foi neste sentido que se desenvolveu a pesquisa de Marx: encontrar a articulação específica que a organização burguesa, organização da produção, confere às (suas) categorias econômicas. Quando publicou, dois anos depois que escreveu a

¹³ Eis por que Lucien Goldmann qualifica o método de Marx como “genético-estrutural” e György Lukács designa-o como “histórico-sistemático”.

“Introdução” de que nos ocupamos aqui, os então mais recentes resultados das suas investigações sistemáticas – orientadas pelas indicações teórico-metodológicas avançadas nesta “Introdução” – no âmbito da crítica da economia política, Marx sintetizou, numa passagem célebre, o fio condutor dos seus estudos. A passagem comparece no prefácio a *Para a crítica da economia política* (1859) e é de citação imprescindível, uma vez sumaria as conclusões daquele mencionado itinerário investigativo de praticamente quinze anos:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez (MARX, 1982, p. 25).

5 O método de Marx

O/a assistente social que nos acompanhou até aqui estará talvez preocupado/preocupada e, com certeza, não lhe reduz a preocupação a epígrafe que, com bastante cuidado, escolhemos para encimar este texto – “todo começo é difícil em qualquer ciência” –, extraída exatamente d’*O capital* (MARX, 1968, p. 4). É que não lhe

oferecemos, em nome de Marx, um conjunto de regras para orientar a pesquisa; também não colocamos à sua disposição um rol de definições para dirigir a investigação. Nestas poucas páginas, apenas sumariamos – e de forma muito esquemática: só apresentamos *uma* introdução à problemática metodológica de Marx – as principais aproximações marxianas à questão do método de pesquisa. E devemos justificar as razões deste procedimento.

Não oferecemos ao/à assistente social um conjunto de regras porque, para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. Recordemos a passagem de Lênin que citamos: Marx não nos entregou uma Lógica, deu-nos a lógica d’*O capital*. Isto quer dizer que Marx não nos apresentou o que “pensava” do capital: ele nos descobriu a estrutura e a dinâmica *reais* do capital; não lhe “atribuiu” ou “imputou” uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a *sua* (própria, imanente ao capital) *lógica* – numa palavra, deu-nos a teoria do capital: a *reprodução ideal do seu movimento real*¹⁴. E para operar esta reprodução, ele tratou de ser *fiel ao objeto*: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações.

Também não oferecemos definições ao/à assistente social. Porque procede pela descoberta das determinações, e porque, quanto mais avança na pesquisa, mais descobre determinações – conhecer teoricamente é (para usar uma expressão cara ao Professor Florestan Fernandes) *saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas* –, Marx não opera com definições. Na “viagem em sentido inverso”, as

¹⁴ E é desnecessário dizer que esta *reprodução ideal*, cuja validez a história real do capitalismo do último século e meio vem reafirmando, na mesma medida em que é *necessária* não é *suficiente* para dar conta do capitalismo contemporâneo: novos fenômenos, sinalizando novos processos, emergiram na dinâmica do capital, fenômenos e processos que Marx não examinou (e nem poderia tê-lo feito). Mas é o *método* por ele descoberto que tem possibilitado o tratamento crítico-analítico da contemporaneidade, em autores como Mandel, Mészáros, Harvey e tantos outros.

“abstrações mais tênues” e as “determinações as mais simples” vão sendo carregadas das relações e das dimensões que objetivamente possuem e devem adquirir para reproduzir (no plano do pensamento) as múltiplas determinações que constituem o concreto real.

Mas, sobretudo, procedemos aqui com o cuidado de manter *a indissociável conexão que existe em Marx entre elaboração teórica e formulação metodológica*. Os pressupostos desenvolvidos ao longo dos anos 1840 encaminham elaborações teóricas que são refundidas, revisadas, aprofundadas etc. e que rebatem nas propostas metodológicas; os estudos dos anos 1850, orientados pelas formulações metodológicas já alcançadas, promovem avanços teóricos e estes redimensionam exigências metodológicas. A formulação da “Introdução” de 1857 é, vista no processo do pensamento de Marx, um ponto de chegada e um ponto de partida. É um ponto de chegada, na medida em que resulta de todo o trato teórico anterior e, pois, contém uma adequação da posição (perspectiva) do pesquisador às exigências do objeto; é um ponto de partida, porque assinala um novo tratamento do objeto – que vai comparecer nos *Elementos fundamentais para a crítica da economia política. Rascunhos. 1857-1858*. Este novo tratamento teórico, por sua vez, incide numa depuração ainda maior da formulação metodológica – e ambos, tratamento teórico e formulação metodológica, que constituem uma unidade, surgirão, límpidos, n’*O capital*. *A indissociável conexão que mencionamos impede uma abordagem que, na obra de Marx, autonomize o método em face da teoria: não é possível, senão ao preço de uma adulteração do pensamento marxiano, analisar o método sem a necessária referência teórica e, igualmente, a teoria social de Marx torna-se ininteligível sem a consideração do seu método*. Como corretamente afirmou Goldmann (1985, p. 7), no pensamento que se apoia na perspectiva da totalidade, a que me referirei a seguir, é ilegítima

uma separação rigorosa entre o método e a investigação concreta, que são as duas faces de uma mesma moeda. De fato, parece certo que o método só se encontra na própria investigação e que esta só pode ser válida e frutífera na medida em que toma consciência, progressivamente, da natureza do seu próprio avanço e das condições que lhe permitem avançar.

E é nesta conexão que encontramos plenamente articuladas três categorias – de novo: teórico-metodológicas – que nos parecem nuclear a concepção teórico-metodológica de Marx, tal como esta surge nas elaborações de e posteriores a 1857 (ainda que lastreadas em sua produção anterior). Trata-se das categorias de *totalidade*, de *contradição* e de *mediação* (MARCUSE, 1969; LUKÁCS, 1970, 1974 e 1979 e BARATA-MOURA, 1977).

Para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é “simples” – o que as distingue é o seu grau de complexidade (é a partir desta verificação que, para retomar livremente uma expressão lukacsiana, a realidade da sociedade burguesa pode ser apreendida como um complexo constituído por complexos). E se há totalidades mais determinantes que outras (já vimos, por exemplo, que, na produção das condições materiais da vida social, a produção determina o consumo), elas se distinguem pela legalidade que as rege: as tendências operantes numa totalidade lhe são peculiares e não podem ser transladadas diretamente a outras totalidades. Se assim fosse, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade *amorfa* – e o seu estudo nos revela que se trata de uma totalidade *estruturada e articulada*. Cabe à análise de cada um dos complexos constitutivos das totalidades esclarecer as tendências que operam especificamente em cada uma delas.

Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma *totalidade dinâmica* – seu movimento resulta do caráter *contraditório* de *todas* as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas – e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las.

Enfim, uma questão crucial reside em descobrir as *relações* entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são *mediadas* não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os *sistemas de mediações* (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade *indiferenciada* – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso”¹⁵.

Articulando estas três categorias nucleares – a totalidade, a contradição e a mediação –, Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico. Ao nos oferecer o exaustivo estudo da “produção burguesa”, ele nos legou a base necessária, indispensável, para a teoria social. Se, em inúmeros passos do conjunto da sua obra, Marx foi muito além daquele estudo, fornecendo fundamentais determinações acerca de outras das totalidades constitutivas da sociedade burguesa, o fato é que sua teoria social permanece em construção – e em todos os esforços exitosos operados nesta construção o que se constata é a fidelidade à perspectiva metodológica que acabamos de esboçar. É nesta fidelidade, aliás, que reside o que, num estudo célebre, Lukács (1974, p. 15) designou como *ortodoxia* em matéria de marxismo.

6 O método de Marx e a pesquisa em Serviço Social

É mais ou menos consensual que o Serviço Social, no Brasil, desconheceu a pesquisa – como parte constitutiva do perfil profissional – até os finais dos anos 1960. Isto não significa que assistentes sociais, em seus espaços de trabalho (e, especialmente, aqueles/as que conjugavam a intervenção direta com a docência), não tenham

¹⁵ O marxista que melhor esclareceu a concepção de totalidade na obra marxiana foi Lukács. É dele a lição: “A concepção materialista-dialética de totalidade significa, em primeiro lugar, a unidade concreta de contradições inter-atuantes [...]; em segundo lugar, significa a relatividade sistemática de toda totalidade, tanto para cima como para baixo (ou seja, que toda totalidade está constituída de totalidades a ela subordinadas e que também ela é, ao mesmo tempo, sobredeterminada por totalidades de complexidade maior); e, em terceiro lugar, a relatividade histórica de toda totalidade, isto é, que o caráter-de-totalidade de toda totalidade é mutável, está limitado a um período histórico concreto, determinado” (MÉSZÁROS Apud PARKINSON, 1973, p. 79-70). E Mészáros observa que, com esta concepção, extraída do pensamento de Marx, evita-se tanto o misticismo da totalidade – tomada diretamente na sua imediatividade, com a supressão das suas mediações –, que o fascismo cultivou, quanto o seu extremo oposto, vale dizer, a sua negação, que leva à fragmentação e à psicologização da vida social (id., *ibid.*).

desenvolvido atividades investigativas ou participado, juntamente com outros profissionais, de projetos e atividades de pesquisa. Quer dizer, tão somente, que a pesquisa não se punha como elemento substantivo nos papéis atribuídos e incorporados pela profissão.

Nos anos subsequentes a 1968 (quando a ditadura vigente no país operou uma reforma universitária), e no quadro das transformações operadas na sociedade brasileira, que padecia a autocracia burguesa (NETTO, 2009), alteraram-se tanto as condições da formação do/a assistente social quanto as do seu exercício profissional. Novas demandas foram postas à profissão no marco da “modernização conservadora” que estava em curso à época e, também neste marco, a formação se laicizou e se integrou efetivamente no circuito acadêmico – donde, na entrada dos anos 1970, o início dos cursos de pós-graduação, que foram, sem dúvidas, os principais responsáveis pelo estímulo à pesquisa no Serviço Social¹⁶. Vê-se, pois, que as atividades de pesquisa inserem-se tardiamente em nosso campo profissional – dado que o Serviço Social no Brasil já contava, então, com mais de três décadas de existência. De qualquer modo, a partir dos finais dos anos 1970, a pesquisa veio se consolidando nos espaços da formação pós-graduada e é hoje um elemento significativo do Serviço Social brasileiro, atestando a sua maioridade intelectual e as suas condições para participar da interlocução com as ciências sociais. E, desde meados dos anos 1980, também as revisões curriculares foram concedendo destaque à pesquisa, de modo que também na graduação ela começou a ganhar destaque.

Considerado o peso da herança conservadora no Serviço Social em todo o mundo e particularmente no Brasil (IAMAMOTO, 1994, cap. I; IAMAMOTO; CARVALHO, 1983), além do desastre que significou para a massa da população a política cultural e educacional da ditadura, compreende-se a difícil inserção da tradição marxista (e, com ela, da concepção teórico-metodológica de Marx) no campo do Serviço Social. Com a crise e a derrota da ditadura, porém, pouco a pouco, foram se configurando influências

¹⁶ Como resultado dos esforços desenvolvidos pelos/nos cursos de pós-graduação, em 1987, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq reconheceu o Serviço Social como área de produção de conhecimento – o que, ademais de servir como instrumento institucionalizador da pesquisa entre nós, operou como um extraordinário elemento do seu fomento, propiciando o acesso dos pesquisadores a recursos indispensáveis.

marxistas sobre assistentes sociais que se dedicavam à pesquisa – ainda que tais influências padecessem de inúmeros problemas (NETTO, 1989; QUIROGA, 1991). O principal desses problemas residia em que se tratava de “um marxismo sem Marx”: geralmente provinha de manuais de divulgação ou, em alguns casos, da referência a importantes pensadores marxistas, porém tomados sem o conhecimento da tradição que os implicava e explicava.

Podem-se distinguir, neste processo de inserção do pensamento marxista no Serviço Social brasileiro, dois momentos: um, primeiro, correspondente ao período que vai do fim dos anos 1970 até o final dos 1980 e aquele que então se inicia e se prolonga até hoje. No primeiro, próprio à crise e à derrota da ditadura e ao afluxo dos movimentos democráticos e populares, a referência formal ao marxismo e a Marx tornou-se dominante entre as vanguardas profissionais; houve mesmo uma espécie de moda do “materialismo histórico”. No segundo, sob a pressão do neoconservadorismo pós-moderno que começou a envolver as ciências sociais, o marxismo “entrou em baixa” no Serviço Social – o elegante tornou-se a adoção de “novos paradigmas”. De qualquer maneira, há um saldo objetivo indiscutível: *a inserção do pensamento de Marx contribuiu decisivamente para oxigenar o Serviço Social brasileiro e, desde então e apesar tudo, constituiu-se nele uma nova geração de pesquisadores que se vale competentemente das concepções teórico-metodológicas de Marx.*

Está claro que a pesquisa é indispensável ao Serviço Social se a profissão quiser se manter com um estatuto efetivamente universitário. É impossível imaginar o desenvolvimento profissional sem que, na categoria profissional, exista um segmento dedicado expressamente à pesquisa – e tudo indica que tal segmento encontra seu espaço específico na universidade.

Com isto, queremos dizer claramente que nem todo/a assistente social tem que dedicar-se sistematicamente à pesquisa. A própria alocação socioprofissional dos assistentes sociais (como, aliás, se registra em todas as categorias profissionais) impede o exercício sistemático da pesquisa por *todos* os profissionais. É por esta razão, aliás, que *é preciso democratizar os resultados das investigações* conduzidas por aqueles que estão

alocados ao espaço específico da pesquisa: *é preciso encontrar meios, canais e modos de coletivizar, com o conjunto da categoria, os avanços teóricos e técnico-operativos alcançados pelos pesquisadores.*

Mas é preciso dizer, também claramente, que *todo/a assistente social, no seu campo de trabalho e intervenção, deve desenvolver uma atitude investigativa*: o fato de não ser um/a pesquisador/a em tempo integral não o/a exime quer de acompanhar os avanços dos conhecimentos pertinentes ao seu campo trabalho, quer de procurar conhecer concretamente a realidade da sua área particular de trabalho. Este é o principal modo para qualificar o seu exercício profissional, qualificação que, como se sabe, é uma prescrição do nosso próprio Código de Ética¹⁷.

Parece clara a distinção (que não deve ser vista como uma muralha chinesa) entre o exercício investigativo do pesquisador acadêmico, que se dedica a ele em tempo integral, e o do profissional de Serviço Social. No primeiro caso, os requisitos da pesquisa são os da produção de conhecimentos, sem o *compromisso imediato* com a prática profissional; no segundo, diferentemente, a investigação está em geral orientada para subsidiar uma intervenção bastante determinada. Em ambos os casos, o domínio das *técnicas* – que, repita-se, não podem ser identificadas a *método* – de pesquisa é igualmente necessário e se encontra acessível numa larga bibliografia (desde manuais “clássicos” como os de Goode e Hatt, 1979, e de Selltitz et alii, 1975, a textos mais acessíveis e abrangentes como os de Minayo, 2002, e de Severino, 2007). E em ambos os casos o recurso à concepção teórico-metodológica de Marx revela-se extremamente produtivo e eficaz. É claro que tal recurso põe grandes exigências intelectuais, mas perfeitamente solucionáveis mediante o estudo sistemático; se parte delas já foi sugerida na exposição que fizemos, três observações gerais podem facilitar os procedimentos dos/as assistentes sociais que, embora não sendo pesquisadores em sentido estrito, querem desenvolver uma *atitude investigativa* compatível com aquele

¹⁷ O Código, já nos seus princípios fundamentais, inscreve, para o/a profissional, o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e *com o aprimoramento intelectual*, na perspectiva da competência profissional” (CRESS 7ª Região, 2005, p. 17; *itálicos não originais*); entre os direitos do/a profissional, prevê “a liberdade na realização de seus estudos e pesquisas” (id., p. 18) e a participação “em sociedades científicas [...] que tenham por finalidade [...] a produção de conhecimentos” (id., p. 24). E a Lei de Regulamentação da Profissão menciona a pesquisa como atividade profissional (cf. art. 4º, VII e XI, art. 5º, I).

recurso na sua intervenção profissional.

Em primeiro lugar, o profissional necessita possuir uma visão global da dinâmica social concreta. Para isto, precisa conjugar o conhecimento do *modo de produção capitalista* com a sua *particularização* na nossa sociedade (ou seja, na formação social brasileira). O/a assistente social não é (nem pode ser) um/a economista nem um/a especialista em história, mas não *compreenderá* de forma adequada nem mesmo os problemas mais imediatos que se põem diariamente à sua atuação profissional se não tiver aquela visão que demanda o estudo atento de uns poucos textos de introdução à economia política e de alguns historiadores brasileiros – sempre com a preocupação de trazer à atualidade os resultados a que assim tiver acesso. Bem conduzido e atualizado, esse estudo propiciará ao profissional também o conhecimento da natureza de classe do Estado brasileiro e da nossa estrutura social e é supérfluo observar que o curso de graduação deve oferecer os conteúdos mais essenciais desse estudo¹⁸.

Em segundo lugar, o profissional precisa encontrar as principais *mediações* que vinculam o problema específico com que se ocupa com as expressões gerais assumidas pela “questão social” no Brasil contemporâneo e com as várias políticas sociais (públicas e privadas) que se propõem a enfrentá-las. O conhecimento dessas políticas sociais (que implica, antes de tudo, o conhecimento das suas fontes e formas de financiamento) é indispensável para o profissional *contextualizar* a sua intervenção; e a determinação daquelas mediações possibilita apreender *o alcance e os limites da sua própria atividade profissional*. Estas exigências põem-se a todo profissional interessado na compreensão da sua atividade para além do seu dia-a-dia: dada a sua alocação socioprofissional – seja no planejamento, na gestão, na execução –, nenhum/a assistente social pode pretender qualquer nível de competência profissional se se prender exclusivamente aos aspectos imediatamente instrumentais e operativos da sua atividade.

Em terceiro lugar, ao profissional cabe apropriar-se *criticamente* do conhecimento

¹⁸ Tais conteúdos estariam garantidos na formação de graduação mediante a implementação dos “núcleos” de “fundamentos teórico-metodológicos da vida social” e de “fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira”, constantes das “Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social” – cf. ABESS, 1997, p. 64-66.

existente sobre o problema específico com o qual se ocupa. É necessário dominar a bibliografia teórica (em suas diversas tendências e correntes, as suas principais polêmicas), a documentação legal, a sistematização de experiências, as modalidades das intervenções institucionais e instituintes, as formas e organizações de controle social, o papel e o interesse dos usuários e dos sujeitos coletivos envolvidos etc. Também é importante, neste passo, ampliar o conhecimento sobre a instituição/organização na qual o próprio profissional se insere.

Os três momentos aqui sumariados não configuram operações intelectivas *sucessivas*: são passos constitutivos do *processo* pelo qual o profissional pode desenvolver de fato uma *atitude investigativa* numa perspectiva compatível com o espírito do método de Marx – e trata-se de processo obviamente contínuo e sempre renovado. E parece indiscutível que sua efetivação será tanto mais possível e exitosa se envolver mais que os esforços individuais de um profissional: a atividade coletiva, associada, incluindo também profissionais de outras áreas, permite ultrapassar os aparentemente insuperáveis obstáculos com que se defrontam os/as assistentes sociais no seu dia-a-dia (falta de tempo para estudar e debater, ausência de estímulos para crescer intelectualmente etc.).

Enfim, observe-se que estamos tratando de *investigação* no plano do conhecimento (aliás, o método de Marx, tal como foi tematizado aqui, é um método de conhecimento). E do conhecimento não se extraem diretamente indicativos para a ação, para a prática profissional e interventiva. Mas não se terá uma prática eficiente e inovadora se ela não estiver apoiada em conhecimentos sólidos e verazes.

Referências

- ABESS. Formação profissional: trajetórias e desafios. *Cadernos ABESS*. São Paulo, Cortez, ed. esp., n. 7, novembro de 1997.
- BARATA-MOURA, J. *Totalidade e contradição*. Acerca da dialética. Lisboa: Horizonte, 1977.
- BENSAÏD, D. *Marx, o intempestivo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BORON, A. et alii (Org.). *A teoria marxista hoje*. Problemas e perspectivas. Buenos Aires/S. Paulo: Clacso/Expressão Popular, 2007.
- CRESS 7ª. Região. *Assistente social: ética e direitos*. Rio de Janeiro: CRESS 7ª. Região, 2005. (Coletânea de leis e resoluções.)
- DAL PRA, M. *La dialéctica en Marx*. Barcelona: Martínez Roca, 1971.
- DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975.
- DUSSEL, E. *La producción teórica de Marx*. Un comentario a los *Gründrisse*. México: Siglo XXI, 1985.
- ENGELS, F. *Anti-Dühring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- FEYERABEND, P. *Diálogo sobre el método*. Madrid: Cátedra, 1990.
- _____. *Contra o método*. São Paulo: UNESP, 2007.
- GEYMONAT, L. (Dir.). *Historia del pensamiento filosófico y científico*. Barcelona: Ariel, 1984-1985. v. I-II-III.
- GIDDENS, A. *As novas regras do método sociológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOLDMANN, L. *El hombre y lo absoluto*. El dios oculto. Barcelona: Península, 1985.
- GOODE, W. J.; HATT, P. K. *Métodos em pesquisa social*. São Paulo: Nacional, 1979.
- GOULDNER, A. W. *La crisis de la sociología occidental*. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Serviço Social e relações sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez/Celats, 1983.
- IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1994.

LENIN, V. I. *Obras escolhidas em três tomos*. Lisboa-Moscou: Avante!-Progresso, 1977. v. I.

_____. *Obras escolhidas em seis tomos*. Lisboa-Moscou: Avante!-Progresso, 1989. t. 6.

LÖWY, M. *Método dialético e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*. México/Barcelona: Grijalbo, 1968.

_____. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. *História e consciência de classe*. Porto: Escorpião, 1974 [edição brasileira: São Paulo: Martins Fontes, 2003].

_____. *Arte e sociedade*. Escritos estéticos (1932-1967). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. *Marx e Engels como historiadores da literatura*. Porto: Nova Crítica, s.d.

_____. *Ontologia do ser social*. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MANDEL, E. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARCUSE, H. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, I, 1, 1968; I, 2, 1968a; III, 4, 1974; III, 5, 1974a e III, 6, 1974b.

_____. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. *Para a crítica da economia política*. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas.)

_____. *As lutas de classes na França (1848-1850)*. São Paulo: Global, 1986.

_____. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo: Ensaio, 1987.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante!, 1994.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas em três volumes*. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. v. 3.

_____. *Sobre a arte e a literatura*. Lisboa: Estampa, 1971.

_____. *A sagrada família ou a crítica da crítica crítica*. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. *Estrutura social e formas de consciência*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORIN, E. *O método*. Porto Alegre: Sulina, 2005. v. 1-6.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano X, n. 30, abril de 1989.

_____. *Marxismo impenitente*. Contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009.

PARKINSON, G. H. R. *Georg Lukács*. El hombre, su obra, sus ideas. Barcelona-México: Grijalbo, 1973.

POPPER, K. *A lógica da investigação científica*. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

QUIROGA, C. *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto/UERJ, 2001.

SANTOS, B. S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *A crítica da razão indolente*. Contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000. v. 1.

SARTRE, J. P. *Questão de método*. São Paulo: DIFEL, 1979.

SELLTIZ, C. et alii. *Métodos de pesquisa das relações sociais*. São Paulo: EDUSP, 1975.



SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo: Polis, 1986.

WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1992. v. 1-2.

_____. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 2000. v. 1-2.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2006.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

A dimensão investigativa no exercício profissional

Yolanda Guerra

Professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ



A dimensão investigativa no exercício profissional

Introdução

A formação profissional dos assistentes sociais brasileiros, desde meados da década de 1990, dispõe de um projeto pedagógico que contempla um conjunto de valores e diretrizes, que lhe dão a direção estratégica e contempla um determinado perfil de profissional. Como resultado das transformações sociais que se traduzem nas particularidades da profissão, bem como do investimento feito pelas entidades da categoria, no sentido da formação de uma massa crítica, o referido projeto estabelece “as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade” (ABESS, 1997, p. 61). O perfil de profissional que nele se delinea prioriza a competência técnica, a crítica teórica e os compromissos ético-políticos. Netto assim o define: “intelectual que habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social” (1996, p. 125-26). Este perfil de profissional, entre outras exigências, determina a necessidade de um sólido referencial teórico-metodológico, que permita um rigoroso tratamento crítico-analítico, um conjunto de valores e princípios sociocêntricos adequados ao *ethos* do trabalho e um acervo técnico-instrumental que sirva de referência estratégica para a ação profissional. Daí a necessidade de formar profissionais capazes de desvendar as dimensões constitutivas da chamada questão social, do padrão de intervenção social do Estado nas expressões da questão social, do significado e funcionalidade das ações instrumentais a este padrão, através da pesquisa, a fim de identificar e construir estratégias que venham a orientar e instrumentalizar a ação profissional, permitindo não apenas o atendimento das demandas imediatas e/ou consolidadas, mas sua reconstrução crítica.

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Apesar da nossa recente

tradição em pesquisa e do recorrente viés empirista e epistemologista que a caracteriza, nota-se uma significativa expansão dela nos últimos anos e um também significativo avanço na sua qualidade, a partir da adoção do referencial teórico-metodológico extraído da tradição marxista.

O objetivo deste texto é demonstrar que a pesquisa garante o *estatuto de maioria intelectual* para a profissão: além de possibilitar aos seus protagonistas uma contribuição efetiva às diversas áreas de conhecimento, permite-nos conectarmos (através de múltiplas mediações) às demandas da classe trabalhadora – condição para a construção de novas legitimidades profissionais.

Com base na natureza interventiva da profissão e do valor do conhecimento para ela, discutem-se, neste artigo, as modalidades, níveis e graus de abrangência do conhecimento. Consideram-se a investigação e a intervenção elementos que, embora de naturezas distintas, compreendem a dialética do modo de ser da profissão, claramente expresso nas competências/atribuições profissionais. Do mesmo modo, afirmam-se a atitude investigativa e a pesquisa como parte constitutiva do exercício do assistente social, vislumbram-se os requisitos para o desenvolvimento da pesquisa científica, e, finalmente, o papel da investigação da realidade na formulação do projeto de intervenção e da intervenção propriamente dita.

1 Natureza interventiva e o significado do conhecimento

Partindo do suposto de que o significado que o trabalho profissional do assistente social adquire no processo de produção e reprodução das relações sociais só pode ser interpretado e compreendido na relação entre as necessidades das classes sociais que polarizam sua intervenção, os distintos sujeitos sociais e os interesses antagônicos que o demandam, os espaços ocupacionais, as competências e atribuições profissionais, cabe situar a importância da produção de conhecimento para o Serviço Social. A profissão ao longo dos seus 70 anos vem buscando definir claramente e consolidar suas atribuições e competências, as quais se encontram, desde 1962, reconhecidas e regulamentadas (ainda que sua primeira formulação tenha sido em 1957). O cumprimento delas,



segundo a Lei n. 8662/1993, exige de o assistente social tornar a pesquisa um elemento constitutivo do seu trabalho profissional, como pré-condição do exercício profissional competente e qualificado.

Assim é que, no cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se realizar permanentemente a pesquisa das condições e relações sob as quais o exercício profissional se realiza, dos objetos de intervenção, das condições e relações de vida, trabalho e resistência dos sujeitos sociais que recebem os serviços. Faz-se necessário não apenas coordenar e executar políticas sociais, projetos e programas, mas também avaliá-los, coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, emitir parecer técnico, formar assistentes sociais. Aqui se reconhece e se enfatiza a *natureza investigativa das competências profissionais*. Mais do que uma postura, o *caráter investigativo* é constitutivo de grande parte das competências/atribuições profissionais.

Para atender as competências profissionais, ressaltam-se as possibilidades da pesquisa, tendo em vista, de um lado, a apreensão das reais condições de trabalho dos assistentes sociais como elemento fundamental para o exercício profissional qualificado, visando alcançar os objetivos e metas pretendidos, e, de outro, a apropriação dos objetos de intervenção – as diversas sequelas que a exploração da força de trabalho no capitalismo causa na vida da classe trabalhadora –, suas condições de vida e formas de enfrentamento. Aqui, há que se considerar a profissão no contexto de reprodução da sociedade capitalista, seus fundamentos, modos de ser e de se reproduzir. O pressuposto é o de que a profissão e seus objetos só se explicam em relação e a partir dessas relações. Nesta sociedade, as sequelas da relação de exploração de uma classe sobre a outra recebem a denominação de “questão social”. Não obstante, resultado da exploração do capital sobre o trabalho, a questão social é decorrência da luta de classes: “mantivessem-se os pauperizados na condição cordata de vítimas do destino, revelassem eles a resignação que Comte considerava a grande virtude cívica e a história subsequente haveria sido outra” (NETTO, 2001, p. 43). Foi a partir dos protestos, dos conflitos e da possibilidade de “eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão Social”” (idem).



Por essa razão, a chamada “questão social”, se não considerada à luz de seus fundamentos constitutivos, da lógica que a gerou (a acumulação capitalista), mais obscurece a realidade do que a explica. Ao assistente social, no âmbito da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, cabe captar como as diversas expressões da questão social se particularizam em cada espaço sócio-ocupacional e chegam como demandas que dependem de sua intervenção profissional. Assim, entendemos que a clareza acerca de como concebemos a “questão social”, ou seja, a partir de que pressupostos teóricos; a percepção que temos de suas expressões, tais como: desemprego, fome, doenças, violência, falta de acesso aos bens e serviços sociais (moradia, creches, escolas, hospitais, etc.), bem como dos valores que orientam tais concepções, são mediações que incidem sobre os meios e modos de responder às demandas profissionais.

Aqui nos interessa chamar a atenção para a possibilidade contida nas competências e habilidades de “compreender o significado da profissão”, para o redimensionamento dos espaços profissionais, das demandas e respostas, do que depende, essencialmente, mas não exclusivamente, da escolha dos aportes teórico-metodológicos aliada à capacidade política de estabelecer estratégias socioprofissionais adequadas. Explicita-se, então, a dimensão investigativa da prática como constitutiva do exercício profissional bem como *se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa de grande parte das competências profissionais*. Na relação dialética entre investigar e intervir, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade, os conhecimentos teórico-metodológicos, os saberes interventivos e procedimentais (SANTOS, 2006) constituem-se componentes fundamentais.

2 A pesquisa da realidade: conhecer e intervir

A necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento. Não obstante, para intervir, é preciso conhecer, para o que há que se ter procedimentos adequados.

Como uma mediação privilegiada na relação entre conhecimento e realidade, a pesquisa resulta em um conhecimento sempre provisório, parcial, histórico (relativo a um tempo e espaço sociocultural e historicamente determinado).

Por conhecimento, estamos concebendo o processo de elucidação da realidade. Diz Luckesi “o conhecimento é a compreensão inteligível da realidade, que o sujeito humano adquire através de sua confrontação com essa mesma realidade” (1994, p. 122).

A atitude imediata dos homens sobre o cotidiano é a de um sujeito social que exerce sua atividade tendo em vista o alcance de fins a partir de um conjunto de relações sociais. Portanto, a realidade se nos apresenta como campo no qual se exercita a intervenção prático-material. Deste campo, derivam-se a intuição e o saber imediato. Diz Kosik:

No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo “em situação” cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade (1986, p. 10).

Porém, geralmente, estas representações na mente do sujeito social, derivadas imediatamente do aspecto fenomênico da realidade, divergem da lógica constitutiva do objeto, da sua estrutura, do seu núcleo essencial.

Compreender como as relações de fato se dão exige que se reconheça a historicidade dos processos sociais bem como a particularidade do conhecimento sobre o ser social e do método que permite conhecê-lo.

Neste âmbito, podemos dizer que há níveis e graus de conhecimento: oriundo da intuição, oriundo do entendimento e oriundo da razão crítico-dialética (como o nível mais alto do conhecimento), que se constituem em momentos distintos, porém complementares.

Todo conhecimento se inicia pelos órgãos dos sentidos (intuição). O empirismo restrito limita o conhecimento a este seu nível preliminar e estabelece a máxima de que *só se aprende a fazer fazendo*. O conhecimento pode partir do senso comum, mas tem que ir além dele. Há que se incorporar este conhecimento, porém, analisá-lo criticamente, negá-lo (o que significa dizer que há mais coisas sobre o objeto do que estamos supondo) e elevá-lo a um novo patamar, o que significa agregar conhecimentos novos, às vezes, abrir mão de velhos preconceitos. A nova síntese permite que o processo se renove através de novo questionamento, cujo resultado tende a ser o aprofundamento do conhecimento sobre o objeto estudado.

O conhecimento proveniente do intelecto (formal-abstrato) implica a aceitação passiva de informações que nos chegam à experiência pelo cotidiano, pela necessidade de sobrevivência, de reprodução da existência. A este nível do conhecimento chamaremos de “entendimento”. O entendimento se localiza no nível dos fenômenos, da empiria, da epiderme do real. É um processo de reconhecimento que se traduz em imagens que são representações expressas na aparência do real. Ele possibilita distinguir as coisas, determiná-las, compará-las, classificá-las a partir da sua imagem, da aparência, da forma. Para tanto, os sujeitos acionam o intelecto. Assim, “o entendimento é posto como um modo operativo da razão, que não critica os conteúdos dos materiais sobre que incide” (NETTO, 1994, p. 29). Aqui, o conhecimento se limita à função de expressar a realidade tal como ela aparece empiricamente. Em outras palavras: o conhecimento se restringe a tornar conhecido o existente, o que leva à mera reprodução e manutenção da realidade tal como ela se apresenta de imediato, tal como expressa na sua aparência.

Nesse nível, predomina a racionalidade formal-abstrata. Esta, porque realiza suas operações de análise e síntese sobre as bases da positividade do mundo, “esgota-se e reduz a racionalidade aos comportamentos manipuladores do sujeito em face do mundo objetivo” (idem). Deste procedimento, derivam-se posturas epistemologistas e metodologistas.

O conhecimento oriundo da razão dialética capta o movimento do objeto, a sua lógica de constituição, percebe o que o objeto é e como chegou a ser o que é (seu processo de constituição), quais seus fundamentos, sua capacidade de transformar-se em outro. O conhecimento resultante dos procedimentos da razão vai além da apreensão da imediaticidade da vida cotidiana. Ele busca captar a processualidade contraditória de seus objetos e visa a refiguração, no nível do pensamento, do seu movimento. O fenômeno é (apenas e necessariamente) o ponto de partida do conhecimento. Neste nível, o conhecimento se organiza mediante categorias analíticas. Estas são sínteses mentais dos nossos esforços em compreender o movimento do real, sua lógica constitutiva e de nos comportarmos adequadamente frente a ele. O conhecimento é tanto mais verdadeiro enquanto ele conseguir captar, por meio de categorias analíticas, o movimento, as determinações, os modos de ser dos processos analisados, bem como a lógica do movimento de constituição dos processos, que se expressam na consciência do sujeito e se constituem no “concreto pensado” (MARX, 1983, p. 219). Porque incorpora o movimento, a negatividade, o vir a ser dos processos, a razão é dialética. Este é o nível mais alto do conhecimento.

Intuitivamente, estamos sempre investigando. Toda investigação se coloca na relação teoria/realidade ou teoria/empíria. A pesquisa parte sempre de um conhecimento superficial da realidade, de uma abstração. Mas nem toda investigação pode ser considerada uma pesquisa científica e nem todo conhecimento é teórico.

Diz Marx que a apropriação teórica se dá de um “modo que difere da apropriação desse mundo na arte, na religião e no espírito prático” (1983, p. 219). Cada modalidade do conhecimento nos permite uma forma de apropriação do mundo. A mais elementar é a apropriação através do espírito prático, manipulador, realizado no e pelo cotidiano, pelo entendimento. A apreensão do real pela teoria é diferente da sua apreensão pela arte, pela religião, pela prática. Vê-se que o conhecimento teórico é apenas um tipo de conhecimento entre outros, mas, sobretudo, tende a ser o mais universal e mais completo, uma vez que ele busca captar e reproduzir o real por meio do pensamento. Assim, a teoria é uma forma de apropriação do mundo. O conhecimento dado pelo espírito prático, obtido nas intervenções profissionais, é o conhecimento que advém da



experiência e que permite a manipulação do mundo. Ambos (conhecimento teórico e conhecimento prático) são modos de a consciência se apropriar do mundo. Mas, são conhecimentos de naturezas, de significados e estatutos diferentes.

A pesquisa, na qual se faz necessário o “mergulho na realidade social” (IAMAMOTO, 1998, p. 55), é, portanto, um processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental.

Para bem conhecer, é necessário um trabalho intelectual: preparo, formação, habilidades e competência. A pesquisa científica exige rigor, métodos e técnicas apropriadas e não pode ser identificada como mera sistematização de dados, de modo que há que se desenvolver determinados conhecimento que são procedimentais (sobre a necessidade deles no exercício profissional ver Santos, 2006). Nosso ranço empiricista nos leva muitas vezes a identificar elaboração teórica com sistematização da prática. Afirmamos que ambas são importantes, mas sua distinção deve ser feita, em nome do rigor teórico-metodológico.

A sistematização de dados é, sem dúvida, um passo preliminar e necessário, um momento do processo do conhecimento. Os procedimentos de sistematização que se realizam sobre o material empírico são da maior relevância para a construção teórica (para o momento de síntese que se dá como reprodução do movimento da realidade no pensamento do sujeito). Para o Serviço Social, o processo de sistematização da prática permite: identificar e problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes, selecioná-los e classificá-los, identificar suas características, as dificuldades, lacunas, a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los e a da adoção de determinado referencial-teórico que permita interpretá-los, funcionando como um momento pré-teórico da maior relevância (sobre isso ver Netto, 1989, p. 151). O processo de sistematização nos indica a necessidade de elaboração do projeto de intervenção e as lacunas no nosso conhecimento para resolvermos determinados problemas. Nele, os procedimentos do entendimento são não apenas suficientes, mas adequados. Aqui, a investigação da realidade se situa como



exigência do exercício profissional. É importante notar que a suposta e equivocada concepção sobre a teorização do Serviço Social (ou seja, a formulação de uma história e de uma metodologia próprias) foi conduzida pela identificação também equivocada entre sistematização e elaboração teórica.

4 A busca da dialética da própria coisa

Foi dito que, antes de iniciarmos qualquer investigação, deve-se ter a convicção de que existe algo a mais a ser conhecido, que não é dado na aparência, na representação imediata da realidade. Há algo que explica a realidade, sua lógica imanente, que não se apresenta na sua forma de manifestação. A parte conhecida não representa o todo nem se mostra de imediato, de modo que as representações que daí derivam devem ser negadas e analisadas à luz de um conhecimento superior (teórico), agora, enriquecidas pelas mediações apreendidas no processo.

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível (KOSIK, 1986, p. 12).

Ao ser apreendida como processo de totalização e interpretada numa perspectiva de totalidade, a realidade é concebida de maneira mais abrangente: como totalidade em permanente processo de totalização. As partes que a compõem devem ser analisadas também como totalidades em processo, de modo que elas não possam ser explicadas por si mesmas, mas em relação, através de seus nexos com outras partes. Tomando como exemplo uma instituição (e/ou organização), locus de trabalho profissional, como a totalidade mais ampla e complexa, as suas partes (organograma, hierarquia, regulamentos, metas, missão, projetos, recursos, cultura) são totalidades de menor poder explicativo. Nesta concepção, não há partes, mas totalidades parciais. Não há todo (instituição), que se encerra em si, mas totalidades em processo (instituição cujas forças sociais e políticas se renovam permanentemente) e que só se explicam em relação (com as totalidades parciais que a compõe).

Outro procedimento importante é a decomposição/recomposição da totalidade. No primeiro movimento (decomposição), se conhece as totalidades parciais de uma totalidade mais ampla (instituição) e as relações entre elas; já no segundo (recomposição), percebe-se como as primeiras se vinculam, seus nexos e como essas articulações atribuem particularidades a essa totalidade mais ampla e complexa (instituição). Este movimento é realizado no e pelo pensamento do sujeito. Este reproduz mentalmente o movimento de decomposição/recomposição do objeto (neste caso, a instituição) e, ao fazê-lo, a consciência se esforça para interpretar e compreender o modo de ser da instituição, o contexto historicamente determinado no qual se situa, de que elementos ela se compõe, quais são, como são e como se comunicam, que relações estabelecem, que elementos imperam, que forças se confrontam e subsumem as demais. O conhecimento converte o todo caótico (a instituição apresentada na sua imediaticidade) em concreto pensado (a instituição apreendida na sua totalidade).

Assim, as totalidades parciais (componentes da instituição) se relacionam com a totalidade mais complexa: a instituição, que, ao mesmo tempo, é totalidade parcial (quando analisada e inserida no contexto das instituições capitalistas, cuja explicação deve ser buscada na lógica que estrutura este modo de produção e reprodução da vida social) e é totalidade mais complexa, quando apreendida através dos elementos que a constituem: organograma, hierarquia, regulamentos, metas, missão, projetos, recursos, cultura, etc., posto que ela só se explica na inter-relação dos seus elementos constitutivos, no movimento dialético e através das mediações que se estabelecem entre eles. Assim, ainda que cada uma das totalidades parciais da instituição seja complexa e exija um esforço especial, ainda que cada uma delas permita lançar luzes sobre algum aspecto da realidade institucional, o significado de cada uma delas é sempre menor do que o que é apreendido da relação entre elas. Também, o conhecimento de uma das totalidades parciais, do organograma, por exemplo, permite que se interprete apenas o aspecto formal da instituição, um aspecto posto na sua aparência, já que as relações de poder que constam no organograma não expressam as relações reais que se estabelecem no cotidiano da instituição. Tampouco a aparência das relações de poder coincide com a essência delas, de modo que investigar a realidade institucional significa assumir uma atitude crítica que se pergunta sobre: – o que há para além disso?



A ação do sujeito social sobre uma realidade (instituição, por exemplo) tende a selecionar alguns momentos da realidade que são considerados essenciais. O sujeito separa o essencial do acessório (secundário), para atingir determinados objetivos. Aqui o pensamento do sujeito faz recortes na realidade, debruça-se sobre ela, estuda-a, avalia-a, arrisca-se a explicá-la através de conceitos que conhece, busca novos conceitos para tal, e organiza respostas à realidade com base nos estudos realizados. Não obstante, no nosso dia-a-dia estamos sempre trabalhando com totalidades, mais ou menos amplas e complexas. Em toda realidade social, manifestam-se características de âmbito universal, particular e singular.

Totalidade indica, pois, que as três dimensões que compõem uma realidade, universal, particular e singular, são partes constitutivas de um mesmo objeto, são sempre articuladas entre si, se autoimplicam e se autoexplicam, e a interpretação do objeto (instituição) tem em vista captá-las.

A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta em uma situação dada. E é a estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade (KONDER, 1983, p. 37).

A ciência visa à descoberta do universal que tem que ser concebido como a universalidade de singulares (uma totalidade complexa composta de totalidades parciais: singulares), e como tal, sua manifestação é sempre um particular. Do mesmo modo, os fenômenos singulares (a instituição) são sempre singularidades de um universal (instituições próprias do modo de produção/reprodução capitalista) e, por isso, não se manifestam em si mesmos, mas no particular. Ainda que a análise tenha partido de uma realidade singular, uma determinada instituição vista de maneira imediata, como espaço de intervenção profissional, na sua essência, ela é muito mais do que isso: descobrir sua funcionalidade ao capitalismo (como modo de produção e reprodução da vida social) exige que se alcance a dimensão *mediata* da instituição (aquela que o pensamento vai descobrindo por aproximações sucessivas, construindo e reconstruindo). A instituição é mediatizada por vários fatos e processos, necessidades e interesses, valores e princípios, projetos profissionais e de sociedade (que não se



expressam na sua aparência) através dos quais podemos nos conduzir à busca da essência. É pela via das mediações objetivas e subjetivas que refazemos o caminho para a apreensão da totalidade (o que, linhas atrás, foi chamado de recomposição da totalidade).

Toda realidade carrega forças que se confrontam a todo o momento. A contradição é o princípio básico do movimento de constituição da própria realidade (KONDER, 1983, p. 49). É no confronto destas forças em oposição na realidade (aparência/essência, mudança/permanência, imediato/mediato, velho/novo, etc.) que o método dialético vai permitindo ao sujeito realizar a síntese, como um movimento de apreensão do real por meio da luta dos opostos. O que é importante citar é que deste movimento dialético, dado pelos vetores negativos que entram em contradição, a realidade se coloca tanto como possibilidades quanto como restrição de possibilidades.

Assim, numa leitura crítico-dialética das instituições, vemos que elas não se constituem como blocos monolíticos, mas, ao contrário, são constitutivas e constituintes da contradição. Nelas, dadas as diferenças e divergências quanto aos interesses, metas, objetivos, direção política e formas de encaminhar as soluções aos problemas (ou seja, de dar respostas às demandas), explicita-se claramente (às vezes aos profissionais, em outras também aos usuários) a dimensão política da profissão, dimensão esta pela qual a profissão pretende uma mudança na forma e no conteúdo do poder vigente, seja na instituição, na sua relação com o usuário, na estrutura da sociedade capitalista ou em todos esses níveis.

A realidade também carrega elementos novos e velhos. O passado convive com o presente e aponta tendência para o futuro. Cabe ao pesquisador perceber quais os elementos que pesam mais na realidade estudada, o que predomina naquele momento histórico analisado: se as tendências do novo ou do velho. Nesta luta dialética entre os opostos, a síntese final expressa uma subsunção de um sobre o outro. Mas esta síntese é sempre provisória, histórica, daí que o conhecimento é aproximativo e historicamente situado.

Nesta rápida indicação das possibilidades de desvelamento da realidade institucional, pela via da pesquisa, vemos que, como um foco de luz que a consciência projeta sobre a realidade, o conhecimento surge de necessidades e implica uma atividade, num “pôr-se em condições” de captar adequadamente o conjunto de informações que consideramos relevantes aos nossos interesses e objetivos, de escolher determinadas respostas, de organizar e hierarquizar as respostas, de utilizá-las para nossas atividades ou projetos (pessoais ou profissionais). O conhecimento se constrói a partir de necessidades e interesses mediante um esforço de escolha e organização. Pressupõe acumulação de informações, através das quais a nova situação é avaliada e contraposta às experiências passadas, com elementos da situação presente e com uma *antevisão do futuro*. Não apenas a situação concreta, mas também as possíveis alternativas de respostas são avaliadas e uma, entre elas, é escolhida, visando resolver/interpretar a situação vigente, de modo que o conhecimento, no seu nível mais elevado, que é derivado da razão crítico-dialético, deve permitir tanto analisar e operar sobre o existente quanto reconhecer as tendências do movimento, “o vir a ser” dos processos sociais.

Daí entendermos que a pesquisa para o Serviço Social fornece subsídios à análise do processo de produção e reprodução da vida social sob o capitalismo, no âmbito do qual o Serviço Social se situa, visando a instrumentalização do assistente para a *elaboração de projetos de intervenção e para a intervenção propriamente dita*.

Mas, mais do que isso: a investigação é inerente à natureza de grande parte das competências profissionais: compreender o significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, identificar as demandas presentes na sociedade, realizar pesquisas que subsidiem a formulação de políticas e ações profissionais, realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social, identificar recursos. Essas competências referem-se diretamente ao ato de investigar, de modo que, de postura a ser construída pela via da formação e capacitação profissional permanente (cuja importância é inquestionável), a investigação para o Serviço Social ganha o *estatuto de elemento constitutivo da própria intervenção profissional*.

O assistente social lida com essas múltiplas expressões das relações sociais da vida cotidiana, o que permite dispor de um acervo privilegiado de dados e informações sobre as várias formas de manifestação das desigualdades e da exclusão social em sua vivência pelos sujeitos, de modo que a ele é facultado conhecer a realidade de maneira direta: a partir da sua intervenção na realidade, das investigações que realiza, visando responder a esta realidade. Mas é possível também conhecer através das experiências indiretas, através do que já foi produzido por outras pesquisas e/ou teoricamente. Também aqui, para o assistente social, se exige um investimento na investigação, posto que, ao testar o conhecimento derivado indiretamente, tem-se como resultado uma avaliação sobre o mesmo.

Quando realizamos entrevistas, estamos exercitando a dimensão investigativa da profissão, por meio de informações extraídas diretamente da realidade, mas a sua preparação, em grande medida, dependeu de conhecimentos indiretos sobre vários temas que nos habilitaram a realizá-la. Na realização de estudo social, laudos, pareceres, buscamos informações nos documentos da instituição, na vizinhança e/ou no trabalho sobre algum sujeito social. Estes são momentos nos quais estamos exercitando nossa dimensão investigativa.

O conhecimento indireto é aquele obtido na bibliografia, nas pesquisas já existentes sobre o objeto. Este conhecimento é uma mediação que se interpõe entre o sujeito e a realidade a ser conhecida. Ele é testado: validado ou não na realidade. Daí que a postura investigativa do profissional se explicita na realização das suas competências como um todo: nas fases de planejamento, implementação, avaliação e revisão crítica do processo. A dimensão investigativa está intrinsecamente relacionada com a dimensão interventiva, e a qualidade de uma implica a plena realização da outra.

5 Rumo à consolidação da maioria acadêmica e profissional

No Brasil, como resultado da pesquisa científica e do seu reconhecimento pelas agências de fomento como área de produção do conhecimento, desde o final dos anos 1980, temos uma produção científica e bibliográfica própria, expandida cada vez mais

para outros países da América Latina, por eles reconhecida não apenas pela sua qualidade, mas pelo seu vetor radicalmente crítico da ordem social, que vem estabelecendo diálogo com importantes teóricos e intelectuais do país e fora dele. Se foi a recorrência às Ciências Sociais e à tradição marxista que possibilitou os avanços da pesquisa e da produção do conhecimento na área, coube a essa última fertilizar todas as polêmicas relevante: das questões pertinentes à natureza e significado da profissão e de suas técnicas, às questões sobre o Estado, o significado das políticas sociais, o papel dos movimentos sociais e sua organização, os processos de efetivação da democracia e da cidadania (entre outros). Além disso, a recorrência ao referencial marxista contribui com a própria valorização da pesquisa para a profissão (seus influxos são claros no atual projeto de formação profissional), credenciando seus intelectuais como interlocutores qualificados, cuja contribuição se espalha para várias áreas de conhecimento.

Ao longo de pouco mais de 20 anos de existência, a pesquisa no Serviço Social vem enfrentando dificuldades de monta, as quais fogem aos objetivos deste artigo. Não obstante, vemos que ela detém todas as possibilidades que a habilitam a alcançar sua maturidade intelectual, já que seu debate vem sendo balizado por dois princípios que lhe dão a direção: rigor teórico-metodológico e pluralismo.

Registra-se, também, que, na sua trajetória, o exercício sistemático da pesquisa científica expresso nas produções mais significativas da área e o seu reconhecimento pela comunidade acadêmica e profissional têm demonstrado a atualidade e fecundidade da tradição marxista na apreensão das transformações em curso. Disto deriva algo extremamente relevante que nem sempre se evidencia no debate da categoria: se não se separa referencial teórico-analítico de estratégias sociopolíticas e profissionais, a legitimidade da direção estratégica é inquestionável, posto que a recorrência da nossa e de outras categorias profissionais pelas análises macroscópicas e totalizadoras oriundas do referencial marxiano, é notável.

Temos visto que a pesquisa crítica e criativa faculta-nos enriquecer os elementos da cultura profissional: princípios, valores, objetivos, referencial teórico-metodológico, racionalidades, instrumental técnico-operativo, estratégias e posturas, com novas

determinações. Aqui se coloca um dos desafios da formação profissional: criar uma cultura profissional que valorize a dimensão investigativa.

Quanto às exigências imediatas, a pesquisa do mercado de trabalho permite a análise crítica sobre os espaços sócio-ocupacionais do assistente social, sobre as demandas liberais/conservadoras que lhe chegam, sobre as competências e respostas profissionais, visando a construção de maneiras alternativas de responder a elas.

Aqui se coloca a dimensão investigativa: ela é a dimensão do novo – questiona, problematiza, testa as hipóteses, permite revê-las, mexe com os preconceitos, estereótipos, crenças, superstições, supera a mera aparência, por questionar a “positividade do real”. Permite construir novas posturas visando a uma instrumentalidade de novo tipo: mais qualificada, o que equivale a dizer: eficiente e eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão.

Se nosso objetivo foi alcançado, fica claro que a pesquisa possibilita desenvolver competências profissionais em três níveis.

No âmbito das nossas competências teórico-metodológicas, através da pesquisa sólida e rigorosa, desenvolve-se a capacidade de o assistente social compreender seu papel profissional no contexto das relações sociais, como foi dito, numa perspectiva de totalidade social.

No âmbito das nossas competências políticas, a pesquisa permite que se apreenda a sociedade como um espaço de contradições, os interesses sociais e econômicos subjacentes aos projetos societários, partidários e profissionais. Ela indica os protagonistas da cena política, suas articulações e alianças e possibilita identificar aliados. Do mesmo modo, permite compreender o significado social e político das demandas e respostas profissionais. E não nos permite descuidar do estabelecimento de estratégias sociopolíticas e profissionais.

Por fim, mas não menos importante, no nível das competências técnico-operativas, a pesquisa desenvolve nossa capacidade de investigar as instituições, seus usuários, as demandas profissionais, os recursos institucionais, as agências financiadoras, o orçamento. Permite preparar respostas qualificadas às demandas institucionais, organizacionais ou dos movimentos sociais, vislumbradas no projeto de intervenção profissional. Pela via da pesquisa é facultado ao profissional formular respostas que não apenas atendam às demandas, mas que, compreendendo o conteúdo político delas e o contemplando, ele possa reconstruí-las criticamente.

O resultado é a sua legitimidade junto às classes subalternizadas.

Aqui se colocam dois desafios à profissão: 1) investir na pesquisa qualificada que responda às requisições dos sujeitos coletivos que demandam a profissão (e não apenas as do mercado de trabalho) cujo resultado seja o investimento na organização de tais setores. Neste âmbito, o assistente social pode buscar as mediações e/ou sistemas de mediações capazes de desencadear possibilidades de acesso deles aos canais institucionais; 2) investir em uma política nacional de pesquisa socialmente comprometida, que trate de aspectos relevantes para a sociedade brasileira, especialmente para a classe trabalhadora e suas formas de organização.

Se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se estabelece alianças com a sociedade civil organizada, não se alcança novas legitimidades profissionais, não se efetiva os princípios e valores do projeto profissional, não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica.

Assim, há que se colocar um imperativo para a profissão: Ousar saber para ousar transformar.



Referências

BRASIL. Lei n. 8.662 de 1993. Regulamenta a profissão de assistente social.

GRESS. *Assistente Social: ética e direitos*. Coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro: Cress 7ª Região, 2000.

GUERRA, Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A força histórico-ontológica e crítico-analítico dos fundamentos. *Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social*, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 10, 2004.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *Atribuições privativas do(a) Assistente Social em questão*, Brasília: CFESS, 2002.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

KONDER, L. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. *Introdução à Filosofia: aprendendo a pensar*. São Paulo: Cortez, 2004.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo: Ciências Humanas Ltda., 1978.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da "questão social". *Revista Temporalis*, Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XVI, abr. 1996.

_____. Razão, ontologia e práxis. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, ano XV, n. 44, abr. 1994.

SANTOS, C. M. *Instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do*



assistente social no Brasil. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UFRJ, 2006 (original inédito).

Vv. Aa. A metodologia no Serviço Social. *Cadernos ABESS*, São Paulo: Cortez/ABESS, n. 3, 1989.

Vv. Aa. Formação profissional: trajetórias e desafios. *Cadernos ABESS*, São Paulo: Cortez/ABESS, n. 7, 1997.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Elaboração de Projetos de Pesquisa

Mirtes Andrade Guedes Alcoforado da Rocha

Professora de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE



Elaboração de Projetos de Pesquisa

Introdução

Entre as competências profissionais registradas na Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social consta: “planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais”. (Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993, inciso VII do artigo 4º).

Este reconhecimento legal é importante, mas não nos habilita a pôr em prática tais atividades. Para isto é preciso adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades. Portanto é preciso que o assistente social se qualifique para fazer e avaliar pesquisas que busquem compreender a realidade social.

Esta é a razão que me fez escrever este texto.

Mas, a que me refiro quando falo em pesquisa?

Este é um termo amplamente usado na vida cotidiana. Todos dizem fazer pesquisa de preço, ou da história dos candidatos para um cargo de vereador em sua cidade, ou ainda de lugares para visitar no período de férias.

Para que fazem tais pesquisas?

Para buscar informações das quais necessitam para tomar decisões sobre o que e onde comprar, que lugares visitar nas férias, ou em que candidato votar.

Também cotidianamente a mídia divulga notícias sobre medicamentos, descobertas arqueológicas, desemprego, uma nova visão sobre fatos históricos, as quais são apresentadas como resultado de pesquisa científica.

O que há de comum entre a pesquisa que o cidadão faz no seu dia-a-dia, orientado pelo bom senso e aquelas apresentadas como científicas?

Ambas envolvem a curiosidade, o desejo de saber, aprender e a busca de informações.

Contudo, o cidadão pesquisa para acessar a informações que são novas para ele, mas que já fazem parte do acervo de conhecimento disponível sobre um determinado assunto. Já ao realizar uma pesquisa científica, o pesquisador reúne informações e as analisa para construir um novo conhecimento, um conhecimento ainda não disponível em uma determinada área ou disciplina.

Por que é preciso fazer este tipo de pesquisa¹?

Porque assim como “não basta abrir a janela para ver os campos e o rio”², também não basta observar fatos para compreender a realidade, pois esta não se dá a conhecer, mas, tal qual a Esfinge, desafia – “Decifra-me ou te devoro”. Para não sermos todos “devorados” pela realidade, é preciso analisá-la e compreendê-la, é preciso decifrar seus enigmas, seus mistérios. E isto pode ser feito por meio de pesquisa científica.

Pesquisar para construir um novo conhecimento é uma aventura tão apaixonante quanto desafiadora e, para realizá-la, não se dispõe de “receitas”. Não há listas de procedimentos rigidamente ordenados que, se devidamente seguidos, determinarão a qualidade e relevância da pesquisa e garantirão a resolução do enigma que a realidade nos impõe.

A pesquisa científica é “[...] resultado de um processo articulado que pressupõe a construção de esquemas teóricos para a compreensão da realidade e a definição dos procedimentos para realizar a referida construção” (FERREIRA, 1998, p. 12).

Logo, fazer pesquisa exige atentar ao seu próprio processo de desenvolvimento, pois por todo o tempo há necessidade de proceder a escolhas, tomar decisões.

¹ Deste momento em diante utilizarei apenas o termo pesquisa para designar a pesquisa científica.

² Trecho de um poema de Fernando Pessoa



Chamo atenção por fim que, embora não existam “receitas” para fazer uma pesquisa, existem determinados requisitos, elementos básicos e indicações de procedimentos que orientam seu processo de planejamento e execução.

É destes aspectos que vou me ocupar, iniciando por breves considerações sobre o planejamento da pesquisa.

1 O planejamento da pesquisa

O planejamento da pesquisa é um processo de reflexão e tomada de decisão acerca do seu objeto, objetivos e procedimentos a serem adotados para realizá-la.

Ao planejar sua pesquisa você toma decisões quanto:

- Ao problema da pesquisa, isto é, o conjunto de perguntas que pretende responder.
- Às informações necessárias para respondê-las, as fontes e os procedimentos para obtê-las.
- Aos procedimentos para o tratamento das informações obtidas e o sistema teórico para sua interpretação.

Estes são os elementos básicos que estão presentes em qualquer pesquisa.

Todavia, as perguntas que serão feitas, as informações que serão buscadas, as fontes de informações utilizadas e a maneira como se dará o seu tratamento, se diferenciam de uma pesquisa para outra.

Isto se dá porque o planejamento e execução da pesquisa têm por base a visão de homem, a concepção de mundo e o entendimento sobre a forma de articulação dos conceitos e sobre as categorias para a análise da realidade que orientam a ação do pesquisador.



Este quadro de referência determina as diretrizes e procedimentos da pesquisa, porque fornece os princípios para compreensão da realidade e do próprio processo de produção de conhecimento e, permite a identificação dos enigmas que a realidade, compreendida segundo esses princípios, nos impõe. A partir deste alicerce é que identificamos questões de pesquisa e elegemos procedimentos para tratá-las.

O projeto de pesquisa é o texto em que são registrados esses fundamentos, as diretrizes da pesquisa e as decisões tomadas.

É importante escrever o projeto de pesquisa por várias razões, entre as quais destaque: para registrar as decisões que serão o guia de suas ações no decorrer de todo o processo; para sistematizar suas idéias e submetê-las a crítica e autocrítica e, por fim, para ter a visão de conjunto das decisões e observar melhor as relações entre decisões, fundamentos e diretrizes da pesquisa.

O projeto de pesquisa pode ser apresentado segundo a estrutura seguinte: Tema e título; justificativa; problema; formulação de hipóteses (se houverem); objetivos gerais e específicos; revisão da literatura; metodologia; resultados esperados; cronograma; orçamento; referências bibliográficas. Com o projeto você apresenta suas respostas para as perguntas: o que fazer, porque fazer, para que fazer, onde fazer, como, com que, quanto e quando fazer, com quanto fazer e como pagar e quem vai fazer.

Este é um momento fundamental porque as decisões tomadas terão conseqüências para todo o processo da pesquisa e para os resultados que pretende alcançar.

“Pular” esta etapa pode trazer sérios problemas na condução da pesquisa, como por exemplo, fazer longas entrevistas e depois ter uma enorme quantidade de informações sem saber o que fazer com elas.

Porém, é também igualmente prejudicial se deter por demais no planejamento da pesquisa e ficar revendo decisões para só passar à execução, com a segurança de que todas as decisões foram tomadas em definitivo.



Esta é uma ilusão, já que o planejamento de qualquer atividade é flexível e dinâmico e sua pesquisa andará “para frente e para trás”, de modo que, até no momento em que escrever o relatório final, o pesquisador poderá rever perguntas, objetivos, procedimentos.

Para ajudá-lo a decidir o momento de iniciar a execução da pesquisa, você pode recorrer a colegas, pesquisadores, estudiosos do tema com quem possa ler e discutir o projeto, de forma a ajudá-lo a pôr suas idéias em ordem e torná-las claras o suficiente para orientar sua ação.

É importante lembrar que, ao tomar a decisão de iniciar as demais etapas da pesquisa, proceda à reflexão sobre seus elementos essenciais durante todo o processo, mantendo o equilíbrio entre a flexibilidade, necessária para fazer as alterações impostas pela lógica do planejamento e pelos resultados que começar a obter, e o rigor teórico-metodológico requerido para que possa construir conhecimentos relevantes e fidedignos.

2 O tema e o problema-objeto de investigação

A realidade é muito complexa e impõe diferentes enigmas para serem resolvidos. Por esta razão, a primeira tarefa para o pesquisador é decidir, com objetividade e clareza, o que pretende pesquisar.

Esta decisão começa com a definição de um tema de pesquisa, isto é, um assunto sobre o qual interessa produzir conhecimento.

Os temas de pesquisa geralmente surgem de uma dificuldade identificada na prática, ou lacunas e imprecisões verificadas em outros trabalhos ou na própria teoria, mas também sofrem influência dos interesses, trajetória profissional e visão de mundo do pesquisador.



Diante da diversidade de temas que podem ser estudados, recomenda-se que o pesquisador considere, na escolha do tema para sua pesquisa, os critérios de originalidade, viabilidade e relevância.

Definir um tema original não significa necessariamente “descobrir” um assunto sobre o qual inexistam pesquisas anteriores, em que se “parta do zero”, mas sim, propor uma abordagem sob um novo enfoque, ou com novos argumentos e pontos de vista.

A viabilidade refere-se aos aspectos “práticos” da pesquisa tais como prazos, bibliografia acessível, adequação ao nível intelectual do autor, estudos publicados sobre o tema, recursos materiais e financeiros. Tal consideração é importante porque pouco adianta escolher um tema relevante e original, se não se tem condições objetivas para pesquisar sobre ele.

Finalmente, deve-se selecionar um tema que esteja ligado, de alguma forma, a uma questão de interesse profissional ou social, pois o interesse individual do pesquisador, embora seja um dos importantes fatores que influencia a escolha do tema, não é razão suficiente para justificar a realização de uma pesquisa.

Você pode identificar e escolher temas de pesquisa, originais e relevantes, a partir de questões e inquietações suscitadas pela sua ação profissional cotidiana: na reflexão sobre programas e projetos que desenvolve, e nas ações junto a usuários, por exemplo.

Mas, também pode buscar inspiração nas áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação e nas palestras e trabalhos apresentados em congressos e encontros realizados pela categoria profissional, pois sinalizam temas considerados prioritários, por razões teóricas e/ou práticas, para a profissão.

Escolhido o tema é preciso delimitá-lo. Isto é, determinar um tópico do assunto para ser focalizado, o tipo de enfoque, sua extensão e profundidade, fixando as circunstâncias, principalmente de tempo e espaço, em cujos limites este se localiza.

Quanto mais claro estiver formulado o tema, mais fácil será a definição dos demais elementos da pesquisa.

Vejamos alguns exemplos de temas gerais e de sua delimitação:

- Um pesquisador pode partir de um tema geral como “A educação superior no Brasil” e delimitá-lo para tratar de “A universidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/1996”.
- Outro que se interesse por estudar “Movimentos sociais no Brasil” pode especificá-lo e realizar uma pesquisa sobre “A participação de mulheres trabalhadoras nos sindicatos rurais do sertão de Pernambuco, num determinado período histórico”.

Nos exemplos acima, verifica-se que a partir de temas muito amplos, os pesquisadores estabeleceram temas mais específicos de pesquisa. Todavia novos limites ainda podem ser fixados, à medida que o pesquisador avance no planejamento da pesquisa e faça o cotejo, por exemplo, com os recursos orçamentários, de pessoal e de tempo que dispõe.

Contudo, não basta escolher e delimitar um tema de pesquisa. É preciso identificar o problema-objeto de investigação.

Concordo com Einstein quando afirmou que “Frequentemente, a formulação de um problema é mais essencial que sua solução”, porque ao formulá-lo, de forma clara e precisa, o pesquisador expressa a lacuna que identifica nos conhecimentos disponíveis sobre um determinado assunto, o que lhe permite definir o foco dos seus esforços para encaminhar a construção do conhecimento para “preenchê-la”.

Este problema de pesquisa não é “descoberto”, mas “construído”, resulta do trabalho intelectual, da reflexão do pesquisador acerca dos fatos, das pesquisas e



conhecimentos já produzidos sobre o tema, e do conjunto de pressupostos e postulados que assume.

Na construção do problema-objeto de investigação, a teoria³ tem papel fundamental, pois nos permite construir um esquema interpretativo para compreendemos a realidade, no interior do qual, determinadas perguntas são pertinentes e adquirem sentido.

A pergunta: “Como o Serviço Social se situa na reprodução das relações sociais?” formulada por Carvalho e Yamamoto (2005), por exemplo, é pertinente e tem sentido, no contexto da concepção marxista acerca da reprodução das relações sociais. Com base nesta perspectiva, que compreende a produção e o intercâmbio de bens materiais como a base da organização da sociedade, já que ao produzirem os meios de vida, os homens produzem sua vida material, mas também produzem e reproduzem determinadas relações sociais, determinado modo de vida, é que esses pesquisadores situam sua questão num esquema interpretativo, que lhes permitiu situar o Serviço Social “[...] como um dos elementos que participa da reprodução das relações de classe e do relacionamento contraditório entre elas” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2005, p. 71).

Devido à sua importância para o processo de pesquisa, a pergunta, que é seu fio condutor, deve atender a algumas condições: ser formulada de forma precisa, clara e resumida, ser adequada aos recursos disponíveis pelo pesquisador e ter uma intenção explicativa e não moralizadora.

Booth, Colomb e Williams (2005) apresentam alguns “passos” que podem ajudar o pesquisador a organizar suas idéias, de modo a formular questões de pesquisa. São eles:

- 1 ESPECIFIQUE SEU TÓPICO completando a frase: **Estou estudando / trabalhando em.**

Exemplo: Estou estudando o discurso do governo Lula sobre a universidade.

³ Teoria “é um conjunto de princípios e definições que servem para dar organização lógica a aspectos selecionados da realidade empírica [...] [cuja essência] consiste na sua potencialidade de explicar uma gama ampla de fenômenos através de um esquema conceitual ao, mesmo tempo abrangente e sintético.” (GOLDENBERG, 2004, p. 107).



2 FORMULE SUA PERGUNTA acrescentando à frase anterior uma pergunta indireta, que especifique algo a respeito do tópico, que não se sabe ou não se entende perfeitamente: **porque quero descobrir / quem / o que / quando / onde / por que / como**⁴

Exemplo: porque quero descobrir a concepção de autonomia universitária que o governo Lula defende.

3 ESTABELEÇA O FUNDAMENTO LÓGICO PARA A PERGUNTA, acrescentando uma segunda pergunta indireta que explicita por que você está fazendo a pergunta e o que pretende obter com a resposta: **para entender como / porque**

Exemplo: para entender como este discurso significa o papel do Estado na educação superior e identificar um dos importantes fundamentos da sua proposta de reforma universitária.

A construção do problema de pesquisa implica na identificação, delimitação e no enunciado em forma de pergunta, mas também na sua análise, que pode ser orientada por questões como as seguintes indicadas por Gressler (2004):

- 1 Existem lacunas no campo do conhecimento, identificadas na literatura pertinente, que merecem ser pesquisadas?
- 2 Existe material suficiente?
- 3 O investigador conhece o assunto que vai pesquisar?
- 4 É adequado à qualificação do pesquisador?
- 5 Poderá ser desenvolvido no tempo previsto?

⁴ Esses autores lembram que “perguntas que começam com *que, quem, quando, onde* são importantes, mas tratam apenas de fatos reais. Dê mais importância a perguntas que comecem com *como e por que*”. (BOOTH, COLOMB; WILLIAMS, 2005, p. 54)



- 6 O orçamento estimado está dentro das possibilidades financeiras?
- 7 Há possibilidade de se realizar a revisão bibliográfica na biblioteca local, ou terá de haver deslocamentos para outros centros mais desenvolvidos?
- 8 A quem poderá interessar os resultados? Terá a solução desse problema valor para a vida do investigador, para a sociedade, empresas particulares ou organizações públicas?
- 9 Existem instrumentos válidos para a coleta de dados?
- 10 Quais as análises que deverão ser desenvolvidas para aferir as conclusões?

Após identificar, enunciar em forma de pergunta e analisar seu problema de pesquisa, é hora de se preocupar com sua comunicação para um público, muitas vezes formado apenas pelas pessoas responsáveis pela aprovação e/ou financiamento de seu projeto de pesquisa.

Este público precisa ser informado sobre as razões que motivaram a realização de uma pesquisa para resolver aquele problema. Logo, além de apresentar o seu problema, você precisa justificar a necessidade de realizar sua pesquisa.

Neste momento é pertinente e relevante você indicar a contribuição que a pesquisa pode oferecer para o Serviço Social, isto é explicitar as conseqüências para a profissão da falta de conhecimento ou compreensão identificada, assim como os custos que isto acarreta e os benefícios trazidos pelos resultados que pretende alcançar.

A definição *do que* e *do porque* fazer uma pesquisa, ou seja, a definição do problema objeto de investigação e da justificativa da pesquisa está intimamente associada à definição dos objetivos da pesquisa.



3 Os objetivos da pesquisa

Com a definição dos objetivos você responderá às questões *para que?* E *para quem* a pesquisa será realizada?

Os objetivos devem exprimir com clareza, precisão e sem ambigüidades a finalidade da pesquisa, o que se pretende alcançar com sua realização. Para isto deve começar com um verbo expresso no infinitivo⁵ que indique uma ação passível de mensuração ou observação.

Você precisa definir o objetivo geral, que dá conta da visão abrangente da finalidade da pesquisa e relaciona-se diretamente ao problema, à questão central da pesquisa. Mas também precisa apontar os objetivos específicos, que se referem às questões secundárias a serem respondidas e “[...] têm uma função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 219).

A título de exemplo, posso dizer que, ao escrever este texto sobre elaboração de projeto de pesquisa, tenho como objetivo geral contribuir para capacitar os assistentes sociais para a realização de pesquisas, como parte constitutiva do exercício profissional. E como objetivos específicos: apresentar os elementos essenciais de um projeto de pesquisa científica e descrever procedimentos básicos para defini-los.

Definidos esses elementos – o problema e os objetivos – que apontam o “norte”, o rumo da pesquisa, é hora de determinar que informações são necessárias, em que fontes serão buscadas e que procedimentos serão adotados para obtê-las e tratá-las.

⁵ Alguns verbos utilizados na redação dos objetivos costumam ser: analisar, avaliar, compreender, constatar, contribuir, demonstrar, descrever, elaborar, entender, estudar, examinar, explicar, identificar, inferir, mensurar, verificar.



4 As fontes de informação

A preocupação com fontes de informação acompanha todo o processo da pesquisa. É preciso estar atento tanto na seleção e análise da literatura especializada, que pode ajudar a definir o tema e o problema e fixar os objetivos, quanto com a escolha das fontes que fornecerão informações para responder ao problema da pesquisa.

No início da elaboração do projeto, quando você tem apenas uma vaga idéia do desafio que a “Esfinge” – a realidade – lhe impõe e precisa recorrer ao conhecimento já produzido por outros para esclarecê-lo, corre o grande risco de considerar que precisa ler tudo, ou pelo menos grande parte dos textos que se relacionam, direta ou indiretamente, com sua idéia inicial. Isto é absolutamente desnecessário.

Se tentar realizar esta empreitada, você pode incorrer num grave erro que Quivy e Campenhoudt (1992) chamam de: “A gula livresca”, considerada por esses autores como uma das três maneiras de começar mal uma pesquisa⁶.

“A gula livresca” é o ato de ler sem selecionar as leituras importantes, na ilusão de que é a abundância de informações que lhe permitirá avançar na definição do tema e do problema da pesquisa.

Ao contrário, a abundância de informações sem reflexão e integração em um contexto, em uma situação problemática e um esquema interpretativo pode confundir mais que ajudar.

Para ajudar a selecionar a bibliografia a ser lida é importante consultar especialistas, conversar com bibliotecários, com outros pesquisadores e colegas profissionais e também verificar aquelas obras que são mais citadas por estudiosos do tema.

⁶ As outras duas são: coletar dados antes de saber exatamente o que procura e se expressar de forma pomposa e ininteligível.

Ao consultar um texto, comece pela leitura crítica do prefácio, resumo, introdução e considerações finais ou conclusões. Isto lhe permitirá ter uma visão geral do texto – seu objeto, objetivos e principais pressupostos, postulados, argumentos e conclusões. Leia também as referências bibliográficas para inteirar-se dos autores com os quais esse autor que você está lendo estabeleceu diálogos.

Esta primeira leitura será decisiva para a escolha daquelas obras que precisará ler com maior profundidade.

A leitura em profundidade tem por objetivo compreender as idéias do autor em seu contexto e, assim, evitar erros que provavelmente cometerá se se limitar a uma leitura fragmentada e incompleta.

Ao realizar a leitura em profundidade de um texto:

- “Não registre apenas as conclusões [dos autores], mas também os argumentos principais que as sustentam. [...]”
- Saiba fazer a distinção entre as caracterizações ou concessões que o autor reconhece, mas deprecia e as declarações que são a base de sua argumentação. [...].
- Não confunda o resumo dos pontos de vista de outro autor com o resumo feito pelo autor [que você leu] [...].
- Ao lidar com fontes que concordam sobre uma afirmação principal, verifique se também concordam na maneira como a interpretam e a sustentam, [...].
- Não se prenda ao que um ou outro pesquisador diz sobre seu assunto. Seu trabalho não será uma pesquisa se você simplesmente resumir e aceitar outro trabalho, sem fazer sua crítica [...] (BOOTH; COLOMB; WILLIAMS, 2005, p. 104-105).



É também imprescindível que você faça anotações dos seus comentários sobre as idéias dos autores lidos, incluindo suas dúvidas e as discordâncias, inconsistências que identificou nos textos e entre os autores, bem como registrar aquelas idéias, perguntas, conclusões e argumentos que as idéias dos autores lhe inspiram⁷.

E quanto às informações para responder ao problema da pesquisa? Como obtê-las?

É preciso ter em mente que todo o processo de busca de informação, é orientado pelo quadro de referência teórico, pelo problema de pesquisa e pela análise e tratamento das informações que pretendemos realizar.

O primeiro passo é definir as informações necessárias e identificar suas fontes.

Para decidir que informações buscar, recomendo:

- Fazer uma lista de informações que você pretende obter, com indicação das razões para buscá-las.
- Rever esta lista para verificar se abrange todas as informações indispensáveis ou contém informações desnecessárias, as quais devem ser eliminadas.
- Elaborar questões, mesmo que sua fonte de informações seja um documento, pois, ao elaborá-las, você deixa cada vez mais claro para você mesmo o que procura.

Ao mesmo tempo em que fizer o exercício acima proposto, procure identificar as fontes de informação.

⁷ Procure fazer suas anotações de modo a evitar confundir as idéias do autor com as suas. Se escrever diretamente no computador pode, por exemplo, escrever as idéias do autor em itálico e seus comentários com a fonte em estilo normal.



As pesquisas voltadas para compreender a realidade social têm basicamente três fontes de informação: uma situação que pode ser observada, o relato (verbal ou escrito), feito por pessoas, e documentos (literatura, anuários estatísticos, censos, prontuários médicos, atas de reunião, relatórios de experiência, entre outros).

Você pode utilizar uma única dessas fontes de informação ou combinar algumas delas. Esta decisão é orientada pelos elementos da pesquisa – problema, objetivos, quadro teórico –, mas também pela possibilidade de acesso à fonte, pelos recursos que se dispõe (materiais e humanos) e pelo prazo estipulado para realizar a pesquisa.

Após identificar suas fontes de informação é preciso definir que elemento ou unidade as fornecerá; qual o universo ou população da pesquisa, isto é o conjunto dessas unidades⁸ e, no caso da impossibilidade de abordar todos os elementos da população, selecionar a amostra, definindo seu tamanho, tipo e procedimentos para obtê-la.

5 A coleta de informações

A natureza das informações que você precisa obter é um dos elementos a ser considerado na definição dos procedimentos para a coleta e análise.

Algumas informações independem da interpretação do informante como, por exemplo, aquelas necessárias à definição do perfil dos usuários dos programas sociais – sexo, idade, estado civil, renda. Outras se referem às crenças, sentimentos, valores, opiniões, planos de ação e, por conseguinte, expressam uma visão de mundo, uma intenção ou pensamento daquele que a manifesta.

A pergunta fundamental é: que instrumento é o mais adequado para conseguir tais informações?

⁸ Por exemplo, a pesquisa atualmente conduzida pela ABEPSS sobre “O estado da arte da implementação das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Serviço Social no Brasil”, tem por população as Unidades de Ensino em Serviço Social do Brasil que aderiram à pesquisa, sendo, cada uma delas, um dos elementos da pesquisa.



A resposta a esta questão vai exigir de você o conhecimento dos diversos tipos de instrumentos que podem ser utilizados.

Como grande parte das pesquisas realizadas por assistentes sociais se detém sobre situações ou relatos verbais, decidi abordar os instrumentos que permitem buscar informações nestas fontes. Tais instrumentos são: a entrevista, o questionário e a observação sistemática.

A entrevista e o questionário são instrumentos que permitem coletar informações com base no relato de pessoas.

O pesquisador precisa lembrar-se que cada questão deve estar relacionada aos objetivos de sua pesquisa.

Na entrevista você interroga diretamente o informante, a partir de um roteiro com alguns tópicos que pretende abordar (entrevista não estruturada) ou de um conjunto de perguntas previamente formuladas (entrevista estruturada).

Entre as vantagens deste instrumento enumero: pode ser utilizado com qualquer segmento da população (inclusive analfabetos) e permite, a partir da interação que se estabelece entre pesquisador e informante, o esclarecimento de dúvidas e a obtenção de informações com maior profundidade.

Todavia a utilização deste instrumento requer alguns cuidados especialmente porque "à medida que se desenvolve a entrevista, ocorre uma interação entre entrevistador e entrevistado, não apenas por meio de palavras, mas também pela inflexão da voz, gestos, expressão fisionômica, modo de olhar, aparência e demais manifestações comportamentais" (GRESSLER, 2004, p. 64) e isto pode induzir a resposta.

Aquele que vai realizar a entrevista precisa dominar a técnica de manejo do instrumento e permanecer atento ao problema, objetivos e quadro teórico que orienta a

pesquisa. Caso contrário, as informações podem ficar comprometidas, porque o entrevistador pode conduzir o informante para que responda segundo suas expectativas, pode deixar de formular questões importantes ou, ao contrário, ser dominado pela curiosidade e colher informações desnecessárias.

Enquanto na entrevista você estabelece uma conversa face a face com o informante, no questionário, ele responde as perguntas por escrito, sem o seu auxílio ou de qualquer integrante da equipe de pesquisa.

O questionário é normalmente o instrumento mais barato e mais rápido para coletar as informações, pode ser aplicado a várias pessoas ao mesmo tempo, exige menor habilidade para a aplicação, mas apresenta algumas desvantagens, entre as quais, a dificuldade de ser devolvido, ou ser devolvido com perguntas sem resposta (porque o informante não entendeu, e não há alguém para esclarecê-lo ou porque ele não quis dedicar muito do seu tempo para responder todas as perguntas).

Para superar essas desvantagens, você deve redigir com clareza questões específicas e em número reduzido, agrupá-las logicamente e enviar junto com o questionário – se este seguir pelo correio – uma correspondência que motive o informante a respondê-lo.

Para obter informações sobre uma situação, sem recorrer ao relato de pessoas, a observação sistemática é um instrumento adequado.

Entre as vantagens deste instrumento podem ser apontadas que sua aplicação “[...] permite a coleta de dados sobre um conjunto de atitudes comportamentais típicas [e] depende menos da introspecção ou da reflexão [por parte do informante] [...]” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 191). E entre os limites o fato de que “o observador, por ser um mediador entre a situação real e os dados registrados, pode influir nos resultados da pesquisa” (PÁDUA, 2004, p. 80).



Uma das providências que você pode adotar para superar tal limite é montar um roteiro em que estabeleça os aspectos sobre os quais focalizará sua atenção.

Esta providência pode permitir-lhe recolher as informações relevantes e pertinentes e obter um registro padronizado das observações feitas.

Todavia, é importante também manter-se receptivo para incorporar aspectos e/ou informações não previstos no roteiro, mas importantes para o pesquisador.

6 O tratamento das informações coletadas

Ao elaborar o projeto da sua pesquisa você precisa definir os procedimentos que pretende utilizar para organizar, analisar e interpretar as informações coletadas.

Primeiramente, você precisa pôr ordem na massa de informações que dispõe, para ter uma visão de conjunto das mesmas.

Para isto precisa indicar como as informações serão classificadas, ou seja, divididas em grupos ou classes com características semelhantes e reunidas em torno de conceitos⁹ capazes de abranger idéias ou expressões.

Esta organização prévia, feita de acordo com seu quadro de referência teórico e problema de pesquisa, não lhe dispensa de atentar para a incorporação de novos grupos ou classes, que identifique ao coletar e organizar as informações.

Considero que organizar as principais informações em quadros, separando-as por grupos, permite, mais fácil e claramente, obter a visão de conjunto das mesmas, como também ajuda a identificar relações entre as informações (especialmente pontos de convergência, divergência, tendências e regularidades), ao analisá-las.

⁹ “Conceitos são construções lógicas criadas a partir de impressões sensoriais, percepções ou mesmo experiências bem complexas. Nesta perspectiva, os conceitos são abstrações, que adquirem um significado, um sentido, somente dentro de um quadro de referência, de um sistema teórico [...]”. (PÁDUA, 2004, p. 84)



A análise pode ser feita por meio de tratamento e estudo estatístico das informações e por processo racional.

No projeto de pesquisa você faz seu plano de análise e define os procedimentos que pretende adotar.

O tratamento estatístico é realizado com dados quantitativos e, mesmo quando feito por especialistas, requer que o pesquisador tenha conhecimentos que lhe permitam indicar que análises precisam ser efetuadas.

Já o processo racional, utilizado para o tratamento de dados qualitativos, requer a apresentação de argumentos.

Booth, Colomb, e Williams (2005) nos sugerem que ao construir argumentos se indique:

- A afirmação.
- As evidências ou justificativas que a sustentem.
- O fundamento, isto é, um princípio geral que explica porque a evidência é importante para a afirmação.
- As ressalvas, que especificam as condições nas quais as afirmações se sustentam.

Concluída a análise, resta então tomar as decisões possíveis quanto aos procedimentos para identificar o significado mais amplo do conjunto das informações analisadas, o que requer a apresentação das suas conjecturas quanto aos possíveis resultados de sua pesquisa.

Encerro a discussão dos procedimentos para elaboração do projeto de pesquisa abordando dois itens – o cronograma e o orçamento – cuja definição explicita o tempo e os recursos com os quais o pesquisador pode contar.



7 O cronograma

O cronograma não é uma “camisa de força”, mas funciona como um elemento de controle das ações do pesquisador, de modo a evitar desperdício de tempo e recursos. Nele o pesquisador faz a distribuição de suas atividades em certo período de tempo.

Ao elaborá-lo é preciso considerar as condições externas à pesquisa, as quais independem da capacidade e dedicação do pesquisador. É preciso, por exemplo, considerar que algumas entrevistas levarão mais tempo para serem realizadas do que o previsto, que entrevistas previamente agendadas poderão ser desmarcadas, que instituições não funcionam em feriados, que o pesquisador não tem controle sobre o prazo de devolução de questionários, que computadores e impressoras quebram, enfim, que existem inúmeras variáveis envolvidas no processo de pesquisa que fogem ao controle do pesquisador.

O cronograma deverá ser apresentado em um quadro. Na coluna da esquerda, devem ser relacionadas as atividades envolvidas no processo de pesquisa. Em colunas à direita deve constar o espaço de tempo – geralmente dividido em meses ou semanas – em que tais atividades serão realizadas. Resta então deixar evidente a correlação atividades/tempo, utilizando, por exemplo, o recurso de sombrear as interseções do quadro.

8 O orçamento

Não se faz pesquisa sem recursos.

Às vezes se pode contar com o apoio de instituições de fomento (CNPq ou fundações estaduais de apoio à pesquisa), da instituição ou organização em que se trabalha ou de outras fontes de financiamento. Outras vezes se dispõe apenas de recursos próprios.

De todo modo, você sempre precisa fazer uma previsão dos gastos envolvidos na realização de sua pesquisa e como essas despesas se darão ao longo do tempo. É disto que se trata no item orçamento.



As instituições que se propõem a financiar ou oferecer recursos parciais para pesquisa indicam os itens que se dispõem a financiar e o investimento que pretendem fazer. Logo, basta apontar, em cada item, os recursos que você necessita.

Se você será responsável pelo provimento dos recursos é bom pelo menos definir as despesas com material de consumo (papel, canetas, tinta para impressora, etc), pagamento de terceiros (para transcrição de fitas ou realização de entrevistas, por exemplo) e despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação.

Considerações finais

Este é um texto com finalidade didática em que procurei indicar procedimentos para a elaboração do projeto de pesquisa, considerando a articulação entre as orientações técnicas e os fundamentos epistemológicos, teóricos e éticos que lhes dão suporte.

É importante assinalar que, por ser parte de um curso de capacitação à distância, optei por escrever este texto em uma linguagem informal, de modo a ficar mais próxima dos leitores. Do mesmo modo, quero registrar que este é um texto introdutório, razão pela qual é indispensável a consulta a outras produções sobre os diversos elementos e procedimentos para a elaboração do projeto de pesquisa.

Espero ter demonstrado que a elaboração do projeto de pesquisa é mais que uma exigência acadêmica, das agências de fomento ou daqueles que “encomendam” a pesquisa – empresas, instituições, organizações. É um indispensável guia para a ação do pesquisador.

Também cabe lembrar que a elaboração de um projeto de pesquisa, mesmo quando feita por um pesquisador individual, faz parte de uma construção coletiva já que, para fazê-lo, é preciso dialogar com aqueles que também tratam daquele objeto de investigação e com os que se dedicam a refletir sobre os procedimentos a serem adotados para sua compreensão.

Finalizo minhas reflexões, chamando atenção para as questões éticas presentes em todo o processo de pesquisa. Desde a elaboração do projeto até a divulgação dos resultados você



precisa preocupar-se com a necessidade de indicar com clareza as fontes das idéias; com o respeito às pessoas que lhe confiam informações sobre suas vidas e suas opiniões, sentimentos e pensamentos; com o cuidado no manuseio de documentos de forma a preservá-los para pesquisas futuras; com o tratamento rigoroso dos dados e apresentação fidedigna dos seus resultados e com a contribuição de sua pesquisa para afirmar interesses de classe presentes na sociedade.



Referências

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. *A arte da pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda V. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 18. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 2005.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FERREIRA, Rosilda Arruda. *A pesquisa científica nas ciências sociais*. Recife: Editora Universitária. UFPE, 1998.

GOLDEMBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*, 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRESSLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Loyola, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996.

PÁDUA, Elisabete Matallo M. de. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. 10. ed., rev. e atual. Campinas: Papyrus, 2004,

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Tradução de João Minhoto Marques e Maria Amália Mendes. Lisboa: Gradiva, 1992.



SERVIÇO SOCIAL:

Direitos Sociais e Competências Profissionais

Monografia final

Mirtes Andrade Guedes Alcoforado da Rocha
Professora do curso de Serviço social da UFPE/PE

Monografia final

Introdução

O artigo 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96) demarca que a educação superior abrange os cursos de

graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo, [e os] de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Esta mesma lei, em seu artigo 43, aponta que são finalidades da educação superior:

Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo [e] incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

Tais finalidades devem nortear todo o processo educativo – tanto nos cursos de graduação quanto de pós-graduação – e exigem a formação de atitudes, o desenvolvimento de habilidades e a aquisição/construção de conhecimentos que permitam ao aluno realizar as atividades que conformam o trabalho intelectual.

Para isto é importante que o aluno seja estimulado e lhe sejam propiciadas as condições para desenvolver a motivação, a competência e a atitude investigativa necessárias a este tipo de trabalho, com a criação de um ambiente propício ao estudo e à habilitação no domínio da leitura e suas modalidades e na realização de pesquisas e trabalhos científicos.

A elaboração de monografias é definida por instituições de ensino superior do país como uma das condições necessárias à conclusão de cursos de graduação e de especialização. Este é o momento, por excelência, no qual o aluno deve demonstrar a competência, desenvolvida ao longo do processo de ensino-aprendizagem, para abordar um tema relevante numa determinada área acadêmico-profissional, segundo as exigências metodológicas próprias deste tipo de trabalho intelectual.

A palavra monografia tem sua origem nos vocábulos gregos “*mónos*” que significa “um só” e “*graphein*” que significa “escrever”. Assim, em sentido literal, monografia é um trabalho escrito sobre um assunto específico.

Figueiredo e Souza definem monografia como “[...] um trabalho científico delimitado, desenvolvido metodologicamente, aprofundado em um só assunto, de maneira descritiva e analítica, onde a reflexão é a tônica” (FIGUEIREDO; SOUZA, 2005, p. 3).

Salvador (1980) distingue monografias científicas de monografias escolares, refletindo o nível de pesquisa, a profundidade e finalidade do estudo, a metodologia utilizada e a originalidade do tema e das conclusões. Para o autor as monografias científicas são trabalhos com maior nível de profundidade, geralmente apresentadas ao final do curso de mestrado, para a obtenção do título de mestre, e monografias escolares são aquelas com caráter didático, escritas como Trabalho de Conclusão de Curso Graduação.

De acordo com Salomon a monografia possui um sentido restrito e um sentido lato. Ou seja, para este autor, monografia no sentido restrito é o “tratamento escrito de um tema específico que resulte de pesquisa científica com o escopo de apresentar uma contribuição relevante ou original e pessoal à ciência” (SALOMON, 2001, p. 254) e no sentido lato é “trabalho científico em primeira mão que resulte de pesquisa” (SALOMON, 2001, p. 254).

Na primeira categoria o autor coloca a tese e, nesta última, inclui as monografias em sentido acadêmico.

As monografias no sentido acadêmico têm por exigência o “tratamento escrito aprofundado de um só assunto, de maneira descritiva e analítica, em que a reflexão é a tônica (está entre o ensaio e a tese e nem sempre se origina de pesquisa que não seja a bibliográfica e a de documentação)” (SALOMON, 2001, p. 254).

As monografias acadêmicas devem apresentar resultados associados à organização e análise comparativa e crítica de ideias em torno de um determinado assunto, ficando a exigência de apresentação de resultados inéditos para trabalhos como tese de doutorado e, em menor grau, dissertação de mestrado.

Ao elaborar sua monografia, o discente precisa delimitar um tema importante para sua área profissional/acadêmica e sobre ele levantar questões significativas, selecionar bibliografia para seu tratamento, apreender as ideias dos autores consultados, identificando pontos em comum e divergências, sistematizar suas ideias e inferir conclusões.

Portanto, o aluno participa ativamente do processo de ensino-aprendizagem e da sua formação profissional quando, sob a orientação do docente, torna-se autor de um trabalho acadêmico, resultado de suas indagações e busca por conhecimento.

Meu intuito ao escrever este texto é contribuir para a qualificação da produção intelectual dos alunos que se encontram diante do desafio de produzir uma monografia para conclusão de cursos de graduação ou especialização, fornecendo indicações básicas para a elaboração de uma monografia acadêmica como produto final do processo de aprendizagem.

Utilizo propositalmente uma linguagem informal, de modo a ficar mais próxima dos meus interlocutores, a fim de firmarmos uma parceria que concorra para a produção de boas monografias e para que tal experiência seja prazerosa o suficiente para estimulá-los a

continuar seus estudos e, em breve, escreverem dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Ao longo do texto tratarei da estrutura e lógica de elaboração e redação de trabalhos monográficos – inclusive nas notas de rodapé – apresentarei, algumas recomendações contidas em normas (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)¹ destinadas à normalização de trabalhos acadêmicos.

Principio minha contribuição pela discussão do planejamento e da escolha do tema da monografia.

1 O planejamento

Por que planejar e para que planejar minha monografia?

Será que é melhor simplesmente começar a escrevê-la, sem perder tempo com a elaboração de um projeto?

Essas são perguntas que geralmente nos fazemos.

Planejar “é um ato de pensar sobre um possível e um viável fazer” (MENEGOLLA; SANT’ANNA, 1996, p. 17)².

Ao planejarmos, pensamos de forma consciente e crítica o nosso agir, de modo a tomar as melhores e mais acertadas decisões para nossas ações, considerando as condições de que dispomos.

Portanto, é importante resistir à “tentação” de tentar produzir um trabalho importante, como o é uma monografia, sem planejamento. Isto pode lhe trazer mais perdas do que ganhos, já que ao planejar sua ação você antecipa na sua mente os

¹ Para maiores detalhes quanto às normas técnicas acesse ao site www.abnt.org.br.

² Todas as citações são apresentadas conforme NBR 10520:2002 da ABNT. As notas de rodapé em conformidade com a NBR 14724:2002.

resultados que pretende alcançar, verifica os recursos de que dispõe e os que precisará utilizar, bem como antecipa dificuldades e formas de resolvê-las. Desta forma, evita algumas “surpresas”, nem sempre boas, e concentra seus esforços na direção desejada.

Preparar seu projeto de monografia, documento em que registra as decisões tomadas ao planejá-la, é indispensável inclusive porque você tem, em geral, um prazo relativamente curto para escrevê-la, e este prazo deve ser aproveitado da melhor maneira possível.

Logo, não há espaço para o improvisado, para o “jeitinho”, quando se pretende realizar um trabalho de qualidade.

Planejar sua monografia envolve basicamente a tomada de decisões quanto ao tema a ser abordado, a perspectiva sob a qual tal abordagem será feita, as fontes bibliográficas e documentais, o plano de análise do material e o plano de apresentação do trabalho.

No seu projeto de monografia você deve explicitar: o seu objeto de estudo (o que pretende pesquisar), a justificativa (qual o motivo em estudar e aprofundar determinado assunto), os objetivos do trabalho (o para que), a metodologia a ser aplicada (a maneira como pretende desenvolver a monografia e que novas abordagens se propõe fazer), os resultados esperados, o cronograma e o orçamento³.

Tratemos da primeira etapa: a definição do objeto de estudo.

2 A escolha e delimitação do tema

A elaboração da monografia se inicia com a escolha e delimitação do tema objeto de estudo, ou seja, com a definição e especificação do assunto sobre o qual você pretende escrever.

³ Sobre definição de cronograma e orçamento, você pode consultar o texto “Elaboração do Projeto de Pesquisa”, que também compõe este Curso de Especialização a Distância: Serviço Social – direitos sociais e competências profissionais.

Você deve selecionar um tema de interesse profissional ou social, mas precisa também respeitar suas possibilidades e inclinações.

Tais elementos precisam ser considerados para que sua escolha recaia sobre um assunto cujo tratamento seja factível, considerando seu conhecimento, sua maturidade intelectual e os recursos de que dispõe para abordá-lo.

É também importante selecionar um tema que “desperte sua paixão”, com o qual se sinta profundamente envolvido, que instigue sua curiosidade, para que tenha a motivação, a dedicação e o fôlego necessários à realização deste empreendimento, que certamente exigirá muito empenho e horas de trabalho.

Salomon lembra que “a escolha do assunto está concretamente relacionada com fatores psicossociais em termos até de causa e efeito: da adequação do tema ao indivíduo dependerá a energia, a velocidade, o rendimento e a constância exigidos para a elaboração de um trabalho científico” (SALOMON, 2001, p. 273).

Alguns graduandos e pós-graduandos, ao frequentarem as primeiras disciplinas do curso, identificam um assunto que lhes instiga a curiosidade e passam a realizar leituras, reflexões e trabalhos acadêmicos para tratá-lo.

Outros alunos de cursos de graduação e profissionais definem temas de estudo a partir de desafios vivenciados em sua prática de estágio ou profissional.

Esses alunos e profissionais que identificam um assunto de interesse e para ele orientam suas leituras e reflexões, têm a oportunidade de, ao longo do tempo, se familiarizar com a produção científica e aprimorarem seu conhecimento sobre o mesmo. Debatê-lo com professores e colegas e receberem sugestões quanto à bibliografia, aspectos a serem abordados e até quanto a incorreções no tratamento que lhe dispensam.

Quando tais graduandos e profissionais se deparem com a necessidade de produzir uma monografia, certamente terão mais facilidade no momento de elaborá-la,



tanto porque já identificaram seu foco de estudo, como provavelmente já consultaram os autores mais significativos, apreenderam suas ideias, identificaram semelhanças e diferenças entre eles e desenvolveram opiniões próprias.

No entanto, muitos de nós, só temos a preocupação de definir um tema de estudo, no momento em que precisam atender à exigência acadêmica de preparar um trabalho de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação.

É preciso então defini-lo o mais rapidamente possível, pois todas as demais etapas que precisamos cumprir para produzir este trabalho acadêmico dependem desta decisão.

Para selecionar o tema de sua monografia você pode consultar catálogos de bibliotecas e conversar com professores, colegas e profissionais mais experientes.

Pode ainda recorrer a várias “fontes de inspiração” tais como: estudar relatórios de pesquisa, resenhas e outras publicações científicas, mas também ler editoriais, entrevistas e artigos publicados em jornais e revistas diversas.

Deve ficar igualmente atento às discussões que acontecem em seu ambiente profissional e/ou na instituição de ensino que frequenta e assistir palestras, encontros e seminários.

Outra “boa dica” é atentar aos temas tratados em suas matérias preferidas do curso que realiza. Assim, se você é aluno deste II Curso de Especialização à Distância promovido pelo CFESS, ABEPSS e UNB e se interessa, por exemplo, pela matéria “Transformações Societárias e Serviço Social”, procure identificar, precocemente, o tema de sua monografia, entre aqueles abordados nas 11 disciplinas que a compõem.

Comece a “juntar material”, conversar sobre os temas tratados e anotar suas ideias para não esquecê-las.



As providências acima referidas podem ajudá-lo a identificar os assuntos que naquele momento compõem a agenda da comunidade acadêmica/profissional e selecionar aquele que desperta seu desejo de “saber mais e melhor”.

Após identificar o tema geral que seja significativo e que cativa sua atenção para estudo, você precisa trabalhar certo tempo sobre ele para delimitá-lo, atingindo a maior especificação possível, isto é convertendo-o em um tópico para ser focalizado, indicando o tipo de enfoque, sua extensão e profundidade e as circunstâncias em cujos limites se insere.

Todavia, como nos lembra Salomon:

A característica do pensamento científico é ser um pensamento de procura, não um sistema de verdades demonstradas. Por conseguinte, o processo é heurístico, de descoberta, de problematização, de questionamento, de abertura, em que o exercício da consciência crítica é uma constante, em que a mente se vê desprovida de resposta, se vê assaltada por dúvidas, mas também se sente motivada a tentar por conta própria (SALOMON, 2001, p. 17).

Logo, é preciso converter seu tema em questões, em problemas logicamente formulados, para cuja solução você pretende contribuir com sua monografia.

Quanto mais precocemente você definir um tema que lhe desperte o desejo de conhecer em maior profundidade e, passar a dedicar-se ao seu estudo, mais condições terá de acumular conhecimento e fazer questões significativas sobre o mesmo.

Definido o tema e as questões orientadoras do estudo, o processo de construção de seu trabalho tem continuidade, segundo uma estrutura e uma lógica próprias, cuja tônica é o tratamento escrito de problemas formulados.



3 A estrutura e lógica da monografia

Uma monografia é constituída, basicamente, pela apresentação do "estado da arte" do assunto que o autor selecionou para tratar, isto é da exposição das ideias mais relevantes e das polêmicas levantadas por especialistas no assunto, pelo enunciado das questões que seu autor formula sobre o tema; pela análise de informações que recolhe para respondê-las e pelas suas conclusões e sugestões.

Concordo com Salomon na consideração da monografia acadêmica muito mais como uma atividade de extração do que de produção de conhecimentos, com a ressalva de que "extração não significa mera compilação ou transcrição de texto, sem análise, sem crítica, sem reflexão" (SALOMON, 2001, p. 259).

Tal tarefa se assenta sobre o exame de certas fontes de informação.

Em se tratando de monografias de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação "lato senso", geralmente as fontes principais de informações são materiais escritos, isto é, outros textos.

Umberto Eco distingue fontes de primeira e as de segunda mão e exemplifica:

Quando trabalhamos sobre livros, uma fonte de primeira mão é a edição original ou uma edição crítica da obra em apreço. Tradução não é fonte, [...] antologia não é fonte, [...] resenhas efetuadas por outros autores, mesmo completadas pelas mais amplas citações, não são fontes: são, quando muito, fontes de segunda mão (ECO, 1989, p. 39).

Considerando esta distinção, se quero fazer um estudo sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o documento oficial é minha fonte de primeira mão. Por isso, faz-se necessário, sempre que possível, utilizar as fontes de primeira mão.

Já os escritos de vários autores, contendo suas críticas, suas análises sobre essa lei, são minhas fontes de segunda mão.

Ao usarmos fontes de segunda mão, corremos o risco, por exemplo, de “passarmos adiante” interpretações de um determinado autor sobre a LOAS, como se fosse parte do conteúdo da própria lei.

Outro erro bastante comum que podemos cometer por empregar fontes de segunda mão é deturpar o pensamento de um determinado autor ao mencioná-lo por meio da citação de outro. Isto pode acontecer basicamente por duas razões: a primeira é que uma frase extraída de seu contexto original pode ter seu sentido alterado e a segunda é que podemos incorporar os erros — de pontuação, omissão de palavras, etc — que o segundo autor tenha inadvertidamente cometido.

Portanto, enfatizo que, ao elaborar um trabalho acadêmico ou científico, procure sempre que possível recorrer às fontes de primeira mão com o intuito de colher as informações mais importantes para sua monografia. Assim, você precisará ler vários textos de livros, periódicos e documentos em geral.

Parte desses textos será utilizada para você familiarizar-se com o conhecimento já produzido sobre o assunto que irá abordar e, assim, ter os elementos necessários para delimitar o tema de sua monografia, elaborar seus questionamentos, construir o quadro de referência que dá sentido às suas questões e que norteie na busca e na análise das informações.

Outra parte da pesquisa está pautada nas fontes das informações a serem coletadas para responder às perguntas formuladas.

Conforme Eco (1989), os primeiros são os textos “com a ajuda dos quais se fala”, a literatura crítica e, os segundos, são os textos “de que se fala”, ou melhor, os “textos objeto”.

É preciso então se organizar quanto a: o que ler, em que profundidade, em que ordem e como registrar as ideias dos autores ou o conteúdo de documentos e seus próprios comentários.

Dessa forma, para que o trabalho se estruture de maneira mais organizada é preciso: a) consultar vários textos para decidir-se a quais dedicará mais tempo e atenção na leitura; b) ao selecionar o que necessita ler procure evitar, de um lado ater-se o mínimo possível e, de outro, ter a pretensão de estudar toda a produção disponível sobre seu tema.

No primeiro caso, você pode impor ao seu trabalho limitações que terminem por comprometer o conteúdo e os resultados que apresentará. Assim, “a economia de tempo” que você pode estar buscando, talvez lhe “saia muito caro”.

Já a pretensão de dar conta de toda produção intelectual sobre o tema pode induzi-lo ao erro que Quivy e Campenhoudt (1992) chamam de: “*A gula livresca*”⁴.

Se você tem pouca experiência e leitura acumulada sobre um determinado assunto, é bom consultar um professor ou especialista que possa lhe indicar uma bibliografia básica.

Tal providência lhe ajudará a ser mais ágil na consulta a catálogos de bibliotecas ou sítios da internet em busca das obras disponíveis, bem como na focalização de seu estudo sobre textos importantes.

É preciso lembrar que lemos diferentes textos, com diferentes finalidades.

Para o propósito da elaboração da monografia realizamos a leitura de estudo ou informativa que visa:

[...] certificar-se do conteúdo do texto, constatando o que o autor afirma, os dados que apresenta e as informações que oferece; correlacionar dados coletados a partir das informações do autor com o problema em pauta e verificar a validade dessas informações (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 22).

⁴ Trato desta “gula” no texto “Elaboração do Projeto de pesquisa” que também compõe o presente Curso de Especialização à Distância.

A leitura com esses objetivos engloba, conforme Marconi e Lakatos (2003), as etapas:

- De reconhecimento (ler o índice ou sumário para procurar um determinado assunto).
- Exploratória (examinar o prefácio, as “orelhas”, a introdução, a contracapa, a bibliografia e as notas de rodapé para localizar as informações).
- Seletiva (selecionar as informações mais importantes para o estudo).
- Reflexiva (identificar as frases-chave para saber o que o autor afirma e por qual razão o faz).
- Crítica (obter análise das ideias em função dos objetivos do autor).
- Interpretativa (relacionar as ideias do autor com os problemas para os quais se está procurando solução).
- Explicativa (verificar os fundamentos enfocados pelo autor).

A decisão quanto ao que ler em profundidade vai depender do tópico que você especificou, ou seja, da questão que formulou sobre ele e dos objetivos que pretende alcançar.

De acordo com o conteúdo desses elementos, algumas obras podem ser consideradas como de referência e outras como bibliografia complementar. Pelo menos as obras de referência precisam ser lidas em profundidade.

Ler em profundidade requer que você:

- “Não registre apenas as conclusões [dos autores], mas também os argumentos principais que as sustentam [...].
- Saiba fazer a distinção entre as caracterizações ou concessões que o autor reconhece, mas deprecia, e as declarações que são a base de sua argumentação [...].



- Não confunda o resumo dos pontos de vista de outro autor com o resumo feito pelo autor [que você leu] [...].
- Ao lidar com fontes que concordam sobre uma afirmação principal, verifique se também concordam na maneira como a interpretam e sustentam [...].
- Não se prenda ao que um ou outro pesquisador diz sobre seu assunto. Seu trabalho não será uma pesquisa se você simplesmente resumir e aceitar outro trabalho, sem fazer sua crítica [...]” (BOOTH; COLOMB; WILLIAMS, 2005, p. 104 e 105).

Considero que você deve iniciar seu trabalho pela leitura, de maneira aprofundada, dos textos “com a ajuda dos quais se fala” para apropriar-se de diferentes visões sobre o seu tema. Isto o guiará na leitura de seus textos-objeto.

Mas não espere ler toda a literatura crítica para iniciar o estudo de seus textos-objeto. Tão logo se sinta seguro sobre o assunto, sabendo “o terreno em que pisa”, arrisque-se!

Inicie a coleta das informações contidas nos textos-objeto, faça suas primeiras análises, afinal elas podem ser refeitas, corrigidas, ou apresentadas com melhor fundamentação, na medida em que você complementa o estudo da literatura crítica.

Daí para frente você pode intercalar a leitura dos dois tipos de texto que abordamos, conforme suas necessidades e o andamento do trabalho.

Toda essa atividade de tratamentos dos textos precisa ser acompanhada de registro das ideias dos autores, da relação dessas mesmas com as questões tratadas na monografia, como também do registro das questões e dúvidas que o texto lhe desperta⁵.

Este registro pode ser feito em fichários próprios ou em pastas e arquivos no seu computador, considerando três tipos de conteúdo: as citações, os resumos de texto e os comentários pessoais.

⁵ Lembre-se de registrar as principais referências sobre o texto – nome completo do autor, título e subtítulo do texto, local de publicação, editora e ano em que foi publicado. Se o livro compuser o acervo de uma biblioteca, registre também o nome da biblioteca e o número de chamada do livro. Tais registros são fundamentais para a localização do texto quando necessário.

Após o trabalho com os textos-objeto e com a literatura crítica é preciso pôr ordem no material disponível e iniciar o processo de construção propriamente dita da monografia.

De acordo com Salomon, “o trabalho de construção, materialmente, nada mais é do que a coordenação das diversas categorias de fichas e sua utilização. Trata-se de ordenar os elementos numa construção bem arquitetada que responda plenamente às exigências e objetivos do próprio estudo” (SALOMON, 2001, p. 327).

É hora de elaborar o sumário de sua monografia e realizar a seleção ou apuração do material coletado, eliminando o supérfluo e organizando as fichas avaliadas como necessárias à redação do trabalho.

Nesse momento de apurar o que foi coletado é preciso proceder à síntese desse material de modo a obter a visão de conjunto do mesmo e identificar relações entre as informações, especialmente pontos de convergência, divergência, tendências e regularidades, passando então à redação da monografia.

4 A redação

Toda monografia deve ser escrita obedecendo a uma sequência lógica, em que se apresentem com precisão as ideias, as informações, as conclusões e os resultados do seu estudo.

Marconi e Lakatos enfatizam que “as partes do trabalho não podem ter uma organização arbitrária, mas baseada na estrutura real ou lógica do tema, sendo que as partes devem estar sistematicamente vinculadas entre si e ordenadas em função da unidade do conjunto” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 47).

O tratamento reflexivo de ideias realizado na monografia é apresentado em três partes organicamente relacionadas – introdução, desenvolvimento e conclusão – que formam sua estrutura.

A elaboração de esquemas, de roteiros, tanto da monografia como um todo, quanto dos capítulos e subcapítulos, pode ajudá-lo a conseguir tal intento, pois servem para sistematizar suas ideias e definir a forma de apresentá-las, de modo a facilitar que seus leitores as compreendam.

Algumas pessoas têm dificuldade de organizar previamente tais esquemas, porque se sentem tolhidas em sua criatividade, “travadas” na redação do texto.

Oriento meus alunos ao escreverem os capítulos que compõem a monografia que iniciem por um esboço do texto, em que destacam as ideias principais e as secundárias, organizem um esquema formado por frases que iniciam parágrafos, para depois completá-los. Com isso, verifico que tais procedimentos parecem ajudá-los a escrever seus trabalhos.

Quando prescinde do auxílio desses esquemas, você corre o risco de elaborar um texto confuso, expor ideias sem o tratamento adequado, apresentar argumentos sem a devida fundamentação, enfim “perder-se” na elaboração de seu texto e dificultar sua compreensão.

Conforme a NBR 14724:2002 da ABNT, a estrutura de um trabalho acadêmico compreende elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais.

Esses elementos são apresentados na seguinte ordem:

a) Elementos pré-textuais⁶: antecedem o texto e contêm as informações que ajudam na identificação do trabalho.

- Capa: com o título do trabalho, subtítulo (se houver), nome do autor, ano e cidade em que foi concluída a monografia.
- Lombada: com o nome do autor e título do trabalho impressos longitudinalmente e legível do alto para o pé da lombada.

⁶ São elementos pré-textuais obrigatórios: capa, folha de rosto, folha de aprovação, sumário, resumo em língua vernácula, resumo em língua estrangeira.

- Folha de rosto: com o nome do autor, nome do professor orientador, nome da instituição a qual o aluno pertence, natureza do trabalho, nome do curso, ano e cidade em que a monografia foi concluída⁷.
- Folha de Aprovação: com os elementos da frente da folha de rosto, acrescidos da data de aprovação e dos nomes dos professores que compõem a Banca Examinadora, com espaço para a assinatura dos mesmos.
- Dedicatória: com o nome de uma ou várias pessoas, geralmente familiares, amigos ou professores, a quem o autor presta homenagem, dedicando-lhes seu trabalho.
- Agradecimentos: dirigidos àquelas pessoas que, segundo o autor, contribuíram para a realização do trabalho.
- Epígrafe: com citação, seguida da indicação da autoria, relacionada à matéria tratada no corpo da monografia.
- Resumo em língua vernácula⁸: com uma apresentação concisa dos pontos relevantes — conteúdo e conclusões — da monografia.

O primeiro parágrafo deve ser significativo, explicando o tema principal do estudo. A seguir deve-se indicar a categoria do trabalho (estudo de caso, análise de situação, etc.), seguindo deve-se ressaltar o objetivo, metodologia, justificativa, os resultados e as principais conclusões (FIGUEIREDO; SOUZA, 2005, p.153).

- Resumo em língua estrangeira: consiste numa versão do resumo em idioma de divulgação internacional, geralmente inglês, espanhol ou francês, que deve ser apresentado em página própria.
- Lista de ilustrações: com listas próprias, apresentadas em páginas distintas, para cada tipo de ilustração: quadros, tabelas, gráficos, ilustrações, organogramas, fotografias, etc.
- Lista de abreviaturas e siglas: relação alfabética seguida das palavras ou expressões correspondentes grafadas por extenso.

⁷ No verso da folha de rosto deve constar a ficha catalográfica, elaborada por um profissional de biblioteconomia, conforme Código de Catalogação.

⁸ No Resumo, recomenda-se o uso da terceira pessoa do singular ou a forma impessoal e o verbo na voz ativa. Deve ser redigido em parágrafo único, com espaço simples, evitando o uso de frases na negativa, abreviaturas e fórmulas.

- Sumário: composto de todas as partes principais do trabalho (os capítulos e subcapítulos, as referências bibliográficas, os anexos) com a indicação das páginas iniciais de cada um.

b) **Elementos textuais**⁹: que constituem o corpo da monografia, em que é exposto o assunto de que trata.

- Introdução: tem o objetivo de apresentar o objeto, os objetivos e a importância do trabalho, a metodologia adotada para realizá-lo e uma breve exposição do conteúdo dos capítulos que compõem a monografia. “[...] É a apresentação sintética da questão, importância da metodologia e rápida referência a trabalhos anteriores, realizados sobre o mesmo assunto” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 236).
- Desenvolvimento do trabalho: é a fundamentação lógica do trabalho. “Propõe o que vai provar, em seguida explica, discute e demonstra: as proposições se sucedem dentro de um encadeamento que persegue a etapa final, a conclusão” (SALOMON, 2001, p. 258).
- Conclusão: “consiste no resumo completo, mas sintetizado, da argumentação, dos dados e dos exemplos constantes das duas primeiras partes do trabalho. Da conclusão devem constar a relação existente entre as diferentes partes da argumentação e a união das ideias e, ainda, conter o fecho da introdução ou síntese de toda reflexão” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 236).
- Considerações Finais: contendo a síntese das ideias propostas no corpo do trabalho, as principais conclusões, as sugestões para a continuação de estudos, e até recomendações “práticas” para instituições ou organizações cujas ações guardam relações com o tema tratado.

c) **Elementos pós-textuais**¹⁰: que se destinam a complementar e esclarecer o texto.

- Referências: com as fontes de pesquisa consultadas (livros, revistas, sites, jornais, separatas, outras fontes de informação).
- Glossário: lista dos vocábulos técnicos com a indicação de seu significado.
- Apêndice: com texto ou documento elaborado pelo autor do trabalho, a fim de complementar a sua argumentação.

⁹ Todos os elementos textuais são obrigatórios.

¹⁰ Apenas as referências são elementos obrigatórios dos elementos pós-textuais.

- Anexos: textos ou documentos, colocados quando necessário para consulta do leitor, de modo a esclarecer o conteúdo da monografia. Incluem textos de autoria do autor, instrumentos de pesquisa de campo, formulários.

Com esta organização, o autor busca comunicar os resultados de um trabalho realizado com a utilização de operações lógicas e técnicas.

Mas, como nos lembra Perrotta, é preciso que “[...] o autor efetive o diálogo com o leitor, dando-lhe elementos para pensar, concordar, refutar e conhecer efetivamente o estudo que lhe é apresentado” (PERROTTA, 2004, p. XIV).

Portanto, é importante que, ao escrever o texto de sua monografia, você pense no leitor, preocupando-se em verificar se o que está escrito é realmente o que pretendia dizer-lhe.

Todavia, você precisa conquistar este leitor, atraí-lo para ler o texto e em seguida “guiá-lo”, conduzindo-o ao longo do texto, de modo a facilitar sua compreensão das ideias que você lhe apresenta.

O processo de conquista se inicia pelo título da monografia, pois ele estabelece o primeiro contato do leitor com seu trabalho. Este título deve ser claro, preciso e expressar o seu objeto de estudo¹¹.

Nesta conquista também desempenham um papel significativo a espontaneidade do estilo, a clareza do texto e sua organização, assim como sua estética.

É preciso ainda cuidar da correção gramatical e escrever de forma direta e sem rodeios¹², resultando em uma exposição objetiva e de fácil entendimento para todos.

Recomendo uma atenção especial com o capítulo destinado à análise e discussão,

¹¹ Se você optar por um título “fantasia”, utilizando, por exemplo, uma frase de uma poesia, acrescente um subtítulo que estabeleça a relação com seu objeto de estudo.

¹² Ao redigir o texto acadêmico evite utilizar a primeira pessoa do singular e escreva de maneira impessoal, preferindo palavras simples, usando frases curtas. Dicionários técnicos e de língua portuguesa também são úteis para escrever um texto agradável e com correção.

pois é nele que o material abordado na revisão da literatura (a literatura crítica ou “os textos com a ajuda dos quais e quem se fala”) deve formar um todo com o material coletado nos textos-objeto ou “textos de que se fala”.

Esta é uma tarefa complexa e, infelizmente, é comum vermos um verdadeiro “descompasso” entre os chamados “capítulos teóricos” e aqueles em que o autor do trabalho deve apresentar sua contribuição e assumir mais enfaticamente posicionamentos.

Logo, fique atento para a necessidade de, nos capítulos de análise e discussão, dialogar com os autores consultados e explicitar afinidades, complementaridades e divergências com o seu pensamento, para construir seus argumentos, para responder a suas perguntas, apontar suas conclusões, e até para indicar novas questões a serem abordadas em outros estudos.

Lembro, por fim, que o texto da monografia deve, de acordo com a NBR 14724, 2002 da ABNT:

- Ser apresentado em papel branco, formato A4, digitado na cor preta, com exceção das ilustrações, digitado em espaço duplo com fonte de tamanho 12 para o texto e tamanho 10 para citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação e legendas das ilustrações e tabelas.
- Ter as folhas com margem esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2cm.

5 Considerações Finais

Para os alunos concluintes de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, a elaboração da monografia assume grande importância pela sua natureza, estrutura e esforço que demanda e, também, por ser o último desafio que precisam vencer para receber o grau de bacharel ou o título de especialista.

Entretanto, considero que a elaboração deste trabalho vai mais além do cumprimento de uma exigência acadêmica.

Aquele que vivencia seriamente a experiência de produzir uma monografia adquire conhecimentos e habilidades e desenvolve atitudes necessárias ao tratamento da literatura. referente a um tema, ao diálogo com os autores e ao debate das ideias, à organização de um quadro de referência para analisar informações e responder as questões derivadas de suas inquietações, à redação de textos acadêmicos, entre outras.

A aquisição de tais conhecimentos, habilidades e atitudes provavelmente terão repercussões para o desempenho de outras funções em sua profissão.

Também as monografias de conclusão de curso, as monografias acadêmicas, apesar de serem trabalhos com menor profundidade que as dissertações de mestrado e teses de doutorado, têm sua contribuição a oferecer à produção do conhecimento.

Infelizmente, esses trabalhos, apesar de muito ricos, são elaborados de forma solitária e isolada, quando muito, acompanhados por um orientador, e também, carecem, em nosso país, de maior divulgação. Em geral, seu conhecimento fica restrito aos alunos e docentes do curso concluído.

Alguns poucos são divulgados em encontros e seminários locais. E menos ainda são publicados em revistas especializadas.

Defendo que devem ser envidados maiores esforços, para a organização de fóruns de discussão – presenciais e pela internet, por exemplo – de projetos de monografia e dos problemas que surgem durante sua elaboração, o que poderia contribuir para “quebrar” esse isolamento e fomentar o debate de ideias.

Igualmente, a criação de condições para a comunicação e para a divulgação de seus resultados se faz necessária.

Considero que, desse modo, podemos promover o debate acadêmico e estimular os autores dessas monografias a produzirem outros trabalhos, a continuarem seus estudos, envolverem-se com pesquisas, formando, assim novos quadros de intelectuais



preocupados com a construção do conhecimento.

Em se tratando de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação na área de Serviço Social, a elaboração e divulgação de monografias podem constituir-se em um espaço significativo para a discussão e exposição de resultados da análise de temas significativos para a profissão.

É necessário incentivar a elaboração de trabalhos que busquem, com base em fundamentos teóricos, responder às questões com as quais os estudantes e profissionais se deparam em seus estágios e exercício profissional nas instituições, movimentos sociais e organizações que constituem os campos de ação e prática do Serviço Social, por exemplo. Este incentivo parece ser um caminho interessante para a produção acadêmica em nossa área.

Referências¹³

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. *A arte da pesquisa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1989.

FIGUEIREDO, Antônio Macena; SOUZA, Sorais Riva Goudinho de. *Como elaborar projetos, monografias, dissertações e tese: da redação científica à apresentação do texto final*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. *Por que planejar? Como planejar? – currículo, área, aula*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PERROTTA, Cláudia. *Um texto para chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Tradução de João Minhoto Marques e Maria Amália Mendes. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda., 1992.

SALOMON, Décio Vieira. *Como fazer uma monografia*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALVADOR, Ângelo Domingos. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração de trabalhos científicos*. 8. ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.

¹³ Apresentadas em conformidade com a NBR 6023, 2002 da ABNT